CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2014

TERMO DE PARCERIA Nº 13.0002.00/2012

CUIABÁ-MT-BRASIL

SUMÁRIO

1. **APRESENTAÇÃO** 4
2. **PROJETO "CIÊNCIA E SOCIEDADE NO PANTANAL: INTEGRANDO CONHECIMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** 5
3. **COMPONENTE 1 "LEI DO PANTANAL"** 5
   3.1 – DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES 8
4. **COMPONENTE 2 "USO E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS"** 11
   4.1 – DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES 13
5. **COMPONENTE 3 "AGREGAÇÃO DE VALOR A PRODUTOS DA PESCA E DA PECUARIA PANTANEIRA"** 13
6. **COMPONENTE 4 "REDE MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: RESPOSTA A DIFERENTES CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS CLIMBAP)"** 17
   6.1 – DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES 19
7. **COMPONENTE 5 "CAPACIDADE DE SUPORTE E SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO PANTANAL"** 20
   7.1 – DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES 22
8. **COMPONENTE 6 "CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DE PESCADORES E PECUARISTAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ NA MICRORREGIÃO DO ALTO PANTANAL"** 23
9. **COMPONENTE 7 "GESTÃO E APOIO LOGÍSTICO"** 25
10. **INTRODUÇÃO DE MACROPROCESSOS** 30
11. **ATENDIMENTO PELO CPP ÀS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA MCTI-CPP** 32
12. **PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS** 34
13. **PRÓXIMOS PASSOS** 34
14. **RELATÓRIO FINANCEIRO CONSOLIDADO** 35
15. **RELAÇÃO DE PATRIMÔNIOS ADQUIRIDOS** 36
16. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 37

TABELAS

1. **TABELA 1 –** Indicadores de Desempenho do Componente 1..... **6**
2. **TABELA 2 –** Indicadores de Desempenho do Componente 2..... **11**
3. **TABELA 3 –** Indicadores de Desempenho do Componente 3..... **13**
4. **TABELA 4 –** Indicadores de Desempenho do Componente 4..... **17**
5. **TABELA 5 –** Indicadores de Desempenho do Componente 5..... **20**
7. **TABELA 6 –** Indicadores de Desempenho do Componente 6..... **23**
8. **TABELA 7 –** Indicadores de Desempenho do Componente 7..... **25**
9. **TABELA 8 –** Tabela de Macroprocessos..... **31**

ANEXOS

1. **ANEXO I –** Plano de Trabalho 2012-2015..... **38**
2. **ANEXO II –** Comprovação das Atividades realizadas no âmbito do Componente 1..... **72**
3. **ANEXO III –** Comprovação das Atividades realizadas no âmbito do Componente 2..... **247**
4. **ANEXO IV –** Comprovação das Atividades realizadas no âmbito do Componente 3..... **265**
5. **ANEXO V –** Comprovação das Atividades realizadas no âmbito do Componente 4..... **361**
6. **ANEXO VI –** Comprovação das Atividades realizadas no âmbito do Componente 5..... **412**
7. **ANEXO VII –** Comprovação das Atividades realizadas no âmbito do Componente 6..... **510**
8. **ANEXO VIII –** Comprovação das Atividades realizadas no âmbito do Componente 7..... **587**
9. **ANEXO IX –** Memória de Cálculo dos Indicadores..... **710**

1- APRESENTAÇÃO

O Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) foi fundado em junho de 2002, tendo emergido de um processo de consulta à sociedade civil e à comunidade científica iniciado em 2001. Obteve nos termos da Lei 9.790 de março de 1999, a qualificação de "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público" (OSCIP), junto ao Ministério da Justiça (MJ). A OSCIP configura-se como uma rede horizontal e não competitiva de instituições de ensino e pesquisa que, mantendo um diálogo aberto com a sociedade, visa a produção de conhecimentos científicos com impacto social e ambiental.

Em 2004 o CPP celebrou o primeiro Termo de Parceria (TP) com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), cujo objetivo foi o desenvolvimento do Projeto **"Consolidação da Rede de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal"** que propunha a criação de três redes temáticas de pesquisa: uma visando à sustentabilidade da pecuária pantaneira, outra abordando a sustentabilidade da pesca, e uma terceira fomentando estudos de bioprospecção, com intuito de prover alternativas de renda para a população da região.

Os bons resultados alcançados, juntamente com as demandas apresentadas pela sociedade pantaneira durante a execução do primeiro Termo de Parceria (TP), motivaram os cientistas da Rede CPP a elaborar novos projetos e renovar a parceria através da celebração de um novo TP, o qual encerrou-se em 2012.

A necessidade de expandir a base de conhecimentos sobre o Pantanal, dando continuidade a ações visando subsidiar a tomada de decisão para o uso sustentável dessa Região, levou o CPP a pleitear novo financiamento junto ao MCTI, para a complementação de alguns projetos e a introdução de novas ações que vem a complementar outras relevantes já em execução pelo INCT Áreas Úmidas - INAU, projeto financiado pelo CNPq sob a responsabilidade do CPP.

Ao longo desses quase dez anos de trabalho, o CPP cumpriu com praticamente todas as metas pactuadas com o MCTI, demonstrando que o modelo de gestão é eficaz, sendo, portanto, um importante instrumento para as políticas públicas de superação das assimetrias regionais em C&T na Região Centro Oeste.

Este relatório apresenta as realizações do CPP durante o ano de 2014, tendo como marco referencial o pactuado com o MCTI no Termo de Parceria N. 13.0002.00/2012 e Plano de Trabalho **(Anexo I)**, contendo as atividades a serem desenvolvidas por cada componente de pesquisa e as metas estabelecidas.

2 - PROJETO "CIÊNCIA E SOCIEDADE NO PANTANAL: INTEGRANDO CONHECIMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL"

Para dar continuidade a parceria entre CPP e MCTI, em 2012 o CPP elaborou e submeteu ao MCTI o Projeto "**Ciência e Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade Socioambiental**", cujo objetivo é contribuir para a sustentabilidade sócio-econômico-ecológica da planície pantaneira, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais, abordando questões relevantes para a governança do Pantanal. Dentre estas destaca-se o estabelecimento de bases científicas para a proposição de uma lei nacional sobre o Pantanal, envolvendo uma melhor compreensão das relações planalto-planície. Nesse sentido, o CPP deverá contribuir também para o atual debate sobre as futuras construções de hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai, além de orientar sobre o manejo adequado das que já estão em funcionamento. Questões relevantes como a capacidade de suporte do turismo no Pantanal e a agregação de valor à pesca e à pecuária, principais atividades econômicas da região, também são abordadas, juntamente com o envolvimento da comunidade em ações visando minorar os efeitos das mudanças climáticas.

Para abordar essas questões o projeto foi elaborado contendo sete Componentes de pesquisa:

1. Lei do Pantanal;
2. Uso e Gestão de Recursos Pesqueiros do Pantanal;
3. Agregação de Valor aos Produtos da Pesca e da Pecuária Pantaneira;
4. Rede Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas: Resposta a diferentes Cenários de Mudanças Climáticas (ClimBAP);
5. Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal;
6. Caracterização Ocupacional de Pescadores e Pecuaristas do Município de Poconé na Microrregião do Alto Paraguai;
7. Gestão e Apoio Logístico.

A seguir, encontram-se as atividades pactuadas no Plano de Trabalho para cada Componente de pesquisa, e as ações realizadas pelo CPP no ano de 2014.

3 - COMPONENTE 1 – LEI DO PANTANAL

<u>As atividades previstas no Plano de Trabalho para este Componente são:</u>

1. Síntese crítica dos projetos de lei sobre o Pantanal que já tramitaram e estão tramitando em nível Estadual e Federal em (MT), incluindo audiências públicas realizadas na ocasião da Lei MT;
2. Síntese do conhecimento científico útil/indispensável para uma Lei do Pantanal;
3. Introdução dos resultados preliminares das ações 5, 6 desse Componente e do Componente 2 na proposta preliminar;
4. Oficinas com cientistas e sociedade para discutir a proposta consolidada do Componente 3;
5. Zoneamento;
6. Interações planalto-planície.

A seguir, apresentamos a tabela de indicadores com as metas previstas para o exercício de 2014 e as ações realizadas no durante o ano de 2014 para este Componente:

TABELA 1 – Indicadores de Desempenho do Componente 1

INDICADORES						
Sigla	**Título**	**Fórmula/Descrição**	**Unidade Medida**	**Peso**	**Meta Prevista**	**Realizado no período**
NEFIPS	1. Números de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade	Número de eventos promovidos no componente. Considera os eventos produzidos somente entre pesquisadores, e também eventos onde pesquisadores e não pesquisadores participam.	Nº	1	3	**8**
IDRS	2. Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (artigos na Internet, imprensa escrita, eletrônica, palestra, alocução e conferências para o grande público)	Número total de matérias divulgadas para o grande público [(nº MD x 3) + (nº MM x 2) + (nº MO x 1)] / NPE Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocução e conferência produzidos pelos membros do componente. M = Matérias MD = Matéria de doutores MM = Matéria de mestres MO = Matéria de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para doutores 2: para mestres 1: para outros	Índice	2	1	**1,2**
NAR	Número de ações realizadas para auxiliar na formulação de propostas do debate sobre a Lei do Pantanal	Número de ações realizadas e matérias publicadas (internet, imprensa escrita e eletrônica) por terceiros. Bem como solicitações diretas encaminhadas ao CPP para auxiliar na formulação de propostas ao debate sobre a Lei do Pantanal	Nº		4	**7**

Abaixo, apresentam-se as ações realizadas visando o alcance das metas firmadas em cada indicador:

INDICADOR 1: Números de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e a sociedade. (NEFIPS)

O intuito deste indicador é expor o esforço para atingir um público cientista e não cientista. Durante o exercício de 2014 foram realizadas 8 atividades, sendo elas: **a)** 1ª Reunião Técnica: Marco Teórico Referencial para Proposta de Regionalização do Pantanal Mato-grossense realizada no dia 11 de março de 2014; **b)** *Workshop* sobre classificação de *Habitats* de Áreas Úmidas realizado no dia 28 de março de 2014; **c)** Participação na Reunião com a Comissão de Meio Ambiente do Senado para Discussão e Apresentação de Proposta de Mato Grosso ao Projeto de Lei do Senado nº 750/11 realizada no dia 31 de março de 2014; **d)** II Reunião

Técnica para subsidiar os trabalhos para a Atividade de Regionalização do Pantanal, Componente 1 da "Lei do Pantanal – MCTI/CPP realizada dia 02 de julho de 2014; **e)** Participação da pesquisadora Cátia Nunes da Cunha na reunião técnica realizada pela IUCN sobre Capacitação da Metodologia Lista Vermelha de Ecossistemas nos dias 26 a 28 de agosto de 2014, em Brasília-DF, cujo objetivo foi aplicação de testes baseados na metodologia para indicação de ecossistemas ameaçados com o foco no Pantanal; **f)** Reunião de aperfeiçoamento da Lei 8.830/2008 (Mato Grosso) e da Regulamentação do Artigo 10 da Lei 12.651 (Código Florestal), realizada no dia 06 de novembro de 2014; **g)** Reunião com equipe Técnica da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN) para discussão sobre Definições de Áreas Úmidas realizada dia 24 de novembro de 2014; **h)** Participação na Reunião organizada pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente, cujo objetivo foi a discussão da Lei do Pantanal nº 8.830/08 – Readequação da Lei ao Novo Código Florestal, com base nos documentos/pareceres dos órgãos envolvidos realizada no dia 27 de novembro de 2014. Assim, as ações realizadas para atender a este indicador somaram 8, superando a meta prevista (3). **Anexo II**

INDICADOR 2: Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (IDRS)

Este indicador refere-se ao índice de divulgação das atividades dos pesquisadores para a sociedade. A sua formulação retrata o esforço dos dez pesquisadores que atuam no Componente visando a socialização dos seus trabalhos para a sociedade. A meta prevista (1) para o ano de 2014 foi superada, tendo em vista as ações: **a)** Artigo "Democracia sob Ameaça", publicado no site Olhar Direto, no dia 3 de abril de 2014, de autoria do Prof. Dr. Paulo Teixeira de Sousa Jr/UFMT; **b)** Palestra "Marco Cientifico para Política de Gestão e Proteção do Pantanal: premissas do conhecimento de Áreas Úmidas e Convenção Ramsar", proferida no dia 31 de março de 2014, na sede da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, pela Profa. Dra. Cátia Nunes da Cunha/UFMT; **c)** Palestra "Delimitação e Classificação de Áreas Úmidas Brasileiras, ministrada no dia 20 de agosto de 2014, no II CONBRAU, pelo Prof. Dr. Wolfgang Junk/UFMT; **d)** Palestra "Classificação de *Macrohabitats* do Pantanal e sua Aplicação na Gestão Ambiental", proferida no dia 21 de Agosto de 2014, durante o II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas, em Cuiabá-MT, pela Profa. Dra. Cátia Nunes da Cunha/UFMT. Diante do exposto, este indicador atingiu 1,2 superando a meta firmada (1). **Anexo II**

INDICADOR 3: Número de Intervenções Públicas (NAR)

Este indicador refere-se ao número de matérias publicadas (internet, imprensa escrita e eletrônica) por terceiros sobre a Lei do Pantanal. As ações realizadas visando atender este indicador durante o ano de 2014 foram: **a)** Poconeanos participam de audiência pública, publicada no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, dia 01 de abril de 2014; **b)** Sociedade se une para discutir lei de gestão do Pantanal, publicada no site do Blairo Maggi, no dia 31 de março de 2014; **c)** Capacitação de dois pesquisadores que estão atuando na análise dos dados que estão auxiliando na subdivisão do Pantanal e que participam de todas as atividades relacionadas aos debates sobre a Lei do Pantanal; **d)** Entrevista à TV Record-MT, Jornal da Manhã "Cuiabá sedia 2º Congresso de Áreas Úmidas", realizada dia 20 de agosto de 2014; **e)** Nova ameaça ronda o Pantanal, publicada no Jornal "A Gazeta" dia 07 de Setembro de 2014; **f)** Produção no Pantanal ganha novos caminhos, publicada no Jornal "A Gazeta" dia 17 de novembro de 2014; **g)** Produção de documento contendo sugestões e justificativas técnicas para alteração do Projeto de Lei do Pantanal nº 8.830/2008. Desta forma, a meta prevista (4) foi superada, pois, foram realizada 7 ações visando o alcance da meta. **Anexo II**

3.1 Detalhamento das atividades

A seguir elencamos as ações que foram realizadas visando o atendimento das Atividades e Indicadores pactuados no Componente 1:

- ✓ Buscando atender ao disposto na Atividade 1, foi elaborado um Termo de Referência **(Anexo II)** a partir do qual foi selecionado o pesquisador Prof. Dr. Theodoro Hugueney José Irigaray, tendo em vista a experiência e liderança na área do conhecimento e a sua capacidade de articulação, conforme o resumo de seu CV lattes, aqui relatado:

> "Professor Associado dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da UFMT; Pós-Doutor pelo Center for Latin American Studies/University of Florida (2009); Doutor em Direito pela UFSC (2003); Mestre em Direito e Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1991); Especialista em Direito Ambiental, Ciência Política e Didática do Ensino Superior; Coordenador do Programa de Mestrado em Direito Agroambiental da UFMT. Membro da Comission on Environmental Law da IUCN. Membro do Grupo de Pesquisa Direito e Mudanças Climáticas- JUS-CLIMA. Membro do Conselho Diretor da UFMT. Procurador do Estado de Mato Grosso; Corregedor-Geral da PGE-MT, Diretor do Instituto O Direito por um Planeta Verde. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Ambiental, e inúmeras publicações".

- ✓ A montagem da equipe e o início dos trabalhos para a realização da "Síntese crítica dos projetos de lei sobre pantanal que tramitam e estão tramitando em níveis estadual e federal, incluindo audiências públicas" já foram realizados e a equipe já produziu: 1. Levantamento da legislação ambiental de proteção do Pantanal, incluindo as normas estaduais e federais existentes, bem como os projetos de lei em tramitação no congresso nacional e nos parlamentos estaduais (MT e MS); 2. Identificação dos principais atores sociais e demandas dos envolvidos nos processos de elaboração, criação e implementação de políticas públicas de pesquisa, extensão e gestão ambiental do Pantanal. A equipe já produziu um relatório que culminou com a elaboração de uma minuta de um artigo a ser publicado, conforme consta no **Anexo II.**

- ✓ Para dar cumprimento parcial ao previsto na Atividade 5, foi realizada uma Oficina para a Elaboração do Marco Teórico Referencial para Proposta de Regionalização do Pantanal Mato-grossense seguindo as premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar, no dia 11 de março de 2014, na sede do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, onde foram envolvidas as seguintes instituições: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), EMBRAPA Pantanal, RPPN SESC Pantanal, Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT), Instituto Chico Mendes (ICMBio), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU), Universidade de Cuiabá (UNIC), Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

(AL/MT), Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos – ECOTRÓPICA, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). **Anexo II**

- ✓ Dando andamento às Atividades 1 e 2, houve participação em Audiência Pública com a Comissão de Meio Ambiente do Senado, para discussão e apresentação de proposta de Mato Grosso ao Projeto de Lei do Senado nº 750/11 que "Dispõe sobre a política de gestão do Bioma Pantanal", de autoria do Senador Blairo Maggi, realizada no dia 31 de março de 2014 às 09h00 no Auditório Licínio Monteiro, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Neste ato a Profa. Dra. Cátia Nunes da Cunha proferiu a palestra "MARCO científico para POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO PANTANAL: premissas do conhecimento de Áreas Úmidas e Convenção Ramsar". Diversos outros integrantes do CPP participaram nessa audiência fazendo intervenções. **Anexo II**

- ✓ Para contribuir com a Atividade 2, realizou-se um *Workshop* sobre Classificação de *Habitats* de Áreas Úmidas – ocorrido no Centro de Biodiversidade da UFMT, no dia 28 de Março de 2014. Este evento teve como objetivo discutir o delineamento e o nivelamento das premissas do conhecimento de Áreas Úmidas. **Anexo II**

- ✓ Com relação às Atividades 2 e 5, houve a participação da pesquisadora Cátia Nunes da Cunha em Reunião com o Secretário de Estado de Meio Ambiente, José Lacerda, realizada no dia 20 de Março de 2014, ocorrida no Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para esclarecimento sobre viabilidade política da regionalização do Pantanal e do Projeto de Lei em Tramitação no Senado Federal em relação ao Bioma Pantanal. Foram abordadas temáticas relacionadas à intervenções no Pantanal; supressão de vegetação em APPs; introdução de pastagens artificiais e reservas legais. **Anexo II**

- ✓ Com relação às atividades 1 e 2, houve a participação da pesquisadora Cátia Nunes da Cunha na Reunião promovida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) sobre regulamentação do Artigo 10 da Lei n. 12.651/2012, que trata das Áreas de Uso Restrito, Cadastro Ambiental Rural para as Áreas Úmidas, Pantanais e Planícies Pantaneiras e a elaboração de acordo entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para a definição dos princípios para a exploração ecologicamente sustentável das Áreas de Uso Restrito do Pantanal, no dia 29 de Abril de 2014, na sede da secretaria. **Anexo II**

- ✓ No âmbito das atividades 1 e 2, houve a participação de pesquisadores do Componente em uma reunião técnica organizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para discussão acerca da readequação da Lei ao Novo Código Florestal (Lei o Pantanal n. 8.830/08), realizada no dia 27 de novembro de 2014 às 08h00 no Centro de Atividades de Poconé – SESC Pantanal, Poconé-MT. **Anexo II**

- ✓ Participação de pesquisadores do Componente no *Workshop* para definição de estudos para construção do Plano Bacia Hidrográfica Rio Paraguai promovido pela Agência Nacional das Águas, no período de 9 a 11 de dezembro em Brasília. Os trabalhos deverão subsidiar tomadas de decisão no Componente 6, uma vez que deverá fornecer indicadores de impacto ambiental. **Anexo II**

- ✓ Esta em articulação um memorando de entendimento com a UICN (*International Union for Conservation of Nature*), onde pesquisadores ligados ao Componente 1 deverão auxiliar na identificação de ecossistemas ameaçados que irão integrar a Lista Vermelha de Ecossistemas, metodologia criada pela UICN. Em agosto de 2014 foi realizada uma Oficina de capacitação da metodologia visando a utilização e aplicação dos dados existentes em pesquisas realizadas pelo Componente. **Anexo II**

- ✓ Visando atender ao disposto na Atividade 6, em junho de 2014, o CPP elaborou e publicou a Chamada Pública 01/CPP/2014, com o objetivo de selecionar projeto de pesquisa relacionado à temática" Interação Planalto Planície", no entanto, não houve interessados em apresentar proposta de projetos. Frente a este resultado, o CPP fez contato com pesquisadores que atuam com essa temática de outras instituições, reforçando a ação de divulgação realizada no primeiro semestre de 2014, buscando assim, ampliar a participação e divulgar essa ação e obter interessados. O Cronograma da Chamada Pública (**Anexo II**) passou por ajustes e novamente foi feita a publicação e divulgação do processo de seleção de projeto. Dentro do novo cronograma estabelecido na Chamada Pública, o CPP recebeu uma proposta de projeto para executar a atividade. O referido projeto foi submetido a análise por consultores externos, vinculados a instituições parceiras (UFMT e INPE-SP). Após análise pelos consultores, o projeto obteve parecer favorável à sua implementação. Cabe aqui informar que estes consultores atuaram sem o pagamento de horários, pois, são pesquisadores que são vinculados a instituições parcerias do CPP e se disponibilizaram ao trabalho. O projeto (**Anexo II**), aprovado será coordenado pelo pesquisador Prof. Dr. Peter Zeilhofer, com experiência na área, conforme o resumo de seu CV lattes, aqui relatado:

> "Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso, lotado no Departamento de Geografia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, possuí Graduação em Geografia Física pela Ludwig-Maximilians-Universidade (1992) e Doutorado em Engenharia Florestal pela Ludwig-Maximilians Universitaet Muenchen (1996). Tem experiência na área de Geografia Física e Engenharia Sanitária, com ênfase em Planejamento Integrado dos Recursos Hídricos, atuando principalmente nos seguintes temas: Geoprocessamento, Sistemas de Informação Geográfica, Qualidade de água, Modelação hidrológica e Geografia da Saúde".

4 - COMPONENTE 2 – USO E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO PANTANAL

Para esse Componente foram firmadas as seguintes Atividades no Plano de Trabalho:

1. Avaliar os impactos econômicos da implantação do sistema "pesque e solte";
2. Avaliar se a implantação do sistema "pesque e solte" acarretará em aumento na abundância dos estoques pescados;
3. Avaliar o efeito do tipo de manuseio (tipo de anzol, tempo de retirada do peixe do rio depois de fisgado, tempo de permanência do peixe fisgado fora da água) sobre a sobrevivência dos peixes no sistema "pesque e solte".

A seguir, apresentamos a tabela de indicadores com as metas previstas para o exercício de 2014 e as realizadas no exercício de 2014 para este Componente:

TABELA 2 – Indicadores de Desempenho do Componente 2

INDICADORES						
Sigla	**Título**	**Fórmula/Descrição**	**Unidade Medida**	**Peso**	**Meta Prevista**	**Realizado no período**
IFRH	1. Índice de Formação de Recursos Humanos	IFRH = (NED*3) + (NEM*2) + (NEO*1) / NPA NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrandos NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente	Índice	2	1	**1,2**
INTP	2. Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO	Índice	2	0,5	**1,5**

NCRAP	3. Número cumulativo de rotinas de abordagem/protocolos/ações elaboradas para diferentes contextos de uso e gestão de recursos pesqueiros	Número de "protocolos" ou "rotinas de abordagem" para guiar a adequação dos sistemas de manejo da pesca para fins alimentar, turístico e comercial atualmente em vigor no Pantanal, levando em conta as particularidades ambientais e sociais do sistema pesqueiro pantaneiro. O cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa de protocolos ou rotinas de abordagens elaboradas e publicadas pelo CPP sobre distintas adaptações dos sistemas de manejo da pesca para fins alimentar, turístico e comercial.	Nº	3	1	**0**

Abaixo, apresentam-se as ações realizadas visando o alcance das metas firmadas em cada Indicador:

INDICADOR 1: Índice de Formação de Recursos Humanos (IFRH)

Este Componente conta com quatro pesquisadores, que estão orientando 1 estudante de doutorado, 1 de mestrado e 1 de iniciação cientifica, cujos trabalhos têm aderência à temática do Componente. Durante o ano de 2014 este indicador atingiu 1,2, superando a meta pactuada (1). **Anexo III**

INDICADOR 2: Índice Total de Publicações (INTP)

O indicador 2 refere-se a quantidade de publicações por parte dos pesquisadores vinculados ao Componente. Os pesquisadores doutores deste Componente publicaram 1 artigo, com participação de três pesquisadores com doutorado, produzindo um INTP de 1,5 conforme dados apresentados no Relatório de Atividades da equipe do Projeto. A superação da meta (0,5) deve-se a ao fato da publicação contar com autoria de três pesquisadores doutores, cujo peso é maior quando do cálculo do indicador. **Anexo III**

INDICADOR 3: Número cumulativo de rotinas de abordagem/protocolos/ações elaboradas para diferentes contextos de uso e gestão de recursos pesqueiros (NCRAP)

Este indicador está relacionado ao número cumulativo de rotinas, protocolos e ações para uso e gestão de recursos pesqueiros. A consecução da meta está atrelada à produção de resultados concretos, que possam embasar tais procedimentos. Durante o ano de 2014 não foi possível estabelecer nenhuma ação para atender a meta firmada (1). Acredita-se que a produção de protocolos/rotinas/recomendações deve requerer um volume maior de dados do que os coletados até o momento, de maneira a se ter mais segurança na elaboração de tais documentos de forma definitiva e com caráter orientativo.

4.1-Detalhameto das atividades:

Conforme exposto no relatório de atividades do primeiro semestre deste ano, o alcance da meta firmada no Indicador 3 "**NCRAP"** dependia da obtenção de dados concretos para certificar os procedimentos. No entanto, os pesquisadores relataram no "Relatório de Atividades Anual de 2014", dificuldades na aquisição de tais dados, isso em razão dos pescadores associarem as decisões dos órgãos ambientais que regulamentam a pesca no estado às ações do projeto, gerando desconfiança que dificultou o trabalho da equipe. Considerando ainda que as coletas de campo tiveram início a partir do mês de abril de 2014, logo após a abertura da temporada da pesca, somadas as dificuldade de obter os dados, a equipe do projeto não conseguiu concluir em 2014 uma plataforma que terá *link* na página eletrônica do CPP para interface com usuários no que refere-se a manejo de pesca de peixes migradores. Os dados a serem disponibilizados nessa plataforma serão estimativas de abundancia/fração de área ocupada pelas espécies de peixes, que também serão utilizados para a produção de documentos, discutindo as implicações dos dados coletados para o manejo. **Anexo III**

Cabe aqui informar que pesquisadores ligados a este Componente participaram da VI Oficina de Avaliação do Estado de Conservação de Peixes Continentais Amazônicos, no período de 5 a 9 de maio de 2014 na Acadebio-ICMBio, em Iperó/SP. Como resultado das discussões, os participantes elaboram um "Moção", manifestando a preocupação com relação aos efeitos nocivos sobre a icitiofauna, ecossistema e as atividades socioeconômicas realizadas no Pantanal. **Anexo III**

5 - COMPONENTE 3 – AGREGAÇÃO DE VALOR AOS PRODUTOS DA PESCA E DA PECUÁRIA PANTANEIRA

De acordo com o Plano de Trabalho foi pactuada a seguinte Atividade para este Componente de pesquisa:

1. Agregação de valor aos produtos da pecuária e pesca do Pantanal.

A seguir, apresentamos a tabela de indicadores com as metas previstas e realizadas no período para este Componente:

TABELA 3 – Indicadores de Desempenho do Componente 3

INDICADORES						
Sigla	**Título**	**Fórmula/Descrição**	**Unidade Medida**	**Peso**	**Meta Prevista**	**Realizado no período**
IFRH	1. Índice de Formação de Recursos Humanos	IFRH = (NED*3) + (NEM*2) + (NEO*1) / NPA NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrandos	Índice	2	1,6	**2,75**

		NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente				
INTP	2. Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO	Índice	2	1,5	**3,92**
IDRS	3. Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (artigos na Internet, imprensa escrita, eletrônica, palestra, alocução e conferências para o grande público)	Número total de matérias divulgadas para o grande público [(nº MD x 3) + (nº MM x 2) + (nº MO x 1)] / NPE Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocução e conferência produzidos pelos membros do componente. M = Número de matérias MD = Matéria de doutores MM = Matéria de mestres MO = Matéria de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente P = peso onde P vale 3: para MD 2: para MM 1: para MO	Índice	3	2,5	**1,42**
NCPDP	4. Número cumulativo de produtos tecnológicos derivados do pescado/boi do Pantanal	Contagem cumulativa de produtos derivados do pescado/boi produzidos pelos pesquisadores do componente. Produtos: alimento, produto do couro ou outro susceptível de ser comercializado em larga escala.	Nº	3	2	**3**

Abaixo, apresentam-se as ações realizadas visando o alcance das metas firmadas em cada indicador:

INDICADOR 1: Índice de Formação de Recursos Humanos (IFRH)

Este indicador refere-se ao índice de formação de recursos humanos pelos pesquisadores deste Componente. Esta equipe conta com vinte e quatro pesquisadores que orientam 7 alunos de doutorado, quinze alunos de mestrado e quinze alunos de graduação. Assim, este indicador atingiu o índice de 2,75, superando a meta pactuada (1,6). Trata-se de uma equipe numerosa e que conta com número expressivo de estudantes de graduação e mestrado. Muitos desses estudantes, concluíram trabalhos que já estavam em andamento e, portanto, produziram resultados suficientes para as suas monografias e dissertações em tempo menor do que o estimado. **Anexo IV**

INDICADOR 2: Índice Total de Publicações (INTP)

O indicador 2 refere-se a quantidade de publicações por parte dos pesquisadores vinculados ao Componente. Os pesquisadores doutores e mestres deste Componente participaram de 32 publicações, incluindo notas técnicas, produzindo um INTP de 3,92. De acordo com os dados apresentados nos Relatórios de Atividades do ano de 2014, pelos coordenadores dos projetos que integram este Componente, e, considerando que o indicador contempla a produção das duas equipes, e que a equipe é numerosa, contando com um grande número de estudantes de mestrado, que por executarem trabalhos de menor complexidade, oportunizam publicações (anais de congresso, capítulos de livros e etc). **Anexo IV**

INDICADOR 3: Índice de Divulgação dos Resultados para Sociedade (IDRS)

Este indicador refere-se ao índice de divulgação dos resultados das atividades dos pesquisadores para a sociedade. Trata-se de um importante indicador uma vez que o mesmo visa mensurar o retorno à sociedade das pesquisas realizadas. Ao longo do ano de 2014, foram realizadas 17 atividades visando o alcance deste indicador, sendo elas: **a) Caracterização do período pré e pós-parto de vacas da Raça Pantaneira**, trabalho oral apresentado no congresso "IV Encontro Cientifico da Zootecnia, realizado em Aquidauana/MS no período de 22 a 24 de maio de 2014; **b) Efeito das condições ambientais sobre a produção de embriões bovinos da raça Pantaneira no cerrado do Pantanal**, trabalho oral apresentado no congresso IV Encontro Cientifico da Zootecnia, realizado em Aquidauana/MS no período de 22 a 24 de maio de 2014 **c) Boletim Informativo da FUNDECT MAR/ABR 2014 – ANO 3 – N07**; **d) Conferencia: O potencial tecnológico do pescado em benefício da saúde e alimentação** - Dr. Jorge Antônio Ferreira de Lara, realizada durante o "I WORKFISH – Produção e Qualidade do Pescado na Região Centro Oeste", dias 05 a 07 de novembro de 2014 ; **e) Conferência: Enfermidades transmitidas por pescados** - Dr. Edivaldo Sampaio de Almeida Filho, realizada durante o "I WORKFISH – Produção e Qualidade do Pescado na Região Centro Oeste", período de 05 a 07 de novembro de 2014; **f) Produção no Pantanal ganha novos caminhos**, matéria publicada no Jornal "A Gazeta", dia 17 de novembro de 2014; **g) Entidades desenvolvem alimentos a partir do pescado pantaneiro**, matéria publicada no site "G1", dia 18 de dezembro de 2014; **h) Caiu na panela, é peixe**, matéria publicada

no site "Correio de Corumbá", dia 18 de dezembro de 2014; **i) Embrapa desenvolve alimentos processados a partir do pescado pantaneiro**, matéria publicada no site "diário online", publicada no dia 24 de dezembro de 2014; **j) Carne de peixes do Pantanal poderá ser utilizada para fazer quibes e patês**, matéria publicada no site "Coxim Agora", dia 27 de dezembro de 2014; **k) Carne de peixes do Pantanal poderá ser utilizada para fazer quibes e patês**, matéria publicada no site "Correio do Estado", dia 27 de dezembro de 2014; **l) MT e MS conservam rebanho de Raças bovinas locais Bovino Pantaneiro**, matéria publicada no site da "SBA"; **m) Pelagens e Chifres do Bovino Pantaneiro**. Artigo publicado na revista ABCBP – Associação Brasileira dos Criadores de Bovino Pantaneiro, p.37, 2014; **n) Bovino Pantaneiro reúne resistência e produtividade**, matéria publicada no site da Embrapa, dia 24 de setembro de 2014; **o) Raça trazida por portugueses é destaque em MT e MS**, matéria para o programa "Record Rural", exibida dia 01 de outubro de 2014; **p) Boi Pantaneiro vai ganhar registro**, matéria publicada no Jornal "Correio do Estado", dia 13 de outubro de 2014; **q) Em extinção, boi pantaneiro é pesquisado pela UEMS**, matéria publicada no site da UEMS, dia 06 de novembro de 2014. As ações realizadas no âmbito deste indicador atingiu o valor de 1,42, ficando abaixo da meta pactuada (2,5). A coordenação do CPP contatou os coordenadores dos dois projetos que compõem este Componente, e mesmo tendo ocorrido um esforço conjunto, o que permitiu um número significativo de ações, a meta não foi atingida. Acredita-se que a dificuldade esteja relacionada ao fato da forma como é feito o cálculo para aferir o indicador, pois, dificilmente pesquisadores que não tenham titulação de doutores poderão contribuir para realizações de ações como esta. O fato do cálculo considerar graduados e mestres no divisor, e, estes não produzirem efetivamente ações para atender ao indicador, pois dificilmente atrairão a atenção da mídia, por exemplo, acaba reduzindo o valor deste indicador, mesmo tendo sido realizadas um grande número de atividades, conforme acima. Sugerimos, portanto, uma rediscussão deste indicador. **Anexo IV**

INDICADOR 4: Número de produtos tecnológicos derivados do pescado/boi do Pantanal (NCPDP)

Este indicador refere-se ao número de produtos tecnológicos resultantes do pescado/boi do Pantanal. O NCPDP é um indicador que visa avaliar o número de produtos tecnológicos susceptíveis de serem comercializados, e que estão sendo produzidos no Componente. De acordo com o algoritmo, este indicador possui contagem cumulativa ao longo da vigência do projeto. Em 2013 os pesquisadores produziram um processo tecnológico susceptível de ser usado para comercializar carne de Surubim, e em 2014 os pesquisadores produziram um ajuste nas formulações para elaboração de patê e quibe de 4 espécies de pescado nativos do Pantanal. A meta proposta para 2014 (2) foi superada; os trabalhos dos pesquisadores resultaram na elaboração de 3 produtos que estão sendo acompanhados com o objetivo de serem validados tecnicamente. **Anexo IV**

6 - COMPONENTE 4 – REDE MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: RESPOSTA A DIFERENTES CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CLIMBAP)

As atividades pactuadas no Plano de Trabalho para este Componente são:

1. Identificar e mobilizar grupos locais de comunidades, governos e atores potencialmente interessados em formar a ClimBAP;
2. Realizar oficinas e reuniões com os grupos locais de comunidades, governos e atores interessados para capacitação e estruturação de uma comunidade de prática local e seleção do líder local da comunidade de prática;
3. Realizar *workshop* com o Tema "Líder da Comunidade de Prática e sua Função" para treinar os líderes sobre o seu papel no funcionamento da ClimBAP.

A seguir, apresentamos a tabela de indicadores com as metas previstas e realizadas no período para este Componente:

TABELA 4 – Indicadores de Desempenho do Componente 4

INDICADORES						
Sigla	**Título**	**Fórmula/Descrição**	**Unidade Medida**	**Peso**	**Meta Prevista**	**Realizado no período**
INAC	1. Índice de atores capacitados	INAC = NAC / NLC NAC = Número de atores capacitados. É o número de atores capacitados nas oficinas de estruturação da ClimBAP NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP	Índice	2	10	**39**
IE	2. Índice de eventos acontecendo na ClimBAP	IE = E / NLC **E** = Quantidade de eventos acontecendo na ClimBAP. Consideram-se conferências, palestras, eventos culturais, eventos científicos organizados em totalidade ou parte pelos participantes do ClimBAP NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP	Índice	1	1,7	**2,67**
INP	3. Índice de projetos e planos na ClimBAP	INP = NP / NLC NP = Número de projetos e planos na ClimBAP. É o número de projetos propostos, aceitos, financiados, em implementação ou implantados que resultam da iniciativa de membros da ClimBAP e que visam mitigar ou	Índice	3	0	**0**

		adaptar a mudança climática. Os planos locais de ação frente a mudança climática são incluídos NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP				

Abaixo, apresentam-se as ações realizadas visando o alcance das metas firmadas em cada indicador:

INDICADOR 1: Índice de atores capacitados (INAC)

O Indicador 1 refere-se ao número de atores capacitados na rede. Ao longo de 2014, foram promovidos dois eventos envolvendo participantes das três comunidades participantes da rede, as capacitações foram: **a) Oficina Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Orgânicos de Grandes Geradores**, realizada nos 30 setembro e 1 de outubro de 2014, no Espaço Vitoria, Cuiabá-MT. Nesta oficina foram capacitados 23 pessoas; **b) Seminário de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá**, realizado no dia 08 de outubro de 2014, na sede do SEBRAE, Cuiabá-MT, ao final do seminário foram capacitados 94 pessoas. As atividades resultaram na capacitação de 117 pessoas. Assim, a meta firmada (10) foi superada, este indicador atingiu 39. **Anexo V**

INDICADOR 2: Índice de eventos acontecendo na ClimBAP (IE)

O Indicador 2 refere-se aos eventos realizados na Rede. A meta proposta para o ano de 2014 foi de (1,7) foram realizados oito eventos nas três localidades selecionadas e que participam da ClimBAP, são eles: **a) *Palestras e Oficinas* realizadas com professores da UFMT, Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) na comunidade de Joselandia** durante o período de 21 a 22 de fevereiro de 2014; **b) Reunião com representantes da comunidade de Joselandia e pesquisadores integrantes do ClimBAP e INCT Áreas Úmidas-INAU**, realizada nos dias 23 e 24 de março de 2014 e **c) Oficina de Planejamento em Educação Ambiental**, realizada nos dias 22 e 23 de maio de 2014 no Espaço Vitoria, Cuiabá-MT; **d) Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, da etnia Terena,** realizada no Município de Dois Irmãos do Butiti, em mato Grosso do Sul, no dia 13 de junho de 2014; **e) Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, da etnia Terena,** realizada no Município de Dois Irmãos do Butiti, em mato Grosso do Sul, no dia 18 de julho de 2014; **f) Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo da etnia Terena,** realizada no Município de Dois Irmãos do Butiti, em mato Grosso do Sul, no dia 15 de agosto de 2014; **g) Oficina Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Orgânicos de Grandes Geradores**, realizado nos 30 setembro e 1 de outubro de 2014, no Espaço Vitoria, Cuiabá-MT **h) Seminário de Gestão de Resíduos Orgânicos**, realizado no dia 8 de outubro de 2014, SEBRAE, Cuiabá-MT. A meta proposta (1,7) foi superada, pois, foram realizados oito eventos nas comunidades da Rede, permitindo alcançar o valor de 2,67. **Anexo V**

INDICADOR 3: Índice de projetos e planos na ClimBAP (INP)

Este Indicador trata do índice de projetos e planos estabelecidos na Rede ClimBAP devendo ter iniciativa dos membros do Componente. Para o ano de 2014 a meta proposta foi zero, tendo em vista que a estruturação da rede, com o envolvimento das comunidades, precede a elaboração de projetos. Entretanto, a coordenação do projeto, estabeleceu parcerias com a ONG Cidade Amiga, que dinamiza o Espaço Vitória, que já conta com financiamento da Petrobrás e que, indiretamente, beneficia os trabalhos da ClimBAP. Está prevista a realização de reuniões com participação de potenciais instituições de financiamento, como a PETROBRAS e WWF visando captar apoio para atividades do Componente. **Anexo V**

6.1-Detalhameto das atividades:

Este Componente, a partir das experiências obtidas com o Projeto SINERGIA, financiado pelo CNPq, pretende facilitar a constituição de uma rede de governança em nível da Bacia do Alto Paraguai (BAP) de modo a catalisar a criação de mecanismos de adaptação às mudanças climáticas. Para tal, os dados obtidos no referido projeto foram compilados num livro digital e que está em fase de correção pelos autores. Um "boneco" deste livro já está disponível para apreciação na sede da OSCIP.

Ao longo de 2014, O projeto ClimBAP conseguiu identificar e mobilizar três grupos que deram início a uma rede local de adaptação e mitigação a mudanças climáticas. Trata-se da comunidade Pantaneira de São Pedro de Joselândia-MT (SPJ), Comunidade Indígena Terena de Dois-Irmãos-do-Buriti-MS e da comunidade de Jardim Vitória em Cuiabá-MT, onde a relação com a comunidade do bairro é mediada pela ONG Cidade Amiga. Nestes três grupos aconteceram reuniões e oficinas com intuito de capacitar os atores com o objetivo de aumentar a capacidade adaptativa destes em relação a mudanças climáticas. Potenciais lideres destes grupos já foram identificados em SPJ e na Aldeia Terena, restante identificar lidere(s) na comunidade Jardim Vitória.

Nestas comunidades, algumas medidas práticas de adaptação e mitigação a mudança climática estão/foram discutidas. Em SPJ, este trabalho iniciou pela escola local e 4 eco técnicas foram desenhadas e realizadas. Os vídeos (vídeo longo: 30 minutos http://youtu.be/mpbfMvRrMH0?list=UUzZlc8bs2lavQh0o8Wjiecw; vídeo curto: 10 minutoshttp://youtu.be/UcTKR9uwQyU?list=UUzZlc8bs2lavQh0o8Wjiecw), mostram como a comunidade escolar implementou o telhado verde e a cortina verde, cujo principal objetivo é a melhoria do conforto térmico. Implementou também um eco filtro, que melhora a qualidade da água durante a seca, e construiu uma casa pantaneira para ilustrar as propriedades térmicas desta para os alunos e demais membros da comunidade.

No Jardim Vitória, o ClimBAP atua no sentido de difundir a ideia da compostagem como tratamento do resíduo sólido e orgânico, reduzindo as emissões de metano e também o uso de eco técnicas já desenvolvidas em SPJ.

Na comunidade indígena, Aldeia Terena, o projeto, da mesma forma que em SPJ, iniciou com a comunidade escolar. Estas discussões, ainda em curso estão indicando proposta de recuperação de vegetação nativa, no intuito de melhorar o conforto térmico e aumentar a produção hídrica dos cursos d'água locais da qual a escola e a comunidade dependem para abastecimento e agricultura. Além disso, a comunidade escolar deverá fazer um demonstrativo das propriedades térmicas da casa tradicional Terena nas dependências da escola para incentivar o retorno do modelo de construção na aldeia.

Diante das ações relatadas, e considerando que os atuais líderes destas comunidades estão se organizando e deverão reunir-se para elaboração e projetos comuns, espera-se que no próximo ano a rede seja expandida para outros grupos locais.

7 - COMPONENTE 5 – Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal

Esse Componente possui as seguintes atividades:

1. Síntese crítica da literatura existente apontando lacunas no diagnóstico da capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal;
2. Definição do roteiro metodológico: Oficinas – "Painel de especialistas (ciências naturais e sociais) sobre turismo no Pantanal";
3. Realização de oficina com os principais atores por região e atividades para validar e finalizar o roteiro metodológico preliminar da Atividade 2;
4. Oficina "A capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo da sua região/localidade" – processo participativo com os atores envolvidos no turismo em cada região/localidade;
5. Síntese dos resultados das oficinas realizadas na Atividade 4.

A seguir, apresentamos a tabela de indicadores com as metas previstas e realizadas durante o exercício de 2014 para este Componente:

TABELA 5 – Indicadores de Desempenho do Componente 5

INDICADORES						
Sigla	**Título**	**Fórmula/Descrição**	**Unidade Medida**	**Peso**	**Meta Prevista**	**Realizado no período**
NEFIPS	1. Números de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade	Número de eventos promovidos no componente. Considera eventos produzidos somente entre pesquisadores e também eventos onde pesquisadores e não pesquisadores participam	Nº	2	3	**3**
INTP	2. Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO	Índice	3	0,5	**0**

IDARS	3. Índice de divulgação de ações e resultados para a sociedade (artigos na Internet, imprensa escrita, eletrônica, palestra, alocução e conferência para o grande público)	Número total de matérias divulgadas para o grande público [(nº MD x 3) + (nº MM x 2) + (nº MO x 1)] / NPE Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocução e conferência produzidos pelos membros do componente. M = Número de matérias MD = Matéria de doutores MM = Matéria de mestres MO = Matéria de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente P = peso onde P vale 3: para MD 2: para MM 1: para MO	Índice	3	4	**3,25**

Abaixo apresenta-se o detalhamento das atividades realizadas visando atender a cada indicador do Componente:

INDICADOR 1: Número de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade (NEFIPS)

Este indicador representa o número de eventos demonstrando a interação entre pesquisadores e sociedade. Durante o ano de 2014 os pesquisadores do Componente promoveram 3 eventos visando o alcance desse indicador, são eles: **a) Reunião Técnica com a participação dos pesquisadores de MS e de MT, *Trade* Turístico de MT e represente do CPP**, no dia 6 de junho de 2014, na sede do INPP, em Cuiabá-MT; **b) Oficina Práticas turísticas em áreas úmidas**, realizada na sede do INPP, no dia 20 de agosto de 2014, em Cuiabá-MT; **c) Oficina Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal**, realizada na sede do SEBRAE, dia 05 de dezembro de 2014, em Campo Grande-MS. Considerando a meta prevista (3), e que foram realizadas **3** atividades, este indicador foi cumprido. **Anexo VI**

INDICADOR 2: Índice total de publicações (INTP)

O indicador 2 refere-se a quantidade de publicações por parte dos pesquisadores vinculados ao Componente. Este Componente conta com quatro pesquisadores doutores, no entanto, como se trata de uma linha de ação nova, implementada no segundo semestre de 2013, os pesquisadores não tiveram tempo hábil para a publicação de artigos científicos. Cabe informar que no primeiro semestre de 2015 os pesquisadores deverão submeter um artigo utilizando os dados obtidos no âmbito do referido Componente. Diante do exposto, a meta firmada (0,5) não foi cumprida, o INTP ficou (0).

INDICADOR 3: Índice de divulgação de ações e resultados para a sociedade (IDARS)

Este indicador representa o número de ações demonstrando a interação entre pesquisadores e sociedade. Para tal, ao longo do ano de 2014 foram realizadas as seguintes ações: **a) Turismo: uma riqueza inexplorada**, matéria publicada no site www.midianews.com.br; **b) Turismo: uma riqueza inexplorada**, matéria publicada no site www.hipernoticias.com.br; **c) Palestra sobre Capacidade do Turismo no Pantanal**, proferida pelo Prof. Dr. Heros Augusto Santos Logo, da Universidade Federal de São Carlos, realizada no dia 21 de agosto de 2014 em Cuiabá-MT, durante a realização da Oficina Praticas Turísticas em Áreas Úmidas; **d) Palestra sobre Capacidade de Suporte do Turismo em Áreas Úmidas**, proferida pelo Prof. Dr. Heros Augusto Santos Logo – Universidade Federal de São Carlos, realizada no dia 05 de dezembro de 2014 em Campo Grande-MS, durante a realização da Oficina Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal; **e) Pesquisadores promovem oficina em campo grande sobre Turismo no Pantanal**, matéria publicada no site www.portal.uems.br; **f) Turismo no Pantanal preocupa cientistas,** matéria publicada no jornal A Gazeta 2B (7 de junho de 2014); **g) Turistas cevam onças,** matéria publicada no jornal A Gazeta 1B (28 de dezembro de 2014). Das sete ações produzidas neste indicador, três foram realizadas por pesquisadores com titulação de doutor, e quatro matérias publicadas por outros, permitindo atingir um índice de 3,25, ficando abaixo da meta prevista (4). **Anexo VI**

7.1 – Detalhamento das atividades:

Apesar das dificuldades iniciais no processo de articulação e estruturação da equipe para atuar na execução das atividades previstas neste Componente, as atividades estão sendo realizadas e até o final do projeto as mesmas deverão ser cumpridas.

Conforme previsto no Plano de Trabalho, foi realizada a Chamada Pública para seleção de empresa para prestação de serviços de consultoria, com o objetivo de realizar o levantamento na literatura e produzir um relatório apontando as lacunas no diagnóstico da capacidade e suporte/ sustentabilidade do turismo no Pantanal. O instrumento convocatório foi elaborado e publicado, tendo sido posteriormente cancelado, uma vez que das empresas concorrentes, a que apresentou o menor valor, possuía em seu quadro societário membro vinculado ao serviço público federal, o que contraria as regras pactuadas no presente Termo de Parceria. Considerando a articulação com grupo de pesquisa da UEMS com capacidade técnica nessa área, o CPP optou por não convocar a empresa que participou do processo de contratação realizado através da referida Chamada Pública e que ficou em segundo lugar, pois, foi estabelecida a parceria e a estruturação de um grupo de pesquisadores daquela instituição (UEMS) para assumir a tarefa. Este grupo criou uma rede de colaboradores, contando com a participação de pesquisadores vinculados a outras instituições visando melhores resultados em prazo mais curto.

Assim, a partir das atividades realizadas ao longo de 2014, a equipe produziu um Relatório, contendo os resultados da revisão da literatura sobre a capacidade de suporte e a sustentabilidade do turismo no Pantanal. O documento apresenta uma análise da produção cientifica publicada acerca da capacidade de suporte associada ao turismo no Pantanal, define o roteiro metodológico e traz uma proposta preliminar para aplicação de metodologia para a capacidade de suporte de carga turística no Pantanal. Essa metodologia deverá ser aplicada

nas regiões onde será desenvolvido o projeto piloto. O resultado desse trabalho será apresentado em um evento internacional "Encontro de Geógrafos da América Latina, a ser realizado em Cuba ainda no primeiro semestre de 2015, o resumo foi submetido e aprovado. **Anexo VI**

Os trabalhos permitiram a identificação das regiões em Mato Grosso (Poconé e Barão de Melgaço), e em Mato Grosso do Sul (Miranda e Corumbá), onde serão desenvolvidos os casos-piloto, através de oficinas e visita técnica para aplicação da metodologia.

8 - COMPONENTE 6 – Caracterização Ocupacional de Pescadores e Pecuaristas do Município de Poconé na Microrregião do Alto Paraguai

Para abordar estas questões foram firmadas no Plano de Trabalho as seguintes atividades:
1. Conhecendo a dinâmica social de pecuaristas e pescadores *in loco*: visitas de reconhecimento, confecção, avaliação, teste, correção e aplicação de *surveys*;
2. Conhecendo a dinâmica social dos atores pantaneiros nas oficinas (assembleias): observação participativa, confecção, avaliação, teste, correção e aplicação de *surveys* nas oficinas previstas nos Componentes 1, 4 e 5.

A seguir, apresentamos a tabela de indicadores com as metas previstas e realizadas no período para este Componente:

TABELA 6 – Indicadores de Desempenho do Componente 6

INDICADORES						
Sigla	**Título**	**Fórmula/Descrição**	**Unidade Medida**	**Peso**	**Meta Prevista**	**Realizado no período**
IFRH	1. Índice de Formação de Recursos Humanos	IFRH = (NED*3) + (NEM*2) + (NEO*1) / NPA NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrandos NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente	Índice	2	1	**1,5**
INTP	2. Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres	Índice	2	0,5	**0,75**

		PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO				
NCSA	3. Número de *surveys* aplicados em oficinas/assembleias	Números de *surveys* aplicados pelos pesquisadores do componente em relação à dinâmica social dos atores pantaneiros nas oficinas (assembleias) previstas nos Componentes 1, 4, 5.	Nº	3	6	**13**

Abaixo, apresentam-se as ações realizadas no decorrer de 2014, visando o alcance das metas firmadas em cada indicador do Componente:

INDICADOR 1: Índice de formação de recursos humanos (IFRH)
Este indicador refere-se ao índice de formação de recursos humanos pelos pesquisadores vinculados ao Componente. A equipe integrante deste Componente conta com quatro pesquisadores doutores e seis estudantes de graduação, o que permitiu atingir 1,5, considerando que a meta anual é de (1,0), a mesma foi atingida. **Anexo VII**

INDICADOR 2: Índice total de publicações (INTP)
O indicador 2 refere-se a quantidade de publicações por parte dos pesquisadores vinculados ao Componente. Durante o ano de 2014 houve a submissão de um capítulo de livro por parte de um dos pesquisadores com titulação de doutor, produzindo um INTP de 0,75, a meta prevista (0,5) foi superada. **Anexo VII**

INDICADOR 3: Número de *surveys* aplicados em oficinas/assembleias (NCSA)
Este indicador objetiva demonstrar o número de *surveys* elaborados pelo Componente. No decorrer do exercício de 2014, os pesquisadores realizaram várias entrevistas com pecuaristas e pescadores na região de Poconé-MT, ocasião em que foram aplicados 13 formulários "*surveys*". A meta proposta para o ano de 2014, (NCSA 6), foi atingida. O fato de o indicador ter sido largamente superado justifica-se pela necessidade, verificada pela equipe durante o andamento dos trabalhos, de refinar e reaplicar alguns dos instrumentos, assim como elaborar e aplicar novos questionários (não previstos inicialmente) para validar as informações obtidas. **Anexo VII**

9 - COMPONENTE 7 – GESTÃO E APOIO LOGÍSTICO

Este Componente visa a gestão, o acompanhamento e o apoio logístico aos projetos dos demais componentes, sob a coordenação da Diretoria Executiva do CPP. Estão previstas as seguintes atividades:

1. Ações gerenciais para operacionalização das atividades e ações;
2. Realização do acompanhamento e avaliação das atividades de pesquisa e extensão;
3. Divulgação das ações do CPP para o público externo;
4. Impacto do CPP na mídia.

A seguir, apresentamos a tabela de indicadores com as metas previstas e realizadas no período para este Componente:

TABELA 7 – Indicadores de Desempenho do Componente 7

INDICADORES						
Sigla	**Título**	**Fórmula/Descrição**	**Unidade Medida**	**Peso**	**Meta Prevista**	**Realizado no período**
NAGR	Número de ações gerenciais realizadas	Número de ações gerenciais realizadas pelo CPP = - Documentos elaborados; - Workshops, Seminários, Expedições, Congressos, Reuniões Técnicas; - Contratos realizados; - Publicações - Divulgações, etc.	Nº	1	12	**14**
NPPA	Número de Projetos, Programas, Prestação de Serviços e Ações Formalizadas	Número de projetos, programas, prestações de serviços e ações desenvolvidas em parceria formal com instituições nacionais e estrangeiras que não sejam do CPP no ano.	Nº	2	2	**6**
NACE	Número de Ações realizadas por Consultores Externos	Número de Seminários, workshops, Visitas Técnicas ou outras atividades realizadas pelo CPP para acompanhamento e avaliações dos projetos.	Nº	3	1	**0**
ARE	Alavancagem de Recursos Externos no Exercício	Recursos externos alavancados no exercício dividido pelos recursos repassados pelo MCTI ao CPP no âmbito do TP no exercício, multiplicados por 100	%	3	100%	**221,96%**

Abaixo, apresentam-se as ações realizadas durante o ano de 2014 visando o alcance das metas firmadas em cada indicador.

INDICADOR 1: NÚMERO DE AÇÕES GERENCIAIS REALIZADAS – (NAGR)
Durante o ano de 2014 a Diretoria Executiva do CPP realizou as seguintes ações gerenciais:

1. Ação: Elaboração de instrumento convocatório para Chamada Pública para Contratação de Consultoria a ser realizada visando atender a Atividade 1 do Componente 5.
Objetivo: Publicar o documento convocatório com definição de objeto e normas gerais de seleção para contratação de empresa de consultoria na área do turismo.
Resultados obtidos: Termo de Referência publicado no site da OSCIP, e divulgado junto a várias empresas do segmento.
Participantes: Coordenação Administrativa do CPP.
Período/Local: Janeiro/Fevereiro de 2014 – em Cuiabá-MT.

2. Ação: Elaboração e Publicação do Extrato de Execução do Termo de Parceria, de acordo com o Anexo II do Decreto 3.100
Objetivo: Atendimento às normas federais e órgãos de controle.
Resultados obtidos: Documento elaborado e publicado no Diário Oficial da União.
Participantes: Coordenação administrativa (com o apoio da empresa de contabilidade)
Período/Local: Fevereiro de 2014 – em Cuiabá-MT.

3. Ação: Apoio Logístico-operacional para a Realização da I Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a atividade de regionalização do Pantanal.
Objetivo: Discutir as atividades do zoneamento, Atividade 5 do Componente 1 "LEI DO PANTANAL".
Resultados obtidos: Foi produzido um documento síntese contendo os principais assuntos tratados, parcerias e metodologia a ser aplicada.
Participantes: Pesquisadores do INAU, UFMS, UNEMAT e EMBRAPA PANTANAL, Ministério Público, Instituto Chico Mendes, UFMT.
Período/Local: Março de 2014, sede do INPP, *campus* UFMT, em Cuiabá-MT.

4. Ação: Produção do Relatório Circunstanciado de Prestação de Contas junto ao Ministério da Justiça (MJ).
Objetivo: Apresentar o relatório de prestação de contas do exercício de 2013 da OSCIP junto ao MJ, responsável pela fiscalização e manutenção da qualificação das entidades qualificadas como OSCIP.
Resultados obtidos: Relatório de prestação de contas produzido e enviado no prazo e aprovado pelo órgão. A comprovação é feita através da renovação da certidão da qualificação de OSCIP.
Participantes: Coordenação Administrativa do CPP.
Período/Local: Maio de 2014, sede do CPP em Cuiabá-MT.

5. Ação: Elaboração de Projeto para Captação de Recursos para o II CONBRAU
Objetivo: Buscar parceria e apoio financeiro junto ao SESC Pantanal e às agências de fomento (CAPES, FAPEMAT, CNPq) para realização do II CONBRAU.
Resultados obtidos: Projeto elaborado e submetido aos possíveis parceiros financiadores
Participantes: Coordenação Administrativa do CPP.
Período/Local: Abril de 2014 – em Cuiabá-MT

6 Ação: Apoio logístico-operacional para a realização da Reunião de acompanhamento e de avaliação das atividades realizadas no âmbito do Termo de Parceria CPP-MCTI com os membros da CAA
Objetivo: Avaliar as atividades realizadas pelos Componentes de Pesquisa de acordo com o Plano de Trabalho pactuado entre CPP-MCTI para o exercício de 2013
Resultados obtidos: Reunião realizada conforme Relatório Emitido pela CAA
Participantes: Representantes do MCTI e CPP
Período/Local: Março de 2014 – sede do INPP, *campus* UFMT em Cuiabá-MT.

7. Ação: Realização de Reunião com Comissão Organizadora do II CONBRAU
Objetivo: Discutir as diversas ações para viabilizar o evento como (i) captação de recursos; (ii) infraestrutura; (iii) definição da programação com nomes dos palestrantes; (iv) acompanhamento do número de inscritos e de trabalhos submetidos via sistema, entre outros assuntos.
Resultados obtidos: Definição da programação do congresso, resultados dos editais de apoio a eventos, fechamento de programação, cerimônia de abertura, discutir sobre o fechamento das contratações de terceiros, prazo para submissão de resumos
Participantes: Representantes do CPP, pesquisadores quem integram a Comissão Organizadora do II CONBRAU.
Período/Local: Junho de 2014, sede do INPP, *campus* UFMT em Cuiabá-MT.

8. Ação: Apoio logístico-operacional para a realização da Reunião de acompanhamento e de avaliação das atividades realizadas no âmbito do Termo de Parceria CPP-MCTI com os membros da CAA
Objetivo: Avaliar as atividades realizadas pelos Componentes de Pesquisa de acordo com o Plano de Trabalho pactuado entre CPP-MCTI previstas para o primeiro semestre 2014
Resultados obtidos: Reunião realizada conforme Relatório Emitido pela CAA
Participantes: Representantes do MCTI e CPP
Período/Local: Setembro de 2014 – sede do INPP, *campus* UFMT em Cuiabá-MT.

9. Ação: Realizar Reunião com membros da Assembleia Geral do CPP para fins de atendimento as exigências estatutárias.
Objetivo: Apresentar o relatório de atividades realizadas pela a OSCIP no exercício anterior (2013), bem como apresentar relatório financeiro (balanço) para apreciação e aprovação pelos Membros.
Resultados Obtidos: Reunião realizada, elaboração da Ata com registro de todos os assuntos tratados e deliberações da Assembleia Geral.
Participantes: Representantes das instituições de MT e MS que compõem a Assembleia Geral do CPP.
Período/Local: Agosto de 2014, sala de reuniões da sede do INPP, *campus* UFMT, em Cuiabá-MT.

10. Ação: Apoio Logístico-operacional para a Realização da II Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a atividade de regionalização do Pantanal.
Objetivo: Continuidade dos trabalhos iniciados na I Reunião, realizada em março de 2014, com visando a regionalização do Pantanal, Atividade 5 do Componente 1 "LEI DO PANTANAL".
Resultados obtidos: Apresentação dos trabalhos do Prof. Dr. Mario Luís Assine (Professor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, com definição das principais bases para a regionalização do Pantanal, cuja metodologia indica a possibilidade de regionalizar fazendo uma chave discriminatória dos sítios deposicionais ativos e inativos (rios avulsivos) dos megaleques, pela dinâmica hidrológica, em função da entrada de água e áreas de acúmulo de água.

Participantes: Pesquisadores do INAU, UFMS, UNEMAT e EMBRAPA PANTANAL, Ministério Público, Instituto Chico Mendes, UFMT, Universidade de Viçosa, Assembleia Legislativa Do Estado de Mato Grosso, Secretaria Estadual de Meio Ambiente/MT, SESC Pantanal, Universidade de Cuiabá/UNIC.
Período/Local: Julho de 2014, sede do INPP, *campus* UFMT, em Cuiabá-MT.

11. Ação: realização do "II Congresso de Áreas Úmidas - CONBRAU**".**
Objetivo: Organizar e realizar o "II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas (CONBRAU)" reunindo cientistas, estudantes, gestores e sociedade cível para reflexões, intercambio de conhecimentos e disseminação de saberes sobre o tema.
Público Alvo: pesquisadores, estudantes, científica, gestores públicos e entidades de pesquisa.
Resultados obtidos: Em dois dias de congresso foram apresentados 12 palestras de 30 minutos cada, 28 apresentações orais de até 20 minutos e 98 trabalhos científicos apresentados no formato de pôsteres. O II CONBRAU permitiu a troca de conhecimentos e a interação entre pesquisadores de diversas instituições. No dia 22 de agosto de 2014, último dia do congresso, 16 participantes do congresso, entre pesquisadores e tomadores de decisão reunira-se para oficializar a intenção de criar a Sociedade Brasileira de Áreas Úmidas – SOBRAU, o objetivo da criação dessa associação será para aglutinar forças para estimular a produção do conhecimento voltada as área úmidas; oferecer fórum de discussão de temas relacionados as áreas úmidas e popularizar o conhecimento, além de subsidiar a formulação de políticas públicas para a conservação, uso sustentável e restauração de áreas úmidas.
Período/Local: Agosto de 2014, sede do INPP, *campus* UFMT, em Cuiabá-MT.

12. Ação: Apoio Logístico-operacional para a Realização da Oficina "Práticas Turísticas em Áreas Úmidas".
Objetivo: Troca de experiências em pesquisa na área de turismo em áreas úmidas: Construir uma rede de pesquisadores em turismo em áreas.
Resultados obtidos: Reunir diversos atores envolvidos com o Turismo e trocar experiências visando o estreitamento dos trabalhos dos diferentes atores, bem como contribuir com a conclusão do trabalho do grupo quanto ao relatório da atividade 1 do Plano de Trabalho, Componente 5.
Participantes: Pesquisadores, estudantes na área do turismo, representantes de órgãos governamentais ligados ao turismo.
Período/Local: Agosto de 2014, sede do INPP, *campus* UFMT, em Cuiabá-MT.

13. Ação: Elaboração de projeto cientifico para concorrer a continuidade do INAU/INCT Áreas Úmidas, através da chamada INCT – MCTI/CNPq/CAPES n. 16/2014
Objetivo: Elaborar projeto para participar da Chamada INCT – MCTI/CNPq/CAPES n. 16/2014 e dar continuidade ao projeto INAU, que desde 2009 vem sendo executado pela OSCIP com recursos do CNPq.
Resultados obtidos: Projeto elaborado nos termos do Edital e enviado via Plataforma Carlos Chagas.
Participantes: Representantes do CPP, pesquisadores das instituições que possuem cooperação técnica com o CPP.
Período/Local: Setembro de 2014, sede do INPP, *campus* UFMT em Cuiabá-MT.

14. Ação: Apoio Logístico-operacional para a Realização da Oficina Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal.
Objetivo: Continuidade dos trabalhos do Componente 5, bem como discutir o Estado da Arte do Turismo no Pantanal

Resultados obtidos: Troca de experiência com os participantes possibilitou aos pesquisadores reunir informações relevantes acerca do Turismo no Pantanal, o que possibilitou estabelecer um panorama do modo como o empreendedorismo tem se desenvolvido no Pantanal, benefícios e impactos ambientais e sociais.
Participantes: Pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa, representante do trade turístico, sindicato de turismo e órgãos governamentais ligados ao turismo.
Período/Local: Dezembro de 2014, sede do SEBRAE, em Campo Grande-MS.

A meta anual pactuada para este indicador foi (12), e, de acordo com o detalhamento acima, durante o ano de 2014 foram realizadas quatorze ações, dessa forma a meta foi superada. **Anexo VIII**

INDICADOR 2: NÚMERO DE PROJETOS, PROGRAMAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AÇÕES FORMALIZADAS – (NPPA)

Este indicador tem como objetivo demonstrar o número de projetos, programas e ações desenvolvidas pelo CPP em parceria formal com instituições nacionais e estrangeiras. A meta prevista para 2014 foi (2). Neste ano de 2014 o CPP firmou/renovou 6 novas parcerias, sendo: **a)** Renovação da Cooperação Técnica com a UNEMAT; **b)** Termo Aditivo com o CNPq com o objetivo de novo aporte financeiro na ordem de R$ 1.200.000,00 ao INCT Áreas Úmidas-INAU; **c)** Segundo Termo Aditivo junto à *The Nature Conservancy* – TNC, para continuidade do Acordo de Cooperação n. 00304/2911; **d)** Termo de Convênio n. 12/2013 celebrado entre CPP, ONF Internacional e ONF Brasil; **e)** Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica 006/2012/SEMA-MT, cujo objeto foi a prorrogação do prazo de vigência do referido Termo de Cooperação e **f)** Termo Aditivo com a EMBRAPA PANTANAL, cujo objetivo foi alterar a vigência do Contrato de Cooperação Geral com o CPP. Desta forma a meta (2) pactuada foi superada, durante o período de 2014 foram firmadas seis ações visando a formalização de parcerias com o CPP, o que contribui para a sustentabilidade da OSCIP. **Anexo VIII**

INDICADOR 3: NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS POR CONSULTORES EXTERNOS – (NACE)

O objetivo deste indicador é demonstrar o número de ações como seminários e reuniões técnicas, dentre outras, visando o acompanhamento e a avaliação dos projetos que integram os Componentes de pesquisa. A meta firmada para 2014 para este indicador foi 1. No entanto, devido ao atraso na implementação dos projetos, pois, parte dos projetos foram implementados a partir de maio de 2013, com exceção do projeto do Turismo e de dois projetos ligados ao Componente 1, Atividades 1 e 6 que só tiveram início a partir de 2014. Tendo em vista que todos os projetos tiveram a sua metodologia referendada por consultores *ad hoc* e, considerando o tempo demandado para a estruturação das equipes e início com atraso nas atividades, a coordenação do CPP, com base no princípio da economicidade, não viu razão para remunerar *ad hocs* nesse momento, já que, como dito acima, os projetos já tiveram as suas metodologias referendadas por *ad hocs* e os dados produzidos até o momento, na avaliação da coordenação da OSCIP, ainda não justificam novos gastos com avaliação ad hoc, que deverá ocorrer no ano de 2015.

INDICADOR 4: ALAVANCAGEM DE RECURSOS EXTERNOS NO EXERCÍCIO – (ARE)

Este indicador demonstra os esforços do CPP em diversificar suas parcerias e fontes de financiamento de forma a garantir a continuidade de suas ações por meio de recursos de outras fontes. A meta firmada para o exercício de 2014 foi 100%. Durante o exercício de 2014 o CPP recebeu os seguintes recursos: a) No dia 2 de janeiro de 2014 a quantia de

R$653.600,00 (seiscentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais), cujo recurso é para o financiamento do Projeto PETRA, gerenciado pelo CPP que tem como financiador a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD; b) Recebeu da TNC para desenvolvimento dos ações previstas no Acordo de Cooperação n. 00304/2911 o valor de R$100.000,00 (cem mil reais) repassados em duas parcelas no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), a primeira repassada no dia 16 de abril de 2014, e a última repassada no dia 22 de dezembro de 2014; c) Recebeu do CNPq o valor correspondente a última parcela do Convênio firmado para o desenvolvimento do Projeto INCT Áreas Úmidas-INAU, no valor de R$1.961.899,00 (um milhão novecentos e sessenta e um mil e oitocentos e noventa e nove reais). No ano de 2014 o MCTI repassou duas parcelas no âmbito do Termo de Parceria, cada uma no valor de R$611.696,00, (seiscentos e onze mil seiscentos e noventa e seis reais), totalizando R$1.223,392,00 (um milhão duzentos e vinte e três mil e trezentos e noventa e dois reais). O aporte financeiro externo recebido pelo CPP totaliza a quantia de R$2.715.499,00, (dois milhões setecentos e quinze mil e quatrocentos e noventa e nove reais) o que representa 221,96% do valor recebido do MCTI, superando, desta forma a meta estabelecida. A superação ocorreu devido ao atraso no repasse dos recursos previstos para o INCT Áreas Úmidas, bem como no atraso ocorrido no repasse ao Projeto PETRA, inicialmente previstos para ocorrer no exercício de 2013. **Anexo VIII**

O Componente 7, tem como função acompanhar e promover o apoio logístico às ações dos demais Componentes, e com vistas a cumprir com sua função, em 2014 viabilizou diversas atividades buscando alcance das metas firmadas em todos os Componentes. Para fins de comprovação, encontram-se no **Anexo VIII** as comprovações de todas as atividades realizadas visando o alcance dos indicadores para esse Componente.

10 – INTRODUÇÃO DE MACROPROCESSOS

Visando atender as recomendações dos membros da CAA, o CPP passa a incluir em seus relatórios a relação entre os componentes de pesquisa e os principais macroprocessos adotados pelo CPP.

As ações do CPP estão relacionadas diretamente com 4 macroprocessos, tendo como enfoque principal a produção científica, formação de recursos humanos que contribuam para a elaboração e a execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do Pantanal, bem como o desenvolvimento de tecnologia e ferramentas de gestão da pesquisa que permita o encalce de seus objetivos.

Desta forma, e considerando as linhas de ações do CPP, elencamos abaixo os macroprocessos que melhor definem a existência do CPP:

1. Produção de Conhecimento;
2. Formação de Recursos Humanos;
3. Ações para o desenvolvimento sustentável do Pantanal;
4. Tecnologia e ferramentas de gestão de projetos de pesquisa.

O quadro abaixo demonstra relação entre estes Macroprocessos, Componentes de Pesquisa e Indicadores que compõem o Plano de Trabalho firmado com o MCTI:

TABELA 8 – Tabela de Macroprocessos

MACROPROCESSOS	COMPONENTE	INDICADORES
1. Produção de Conhecimentos	1	IDRS
	2	INTP
	3	INTP, IDRS
	5	INTP, IDARS
	6	INTP
2. Formação de Recursos Humanos	2	IFRH
	3	IFRH
	4	INAC
	6	IFRH
3. Ações para o desenvolvimento sustentável do Pantanal	1	NEFIPS, NAR, IDRS
	2	NCRAP
	3	NCPDP, IDRS
	4	IE, INP
	5	NEFIPS, IDARS
	7	NPPA
4. Tecnologia e ferramentas de gestão de projetos de pesquisa	7	NAGR, NPPA, NACE, ARE

10.1. Macroprocesso 1: Produção de Conhecimento

Este macroprocesso trata da produção científica e acadêmica no âmbito da Rede do CPP. Para aferir esta produção sugerimos o uso de dois indicadores pactuados em vários dos Componentes, como: INTP e IDRS.

10.2. Macroprocesso 2: Formação de Recursos Humanos

O objetivo deste macroprocesso é apresentar a formação de recursos humanos resultantes das atividades desenvolvidas pelo CPP no âmbito dos Componentes. O indicador sugerido para este macroprocesso foi o IFRH.
Há outro indicador (INAC) que trata de formação de recursos humanos, no entanto, ele vem sendo utilizado apenas no Componente 4 (ClimBAP). Eventualmente, o referido indicador poderia ser aplicado a todos os atores capacitados no âmbito dos 7 Componentes firmados com o MCTI. Neste caso, seria necessária uma redefinição, uma vez que este indicador considera o número de localidades do ClimBAP.

10.3. Macroprocesso 3: Ações para o desenvolvimento sustentável do Pantanal

De fato, todas as atividades que o CPP realiza podem ser consideradas como "Ação para o Desenvolvimento Sustentável do Pantanal", posto que este é o objetivo da OSCIP. De acordo com as Atividades estabelecidas nos Componentes existem 8 indicadores susceptíveis de quantificar esse macroprocesso. No entanto, esta diversidade poderá dificultar o processo de avaliação. Existem dois indicadores (NEFIPS e IDRS) que são comuns a diversas atividades e Componentes, no entanto, tratam de comunicação com a sociedade e não refletem outras ações relevantes para promover o desenvolvimento sustentável do Pantanal. Como alternativa para melhor refletir a relação desse macroprocesso, sugere-se a criação de outro indicador

que considere essas ações, ou simplesmente, a exclusão desse macroprocesso que, por ser muito amplo, torna-se vago e de difícil avaliação.

10.4. Macroprocesso 4: Tecnologia e ferramentas de gestão de rede

Este macroprocesso tem como objetivo acompanhar a capacidade do CPP em desenvolver as condições necessárias para viabilizar o atendimento a todas as atividades previstas pelos Componentes que envolvem vários grupos de pesquisa de diversas instituições. Para melhor interface com esse macroprocesso, sugere-se redefinir o indicador NNPA para Número de Projetos, Programas, Prestação de Serviços, Ações Formalizadas e Novos Processos de Gestão. Os demais indicadores (NAGR, NATC e ARE) utilizados no Componente 7 deverão ser mantidos. A sugestão de alteração no indicador visa incluir, por exemplo, os ajustes promovidos em alguns processos internos de gestão para melhor adequar as exigências dos órgãos de controle, ou para melhorar o controle interno, de forma a atender as demandas apresentadas pelos grupos de pesquisa.

11 – ATENDIMENTO PELO CPP ÀS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA MCTI-CPP

Recomendações da CAA para o Componente 6:

- No Componente 6, na descrição do indicador NCSA consta "Números de surveys aplicados pelos pesquisadores do componente em relação à dinâmica social dos atores pantaneiros nas oficinas (assembleias) previstas nos Componentes 1, 4, 5". No relatório de atividades do CPP, citou-se que foram realizadas entrevistas e aplicados surveys, mas não explicita se esses surveys foram aplicados nas Oficinas dos Componentes 1, 4 e 5. Recomenda-se, portanto, que esse item seja mostrado no relatório;

Resposta: O atual projeto "Ciência e Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade Socioambiental" (CSPICSS) foi elaborado na sequência do projeto anterior "Consolidação das Redes de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal" (CRPEP). Quando da realização do projeto CRPEP (que gerou diversos TPs com o MCTI), realizamos diversos *workshops* com pecuaristas e pantaneiros, para que estes apontassem os rumos que as pesquisas do CPP deveriam tomar. Durante estes *workshops*, ficou evidente a necessidade de uma melhor caracterização ocupacional destes profissionais responsáveis pelas principais atividades econômicas na planície pantaneira. Ao elaborarmos o atual projeto CSPICSS, incluímos o componente 6 "Caracterização Ocupacional de Pescadores e Pecuaristas do Município de Poconé na Microrregião do Alto Paraguai", mencionando que os *surveys* seriam realizados durante *workshops* realizados com pecuaristas e pescadores, sem nos darmos conta de que estes *workshops* específicos com pescadores e pecuaristas não estavam previstos no atual projeto. Desta forma, os pesquisadores do Componente 6 passaram a aplicar os *surveys* requeridos pelo CPP nas comunidades de pecuaristas e pescadores e não em *workshops*. Ressalte-se, no entanto, que o objetivo do componente, que é a caracterização ocupacional destes profissionais está integralmente garantida, até mesmo porque o projeto, com esses objetivos, foi aprovado por consultoria *ad hoc.*

Recomendações da CAA para organização dos anexos do Relatório:

- Para os próximos relatórios, recomenda-se que os anexos para comprovação de atingimento das metas sejam organizados por indicador de cada componente ou, então, que as ações/atividades referentes aos anexos sejam citadas no texto no local onde se encontra o

detalhamento de cada indicador no relatório. Além disso, que as memórias de cálculo relativas aos indicadores também sejam anexadas ao relatório;

Resposta: Com vistas a atender esta recomendação, o CPP passou a elencar no detalhamento de cada indicador as ações realizadas visando o alcance do mesmo. Além disso, os anexos passaram a ser organizados em acordo com a citação nos respectivos indicadores e no Anexo IX apresentamos a memória de cálculo dos indicadores.

Recomendações da CAA para o Componente 7:

- Com base no relatório financeiro apresentado pelo CPP, a CAA manifestou preocupação quanto à execução dos recursos financeiros, pois ainda faltam ser executados 48% da parcela de 2012, 100% da parcela de 2013 e 100% da parcela de 2014. Além disso, em 2015, está previsto mais um desembolso. Diante desse cenário, a CAA recomenda que o Termo de Parceria seja repactuado com base na Cláusula Quarta – Dos Recursos Financeiros, Subcláusula Segunda - "O ***PARCEIRO PÚBLICO****, no processo de acompanhamento e supervisão deste* ***TERMO DE PARCERIA****, poderá recomendar a alteração de valores, acarretando a revisão das metas pactuadas, ou recomendar revisão das metas, o que implicará a alteração do valor global pactuado, tendo como base o custo relativo, desde que devidamente justificada e aceita pelos* ***PARCEIROS****, de comum acordo, devendo, nesses casos, serem celebrados Termos Aditivos".*

Resposta: O CPP visando responder a preocupação dos membros da CAA, agilizou a execução dos recursos da primeira parcela em conta para que atingisse o percentual de 70% de execução para recebimento da segunda parcela do Termo de Parceria. Em 13 de outubro de 2014 o CPP fez solicitação de liberação de da segunda parcela, pois, já tinha atingido 70,52% de execução dos recursos em conta.

Quanto a recomendação para repactuar o orçamento e metas, o CPP solicita prorrogação da vigência do Termo de Parceria. Tal solicitação é necessária uma vez que o Plano de Trabalho firmado com o MCTI foi planejado para ser executado em um período de quatro anos (2012 a 2015), considerando que em 2012 o CPP concluía as atividades firmadas no Plano de Trabalho anexo ao Termo de Parceria anterior a este (*TP n. 13.0009.00/2008*), e que só foi possível o início das atividades do atual Termo de Parceria após recebimento dos recursos (março de 2013), ou seja, mesmo que não tivesse ocorrido atraso no repasse da primeira parcela, o cronograma já contemplava um ano de atraso (2012), então, buscando compensar os doze primeiros meses, é fundamental que tenhamos uma prorrogação de 12 meses para concluímos as atividades dos projetos que integram os componentes de pesquisa.

12 – PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

- ✓ Dificuldade na implementação do grupo de pesquisa para desenvolver as atividades do Componente 5 "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal. Inicialmente foi previsto a contratação de consultoria para atender a Atividade 1 do Componente, que deveria apresentar um "relatório" contendo as lacunas no diagnóstico da capacidade de suporte do turismo no Pantanal, atualmente as atividades estão sendo desenvolvidas e ao final do projeto as metas serão cumpridas;

- ✓ O processo realizado para seleção de projeto cientifico para atender a Atividade 6 do Componente 1 também passou por dificuldades de implementação. Foi realizada uma Chamada Pública, feito a divulgação para diversas instituições com grupos de pesquisa na área, e ainda assim o processo não obteve sucesso, sendo necessário a repetição do mesmo. Com isso, houve atraso na implementação do projeto;

- ✓ Validação dos formulários aplicados nas colônias de pescadores no estado de Mato Grosso, em virtude de mudanças nos órgãos de fiscalização, os "surveys" tiveram que ser reaplicados para validação de informações, pois, os mesmos pescadores estão atuando em mais de uma região de coleta;

13 – PRÓXIMOS PASSOS

- ✓ Dar continuidade no atendimento às demandas dos projetos, bem como buscar novas parcerias, se necessário para a continuidade das atividades dos Componentes de pesquisa;

- ✓ Promover em parceria com outras instituições e órgãos governamentais Audiência Pública para as atividades previstas no Componente 1;

- ✓ Promover reuniões e oficinas técnicas entre pesquisadores ligados ao Componente entre outros parceiros para viabilizar a proposta de projeto de com os princípios básicos para uma política no Pantanal (primeiro semestre de 2015);

- ✓ Manter atualizada a execução financeira, através de lançamentos de todos os processos de contratação e aquisição no SICONV;

- ✓ Realizar o congresso "A Escassez Hídrica no berço das Águas: Ciência, Sociedade e Cultura", evento de caráter cientifico, que deverá reunir em torno de 500 participantes, previsto para o segundo semestre de 2015;

- ✓ Preparar relatórios e fornecer subsídios para o bom andamento das reuniões da CAA;

- ✓ Promover reuniões preparatórias e oficina com os principais atores das regiões onde o Componente 5 vai atuar com projeto piloto;

- ✓ Apoiar as atividades como realização de oficinas e reuniões previstas pelo Componente 5;

- ✓ Promover avaliação dos projetos implementados através de Consultores *Ad Hoc;*

- ✓ Viabilizar a participação de colaborador(es) interno em curso de operacionalização do SICONV visando a capacitação nos novos módulos disponibilizados;

- ✓ Apoiar a coordenação do Componente 2, de forma a viabilizar a implementação de um site para disponibilizar as orientações/ protocolos contendo estimativas de abundancia/fração de área ocupada pelas espécies de peixes.

14 - RELATÓRIO FINANCEIRO CONSOLIDADO

ORÇAMENTO DO PRIMEIRO ANO					
CAPITAL	**Saldo Anterior**	**Receita**	**Utilizado**	**Saldo**	**%**
Equipamento Processamento de Dados	R$ 12.948,00	R$ 20.785,00	R$ 12.942,00	R$ 20.791,00	38,37%
Máquinas, Utensílios, Equipamento Diversos	R$ 22.954,00	R$ 44.754,00	R$ 14.895,00	R$ 52.813,00	22,00%
Semoventes e Equipamento de Montaria	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	0,00%
SUBTOTAL 1	**R$ 35.902,00**	**R$ 65.539,00**	**R$ 27.837,00**	**R$ 73.604,00**	**27,44%**
CUSTEIO	**Saldo Anterior**	**Receita**	**Utilizado**	**Saldo**	**%**
Material de expediente/consumo /diversos	R$ 93.879,95	R$ 18.441,00	R$ 56.881,97	R$ 55.438,98	50,64%
Serv. Adm. e Apoio Técnico e Operacional	R$ 136.925,53	R$ 191.340,00	R$ 143.927,42	R$ 184.338,11	43,84%
Outros Serviços de Custeio	R$ 108.797,73	R$ 188.524,00	R$ 76.759,48	R$ 220.562,25	25,82%
Diárias e Colaboradores Eventuais no País	R$ 83.711,00	R$ 95.902,00	R$ 58.800,00	R$ 120.813,00	32,74%
Passagens Aéreas e Terrestres Nacionais	R$ 0,00	R$ 51.950,00	R$ 0,00	R$ 51.950,00	0,00%
SUBTOTAL 2	**R$ 423.314,21**	**R$ 546.157,00**	**R$ 336.368,87**	**R$ 633.102,34**	34,70%
TOTAL GERAL (1+2)	**R$ 459.216,21**	**R$ 611.696,00**	**R$ 364.205,87**	**R$ 706.706,34**	**34,01%**

HISTORICO DO REPASSE	Valor
SALDO ANTERIOR	**R$ 459.216,21**
RECURSO REFERENTE 2 PARCELA DO TP ..... REPASSADO PELO MCTI EM 17/11/2014	**R$ 611.696,00**
RENDIMENTOS ACUMULADO	R$ 38.727,10
TOTAL DO RECURSO	**R$ 1.109.639,31**
UTILIZADO (-)	-R$ 364.205,87
SALDO EM 31/12/2014	R$ 745.433,44

Nota: O percentual de 34,01% de execução considera o repasse da 2ª parcela no valor de 611.696,00 ocorrido em 17/11/2014.

15 – RELAÇÃO DE PATRIMÔNIO ADQUIRIDOS

Descrição do Bem	Pesquisador Solicitante/Instituição	Quantidade	Valor Total
Equipamentos de Processamento de Dados			
Computador portátil	Jerry Magno/UFMT	01	R$ 4.000,00
Impressora Laser	Gestão/CPP	01	R$ 580,00
Computador portátil	Silvana Luccato/UEMS	02	R$ 4.662,00
Computador de mesa	Gestão/CPP	01	R$ 3.700,00
Subtotal 1			**R$ 12.942,00**
Máquinas, Utensílios e Equipamento Diversos			
Binóculo	Marcus Vinícius/UEMS	02	R$ 5.700,00
Termômetro Infravermelho	Marcus Vinícius/UEMS	01	R$ 195,00
Embaladora	Jorge Lara/EMBRAPA	01	R$ 9.000,00
Subtotal 2			**R$ 14.895,00**
TOTAL GERAL			**R$ 27.837,00**

16- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste ano, o CPP buscou uma maior aproximação com os pesquisadores que compõem os componentes de pesquisa, de forma a acompanhar as atividades e alertar para o cumprindo dos indicadores, além de orienta-los quanto ao modelo de execução dos recursos, que requer demandas com antecedência, tendo vista a implantação de novos módulos pelo SICONV (Pagamentos via OBTV e Cotação Eletrônica). Ao longo deste período já percebemos melhorias na compreensão deste modelo, pois, é sabido que o alguns procedimentos administrativos podem retardar o andamento de algumas atividades relacionadas a pesquisa.

O CPP ao longo de seus 11 anos de existência tem buscado incentivar a pesquisa através do trabalho em rede, principalmente desonerando a carga administrativa do pesquisador, que sem dúvida precisa dedicar-se aos trabalhos de orientação, docência, coleta e avaliação dos dados entre outras atividades que geralmente são desempenhadas em suas instituições de vínculo. Os resultados já podem ser percebidos, pois, a parceria com o MCTI vem sendo renovada desde 2004.

Em paralelo a essa parceria com o MCTI, o CPP conseguiu captar novos grandes projetos. Outro fator importante é a visibilidade que os trabalhos vêm ganhando junto aos órgãos governamentais ligados ao meio ambiente. Desde 2008 foram dadas várias contribuições a órgãos governamentais, como contribuições para legislação especifica ao Pantanal. Recentemente o CPP recebeu demandas para compor grupos de trabalhos para análise da legislação para o Pantanal, sem dúvida, o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores vinculados ao Componente 1 "LEI DO PANTANAL" serão fundamentais para darmos essas contribuições com bases científicas, e assim, contribuirmos com políticas públicas adequadas ao Pantanal; esperamos para breve a apresentação, pela equipe do CPP, de um projeto de lei cientificamente embasado, que permita a tomada de decisão visando à sustentabilidade do Pantanal.

Quanto ao cumprimento das metas, este relatório demonstra que quase todos os indicadores pactuados com o MCTI foram alcançados e até mesmo superados. Não obstante algumas dificuldades encontradas (como por exemplo, falta de interessados em concorrer a algumas chamadas públicas publicadas pela OSCIP), os trabalhos estão em andamento e deverão chegar a bom termo. A baixa execução orçamentária, já também em parte superada, pode ser explicada em grande parte por estas dificuldades na implementação de atividades de alguns Componentes de pesquisa, bem como pela nova ferramenta de execução (SICONV). No entanto, para que os trabalhos prossigam e atinjam os seus objetivos, faz-se necessário um aditivo de prazo, como já mencionado acima.

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO
2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO PARCEIRO PRIVADO

Nome da Entidade: Centro de Pesquisas do Pantanal – CPP

Endereço: Rua Dois, nº. 497 – Sala 02, Bairro Boa Esperança

CEP : 78.068-360 Cuiabá-MT

Fone: 65-3664 1121 - Fax: 65-3664 3675

Site: www.cppantanal.org.br

E-mail: cpp@cppantanal.org.br / rose.edusoares@gmail.com

CNPJ: 05.220.369/0001-23

Certificação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos) – pelo Ministério da Justiça, processo MJ nº. 08015.013441/2002-94.

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: Roseneide Soares de Souza

Cargo: Diretora Executiva

Endereço: Rua B, N. 17, Quadra 14 – Bairro Residencial Itamarati

CEP: 78.058-861 Cuiabá – MT

RG: 0894.832-1 SSP/MT

CPF: 616.295.291-68

DADOS BANCÁRIOS

Instituição Bancaria: Banco do Brasil

Conta Corrente: 70.658-2

Agência: 1216-5 – Coxipó – Cuiabá-MT

O CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL – CPP

O Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) foi fundado em junho de 2002, tendo emergido de um processo de consulta à sociedade civil e à comunidade científica iniciado em 2001. A instituição está configurada como uma rede horizontal não-competitiva de instituições de ensino e pesquisa, e tem como principal objetivo a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos para subsidiar as políticas públicas voltadas ao uso sustentável de áreas úmidas, com enfoque prioritário no Pantanal.

Baseando-se na constatação de que a popularização do conhecimento científico é a condição necessária ao exercício da cidadania no século XXI, o CPP tem na participação comunitária um de seus pilares de ação. A abrangência de atuação do CPP extrapola as instituições regionais, abrangendo também instituições da Bolívia, do Paraguai, da Argentina, da Colômbia, do Canadá, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Islândia, da França, entre outros, voltados para a pesquisa sobre áreas alagáveis. Em nível nacional, esta rede é constituída por diversas instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, além de órgãos governamentais e não-governamentais.

Para responder aos principais desafios enfrentados pelo Pantanal, o CPP elaborou, no decorrer de 2003, o projeto intitulado "Consolidação da Rede de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal – CPP" e o submeteu ao MCT. Esse projeto propôs a criação de 3 redes temáticas de pesquisa: uma sobre a sustentabilidade da pecuária, outra que se refere à sustentabilidade da pesca e a terceira abordando a bioprospecção para identificar alternativas econômicas no Pantanal.

IMPACTOS DO CPP

A atividade científica e extensionista do CPP, pela sua relação intensa com a comunidade Pantaneira no sentido amplo (de político a ribeirinho) gerou diversos impactos, sendo os de maior relevância:

- Impactos na Pesquisa

O fortalecimento de uma comunidade de pesquisadores que interagem efetivamente na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável do Pantanal representa, na nossa concepção, um dos maiores avanços do trabalho do CPP. Resulta dessa organização da pesquisa uma melhor utilização dos recursos humanos presentes e dos parcos recursos financeiros destinados à pesquisa no Pantanal. Tanto é que recebeu uma moção como modelo de rede a ser desenvolvido para outras regiões do Brasil pelos participantes do XVII Congresso Brasileiro de Ictiologia.

Para dar visibilidade e incrementar as suas parcerias internacionais, o CPP organizou, no período de 21 a 25 de julho de 2008, a Oitava Conferência Mundial de Áreas Úmidas (8th INTECOL), sendo este o maior evento científico mundial relativo a essa temática. Participaram do evento cientistas provenientes de 28 países diferentes. A conferência foi exitosa, tendo sido noticiada pela imprensa de 33 países com 13 línguas diferentes. As discussões científicas e os temas debatidos foram de alta relevância. Temos a convicção de que este foi um marco para o desenvolvimento de pesquisas

sobre áreas úmidas na América do Sul. Ao final, foi aprovada em plenária a "Declaração de Cuiabá", alertando para a importância da conservação e do uso sustentável das áreas úmidas. Na sequência, o CPP organizou a Expedição Científica Internacional ao Pantanal, na qual estiveram presentes as maiores autoridades mundiais da área. A Expedição teve a duração de 7 dias, sendo emitida a "Declaração do Pantanal", dirigida às autoridades brasileiras e contendo um diagnóstico da situação do Pantanal, com recomendações para a sua conservação e uso sustentável. Foi também graças ao trabalho realizado pelo CPP e às redes de pesquisa organizadas pela OSCIP que foi possível a aprovação, em novembro de 2008, do Programa "Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas" (INAU), único na região e que envolve grande parte dos pesquisadores das redes do CPP, expandindo as fronteiras da pesquisa regional, por meio de colaborações com grupos internacionais. O trabalho realizado pelo CPP deu visibilidade aos problemas enfrentados pelas áreas úmidas, de forma que o MCTI anunciou, ainda em 2008, a criação do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), em fase final de implantação, no *campus* da UFMT. O CPP possibilitou também a execução do projeto "Sistema Internacional de Estudos sobre Recursos hídricos e Gerenciamento de Impactos devido ao Aquecimento global na bacia do Paraguai - SINERGIA", que busca subsidiar a gestão de recursos hídricos na bacia do Rio Paraguai no contexto das mudanças climáticas, envolvendo instituições e atores sociais da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, e cientistas dos EUA, da Holanda, da Escócia e do Canadá. Esse projeto (SINERGIA) foi executado com recursos do CNPq e foi elaborado para atender a uma sugestão feita durante uma das avaliações científicas de projetos executados pelas redes do CPP. Finalmente, foi realizado, em agosto de 2012, o Primeiro Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas (I CONBRAU), em comemoração aos 10 anos de existência do CPP. O evento contou com aproximadamente 500 inscritos, provenientes de todas as regiões do Brasil, superando as expectativas dos organizadores. Por último, mas não menos importante, o apoio do CPP/MCTI permitiu que os pesquisadores atuantes em suas redes publicassem inúmeros trabalhos em revistas nacionais e internacionais, com variados índices de impacto, além da apresentação de inúmeros trabalhos em eventos nacionais e internacionais, elaboração de monografias, dissertações, teses. Tais realizações estão descritas em detalhes nos relatórios já enviados ao parceiro público.

- Impactos na Comunidade

O CPP promoveu várias oficinas em 2007. Na maioria delas, a comunidade pantaneira participou efetivamente. Essas oficinas agiram como fórum onde pecuaristas e pescadores tiveram oportunidade de se reunir e de encontrar os técnicos dos órgãos governamentais, assim como representantes da classe política, favorecendo o dialogo entre esses atores do Pantanal. Além disso, o CPP produziu vários *folders* educativos (sobre serpentes mais comuns no Pantanal Norte, répteis em geral, vegetação e pássaros). Os eventos organizados pelo CPP e mencionados acima, por conterem palestras e debates abertos ao público e em função da grande presença que tiveram na mídia, também impactaram as comunidades da região, levando o debate desses importantes temas ao cidadão leigo.

- Impactos no Meio Ambiente

O principal impacto no meio ambiente se dá pela conscientização sobre a fragilidade do bioma Pantanal dos diversos atores pantaneiros (pecuaristas, pescadores, agentes econômicos, políticos) que vivem na região ou fazem usos dos seus recursos naturais.

Há também diversas contribuições feitas aos órgãos gestores e tomadores de decisão, conforme exemplificado abaixo. O melhor conhecimento das funções ecológicas do bioma Pantanal, que vem sendo obtido ao longo do desenvolvimento dos projetos, e a internalização desses conhecimentos pela comunidade e pelos tomadores de decisão deverá propiciar, no médio prazo, grandes avanços na conservação e no uso sustentável desse importante bioma. O desenvolvimento de um bioinseticida natural pela rede de bioprospecção poderá contribuir para a redução dos impactos ambientais gerados pelo emprego de pesticidas à base de compostos organoclorados e organofosforados.

- Impactos nas Políticas Públicas

O principal impacto no segmento político é a contribuição do CPP para o desenvolvimento de leis e regulamentações adequadas para o Pantanal. O CPP subsidia os poderes públicos ou representantes da população. Por exemplo, no "*Workshop* sobre a cadeia produtiva bovina no Pantanal Sul-Mato-Grossense", que reuniu tanto pecuaristas como representantes do poder público, ligados à cadeia da carne bovina no Pantanal de Mato Grosso do Sul, foram identificados problemas e estratégias de ação visando melhoria do desempenho e competitividade dos produtos e subprodutos da pecuária local, dentro dos princípios de sustentabilidade.

A rede pecuária desenvolveu indicadores de conservação de pastagem nativa. Através de um *workshop*, do qual participaram pecuaristas e cientistas, produziu um documento que subsidiou a publicação, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, de um marco regulatório sobre a questão da "Limpeza de Campo no Pantanal". As redes pesca e pecuária também contribuíram com o CONAMA na discussão sobre marcos regulatórios para áreas úmidas e com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso na elaboração da Lei de Gestão do Pantanal, aprovada em janeiro de 2008, e que tem um dos artigos de autoria do CPP. Em Mato Grosso do Sul, os pesquisadores da rede pesca contribuíram com um artigo na lei de pesca daquele estado. Recentemente, o CPP contribuiu para as discussões a respeito do Código Florestal, por meio da publicação de diversos artigos na mídia impressa e eletrônica regional, nacional e internacional, incluindo uma nota na revista *Nature*. Além do Código Florestal, a equipe do CPP enviou também uma nota ao MCTI, como contribuição ao PLS 750/2011 (Projeto de Lei para o Pantanal, apresentado pelo Senador Blairo Maggi); houve ainda uma seção de debates sobre o PLS 750/2011 durante o encerramento do I CONBRAU. Pesquisadores da rede pesca elaboraram e deram publicidade ao documento "Implicações da Lei Estadual MT nº 9794 de 30/07/2012 sobre a Pesca e Conservação dos Recursos Pesqueiros", mostrando preocupação e apresentando contribuições ao aperfeiçoamento desse marco regulatório. O documento foi encaminhado para diversas instituições (Assembleias Legislativas, IBAMA, SEMA) e amplamente divulgado pela imprensa regional.

- Impactos nas Políticas Públicas para a Superação das Assimetrias Regionais

O CPP tem contribuído com o MCTI na medida em que traz uma forma inovadora de gestão de recursos humanos e financeiros, investidos em uma região com sistema de C&T ainda por consolidar e que, por essa razão, apresenta grandes desafios para a utilização eficaz de tais recursos. A parceria MCTI-CPP tem demonstrado que esta é uma forma eficiente para a superação das assimetrias regionais, otimizando a

utilização dos recursos e maximizando os resultados obtidos. Uma análise superficial dos C. Lattes dos pesquisadores das redes que vem sendo apoiadas desde o início da atuação do CPP demonstra que, em sua maioria, esses cientistas já se encontram em condições de competirem com os de outras regiões mais favorecidas, o que demonstra o acerto do modelo adotado na parceria CPP-MCTI.

- Impactos na Formação de RH

A atuação do CPP propiciou, até o momento, a formação de aproximadamente 385 estudantes em nível de iniciação cientifica (IC), 246 de mestrado e 27 de doutorado. O apoio do CPP foi também fundamental para a criação do Curso de Doutorado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade e do Curso de Mestrado em Química, ambos na UFMT. Grande parte do corpo docente desses cursos é composta por pesquisadores das redes do CPP.

Além disso, o CPP possibilitou a capacitação de uma equipe administrativa para a gestão de recursos destinados a C&T. Essa equipe tem conhecimento sobre as agências federais e estaduais de fomento à pesquisa, sobre os mecanismos para a captação, gestão e prestação de contas de recursos destinados à P&D, estando também familiarizada com instrumentos de gestão como as plataformas Lattes, Carlos Chagas e SICONV. Deve-se ressaltar que há grande carência de profissionais com esse perfil na região.

Projeto CIÊNCIA E SOCIEDADE NO PANTANAL: INTEGRANDO CONHECIMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

1. INTRODUÇÃO

Conforme relatado anteriormente, o CPP vem atuando há 10 anos no Pantanal, produzindo conhecimentos socialmente relevantes e contribuindo para a formação de RH de alto nível de forma a qualificar a tomada de decisão visando à sustentabilidade sócio-ecológico-econômica da região. Durante o período de vigência da parceria CPP-MCTI (2004 – 2012), o CPP realizou estudos resultando em inúmeros artigos publicados, alunos capacitados em nível de IC, de mestrado e de doutorado. Diversas contribuições foram dadas aos tomadores de decisão como, por exemplos, a lei estadual (MT) para o Pantanal, o PLS 750/2011 (projeto de lei federal para o Pantanal), a lei estadual de pesca em Mato Grosso (Lei 9794/2012), o marco regulatório para a limpeza de campo em Mato Grosso e o documento "Carta Área de Preservação Permanente – Pantanal" enviado ao CONAMA, produzido durante o *Workshop Bases Técnico-Científicas para Política de Áreas Úmidas para o Pantanal - Avaliação da Proposta de Modificação do Código Florestal/Áreas de Preservação Permanente no Pantanal*. Deve-se ressaltar, além disso, que os projetos executados pelo CPP tiveram como norte o atendimento de demandas apresentadas pela própria comunidade (acadêmica e leiga), obtidas principalmente durante os *workshops* "Diálogos Pescador-Pesquisadores: Propondo soluções para a pesca pantaneira", "Diálogos Pecuaristas-Cientistas: propondo soluções para a pecuária pantaneira" e *oficina* de Planejamento Estratégico do CPP. Os primeiros projetos executados pelas redes do CPP nos permitiram adquirir uma melhor compreensão sobre os processos ecológicos inter-relacionados com a pesca e com a pecuária, além de estudos voltados à bioprospecção como possível alternativa de renda para as populações locais. No segundo termo de parceria, o CPP propôs-se a dar continuidade aos estudos ecológicos já iniciados sem, no entanto, olvidar de projetos voltados ao desenvolvimento de produtos a partir da pesca e da pecuária locais, além da agregação de valor à flora pantaneira. Nosso foco inicial, portanto, voltou-se para a planície pantaneira, identificando as principais ameaças à sustentabilidade, em nível local, e produzindo conhecimentos relevantes para o enfrentamento dessas questões. Tais trabalhos, com forte enfoque ecológico, tiveram grande reforço com a entrada em cena do INCT - Áreas Úmidas, que é composto majoritariamente por membros das redes de pesquisa do CPP. Há, no entanto, outras questões de grande urgência e relevância que vêm merecendo a nossa atenção. O jornal O Globo publicou, em 20 de agosto de 2012 (http://oglobo.globo.com/economia/mp-pede-paralisacao-de-obras-de-hidreletricas-no-entorno-do-pantanal-5839442) artigo intitulado "MP pede paralisação de obras hidrelétricas no entorno do Pantanal", onde é mencionado documento assinado por pesquisadores do CPP, em parceria com o WWF e a TNC, alertando para os potenciais impactos ambientais causados pelo excesso de pequenas PCHs na Bacia do Alto Paraguai. Acrescenta ainda o artigo que "sem o devido estudo do impacto acumulado das atividades e de medidas eficazes para evitar o colapso do sistema, danos irreversíveis podem ser causados ao meio ambiente e às mais de 4 mil famílias que dependem exclusivamente da Bacia para sobreviver". Reflexos ainda devem ser

sentidos no turismo, na agricultura e na pesca, além de prejuízos a sítios arqueológicos da região".

Associada a essa questão, existe ainda a proposta de lei federal para o Pantanal, apresentada pelo Senador Blairo Maggi (PLS 750/2011), que propõe marcos regulatórios para atividades a serem realizadas na planície pantaneira, desconsiderando, no entanto, as atividades realizadas no entorno (Bacia do Alto Paraguai – BAP). Há, portanto, que se considerar não somente a planície, mas sobretudo as interações planalto-planície para o delineamento de marcos regulatórios adequados para a sustentabilidade da região.

Por último, grande polêmica foi causada recentemente na região em função da aprovação, pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, da Lei Estadual n. 9794 de 2012. Essa lei "dispõe sobre a política de pesca de Mato Grosso e dá outras providências", impondo a moratória na pesca e o sistema de pesque e solte na região. Pesquisadores da rede pesca do CPP se manifestaram nesse sentido, produzindo o documento "Implicações da Lei Estadual MT nº 9794 de 30/07/2012 sobre a Pesca e Conservação dos Recursos Pesqueiros", que foi encaminhado a diversas instituições e amplamente divulgado pela imprensa local (**Anexo A**).

2. JUSTIFICATIVA

Ao longo desses anos de trabalho, o CPP tem demonstrado com satisfação o cumprimento e a superação de praticamente todas as metas acordadas com o parceiro público. Os relatórios emitidos pelos comitês científicos durante os *workshops* de avaliação científica das redes confirmam a eficácia do modelo de gestão do CPP, evidenciando também o acerto na elaboração e na execução de cada projeto. O CPP tem sido, dessa forma, um importante instrumento para as políticas públicas de superação das assimetrias regionais em C&T no Centro Oeste, oferecendo ao parceiro público um instrumento flexível de execução de financiamento e que, por ser pequeno, tem possibilitado o acompanhamento detalhado de cada projeto de pesquisa sob sua responsabilidade.

A necessidade urgente de expandir a base de conhecimentos sobre o Pantanal e de continuar a subsidiar a tomada de decisão para o uso sustentável da região, assim como a constatação inequívoca da efetividade do trabalho que vem sendo realizado pelo CPP, justificam a concessão de novo apoio pelo parceiro público para a complementação de alguns projetos e para a introdução de novas ações. Deve-se ressaltar ainda que os pesquisadores que vem integrando há anos as redes do CPP tiveram forte atuação tanto na elaboração do Plano Científico do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP) quanto na elaboração da projeto do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU). Desta forma, a presente proposta tem grande aderência e é complementar às ações que serão executadas no INPP e às que vem sendo executadas pelo INAU.

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Contribuir para a sustentabilidade sócio-econômico-ecológica da planície pantaneira, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

3.2. Específicos

- Sistematizar e disponibilizar ao público conhecimentos científicos sobre o Pantanal.
- Contribuir para o aperfeiçoamento do PLS 750/2011.
- Estudar as interações planalto-planície e seus potenciais impactos sobre o Pantanal.
- Constituir uma rede de municípios, envolvendo diversos atores sociais, para promover ações de adaptação às mudanças climáticas na BAP.
- Gerar produtos comercializáveis a partir do pescado e do gado Pantaneiro.
- Produzir conhecimentos científicos para dar embasamento a futuros marcos regulatórios sobre o turismo no Pantanal.
- Produzir conhecimentos para subsidiar marcos regulatórios visando ao uso sustentável e à gestão de recursos pesqueiros no Pantanal.
- Realizar a caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do município de Poconé - MT.

4. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Para abordar essas questões, nos próximos 3 anos, o CPP propõe atuar estrategicamente privilegiando sete componentes:

1. Lei do Pantanal.
2. Uso e Gestão de Recursos Pesqueiros do Pantanal.
3. Agregação de Valor aos Produtos da Pesca e da Pecuária Pantaneira.
4. Rede Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas: Resposta a diferentes Cenários de Mudanças Climáticas (ClimBAP).
5. Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal.
6. Caracterização Ocupacional de Pescadores e Pecuaristas do Município de Poconé na Microrregião do Alto Paraguai.
7. Gestão e Apoio Logístico.

Todos os componentes acima referem-se a ações novas, exceto o Componente 3, que deverá dar apoio à continuidade de dois projetos (um de pesca e outro de pecuária) já em atividade pelas redes do CPP, conforme será detalhado abaixo.

A contratação dos projetos deverá ocorrer por intermédio de CHAMADAS PÚBLICAS (editais) e de ENCOMENDAS. O processo de seleção e avaliação de execução dos projetos dar-se-á por meio de consultoria *ad hoc*, a ser contratada pelo CPP. A diretoria executiva do CPP, como usualmente tem sido feito, será a responsável pelo acompanhamento na execução dos projetos e por fornecer o apoio logístico necessário.

Componente 1 – Lei do Pantanal

Já existem diversos estudos realizados pelo CPP e por diversas outras instituições sobre a planície pantaneira. O que se propõe no momento, portanto, é sistematizar esse conhecimento, disponibilizá-lo e debatê-lo com o público, por meio da realização de uma série de *workshops*, com temáticas pré-definidas, conforme descrito no documento "Componente 1 – Lei do Pantanal" (**Anexo B**). Os resultados dessa série de *workshops* serão sistematizados por cientistas e juristas e encaminhados para os tomadores de decisão, visando contribuir com o PLS 750/2011 e com outros marcos regulatórios que por ventura se apliquem. Essa ação, na modalidade ENCOMENDA, será coordenada por pesquisadores ligados ao CPP e ao INAU, tendo em vista o conhecimento prévio acumulado sobre o assunto.

Pouca informação, no entanto, está disponível sobre a relação planalto-planície. Com relação ao uso da terra no planalto, por exemplo, e utilizando cenários prováveis, pode-se estimar as perdas econômicas para a planície pantaneira, notadamente como isso afetaria a pesca, a pecuária e o turismo. Sobre as hidrelétricas, como se conhece a localização, a dimensão das barragens atuais e se pode prever as dimensões físicas das futuras obras (o potencial já é conhecido em cada localização), é possível abordar as seguintes questões: Qual será a dimensão do conjunto das hidrelétricas em operação e a serem construídas no planalto sobre o pulso hidrológico anual no Pantanal? Como estas viriam a afetar a carga sedimentar dos rios que formam o Pantanal e por consequência as áreas alagadas anualmente? Como a redução do nível d'água na cheia e seu aumento na seca vem influenciar a distribuição e tamanho das áreas alagadas? Como as barragens vêm afetar o ciclo de nutrientes na planície e, por conseguinte, a produtividade das pastagens e das comunidades de peixes e dali a pecuária e a pesca? Como a fragmentação dos cursos d'água afetará os peixes que migram para se reproduzir e os estoques pesqueiros? Qual efeito da modificação do hidrograma anual dos rios formadores do Pantanal sobre a biodiversidade aquática, em particular aves atrativos turísticos no Pantanal? Quais serão as perdas econômicas estimadas na planície pelos impactos causados pelo conjunto total das hidrelétricas, uma vez construídas? Para maiores detalhes vide **Anexo B**. Esta ação, na modalidade CHAMADA PÚBLICA, será executada através da publicação de editais. Serão contratados consultores para a elaboração dos editais, para a seleção e a avaliação da execução dos projetos.

Componente 2 – Uso e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Pantanal

A aprovação recente, no estado de Mato Grosso, de um marco regulatório para a pesca (Lei 9794/2012) vem suscitando debates e controvérsias na comunidade científica e nos setores do turismo e da pesca de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Notadamente polêmico, o sistema "pesque-solte", carece de estudos que comprovem sua eficiência e sustentabilidade para o futuro da atividade. O CPP vê no fato consumado (aprovação da lei), no entanto, uma janela de oportunidades para que essa questão seja estudada e dados científicos sejam produzidos para abonar ou desacreditar os propósitos da lei. Nesse sentido, pretende-se: 1). monitorar as consequências da implantação do sistema pesque e solte para a atividade pesqueira recreativa em um trecho da bacia do Rio Cuiabá, entre os municípios de Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço; 2). avaliar os impactos econômicos da implantação do sistema pesque e solte; 3. avaliar se a implantação do sistema "pesque e solte" acarretará em aumento na abundância dos estoques pescados; 3. avaliar o efeito do tipo de manuseio (tipo de anzol, tempo de retirada do peixe do rio depois de fisgado, tempo de permanência do peixe fisgado

fora da água) sobre a sobrevivência dos peixes no sistema "pesque e solte" (**Anexo C**). Este componente poderá ser comtemplado através de Chamada Pública.

Componente 3 – Agregação de Valor a Produtos da Pesca e da Pecuária Pantaneira

Esta questão já vem sendo abordada por pesquisadores das redes pesca e pecuária do CPP com resultados satisfatórios, conforme atestam diversos relatórios de avaliação científica em poder do MCTI. Entretanto, tendo em vista a importância da geração de produtos de alto valor agregado a partir da pecuária e pesca pantaneira e, considerando que esses trabalhos tiveram início em passado recente (a partir do terceiro termo de parceria com o MCTI), estudos adicionais são necessários de forma a possibilitar o surgimento de produtos competitivos no mercado (**Anexo D**).

Tendo em vista tratar-se da aplicabilidade? de projetos já em execução pelas redes pesca e pecuária do CPP, essas ações serão executadas através da modalidade ENCOMENDA. Os projetos serão elaborados pelos interessados e enviados ao CPP, que os submeterá a consultoria *ad hoc*. A consultoria *ad hoc* poderá também ser utilizada para a avaliação dos resultados.

Componente 4 – Rede Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas: Resposta a Diferentes Cenários de Mudanças Climáticas (ClimBAP)

O CPP, por meio do projeto SINERGIA (Sistema Internacional de Estudos sobre Recursos Hídricos e Gerenciamento de Impactos devido ao Aquecimento global na Bacia do Paraguai), formou uma rede de colaboradores envolvendo todos os países da BAP, incluindo a Argentina, com o objetivo de reunir os atores da bacia para propor as melhores soluções para lidar com os efeitos adversos de tais mudanças. Apesar de ser um projeto de cunho principalmente científico, mais de 200 pessoas, oriundas da academia, do setor governamental, das ONGs e do setor privado dos quatro países que compartilham a Bacia do Paraguai participaram da elaboração e execução desse projeto. Dessa forma, a equipe discutiu os principais impactos das mudanças climáticas sobre a BAP e propôs medidas para mitigação e, sobretudo, para adaptação à mudança climática.

Nesta nova etapa, o CPP pretende facilitar a constituição de uma rede de governança em nível da BAP de modo a catalisar a criação de mecanismos de adaptação às mudanças climáticas. Implicar o nível local parece primordial para desenvolver soluções adequadas e eficientes para o funcionamento dessa rede. Utilizar apenas a estrutura local de governo municipal parece insuficiente para proporcionar soluções adequadas à dimensão da problemática da adaptação às mudanças climáticas. Uma possível solução está sendo experimentada na Argentina. Em 2010, criou-se a "Red Argentina de Municípios frente al Cambio Climático" (RAMCC http://www.placc.org/ramcc.html), que se configura como um instrumento de coordenação e promoção de políticas públicas locais de combate às mudanças climáticas nas cidades daquele país, que coordena ações locais, socializa experiências e avalia os resultados dos programas desenvolvidos pelos municípios que integram a rede, levando em conta acordos internacionais e recomendações do IPPC. A rede também pretende se tornar uma ferramenta de suporte técnico para os governos locais, fornecendo meios para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável. Esse modelo tem a vantagem de fortalecer ações locais para problemáticas de adaptação às mudanças climáticas bem definidas, mas integrando-se em nível regional e com atores de diversos setores, níveis e escalas. Pretende-se, pois, criar a ClimBAP,

a partir das experiências obtidas com o projeto SINERGIA (http://www.portalsinergia.org.br) e tendo como base a experiência bem-sucedida da Argentina. Deve-se ressaltar aqui o interesse das ONGs TNC e WWF em firmar parceria com o CPP (com oferecimento de contrapartida financeira), para a execução desse componente. Tendo em vista a experiência prévia, a possibilidade de parcerias com outras instituições e as características desse componente, a contratação deverá dar-se pela modalidade ENCOMENDA. Uma equipe multidisciplinar de consultores *ad hoc* deverá ser contratada para avaliar a proposta. (**Anexo E**).

Componente 5 – Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal

O Pantanal é uma região de beleza cênica indescritível, porém, relativamente pouco conhecida do público internacional. Essa realidade, no entanto, tende a mudar rapidamente com o advento da "Copa Verde" no Brasil e, mais especificamente, da "Copa do Pantanal" em Cuiabá. Espera-se que esse evento promova a divulgação maciça da região em nível internacional e que, como consequência, haja significativo aumento do número de turistas para os pantanais dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa realidade já se faz sentir em Cuiabá, onde vários hotéis estão em construção. O advento do turismo, no entanto, pode acarretar diversos impactos ambientais negativos, comprometendo o funcionamento ecossistêmico e os serviços ambientais oferecidos pelo Pantanal, se essa atividade não for bem planejada. A abordagem dessa questão é, portanto, de máxima urgência. Questões como: qual a capacidade de suporte para o turismo nas diversas regiões do Pantanal? Quais os lugares que podem ser visitados e de que forma? O "Turismo de Base Comunitária" é uma alternativa viável para que as populações da planície também sejam beneficiadas pelo esperado aumento no fluxo de turistas? Enfim, essas e outras questões precisam ser formuladas e respondidas adequadamente por especialistas, empresários e comunidades do Pantanal, de forma a evitar que o que poderia ser uma oportunidade se torne uma ameaça. Esse componente será executado através da modalidade CHAMADA PÚBLICA, onde pesquisadores serão convidados a elaborar projetos para responder as questões formuladas acima, entre outras. Consultores *ad hoc* serão convidados para a elaboração dos editais, a seleção e a avaliação dos resultados dos projetos. Uma série de *workshops* deverá também ser realizada, nos dois estados (MT e MS), envolvendo as partes interessadas.

Componente 6 -Caracterização Ocupacional de Pescadores e Pecuaristas do Município de Poconé na Microrregião do Alto Paraguai

Desde o primeiro termo de parceria com o MCTI, o CPP tem produzido conhecimentos para respaldar a tomada de decisão visando à sustentabilidade da planície pantaneira, focando as suas ações nas principais atividades econômicas da região - a pesca e a pecuária. Para tal, levantou-se as demandas da comunidade de pescadores e pecuaristas, através de diversos *workshops* e, em função de tais demandas, foram elaborados e executados projetos de pesquisa. Entretanto, e tendo amadurecida a relação com essas comunidades ao longo do tempo, o CPP se ressente da falta de um melhor conhecimento dessas comunidades. Algumas perguntas, nesse sentido, necessitam respostas, como, por exemplos: Não sabemos como pescadores e pecuaristas, enquanto "grupos" profissionais, estão estratificados socialmente. As associações profissionais representam os interesses das duas ocupações de maneira representativa? Que interesses tem mais força e estão mais representados? Que

interesses não têm força e estão sub-representados? Pretendemos, pelo estudo piloto, iniciar discussões buscando conhecer a dinâmica social de pescadores e pecuaristas de Poconé enquanto dois *status* ocupacionais. Se bem-sucedido, esse estudo poderá ser expandido para outras regiões do Pantanal (**Anexo F**). Este componente poderá ser atendido pela modalidade Chamada Pública.

Componente 7 – Gestão e Apoio Logístico

O CPP vem atuando durante todos esses anos apoiado em um eficiente sistema de gestão, acompanhamento e apoio logístico a projetos, realizado através da Secretaria Executiva da OSCIP. A execução de programas como o ora apresentado ao parceiro público requer diversas ações como o planejamento e o apoio na realização de *workshops* e reuniões de avaliação científica e de gestão, o acompanhamento na execução de projetos, o apoio logístico para a realização de expedições a campo, a elaboração de convênios com instituições parceiras, a aquisição de diversos materiais, além de um rigoroso sistema de controle, garantindo dessa forma o uso adequado dos recursos públicos. O CPP conta atualmente com uma equipe pequena, mas eficiente e capacitada para a gestão de recursos destinados à C,T&I.

COMPONENTE 1: "LEI DO PANTANAL"			
Atividade	**Resultado**	**Prazo**	**Execução/Responsável**
1. Síntese crítica dos projetos de leis sobre Pantanal que já tramitaram e estão tramitando em nível Estadual e Federal em (MT), incluindo audiências públicas realizadas na ocasião da lei MT.	Proposta preliminar de um projeto do Lei do Pantanal, superando as falhas do passado, incluindo anseios do público expressados em audiências públicas pa ssadas e conhecimento científico indispensável (atividade 2 abaixo).	De dezembro de 2012 a dezembro de 2013	Encomenda
2. Síntese do conhecimento científico útil/indispensável para uma Lei do Pantanal.	Documento síntese com resultados científicos atualizados indispensáveis para a redação da proposta da Lei do Pantanal.	De dezembro de 2012 a dezembro de 2013	Encomenda
3. Introdução dos resultados preliminares das ações 5, 6 deste componente e do componente 2 na proposta preliminar.	Proposta preliminar consolidada com resultados preliminares dos projetos em curso.	De janeiro de 2014 a junho de 2014	Encomenda
4. Oficinas com cientistas e sociedade discutindo proposta consolidada do componente 3.	Proposta final de projeto de Lei sobre o Pantanal.	De julho de 2014 a dezembro de 2014	Encomenda
5. Zoneamento	Mapa de Zoneamento: conservação/uso sustentável do Pantanal.	De dezembro de 2012 a dezembro de 2015	Encomenda
6. Interações planalto-planície	Simulações hidro-ecológicas no séc. 21: impactos sociais, ambientais, econômicos sobre pecuária, pesca e turismo, considerando cenários de uso da terra e de aproveitamento hidroelétrico previsto da BAP (ANEEL).	De dezembro de 2012 a dezembro de 2015	Chamada pública

COMPONENTE 1: TABELA DE INDICADORES

Indicadores			Metas			
Sigla	**Título**	**Fórmula**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
NEFIPS	Números de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade	Número de eventos promovidos no componente. Considera eventos produzidos entre somente pesquisadores e também eventos onde pesquisadores e não pesquisadores participam.	0	2	3	2
IDRS	Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (artigos na Internet, imprensa escrita, eletrônica, palestra, alocução e conferencias para o grande público)	Número total de matérias divulgadas para o grande público [(nº MD x 3) + (nº MM x 2) + (nº MO x 1)] / NPE Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocução e conferência produzidos pelos membros do componente. M = Matérias MD = Matéria de doutores MM = Matéria de mestres MO = Matéria de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para doutores 2: para mestres 1: para outros	0	0,5	1	1,5
NAR	Número de ações realizadas para auxiliar na formulação de propostas do debate sobre a Lei do Pantanal	Número de ações realizadas e matérias publicadas (internet, imprensa escrita e eletrônica) por terceiros. Bem como solicitações diretas encaminhadas ao CPP para auxiliar na formulação de propostas ao debate sobre a Lei do Pantanal	0	4	4	6

COMPONENTE 2: "USO E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO PANTANAL"			
Atividade	**Resultado**	**Prazo**	**Execução/Responsável**
1. Avaliar os impactos econômicos da implantação do sistema pesque e solte.	Impactos avaliados	De dezembro de 2012 a dezembro de 2015	Encomenda
2. Avaliar se a implantação do sistema pesque e solte acarretará em aumento na abundância dos estoques pescados.	Evolução dos estoques de pescados avaliada	De dezembro de 2012 a dezembro de 2015	Encomenda
3. Avaliar o efeito do tipo de manuseio (tipo de anzol, tempo de retirada do peixe do rio depois de fisgado, tempo de permanência do peixe fisgado fora da água) sobre a sobrevivência dos peixes no sistema pesque e solte.	Efeito do tipo de manuseio no pesque solte sobre a sobrevivência do peixe avaliado	De dezembro de 2012 a dezembro de 2015	Encomenda

COMPONENTE 2: TABELA DE INDICADORES

Indicadores			**Metas**			
Sigla	**Título**	**Fórmula**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
IFRH	Índice de Formação de Recursos Humanos	IFRH = (NED*3) + (NEM*2) + (NEO*1) /NPA NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrandos NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente	0	0,5	1	1

		3: para NED 2: para NEM 1: para NEO				
INTP	Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO	0	0	0,5	1,2
NCRAP	Número cumulativo de rotinas de abordagem/protocolos/ações elaborados para diferentes contextos de uso e gestão de recursos pesqueiros	Número de "protocolos" ou "rotinas de abordagem" para guiar a adequação dos sistemas de manejo da pesca para fins alimentar, turística e comercial atualmente em vigor no Pantanal, levando em conta as particularidades ambientais e sociais do sistema pesqueiro pantaneiro. O cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa de protocolos ou rotinas de abordagens elaboradas e publicadas pelo CPP sobre distintas adaptações dos sistemas de manejo da pesca para fins alimentar, turística e comercial.	0	0	1	2

COMPONENTE 3: "AGREGAÇÃO DE VALOR A PRODUTOS DA PESCA E DA PECUÁRIA PANTANEIRA"			
Atividade	**Resultado**	**Prazo**	**Execução/Responsável**
1. Agregação de valor aos produtos da pecuária e pesca do pantanal.	Disponibilização de tecnologias e formulações ajustadas que agregam valor ao pescado e ao bovino da região	Dezembro de 2012 a dezembro de 2015	Encomenda

COMPONENTE 3: TABELA DE INDICADORES

Indicadores			**Metas**			
Sigla	**Título**	**Fórmula**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
IFRH	Índice de Formação de Recursos Humanos	IFRH = (NED*3) + (NEM*2) + (NEO*1) /NPA NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrandos NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente 3: para NED 2: para NEM 1: para NEO	0	1	1,6	1,6
INTP	Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores	0	1,2	1,5	1,9

		PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO				
IDRS	Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (artigos na Internet, imprensa escrita, eletrônica, palestra, alocução e conferencias para o grande público)	Número total de matérias divulgadas para o grande público [(nº MD x 3) + (nº MM x 2) + (nº MO x 1)] / NPE Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocução e conferência produzidos pelos membros do componente. M = Matérias MD = Matéria de doutores MM = Matéria de mestres MO = Matéria de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para doutores 2: para mestres 1: para outros	0	1,5	2,5	2
NCPDP	Número de produtos tecnológicos derivados do pescado/boi do Pantanal.	Contagem cumulativa de produtos derivados do pescado/boi produzidos pelos pesquisadores do componente. Produtos: alimento, produto do couro ou outro susceptível de ser comercializado em larga escala.	0	1	2	4

COMPONENTE 4: **"REDE MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: RESPOSTA A DIFERENTES CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CLIMBAP)"**			
Atividade	**Resultado**	**Prazo**	**Responsável**
1 – Identificação e mobilização dos grupos locais de comunidades governos e atores potencialmente interessados em formar a ClimBAP.	Atores identificados (rede do projeto Sinergia), informados sobre comunidades de práticas e mobilizados. Ênfase dada à mobilização de jovens.	De dezembro 2012 a junho de 2013	Encomenda
2 – Oficinas e reuniões com dos grupos locais de comunidades governos e atores interessados para capacitação, estruturação de uma comunidade de prática local e seleção do líder local da comunidade de prática.	Atores interessados capacitados sobre comunidades de práticas, mitigação e adaptação à mudança climática, e papel do líder da comunidade de prática. Grupos locais estruturados em rede e com agenda de ações/encontros definidos. Plano de ação dos jovens elaborado.	De junho de 2013 a junho de 2014	Encomenda
3 - Realização de workshops "Líder da comunidade de prática e sua função" para treinar os líderes sobre o seu papel no funcionamento da ClimBAP.	Líderes treinados a respeito de: i- gestão local, meio ambiente e mudanças climáticas; ii- fontes de financiamento sobre adaptação/mitigação a mudança climática iii- comunicação das atividades acontecendo localmente e ofertas estaduais/nacionais de cursos, bolsas, conferencias sobre o tema; iv - elaboração de projetos e programas de adaptação/mitigação a mudança climática; v- plano local de ação frente a mudança climática. vi- criação de redes sociais para troca de experiências e informações com envolvimento da juventude.	De junho de 2014 a dezembro de 2014	Encomenda
4 - Os Líderes locais dão início e manutenção das atividades locais e em rede da ClimBAP.	Redes sociais em funcionamento; comunicação bi-mensal de informação de interesse da ClimBAP; plano local frente a mudança climática formulado; projeto de captação de recurso para implantação de pelo menos uma ação de mitigação/adaptação submetido.	De janeiro de 2014 a dezembro de 2015	Encomenda

COMPONENTE 4: TABELA DE INDICADORES

Indicadores			Metas			
Sigla	Título	Fórmula	2012	2013	2014	2015
INAC	Índice de atores capacitados	INAC = NAC / NLC NAC = Número de atores capacitados. É o número de atores capacitados nas oficinas de estruturação da ClimBAP NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP	0	0	10	5
IE	Índice de eventos acontecendo na ClimBAP	IE = E / NLC **E** = Quantidade de eventos acontecendo na ClimBAP. Consideram-se conferências, palestras, eventos culturais, eventos científicos organizados em totalidade ou parte pelos participantes do ClimBAP NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP	0	1	5	1
INP	Índice de projetos e planos na ClimBAP	INP = NP / NLC NP = Número de projetos e planos na ClimBAP. É o número de projetos propostos, aceitos, financiados, em implementação ou implantados que resultam da iniciativa de membros da ClimBAP e que visam mitigar ou adaptar a mudança climática. Os planos locais de ação frente a mudança climática são incluídos NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP	0	0	0	4

COMPONENTE 5: "CAPACIDADE DE SUPORTE E SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO PANTANAL"			
Atividade	**Resultado**	**Prazo**	**Responsável**
1. Síntese crítica da literatura existente apontando lacunas existentes no diagnóstico da capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal.	Capacidade de suporte por região e atividades. Lacunas. Quadro metodológico para avaliação da capacidade de suporte e sustentabilidade.	De dezembro de 2012 a junho de 2013	Chamada pública
2. Definição do roteiro metodológico: Oficinas – "Painel de especialistas (ciências naturais e sociais) sobre turismo no Pantanal".	Roteiro metodológico preliminar de avaliação da capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal e Planalto (esse roteiro metodológico deve prever a utilização de dados secundários disponíveis e incluir os saberes locais / regionais).	De julho de 2013 a junho 2014	Chamada pública
3. Oficina com os principais atores por região e atividades para validar e finalizar o roteiro metodológico preliminar da atividade 2.	Roteiro metodológico definitivo de avaliação da capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal e Planalto.	De julho de 2104 a dezembro 2014	Chamada pública
4. Oficinas "A capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo da sua região/localidade" – processo participativo com os atores envolvidos no turismo em cada região/localidade.	Capacidade de suporte e sustentabilidade definida em cada região/localidade no Pantanal e planície.	De janeiro de 2015 a Dezembro 2015	Chamada pública
5. Síntese dos resultados das oficinas realizadas na atividade 4.	Capacidade de suporte por região e atividade da região do Pantanal (e planalto) brasileiro.	De janeiro de 2015 a Dezembro de 2015	Chamada pública

COMPONENTE 5: TABELA DE INDICADORES

Indicadores			Metas			
Sigla	**Título**	**Fórmula**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
NEFIPS	Números de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade	Número de eventos promovidos no componente. Considera eventos produzidos entre somente pesquisadores e também eventos onde pesquisadores e não pesquisadores participam.	0	1	3	4
INTP	Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO	0	0	0,5	0,5
IDARS	Índice de divulgação de ações e resultados para a sociedade (artigos na Internet, imprensa escrita, eletrônica, palestra,	Número total de matérias divulgadas para o grande público [(nº MD x 3) + (nº MM x 2) + (nº MO x 1)] / NPE Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocução e conferência produzidos pelos membros do componente. M = Matérias	0	4	4	3

	alocução e conferencias para o grande público)	MD = Matéria de doutores MM = Matéria de mestres MO = Matéria de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para doutores 2: para mestres 1: para outros				

COMPONENTE 6: "CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DE PESCADORES E PECUARISTAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ NA MICRORREGIÃO DO ALTO PANTANAL"			
Atividade	**Resultado**	**Prazo**	**Responsável**
1. Conhecendo a dinâmica social de pecuaristas e pescadores *in loco*: visitas de reconhecimento, confecção, avaliação, teste, correção e aplicação de *surveys*.	Síntese crítica da literatura, resultados dos *surveys.*	De dezembro 2012 a dezembro de 2015	Encomenda
2. Conhecendo a dinâmica social dos atores pantaneiros nas oficinas (assembleias): observação participativa, confecção, avaliação, teste, correção e aplicação de *surveys* nas oficinas previstas nos componentes 1 , 4 e 5.	Síntese crítica da literatura, resultados da observação participativa e dos *surveys.*	De dezembro de 2012 a dezembro 2015	Chamada Pública

COMPONENTE 6: TABELA DE INDICADORES

Indicadores			Metas			
Sigla	**Título**	**Fórmula**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
IFRH	Índice de Formação de Recursos Humanos	IFRH = (NED*3) + (NEM*2) + (NEO*1) / NPA NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrandos NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente 3: para NED 2: para NEM 1: para NEO	0	1,5	1	1
INTP	Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio); livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO	0	0,5	0,5	0,5

NCSA	Números de surveys aplicados em oficinas/ assembleias	Números de surveys aplicados pelos pesquisadores do componente em relação à dinâmica social dos atores pantaneiros nas oficinas (assembleias) previstas nos Componentes 1, 4, 5.	0	4	6	4

COMPONENTE 7: "GESTÃO E APOIO LOGÍSTICO"			
Atividade	**Resultado**	**Prazo**	**Responsável**
1. Ações gerenciais para operacionalização das atividades e ações.	Operação adequada do CPP atendendo as necessidades gerenciais e operacionais das ações de pesquisa. Cumprimento de exigências estatutárias e legais da OSCIP. Auditoria realizada.	De dezembro de 2012 a dezembro de 2015	Diretoria Executiva
2. Realização do acompanhamento e avaliação das atividades de pesquisa e extensão.	Relatórios dos comitês de avaliação científica. Relatórios técnicos dos coordenadores de projetos. Montagem/instalação de sistemas eletrônicos de acompanhamento de projetos e ações. Realização dos *workshops* previstos.	De dezembro de 2012 a dezembro de 2015	Diretoria Executiva
3. Divulgação das ações do CPP para o público externo.	Clipping das reportagens veiculadas pela mídia impressa, eletrônica e *on-line*. Material de divulgação e Publicações	De dezembro de 2012 a dezembro de 2015	Diretoria Executiva
4. Impacto do CPP na mídia.	Avaliação independente realizada por uma firma especializada.	De junho de 2015 a dezembro de 2015	Diretoria Executiva

COMPONENTE 7: TABELA DE INDICADORES

Indicadores			Metas			
Sigla	Título	Fórmula	2012	2013	2014	2015
NAGR	Número de ações gerenciais realizadas	Número de ações gerenciais realizadas pelo CPP = -Documentos elaborados; -Workshops, Seminários, Expedições, Congressos, Reuniões Técnicas; -Contratos realizados; - Publicações; -Divulgações, etc.	0	11	12	8
NPPA	Número de Projetos, Programas, Prestação de Serviços e Ações Formalizadas	Número de projetos, programas, prestações de serviços e ações desenvolvidas em parceria formal com instituições nacionais e estrangeiras que não sejam do CPP no ano.	0	0	2	1
NACE	Número de Avaliações realizadas por Consultores Externos	Número de Seminários, workshops, Visitas Técnicas ou outras atividades realizadas pelo CPP para acompanhamento e avaliações dos projetos.	0	1	1	1
ARE	Alavancagem de Recursos Externos no Exercício	Recursos externos alavancados no exercício, a partir da assinatura do TP e considerando sua vigência, dividido pelos recursos repassados pelo MCTI ao CPP no âmbito do TP no exercício, multiplicado por 100.	0	0	100%	40%

ANEXO I

PLANO DE APLICAÇÃO - ANO 1

DESPESAS OPERACIONAIS (CUSTEIO E CAPITAL)	Parceiro Público
1.0- CUSTEIO	
Diárias	R$ 95.902,00
Recursos Humanos (RH)	R$ 142.260,00
Encargos Sociais	R$ 49.080,00
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (PJ)	R$ 150.966,00
Material de Consumo	R$ 107.949,00
Subtotal 1.0	**R$ 546.157,00**
2.0- CAPITAL	
Equipamentos	R$ 65.539,00
Subtotal 2.0	**R$ 65.539,00**
Total Custeio	**R$ 546.157,00**
Total Capital	**R$ 65.539,00**
TOTAL (custeio + capital)	**R$ 611.696,00**

ANEXO II

NATUREZA DOS RECURSOS, POR RUBRICA

Natureza por Rubrica	Valor do Parceiro Público			
	Ano 1 (2012)	Ano 2 (2013)	Ano 3 (2014)	Ano 4 (2015)
Custeio	546.157,00	546.157,00	546.157,00	546.157,00
Capital	65.539,00	65.539,00	65.539,00	65.539,00
Total por ano	611.696,00	611.696,00	611.696,00	611.696,00
Total Geral	**R$ 2.446.784,00**			

ANEXO III

PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

1.0 - RECEITAS OPERACIONAIS	ANO 1 (2012)	ANO 2[1] (2013)	ANO 3[2] (2014)	ANO 4[2] (2015)
1.1- Parceiro Público	R$ 611.696,00	R$ 611.696,00	R$ 611.696,00	R$ 611.696,00
Subtotal 1.0	R$ 611.696,00	R$ 611.696,00	R$ 611.696,00	R$ 611.696,00
2.0 - DESPESAS OPERACIONAIS				
2.1- Parceiro Público				
2.1.1- Diárias	R$ 95.902,00	R$ 95.902,00	R$ 95.902,00	R$ 95.902,00
2.1.2- Recursos Humanos	R$ 142.260,00	R$ 142.260,00	R$ 142.260,00	R$ 197.630,00
2.1.3- Encargos Sociais	R$ 49.080,00	R$ 49.080,00	R$ 49.080,00	R$ 68.182,00
2.1.4- Serviço Terceiro Pessoa Jurídica	R$ 150.966,00	R$ 240,474,00	R$ 236.523,00	R$ 163.225,00
2.1.5- Material de Consumo	R$ 107.949,00	R$ 18.441,00	R$ 22.392,00	R$ 21.218,00
2.1.6- Equipamento	R$ 65.539,00	R$ 65.539,00	R$ 65.539,00	R$ 65.539,00
2.1.7- Bolsas	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Subtotal 2.1	R$ 611.696,00	R$ 611.696,00	R$ 611.696,00	R$ 611.696,00
TOTAL POR ANO	R$ 611.696,00	R$611.696,00	R$611.696,00	R$611.696,00

[1] O detalhamento das despesas por elemento será apresentado anualmente.

ANEXO IV

DETALHAMENTO E JUSTIFICATIVA DOS ELEMENTOS DE DESPESA

ELEMENTO DE DESPESA	*JUSTIFICATIVA*
Recursos Humanos	Recurso destinado para cobrir despesas com: A folha de pagamento até 4 (quatro) funcionários que desenvolvem as atividades administrativas da OSCIP, incluso décimo terceiro, férias e vale transporte.
Encargos Sociais	Recurso destinado para cobrir as despesas com os tributos federais sobre folha de pagamento (PIS, IR, INSS, FGTS) e Contribuição Sindical.
Diárias	O recurso destinado a diárias viabilizará o deslocamento (alimentação, estadia e locomoção) de pesquisadores, membros da diretoria executiva, membros dos comitês de avaliação e consultores para desenvolver as atividades de campo "coletas", participação em eventos científicos, reuniões de trabalho, reuniões de conselho e workshops de avaliação e integração das redes que serão realizados, além de despesas em caráter eventual e/ou transitório no Brasil e exterior.
Material de Consumo	Compreende as despesas com material de conservação e limpeza dos laboratórios de pesquisas nas diversas instituições de ensino e pesquisa parceiras, material de expediente (escritório), animais para pesquisa, plantas, combustíveis e lubrificantes, gás liquido (hélio e nitrogênio), material fotográfico, produtos químicos para laboratórios, biológicos, farmacêuticos, material gráfico e de processamento de dados, vidrarias de laboratório, reposição de peças de equipamentos e de veículo, incluindo aquisição de pneus.
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Os recursos destinados a este elemento custearão as despesas com pagamento de prestação de serviços executados por pessoa jurídica, tais como: locação de equipamentos, veículos, fretes, seguros, serviços gráficos, tais como de divulgação e de material impresso, serviços de criação, inscrições em congressos, cursos, seminários e eventos como simpósios, conferencias, serviços técnicos de assessoria e consultoria/mediação, infraestrutura para organização de eventos, passagens, tradução simultânea, análises química, água e solo, manutenção de equipamentos e de veículos (mão

	de obra) contratação de **auditoria independente**[2], honorários contábeis, serviços de encadernação, impressão e xérox, correios, autenticação de documentos, publicações diversas, assessoria de imprensa, tradução de textos, hospedagem de site, serviços de TI, assinaturas de revistas científicas e de jornais, locação de salas, hospedagens, despesas acessórias de importação, aquisição de softwares, bem como aquisição de passagens aéreas nacionais, internacionais e terrestres.
Equipamento	Aquisição de bens patrimoniais: equipamentos e materiais permanentes para a pesquisa, tais como: equipamentos para laboratório, informática, comunicação, mobiliário em geral, maquinas e aparelhos gráficos, material bibliográfico, ferramentas.

[2] Contratação de Auditoria Independente, conforme prevê a alínea "c", inciso VII Artigo 4 da Lei 9.790/99.

ANEXO VI

DETALHAMENTO DE BENS DE CAPITAL
(Os itens abaixo poderão ser alterados no decorrer da execução do Termo de Parceria)

Item	Descrição do Equipamento
01	Desktops “computadores de mesa”
02	Computadores portáteis
03	Estufas
04	Tablets
05	Binoculos
06	Gaveteiros, estantes, arquivos de aço, cadeiras, mesas, balcão e armários
07	Agitadores
08	Extrator
09	Microscópios e Estereomicroscopios Binocular e Trinocular
10	Centrífugas
11	TV LCD
12	Projetores multimídia
13	Filmadoras
14	Impressoras (multifuntional, laser)
15	Capela de Fluxo Laminar e de exaustão
16	Nobreaks
17	GPS
18	Câmeras digitais
19	Modem
20	Refrigeradores
21	Misturadores de ração
22	Balanças analíticas e de precisão
23	Freezers
24	Mufla
25	Phmetro
26	Bombas
27	Condicionador de ar tipo Split
28	HD Externo
29	Gravadores
30	Embaladora
31	Analisadores
32	Incubadoras

ANEXO II
COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE 1

1) IDENTIFICAÇÃO:

COMPONENTE/REDE: **LEI DO PANTANAL (componente 1)**

COORDENADORA: **Dra. CATIA NUNES DA CUNHA**

TÍTULO DO PROJETO: **MARCO TEÓRICO REFERENCIAL PARA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DO PANTANAL MATO-GROSSENSE SEGUINDO AS PREMISSAS DA CIÊNCIA DE ÁREAS ÚMIDAS E DA CONVENÇÃO RAMSAR**

OBJETIVOS:

- Realizar workshop para definir aspectos conceituais e técnicos para o planejamento e desenvolvimento da regionalização paisagística do Pantanal.
- Estabelecer laços de colaboração e intercâmbio de ideias entre especialistas científicos e técnicos em diferentes aspectos sobre as zonas úmidas.
- Identificar as implicações da aplicação de diferentes escalas de análise em diferentes unidades geográficas e unidades funcionais e macrohabitats do Pantanal.
- Identificar variáveis fundamentais para caracterização das unidades geográficas.
- Definir um esquema de padrões geográficos, e hidrológicas para a regionalização paisagística do Pantanal, baseada em documentos cartográficos.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PROJETO: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU)

EQUIPE CIENTÍFICA:

Dr. Wolfgang Johannes Junk – UFMT – Cuiabá

Dr. Gustavo Mazon Nunes – UFMT - Cuiabá

Doutoranda Erica Cezarine de Arruda

M.Sc. Fernando Henrique Barbosa da Silva

VIGÊNCIA DO PROJETO: 2012 / 2015

PERÍODO DO RELATÓRIO: 2014

2) INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS:

A Constituição Federal de 1988 no CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE, § 4º declara o Pantanal Mato-Grossense patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. Desde 1993 o Brasil é signatário da Convenção Ramsar e em 1996 ratificou-a no Decreto Nº 1.905, de 16 de Maio de 1996 promulgando a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional.

Segundo os acordos desta convenção os inventários das áreas úmidas são instrumentos adequados para elaborar políticas e medidas para a conservação e uso sustentável delas. A finalidade do inventário é reunir informações que descreva as características ecológicas da Área Úmida. O inventário proporciona os dados necessários para formular estratégias e intervenções normativas, e de manejo para manter o caráter do ecossistema de Áreas Úmidas, seus benefícios e serviços.

O Art. 10 e 11 do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12) no item: Áreas de Uso Restrito, define normas para PANTANAIS E PLANÍCIES PANTANEIRAS (Pantanal), para a exploração ecologicamente sustentável. No entanto nesta mesma lei, a APP é definida como "as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a BORDA DA CALHA DO LEITO REGULAR". Esta proposição deixa a maioria do Pantanal sem proteção legal, impactando negativamente os serviços proporcionados aos seres humanos e ao meio ambiente.

Ainda na Lei nº 12.651/12, Áreas Úmidas são definidas como: *"pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação (Incluído pela Medida Provisória nº 571, de 2012)"*. Para efeitos da Convenção de Ramsar, as zonas úmidas são áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima com menos de seis metros de profundidade na maré baixa. Junk et al. (2014) ajustando o conceito Ramsar as particularidades brasileiras como previsto nesse tratado, define Áreas Úmidas como ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanentemente ou periodicamente inundados por águas rasas ou com solos encharcados, doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptadas à sua dinâmica hídrica. O Pantanal está inserido na classificação brasileira de Áreas Úmidas (AUs) (Junk et al. 2014) como AUs interiores com nível de água flutuante, sujeitas a pulsos previsíveis monomodais de longa duração e com pulsos de amplitude baixa. Neste contexto, e por causa da sua grande extensão o Pantanal é um complexo de Paisagens de áreas úmidas.

No entanto nenhuma documentação oficial tem tratado o Pantanal Mato-grossesne no contexto de Áreas Úmidas. A exemplo em 1988 o Zoneamento aprovado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul reduziu a área do Pantanal, definido anteriormente pelo RadamBrasil (1982), descaracterizando assim o Patrimônio Nacional, limitando-o à denominada "Planície Pantaneira". Excluíram grande parte do município de Porto Murtinho e o sul do Pantanal foi transformando em "Zona do Chaco". Este desmanche do Pantanal é um equívoco tanto político, jurídico e científico e fere o tratado assinado em Ramsar e a Constituição Federal.

Peritos em Áreas Úmidas vem desenvolvendo marco teóricos referenciais denominado bases científicas para as Áreas Úmidas brasileiras atendendo preceitos científicos defendidos pela Convenção de Ramsar e WETLAND International. Esses peritos já elaboraram marco teórico referencial para a Classificação dos macrohabitats das Áreas Úmidas do Araguaia, Guaporé, Paraná e Pantanal baseado em aspectos funcionais e estruturais. No Pantanal este grupo de tem testado metodologias adequadas para inventariar e mapear em escala de macrohabitats. A nova classificação dos principais macrohabitats do Pantanal é baseada principalmente em parâmetros hidrológicos e botânicos. Os parâmetros físicos e químicos do solo e da água também usados quando disponíveis, e ajudam na caracterização dos habitats. As múltiplas combinações das diferentes unidades hidromorfológicas com as diferentes comunidades de plantas herbáceas e lenhosas resultam em um grande número de macrohabitats.

A diversidade de habitats é um desafio para todos aqueles que interagem com o Pantanal, principalmente para as pessoas que vivem na região (pantaneiros), mas também para os cientistas e planejadores que ali atuam. As comunidades locais utilizam os recursos do Pantanal de forma tradicional, por exemplo, a pecuária de baixa densidade, que há mais de 200 anos tem empregado estratégias levando em consideração os benefícios dos seus habitats específicos e a manutenção do desenvolvimento sustentável. No entanto, novos fazendeiros estão trazendo novas abordagens e as necessidades econômicas têm pressionado rumo a uma intensificação ou até mesmo mudança total dos sistemas de gestão, o que muitas vezes pode ser à custa da integridade dos ecossistemas do Pantanal. Um exemplo é o aumento das solicitações de autorização junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA) para o desmate dos terraços não inundáveis e a substituição dos campos nativos por campos de gramíneas exóticas. Além disso, mudanças na área de captação superior do Pantanal trouxeram alterações na descarga d'água e um aumento na entrada de sedimentos nos principais rios tributários do Pantanal e isso tem afetado dramaticamente e em diferentes extensões os habitats dentro do Pantanal.

Neste contexto, passou a ser imprescindível o desenvolvimento de marco regulatório que viabilize a definição em um nível ecossistêmico, e que permita traçar planos de manejo, proteção e monitoramento dos efeitos das interferências antrópicas sobre a dinâmica de áreas naturais. Porém, ainda é necessária a padronização de algumas definições relacionadas ao conceito da regionalização,

divisão de unidades do pantanal, além de definições de escalas espaciais e temporais. As grandes áreas úmidas como o Pantanal devem ser discutidas em diferentes escalas abordando a força principal do sistema, o pulso de inundação sobre todos os níveis de estruturação da diversidade, desde paisagens a macrohabitats.

Portanto, a divisão do Pantanal em subunidades ecossistêmicas deve contemplar as condições hidrológicas, hidrogeomorfológicas, fatores físicos e químicos de água e dos solos, e a classificação das plantas superiores quanto as suas tolerâncias e afinidades para crescer nos macrohabitats.

3) COOPERAÇÃO COM OUTROS PROJETOS:

Cooperação com IUCN (International Union for Conservation of Nature) para produção de uma avaliação da aplicação de metodologia para indicação de Ecossistemas ameaçados com foco ao Pantanal.

4) FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

- Capacitação de recursos humanos para subdivisão do Pantanal e aplicação de dados.
  Erica Cezarine de Arruda e Fernando Henrique Barbosa da Silva
- Treinamento e Capacitação dos doutorandos da Rede Pró-Centro Oeste de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação, Programa Biotecnologia e Biodiversidade, realizado entre os dias 02 a 06 de junho de 2014, na Base Avançada de Pesquisa do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso. (Comprovante 1)

5) TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE:

I Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a Atividade de Regionalização do Pantanal, componente da "LEI DO PANTANAL – MCT/CPP. Elaboração de Marco Teórico Referencial para Proposta de Regionalização do Pantanal Mato-grossense seguindo as premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar. Realizado no dia 11 de março de 2014, no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal. Foram envolvidas as seguintes instituições: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), EMBRAPA Pantanal, RPPN SESC Pantanal, Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT), Instituto Chico Mendes (ICMBio), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU), Universidade de Cuiabá (UNIC), Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (AL/MT), Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos – ECOTRÓPICA, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). (Comprovante 2)

Workshop sobre Classificação de Habitats de Áreas Úmidas – realizado no Centro de Biodiversidade, no dia 28 de Março de 2014, realizado pela equipe interna para balizamento e nivelamento das Premissas do conhecimento de Áreas Úmidas. (Comprovante 3A e B)

Participação da Dra. Catia Nunes da Cunha na reunião da IUCN sobre a Lista Vermelha de Ecossistemas, realizado entre os dias 7 a 9 de abril de 2014 em Brasília - DF. (Comprovante 4)

II Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a Atividade de Regionalização do Pantanal, componente da "LEI DO PANTANAL – MCT/CPP. Definir Marco Regulatório para a Regionalização do Pantanal em Bases Científicas de Definição, Delimitação e Caracterização da Área Úmida e seus Habitats. Realizado no dia 02 de julho de 2014, no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal. Foram envolvidas as seguintes instituições: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), EMBRAPA Pantanal, RPPN SESC Pantanal, Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT), Instituto Chico Mendes (ICMBio), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU), Universidade de Cuiabá (UNIC), Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (AL/MT), Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos – ECOTRÓPICA, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Apresentação e discussão da produção científica da equipe interna, realizada no Auditório Vangil Pinto, no dia 07 de Agosto de 2014. (Comprovante 6)

Participação da Dra. Catia Nunes da Cunha na reunião da IUCN sobre Capacitação da Metodologia Lista Vermelha de Ecossistemas, realizado entre os dias 26 a 28 de agosto de 2014 em Brasília - DF. (Comprovante 7)

Reunião para o Aperfeiçoamento da Lei 8830/2008 (Mato Grosso) e da Regulamentação do Artigo 10 da Lei 12.651 (Código Florestal). Realizado no dia 06 de Novembro de 2014, no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP). Foram envolvidas as seguintes instituições: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), EMBRAPA Pantanal, Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT), Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MP/MS), Instituto Chico Mendes (ICMBio), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU), Centro de Pesquisa do Pantanal.

Reunião com equipe Técnica da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN) para discussão sobre Definições de Áreas Úmidas. Realizado no dia 24 de Novembro de 2014, no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP).

6) TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O SETOR EMPRESARIAL E GOVERNO:

Participação da Dra. Catia Nunes da Cunha na Reunião com o Secretário de Estado de Meio Ambiente José Lacerda no dia 20 de Março de 2014, realizado no gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para esclarecimento sobre viabilidade política de divisão do Pantanal e do Projeto de Lei em Tramitação no Senado.

Participação na Reunião na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) com o secretário José Lacerda no dia 20 de Março de 2014, realizado no gabinete da SEMA que teve como pauta: - Projeto de Lei em Tramitação no Senado; - Código Florestal em relação ao Bioma Pantanal; - Intervenções no Pantanal; - Supressão de vegetação em APP; - Introdução de pastagens artificiais; - Reserva legal.

Participação da Reunião com a Comissão de Meio Ambiente do Senado, para discussão e apresentação de proposta de Mato Grosso ao Projeto de Lei do Senado nº 750/11 – "Dispõe sobre a política de gestão do Bioma Pantanal" - de autoria do Senador Blairo Maggi, realizada no dia 31 de março as 9:00 horas no Auditório Licínio Monteiro, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Neste ato a Profa. Dra. Catia Nunes da Cunha proferiu a palestra: MARCO científico para "POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO PANTANAL": premissas do conhecimento de Áreas Úmidas e Convenção Ramsar.

Participação da Dra. Catia Nunes da Cunha na Reunião na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) sobre regulamentação do Art. 10 da Lei 12.651/2012, que trata das Áreas de Uso Restrito, Cadastro Ambiental Rural para as áreas úmidas, Pantanais e Planícies Pantaneiras e a elaboração de acordo entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para a definição dos princípios para a exploração ecologicamente sustentável das Áreas de Uso Restrito do Pantanal, no dia 29 de Abril de 2014.

Envio a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), por email de Sugestões e Justificativa para alteração do Projeto de Lei do Pantanal. (Comprovante 26)

Participação da Reunião organizada pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA) para discussão da Lei do Pantanal nº 8.830/08 – Readequação da Lei ao Novo Código Florestal, realizada no dia 27 de novembro de 2014 as 8:00 horas no Centro de Atividades de Poconé – SESC Pantanal, Poconé – MT.

Participação da Dra. Catia Nunes da Cunha na Reunião no workshop para definição de estudos para construção do Plano Bacia Hidrográfica Rio Paraguai, promovido pela Agência Nacional das Águas (ANA), nos dias 09 a 11 de Dezembro de 2014. (Comprovante 12)

7) PUBLICAÇÕES:

(nº de capítulos, título do capítulo, nome do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

Jamie Pittock, J.; Finlayson, M.; Arthington, A. H.; Roux, D.; Matthews, J. H.; Biggs, H.; Blom, E.; Flitcroft, R.; Froend, R.; Harrison, I.; Hermoso, V.; **Junk, W. J.**; Kumar, R.; Linke, S.; Nel, J.; **Nunes da Cunha, C.**; Pattnaik, A.; Pollard, S.; Rast, W.; Thieme, M.; Turak, E.; Turpie, J.; van Niekerk, L.; Willems, D.; Viers, J. (2014). Managing Freshwater, River, Wetland & Estuarine Protected Areas. Pp: 1-40. In: Worboys, G. (ed.). **The Protected Area Governance and Management Book**. IUCN.

Nunes da Cunha, C.; Piedade, M.T.F.; **Junk, W.J.** (Orgs) (2014). **Classificação e Delineamento das Áreas Úmidas Brasileiras e de seus Macrohabitats**. Cuiabá: EdUFMT. 156 p.

Junk, W.J.; Piedade, M.T.F.; Lourival, R.; Wittmann, F.; Kandus, P.; Lacerda, L.D.; Bozelli, R.L.; Esteves, F.A.; **Nunes da Cunha, C.;** Maltchik, L.; Schöngart, J.; Schaeffer-Novelli, Y.; Agostinho, A.A.; Nóbrega, R.L.B.; Camargo, E. (2014). Definição e Classificação das Áreas Úmidas (AUs) Brasileiras: Base Científica para uma Nova Política de Proteção e Manejo Sustentável. In: Nunes da Cunha, C.; Piedade, M.T.F. & Junk, W.J. (Orgs). Pp: 13-76. **Classificação e Delineamento das Áreas Úmidas Brasileiras e de seus Macrohabitats**. Cuiabá: EdUFMT.

Nunes da Cunha, C.; Junk, W.J. (2014). A Classificação dos Macrohabitats do Pantanal Mato-grossense. In: Nunes da Cunha, C.; Piedade, M.T.F. & Junk, W.J. (Orgs). Pp: 77-122. **Classificação e Delineamento das Áreas Úmidas Brasileiras e de seus Macrohabitats**. Cuiabá: EdUFMT.

8) EVENTOS CIENTÍFICOS E DE INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE:

Obs.: Anexar comprovação do trabalho apresentado e comprovação de evento de interação com a sociedade não-científica (folder, link de site onde foi divulgado...)

EVENTOS CIENTÍFICOS

Palestra: Delimitação e Classificação de Áreas Úmidas Brasileiras: A abordagem Brasileira. Ministrada pelo Dr. Wolfgang Johannes Junk, no dia 20 de Agosto de 2014, durante o II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas. Local: Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP). (Comprovante 13)

Palestra: Classificação de Macrohabitats do Pantanal e sua Aplicação na Gestão Ambiental. Ministrada pela Dra. Catia Nunes da Cunha, no dia 21 de Agosto de 2014, durante o II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas. Local: Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP). (Comprovante 13)

MATÉRIAS VEICULADA EM MEIO DE COMUNICAÇÃO:

AL/MT sedia debate sobre Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal. Segunda-feira, 27/03/2014 às 15:16h, Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/detalhes/40513>. (Comprovante 14)

Uso sustentável do bioma será debatido em MT e MS. Segunda-feira, 31/03/2014 às 08:18h, Mídia News. Disponível em: <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=3&cid=193463>. (Comprovante 15)

Autoridades discutem legislação para proteção do Bioma do Pantanal. Segunda-feira, 31/03/2014 às 12:41h, Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/detalhes/40538>. (Comprovante 16)

Discussão Aborda Lei 750/2011 do Senado. Segunda-feira, 31/03/2014 às 15:44h, Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/detalhes/40542>. (Comprovante 17)

Projeto para Pantanal é alvo de críticas. Segunda-feira, 31/03/2014 às 14:01h, Gazeta Digital. Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/417003/t/projeto-para-pantanal-e-alvo-de-criticas>. (Comprovante 18)

Poconeanos participam de Audiência Pública na ALMT. Segunda-feira, 31/03/2014 às 20:29, Imprensa Blairo Maggi. Disponível em <http://www.poconet.com.br/?pg=noticia&id=12883>. (Comprovante 19)

Sociedade se une para discutir lei de gestão do Pantanal mato-grossense. Terça-feira, 01/04/2014 às 08:13, Imprensa Blairo Maggi. Disponível em <http://blairomaggi.com.br/noticia/sociedade-se-une-para-discutir-lei-de-gestao-do-pantanal-mato-grossense>. (Comprovante 20)

Lei do Pantanal foi debatida na AL. Terça-feira, 01/04/2014às 10:53, Diário de Cuiabá. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=448931>. (Comprovante 21)

Nova Ameaça Ronda o Pantanal. Domingo, 07/09/2014 às 10:53, Gazeta Digital. Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/428251/t/nova-ameaca-ronda-o-pantanal>. (Comprovante 22)

Produção no Pantanal ganha novos caminhos. Segunda-feira, 17/11/2014 às 11:59, Gazeta Digital. Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/2/materia/434946/t/producao-ganha-novos-caminhos>. (Comprovante 23)

MATÉRIAS VEICULADA EM MEIO DE COMUNICAÇÃO - TV:

Entrevista com a Dra. Catia Nunes da Cunha e Dr. Wolfgang Johannes Junk concedida a TV Record no dia 20 de Agosto de 2014.

9) OUTRAS INFORMAÇÕES:

Indicar se houve melhorias na estrutura de laboratórios e locais onde os subprojetos se desenvolvem, bem como, descrever outros fatores relevantes para o desenvolvimento do subprojeto. (Até 500 caracteres)

<u>Indicador 1:</u> Número de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade - NEFIPS

PROGRAMAÇÃO

REGIONALIZAÇÃO DO PANTANAL

1ª REUNIÃO TÉCNICA: MARCO TEÓRICO REFERENCIAL PARA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DO PANTANAL MATOGROSSENSE
seguindo as premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar.

Local: Campus de pesquisa do MPEG-INPP (Campus UFMT)

Data: 11 de março 2014

11/03/2014	
9h00 – 9h10	**Abertura CPP**
9h10 – 9h30	**Contextualização do Projeto e Objetivo do Evento** Apresentação: Dra. Cátia Nunes da Cunha (NEPA-UFMT/INCT-INAU/UFMT)
9h30 – 9h50	**Bases Ecológicas para Classificação de Áreas Úmidas Brasileiras** Palestrante: Dr. Wolfgang J. Junk (INCT – INAU/UFMT)
9h50 – 10h00	**Intervalo**
10h00 – 10h30	**Licenciamento de Propriedades Rurais no Pantanal: Experiência, Vivência e Estudo de caso** Palestrante: M. Sc. Elton Antônio Silveira (SEMA/MT)
10h30 – 11h20	**Dinâmica Espaço-Temporal das Inundações do Pantanal** Palestrante: Dr. Carlos Roberto Padovani (EMBRAPA/Pantanal)
11h20 – 12h00	**Discussão**
12h00	**Almoço**
14h00 – 15h20	Análise e busca de ferramentas para definição do marco referencial
15h20 – 16h20	Sistematização dos resultados das discussões
16h20 – 16h40	**Intervalo**
16h40 – 18h00	Apresentação dos resultados e discussões
18h00	**Encerramento**

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA

Período Matutino 11/03/2014

01. NOME: CARLOS ROBERTO PADOVANI
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: EMBRAPA CPAP
E-MAIL: carlos.padovani@embrapa.br
FONE FIXO: (67) 3234-5824 CELULAR: (67) 9600-8161

02. NOME: WOLFGANG JUNK
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: wjj@ecologia.ufmt.br
FONE FIXO: CELULAR:

03. NOME: ELTON ANTONIO SILVEIRA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: SEMA - MT
E-MAIL: elton.silveira@sema.mt.gov.br
FONE FIXO: 3613 7327 CELULAR: 9651 5223

04. NOME: JEMILZE GOMES DUARTE
ASSINATURA: Jemilze Gomes Duarte
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: jemilzeduarte@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 9934 E546

05. NOME: Julia Arcoverde Souto
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UNIC
E-MAIL: juarcoverde@yahoo.com.br
FONE FIXO: (65) 3301 1492 CELULAR: 9267 9676

06. NOME: Débora F. Calheiros
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Embrapa Pantanal / UFMT
E-MAIL: calheirosdeborah@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: (61) 9961-4859

UFMT MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação BRASIL

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

07. NOME: Paulo Moura
ASSINATURA: Paulo Moura
INSTITUIÇÃO: Assembleia Legislativa de MT
E-MAIL: psc moura@terra.com.br
FONE FIXO: 065 3313-6408 CELULAR: 065 9608-3408

08. NOME: GUSTAVO MANZON NUNES
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: GUSTAVOMN@GMAIL.COM
FONE FIXO: CELULAR: 92484024

09. NOME: Abilio José Forcer de Moraes
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: PJEDAO-MPE
E-MAIL: ~~abilio.moraes@mp.mpmt~~ abilio.moraes@MP.MT.MP
FONE FIXO: 65 065 3613-1600 CELULAR: 81504182

10. NOME: Silvia Yoshie Kataoka
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: SESC PANTANAL
E-MAIL: SESP@SESCPANTANAL.COM.BR
FONE FIXO: 3668-2004 CELULAR: 9969-1804

11. NOME: Pierre Girard
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: CPP
E-MAIL: pierregirard1301@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR:

12. NOME: Simone M. de Oliveira
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT/ICHS
E-MAIL: lovesde@terra.com.br
FONE FIXO: 66 3422 2349 CELULAR: 669995 2698

UFMT MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação BRASIL

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

13. NOME: [illegible]
ASSINATURA: [illegible]
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: [illegible]
FONE FIXO: _____ CELULAR: [illegible]

14. NOME: [illegible]
ASSINATURA: [illegible]
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: [illegible]
FONE FIXO: _____ CELULAR: [illegible]

15. NOME: [illegible]
ASSINATURA: [illegible]
INSTITUIÇÃO: UFV
E-MAIL: [illegible]
FONE FIXO: [illegible] CELULAR: [illegible]

16. NOME: [illegible]
ASSINATURA: [illegible]
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: [illegible]
FONE FIXO: _____ CELULAR: [illegible]

17. NOME: _____
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: _____
E-MAIL: _____
FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

18. NOME: _____
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: _____
E-MAIL: _____
FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA

Periodo Vespertino **11/03/2014**

	Nome	Assinatura
1	Rosa Lemos - CPP	
2	Simone Oliveira - UFMT	
3	Julia Adriana Conte	
4	Pedro Cesar d	
5	Abilio J. F. de Morais	
6	Gustavo M. Neves	
7	Tamiles Gomes Duarte	
8	DANIEL L. Z. KANTEK	
9	DEBORA F. CALHEIROS	
10	Silvia Yoshie Kaneda	
11	Eliton A. Silveira	
12	CARLOS ROBERTO PANSANI	
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		

UFMT MCTI BRASIL

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

DOCUMENTO SÍNTESE

1ª Reunião Técnica para Elaboração de Marco Teórico Referencial para Proposta de Regionalização do Pantanal Mato-grossense seguindo as Premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar

Local: Cuiabá

Data: 11/03/2014

Coordenador: Cátia Nunes da Cunha (UFMT/INAU)

Componente de Pesquisa: LEI DO PANTANAL

Atividade: Zoneamento

Introdução:

A Constituição Federal de 1988 no CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE, § 4° declara o Pantanal Mato-Grossense patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. Desde 1993 o Brasil é signatário da Convenção Ramsar e em 1996 ratificou-a no Decreto N° 1.905, de 16 de Maio de 1996 promulgando a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional.

Segundo os acordos desta convenção os inventários das áreas úmidas são instrumentos adequados para elaborar políticas e medidas para a conservação e uso sustentável delas. A finalidade do inventário é reunir informações que descreva as características ecológicas da Área Úmida. O inventário proporciona os dados necessários para formular estratégias e intervenções normativas, e de manejo para manter o caráter do ecossistema de Áreas Úmidas, seus benefícios e serviços.

O Art. 10 e 11 do Novo Código Florestal (Lei n° 12.651/12) no item: Áreas de Uso Restrito, define normas para PANTANAIS E PLANÍCIES PANTANEIRAS (Pantanal), para a exploração ecologicamente sustentável. No entanto nesta mesma lei, a APP é definida como "as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a BORDA DA CALHA DO LEITO REGULAR". Esta proposição deixa a maioria do Pantanal sem proteção legal, impactando negativamente os serviços proporcionados aos seres humanos e ao meio ambiente.

Ainda na Lei n° 12.651/12, Áreas Úmidas são definidas como: *"pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação (Incluído pela Medida Provisória n° 571, de 2012)"*. Para efeitos da Convenção de Ramsar, as zonas úmidas são áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima com menos de seis metros de profundidade na maré baixa. Junk et al. 2013 ajustando o conceito Ramsar as particularidades brasileiras como previsto nesse tratado, define Áreas Úmidas como ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanentemente ou periodicamente inundados por águas rasas ou com solos encharcados, doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptadas à sua dinâmica hídrica. O Pantanal está inserido na classificação brasileira de Áreas Úmidas (AUs) (Junk et al. 2013) como AUs interiores com nível de água flutuante, sujeitas a

pulsos previsíveis monomodais de longa duração e com pulsos de amplitude baixa. Neste contexto, e por causa da sua grande extensão o Pantanal é um complexo de Paisagens de áreas úmidas.

No entanto nenhuma documentação oficial tem tratado o Pantanal Mato-grossesne no contexto de Áreas Úmidas. A exemplo em 1988 o Zoneamento aprovado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul reduziu a área do Pantanal, definido anteriormente pelo Radam Brasil (1982), descaracterizando assim o Patrimônio Nacional, limitando-o à denominada "Planície Pantaneira". Excluíram grande parte do município de Porto Murtinho e o sul do Pantanal foi transformando em "Zona do Chaco". Este desmanche do Pantanal é um equívoco tanto político, jurídico e científico e fere o tratado assinado em Ramsar e a Constituição Federal.

O INCT-INAU vem desenvolvendo marco teóricos referenciais denominado bases científicas para as Áreas Úmidas brasileiras atendendo preceitos científicos defendidos pela Convenção de Ramsar e WETLAND International. O INCT-INAU já elaborou um marco teórico referencial para a Classificação dos macrohabitats das Áreas Úmidas do Araguaia, Guaporé, Paraná e Pantanal baseado em aspectos funcionais e estruturais. No Pantanal este grupo de tem testado metodologias adequadas para inventariar e mapear em escala de macrohabitas. A nova classificação dos principais macrohabitats do Pantanal é baseada principalmente em parâmetros hidrológicos e botânicos. Os parâmetros físicos e químicos do solo e da água também usados quando disponíveis, e ajudam na caracterização dos habitats. As múltiplas combinações dos diferentes unidades hidromorfológicas com as diferentes comunidades de plantas herbáceas e lenhosas resultam em um grande número de macrohabitats.

Os processos ecológicos nas AUs são regulador principalmente pelo fator hidrologia, por isso este tem o maior peso no nosso sistema de classificação. Entretanto, muitas espécies de plantas que crescem no Pantanal mostram grande plasticidade fisiológica para lidar com inundação. Os períodos de inundação informados na classificação descrevem apenas a posição preferencial mais frequente das diferentes unidades de vegetação no gradiente de inundação. Outros fatores, tais como a origem da água, por exemplo, da chuva, rios, ou águas subterrâneas também afetam a vegetação, mas o nosso conhecimento sobre o seu impacto ainda é pequeno e ainda não podem ser considerados. Além disso, em um clima úmido/seco, o estresse hídrico em combinação com as queimadas tem um forte impacto sobre a vegetação, mas também ainda é pouco compreendido. A maioria dos habitats do Pantanal é permanentemente ou periodicamente inundada. Alguns permanecem secos por muitos anos, exceto durante eventos de cheia extrema. Nos arredores e no interior do Pantanal, existem áreas que nunca são inundadas, mencionadas em nossa classificação porque servem de refúgio para animais durante o período de cheias extremas ou oferecem condições de reprodução adicionais, e são estratégicas para plantas e animais colonizarem os habitats de zonas úmidas adjacentes pelo menos periodicamente, aumentando a diversidade de espécies de toda a área em geral.

As propriedades físico-químicas da água e dos solos são de fundamental importância para a composição de espécies e produtividade tanto na água e quanto nas zonas úmidas. Nossa base de dados sobre esses parâmetros ainda não são suficientes para inclui-los de forma adequada na classificação. Mas, em geral, podemos afirmar que todos os habitats terrestres e aquáticos do Pantanal apresentam baixo nível de nutrientes, com um conteúdo de sais minerais de baixa a intermediária condutância elétrica <100 µS cm-1 e o pH neutro a ligeiramente ácido (5-7). Exceções são as lagoas de alta salinidade, denominadas salinas, alguns solos de salinidade alta no sul do Pantanal e os solos de capão de aterro, que tem fertilidade aumentada devido à atividade humana. A maioria dos solos é arenosa, com uma baixa capacidade de retenção de água durante a fase seca. Uma grande parte da fracção de argila é constituída por caulinita com capacidade de troca iônica baixa.

Os critérios biológicos incluem somente plantas superiores. As plantas lenhosas são de particular importância porque têm vida longa e refletem o impacto das condições ambientais ao longo de anos, décadas, ou mesmo séculos, num habitat específico. Plantas herbáceas anuais e perenes dominam vários macrohabitats. As espécies predominantemente terrestres dominam durante a fase terrestre da ATTZ, enquanto que as macrófitas aquáticas dominam o mesmo habitat durante a fase aquática. Considerando a importância das plantas lenhosas, consideradas terrestres, o nosso sistema de classificação dos macrohabitats da ATTZ baseia-se principalmente na vegetação ou nas espécies indicadores terrestres. Porém, queremos destacar que, durante a fase aquática, macrófitas aquáticas ocorrem em abundância e grande diversidade em quase todos os macrohabitats da ATTZ, enquanto as condições de luz são apropriadas. Em casos nos quais, durante a fase aquática, espécies terrestres não são visíveis, os macrohabitats mudam o caráter da vegetação indicadora e são considerados como dois macrohabitats: um na fase terrestre, outro na fase aquática da ATTZ. A variabilidade do pulso de inundação, o impacto do fogo e as diferentes atividades humanas resultam em grande dinâmica no desenvolvimento da vegetação. Vários estágios de sucessão são presenças constantes no Pantanal e diferentes tipos de vegetação podem ocorrer acima do mesmo tipo de substrato e condições hidrológicas, dependendo do histórico do seu estabelecimento. Animais também podem ser indicadores para a classificação, pelo menos para certos habitats, mas a sua mobilidade gera problemas adicionais e o nosso conhecimento a respeito ainda não é suficiente.

A diversidade de habitats é um desafio para todos aqueles que interagem com o Pantanal, principalmente para as pessoas que vivem na região (pantaneiros), mas também para os cientistas e planejadores que ali atuam. As comunidades locais utilizam os recursos do Pantanal de forma tradicional, por exemplo, a pecuária de baixa densidade, que há mais de 200 anos tem empregado estratégias levando em consideração os benefícios dos seus habitats específicos e a manutenção do desenvolvimento sustentável. No entanto, novos fazendeiros estão trazendo novas abordagens e as necessidades econômicas têm pressionado rumo a uma intensificação ou até mesmo mudança total dos sistemas de gestão, o que muitas vezes pode ser à custa da integridade dos ecossistemas do Pantanal. Um exemplo é o aumento das solicitações de autorização junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA) para o desmate dos terraços não inundáveis e a substituição dos campos nativos por campos de gramíneas exóticas. Além disso, mudanças na área de captação superior do Pantanal trouxeram alterações na descarga d'água e um aumento na entrada de sedimentos nos principais rios tributários do Pantanal e isso tem afetado dramaticamente e em diferentes extensões os habitats dentro do Pantanal.

Neste contexto, passou a ser imprescindível o desenvolvimento de marco regulatório que viabilize a definição em um nível ecossistêmico, e que permita traçar planos de manejo, proteção e monitoramento dos efeitos das interferências antrópicas sobre a dinâmica de áreas naturais. Porém, ainda é necessária a padronização de algumas definições relacionadas ao conceito da regionalização, divisão de unidades do pantanal, além de definições de escalas espaciais e temporais. As grandes áreas úmidas como o Pantanal devem ser discutidas em diferentes escalas abordando a força principal do sistema, o pulso de inundação sobre todos os níveis de estruturação da diversidade, desde paisagens a macrohabitats.

Portanto, a divisão do Pantanal em subunidades ecossistêmicas deve contemplar as condições hidrológicas, hidrogeomorfológicas, fatores físicos e químicos de água e dos solos, e a classificação da plantas superior quanto as suas tolerâncias e afinidades para crescer nos macrohabitats.

Objetivo Geral:

O objetivo geral deste projeto é avançar em aspectos científicos e técnicos para o desenvolvimento de uma regionalização ecossistêmica-paisagística do Pantanal Mato-Grossense. O conjunto de procedimentos científicos e técnicos aplicados produzirá uma representação cartográfica de unidades geográficas definidas por suas características ecohidrogeomórficas que refletem na frequência da ocorrência dos macrohabitats, objeto de regulamentação e definição de uso, manejo e proteção. Esta regionalização é a base documental que conduz a uma política pública para o manejo sustentável do Pantanal em base científica.

Objetivos específicos:

- Workshop para definir aspectos conceituais e técnicos para o planejamento e desenvolvimento da regionalização paisagística do Pantanal.
- Estabelecer laços de colaboração e intercâmbio de ideias entre especialistas científicos e técnicos em diferentes aspectos sobre as zonas úmidas.
- Identificar as implicações da aplicação de diferentes escalas de análise em diferentes unidades geográficas e unidades funcionais e macrohabitats do Pantanal.
- Identificar variáveis fundamentais para caracterização das unidades geográficas.
- Definir um esquema de padrões geográficos, e hidrológicas para a regionalização paisagística do Pantanal, baseada em documentos cartográficos.

Memória de Reunião

1ª Reunião Técnica para Elaboração de Marco Teórico Referencial para Proposta de Regionalização do Pantanal Mato-grossense seguindo as Premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar

Local: Cuiabá
Data: 11/03/2014
Coordenador: Cátia Nunes da Cunha (UFMT/INAU)
Componente de Pesquisa: LEI DO PANTANAL
Atividade: Zoneamento

Nome dos participantes:

	Nome	Instituição	Email
1	Abílio José Ferraz de Moraes	Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT)	abiliodemoraes@hotmail.com abilio.moraes@mp.mt.mp
2	Carlos Roberto Padovani	EMBRAPA – Pantanal	carlos.padovani@embrapa.br
3	Catia Nunes da Cunha	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	catianc@ufmt.br biocnc@gmail.com
4	Daniel Luis Zanella Kantek	Instituto Chico Mendes (ICMBio)	daniel.kantek@icmbio.gov.br
5	Debora Calheiros	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) /EMBRAPA	calheirosdebora@gmail.com
6	Elton Antonio Silveira	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA)	eltonsilveira@sema.mt.gov.br
7	Erica Cezarine de Arruda	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	ericacezarine@yahoo.com.br
8	Fernando Henrique Barbosa da Silva	INAU	fernandon18@gmail.com
9	Gustavo Mazon Nunes	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	gustavomn@gmail.com
10	Julia Arieira	Universidade de Cuiabá (UNIC)	juarieira@yahoo.com.br
11	Paulo Moura	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (AL/MT)	pscmoura@terra.com.br
12	Pierre Girard	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	pierreg@ufmt.br pierre_girard@yahoo.com.br pierregirard1301@gmail.com
13	Silvia Yochie Kataoka	RPPN SESC Pantanal	gesp@sescpantanal.com.br
14	Simoni Maria Loverde Oliveira	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	loverde@terra.com.br
15	Temilze Gomes Duarte	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	temilzeduarte@hotmail.com
16	Wolfgang. J. Junk	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	wjj@evolbio.mpg.de

Atendendo a carta convite nº 01/2014/CPP de 21 de fevereiro de 2014, para a 1ª Reunião Técnica para Elaboração de Marco Teórico Referencial para Proposta de Regionalização do Pantanal Mato-grossense seguindo as Premissas da Ciência de Áreas Umidas e da Convenção Ramsar, estiveram presentes representantes de diversas instituições de Tecnologia e Ciência em Áreas Úmidas.

Assuntos Tratados:

Foi possível a mobilização das principais partes interessadas nesta Regionalização e que atuam no estado de Mato Grosso. A abertura da reunião foi realizada pelo Dr. Paulo Teixeira, representante do Centro de Pesquisas do Pantanal, que enfatizou o uso de conhecimentos ecológicos das Ciências em Áreas Úmidas para a gestão sábia do Pantanal.

Em seguida, a Dra. Cátia Nunes da Cunha, explicou detalhadamente sobre os objetivos do projeto, de modo a assegurar o alinhamento das expectativas dos participantes em relação aos resultados esperados no âmbito deste projeto. O alinhamento foi assegurado de acordo com as Premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar como instrumento de suporte à políticas públicas, pode trazer benefícios como o fortalecimento de rede de profissionais e instituições, padronização de métodos, coleta e amostra de dados conferindo maior rigor científico ao processo de identificação de alvos de conservação e manejo.

Esta metodologia é um avanço considerável no processo de inserção da Regionalização no contexto nacional permitindo uma avaliação inicial de informações hidrológicas, hidromorfológicas e biogeográficas disponíveis e úteis para fins da lei de gestão do Pantanal.

O Dr. Junk apresentou a palestra: Identificação e Classificação das Áreas Úmidas Brasileiras: Bases Científicas para uma Política Nacional. Segundo o Dr. Junk as AUs brasileiras podem ser definidas como: *ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanentemente ou periodicamente inundados por águas rasas ou com solos encharcados, doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptadas à sua dinâmica hídrica*. Esta definição e outros assuntos sobre Áreas Umidas brasileiras podem ser encontrados em Junk et al. 2014, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aqc.2386/pdf>.

O Analista Ambiental da SEMA-MT, Elton Silveira, apresentou um estudo de caso onde trata a problemática da aplicação do código florestal no Pantanal e delimitação deste para fins de cadastramento único ambiental. Após, o perito em inundação Dr. Carlos Padovani apresentou as bases técnico-científicas para subsidiar uma divisão do Pantanal baseada em critérios da inundação quanto a sua duração, frequência e amplitude. Os participantes presentes na reunião discutiram a aplicação de conceitos ecológicos de áreas úmidas para a sua caracterização e tipologias no Pantanal e a atualização dos marcos legais relacionados.

As instituições de pesquisa que trabalham no Pantanal Mato-grossense trabalharam de forma colaborativa para identificar unidades funcionais de gestão que sejam reconhecidas pelos diferentes atores regionais. Para isto, verificamos a importância de buscar uma definição operacional destas unidades, ou seja, unidades que informem sobre a características hidrológicas, macrohabitats e biodiversidade sobre um ponto de vista científico.

Após as discussões o grupo de trabalho estabeleceu a necessidade de avançar alguns pontos quanto as abordagens conceituais e metodológicas. Assim ficou acordado que:

- Os participantes concordam com a sequência de 10 anos que mostra a variabilidade interanual da inundação, apresentado pelo perito em inundação Dr. Carlos Padovani.
- Concordamos que o mapa resumo não contempla toda a diversidade de habitats, desta forma a diversidade de habitats será apresentada em outros mapas.
- Concordamos com a descrição da situação hidrológica de cada unidade funcional, em níveis de inundação.
- Concordamos com o delineamento da borda do Pantanal de acordo com a definição do perito em inundação Dr. Carlos Padovani, que representa o nível máximo de inundação do Pantanal e inclui áreas permanentemente secas, de acordo com a classificação de habitats realizada por Junk et al. 2013.
- Recomendamos a reanálise da proposta do Padovani em comparação com o mapa produzido por Julia Arieira (RPPN Sesc Pantanal) e Sandra Santos (Nhecolandia).
- Concordamos que o conceito de Área de Proteção Permanente (APP) não se aplica ao Pantanal.

Workshop sobre Classificação de Habitats de Áreas Úmidas – realizado no Centro de Biodiversidade, no dia 28 de Março de 2014, realizado pela equipe interna para balizamento e nivelamento das Premissas do conhecimento de Áreas Úmidas.

Palestras:

1. Abertura – Dra. Catia Nunes da Cunha

2. Áreas Úmidas: Definição, Delimitação e Classificação – Doutoranda Caroline Felfili Fortes e Doutorando Willian Pietro de Souza

3. Legislação do Pantanal – M.Sc. Abílio José Ferraz de Moraes

4. O conceito de Pulso de Inundação – Dra. Luciana Rebellato

5. Dinâmica Espaço-Temporal das Inundações no Pantanal – Doutoranda Erica Cezarine de Arruda

6. Classificação dos Macrohabitats do Pantanal Mato-grossense – M.Sc. Fernando Henrique Barbosa da Silva

7. Mudanças Climáticas: Bases teóricas e Implicações para o bioma Pantanal – Dra. Sejana Artiaga Rosa

8. Uso Sustentável no Pantanal: Pecuária, Agricultura, Turismo e Pesca – M.Sc. Gustavo da Silva e Mestranda Marisa Lários Vieira

9. Uso sustentável de recursos madeireiro e não madeireiro no Pantanal – Doutoranda Eliana Celestino da Paixão Rodrigues dos Santos

10. Uso Sustentável no Pantanal: Extração de Minérios – Graduandos Douglas Santos Gonçalves; Poliane Pierra Maroto Patricio, Rodrigo Adversi Silva

"WORKSHOP: CLASSIFICAÇÃO DE HABITATS DE ÁREAS ÚMIDAS"

Centro de Biodiversidade, 28 de Março de 2014

PARTICIPANTES

	Nome	Instituição	e-mail	Telefone
1	Fernando Henrique Barbosa da Silva	[illegible] - INAU	fernandon	(65) 8110 3500
2	Caroline Felfili Fortes	PPG Biotecnologia e Biodiv	carolfelfili@gmail.com	(65) 9241-2560
3	Cândido M. de Oliveira	INAU	candidopcoli@gmail.com	(65) 9244 1994
4	Catia V Cunha	Dr Ecol Bot e Ecol/UFMT	biocvc@gmail.com	65-81119191
5	Mariana Cristina L Tavares	PPG Ecologia	marisdarin@gmail.com	66 9611 0121
6	Luciana Bellatto	INAU	lucebellatto@gmail.com	(65)8165 5141
7	William Pietro de Souza	PPG Biotecnologia	wpietro.souza@hotmail.com	(66) 9363-6625
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				

Participação da Reunião com a Comissão de Meio Ambiente do Senado, para discussão e apresentação de proposta de Mato Grosso ao Projeto de Lei do Senado nº 750/11 – "Dispõe sobre a política de gestão do Bioma Pantanal" - de autoria do Senador Blairo Maggi, realizada no dia 31 de março as 9:00 horas no Auditório Licínio Monteiro, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Neste ato a Profa. Dra. Catia Nunes da Cunha proferiu a palestra: MARCO científico para "POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO PANTANAL": premissas do conhecimento de Áreas Úmidas e Convenção Ramsar.

O ciclo de debates se realiza em virtude da aprovação de Requerimento do Senador Delcídio do Amaral na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal,
Senador Blairo Maggi,

convida para participar de um ciclo de debates a fim de discutir o tema "Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal" (PLS 750 de 2011), a realizar-se no dia 31 de março de 2014, segunda-feira.
Os debates acontecerão nas Assembleias Legislativas das cidades de Cuiabá e Campo Grande, às 09h e às 15h, respectivamente.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

UFMT

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

INAU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ÁREAS ÚMIDAS

PROGRAMAÇÃO

REGIONALIZAÇÃO DO PANTANAL

II REUNIÃO TÉCNICA: MARCO TEÓRICO REFERENCIAL PARA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DO PANTANAL MATOGROSSENSE
seguindo as premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar.

Local: Campus de pesquisa do MPEG-INPP (Campus UFMT)

Data: 02 de julho 2014

02/07/2014	
9h00 – 9h10	**Abertura CPP** Apresentação: Dr. Paulo Teixeira
9h10 – 9h30	**Contextualização do Projeto, Objetivo da Reunião Técnica e Avanços** Apresentação: Dra. Cátia Nunes da Cunha (NEPA-UFMT/INCT-INAU/UFMT)
9h30 – 9h50	**Bases Ecológicas para Classificação de Áreas Úmidas Brasileiras** Palestrante: Dra. Cátia Nunes da Cunha (INCT – INAU/UFMT)
9h50 – 10h00	**Intervalo**
10h00 – 11h20	**Uso de critérios Hidrogeomorfológicos (leques fluviais) para Regionalizar o Pantanal** Palestrante: Dr. Mário Luis Assine
11h20 – 12h00	**Discussão**
12h00	**Almoço**
14h00 – 15h20	Análise e busca de ferramentas para definição do marco referencial e Sistematização das discussões
15h20 – 15h40	**Intervalo**
15h40 – 17h00	Sobreposição das discussões geradas na I e II Reunião Técnica para Regionalização do Pantanal
17h00	**Encerramento**

MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

inct

CNPq

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA
II Reunião Técnica: Regionalização do Pantanal
Componente 1: "Lei do Pantanal"

Período Matutino 02/07/2014

01. NOME: ALAN TOCANTINS FERNANDES
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: ALANTFERNANDES@GMAIL.COM
FONE FIXO: (61) 2127-2157 CELULAR: (61) 8113-3290

02. NOME: CARLOS ROBERTO PADOVANI
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: EMBRAPA PANTANAL
E-MAIL: CARLOS.PADOVANI@EMBRAPA.BR
FONE FIXO: (67) 3259-5924 CELULAR: (67) 9600-0167

03. NOME: Juliana Oliveira
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UNIC
E-MAIL: juoliveira@gmail.com
FONE FIXO: (65) 3301 1492 CELULAR: (65) 9967 9636

04. NOME: Silvia Vechiato Calasta
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: ICBS Pantanal
E-MAIL: silviacalasta@gmail.com
FONE FIXO: (65) 3682 8004 CELULAR: (65) 9969 1004

05. NOME: VICTOR LEMES LANDEIRO
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: VICTORLANDEIRO@GMAIL.COM
FONE FIXO: NÃO HÁ LINHA DISPONÍVEL CELULAR: (65) 8115-5135

06. NOME: Simone Raquel de Oliveira
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT

UFMT MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação BRASIL

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

E-MAIL: [illegible]
FONE FIXO: (65) 3322-2349 CELULAR: (66) 9995 267[illegible]

07. NOME: DÉBORA FERNANDES CALHEIROS
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: EMBRAPA Pantanal / UFMT
E-MAIL: calheiros.debora@gmail.com
FONE FIXO: ( ) CELULAR: 9965-4859

08. NOME: Ibanor Fonte da Cruz
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Depto Eng Sanitária / UFMT
E-MAIL: ibanor.infantino@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 65 - 8110-5255

09. NOME: PAULO MOURA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MT
E-MAIL: pscmoura@terra.com.br
FONE FIXO: (65) 3313-6909 CELULAR: 065 9608-3400

10. NOME: LUCIANA REBELLATO
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: lurebellato@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR:

11. NOME: Temilce Gomes Duarte
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT / Instituto de Biociências
E-MAIL: temilceduarte@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 65 9934 6540

12. NOME: Solane A. F. Silva Carneiro
ASSINATURA:

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

INSTITUIÇÃO: UFMT / Dep. Agronomia
E-MAIL: SILANE_SILVA@HOTMAIL.COM
FONE FIXO: 3615-8756 CELULAR: 65 9939 5265

13. NOME: Abilio Jacó Ferreira de Moraes
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Ministério Público Estadual / MPT
E-MAIL: abilio.moraes@mpmt.mp.br
FONE FIXO: 65-3613-1600 CELULAR: 65 9150-4182

14. NOME: Caroline Feitosa Soares
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: PPG Biotecnologia e Biodiversidade Rede Bio-Centro-Oeste
E-MAIL: carolfeitosa@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 9241-2540

15. NOME: Elton Antonio Silveira
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: SEMA-MT
E-MAIL: eltonsilveira@sema.mt.gov.br
FONE FIXO: 3613 7327 CELULAR: 65 96515223

16. NOME: Marcia Cristina Assine
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Unesp - Universidade Estadual Paulista
E-MAIL: assine@rc.unesp.br
FONE FIXO: 19 35269305 CELULAR:

17. NOME: Fernando Henrique Barbosa da Silva
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: INAU
E-MAIL: fernandon18@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 65 8110 3500

18. NOME: Erica Lazarini de Arruda
ASSINATURA:

UFMT MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

INSTITUIÇÃO: UFV

E-MAIL: lucaciguini@yahoo.com.br

FONE FIXO: _____ CELULAR: 65991511472

19. NOME: _____

ASSINATURA: _____

INSTITUIÇÃO: _____

E-MAIL: _____

FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

20. NOME: _____

ASSINATURA: _____

INSTITUIÇÃO: _____

E-MAIL: _____

FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

21. NOME: _____

ASSINATURA: _____

INSTITUIÇÃO: _____

E-MAIL: _____

FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

22. NOME: _____

ASSINATURA: _____

INSTITUIÇÃO: _____

E-MAIL: _____

FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

23. NOME: _____

ASSINATURA: _____

INSTITUIÇÃO: _____

E-MAIL: _____

FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

24. NOME: _____

ASSINATURA: _____

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA
II Reunião Técnica: Regionalização do Pantanal
Componente 1: "Lei do Pantanal"

Período Vespertino 02/07/2014

01. NOME: ALAN TOLENTINO FERNANDES
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

02. NOME: Celso Antonio Silva
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

03. NOME: Julia Arreiga Couto
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UNIC
E-MAIL: juarrio@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR:

04. NOME: CARLOS ROBERTO PADOVANI
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

05. NOME: Erica Cezarine de Arruda
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

UFMT MCTI PROBIO

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

06. NOME: Fernando Henrique Barbosa de Paiva
ASSINATURA: FBarbosa
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

07. NOME: Mário Luis Assine
ASSINATURA: mlassine
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

08. NOME: Luciana Rabello
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

09. NOME: Eliane Cristina de Souza Rodrigues Coelho
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

10. NOME: Tenilze Gomes Nogueira
ASSINATURA: Tenilze Gomes Nogueira
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

11. NOME: Eliane Aparecida F. da Silva Lamoglia
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

UFMT MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação BRASIL

Memória de Reunião

II Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a Atividade de Regionalização do Pantanal, componente da "LEI DO PANTANAL – MCT/CPP"

Local: Cuiabá
Data: 02/07/2014
Coordenador: Cátia Nunes da Cunha (UFMT/INAU)
Componente de Pesquisa: LEI DO PANTANAL
Atividade: Zoneamento

Nome dos participantes:

	Nome	Instituição	Email
1	Abilio José Ferraz de Moraes	Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT)	abiliodemoraes@hotmail.com abilio.moraes@mp.mt.mp
2	Alan Tocantins Fernandes	INAU	alantfernandes@gmail.com
3	Carlos Roberto Padovani	EMBRAPA – Pantanal	carlos.padovani@embrapa.br
4	Catia Nunes da Cunha	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	catianc@ufmt.br biocnc@gmail.com
5	Caroline Félfili Fortes	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	carolfelfili@gmail.com
6	Débora Calheiros	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) /EMBRAPA	calheirosdebora@gmail.com
7	Elton Antonio Silveira	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA)	eltonsilveira@sema.mt.gov.br
8	Erica Cezarine de Arruda	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	ericacezarine@yahoo.com.br
9	Fernando Henrique Barbosa da Silva	INAU	fernandon18@gmail.com
10	Ibraim Fantin da Cruz	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	ibraimfantin@gmail.com
11	Julia Arieira	Universidade de Cuiabá (UNIC)	juarieira@yahoo.com.br
12	Luciana Rebellato	INAU	lurebellato@gmail.com
13	Mario Luis Assine	UNESP	assine@rc.unesp.br
14	Paulo Moura	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (AL/MT)	pscmoura@terra.com.br
15	Silane A. F. Silva Caminha	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	silane.silva@gmail.com
16	Silvia Yochie Kataoka	RPPN SESC Pantanal	gesp@sescpantanal.com.br
17	Simoni Maria Loverde Oliveira	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	loverde@terra.com.br
18	Temilze Gomes Duarte	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	temilzeduarte@hotmail.com
19	Victor Lemes Landeiro	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	victorlandeiro@gmail.com

Atendendo a carta convite nº 02/2014/CPP de 14 de junho de 2014, para a 2ª Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a Atividade de Regionalização do Pantanal, componente da "LEI DO PANTANAL – MCT/CPP", estiveram presentes representantes de diversas instituições de Tecnologia e Ciência em Áreas Úmidas.

Assuntos Tratados:

Nesta reunião tem como objetivo identificar atributos que possam ser utilizados para um sub-divisão do Pantanal. Os atributos a serem selecionados devem ser naturais e que possam consolidar conceitos de ecologia (ecossistemas, comunidades). Fatores ambientais como hidrologia e geomorfologia devem ser utilizados para esta classificação.

A abordagem espacial da inundação, com a análise do movimento de água superficial.

Divisão reunida pela dinâmica da inundação (10 anos). Diferenças no tempo, duração e direção da inundação nas diferentes regiões. Os processos de geomorfologia foram utilizados para fechar o mapa de inundação que foi gerado previamente.

Origem da água e seu movimento é fundamental para fins de regionalização.

O mapa reflete a inundação (origem, fluxo da água) e os limites definidos pela geomorfologia.

(1) Fonte de água; (2) Tempo de permanência; (3) Fluxo. A drenagem também foi utilizada (drenagem extraída de dados de relevo).

O Prof. Mario Assine fez apresentação sobre: **Megaleques Fluviais e a Hidrossedimentologia do Pantanal.** Após discussão chegamos as seguintes afirmações:

- É possível regionalizar fazendo uma chave discriminatória dos sítios deposicionais ativos e inativos (rios avulsivos) dos megaleques, pela dinâmica hidrológica, em função da entrada de água e áreas de acúmulo de água.
- Detalhamento das unidades no Pantanal seguindo parâmetros do ambiente.
- Entender a anatomia e detalhar a fisiologia do ecossistema para compreende-lo.
- A inundação é considerada agora, mas chegará um momento onde haverá a inclusão dos sedimentos para detalhamento da regionalização.
- Politicas diferentes para as diferentes áreas. Os leques ativos são os que merecem maior atenção.
- Conceito de área úmida deve ficar esclarecido. E não depende de processos hidrológicos presentes apenas, mas os pretéritos também.
- O Pantanal deve ser alvo de atenção e políticas, e que o entendimento cresça em direção ao uso sábio. Fornecer elementos (dados) que nos auxiliem a entender os processos. Ter direcionamento de quais atividades e tipos de uso podem causar interferência e quais os graus de interferência. O entendimento do funcionamento (fisiologia) da bacia de sedimentação é essencial para direcionar estas estratégias.

- Alcançar políticas públicas que sejam aplicadas e relacionadas a realidade local, para que sejam coerentes ao serem adotados (pelos usuários do sistema).
- Encaminhamento do manejo baseado na essência do Pantanal (processos hidrogeomorfológicos). Os níveis dos resultados existentes até então estão adiantados e nos permitem a classificação.

UICN

MEMÓRIA DO WORKSHOP DE CAPACITAÇÃO DA METODOLOGIA LISTAS VERMELHAS DE ECOSSISTEMAS

Local: Brasília – DF, Centro Cultural de Brasília – CCB.

Data: 26, 27 e 28 de agosto de 2014

Participantes:

1. Alexandre Bonesso Sampaio – **CECAT/ ICMBio**
2. Cassio Soares Martins – **Fundação Biodiversitas**
3. Catia Nunes da Cunha – **CPP/INCT-INAU-UFMT**
4. Edenise Garcia – **TNC**
5. Gonzalo Cortés Capano – **Vida Silvestre, Uruguay**
6. Irene Zager Fernández – **PROVITA, Venezuela**
7. Larissa Barbosa Teixeira – **IPÊ**
8. Luiz Fernando Krieger Merico – **UICN Brasil**
9. Maria A. Oliveira Miranda – **Provita/UICN Venezuela**
10. Maria Elisa Castellanos Solá – **Fundação Biodiversitas**
11. Mario Barroso – **WWF/ LEP**
12. Miguel A. Moraes – **UICN Brasil**
13. Onildo João Marini Filho – **CECAT/ ICMBio**
14. Paula Hanna Valdujo – **WWF/ LEP**
15. Sidney T. Rodrigues – **TNC**

No dia 26 de setembro de 2014, Luiz Merico iniciou a reunião dando as boas-vindas ao grupo. Em seguida, fez uma breve contextualização, descrevendo a trajetória do grupo até o presente momento. Luiz falou sobre a ferramenta Listas Vermelhas de Ecossistemas, no âmbito da IUCN, e retomou os principais pontos levantados sobre a sua aplicação no Brasil, ao longo dos últimos encontros de trabalho. Deixou-se claro

1

para todos que se tratava de uma reunião de capacitação e trabalho, e que resultados objetivos eram esperados do encontro. Ressaltou ainda que parte dos resultados do workshop seriam utilizados para compor uma publicação técnica com o propósito de propagar uma mensagem positiva que incentive a aplicação da metodologia em âmbito nacional, com o objetivo de dar suporte ao processo de identificação de alvos de conservação e de desenvolvimento de políticas públicas. Luiz pediu então para que todos se apresentassem, já que alguns participantes estavam ingressando no grupo.

Após as apresentações, traçou-se um breve histórico sobre a ferramenta, desde a resolução aprovada no WCC (Barcelona 2008) que determinava o desenvolvimento da Lista Vermelha de Ecossistemas pela equipe da Comissão de Manejo de Ecossistemas – IUCN, passando pela apresentação e aprovação da proposta metodológica após quatro anos de trabalhos (WCC Jeju 2012), e chegando ao início das discussões nacionais sob a coordenação da IUCN Brasil. Luiz reforçou que a principal expectativa do projeto é facilitar a aplicação de experiências piloto para organizar as ideias e consolidar as diferentes lições aprendidas para a formulação de uma estratégia de aplicação nacional. Neste sentido, o principal objetivo do workshop foi a aplicação dos critérios nos diferentes estudos de caso.

Maria A. Oliveira Miranda assumiu então a palavra e fez uma detalhada apresentação sobre a Lista Vermelha de Ecossistemas, tendo como principal enfoque a aplicação da metodologia em diferentes países e regiões do mundo. Ao longo da apresentação, ela mostrou que muitos dos desafios e obstáculos encontrados podem ser facilmente transpostos com criatividade, desde que se tenha um bom conhecimento de campo sobre as principais características do sistema ecológico que está sendo avaliado. Segundo ela, muitos países com baixíssima disponibilidade de dados, tiveram êxito na aplicação da ferramenta, e podem hoje utilizar os resultados do processo para o estabelecimento de prioridades de ação. Maria reforçou ainda que hoje estão disponíveis importantes ferramentas tecnológicas para ajudar na estruturação das bases de dados necessárias para a aplicação da metodologia.

Após a apresentação da Maria A. de Oliveira Miranda, Miguel A. Moraes pediu que cada representante de uma iniciativa piloto apresentasse a abordagem conceitual adotada e um breve histórico, além dos próximos passos determinados pelo plano de execução.

Cátia Nunes da Cunha, responsável pela experiência piloto de aplicação da metodologia no bioma Pantanal, foi a primeira a apresentar. Segundo Cátia, a apresentação da Maria foi importante e ajudou muito a entender como se deve estruturar o passo a passo de aplicação da metodologia para a avaliação do risco de colapso de ecossistemas. Cátia falou bastante sobre a classificação brasileira de áreas úmidas e sobre a importância do nível de água flutuante e dos pulsos de inundação para a estruturação e funcionamento dos sistemas ecológicos no bioma Pantanal.

2

Segundo ela, um dos pontos chave é que a planície não sobrevive sem a água que vem do Planalto. Cátia chamou atenção ainda para a redução das áreas do Pantanal, especialmente após o zoneamento ecológico de 1988, quando extensas áreas úmidas pertencentes ao Pantanal passaram a ser chamadas de *chacos*. Em seguida, Cátia apresentou brevemente os marcos teóricos referenciais (bases científicas) adotados no âmbito do projeto, e também utilizados como critérios para a definição de políticas públicas. Foram abordados ainda, aspectos legais sobre a definição de unidades geográficas e das bacias hidrogeomorfológicas. Uma importante questão trazida pela Cátia para o grupo foi se deveríamos tratar o Pantanal como ecossistema único ou se devemos considerar os subsistemas existentes como ecossistemas do Pantanal. A questão de escala levantada por ela também foi apontada por outros representantes de experiências piloto como um aspecto delicado que deve ser muito bem definido no início do trabalho, já que a escala de análise tem influência direta sobre os resultados.

Após a apresentação da Cátia Nunes da Cunha, Mario Barroso do WWF, apresentou os detalhes da experiência piloto referente ao estado da Bahia. Mario ressaltou que o estudo não foi concebido a priori para a aplicação da metodologia de Listas Vermelhas de Ecossistemas, mas sim para a identificação de áreas prioritárias para a conservação no estado da Bahia. Entretanto, as análises espaciais adotadas possuem como etapa intermediária o estabelecimento de tipologias ecossistêmicas que podem ser cruzadas com as bases disponíveis sobre remanescentes de vegetação, extraídas de imagens de satélites, de modo a gerar dados quantitativos que podem ser utilizados para a avaliação dos critérios estabelecidos pela metodologia de Listas Vermelhas de Ecossistemas. Além disso, dados sobre a distribuição de espécies podem ser utilizados para a validação das tipologias ecossistêmicas definidas, de modo a incorporar o componente biótico no processo de análise. Mario apresentou vários gráficos que podem ser gerados a partir da abordagem adotada, ilustrando tendências e variações temporais de acordo com a compartimentalização espacial adotada. Os resultados apresentados permitem a aplicação dos critérios A, B, C e D da metodologia, e evidenciam que a abordagem adotada pela equipe do WWF possui grande potencial para a aplicação da metodologia em questão.

Após a apresentação do Mario Barroso, Alexandre Bonesso Sampaio (CECAT) compartilhou com o grupo as perspectivas do ICMBio em relação a aplicação da ferramenta em questão. Alexandre ressaltou a importância de adotarmos uma estratégia de aplicação que contemple a complexidade ecológica de um país megadiverso como o Brasil. Especialmente devido ao impacto socioambiental que os potenciais resultados podem ter sobre o processo de elaboração de políticas públicas. Alexandre, detalhou as razões que levaram o instituto a optar pela utilização das fitofisionomias brasileiras para a avaliação do risco de colapso dos sistemas ecológicos. Alguns participantes questionaram a escolha, alegando que o componente biótico dos ecossistemas não estaria incorporado nas classes existentes. Alexandre alegou que

indiretamente estão sim. E ressaltou que a adoção das fitofisionomias tem a grande vantagem de representar polígonos tangíveis na paisagem, com significado concreto para os órgãos ambientais responsáveis pela gestão e fiscalização. Segundo ele, se quisermos assegurar que a aplicação da metodologia em âmbito nacional resulte em melhores práticas de conservação da biodiversidade, é imprescindível que seja adotado um arcabouço conceitual e metodológico que faça sentido para àqueles que vão trabalhar na ponta, executando e colocando em prática a ferramenta.

Larissa Barbosa Teixeira (IPÊ) apresentou a abordagem adotada por ela durante sua dissertação de mestrado para a aplicação da metodologia para a avaliação do risco de colapso dos ecossistemas no bioma Mata Atlântica. Larissa ressaltou que, por vezes, trabalhar com escalas complementares pode ser importante quando consideramos o nível de complexidade e diversidade da paisagem no Brasil. Desse modo, compartimentalizações menos específicas podem ser muito valiosas para a lapidação de políticas públicas e a elaboração de regulamentações atualizadas. Mas, para a formulação de planos de ação concretos voltados para a conservação, a identificação dos subsistemas e tipologias que compõem estas macrounidades é muito importante. Assim, pode-se garantir que processos ecológicos específicos responsáveis pela manutenção de serviços ecossistêmicos-chave sejam incluídos nas análises de modo a produzir resultados orientados para a ação. Larissa sugeriu ainda que a tradução do guia metodológico (Keith) que orienta a aplicação da metodologia de Listas Vermelhas de Ecossistemas seja traduzido para o português.

Após a apresentação de Larissa, Cássio Soares Martins assumiu a palavra para o detalhamento da experiência piloto referente à aplicação da metodologia no estado de Minas Gerais. Cássio explicou que o projeto passou por um período de incertezas devido a questões políticas. Mas ressaltou que todas já haviam sido resolvidas e que a Fundação Biodiversitas está muito animada com as perspectivas relacionadas a aplicação da metodologia Listas Vermelhas de Ecossistemas e com as Áreas prioritárias do estado de Minas Gerais. Segundo Cássio, para uma experiência piloto que possa oferecer lições para a aplicação da metodologia em escala mais ampla, a Fundação Biodiversitas optou por fazer um exercício considerando os riscos de colapso associados a um subsistema específico. A equipe de trabalho optou por aplicar a metodologia em formações de Canga, associadas às áreas de campos rupestres do estado de Minas Gerais. Segundo Cássio, esta tipologia é bastante estudada e existem informações disponíveis para a aplicação dos critérios. Além disso, os estudos e concessões de lavras para a exploração pela indústria mineradora podem ser utilizados para o estabelecimento de cenários futuros. A comparação destes cenários com a situação atual e pretérita podem ajudar a produzir os dados quantitativos necessários para a avaliação do risco de colapso dos ecossistemas, de acordo com a metodologia proposta pela IUCN. Após à explanação de Cássio, Maria Elisa Castellanos Solá, também da Fundação Biodiversitas, apresentou os estudos ecossistêmicos que sua

equipe tem conduzido na região do estado de Minas Gerais. Maria Elisa reforçou que devemos buscar uma metodologia para a definição das tipologias de ecossistemas que materialize o arcabouço teórico e conceitual existente e já consolidado na literatura científica. Além disso, ela ressaltou que a escolha da abordagem metodológica é muito importante, já que os resultados vão ter impactos sobre políticas públicas existentes.

Edenise Garcia (TNC) apresentou a abordagem conceitual e metodológica adotada por sua equipe para a experiência piloto referente a avaliação na Bacia do Rio Tapajós. Da mesma forma que a experiência de aplicação para o estado da Bahia, este projeto não havia sido concebido inicialmente para a avaliação do risco de colapso dos ecossistemas. Edenise chamou a atenção para a quantidade e qualidade das informações disponíveis sobre a região. A existência de imagens de satélite de excelente qualidade permite a quantificação de diferentes variáveis espaciais, facilitando a aplicação dos critérios previstos pela metodologia da IUCN. Além disso, a equipe da TNC desenvolveu e aplicou um índice de risco ecológico para os ecossistemas aquáticos da Bacia do Rio Tapajós. Este índice despertou bastante interesse de todos os participantes, não só pelas potencialidades associadas a aplicação da ferramenta em questão, mas também pela riqueza de informação embutida nele. Sidney Rodrigues explicou detalhadamente a metodologia para o cálculo do índice. Mario Barroso comentou que não seria muito difícil aplicar o mesmo índice para os ecossistemas terrestres e que este exercício seria muito valioso para que uma abordagem única contemple toda a variedade de sistemas ecológicos existentes na Bacia do Rio Tapajós. Edenise ressaltou ainda que essa abordagem por Bacias pode trazer resultados muito práticos e efetivos, já que as bacias são unidades de gestão reconhecidas por diversos atores locais. Além disso, muitas bacias dispõem de comitês de gestão que podem atuar como interlocutores facilitando o processo, desde a etapa de estruturação de bases de dados a etapa de incidência política. Edenise apresentou ainda um cronograma executivo para a conclusão da experiência piloto de aplicação da metodologia Listas Vermelhas de Ecossistemas.

No dia 27 de agosto de 2014, após breve boas-vindas aos participantes, Miguel A. Moraes passou a palavra para a Maria A. Oliveira-Miranda. Ela apresentou três estudos de caso específicos e discutiu com mais detalhes a aplicação dos critérios previstos pela metodologia. Sua apresentação trouxe uma visão prática de como aplicar a ferramenta. Após os estudos de caso, construiu junto com os participantes um passo a passo que serviu para o exercício de aplicação feito logo em seguida por todos. Durante a apresentação da Maria, ficou claro que alguns critérios são mais apropriados para determinados sistemas do que outros. Maria ressaltou ainda que é muito importante determinar de forma quantitativa, com precisão e antecedência, qual é o estado de colapso para cada sistema a ser avaliado. Segundo ela, os critérios são todos quantitativos e estão amarrados a uma estrutura lógica. Deste modo, estabelecer os limites de valores ou faixa de variação a priori é muito importante para

o processo de avaliação. Além disso, construir um modelo conceitual que expresse os componentes estruturais e as principais relações ecológicas que regulam o funcionamento do sistema a ser avaliado é imprescindível para estabelecer uma linha de base que defina todos os pressupostos considerados no processo de avaliação.

Após a apresentação da Maria, Mario Barroso questionou a necessidade de avaliarmos todos os cinco critérios, já que na maioria dos casos, não estão disponíveis dados que permitam a utilização dos critérios C, D e E. Maria explicou que, muitas vezes, só quando exploramos todos os cinco critérios é que temos uma visão mais realista sobre o atual risco de colapso do sistema sendo avaliado. Assim, se contentar com o resultado da aplicação de um ou dois critérios pode nos levar a uma interpretação errada sobre o real estado de conservação deste ecossistema. Mario Barroso argumentou que talvez uma estratégia de aplicação que comece pela aplicação dos critérios A e B como forma de identificar prioridades e tendências possa ajudar a definir melhor as etapas de uma avaliação completa. Maria chamou a atenção para o risco de parte das instituições envolvidas no processo entenderem que com o resultado da aplicação dos critérios A e B já seria possível considerar um ou outro ecossistema como ameaçado. Mas concordou que uma estratégia nacional para a aplicação dos critérios seria muito importante.

Os participantes então se dedicaram à aplicação dos critérios nos diferentes estudos de caso, durante o resto do dia. Maria circulou pela sala dando suporte e tirando as dúvidas que os grupos encontravam.

No dia 28 de setembro de 2014, os grupos dedicaram mais tempo à finalização do exercício proposto. Em seguida, cada grupo apresentou os resultados obtidos. Apesar do pouco tempo disponível, ficou evidente que as iniciativas piloto tinham material suficiente para conduzir a avaliação do risco de extinção dos ecossistemas selecionados. Além disso, as principais dúvidas existentes foram esclarecidas. Maria se disponibilizou a tirar qualquer dúvida que possa surgir durante esta fase final de aplicação dos critérios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS

Após as apresentações, Luiz Merico iniciou um debate para definirmos a agenda de trabalho para a finalização das experiências piloto e para discutirmos, em grupo, uma estratégia para a aplicação nacional da metodologia Listas Vermelhas de Ecossistemas. Todos acordaram que irão se esforçar para consolidar os resultados finais desse primeiro exercício de aplicação da ferramenta até o dia 20 de setembro. As contribuições de todos serão muito importantes para estruturar argumentos para uma proposta de continuidade da iniciativa no Brasil. Ainda no final do mês, de acordo com Maria A. Oliveira-Miranda será realizada uma reunião entre membros do WCEM/ IUCN e da Moore Foundation para discutir potenciais linhas de atuação e a continuidade das iniciativas em andamento na América do Sul. Maria expressou o interesse que a Moore Foundation tem sobre a Amazônia e sugeriu que a aplicação da metodologia neste contexto poderia atrair interesse de diversos financiadores. Luiz ressaltou que esta seria uma estratégia inteligente para dar continuidade ao processo de implementação da Lista Vermelha de Ecossistemas no Brasil: dar um passo de cada vez de modo a ir aos pouco construindo capacidades no país para a aplicação em larga escala. Sidney reforçou que esta é uma boa estratégia e deu o exemplo da metodologia de Planejamento Sistemático em Conservação, largamente empregada pela WWF no Brasil. De acordo com Sidney, foi necessário construir capacidades pouco a pouco para assegurar a aceitação da metodologia no país. Só quando os técnicos das agências governamentais se familiarizaram com o método é que foi possível incluir esta abordagem em processos governamentais. Desse modo, Sidney acredita que estamos no caminho certo, mas que será necessário ganhar escala aos poucos para assegurar que as capacidades necessárias sejam construídas.

Luiz explicou que, do seu ponto de vista, além de construir uma proposta para a aplicação da metodologia no bioma Amazônia, é necessário mobilizar a comunidade científica no processo de definição das tipologias ecossistêmicas no Brasil. Mario Barroso concordou, e acrescentou que este processo depende de massa crítica. Portanto, conclui que precisamos engajar neste processo cientistas e pesquisadores familiarizados com o arcabouço conceitual relacionado a ecossistemas. Luiz explicou então o que a IUCN Brasil está planejando para dar continuidade a este processo. Segundo ele, nossa equipe irá preparar um manuscrito sobre o tema e reunir representantes do setor acadêmico para discutir o tema. Os debates servirão para lapidar o manuscrito e produzir um artigo científico de impacto que seja propositivo e que desperte o interesse de outros pesquisadores e políticos. Após esta publicação faríamos uma reunião com representantes do Ministério do Meio Ambiente e órgãos associados, além de representantes de agências ambientais estaduais para discutir a inclusão da metodologia em processos governamentais e a regulamentação da ferramenta como política pública nacional. Todos concordaram com a estratégia sugerida.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Maria A. Oliveira-Miranda (WCEM/PROVITA) fazendo apresentação sobre as categorias e critérios da Lista Vermelha de Ecossistemas.

Trabalho do grupo com os dados para a aplicação dos critérios. Da esquerda para a direita: Mário Barroso (WWF Brasil), Maria Oliveira-Miranda (PROVITA), Cátia Nunes (CPP/UFMT) e Maria Elisa (Biodiversitas.

8

Mário Barroso (WWF-Brasil) apresentando progresso na experiência piloto do estado da Bahia.

Trabalho em grupo para aplicação dos critérios. Da esquerda para a direita: Onildo (CECAT/ICMBio), Catia Nunes (CPP/UFMT), Gonzalo Cortés (Vida Silvestre/Uruguay) e Larissa Teixeira (IPÊ).

9

Trabalho em grupo para aplicação dos critérios da LVE. Da esquerda para a direita: Maria Elisa (Biodiversitas), Cassio Soares (Biodiversitas), Sidney Rodrigues (TNC), Maria Oliveira-Miranda (PROVITA), Irene Zager (PROVITA), Luiz Fernando Merico (UICN Brasil); e abaixo, Edenise Garcia (TNC).

Participantes do Workshop de Capacitação da Metodologia LVE. Da esquerda para a direita (acima): Larissa Teixeira (IPÊ), Irene Zager (PROVITA), Cassio Soares (Biodiversitas), Luiz Fernando Merico (UICN Brasil), Maria Oliveira-Miranda (PROVITA), Sidney Rodrigues (TNC), Cátia Nunes (CPP/UFMT), Maria Elisa (Biodiversitas) e Edenise Garcia (TNC); abaixo: Miguel A. Moraes (UICN Brasil) e Mário Barroso (WWF Brasil).

10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

INAU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ÁREAS ÚMIDAS

LISTA DE PRESENÇA

Reunião para o aperfeiçoamento da Lei 8830/2008 (Mato Grosso) e da regulamentação do Artigo 10 da Lei 12.651 (Código Florestal)

06 de novembro de 2014 – Cuiabá – MT

Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal

01. NOME: Abilio José Ferreira de Moraes
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Ministério Público Estadual - MT
E-MAIL: abilio.moraes@mpmt.mp.br
FONE FIXO: 65 3613-1600 CELULAR: 81504127

02. NOME: NUNO RODRIGUES DA SILVA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: ICMBio
E-MAIL: nuno.silva@icmbio.gov.br
FONE FIXO: (61) 3341-9710 CELULAR: (65) 9974-4751

03. NOME: Virginia Rebellato
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: INAU
E-MAIL: virebellato@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: (65) 8477 8060

04. NOME: Pierre Girard
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: pierregirard1301@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 65 9974 3336

05. NOME: Elton Antonio Silveira
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: SEMA - MT
E-MAIL: eltonsilveira@sema.mt.gov.br
FONE FIXO: 65 9651 5223 CELULAR: 3611-7327

06. NOME: FABRICIO DOS SANTOS
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: FABRICIORWS@YAHOO.COM
FONE FIXO: CELULAR: 8116 7711 99657711

UFMT

Órgãos Financiadores: inct CNPq MCTI

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

INAU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ÁREAS ÚMIDAS

07. NOME: CARLOS JOSÉ EINO PADOVANI
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: EMBRAPA PANTANAL
E-MAIL: CARLOS.PADOVANI@EMBRAPA.BR
FONE FIXO: (67) 3234 5824 CELULAR: (67) 9200 6161

08. NOME: GUSTAVO MANZON NUNES
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT - FENF
E-MAIL: GUSTAVOMN@GMAIL.COM
FONE FIXO: 3615 8642 Ramal CELULAR: 65 - 9248 4024

09. NOME: Adriano Braun
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Programa de Mestrado em Direito da UFMT
E-MAIL: ABRAUN.ADRIANO@GMAIL.COM
FONE FIXO: 3358 3408 CELULAR: 8116 2677

10. NOME: EDILEUSA CÂNDIA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO Estadual /MS.
E-MAIL: EFCANDIA@Ud.com.BR
FONE FIXO: CELULAR: (67) 8123-6151

11. NOME: Gabriela Rocha Pruante Teles de Ávila
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: SEMA/MT - Superintendência de Biodiversidade
E-MAIL: gabrielapruante@sema.mt.gov.br
FONE FIXO: (65) 3613-7327 CELULAR: (65) 9923-3717

12. NOME: André Luís Ribeiro Lacerda
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Geologia e C. Política / Ufmg / ICHS - UFMT
E-MAIL: ribeirolacerda66@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 99750343 / 81296300

13. NOME: Érica Lezani de Arruda
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Viçosa / INAU
E-MAIL: ericalezani@yahoo.com.br
FONE FIXO: (65) 3014 3162 CELULAR: (65) 9915 1172

UFMT

Órgãos Financiadores: inct Institutos nacionais de ciência e tecnologia | CNPq | MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

INAU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ÁREAS ÚMIDAS

14. NOME: Fernando Henrique Barbosa da Silva
ASSINATURA: FBarbosa
INSTITUIÇÃO: CPP - SNCT/INAU
E-MAIL: fernando18@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: (65) 8110 3500

15. NOME: Rosenildo Borges de Souza
ASSINATURA: [illegible]
INSTITUIÇÃO: CPP - Centro de Pesquisa do Pantanal
E-MAIL: rosi.souza56@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 65 9920 4452

16. NOME: Maria Cornélia Gil Sanjad
ASSINATURA: MCambelini
INSTITUIÇÃO: CPP Centro de Pesquisa do Pantanal
E-MAIL: mariacambelini@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: (65) 9906-4593

17. NOME: _____
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: _____
E-MAIL: _____
FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

18. NOME: _____
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: _____
E-MAIL: _____
FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

19. NOME: _____
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: _____
E-MAIL: _____
FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

20. NOME: _____
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: _____
E-MAIL: _____
FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

UFMT

Órgãos Financiadores: inct Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia CNPq MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MEMÓRIA DE REUNIÃO

DATA: 24/11/2014	HORÁRIO: 14h30	LOCAL: INPP

PARTICIPANTES: Cátia Nunes da Cunha, Erica Cezarine de Arruda, Gustavo Manzon Nunes, Ligia Camargo, Tereza Neide Nunes Vasconcelos, Maitê Tambelini

ASSUNTO: Reunião técnica com representantes da SEPLAN

ANOTAÇÕES GERAIS DOS ASSUNTOS ABORDADOS

- Tereza Neide abriu a reunião informando que a SEMA solicitou, através de ofício, que a SEPLAN elaborasse um mapa contendo os limites da área de pantanal da região do Araguaia. Contudo ela mencionou que o interessante seria se este mapa apresentasse também as delimitações das áreas úmidas do Guaporé e do Pantanal. Esta demanda da SEMA é uma necessidade da secretaria para atender o Art. 10 do novo Código Florestal.

- Cátia explicou que pesquisadores do INAU vem fazendo esse tipo de abordagem para as áreas úmidas levando em consideração os paradigmas da convenção Ramsar. O pesquisador Gustavo Nunes já fez um mapeamento da área da região do Araguaia e a pesquisadora Erica Cezarine fez um mapeamento das áreas úmidas do estado de Mato Grosso baseado em uma série de critérios: solo, hidrologia, modelo de elevação, geomorfologia, geologia e clima.

- Foram discutidos metodologias e dados que podem ser usados para a elaboração desse mapa.

- Ficou decidido que a Tereza Neide iria entrar em contato com a Elaine (SEMA – CAR) para agendar uma reunião onde a Erica e o Gustavo pudessem apresentar seus dados.

- O INCT Áreas Úmidas - INAU se manifestou com interesse em participar do mapeamento e identificação e classificação de áreas úmidas de Mato Grosso em diferentes escalas.

PROXIMOS PASSOS

	RESPONSAVEIS	PRAZO
Entrar em contato com a Elaine da SEMA	Tereza Neide	imediato
Apresentação dos dados do INAU para a SEMA (Elaine)	Cátia / Erica	imediato

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

INAU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ÁREAS ÚMIDAS

LISTA DE PRESENÇA

Ação: Reunião com pesquisadores do INAU e do Componente 1: Lei do Pantanal – Termo de Parceria MCTI/CPP

Objetivo: Reunião técnica com a SEPLAN

Participantes: Pesquisadores e representantes da SEPLAN

Período: 24 de novembro de 2014 as 14h30

01. NOME: Ligia Camargo
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: SEPLAN - MT
E-MAIL: ligiacamargo@seplan.mt.gov.br
FONE FIXO: 3613-3259 CELULAR: 9289-3962

02. NOME: Tábia Nunes da Cunha
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT -
E-MAIL: tabia@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR:

03. NOME: GUSTAVO MANZON NUNES
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: GUSTAVOMN@GMAIL.COM
FONE FIXO: CELULAR:

04. NOME: Erica Cazarini de Andrade
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: INAU - UFV
E-MAIL: ericacazarine@yahoo.com.br
FONE FIXO: 3694 3862 CELULAR: 65 9915 1172

05. NOME: Terezinha Maria Nunes Vasconcelos
ASSINATURA: Terezinha Maria Nunes Vasconcelos
INSTITUIÇÃO: SEPLAN/MT
E-MAIL: terezamaria@gmail.com
FONE FIXO: 65-3613-3259 CELULAR: (65) 99826592

06. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

UFMT

Órgãos Financiadores:

inct institutos nacionais de ciência e tecnologia

CNPq

MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

REUNIÃO NO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT

Lei do Pantanal nº. 8.830/08 – Readequação da lei ao Novo Código Florestal

Secretaria de Estado de Meio Ambiente/MT e Sindicato Rural de Poconé/MT

Local: Centro de Atividades de Poconé - SESC PANTANAL - Data: 27/11/14

Favor preencher em letras de forma ou legivelmente!

Nº	NOME	LOCAL	E-MAIL	TELEFONE
1	Celia Nunes da Cunha	UFMT	celiane@ufmt.br	65-81191811
2	Fernando Henrique Tadeu Silva	CPP - UFMT	fernando.ufmt@gmail.com	65-81169700
3	Erica Caparelli de Arruda	IMAU - UFV	ericacaparelli@yahoo.com.br	65 9985 1172
4				
5	José Carlos Ribeiro	Produtor Rural	[illegible]	65 [illegible]
6	[illegible]	Produtor Rural	[illegible]	[illegible]
7	[illegible]	Produtor Rural		[illegible]
8	[illegible]	Produtor Rural		9961-2114
9	[illegible]	Pecuarista	[illegible]	9981-1524
10	[illegible]	Produtor Rural	[illegible]	[illegible]
11				
12	[illegible]	Produtor		9942 0627
13	[illegible]	Produtor		[illegible]
14	[illegible]	Produtor		[illegible]
15	[illegible]	Cuiabá	[illegible]	9971 1480

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

REUNIÃO NO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT

Lei do Pantanal nº. 8.830/08 – Readequação da lei ao Novo Código Florestal

Secretaria de Estado de Meio Ambiente/MT e Sindicato Rural de Poconé/MT

Local: Centro de Atividades de Poconé - SESC PANTANAL - Data: 27/11/14

Favor preencher em letras de forma ou legivelmente!

Nº	NOME	LOCAL	E-MAIL	TELEFONE
1	EDUARDO FIGUEIREDO DE CASTRO	CUIABÁ - ADVOGADO	NELORE1@GUIA-J@GMAIL.COM	9978-6636
2	Mariana V. Dorvalho Pereira	Poconé - Turismo	mariana.pra.pereira@hotmail.com	9981-1918
3	CARLOS ROBERTO DA CONCEIÇÃO	Poconé - Engº	espaco19@hotmail.com	9809 4930
4	MARCIO FERNANDES N. PEREIRA	CÂMARA MUN. VEREADOR	MARCIOFERNANDES.MF@GMAIL.COM	9642-0227
5	Giuliano Barbosa Leite Silva	Poconé - Secretário Adjunto	giulianoc@hotmail.com	9639-1949
6	Otilio Peixoto Neto	Sindicato Rural	SindPoconé@FAMATO.COM.BR	9960489
7	André Ihumayi	Empresário Rural	ihumayi@pousadas.com.br	9983-8037
8	[illegible]	[illegible]	[illegible]	9992-3777
9	Luciane da Silva	Poconé - MT	MeioOrtega@hotmail.com	9912-6249
10				
11				
12				
13				
14				
15				

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

REUNIÃO NO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT

Lei do Pantanal n°. 8.830/08 – Readequação da lei ao Novo Código Florestal

Secretaria de Estado de Meio Ambiente/MT e Sindicato Rural de Poconé/MT

Local: Centro de Atividades de Poconé - SESC PANTANAL - Data: 27/11/14

Favor preencher em letras de forma ou legivelmente!

N°	NOME	LOCAL	E-MAIL	TELEFONE
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

REUNIÃO NO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT

Lei do Pantanal nº. 8.830/08 – Readequação da lei ao Novo Código Florestal

Secretaria de Estado de Meio Ambiente/MT e Sindicato Rural de Poconé/MT

Local: Centro de Atividades de Poconé - SESC PANTANAL - Data: 27/11/14

Favor preencher em letras de forma ou legivelmente!

Nº	NOME	LOCAL	E-MAIL	TELEFONE
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

INDICADOR 2: Índice de divulgação dos resultados para a sociedade - IDRS

HiperNotícias

EDITORIAS | INSTITUCIONAL | CONTATO | Quarta-Feira 8 de Outubro de 2014

busca no portal OK

Quinta, 03 de abril de 2014, 10h02

Tamanho do texto A- A+

Democracia sob ameaça?

Para que possamos ser considerados um regime democrático na plenitude, não basta a liberdade de opinião; é essencial, sobretudo, a conquista da cidadania.

PAULO TEIXEIRA

Marcos Lopes/HiperNotícias

A Assembléia Legislativa de Mato Grosso promoveu na segunda-feira (31/03) audiência pública para debater o PLS 750/2011, de autoria do senador Blairo Maggi e que propõe uma política para a gestão/proteção do bioma Pantanal.

Participei deste evento, juntamente com outros professores da UFMT, do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) e do Instituto Nacional de Áreas Úmidas (INAU), além de representantes de diversas instituições governamentais e da sociedade civil. Foram nove os palestrantes antes que se franqueasse a palavra aos presentes. Em quase todas as falas, percebeu-se a respeitosa atenção e em alguns casos, até mesmo o apoio entusiasmado da platéia quando, por exemplo, foi anunciada a supressão do artigo 16 do referido PLS, que propunha a moratória da pesca por cinco anos.

A mesma atitude respeitosa, no entanto, não foi observada quando um prefeito e um secretário de estado (de origem política) fizeram uso da palavra. O que se ouviu, nessas duas ocasiões, foram protestos e manifestações de impaciência. É preocupante. O que está acontecendo com a nossa sociedade? Setores da classe política, que deveriam ser a voz do povo, não estão mais sendo reconhecidos como tal? Foi esse mesmo sinal de alerta que observamos nas manifestações de junho do ano passado, quando os partidos políticos e seus representantes foram literalmente rechaçados.

Trago esta reflexão na data simbólica desta semana, quando completamos 50 anos do golpe militar de 1964. Foram 21 anos de escuridão, até que em 1984, o movimento "Diretas Já" - que teve o ex-governador Dante de Oliveira como figura central - reunindo milhares de pessoas, em diversas cidades brasileiras, obrigou o regime militar a ceder e convocar eleições diretas para os cargos majoritários em 1985.

A diferença de 1984 para 2013 é que, na primeira ocasião, os políticos lideraram o movimento ao passo que na segunda, foram levados a reboque. Conquistamos, nessas quase 30 anos, a liberdade de expressão. Hoje, posso escrever e divulgar este artigo sem medo de represálias oficiais, mas será que somos de fato uma democracia?

Arrisco dizer que não. Para que possamos ser considerados um regime democrático na plenitude, não basta a liberdade de opinião; é essencial, sobretudo, a conquista da cidadania.

Apesar dos inegáveis avanços sociais que tivemos nos últimos 20 anos, ainda estamos longe de sermos tratados como cidadãos pelo estado brasileiro! A 6ta quinta economia do planeta conta com 13 milhões de analfabetos; com um sistema de saúde que dispensa comentários; são 50 mil jovens sendo assassinados por ano em todo o país, superando inclusive o que os americanos perdiam com a guerra do Vietnã. Isso tudo para não falarmos do vergonhoso sistema de transporte público, das nossas cadeias, que são verdadeiras universidades do crime, das obras da copa e da notícia divulgada hoje, pelo Tribunal de Contas, de que, dos 500 funcionários lotados na câmara de vereadores de Cuiabá, 400 são comissionados.

Traduzindo: cada funcionário tem, em média, quatro chefes! Um escândalo a um escárnio com o dinheiro do contribuinte. É essa política de baixo nível que protagoniza diversos escândalos por dia, que ameaça desgastar o nosso incipiente regime democrático e nos envergonha no contexto internacional. Os setores da sociedade e da classe política comprometidos com a ética precisam se mobilizar urgentemente para que um ainda improvável retrocesso não ocorra em nossa democracia.

* **PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JR** é doutor em Química, professor, pesquisador e secretário de Relações Internacionais da Universidade Federal de Mato Grosso.*

IMPRIMIR ENVIE ESTA MATÉRIA

Movimento do trem

Táxi ou V1.1?

Deu no Diário

Expressão zero

Mais Notas

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

1ª festa do VSB atraí milhares de pessoas ao CPA 2
Páginas 4 e 5

terça

Trio faz família refém por 1 hora e acaba preso
Página 8

A GAZETA - 1B
Cuiabá, 1 de Abril de 2014

POLÍTICA DE GESTÃO

Críticas ao projeto pantanal

Audiência pública foi marcada por questionamentos da comunidade pantaneira e também de especialistas

Elaine Menezes
Editoria Geral | 2B

"Ninguém foi contra a ideia [proteger o Pantanal]", afirmou Gomes, representante da sociedade pantaneira de Mato Grosso, durante audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso na última terça-feira (1º) para discutir o Projeto de Lei 750/2011, proposta que cria o "Polícia de Gestão Proteção do Bioma Pantaneiro". A proposta abriu as críticas da comunidade que vive na região e de ambientalistas. O debate é parte do ciclo de discussões realizadas em virtude da aprovação do requerimento do senador Selmário do Amaral (PT-MS) na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Pantaneira e representante do Centro Ayrallar do Rio Paraguai, Maria Aparecida dos Santos se manifestou contra o projeto de lei. "Quando elaboraram esta política de gestão não pensaram em incentivo ficou no pensamento e não pensou no Pantanal. Se for aprovada do jeito que está, o [illegible] vai acontecer. Não vamos ter mais rios, pois já estamos com as plantações irregulares de soja e [illegible] acabando com as poucas águas que temos".

> Projeto de Lei 750/2011 é de autoria do senador Blairo Maggi

Indagado com alguns pontos da proposta, o superintendente federal do Ministério da Pesca e Aquicultura, Edielmo Gomes da Lima afirmou que o tópico que proíbe a pesca nos períodos de piracema está fora do projeto. "Suspender o pescador 5 anos é um absurdo e inviável. Não há como o fechamento da pesca [illegible] do pantaneiro poderá ter certeza".

Lima ainda falou sobre a questão do [illegible] de hidrelétricas. "As pequenas centrais hidrelétricas (PCH) estão atrapalhando muito a vazão pantaneira. A referência delas está acabando com os nossos rios e com os peixes. Atualmente temos quase 80 PCHs em funcionamento em Mato Grosso, o que complica ainda mais a situação de nosso bioma".

Coordenadora do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), Célia Nunes da Silva explicou que a proposta do centro é estabelecer composição do Projeto CPP Lei do Pantanal com a finalidade de discutir [illegible] necessário ao conhecimento científico sobre o Pantanal para subsidiar [illegible] visando ao uso sustentável do Pantanal e aperfeiçoamento do projeto de lei 750/2011, do senador Blairo Maggi. Com isso, mudanças em aspectos científicos técnicos para o desenvolvimento da região [illegible] ecológicos do Pantanal, segundo os critérios da Anvisa Unesco.

Representando a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), o médico veterinário Cassiano Tomaz da Silva aquilatou a proposta do senador. "É uma lei louvável e sem precedentes. Zerado o projeto, é de se pensar que os pantaneiros são marginais e não merecem estar todos [illegible] aí, quando na verdade devemos a existência do Pantanal a eles, que cuidam [illegible] região".

A pesquisadora Débora Calheiros do Lamberson, destacou as consequências das hidrelétricas no Pantanal. "O projeto [illegible] 275 PCHs [illegible] e pelas [illegible] prejudicando a onde pesquisa, da qual dependem o turismo regional, pesca profissional e a pecuária extensiva, [illegible] é o caso do rio Juruena, que não tem mais peixe".

Débora finalizou comparando o Brasil com outros países. "Nos países desenvolvidos estão removendo as barragens para melhorar a qualidade da água. Enquanto nos estamos fazendo completamente ao contrário, implantando PCH e autorizando a plantação irregular de soja nas cabeceiras dos rios".

Pesquisadora afirma que PCHs irão alterar o pulso de inundação

II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas

Delineamento de Áreas Úmidas

PROGRAMAÇÃO OFICIAL

20 de agosto de 2014

16h Credenciamento
18h Cerimônia de Abertura do II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas
19h Conferência de Abertura: "Delimitação e Classificação de Áreas Úmidas: A Abordagem Brasileira" - Wolfgang J. Junk

21 de agosto de 2014

Palestras Manhã

8h30 "Diferentes visões sobre as áreas úmidas brasileiras e as questões jurídicas associadas" – Maria Teresa Piedade / INPA
9h00 "UICN: ações no Brasil, no Mundo e nas Áreas Úmidas" – Luiz Merico / UICN Brasil
9h30 "Água, clima, justiça e educação ambiental" – Michèle Sato / UFMT - GPEA
10h a 10h20 Intervalo para o café
Apresentações Orais
10h20 – 10h40 "Desafios do planejamento e gestão ambiental de áreas úmidas urbanas" – Ana Cássia Santos de Oliveira / UFRN
10h40 – 11h00 "Análise do Projeto de Lei sobre a política de gestão e proteção do bioma Pantanal" – Jean Carlos Ferreira / UFMT
11h00 – 11h20 "Classificação e análise dos serviços ecossistêmicos prestados por áreas úmidas hipersalinas" – Diógenes Félix da Silva Costa / UFRN
11h20 – 11h40 "Dinâmica das comunidades fitoplanctônicas, zooplanctônicas e zoobentônicas nas áreas de influência direta de três pequenas centrais hidroelétricas localizadas em trechos de áreas úmidas neotropicais" – Cristina Marcia de Menezes Butakka / UNEMAT
11h40 – 12h00 "A relação entre a usina hidroelétrica de Balbina e a morte de árvores de Macrolobium acaciifolium (Benth.) Benth. (Fabaceae) nas florestas alagáveis a jusante do rio Uatumã, Amazônia Central" - Cyro Assashira / INPA
12h00 – 12h20 "Germinação e formação de plântulas de duas espécies madeireiras de várzea da Amazônia Central" - Elizabeth Rodrigues Rebouças / INPA
12h20 – 12h40 "Índice de sustentabilidade hídro-ambiental em municípios de áreas úmidas – o caso dos municípios de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço" – Waine Teixeira Junior / UFMT
12h40 – 14h Intervalo para o almoço

Palestras Tarde

14h "Classificação de macrohabitats do Pantanal e sua aplicação na gestão ambiental" – Catia Nunes da Cunha / UFMT – INAU
14h30 "Delineamento hidrológico e dinâmica das inundações do Pantanal" – Carlos Padovani / Embrapa Pantanal
15h00 "Proteção de mananciais e crise da água em São Paulo" – Marussia Whately / Instituto Socioambiental
15h30 - 15h50 Intervalo para o café
Apresentações Orais
15h50 – 16h10 "Relações entre evaporação e precipitação como indicativos de riscos de ocorrência de incêndios florestais no Alto Paraguai" – Bruno Henrique Casavecchia / UFMT
16h10 – 16h30 "Avaliação do potencial de manejo de Aspidosperma cylindrocarpon M. Arg. (Apocynaceae) No Pantanal De Poconé, MT – Eliana Celestino da Paixão Rodrigues dos Santos / UFMT – INAU
16h30 – 16h50 "Cronossequências de estandes monodominantes de Vochysia divergens e implicações ecossistêmicas para áreas úmidas campestres do Pantanal" – Luciana Rebellato / UFMT
16h50 – 17h10 "Encroachment e as relações com a comunidade herbácea de campos sazonalmente inundáveis no Pantanal Norte" – Fernando Henrique Barbosa da Silva / UFMT – INAU
17h10 – 17h30 "Efeito da expansão de plantas lenhosas na estrutura das comunidades herbáceas dos campos de murundus, Pantanal Norte" – Candida Pereira da Costa / UFMT

17h30 – 17h50 "Explorando a capacidade de imagens ópticas e SAR de detectar diferentes formações vegetais numa paisagem de planície de inundação" – Julia Arieira Couto / UNIC
17h30 – 18h10 "Albedo de superfície estimado por meio do algoritmo SEBAL em uma área de transição Cerrado-Pantanal" – Marcos Alves Fausto / UFMT
18h10 – 18h40 Sessão de Painéis

22 de agosto de 2014

Palestras Manhã

8h30 "Impactos de represamentos sobre áreas úmidas a jusante: o caso da planície alagável do alto rio Paraná" – Angelo Agostinho / NUPELIA - UEM
9h00 "Padrões de distribuição de espécies aquáticas em áreas úmidas do extremo sul do Brasil" – Leonardo Maltchik / UNISINOS
9h30 "Brazilian wetland forests: Species richness and distribution patterns at local and regional scales" – Florian Wittmann / Max Planck Institute
10h00 – 10h20 Intervalo para o café
Apresentações Orais
10h20 – 10h40 "Dinâmica de CH4 e CO2 sob influência de microclima em lagoas salinas da Nhecolândia, Pantanal (MS), Brasil" – Rosangela Rodrigues Braz Machado / USP
10h40 – 11h00 "Dinâmica sazonal das concentrações de carbono orgânico total na bacia do rio Cuiabá – MT" – Débora F. Calheiros / UFMT
11h00 – 11h20 "Spatial heterogeneity of turbid and clear regimes in floodplain shallow lakes and rivers connected (Pantanal-Brazil)" – Simoni Maria Loverde Oliveira / UFMT
11h20 – 11h40 "Nutrientes do solo no Pantanal Mato-grossense" – Danielle Christine Stenner Nassarden / UFMT
11h40 – 12h00 "Caracterização morfométrica de lagoas costeiras hipersalinas no litoral semiárido do Brasil" – Dayane Raquel da Cruz Guedes / UFRN
12h00 – 12h20 "Caracterização geoquímica dos sedimentos em um sistema flúvio-lagunar hipersalino (RN-Brasil)" – Diego Emanoel Moreira da Silva / UFRN
12h20 – 12h40 "Análise morfométrica de margem em lagoas naturais no semiárido Potiguar do Brasil" – Augusto César de Medeiros Costa / UFRN
12h40 – 14h00 Intervalo para o almoço

Palestras Tarde

14h00 "Bioprospecção para o uso sustentável de Áreas Úmidas" – Paulo Teixeira / UFMT – INAU
14h30 "Modelos de previsão de cheias na Amazônia central e secas no Pantanal" – Jochen Schöngart / INPA – INAU
15h "A conservação do Pantanal e os novos horizontes do desenvolvimento sustentável" – Albano Araújo – TNC
15h30 – 15h50 Intervalo para o café
Apresentações Orais
15h50 – 16h10 "Salinas solares do litoral setentrional do Rio Grande do Norte (RN) – distribuição espacial de Crustacea: Malacostraca" – Renato de Medeiros Rocha / UFRN
16h10 – 16h30 "Análise do potencial de germinação de sementes ingeridas por peixes no Lago Catalão, Amazonas" – Bianca Weiss Albuquerque / INPA
16h30 – 16h50 "Diversidade de Trichoptera KIRBY, 1813 nas diferentes escalas espaciais em riachos da Bacia do Alto Paraguai" – Rogério Conceição Lima dos Santos / UFMT
16h50 – 17h10 "A biodiversidade de besouros rola-bostas no Pantanal: o papel do habitat e estação de amostragem na atratividade de iscas" – Cesar Munilo de Albuquerque Correa / UEMS
17h10 – 17h30 "Variabilidade climática, eventos extremos e impactos na pecuária no Pantanal Sulmatogrossense: desafios de adaptação para o espaço regional" - Ana Gabriela de Jesus Araújo / INPE – CCST
17h30 – 17h50 "Classificação de fotografias aéreas de pequeno formato obtidas por VANT – Anny Keli Aparecida / UFMS
17h50 – 18h10 "Avaliação de desempenho de imagens MODIS no estudo da dinâmica de inundação do Pantanal Norte" – Sérgio Wagner Gripp da Silveira / UFMT
18h10 – 18h40 Sessão de Painéis

<u>INDICADOR 3:</u> Número de ações realizadas para auxiliar na formulação de propostas do debate sobre a Lei do Pantanal - NAR

Últimas Notícias

Poconeanos participam de Audiência Publica na ALMT

Buscar na seção

1269 visualizações 01/04/2014 Curtir 0

Pela primeira vez na história, está sendo elaborado um projeto de lei em que o pantaneiro será ouvido sobre o Pantanal. A ideia é aproveitar o conhecimento local de quem vive aquela região no dia a dia para poder estabelecer leis ambientais específicas, salientando toda a diferença dos outros ecossistemas brasileiros. O projeto de lei foi discutido na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, numa realização da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Blairo Maggi (PR), que foi representado pelo suplente Cidinho dos Santos (PR), com a presença dos senador Jayme Campos (DEM), do deputado estadual Emanuel Pinheiro (PR) e da palestrante Cátia Nunes da Cunha – pesquisadora UFMT e Centro de Pesquisa do Pantanal.

A ideia é melhorar o PLS 750/11, do senador Delcídio Amaral, sem alterar a rotina do homem pantaneiro com foco na preservação do sistema. De acordo com a pesquisadora Cátia Nunes, o evento é uma oportunidade almejada por todos e deverá ser o marco regulatório para a região. Disse que faltam diretrizes para acabar com a situação agonizante do Pantanal.

Citou as bases legais para o aperfeiçoamento da lei, observando a identidade do Pantanal, que depende da inundação e vazante, diferindo da área de Cerrado. E a administração do uso do Pantanal. Uma lei federal para o Pantanal, segundo a pesquisadora, deve ser inovadora e baseada nos conceitos ecológicos. Ela anunciou que está previsto para o mês de agosto o 2º Congresso de Áreas Úmidas.

Cristovão Afonso da Silva – médico veterinário e diretor da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Pantaneiro foi taxativo ao lembrar que a população pantaneira é a responsável pela preservação do Pantanal, porém não é reconhecida. "O homem pantaneiro deveria receber as honras pelos cuidados que têm com esse bioma. Vamos reivindicar nossos direitos. É possível melhorar a pecuária, sem agredir o meio ambiente. Precisamos que a lei seja específica para a região. Essa lei 750/11 deve receber várias emendas", alertou. Solicitou a participação de especialistas pantaneiros na formatação da nova legislação.

A preocupação com a fronteira também foi abordada, com a participação de caravanas de Cáceres e Poconé. A retirada da pauta da paralisação da pesca por cinco anos foi comemorada. Já a construção de usinas hidroelétricas nos rios que formam o Pantanal, como o Rio Jauru e a falta de investimentos para tratamento de esgoto que prejudicam a qualidade da água que chega ao Pantanal foram questionados. Assim, como o uso de agrotóxicos que acabam atingindo a bacia pantaneira.

De acordo com informações da assessoria de imprensa Assembleia Legislativa de Mato Grosso, a pesquisadora da Embrapa Pantanal e da Universidade Federal de Mato Grosso, Débora Calheiros chamou a atenção para as ações que prejudicam o bioma. Citou o desmatamento da parte alta, a hidrovia Paraguai-Paraná e, principalmente, as hidroelétricas. São 44 em operação. Segunda ela, a Bacia do Alto Paraguai já produz energia suficiente para o Estado. Contudo, objetivo é chegar a 135. Fato que vai alterar significativamente o Bioma Pantanal. Todos os rios formadores do Pantanal estão sendo impactados. "Se a proposta do senador é a de proteger o Pantanal e o homem pantaneiro, temos que contribuir".

"Somos solidários para que essa lei venha beneficiar o homem pantaneiro. Pois, 58% de Cáceres fazem parte desse bioma", destacou o prefeito dessa cidade, Francis Maris Cruz. Ao ler seu discurso, o secretário de Estado de Meio Ambiente, José Lacerda Filho, descreveu a região e sua importância.

O senador Cidinho dos Santos explicou que a intenção do Senado Federal é a de ouvir prefeitos, entidades para saber quais são as alternativas para garantir a política de gestão ideal para a preservação do Pantanal. "Como preservar o Pantanal sem engessar o desenvolvimento de Mato Grosso?", questionou.

O ambientalista Roberto Klabin disse que o Brasil tem déficit de governança. Afirmou que o primeiro passo é o compromisso de preservar o Pantanal. "Hoje completa 50 anos da Revolução de 1964. Isso nos mostra que modelos autoritários não funcionam. Se fala muito em sustentabilidade, mas se pratica menos que o ideal. Espero que seja criado um modelo de proteção que capaz de deixar um legado importante para as gerações futuras".

O evento foi conduzido pelo senador Jayme Campos e contou com as presenças dos deputados federais Julio Campos e Valtenir Pereira, o presidente do sistema Famato, Rui Prado e os deputados Wagner Ramos (PR) e Airton Português (PSD), dentre outras autoridades.

O coordenador do Centro de Pesquisas do Pantanal – CPP, Paulo Teixeira ressaltou que o Pantanal está fortemente ameaçado, apesar de relativamente preservado. Para ele, a lei é importante e vem em bom momento, mas precisa ser bem elaborada. Já está em prática um projeto do CPP para a criação de uma rede de municípios para atuar em conjunto com foco na preservação. Essa experiência obteve êxito na Argentina. "A lei precisa ser bem definida; normatizar a delimitação da área; propor o corpo d´água; abranger a moratória da pesca, com foco na qualidade da água e riscos da construção de hidroelétricas.

Para o presidente da Acrimat, José João Bernardes a atividade pecuária é extremamente relevante para o Pantanal. "O debate reúne o interesse de diversos grupos e não pode ser simplificado. A preocupação dos ribeirinhos é válida e deve ser tratada com exclusividade. Não adianta discutir os reflexos da pesca, antes de segmentar os interesses e aprofundar sobre a pecuária e outras atividades nesse bioma". Ele garante que a nova lei deverá ser ajustada ao Código Florestal.

Notícias

Sala de Imprensa

O que procura?

Sociedade se une para discutir lei de gestão do Pantanal mato-grossense

Terça-feira, 01/04/2014 às 08:13, Imprensa Blairo Maggi

Com intuito de promover amplo debate acerca da política de gestão do bioma Pantanal, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado realizou, nesta segunda-feira (31.03), audiência pública em Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS).

As discussões aconteceram nas Assembleias Legislativas de cada estado e contaram com a participação maciça da sociedade civil organizada e entidades representativas de classe."Nossa meta é ampliar o debate sobre o projeto de lei do senador Blairo Maggi (750/2011) e atingimos tal objetivo. O saldo foi extremamente positivo porque discutimos com todos os lados a intenção primeira em definir o que é bacia, a política da fauna e da flora e daí sim propor uma política de desenvolvimento sustentável", disse o senador Cidinho Santos.

Em Cuiabá, o debate contou com especialistas como a professora Cátia Nunes, que garante ser preciso atuar para que a Lei não seja 'engessada', de forma que considere a sazonalidade da região pantaneira. De acordo com ela, as Áreas de Proteção Permanente (APPs), da forma como estão colocadas na proposta, não protegem e inviabilizam a presença do homem nas fazendas.

Ela sugere que, para melhor gerenciar a lei do Pantanal, seja feita uma divisão do bioma por regiões, tomando como base a água, pois são características primordiais da região os alagamentos em períodos chuvosos.

A pesquisadora da Embrapa/UFMT, Débora Calheiros, também entende que o projeto pode ser mais bem aprofundado no que diz respeito ao leito regular, às hidrelétricas e à dissociação do planalto e planície.

"Temos algumas pendências na referida proposta como, por exemplo, a questão métrica. Não há como termos um leito regular se vivemos seis meses em cheia e seis meses em seca, hoje temos condições e tecnologia para isso, como o sensoriamento remoto que pode nos auxiliar a aprimorar as questões das APP's. Outro ponto bastante divergente é que, pelo Ministério do Meio Ambiente, o bioma é planície alagável dissociada do planalto, e isso é um erro, sofremos toda influenciação dessa região", alertou.

Também contribuiu com a proposta o médico veterinário Cristovão Afonso. Ele recomenda que o melhor caminho para preservar e gerir a região é reconhecer os que ali habitam, 'o homem pantaneiro'.

A localização geográfica também é uma questão a ser observada, de acordo com participantes. "As áreas de fronteira devem ser constantemente fiscalizadas, pois se trata de um mesmo bioma e o que é feito no Brasil, ou em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, não vale para a Bolívia, por exemplo", explica o senador Cidinho Santos.

Para o senador é preciso encontrar, junto à população, uma forma de preservar o Pantanal sem engessar o desenvolvimento de Mato Grosso.

Ex-deputado federal e respeitada liderança no assunto, Fábio Feldmann disse que o ciclo de debate atendeu as expectativas. "Foi

Outras Notícias

No Alemanha, Blairo participa de convenção sobre agronegócio

Começa nesta segunda-feira (01.09), em Colônia, a Alemanha, a Convenção e Agronegócio 2014, organizada pela Bayer. O senador Blairo Maggi, que representa...

Em Buenos Aires, Blairo Maggi participa do Clube da Fibra

Começa hoje a 20ª edição do Clube da Fibra, em Buenos Aires. O evento é organizado pela PMC Agricultural Products, que completa 40 anos, e com ...

TAGS

Jornal Senado

Dívida dos Pública: "Quero a convalidação dos incentivos de ICMS"

Unificação das polícias atenderia melhor à sociedade, defende senador Maggi

importantíssimo esse momento na medida em que pactuamos com a sociedade as discussões sobre o aperfeiçoamento da lei em vários sentidos. O bioma é muito extenso, mas o importante é que todas as partes estejam envolvidas no amplo debate", concluiu.

O PLS 750/11

Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal, conjunto de vida vegetal e animal, especificado pelo agrupamento de tipos de vegetação e identificável em escala regional, com influência de clima, temperatura, precipitação de chuvas, pela unidade relativa, e solo que se localiza na bacia do Rio Paraguai.

Assim que incorporadas sugestões à proposta, o PLS deve constar na pauta da Comissão e Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

PARTICIPAÇÃO

Foram palestrantes no evento os ambientalistas Roberto Klabin; Alexandre Menezes; Cátia Nunes da Cunha – pesquisadora UFMT; o prefeito de Cáceres, Francis Maris Cruz; Cristóvão Afonso da Silva – médico veterinário e diretor da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Pantaneiro; João Oliveira Gouveia Neto – produtor rural, engenheiro agrônomo e presidente da Comissão Federal de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso e Débora Calheiros – UFMT/Embrapa.

Participaram as seguintes autoridades: senador Jayme Campos (que presidiu a sessão), deputados federais Valtenir Pereira e Júlio Campos; procurador geral de Justiça de Mato Grosso, Paulo Prado; secretários de Estado de Meio Ambiente José Lacerda, de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, Luiz Carlos Alécio, de Turismo, Jairo Pradela; deputados estaduais Emanuel Pinheiro, Ondanir Bortolini, Wagner Ramos, Airton Português, além de prefeitos e vereadores.

Página oficial do Senador da República Blairo Maggi (PR-MT)

Todo o conteúdo deste site está licenciado sob a CC-Attribution 3.0 Brazil, exceto quando especificado em contrário e nos conteúdos replicados de outras fontes.

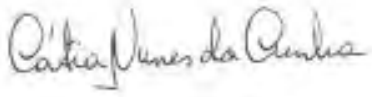
CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

DECLARAÇÃO

Eu, **Cátia Nunes da Cunha,** bióloga, solteira, portadora do CPF 142.861.301-34, declaro para os devidos fins legais que os biólogos **Érica Cezarine de Arruda,** doutoranda em Botânica (UFV) e **Fernando Henrique Barbosa da Silva,** mestre em Ecologia e Conservação da Biodiversidade (UFMT), integram a equipe do componente de pesquisa chamado "LEI DO PANTANAL", parte do Termo de Parceria do CPP com o MCTI. Os referidos integrantes têm colaborado com todas as ações desde o desenvolvimento até a execução das atividades deste componente de pesquisa.

Cuiabá, 16 de Junho de 2014.



Cátia Nunes da Cunha

R7 Notícias Entretenimento Esportes Vídeos Re

gazetadigital

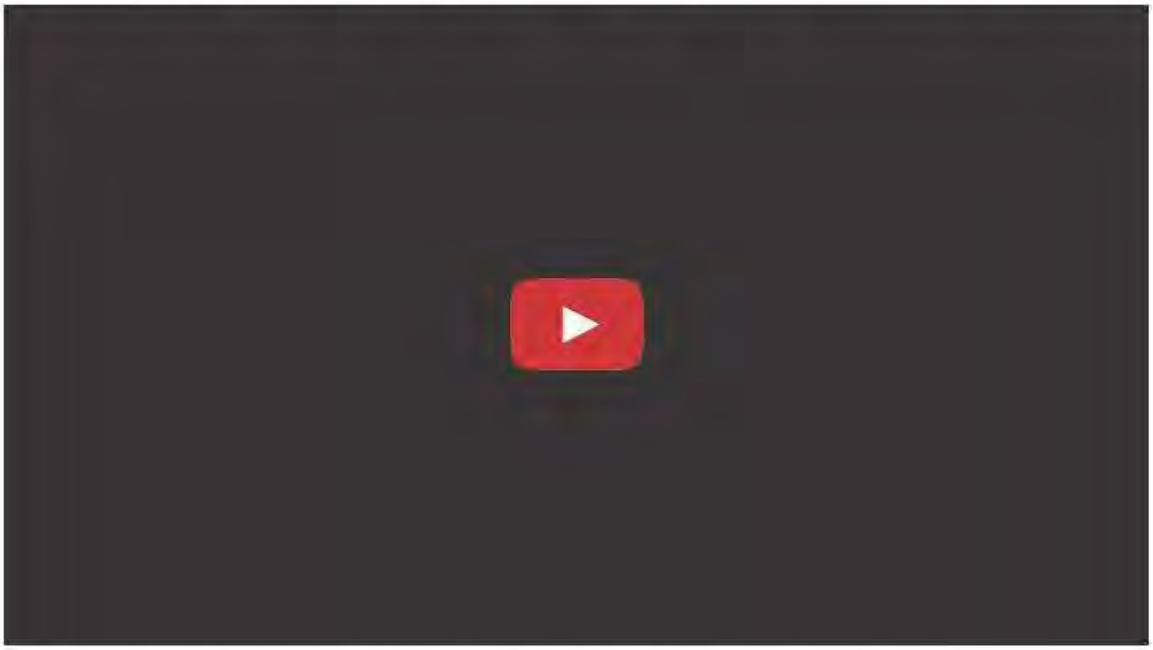
- Classifácil
- Vídeos
- Fotos
- Assinante
- Telefones
- Contato

- Jornal da Manhã

Curtir 0 Compartilhar 0 Tweetar 0

Quinta, 21 de agosto de 2014, 06h15

Cuiabá sedia 2° congresso de Áreas Úmidas



A finalidade é buscar propostas para as principais ameaças para esse ecossistema no país.

×

NOTA TÉCNICA

Nova ameaça ronda o Pantanal

Pantanal mato-grossense é a maior planície inundável do mundo

Pesquisadora ressalta que faltam diretrizes para acabar com a situação agonizante do Pantanal, que sofre por conta da falta de pastos para a produção dos pantaneiros

ELCIO MORAIS
Da Redação

O Pantanal Mato-grossense pode perder toda sua riqueza florestal e animal em menos de 20 anos, caso a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) opte por aderir à Nota Técnica que contém uma regulamentação que irá dar subsídio a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Pantanal de Mato Grosso do Sul. Essa é uma tese que mostraria o estudo realizado pelo grupo de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A pesquisadora Cátia Nunes da Cunha ressalta que faltam diretrizes para acabar com a situação agonizante do Pantanal, que sofre por conta da falta de pastos para a produção dos pantaneiros. Segundo ela, os estudos realizados pelo INPP visa ter base legal para o aperfeiçoamento da lei federal já existente, mas que não cabe ao bioma pantaneiro. "A identidade do Pantanal depende da inundação e vazante, diferindo da área de seca (cerrado). A lei federal voltada especificamente para o Pantanal deve ser inovadora e baseada nos conceitos ecológicos dele".

Segundo Cátia, o atual Código Florestal não é adequado para o Pantanal mato-grossense. "As medidas de área de preservação permanente foram realizadas em época de seca, o que faz com que o Pantanal perca muitas áreas úmidas".

Também integrante do INPP a doutora em Ciências Florestais, Cândida Pereira Costa, explica as consequências do desmatamento precoce do Pantanal. "Remoção florestal provoca erosões que comprometem a qualidade da água, ambientes típicos pantaneiros podem desaparecer completamente e animais não terão para onde migrar".

Nota Técnica apresentada pela fisiótoga constitui a proposição de uma alternativa para estabelecer limites para a substituição da vegetação nativa no Pantanal visando a formação de pastagem cultivadas, a fim de que os cultivadores de gado ganhem mais campos de pastagens. O documento estabelece um montante passível de substituição por pastagem cultivada para cada categoria de vegetação, sendo 35% dos cerrados, 36% das florestas, 46% das campos altos e 46% dos campos inundáveis.

O problema, segundo a doutora em Ecologia, Luciana Rebellato, que também faz parte do INPP, é que se esta lei for aplicada ao bioma pantaneiro acarretará na destruição contínua de seu ecossistema. "Ainda existem alternativas de recuperar uma parte do campo. A limpeza de pastagem pode garantir se percentuais até 80% do pasto perdido, não sendo necessário o desmatamento".

Luciana ressalta ainda que o desmatamento pode trazer outros tipos de consequências para o meio ambiente. "Existem certos tipos de espécies campestres que se cortarias, é o mesmo que jogar uma bomba de gás carbono na atmosfera, agravando ainda mais o chamado efeito estufa".

economia

terra e criação

A GAZETA - 10

Cuiabá, Sexta-feira, 17 de Setembro de 2010

Avaliação de vias concedidas é melhor

PÁGINA 2

Propriedades de áreas na região do Pantanal são investem mais só na pecuária, elas entraram no negócio para outras atividades

DIVERSIFICAÇÃO

Produção no Pantanal ganha novos caminhos

Região não concentra mais apenas a pecuária. Pesquisadores apostam em estudos para incrementar a elaboração de novos produtos, derivados de gado e pescados

SUELEN BEZERRA
DA REDAÇÃO

No Pantanal mato-grossense há um rebanho bovino de 2 milhões de animais. Na planície alagada reconhecida internacionalmente e que ocupa 361,666 mil quilômetros quadrados em sua totalidade, a atividade pecuária ainda predomina. E pode ser uma abrangência maior e ser mais rentável com a retomada de uma antiga prática: a limpeza dos campos do Pantanal. Atualmente, cerca de 60% dos campos pantaneiros onde o gado é criado podem ser limpos, afirma a pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (Inau) e do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) e professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cátia Nunes da Cunha.

"Os campos estão perdendo a função econômica e ecológica porque os pecuaristas estão abandonando o costume de mantê-los limpos". Também ocorrem situações irreversíveis, com fazendeiros contraindo financiamentos para garantir o desenvolvimento e investir em espécies vegetais exóticas, sem acompanhamento ou orientação. "Há espécies nativas de outras áreas de vegetação que vão ocupando esses largos onde tradicionalmente se criava o gado e com isso vai diminuindo a área de pasto". Sem a limpeza desses campos, os pecuaristas locais entrarão num processo de perda de competitividade. "O perfil da pecuária no Pantanal mudou muito", pondera Cátia. "Hoje quem entra lá são grandes investidores que podem manter as propriedades, tirando dinheiro de outras fontes de renda". Diminui o preço das terras na região facilita a aquisição.

Sobre esse processo de mudança nos últimos anos, esta estrutura fundamentalmente a transformação da estrutura familiar e o êxodo rural. "Antes, uma fazenda mantinha 10 homens jovens para fazer o trabalho ou um sistema de trabalho em mutirão com agregados. Hoje as leis trabalhistas são diferentes e o proprietário rural não tem condição financeira de manter empregados". Para se adaptar à nova realidade, o fazendeiro dispensa a mão de obra humana e utiliza tratores para a limpeza da propriedade. Outra dificuldade é que as chuvas e os custos de operação das máquinas não permitem utilizá-las durante o ano inteiro para essa finalidade.

Mas, ainda é possível melhorar a renda nas propriedades pantaneiras sem destruir as áreas secas, apenas com a recuperação dos campos nativos por meio do processo de limpeza tradicional, avalia a pesquisadora. Outra alternativa é diversificar as opções de renda nas propriedades, como por exemplo, manter a atividade de pesca, a apicultura, o turismo ou buscar alternativas para agregar valor à produção com o produtos, como o couro na pecuária. "Não dá para ser economicamente sustentável com apenas uma atividade".

Para que o desenvolvimento econômico na região seja sustentável, a pesquisadora defende a interlocução entre diferentes atores sociais, incluindo a comunidade científica. "Nesse século é de mudanças e as adaptações são necessárias, mas o grande desafio do nosso tempo é ambiental". E, em se tratando do Pantanal, a legislação ambiental não se torna adequada por causa da identidade e natureza da região, afirma ela. "O que faz ser o Pantanal é a inundação e, pelo artigo 10º do Código Florestal, em áreas como o Pantanal o uso deve ser ecologicamente sustentável". Quem poderá definir esse ocupação ecologicamente sustentável são as instituições de ensino e pesquisa regionais, que por sua vez poderão orientar os órgãos de meio ambiente no licenciamento. "Não defendemos uma política específica para áreas úmidas, como é o caso do Pantanal, porque é essa orientação do nível do rio para definir as áreas que devem ser protegidas não é adequada à região".

Para ela, com uma lógica apropriada para nortear a preservação e ocupação da área é preciso estabelecer um acordo entre a comunidade científica e tradicional, no caso, o pantaneiro. "Também é necessário um plano estratégico em conjunto com um órgão público de extensão rural para definir como irá executar investimentos".

i O Pantanal ocupa uma área total de **361,666** mil km2 nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Pesquisadora Cátia Nunes da Cunha comenta sobre as atividades econômicas desenvolvidas no Pantanal

COOPERAÇÃO - Essa aproximação com a comunidade pantaneira estimulou os pesquisadores do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), ligado à Embrapa Pantanal (Mato Grosso do Sul) e UFMT a propor e testar a viabilidade de subprodutos de peixe, como alternativa de geração de renda para a população local, como explica o professor e pesquisador do CPP, Edivaldo Sampaio de Almeida. "Somos vinculados à rede Peixe, que é uma das 4 redes de pesquisa do CPP".

Produtos como almôndega, linguiça, pate e hambúrgueres à base de peixes nativos do Pantanal, como pacu e cachara, estão em análise. "A Embrapa Pantanal faz o estudo do processamento e nós da UFMT analisamos a parte microbiológica dessas amostras, para tornar viável esses produtos". A intenção é disponibilizar a técnica para as cooperativas de pescadores. De acordo com o pesquisador, na região de Corumbá (MS) já está sendo desenvolvido um projeto piloto. "Ainda é muito cedo e está sendo assimilado pelos pescadores, mas acreditamos que num futuro próximo todos esses produtos serão uma realidade para essas comunidades".

Em Mato Grosso, um projeto semelhante foi iniciado há alguns anos com comunidades ribeirinhas de Várzea Grande. Na Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (Coorimbatá), fundada em 1987, é feito o beneficiamento de peixes, mas restrito a poucos produtos derivados, como o filé do pescado, lembra Almeida. O peixe foi, inicialmente, o produto principal da cooperativa, apresenta a pesquisadora Gabriela Rocha Fronte Teles de Ávila, que estudou o funcionamento da Coorimbatá em sua dissertação de doutorado. "Em função desse recurso natural não estar mais disponível como antes, a Cooperativa passou a agregar outros produtos na sua cadeia produtiva, como frutas, polpas, mandioca frita, castanha-do-Brasil e mais recentemente o jacaré-do-Pantanal", cita ela.

DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO - Ao todo, 48 educadores de assentamentos rurais e comunidades quilombolas concluíram especialização em Educação do Campo Saberes Pantaneiros e Sociobioeconomia Solidária, proposta pelo Instituto Federal de Educação (IFMT), Campus Cáceres, Núcleo Avançado do Pantanal em Pocone (Napan). O curso caracterizou-se como um fórum de discussão e de produção científica sobre a realidade educacional, cultural e socioeconômica das comunidades camponesas do Pantanal mato-grossense.

Treze projetos de pesquisa foram desenvolvidos, centrados na investigação científica da realidade de comunidades rurais nos municípios de Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Poconé. Os trabalhos, desenvolvidos por meio de metodologia participativa, traçam diagnósticos e perspectivas das comunidades locais, tendo como cenário os espaços de vida da população envolvida e que versaram temas como a educação do campo, agricultura familiar, cultura e saberes pantaneiros.

Criação de peixes e subprodutos dos pescados são temas de pesquisas e projetos experimentais na região

CONTEÚDO EXTRA

Confira tudo na versão multimídia do jornal em www.gazetadigital.com.br

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

SUGESTÕES E JUSTIFICATIVAS PARA O PROJETO DE LEI DO PANTANAL

PRAZO: até 17/11/2014

Encaminhar via e-mail para pantanal@sema.mt.gov.br

IDENTIFICAÇÃO

Razão social ou nome: _____

Nome Fantasia/apelido: _____

CNPJ/CPF: _____

Endereço (Rua, Av. Rodovia, etc.): _____ **Nº/km:** _____

Complemento: _____ **Bairro/localidade:** _____

Município: _____ **UF:** _____ **CEP:** _____ **Telefone:** ( ) _____ - _____

Fax: ( ) _____ - _____ **Caixa Postal:** _____ **E-mail:** _____

Quadro para descrição:

Lei nº 8.830, de 21 de janeiro de 2008	SUGESTÃO	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
Art. 1º Esta lei com fundamento no Art. 225, § 4°, da Constituição Federal, estabelece a Política Estadual de Gestão e Proteção da Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso, definindo seus princípios e atribuições do poder público para manutenção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.	**Art. 1º** Esta lei com fundamento no Art. 225, § 4°, da Constituição Federal, estabelece a Política Estadual de Gestão e Proteção da Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso, definindo seus princípios e atribuições do poder público para manejo ecologicamente sustentável visando à manutenção ecossistêmica, econômica e social.	O uso da palavra ecologicamente sustentável se alinha ao Art 10 do Código Florestal, desta forma a uniformidade de terminologia diminui as diferentes interpretações da Lei.
§ 1° Entende-se por Bacia do Alto Paraguai a unidade geográfica composta pelo sistema de drenagem superficial que concentra suas águas no Rio Paraguai, conforme os limites geográficos estabelecidos nos estudos do Programa de Conservação do Alto Paraguai (PCBAP,1997) contemplados pelo Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico no Estado de Mato Grosso.	**§ 1°** Entende-se por Bacia do Alto Paraguai a unidade geográfica composta pelo sistema de drenagem superficial que concentra suas águas no Rio Paraguai (Pantanal, depressão paraguaia, planaltos e províncias serranas) conforme os	Os componentes geomorfológicos da Bacia do Alto Paraguai apresentam características físicas, funcionais e com biodiversidade diferenciada e por isso devem contemplar manejos, uso, proteção e legislação diferenciada, principalmente os

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

	limites geográficos estabelecidos nos estudos do Programa de Conservação do Alto Paraguai (PCBAP, 1997) contemplados pelo Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico no Estado de Mato Grosso.	ecossistemas de áreas úmidas dos ecossistemas terrestres
§ 2° Os limites do Pantanal em Mato Grosso devem ser entendidos nesse caso como delimitadores de ações específicas na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai - BAP.		Para delimitar uma área úmida deve se atender ao conceito de Ecossistema de Área Úmida, que considera a água como fator primário que controla o ambiente. Portanto A definição da planície alagável, Pantanal, deve considerar o limite máximo de inundação. Desta forma a delimitação atual está inadequada para os objetivos desta lei de acordo com os princípios da Constituição Federal e Convenção Ramsar.
Art. 2° Para efeitos dessa Lei entende-se: I – **Sustentabilidade Ambiental:** manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica na capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das interferências antrópicas;	**Art. 2°** Para efeitos dessa Lei entende-se: I – **Ecologicamente sustentável:** uso sábio dos recursos naturais II – **Uso sábio:** o uso sábio das áreas úmidas, da manutenção de suas características ecológicas alcançadas mediante o enfoque de ecossistemas dentro do contexto de desenvolvimento sustentável.	Definição de Uso segue a definição de Uso Sábio adotado pela Convenção Ramsar..
II – **Planície alagável:** corresponde a área inundável da Bacia do Alto Paraguai – Bap, área relativamente plana, sujeita à inundações sazonais, causadas por transbordamentos de rios ou pela concentração pluviométrica associada à impermeabilidade do solo.	III – **Pantanal:** corresponde ao ecossistema na interface entre ambientes terrestres e aquáticos permanente ou periodicamente inundados, solos encharcados, doces, salobras ou salgadas e	Deve-se alterar o conceito de Pantanal ao invés de planície alagável para o conceito de ecossistema de áreas úmidas (Junk et al. 2011, Nunes da Cunha *et al* 2014). Isso para alinhar o conceito do Pantanal para com o de ecossistema com suas características inerentes dirigidas pelo pulso de

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

	com comunidades de plantas adaptadas a sua dinâmica hídrica. Seu limite é definido pela influencia das inundações médias máximas incluindo no seu interior áreas de inundação por chuvas e áreas permanentemente secas definidas pela presença de substrato, produto de processos hidrogeomorfológicos.	inundação natural. O reconhecimento do Pantanal como uma área úmida é fundamental para definir diretrizes legais para definir seu manejo ou exploração ecologicamente sustentável, e uso sábio. Desta forma estamos alinhados com as diretrizes emanadas pela Constituição Federal, pela Convenção Ramsar, e pelo Código Florestal.
III – **Corixos:** cursos d'água natural permanente, intermitente e/ou efêmero, com fluxo que se alterna em função da sazonalidade climática e ciclo hidrológico, que interliga mananciais (baías, lagoas, córregos e rios) na planície alagável, com função hídrica de enche-la e esvazia-la. Entre outras, realiza também, a função ecológica essencial como, por exemplo, o repositório de biota para colonização dos biótipos aquáticos;	IV – Macrohabitats: adoção da classificação proposto por (Nunes da Cunha & Junk 2014).	Os macrohabitas como proposto por Nunes da Cunha & Junk 2014 devem ser a unidade de gestão para definir a forma e ocupação do solo, o manejo e proteção. Esta alteração deve alinhar o uso sábio dos ecossistemas de áreas úmidas como previsto na Convenção Ramsar, onde a definição de hábitats é fundamental para o uso ecologicamente sustentável.
IV – **Pulso de inundação:** inundação sazonal característica da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai, com os níveis de enchente, cheia, vazante e seca, influenciando a produtividade e diversidade vegetal e animal para a região;	IV – **Pulso de inundação:** inundação sazonal característica do Pantanal (área úmida) localizada na Bacia do Alto Paraguai, com os níveis de enchente, cheia, vazante e seca, influenciando a produtividade e diversidade vegetal e animal para a região;	Alinhar esta proposição com o conceito de áreas úmidas e não com planície de inundação. Isso por que a Convenção Ramsar como tratado internacional tem valor constitucional.
V – **Vereda:** denominação utilizada no Brasil Central para definir áreas que contenham nascentes ou cabeceiras de um curso d'água da rede de drenagem, onde ocorram solos hidromórficos com renques de buriti (*Mauritiella flexuosa*), buritirana (*Mauritia aculeata*) e outras formas de vegetações típicas;	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	
VI – **Capão**: elevações do terreno de forma circular ou elíptica, onde cresce vegetação arbórea, normalmente rodeada por campos associados à	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

inundação ou ao encharcamento sazonal dos solos;		
VII - **Mata ciliar:** formação florestal das margens dos rios e cursos d'água perenes ou intermitentes e/ou efêmero;	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	
VIII – **Cordilheira:** são elevações que apresentam formas sinuosas, alongadas e extensas, de origem relacionada à deposição aluvial, com predominância de vegetação arbórea, normalmente rodeada por campos associados à inundação ou ao encharcamento sazonal dos solos;	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	
IX - **Várzea:** são áreas geomorfológicas, vales ou lugares baixos, parcialmente alagados, geralmente de formação arredondada com pequena variação de queda de relevo, afloramento sazonal do lençol freático, predominância de gramíneas e sofrem alagamentos periódicos;	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	
X - **Vazante:** área deprimida (rebaixada) em relação aos terrenos contíguos ou planície, levemente inclinada, periodicamente inundada pelo refluxo lateral de rios e lagos e/ou pela precipitação direta, contribuindo para a drenagem das águas sazonais;	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	
XI – **Baía:** corpo d'água perene ou temporário, isolado ou conectado a um curso d'água, com vegetação arraigada nas bordas e eventualmente flutuantes;	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	
XII – **Estrada Dique:** aterro utilizado como via para tráfego, que impede o fluxo natural da água interferindo na dinâmica natural da Planície Alagável;		
XIII – **Estrada no Pantanal:** obras sem ou com aterro construído com obra de artes (pontes e bueiros) de acordo com estudo hidrológico, para a passagem de veículo, procurando não interferir no fluxo, ou seja, não provocando remanso significativo da água na planície alagável da BAP.		
XIV – **Estrada Dique no Pantanal:** é aterro construído com obras de artes (pontes e bueiros) para a passagem de veículo, interferindo o mínimo possível no fluxo de água, ou seja, não provocando		

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

remanso significativo da água na planície alagável da BAP;		
XV – **Dique Marginal Natural:** É a porção de terra mais elevada na margem dos mananciais (rios, córregos e corixos), proveniente do transporte pelas águas durante as cheias, do material em suspensão que ali se deposita. É de pequena extensão e a sua altura decresce no sentido transversal ao curso d'água. É ocupado ao longo do tempo pela comunidade pantaneira, rebeirinhos, fazendeiros e atualmente pousadas;	XV – **Dique Marginal Natural:** É a porção de terra mais elevada na margem dos mananciais (rios, córregos e corixos), proveniente do transporte pelas águas durante as cheias, do material em suspensão que ali se deposita. É de pequena extensão e a sua altura decresce no sentido transversal ao curso d'água.	Nos conceitos de macrohabitats não deve ser incluído formas de uso.
XVI – **Dique Artificial:** aterro levantado com objetivo de impedir ou controlar a entrada ou saída de água;		
XVII – **Aterro:** são áreas, com níveis mais altos, construídos pelas comunidades tradicionais e população indígenas para a construção de casas e plantações de lavouras de subsidências;		
XVIII – **Brejo em áreas de planície:** área inundada coberta por vegetação natural própria com predominância de arbustos, trepadeiras e herbáceas, caracterizando-se pela presença de uma vegetação hidrófila, podendo secar em anos excepcionais;	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	
XIX – **Brejo em áreas de planalto:** área inundada onde há nascentes, olhos d'agua, cacimbas, coberta com vegetação natural própria com predominância de arbustos, trepadeiras e herbáceas, caracterizando-se pela presença de uma vegetação hidrófila, podendo secar em anos excepcionais;	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	
XX - **Meandro:** É um trecho da calha de um rio, com duas curvaturas consecutivas e alternadas. É fruto da interação entre as vazões líquidas e sólidas impostas e a erosividade de suas margens. Nos leitos aluvionares, esta conformação apresenta geralmente uma seqüência de curvas separadas por trechos retilíneos curtos;	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	
XXI – **Murundum:** É um tipo de microrrelevo em forma de pequenas elevações ou monticulos ou cocurutos,	Definidos dentro da classificação de macrohabitats	

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

geralmente arredondados, com altura entre 0,1 a 1,5 m e diâmetro de até 20 m, temporariamente inundável nas partes mais baixa durante o período chuvoso, formado em solos hidromórficos com deficiência em drenagem, contendo comumente no perfil concreções ferruginosas, apresentando grande importância ecológica por controlar o fluxo de água, a deposição de nutrientes, a conservação de água de superfície e a biodiversidade;		
XXII – **Povos e Comunidades Tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;		
XXIII – **Pesca de Subsistência:** é a pesca artesanal praticada por populações ribeirinhas, tradicionais e/ou pantaneiras, sem fins comerciais, para complementar a alimentação familiar, inclusive do pescador profissional artesanal no período da piracema;		
XXIV – **Atividades Econômicas Sustentáveis:** são atividades que promovem a inclusão social, o bem estar econômico e conservação dos bens ambientais;		
XXV – **Modelos Endógenos de Produção:** é o modelo de produção associado a populações e bens ambientais locais;		
XXVI – **Área de Conservação Permanente:** categoria de área protegida nos termos desta lei abrangendo as áreas inundáveis da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso, caracterizadas, como unidades de paisagem que funcionam como refúgios, habitats e corredores para a fauna, e conectividade de populações de espécie associadas a ambientes aquáticos e de aves migratórias. Essas áreas são	XXVI – **Área Uso Restrito:** categoria de área protegida nos termos desta lei abrangendo macrohabitats do Pantanal (Área úmida) da Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso, que o seu uso deve manter o caráter ecológico através da implementação da	Estamos alinhando com as diretrizes estabelecidas pelo Art 10 do Código Florestal, Constituição Federal e Convenção Ramsar.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

consideradas essenciais para a distribuição de nutrientes na Planície Alagável e para a manutenção do ciclo produtivo de pastagens nativas, não podendo ser alteradas ou utilizadas de forma intensiva ou em larga escala;	abordagem de ecossistemas dentro do contexto de desenvolvimento ecologicamente sustentável. Isto inclui todos os macrohabitats não definidos como áreas de proteção permanente.	
XXVII – **Bacia do Alto Paraguai**: unidade geográfica composta pelo sistema de drenagem superficial que concentra suas águas no rio Paraguai, conforme os limites geográficos estabelecidos nos estudos do Programa de Conservação do Alto Paraguai (PCBAP, 1997).		
Art. 3º A Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso tem por objetivo promover a preservação e conservação dos bens ambientais, a melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar a manutenção da sustentabilidade e o bem-estar da população envolvida, atendidos os seguintes princípios: I – princípio da precaução; II – princípio do poluidor-pagador; III - princípio do usuário-pagador; IV - princípio da prevenção; V – princípio da participação e descentralização; VI – princípio da ubiqüidade; VII – princípio da bacia hidrográfica; VIII – princípio do direito humano fundamental; IX - princípio do desenvolvimento sustentável; X – princípio do limite; XI – proteção do Pantanal Mato-grossense enquanto Patrimônio Nacional, Sítio Ramsar e Reserva da Biosfera; XII – reconhecimento dos saberes tradicionais como contribuição para o desenvolvimento e gestão das potencialidades da região; XIII – respeito e valorização às formas de uso e gestão dos bens	**Art. 3º** A Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso tem por objetivo promover a preservação e conservação dos bens ambientais, a melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar a manutenção da sustentabilidade ecológica e o bem-estar da população envolvida, atendidos os seguintes princípios: I – princípio da precaução; II – princípio do poluidor-pagador; III - princípio do usuário-pagador; IV - princípio da prevenção; V – princípio da participação e descentralização; VI – princípio da ubiqüidade; VII – princípio da bacia hidrográfica; VIII – princípio do direito humano fundamental;	Alinhado com as diretrizes estabelecidas pelo Art. 10 do Código Florestal, Constituição Federal e Convenção Ramsar.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

7

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

ambientais utilizados por povos e comunidades tradicionais; XIV - respeito à diversidade biológica e aos valores ecológicos, genéticos, sociais, econômicos, científicos, educacionais, culturais, religiosos, recreativos e estéticos associados;	IX - princípio do desenvolvimento sustentável; X – princípio do limite; XI – proteção do Pantanal Mato-grossense seguindo as premissas da Constituição Federal, da Convenção Ramsar de uso ecologicamente sustentável de áreas úmidas, Patrimônio Nacional e Reserva da Biosfera; XII – reconhecimento dos saberes tradicionais como contribuição para o desenvolvimento e gestão ecologicamente sustentável de áreas úmidas; XIII – respeito e valorização às formas de uso e gestão dos bens ambientais utilizados por povos e comunidades tradicionais; XIV - respeito à diversidade biológica e aos valores ecológicos, genéticos, sociais, econômicos, científicos, educacionais, culturais, religiosos, recreativos e estéticos associados e direito de futuras gerações;	
Art. 4º São diretrizes básicas da Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso: I - ação governamental de articulação dos órgãos estaduais com os órgãos federais e municipais de meio ambiente, desenvolvimento rural, indústria, comércio, turismo e da sociedade civil organizada; II - integração da gestão ambiental com a gestão dos recursos hídricos e com a gestão do uso do solo;	**Art. 4º** São diretrizes básicas da Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso: I - ação governamental de articulação dos órgãos estaduais com os órgãos federais e municipais de meio ambiente, desenvolvimento rural, indústria, comércio,	Deve considerar o Plano de Recursos Hídricos (PRH) da região hidrográfica do rio Paraguai, que visa a utilização sustentável das águas, e conservação e/ou proteção do Pantanal. Resolução nº152, de 17 de dezembro de 2013 - MMA

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

III – promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos povos e comunidades tradicionais nas instancias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses; IV - assegurar os direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais à auto - determinação na construção de políticas de gestão em território tradicional; V - consolidar e ampliar as parcerias: internacional, nacional, estadual, interestadual e setorial, para o intercambio de informações e integração de políticas públicas articuladas e aplicáveis no bioma Pantanal; VI – ordenar a ocupação territorial da Bacia do Alto Rio Paraguai, com ênfase na Planície Alagável na forma da lei; VII - estimular a instalação de atividades econômicas sustentáveis; VIII - apoiar as atividades econômicas sustentáveis existentes; IX – reconhecer, implementar e subsidiar atividades sustentáveis desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais; X – incentivar ações que se coadunam com os objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e estabelecer restrições para as contrárias aos objetivos da Convenção; XI – incentivar atividades de ecoturismo como forma de gerar emprego e renda e de fiscalizar, proteger e divulgar o ambiente pantaneiro.	turismo e da sociedade civil organizada; II - integração da gestão ecologicamente sustentável com a Plano de Recursos Hídricos (PRH) da região hidrográfica do rio Paraguai, com a gestão do uso do solo, com a gestão de resíduos sólidos e gestão da biodiversidade (CDB) ; III – promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos povos e comunidades tradicionais nas instancias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses; IV - assegurar os direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais à auto – determinação na construção de políticas de gestão ecologicamente sustentável em território tradicional; V - consolidar e ampliar as parcerias: internacional, nacional, estadual, interestadual e setorial, para o intercambio de informações e integração de políticas públicas articuladas e aplicáveis no Pantanal (AUs); VI – ordenar a ocupação territorial da Bacia do Alto Rio Paraguai, com ênfase no Pantanal (AUs) na forma da lei; VII - estimular a instalação de atividades econômicas	

	ecologicamente sustentáveis; VIII - apoiar as atividades econômicas ecologicamente sustentáveis existentes; IX – reconhecer, implementar e subsidiar atividades ecologicamente sustentáveis desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais; X – incentivar ações que se coadunam com os objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e estabelecer restrições para as contrárias aos objetivos da Convenção; XI – incentivar atividades de ecoturismo e outras atividades alternativas ecologicamente sustentáveis como forma de gerar renda, emprego e de fiscalizar, proteger e divulgar o Pantanal (AUs).	
Art. 5º Incumbe ao Poder Público: I - articular-se com o Estado de Mato Grosso do Sul e com a União, visando uma política integrada para a Bacia do Alto Paraguai; II - fomentar a certificação ambiental das atividades sustentáveis desenvolvidas na região da Bacia do Alto Paraguai; III - incentivar a recuperação de áreas degradadas; IV - promover o ordenamento do turismo na Bacia do Alto Paraguai, em especial o ecoturismo, em conjunto com ações de educação ambiental; V - criar e implementar mecanismos de prevenção e combate à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres; VI - promover a criação de mecanismos econômicos de incentivo às	**Art. 5º** Incumbe ao Poder Público: I - articular-se com o Estado de Mato Grosso do Sul e com a União, visando uma política integrada para a Bacia do Alto Paraguai; II - fomentar a certificação ambiental das atividades ecologicamente sustentáveis desenvolvidas na região da Bacia do Alto Paraguai; III - incentivar a recuperação de áreas degradadas; IV - promover o ordenamento do turismo	

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

atividades de preservação/conservação ambiental; VII - incentivar ações que contribuam para o manejo sustentável dos recursos pesqueiros e da fauna silvestre, típica da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai, mediante plano de manejo; VIII - promover pesquisas científicas, de relações sociais e econômicas, visando à implementação de novas unidades de conservação e corredores ecológicos na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso; IX – incentivar as ações de manutenção dos estoques pesqueiros, agregando valor ao pescado capturado pelos pescadores artesanais, através do desenvolvimento das cadeias produtivas da carne e do couro do peixe; X - estimular formas ambientalmente corretas de produção agropecuária, manejo florestal, silvicultura e geração de energia na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso. XI – promover, em um prazo máximo de 05 (cinco) anos, ações com a finalidade de se implantar sistemas de esgoto nas cidades e indústrias que fazem parte da Baciado Alto Paraguai, bem como a coleta e disposição final adequada dos resíduos sólidos (lixo).	na Bacia do Alto Paraguai, em especial o ecoturismo, em conjunto com ações de educação ambiental; V - criar e implementar mecanismos de prevenção e combate à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres; VI - promover a criação de mecanismos econômicos de incentivo às atividades de preservação/conservação ambiental; VII - incentivar ações que contribuam para o manejo sustentável dos recursos pesqueiros e da fauna silvestre, típica da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai, mediante plano de manejo; VIII - promover pesquisas científicas, de relações sociais e econômicas, visando à implementação de novas unidades de conservação e corredores ecológicos na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso; IX – incentivar as ações de manutenção dos estoques pesqueiros, agregando valor ao pescado capturado pelos pescadores artesanais, através do desenvolvimento das cadeias produtivas da carne e do couro do peixe; X - estimular formas ambientalmente corretas de produção agropecuária,	

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

	manejo florestal, silvicultura e geração de energia na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso. XI – promover, em um prazo máximo de 05 (cinco) anos, ações com a finalidade de se implantar sistemas de esgoto nas cidades e indústrias que fazem parte da Baciado Alto Paraguai, bem como a coleta e disposição final adequada dos resíduos sólidos (lixo).	
Art. 6º Compete à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA: I - incentivar a manutenção e conservação de áreas naturais, através do incentivo à criação de Unidades de Conservação na Bacia do Alto Paraguai; II - desenvolver programas de monitoramento da fauna, flora e de controle de espécies exóticas na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai; III - realizar diagnóstico e monitoramento dos impactos ambientais na Planície Alagável e propor programas que visem a minimização destes impactos, com a participação das empresas e produtores rurais que contribuam para melhoria da gestão ambiental e permitam o aperfeiçoamento de acompanhamento e controle; IV - implantar um sistema de monitoramento, controle e fiscalização da pesca, fomentando estudos estatísticos quantitativos e qualitativos, como estoque e produção das áreas naturais utilizadas para esta atividade comercial e artesanal; V - fomentar ações visando o manejo sustentável dos recursos vegetais nativos, utilizando-se de ferramentas como o plano de manejo de áreas na Planície Alagável; VI – controlar e fiscalizar a extração, transporte e comércio de iscas vivas;		

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

VII - ordenar as atividades poluidoras e/ou degradadoras (de baixo impacto) do meio ambiente, implantadas e a serem implantadas na região da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai.		
Art. 7° São consideradas áreas de preservação permanente na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso, sem prejuízo da proteção assegurada na legislação federal e estadual: I - as florestas e demais formas de vegetação situadas: a) as margens dos cursos d'água, perenes, intermitentes e/ou efêmeros, inclusive nos conxos, conforme limites estabelecidos no Código Ambiental do Estado de Mato Grosso; b) no entorno de baías, lagos e lagoas, em faixa marginal de 100 metros; c) no interior das ilhas; d) nas veredas e nos brejos; e) nos topos e encostas de morros isolados, com inclinação igual ou superior a 45°; f) no entorno dos meandros, conectados ou não com rios, considerando os limites estabelecidos na alínea "a" deste artigo. **§ 1°** As faixas marginais de preservação permanente terão como referencial o nível mais alto dos rios e demais cursos d'água, conforme estabelecidos na legislação estadual. **§ 2°** A definição do nível mais alto dos rios e demais cursos d'água, para fins de delimitação de Área de Preservação Permanente na Planície Alagável, será efetuada durante o período sazonal de seca.	**Art. 7°** São consideradas áreas de preservação permanente no Pantanal (área úmida) os macrohabitats de relevância ecológica para funcionamento do ecossistema frente a eventos climáticos extremos e que permite a homeostasia do ecossistema de áreas úmidas.	O princípio utilizado referente a definição de APP utilizando o nível dos rios e demais cursos d'água não é adequado para o Pantanal como uma área úmida, isto porque o seu limite é definido pelo nível médio das inundações máximas. Deve se considerar a sua dimensão geográfica e os diferentes macrohabitats originados por processos hidrogeomorfológicos e tipos de comunidades de plantas. A definição de Área de Preservação Permanente será por macrohabitats que são prioritários para conservação. Estudos já desenvolvidos demonstram que a definição destes pela comunidade científica (INAU) e comunidade pantaneira apresentou resultados satisfatórios. Entretanto deve haver mais avaliações para elencar os macrohabitats para diferentes regiões do Pantanal. Nossa orientação é desenvolver esta prioridade por subsistemas do Pantanal como indicado preliminarmente nos resultados do termo de parceria Componente I – Lei do Pantanal MCTI-CPP nº13.0002.00/2012.
Das Áreas de Conservação Permanente **Art. 8º** Consideram-se Áreas de Conservação Permanente, na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai - BAP de Mato Grosso: I - os campos inundáveis;	**Das Áreas Uso Restrito** **Art. 8º** Consideram-se Áreas de Uso restrito no Pantanal todos os macrohábitats que não forem prioritários de conservação a ser	Para o uso sábio de áreas úmidas carecemos de uma nova modalidade inovadora de gestão. Desta forma, a normatização ainda precisa ser discutida e desenvolvida pela comunidade científica seguindo

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

II – os corixos; III – os meandros de rios; IV – as baías e lagoas marginais; V – as cordilheiras; VI – os diques marginais naturais; VII – Nos capões de mato e murunduns; **§ 1º** Nas Áreas de Conservação Permanente relacionadas no inciso I deste artigo será permitido o acesso e uso para a pecuária extensiva e no inciso VI e VII as atividades turísticas, habitação dos ribeirinhos, sede e retiros de fazendas, vedadas as intervenções que impeçam o fluxo da água. **§ 2º** A supressão parcial da vegetação nativa, visando sua substituição, nas Áreas de Conservação Permanente, poderá ser realizada por meio de prévio licenciamento junto à SEMA na forma do regulamento. **§ 3º** Nas Áreas de Conservação Permanente será permitido a construção de estradas para acesso as propriedades rurais desde que não impeçam o fluxo de água.	definido pela comunidade científica, comunidade tradicional e sociedade. **§ 1º** Nas Áreas de Uso Restrito as atividades deverão ser ecologicamente sustentável, permitido o acesso e uso ecologicamente sustentável para a pecuária extensiva, ecoturismo e outras atividades que serão definidas em normatização específica como rege o uso ecologicamente sustentável.	as orientações de desenvolvimento ecologicamente sustentável atendendo todas as convenções no qual o Brasil é signatário. Neste caso o INCT Áreas Úmidas está trabalhando para um desenho inteligente do processo de planejamento multi-esforço. Este planejamento definirá onde, quando e como podem ser efetuadas as mudanças no ecossistema pantaneiro. Além disso, para ser definida como atividade ecologicamente sustentável é imprescindível um plano de monitoramento. Cada atividade deve submeter ao planejamento multi-esforço envolvendo a comunidade científica, comunidade tradicional / usuário/ órgão de extensão rural para orientação técnica do desenvolvimento da transformação e sob a supervisão do órgão gestor maior, SEMA – MT. Este é o processo para o licenciamento, que deve ser construído em conjunto. Por isso inovador, mas atendendo as premissas já emanadas na legislação brasileira existente.
CAPÍTULO IV Do Licenciamento Ambiental na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso: I – o licenciamento de criatórios de espécies da fauna que não sejam autóctones da bacia hidrográfica; II – a implantação de projetos agrícolas, exceto a atividade agrícola de subsistência e a pecuária extensiva; III – a construção de diques, barragens ou obras de alterações dos cursos d'água, exceto açudes, tanques para piscicultura e pecuária extensiva, estabelecidos fora das linhas de drenagens, bem como para recuperação ambiental, a construção de		Para manutenção do caráter ecológico do ecossistema, qualquer atividade no Pantanal deve obedecer ao conceito de uso sábio aplicado na Convenção de Ramsar e de ecologicamente sustentável, no Código Florestal.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP: 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

14

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

estradas para acesso as propriedades rurais e empreendimentos hoteleiros dentro dos limites da Planície Alagável, desde que não impeçam o fluxo natural da água, IV – a implantação de assentamento rural. V – a instalação e funcionamento de atividades de médio e alto grau de poluição e/ou degradação ambiental na Planície Alagável, tais como: plantio de cana, implantação de usinas de álcool e açúcar, carvoarias, abatedouros e outras atividades de médio e alto grau de poluição e ou degradação. **Parágrafo único** Se as estradas de acesso mencionadas no inciso III de alguma forma interferirem no fluxo das águas, estas deverão ser construídas com pontes, manilhas e outros mecanismos que possibilitem o fluxo das águas.		
Art. 10 Qualquer empreendimento ou atividade localizado na Planície Alagável da BAP e em faixa marginal de dez quilômetros (10 km), deverão, obrigatoriamente, ser previamente vistoriados pelo órgão ambiental, antes da emissão de parecer técnico conclusivo do processo de licenciamento.		Para manutenção do caráter ecológico do ecossistema, qualquer atividade no Pantanal deve obedecer ao conceito de uso sábio aplicado na Convenção de Ramsar e de ecologicamente sustentável, no Código Florestal.
Art. 11 A limpeza de pastagem, para fins da pecuária extensiva, fica permitida para as espécies Pombeiro (*Combretum lanceolatum* e *Combretum laxum*) e Canjiqueira (*Byrsonima orbignyana*), Pateiro (*Couepia uiti*), Pimenteira (*Licania parvifolia*), Cambará (*Vochisia divergens*), Algodoeiro (Ipomoea fistulosa), Mata-pasto-amerelo (Cássia aculeata), Amoroso (Hydrolea spinosa), e Arrebenta laço (sphinctanthus micropylus) na forma do regulamento. **§ 1°** Fica vedada a limpeza de pastagem nos capões, cordilheiras, diques marginais naturais e matas ciliares. **§ 2°** A limpeza de pastagens ficara condicionada, quando tratar-se do cambará (*Vochisia divergens*) ao estabelecimento do diâmetro mínimo da espécie citada, na forma do regulamento.	Modificar a redação da lei para a liberação do licenciamento para *"limpeza de pastagem"*. A redação desta lei deve seguir os princípios de ciência em áreas úmidas e incluir o monitoramento a ser definido por equipe multi-esforço para avaliação da restauração ecológica como ecologicamente sustentável.	Entende-se por limpeza de pastagem a atividade de restauração ecológica de campos invadidos por espécies lenhosas em casos que há perda de biodiversidade e também de pastagem nativa para atividade da pecuária extensiva. Resultados de pesquisas conduzidas pelo INAU (Silva 2011; Costa et al. 2014; Rebellato et al. 2014) indicam que a atividade de "limpeza de pastagem" deve seguir os princípios da restauração ecológica como definida por SER 2004. O seu planejamento deve incluir a comunidade

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

15

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

		científica, os proprietários com seu conhecimento de manejo tradicional, e grupos responsáveis por orientações técnicas da atividade de restauração ecológica (limpeza de pastagem). Este processo deve ser dinâmico e adotar os princípios de manejo adaptativo. Caso a ciência determine alguma inconsistência nos planos definidos estes deverão ser reorientados para uma nova forma ou modalidade de restauração ecológica (manejo adaptativo). Desta forma, a produção do conhecimento científico sobre "limpeza de pastagem", as definições legais de como quando e onde, são flexíveis e indicadas pelos resultados do MONITORAMENTO que avalia o sucesso do manejo como ecologicamente sustentável. Por isso, a *"limpeza de pastagem"* deve respeitar o manejo adaptativo e o órgão licenciador deve ser inovador ao adotar esta modalidade, que já vem sendo adotada em outros locais do mundo, principalmente em ecossistemas frágeis. No item § 1° que considera *"Fica vedada a limpeza de pastagem nos capões, cordilheiras, diques marginais naturais e matas ciliares"* devemos considerar a importância ecológica destes macrohabitats de cobertura lenhosa florestada ou arbustiva para os processos e funções do ecossistema. Logo, a redução de área da cobertura vegetal

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

		para estes macrohabitats não deverão ser objetos para alteração para uma atividade de produção intensiva. Além dos capões, o uso das áreas não alagáveis dos diques marginais ou dos terraços fluviais deve ser amplamente combatido, pois isso implica em desmatamentos no Pantanal. Estes são macrohabitats importantes para a biodiversidade e a carência de informações científicas atuais não justifica a sua supressão. Além disso, não se deve propor a substituição de espécies nativas por exóticas por que a maioria tem se tornado grandes problemas ao redor do mundo. O limite para *"limpeza de pastagem"* fica condicionado as fases iniciais de expansão, ou definido por projetos científicos. Este modelo de gestão sugerido neste documento está sendo construído pelo INAU. Quando já houver o estabelecimento de uma floresta ou de um arbustal com composição e estrutura maduras resultado da expansão de espécies lenhosas, isto implica que já ocorreu o estabelecimento de habitats para espécies especiais para a biodiversidade. Estes macrohabitats apresentam identidade ecológica própria, a exemplo de processos biogeoquímicos como o estoque de carbono. Não poderão ser objeto da restauração ecológica (limpeza de pastagem) inclusive por causa da insuficiência do banco de sementes na condução desta

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA
CEP 78050-970 - Cuiabá - MT
Fone: (065) 3613-7200 e-mail: pantanal@sema.mt.gov.br
www.sema.mt.gov.br

L7

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

		vegetação ao ecossistema de referência. No entanto, se dentro do planejamento multi-esforço estas áreas poderão ser licenciadas para teste de hipóteses científicas.
Art. 12 Serão licenciadas as atividades de piscicultura e criação de animais da fauna silvestre, desde que as espécies sejam de ocorrência natural na Bacia do Alto Paraguai.		
Art. 13 A navegação comercial nos rios da Bacia do Alto Paraguai deve ser compatibilizada com a conservação e preservação do meio ambiente, buscando a manutenção da diversidade biológica e recursos hídricos, adaptando-se as embarcações aos rios, vetado o transporte de produtos potencialmente perigosos.	A redação da lei para a liberação da navegação comercial deve considerar o Plano de Recursos Hídricos (PRH) da região hidrográfica do rio Paraguai, que visa à utilização sustentável das águas, e conservação e/ou proteção do Pantanal. Resolução nº152, de 17 de dezembro de 2013 - MMA	O PRH segue a recomendação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, que considera a conservação ou preservação dos recursos hídricos na região hidrográfica do Paraguai. A PRH deverá ser o instrumento que orienta e integra as políticas e intervenções na região, desde que considere Áreas Úmidas como integrante dos recursos hídricos.
Art. 14 O Zoneamento Sócio Econômico Ecológico de Mato Grosso - ZSEE/MT definirá diretrizes de uso e manejo dos recursos naturais da área de entorno da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai. **§ 1°** A área de entorno à que se refere o *caput* deste artigo constitui área limítrofe aos limites estabelecidos por lei para a Planície alagável da BAP, caracterizada pela transição ente as áreas da Planície Alagável da BAP e as áreas do Planalto da BAP **§ 2°** As diretrizes de uso a que se refere o *caput* deste artigo, promoverão o ordenamento do espaço geográfico da área de entorno, descrita no parágrafo primeiro, de forma promover o disciplinamento do uso e proteção dos bens ambientais e salvaguardando dessa forma o Pantanal Mato – grossense como um todo. **§ 3°** Para atendimento das exigências do *caput* deste artigo e seus parágrafos, o		Das Disposições Transitórias: nesta parte deve considerar seguindo os princípios das ciências de áreas úmidas as divisões em subsistemas do Pantanal considerando os processos hidrogeomorfológicos. Esta definição será funcional para definir a gestão e os macrohabitats a serem preservados e os passíveis de uso sábio. A comunidade científica que trabalha nos princípios de áreas úmidas, a exemplo do INCT-INAU, podem orientar a proposta desta divisão.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NORMAS

ZSEE/MT definirá as diretrizes de uso em um prazo de um (01) ano.		
Art. 15 A SEMA promoverá, dentro de 05 (cinco) anos, a identificação das barragens, diques e aterros existentes na Planicie Alagável da BAP de Mato Grosso fixando, aos responsáveis, pessoas fisicas ou juridicas, publicas ou privadas, prazo para remoção ou adequação se ficar constatado que causam significativos danos ao ecossistema do Pantanal.		Vide justificativa anterior para as Disposições Transitórias.
Art. 16 A SEMA promoverá a realização de plano de manejo para as Unidades de Conservação Estaduais existentes na Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso, no prazo de 05(cinco) anos.		Vide justificativa anterior para as Disposições Transitórias.
Art. 17 Os acampamentos, pousadas, hotéis e demais estabelecimentos do gênero em atividade ou em fase de instalação na Planicie Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso, bem como, qualquer outra atividade considerada efetiva ou potencialmente poluidora e/ou degradadora do meio ambiente, a contar da publicação desta lei, deverão ser vistoriados pela SEMA para que seja realizada análise ambiental especifica e determinadas as medidas cabíveis.		Vide justificativa anterior para as Disposições Transitórias.
Art. 18 No uso e construção de estradas na Planicie Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso deverá ser observada a dinâmica hidrológica, visando a minimização dos impactos de represamento.		Vide justificativa anterior para as Disposições Transitórias.
Art. 19 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 21 de janeiro de 2008.		Vide justificativa anterior para as Disposições Transitórias.

A experiência dos pesquisadores do INCT-INAU em ciência de Áreas Úmidas pode contribuir com a definição do marco referencial teórico que embase uma lei federal ou estadual para o Pantanal. Por outro lado, o INAU ao juntar esforços com a SEMA-MT poderá definir dentro da lei estadual um modelo inovador de licenciamento e controle ambiental para a limpeza de campo, uma vez que temos desenvolvido estudos científicos para esta abordagem. O INAU

considera que a restauração ecológica dos campos nativos no Pantanal trará um adicional de 60% de áreas de pastagem nativa que poderá ser utilizada também pela pecuária extensiva.

Referências

Costa, C.P., Rebellato, L., Nunes da Cunha, C. 2014 manuscrito. Efeito da expansão de plantas lenhosas na estrutura das comunidades herbáceas dos campos de murundus, Pantanal Norte

Junk, W.J., Da Silva, C.J., Nunes da Cunha, C., Wantzen, K.M. (eds.) 2011. The Pantanal: Ecology, biodiversity and sustainable management of a large neotropical seasonal wetland. Pensoft Publishers, Sofia-Moscow, 870 pp.

Nunes da Cunha et al. (eds.) 2014 no prelo. *Classificação e delineamento das áreas úmidas brasileiras e de seus macrohabitats*. EdUFMT, Cuiabá.

Rebellato, L., Nunes da Cunha, C. 2014 manuscrito. Sequências sucessionais e estoque de carbono no solo de estandes monodominantes de *Vochysia divergens* no Pantanal de Poconé (MT)

Silva, F. H. B. 2011. Efeito da invasão de *Combretum laxum* Jacq. (Combretaceae) em comunidade de campo nativo do Pantanal de Poconé, Brasil. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, UFMT, Cuiabá, Brasil, 33 fls.

Society for Ecological Restoration International Science & Policy Working Group. 2004. *The SER International Primer on Ecological Restoration*. www.ser.org & Tucson: Society for Ecological Restoration International.

Comprovação do Detalhamento de Atividades

TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRAÇÃO (ENCOMENDA)
DR. CARLOS TEODORO JOSÉ HUGUENEY IRIGARAY

TERMO DE REFERÊNCIA N°121/DE/CPP/2014

INTRODUÇÃO

O Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) foi fundado em junho de 2002, tendo emergido de um processo de consulta à sociedade civil e à comunidade científica iniciado em 2001. A instituição está configurada como uma rede horizontal não-competitiva de instituições de ensino e pesquisa, e tem como principal objetivo a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos para subsidiar as políticas públicas voltadas ao uso sustentável de áreas úmidas, com enfoque prioritário no Pantanal. Obteve junto ao Ministério da Justiça em 2002 a qualificação de OSCIP "Organização da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos", inscrita no CNPJ n°. 05.220.369/0001-23, com sede a Rua Dois, n°. 497 – Sala 02, Bairro Boa Esperança na Cidade de Cuiabá-MT.

O presente TERMO DE REFERÊNCIA visa orientar o processo de encomenda de projeto de pesquisa para promover um amplo levantamento da legislação ambiental de proteção do Pantanal bem como das iniciativas legislativas relacionadas a esse bioma, nos âmbitos estaduais (MT e MS) e federal, propondo o aprimoramento do projeto de lei federal (PLS 750/2011) em tramitação, com base nos conhecimentos científicos adquiridos pelos cientistas integrantes do CPP e do INCT-Áreas Úmidas, e da prévia discussão pública com os setores interessados.

CONTEXTO

Para responder aos principais desafios enfrentados pelo Pantanal, o CPP elaborou, no decorrer de 2003, o projeto intitulado "Consolidação da Rede de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal - CPP" e o submeteu ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). Esse projeto propôs a criação de 3 redes temáticas de pesquisa: uma sobre a sustentabilidade da pecuária, outra que se refere à sustentabilidade da pesca e a terceira abordando a bioprospecção para identificar alternativas econômicas no Pantanal.

O CPP vem atuando há 10 anos no Pantanal, produzindo conhecimentos socialmente relevantes e contribuindo para a formação de Recursos Humanos de alto nível de forma a qualificar a tomada de decisão visando a sustentabilidade sócio-ecológico-econômica da região. Durante o período de vigência dos 3 primeiros Termo de Parceria com o MCTI, (desde 2004), o CPP realizou estudos resultando em inúmeros artigos publicados, alunos capacitados em nível de IC, de mestrado e de doutorado. Diversas contribuições foram dadas aos tomadores de decisão como, por exemplo, a lei estadual (MT) para o Pantanal, o PLS 750/2011 (projeto de lei federal para o Pantanal), a lei estadual de pesca em Mato Grosso (Lei 9794/2012), o marco regulatório para a limpeza de campo em Mato Grosso e o documento "Carta Área de Preservação Permanente – Pantanal" enviado ao CONAMA, produzido durante o *Workshop Bases Técnico-Científicas para Política de Áreas Úmidas para o Pantanal* -

Avaliação da Proposta de Modificação do Código Florestal/Áreas de Preservação Permanente no Pantanal. Deve-se ressaltar, além disso, que os projetos executados pelo CPP tiveram como norte o atendimento de demandas apresentadas pela própria comunidade (acadêmica e leiga), obtidas principalmente durante os *workshops* "Diálogos Pescador-Pesquisadores: Propondo soluções para a pesca pantaneira", "Diálogos Pecuaristas-Cientistas: propondo soluções para a pecuária pantaneira" e *oficina* de Planejamento Estratégico do CPP.

Os primeiros projetos executados pelas redes do CPP nos permitiram adquirir uma melhor compreensão sobre os processos ecológicos inter-relacionados com a pesca e com a pecuária, além de estudos voltados a bioprospecção como possível alternativa de renda para as populações locais. No segundo termo de parceria, o CPP propôs-se a dar continuidade aos estudos ecológicos já iniciados sem, no entanto, olvidar de projetos voltados ao desenvolvimento de produtos a partir da pesca e da pecuária locais, além da agregação de valor à flora pantaneira.

No entanto, o foco inicial, voltou-se para a planície pantaneira, identificando as principais ameaças à sustentabilidade, em nível local, e produzindo conhecimentos relevantes para o enfrentamento dessas questões. Tais trabalhos, com forte enfoque ecológico, tiveram grande reforço com a entrada em cena do INCT - Áreas Úmidas, que é composto majoritariamente por membros das redes de pesquisa do CPP. Porém, há outras questões de grande urgência e relevância que vêm merecendo a nossa atenção.

A necessidade urgente de expandir a base de conhecimentos sobre o Pantanal e de continuar a subsidiar a tomada de decisão para o uso sustentável da região, bem como a complementação de alguns projetos e para a introdução de novas ações, o Centro de Pesquisa do Pantanal, firmou o quarto Termo de Parceria (TP) com o MCTI, denominado " CIÊNCIA E SOCIEDADE NO PANTANAL: INTEGRANDO CONHECIMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ". Este TP, tem como objetivo geral: "Contribuir para a sustentabilidade sócio-econômico-ecológica da planície pantaneira, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais".

Os objetivos específicos são:

- Sistematizar e disponibilizar ao público conhecimentos científicos sobre o Pantanal.
- Contribuir para o aperfeiçoamento do PLS 750/2011.
- Estudar as interações planalto-planície e seus potenciais impactos sobre o Pantanal.
- Constituir uma rede de municípios, envolvendo diversos atores sociais, para promover ações de adaptação às mudanças climáticas na BAP.
- Gerar produtos comercializáveis a partir do pescado e do gado Pantaneiro.
- Produzir conhecimentos científicos para dar embasamento a futuros marcos regulatórios

sobre o turismo no Pantanal.

- Produzir conhecimentos para subsidiar marcos regulatórios visando ao uso sustentável e à gestão de recursos pesqueiros no Pantanal.

- Realizar a caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do município de Poconé - MT.

Para atingir tais objetivos, o Plano de Trabalho é dividido em componentes de pesquisas, que se desdobram em diversas atividades (projetos), como por exemplo:

"Caracterização Ocupacional de Pescadores e Pecuaristas do Município de Poconé na Microrregião do Alto Pantanal", este projeto esta inserido na Atividade 1 do Componente 6 do Plano de Trabalho.

"Uso e Gestão de Recursos Pesqueiros no Pantanal: bases para uma gestão cientificamente fundamentada" – projeto que integra o Componente 2 do Plano de Trabalho.

"Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Derivados do Pescado Nativo do Pantanal" – projeto que integra o Componente 3 do Plano de Trabalho.

"Conservação, Multiplicação, Determinação de Índices Zootécnicos e Biodigestão Anaeróbia de Dejetos em Bovinos da Raça Pantaneira" – projeto que integra o Componente 3 do Plano de Trabalho.

DOS OBJETIVOS

O presente TERMO DE REFERÊNCIA visa orientar o processo de encomenda de projeto de pesquisa com os seguintes objetivos:

- Levantamento da legislação ambiental do Pantanal no âmbito dos Estados de MT e MS e federal, identificando as principais lacunas e contradições desses marcos regulatórios;

- Identificar dos principais atores sócio-cultrais e suas demandas de forma a elaborar uma minuta de legislação que tenha no elemento humano a sua questão central;

- Elaborar uma minuta de projeto de lei contemplando a contribuição dos cientistas do CPP/INAU, além de outros, sem desconsiderar a experiência/conhecimento tradicional;

- Debater a minuta do projeto de lei nos *workshops* a serem promovidos pelo CPP, com os diversos setores e especialistas com conhecimento sobre a realidade pantaneira;

- Elaboração de um **relatório final**, com o levantamento da legislação ambiental de gestão do Pantanal, bem como a minuta de um projeto de lei que contemple os diversos aspectos necessários para a proteção do bioma.

JUSTIFICATIVA
O Pantanal integra o maior complexo de áreas úmidas do mundo. Trata-se de uma depressão sazonalmente inundada, totalmente contida na bacia de drenagem do Rio Paraguai, localizando-se na parte central do continente Sul-americano e abrangendo partes dos territórios do Brasil, Paraguai e Bolívia, (Chaco Boliviano) com uma área de aproximadamente 136.700 km², dos quais 85% em território brasileiro (Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), caracterizado por rica biodiversidade e beleza cênica, que o fazem conhecido como um "santuário ecológico". Contudo, apesar de reconhecido pela Constituição brasileira como um "patrimônio nacional", cuja utilização será definida em lei, "dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais" (Art. 225 § 4º Constituição Federal - Brasil) o Pantanal mato-grossense, à semelhança das demais áreas úmidas existentes no Brasil, segue legalmente desprotegido e enfrenta alguns desafios para sua conservação. O Código Florestal (Lei federal 12.651/12), principal norma que regulamenta a exploração florestal no Brasil estabelece que "nos pantanais e planícies pantaneiras, é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionado à autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nessas recomendações" (art. 10). Obviamente que essa norma, meramente retórica, não tem o alcance necessário e tampouco se presta a assegurar uma proteção efetiva para as áreas úmidas; primeiro porque não existem tais recomendações técnicas; segundo porque não temos ainda um Plano Nacional de Zonas Úmidas e tampouco uma sistematização de pesquisas que possam embasar a atuação das agências estaduais de meio ambiente; terceiro porque há uma pressão no parlamento brasileiro para reduzir as áreas protegidas e abrir espaço para expansão do agronegócio com a flexibilização da legislação ambiental brasileira. O fato é que, apesar da Constituição Federal exigir uma proteção diferenciada para o Pantanal não existe qualquer legislação federal que estabeleça, de forma sistêmica e integrada, normas para sua utilização sustentável, considerando-o como uma unidade físico-territorial, assim como não existem ações políticas consistentes para enfrentar alguns desafios que colocam em risco esse importante bioma. Dentre esses desafios aponta-se inicialmente a ocupação do planalto circundante por extensas monoculturas intensivas de grãos (especialmente soja) numa região de solo arenítico, com maiores riscos de erosões. A supressão da savana no entorno do pantanal afeta diretamente o Pantanal que sofre com o assoreamento de seus rios formadores. De acordo com Irigaray et al. (2011, p. 12) e*m decorrência do assoreamento, extensas áreas do Pantanal passaram a ficar permanentemente inundadas, causando graves impactos na região, que incluem alterações na qualidade da água, mudanças no regime hidrológico, alterações florísticas e fitofisionômicas, e também impactos socioeconomicos, que afetaram sobretudo as populações*

tradicionais.

Como consequência, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul respondem na 1 Vara da Justiça Federal (Comarca de Corumbá-MS) uma ação civil pública proposta pelo Sindicato Rural de Corumbá-MS com pedido de indenização pelos danos sofridos por produtores em decorrência da inundação de áreas anteriormente não alagáveis. Eles acusam os Estados de omissão no controle desses desmatamentos (BRASIL, JF 1ª Vara. Corumbá-MS. ACP 0002910-79.1998.4.03.6004).

Enquanto o Judiciário tarda a decidir, os desmatamentos prosseguem também na planície pantaneira onde estão associados principalmente à produção de carvão vegetal e expansão de áreas para pastagem.

Dados oficiais (MMA/IBAMA, 2011) indicam que até 2009 o Pantanal havia perdido 2.315.900 hectares de sua cobertura original. No período de 2002 a 2008 o desmatamento manteve uma média anual de 713 km2 (71.300 hectares) o que corresponde a 16 milhões de toneladas de dióxido de carbono (emissões anuais médias no período), segundo dados do Governo brasileiro. Num quadro de mudanças climáticas, o avanço do desmatamento tende a provocar mudanças significativas no pulso de inundação do Pantanal.

Estudos demonstram que o desmatamento também está associado à expansão desordenada das atividades agropecuárias na região do Pantanal, o tem contribuído, também, para o desequilíbrio dos ambientes e processos naturais, com a intensificação da erosão laminar e do assoreamento além da contaminação dos rios por pesticidas com perda da fauna, flora e da biodiversidade.

Outro problema que afeta o Pantanal e também algumas áreas úmidas na Amazônia brasileira, é a construção de usinas hidrelétricas nos rios formadores do Pantanal. Hoje já estão instaladas na Bacia 8 Usinas Hidroelétricas (UHE), 7 Centrais de Geração Hidroelétrica (CGH) e 16 pequenas centrais hidrelétricas. *Só na porção brasileira, existem projetos de quase 70 novos empreendimentos energéticos, entre usinas em construção, em licenciamento e em estudos. Cerca de 70% da capacidade de geração de hidroeletricidade da bacia já está em uso (TNC/WWF, 2012),* o que está sendo questionado em ação judicial movida pelo Ministério Público Federal, preocupada com os impactos subdimensionados dessas hidrelétricas no bioma Pantaneiro (ACP 0000521-24.2012.403.6007 - Justiça Federal de Campo Grande). O pedido de imediata suspensão da instalação de 126 empreendimentos hidrelétricos no entorno do Pantanal foi determinado pelo Juiz federal, mas um recurso do Governo Federal suspendeu a ordem judicial e os empreendimentos continuam sendo licenciados, sem uma avaliação estratégica dos impactos dessas hidrelétricas.

Outros problemas também merecem ser listados pelo potencial de causarem impactos significativos no Pantanal, como a instalação de hidrovias e outros empreendimentos com impacto sobre esses frágeis ecossistemas.

Alguns desses problemas poderiam ser enfrentados com a legislação ambiental já existente no país, contudo merece ser registrado que, apesar de ampla e avançada, essa legislação ainda tem reduzida efetividade, além do que não considera as especificidades desse bioma, o que dificulta a proteção do Pantanal.

Dessa forma, o maior desafio ainda parece ser a definição dos principais aspectos que devem ser considerados na construção de uma lei que assegure a proteção e promova a gestão do Pantanal, a ser consensuada envolvendo os diversos atores sociais com interesses sobre o bioma.

Nessa tarefa as universidades e centros de pesquisa podem exercer um protagonismo na discussão e aprimoramento do PLS 750/2011 (Projeto de Lei Federal para gestão do Pantanal).

Considerando o exposto acima, bem como o pactuado no Plano de Trabalho firmado com o MCTI, faz-se necessário que o processo seja realizado através da modalidade **encomenda**, de forma a garantir que os trabalhos sejam liderados por profissional com qualificação técnica e conhecimento apropriado da realidade sócio-cultural do Pantanal.

REFERENCIA DE META E ETAPA NO SICONV FONTE FINANCIADORA
Meta: 1 Lei do Pantanal // Etapa: 2 Natureza da aquisição: Recursos do Termo de Parceria n. 13.0002.00/2012 Descrição da Natureza de Despesa: **Rubrica Custeio**: Itens Financiáveis: Diárias, Passagens, Materiais de consumo diversos e Outros Serviços de Custeio (PJ) O orçamento da proposta deverá ser aprovado pelo CPP, em de acordo com o teto orçamentário aprovado no Plano de Trabalho e reservado a atividade.

CRONOGRAMA INTERNO
Elaboração e Publicação do Termo de Referência: 31/Março/2014 Data Limite para Apresentação de Proposta: 22/Abril/2014 Divulgação do Resultado: 25/Abril/2014 Início das Atividades do Projeto: A partir da divulgação do resultado

REGULAMENTAÇÃO
A presente processo será regido pela Lei 9.790/99, onde faculta as entidades qualificadas como OSCIPs fazer uso de regulamento próprio contendo os procedimentos administrativos para contratações e aquisições. Para tal, adotou-se o Manual de Compras e Procedimentos Análogos do CPP publicado no site desta OSCIP, cujos procedimentos são análogos àqueles determinados pela norma vigente para a execução de recursos destinados à pesquisa cientifica. Bem como as normas estabelecidas para execução de recursos via SICONV (Decreto n. 6.170/2007 e pela Portaria Interministerial n. 507/2011) e demais normas vigentes relacionadas a execução através do SICONV.

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS
1- Será de responsabilidade do coordenador do projeto a estruturação da equipe compatível com a temática do objeto deste Termo de Referência;

2- O projeto será implementado após concordância da diretoria executiva do CPP, mediante parecer da Comissão Consultiva do CPP;

3- A execução financeira do projeto será via CPP, de acordo com as normas estabelecidas e pactuadas com o órgão financiador via SICONV, cujos procedimentos administrativos são os adotados pelo CPP. Não haverá, portanto, repasse de recursos para a conta do coordenador do projeto;

4- Será de responsabilidade do coordenador do projeto, tomar todas as providências que demandem autorizações e/ou permissões de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto;

5- Os critérios de escolha do profissional que atuará na coordenação do projeto de pesquisa, serão: Jurista com título de doutor, com ampla experiência acadêmica e de atuação na área de direito ambiental; preferencialmente nativo, que tenha vivido na região do Pantanal, tendo em vista que a elaboração de legislação vai além de aspectos técnicos jurídicos, requerendo também profundo conhecimento da realidade sócio-cultural;

6- Caberá a diretoria executiva do CPP, decidir as questões resultantes dos procedimentos adotados para este processo, competindo inclusive a interpretação deste Termo de Referência, de forma a garantir que as ações pactuadas com o MCTI sejam executas.

Cuiabá-MT, 27 de março de 2014.

Elaborado por:
Nome: Rose Soares
CPF nº.: 616.295.291-68
Cargo: Coordenadora Administrativa
E-mail: rose@cppantanal.org.br

Assinatura:

Revisado por:
Nome: Paulo Teixeira de Sousa Jr
CPF nº.: 150.811.331-91
Cargo: Associado honorário/ membro da Comissão Consultiva do CPP
E-mail: pauloteixeiradesousa@gmail.com

Assinatura:

ARTIGO: ÁREAS ÚMIDAS ESPECIALMENTE "DES"PROTEGIDAS NO DIREITO BRASILEIRO: O CASO DO PANTANAL MATO-GROSSENSE E OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA SUA CONSERVAÇÃO.
AUTOR: DR. CARLOS TEODORO JOSÉ HUGUENEY IRIGARAY

Áreas úmidas especialmente "des" protegidas no direito brasileiro: o caso do pantanal mato-grossense e os desafios e perspectivas para sua conservação

Resumo

Esta abordagem tem como objetivo apontar a relevância das áreas úmidas no Brasil em confronto com o quadro de ameaças e desproteção legal que colocam em risco frágeis ecossistemas e afetam comunidades tradicionais que deles dependem.

Como exemplo emblemático desse vazio jurídico e institucional e dos desafios existentes para a proteção das áreas úmidas no Brasil esta pesquisa bibliográfica relata os impactos socioambientais que incidem sobre o pantanal mato-grossense, indicando a necessidade da construção de um marco regulatório que proteja não apenas o pantanal, mas todas as áreas úmidas do país, de modo a permitir sua utilização sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

Palavras chaves: Áreas úmidas. Direito Ambiental. Áreas protegidas

Abstract

This paper aims to point out the importance of wetlands in Brazil compared with the situation of defenseless fragile ecosystems and traditional communities and the legal threats that pose a risk to such ecosystems and the traditional communities that depend on them.

As an emblematic example of this legal and institutional vacuum and challenges to the protection of wetlands in Brazil, this research reports on the environmental impacts which affect the Pantanal matogrossense, indicating the necessity of building a regulatory framework that protects not only this important wetland, but all wetlands in the country, to enable their sustainable utilization for the benefit of present and future generations.

Key words: Wetland. Environmental Law. Protected areas

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo destacar la importancia de las áreas húmedas en Brasil en contraste con la situación de indefensión legal y las amenazas que suponen un riesgo los ecosistemas frágiles y que afectan a las comunidades tradicionales que depende de las mismas.

Como un ejemplo clave de este vacío legal e institucional para la protección de las áreas húmedas existentes en Brasil, este estudio informa de los impactos ambientales que afectan el Pantanal de Mato Grosso, lo que indica la necesidad de construir un marco normativo que proteja no sólo esta importante área, pero todos las demás en el país, para permitir su uso sostenible para beneficio de las generaciones presentes y futuras.

Palabras clave: Áreas húmedas. Derecho Ambiental. Las áreas protegidas

> Dizem que a história é a mestra da vida.
>
> Mas como é que seus protagonistas incorrem sempre nos mesmos erros? Destruição. Fome. Guerra. Parece que não adiantou em nada os exemplos das reprovações anteriores. Que rede de segurança, pensamos nós, cheios de esperança, que rede de segurança nos aparará?
>
> Quando a água desaparecer que será do homem, que será das coisas, dos verdes e bichos? Que será de Deus?
>
> Nós devemos ir movendo as peças, sem esquecer que, embora as partidas pareçam variar ao infinito, o movimento de cada peça é único e as regras do jogo são imutáveis. (...)
>
> Mário Quintana (Ninho de Tuiuiú nas margens do Rio Paraguai)

Introdução

A história da humanidade está diretamente associada às relações dos homens com a água, ou ainda dos homens entre si, tendo a água como elo de agregação ou mesmo de exclusão e conflito.

Às margens dos rios, incluindo as planícies inundáveis, floresceram e pereceram impérios, grandes metrópoles foram construídas. Tal como a civilização egípcia foi uma dádiva do Nilo, na Índia e em outros países, extensas áreas úmidas foram e seguem sendo manejadas por populações que delas dependem e extraem seu sustento.

A despeito de sua relevância ecológica e também econômicas, as inúmeras áreas úmidas existentes no Brasil não receberam do poder público a merecida atenção e gerenciamento, em que pese terem sido tuteladas, durante décadas, como áreas de preservação permanente – APP.

Embora figurassem no rol dos espaços territoriais que deveriam gozar de proteção diferenciada, as áreas úmidas, cuja importância é reconhecida internacionalmente em convenção da qual o Brasil é signatário, ficaram particularmente desprotegidas, seja em decorrência dos retrocessos introduzidos no novo Código Florestal, seja em decorrência da omissão do Estado e da pressão de grupos econômicos, com interesses numa exploração predatória.

Como exemplo emblemático desse quadro de desproteção, cita-se o pantanal mato-grossense, que se constitui na a maior área úmida do país ocupando 2% do território brasileiro. Com sua relevância proclamada, não apenas no texto da Constituição Federal, é também internacionalmente reconhecido como Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera, pelo Programa Intergovernamental — O Homem e a Biosfera (MAB) — da UNESCO.

Apesar dessa aparente proteção legal, o quadro legal existente mostra-se insuficiente para coibir as ameaças que colocam em risco o equilíbrio ecológico do bioma apontado como um santuário ecológico.

Nesta análise a caracterização e importância das áreas úmidas e especialmente do pantanal é confrontada com uma descrição das principais ameaças que incidem sobre esse bioma, objetivando demonstrar a necessidade de construção de um marco regulatório que possa efetivamente assegurar a proteção, não apenas do pantanal, mas de todas as áreas úmidas do Brasil, indicando os principais aspectos que devem merecer o cuidado do Estado, dada a relevância dessas áreas pelos serviços socioambientais que prestam.

1. Importância das áreas úmidas e sua proteção internacional

As áreas úmidas, definidas como aquelas episodicamente ou periodicamente inundadas pelo transbordamento lateral de rios ou lagos e/ou pela precipitação direta ou pelo afloramento do lençol freático, de forma que a biota responde ao ambiente físico-químico com adaptações morfológicas, anatômicas, fisiológicas e etológicas, gerando estruturas específicas e características dessas comunidades (Junk el al. 1989), ocorrem nos diversos biomas existentes no Brasil, especialmente na floresta amazônica, e abrangem cerca de 20% do território nacional, prestando relevantes serviços ambientais e sociais.

Como exemplo desses ambientes úmidos, existentes no Brasil, Diegues (2002, p. 14-15) destaca:

> a) Várzeas: terrenos baixos, mais ou menos planos, que se encontram junto às margens dos rios. Frequentemente, a esses se associam os lagos de várzeas, em geral rasos. Exemplos: várzeas do rio Amazonas, do rio Ribeira de Iguape, do rio Piracicaba, etc;
>
> b) Planícies de inundação: frequentemente sinônimo de várzeas, são terras planas sujeitas a inundações periódicas. Durante certos períodos do ano, têm aspectos de terra firme e, em outros, permanecem inundadas, unidas a lagoas ou pântanos superficiais. Os ciclos de nutrientes são extremamente complexos e os organismos que vivem nesses ecossistemas mostram uma ampla variedade de características morfológicas, fisiológicas e etológicas. Exemplos: várzeas (planícies de inundação) do rio São Francisco e o Pantanal Mato-grossense.
>
> c) Pântanos: terrenos inundáveis de pequena profundidade, em planícies de inundação continentais, em que o fundo é mais ou menos lodoso e pouco consistente. Também são chamados de brejos;
>
> d) Lameiros: áreas úmidas que se formam ao longo dos rios e riachos bem como próximos às sacadas (alças fluviais abandonadas temporária ou
>
> permanentemente). Também são chamados de brejos.
>
> e) Lagoas superficiais: corpos de água doce, comuns em campos inundáveis de Roraima;
>
> f) Lagos: corpos de água doce ou salina, continentais ou costeiros, total ou

parcialmente circundados pelo sistema terrestre, com origens variadas. Conforme sua origem, os lagos podem ser: costeiros, de barragem, de erosão, marginais, tectônicos ou vulcânicos;

g) Igapós: trechos de floresta com água estagnada (Amazônia);

h) Igarapés: braços de água estreitos entre rios e ilhas (Amazônia);

i) Aningais: formações ribeirinhas arbustivas ou arborescentes isoladas ou em conjunto com manguezais.

O rol exemplificativo apontado por Diegues revela a diversidade de ecossistemas que podem ser definidos como áreas úmidas e, portanto, a dificuldade de se estabelecer uma conceituação precisa, mas permite também identificar algumas características comuns com a alta biodiversidade além de uma ampla gama de serviços ecossistêmicos e culturais que prestam.

Com efeito, além do armazenamento de água e de carbono, recarga do lençol freático, retenção de sedimentos, manutenção da biodiversidade, regulagem do clima local entre outros serviços ambientais, essas áreas são geralmente ocupadas por populações tradicionais com características culturais únicas que delas extraem pescados e outros recursos naturais, ou as utilizam para agricultura de subsistência e outras atividades de baixo impacto ambiental.

Internacionalmente a proteção dessas áreas se efetiva sob os auspícios de uma convenção internacional conhecida como Convenção de Ramsar, celebrada em 1971, na cidade iraniana de Ramsar, e em vigor desde 21 de dezembro de 1975 com efeitos jurídicos em cerca de 160 países signatários.

Denominada inicialmente como "Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat para Aves Aquáticas" esse pacto objetivou, num primeiro momento, incentivar a conservação de áreas essenciais para a sobrevivência de aves migratórias aquáticas; contudo, teve seu escopo ampliado, a partir dos anos 1980, ao reconhecer a importância das áreas úmidas para a manutenção da diversidade de espécies e, ao mesmo tempo, sua relevância para o bem-estar das populações humanas, estabelecendo como seus limites a linha máxima das enchentes. Em 1982, a Convenção sofreu uma emenda, denominada "Protocolo 1982 Relativo à Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como habitat de Aves Aquáticas (RAMSAR) de 3/12/1982," na qual se reconheceu que a proteção das zonas úmidas deve levar em consideração seu valor econômico, cultural,

científico e recreativo, justamente por reconhecer sua relevância e múltiplos serviços por elas prestados.

Dada a dificuldade de se estabelecer uma definição legal para as áreas úmidas, justifica-se a adoção do conceito alargado que lhes empresta a Convenção Ramsar, que sob essa denominação abriga as "áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima com menos de seis metros de profundidade na maré baixa."[1]

O principal instrumento de implementação das metas propostas pela Convenção é a elaboração de uma lista contendo as áreas úmidas de importância internacional. Tais áreas foram denominadas Sítios Ramsar.

O Governo brasileiro assinou em 1993 a Convenção de Ramsar, ratificando-a três anos depois. Em 2003 criou o Comitê Nacional de Zonas Úmidas, visando propor diretrizes para a gestão de áreas úmidas e elaboração de um Plano Nacional de Zonas Úmidas, o que até hoje não se efetivou, o que demonstra o descaso com que essas áreas são tratadas no Brasil.

Desde que ratificou a citada Convenção, o Brasil já adicionou à lista de Ramsar onze zonas úmidas com área total é de 6.568.359 ha (seis milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove hectares), dentre as quais, três localizadas no Bioma do Pantanal: sendo duas reservas particulares (instituídas pelos proprietários das áreas) e o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense. A tabela abaixo indica as áreas classificadas como Sítios Ramsar no Brasil:

País	Sítios Ramsar	Criação	UF	Area
BRASIL	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	02/02/10	Bahia	91,300 ha
	Baixada Maranhense de Proteção Ambiental	29/02/00	Maranhão	1,775,036 ha
	Parque Nacional do Cabo Orange	02/02/13	Amapá	657,328 ha
	Ilha do Bananal	04/10/93	Tocantins	562,312 ha
	Lagoa do Peixe	24/05/93	Rio Grande do Sul	34,400 ha
	Mamirauá	04/10/93	Amazonas	1,124,000 ha

[1] Cf. texto da Convenção (art. 1 item1) promulgado pelo Decreto n° 1.905/96.

	Pantanal Mato-grossense	24/05/93	Mato Grosso	135,000 ha
	Parque Estadual Marinho do Parcel Manoel Luis	29/02/00	Maranhão	34,556 ha
	Reentrâncias Maranhenses	30/11/93	Maranhão	2,680,911 ha
	Reserva Particular de Patrimônio Natural – Fazenda Rio Negro	22/05/09	Mato Grosso do Sul	7,000 ha
	Reserva Particular de Patrimônio Natural SESC Pantanal	06/12/02	Mato Grosso	87,871 ha
	Parque Estadual do Rio Doce	15/03/10	Minas Gerais	35,973 ha

Tabela 01. Sítios Ramsar no Brasil. **Fonte:** Serafini, 2007.

Ainda internacionalmente deve ser registrado a existência do Tratado da Bacia do Prata, (na qual se insere o pantanal mato-grossense), celebrado pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de "permitir o desenvolvimento harmônico e equilibrado, assim como o ótimo aproveitamento dos grandes recursos naturais da região, e assegurar sua preservação para as gerações futuras através da utilização racional dos aludidos recursos."

Espera-se que as iniciativas no âmbito da Convenção Ramsar, em cooperação com o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, voltadas para a elaboração de diagnósticos e ações estratégicas visando o gerenciamento integrado da Bacia do Pantanal e Alto Paraguai, possam apoiar a elaboração de um marco regulatório que assegure a proteção do pantanal mato-grossense e outras áreas úmidas do país, suprindo, assim, as vagas referências contidas no Código Florestal.

2. As áreas úmidas no novo Código Florestal

No ordenamento infraconstitucional, a norma geral que disciplinava as áreas úmidas estava contida no Código Florestal (com redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989) que as considerava áreas de preservação permanente, portanto submetidas a um regime jurídico de interesse público com imposição de preservação integral e permanente da flora, vedada sua supressão.

Embora não houvesse, na citada norma, a expressa referência a essas áreas, a mesma estabelecia a chamada APP ciliar como a faixa marginal ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto, o que abrangia grande parte das áreas úmidas existentes no país (aquelas que ocorrem com a inundação periódica causada pelo transbordamento lateral de rios).

Ocorre que mesmo essa proteção parcial, frequentemente ignorada, foi suprimida com a redação em vigor do art. 4°, I da Lei 12.651/2012, que define a APP ciliar como a faixa marginal ao longo de qualquer curso d'água desde a borda da calha do leito regular, o que exclui dessa proteção as áreas periodicamente alagáveis.

Para agravar esse quadro, o parágrafo 5° da citada norma permite o cultivo nessas áreas reduzindo as restrições então vigentes, ao estabelecer:

> Art. 4° (...)
>
> § 5° É admitido, para a pequena propriedade ou posse rural familiar, de que trata o inciso V do art. 3° desta Lei, o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto na faixa de terra que fica exposta no período de vazante dos rios ou lagos, desde que não implique supressão de novas áreas de vegetação nativa, seja conservada a qualidade da água e do solo e seja protegida a fauna silvestre.

Cabe ressaltar que a matéria também estava regida pela Resolução do CONAMA n° 425/10, que previa a possibilidade de regularização de intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, ocorridas até 24 de julho de 2006, para atividades sazonais de agricultura de vazante tradicional praticada por agricultores familiares e empreendedores familiares rurais (art. 2°, IV e parágrafo único), vedando expressamente o uso de agrotóxicos e exigindo que a regularização de tais atividades se efetivasse de forma fundamentada pelo órgão ambiental competente.

O Código em vigor chancelou a manutenção do cultivo dessas áreas em nenhuma restrição quanto ao uso de agrotóxicos e fertilizantes, e não mais considera as áreas de várzea como áreas protegidas, além de permitir a regularização das ocupações até 22 de Julho de 2008.

Para "compensar" esse evidente retrocesso na proteção desses frágeis ecossistemas, o referido Código estabeleceu uma regra genérica para "salvaguardar" as áreas úmidas dispondo:

> Art. 10. Nos pantanais e planícies pantaneiras, é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à

> autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nessas recomendações.

Obviamente que essa norma, meramente retórica, não tem o alcance necessário e tampouco se presta a assegurar uma proteção efetiva para a áreas úmidas; primeiro porque não existem tais recomendações técnicas; segundo porque não temos sequer um Plano Nacional de Zonas Úmidas e tampouco uma sistematização de pesquisas que possam embasar a atuação das agências estaduais de meio ambiente; terceiro porque há uma notória pressão no parlamento brasileiro para reduzir as áreas protegidas e abrir espaço para expansão do agronegócio, com a flexibilização da legislação ambiental brasileira.

3. Pantanal mato-grossente: um bioma especialmente "des" protegido.

Dentre as áreas úmidas contínuas existentes no Brasil e reconhecido internacionalmente como Sítio Ramsar e Reserva da Biosfera, pela UNESCO, destaca-se o Pantanal Mato-grossense que faz parte do maior complexo de áreas úmidas do mundo, com relevância para toda a Bacia do Rio Paraguai:

> O Pantanal representa um imenso reservatório natural de vazões oriundas do Rio Paraguai e de seus afluentes, [...]. Essa condição de funcionar como um reservatório natural temporário, atrasar e atenuar as enchentes rio abaixo, confere ao Pantanal o mais importante atributo das suas funções ambientais, os serviços de regulação do sistema Paraguai (SILVA et al. 2012, p. 29).

Trata-se de uma depressão sazonalmente inundada, totalmente contida na bacia de drenagem do Rio Paraguai, localizando-se na parte central do continente Sul-americano e abrangendo partes dos territórios do Brasil, Paraguai e Bolívia, (Chaco Boliviano) com uma área de aproximadamente 136.700 km², dos quais 85% em território brasileiro (Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), caracterizado por rica biodiversidade na medida em que comporta ecossistemas em transição, como assinala Ab'Sáber (2007, p. 58):

> Pantanal Mato-Grossense funciona como um notável interespaço de transição e contato, comportando: fortes penetrações de ecossistemas dos cerrados; uma participação significativa de floras chaquenhas; inclusões de componentes amazônicos e pré-amazônicos; ao lado de

> ecossistemas aquáticos e subaquáticos de grandes extensões, nos "pantanais" de suas grandes planícies de inundação.

Pela sua importância ecológica, que inclui sua riqueza em biodiversidade e beleza cênica, o pantanal é considerado um "santuário ecológico", reconhecido constitucionalmente como um patrimônio nacional, juntamente com outros biomas igualmente relevantes (CF art. 225 § 4°):

> **Art. 225** (...)
> § 4° A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

O emprego da expressão patrimônio nacional no sentido que lhe empresta o dispositivo constitucional não mereceu da doutrina um aprofundamento teórico, visando delinear seu alcance e contorno. Alguns aspectos dessa categoria jurídica foram abordados no voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence:

> O que vejo é que, depois de afirmar no artigo 225 que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo, no §4°, o artigo 225 estabelece duas normas: a primeira, que a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e os demais setores territoriais, ali mencionados, são patrimônios nacionais. A dificuldade de identificação do alcance dessa declaração de que a Mata Atlântica constitui patrimônio nacional, a meu ver, com todas as vênias, não permite, malgrado a autoridade do Professor Reale, que se diga apenas que a Constituição o disse em sentido retórico ou figurado. Isso tem de ter um sentido jurídico. E, a meu ver, pelo menos não é de descartar, à primeira vista, o que nesse debate já se aventou: que o "patrimônio nacional" está aqui no sentido de objeto de uma proteção excepcionalíssima da ordem jurídica (Ação Direta de Inconstitucionalidade de n° 487-5).

Certamente que a expressão "patrimônio nacional" não tem o sentido clássico de patrimonialidade (como propriedade da nação), o que restou reiterado em outra decisão do Supremo Tribunal Federal (RE 134.297/SP), e também na doutrina nacional:

> A expressão patrimônio nacional, que se refere o dispositivo, não tem, à evidência, o sentido de propriedade federal ou do Estado, mas de riqueza que, neste País, herdamos com a obrigação de preservar e transmitir às gerações futuras, sem perda, é claro, de seu adequado aproveitamento econômico. Deveras, qualificado o meio ambiente com um bem pertencente à coletividade – bem de uso comum do povo – não integra o patrimônio disponível do Estado (Milaré, 2012, p. 183).

Forçoso reconhecer que a expressão patrimônio nacional evidencia a relevância dessas áreas, que devem merecer do poder público um especial atenção, tanto na prestação positiva com a previsão de normas que regulamentem sua utilização sustentável, como também na formulação de políticas públicas que considerem as peculiaridades ecológicas dessas áreas e garantam a proteção das comunidades tradicionais, seu modo de fazer e viver, enquanto essenciais à conservação das mesmas.

De todo modo, apesar da Constituição brasileira determinar que a utilização do pantanal "far-se-á na forma da lei" esse bioma, à semelhança das demais áreas úmidas existentes no Brasil, segue legalmente desprotegido e enfrenta alguns desafios para sua conservação.

O fato é que, apesar da Constituição Federal exigir uma proteção diferenciada para o pantanal não existe qualquer legislação federal que estabeleça, de forma sistêmica e integrada, normas para sua utilização sustentável, considerando-o como uma unidade físico-territorial, assim como não existem ações políticas consistentes para enfrentar alguns desafios que colocam em risco esse importante bioma, assim como as demais áreas úmidas existentes no país.

Tendo em vista a competência legislativa concorrente, a inexistência de norma federal a tutelar o pantanal mato-grossense não impediu o Governo de Mato Grosso a propor normas com esse objetivo, sendo aprovada pelo Legislativo estadual e promulgada a Lei n° 8.830/2008, que "dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso e dá outras providências".

A despeito dos avanços da norma estadual citada, e do esforço para construção de uma legislação que considere as peculiaridades do pantanal, ela sofre duas limitações significativas, a primeira decorre do fato de ser uma lei estadual, portanto de aplicação restrita ao pantanal de Mato Grosso (que abrange 35% do bioma em questão), a segunda

diz respeito à delimitação da área de alcance da norma no âmbito estadual, conforme assinalado por Irigaray e Souza (2008, p. 273):

> Embora a lei faça referência, em sua ementa, à proteção à Bacia do Alto Paraguai, prevaleceu o esforço dos ruralistas de delimitar a aplicação da lei à planície alagável do Pantanal em Mato Grosso, o que é lamentável, na medida em que os problemas que afetam o entorno do Pantanal repercutem diretamente sobre a planície alagável; como exemplo emblemático, cita-se a degradação do rio Taquari provocado pela expansão da monocultura no planalto que circunda a planície pantaneira e responsável pelo carreamento de toneladas de areia e agrotóxicos para o coração do Pantanal. Perdeu-se com isso a oportunidade de assegurar a gestão tendo como referência a bacia hidrográfica enquanto unidade territorial para implementação de uma política que integre a conservação desse bioma e a manutenção da qualidade dos corpos hídricos que o formam.

Além desses fatores limitantes, alguns problemas limitam a proteção do pantanal mato-grossense como a pressão e interesses dos novos colonos do Pantanal e a reduzida aplicabilidade da norma estadual.

3. Desafios à proteção do pantanal mato-grossense

Dentre as ameaças que afetam comumente as áreas úmidas se destacam sua conversão para fins de edificações, com drenagens, aterramentos, além da construção de estradas, mineração, ou mesmo o lançamento de poluentes nos corpos hídricos a elas conectados.

Além desses impactos ambientais, Diegues (2002, p. 25) cita como fatores que contribuem para a degradação dessas áreas em nosso país:

> a) As atividades agrícolas, especialmente pela conversão das áreas úmidas em áreas cultiváveis, com sua supressão/drenagem; pelo lançamento de agrotóxicos e outros resíduos (como o vinhoto das usinas de cana de açúcar);
>
> b) Impactos industriais, especialmente no litoral, com o lançamento de resíduos poluentes e hidrocarbonetos (tal como o petróleo);

> c) Conversão para instalação de tanques de cultivo de camarão;
>
> d) Pesca, especialmente a sobrepesca de determinadas espécies e a pesca ilegal;
>
> e) Mineração, especialmente a mineração do ouro, com o uso do mercúrio, nos rios da Amazônia; a exploração de carvão, especialmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, com a poluição das águas, dos rios e do mar e a destruição irrecuperável da paisagem;
> f) atividades de transporte rodoviário, ferroviário e dutos, e
>
> g) Projetos de desenvolvimento não sustentáveis, como a Hidrovia Paraguai-Paraná, a Hidrovia Araguaia-Tocantins, o Prodetur (projeto de investimento em turismo no Nordeste brasileiro, que prioriza investimentos em áreas urbanas, construção de hotéis e estradas, sem estudos de impactos ambientais que levem em consideração as consequências para as comunidades de pescadores, sua cultura e seu modo de vida), o Projeto Calha Norte, dentre outros.

Oportuno ressaltar que muitas das iniciativas que colocam em risco esse ecossistemas decorrem de políticas públicas que estão associadas ao modelo desenvolvimentista adotado no Brasil, sobretudo nas últimas décadas, o que ressalta como maior desafio à conservação do pantanal e de outras áreas úmidas, a superação do subdesenvolvimento de nossa noção de desenvolvimento (cf. Morin e Kern, 1995).

Especialmente no caso do Pantanal, dadas as suas peculiaridades e dimensão, aos problemas e desafios citados outros se somam, citando-se exemplificativamente neste item apenas aqueles com maior impacto e que demandam medidas urgentes visando saná-los.

Dentre esses, aponta-se inicialmente a ocupação do planalto circundante por extensas monoculturas intensivas de grãos (especialmente soja) numa região de solo arenítico, com maiores riscos de erosões. A supressão da savana no entorno do pantanal afeta diretamente o Pantanal que sofre com o assoreamento de seus rios formadores. De acordo com Irigaray et al. (2011, p. 12):

> Em decorrência do assoreamento, extensas áreas do Pantanal passaram a ficar permanentemente inundadas, causando graves impactos na região, que incluem alterações na qualidade da água, mudanças no regime

hidrológico, alterações florísticas e fitofisionômicas, e também impactos socioeconomicos, que afetaram sobretudo as populações tradicionais.

Como consequência, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul respondem na Justiça Federal (Comarca de Corumbá-MS) uma ação civil pública proposta pelo Sindicato Rural de Corumbá-MS com pedido de indenização pelos danos sofridos por produtores em decorrência da inundação de áreas anteriormente não alagáveis. Eles acusam os Estados de omissão no controle desses desmatamentos (BRASIL, JF 1ª Vara. Corumbá-MS. ACP 0002910-79.1998.4.03.6004).

Enquanto o Judiciário tarda a decidir, os desmatamentos prosseguem também na planície pantaneira onde estão associados principalmente à produção de carvão vegetal e expansão de áreas para pastagem.

Dados oficiais (MMA/IBAMA, 2011) indicam que até 2009 o Pantanal havia perdido 2.315.900 hectares de sua cobertura original. No período de 2002 a 2008 o desmatamento manteve uma média anual de 713 km2 (71.300 hectares) o que corresponde a 16 milhões de toneladas de dióxido de carbono (emissões anuais médias no período), segundo dados do Governo brasileiro. Num quadro de mudanças climáticas, o avanço do desmatamento tende a provocar também mudanças significativas no pulso de inundação do Pantanal.

Na borda sudoeste do Pantanal, há evidencias que o desmatamento avança na mesma medida em que cresce a produção de carvão no Estado de Mato Grosso do Sul, necessário para alimentar as siderúrgicas instaladas em Corumbá-MS.

O desmatamento também tem se intensificado com a mudança do perfil dos proprietários rurais que estão ocupando a planície pantaneira. Desde uma ocupação feita por fazendeiros tradicionalmente conhecidos como pantaneiros, e que por mais de século praticaram uma pecuária extensiva com reduzido impacto, os novos colonos apostam na intensificação da pecuária e agricultura mecanizada, com aumento nos índices de desmatamento e emprego de pesticidas e insumos.

O problema não se restringe à porção brasileira do Pantanal, mas se estende ao Chaco que cobre largas áreas na Argentina, Bolívia e Paraguai. Apesar de ser habitat de espécies endêmicas o Chaco está sob ameaça. No Paraguai a situação é particularmente gravegrave. Impulsionado pelo avanço da soja e da pecuária em áreas antes preservadas, o desmatamento do Chaco paraguaio saiu do controle nos últimos dez anos, num processo semelhante ao que ocorre na Amazônia, com fronteiras agrícolas avançando

sobre a vegetação num contexto de concentração fundiária, onde a contaminação do solo e da água é apenas uma, dentre outras consequências (Santim, 2014).

Pesquisas (Miranda et al. 2008) apontaram a presença de pesticidas em sedimentos de rios do Pantanal, identificando inclusive a presença de DDT, apesar de legalmente banido do Brasil desde 1985, além de agrotóxicos como Deltrametrina e Permetrina, que pode estar associado à solos carreados do planalto circundante ou ainda do emprego do mesmos na planície alagável.

Alertam Dores e Calheiros (2008) para os potenciais risco da contaminação das águas no Pantanal Matogrossense:

> A simples detecção de resíduos de agrotóxicos na planície pantaneira é preocupante. Em termos ecológicos o efeito crônico da contaminação, mesmo sob baixas concentrações (sub-letais), é muito difícil de se determinar a curto e médio prazo, mas pode originar alterações imperceptíveis de longo prazo, como a diminuição do potencial biológico (diminuição do sucesso reprodutivo, por exemplo) de espécies animais e vegetais. Um possível resultado negativo seria a diminuição da produtividade pesqueira, com consequências ecológicas, econômicas e sociais.

Esses processos certamente não estão associados apenas à expansão da agricultura no planalto circundante, mesmo porque o cultivo irrigado do arroz já ocorre no Pantanal, mas também as mudanças no modelo de pecuária tradicionalmente praticado na região, com a utilização de maquinários e insumos visando aumentar a produtividade.

Santos (2006, p. 178) pondera, a propósito, que a expansão desordenada das atividades agropecuárias na região do Pantanal tem contribuído para o desequilíbrio dos ambientes e processos naturais, com a intensificação da erosão laminar e do assoreamento além da contaminação dos rios por pesticidas com perda da fauna, flora e da biodiversidade.

Outro problema que afeta o Pantanal e também se repete em outras áreas úmidas na Amazônia brasileira, é a construção de usinas hidrelétricas nos rios formadores do Pantanal. Hoje já estão instaladas na Bacia 8 Usinas Hidroelétricas (UHE), 7 Centrais de Geração Hidroelétrica (CGH) e 16 pequenas centrais hidrelétricas. Só na porção brasileira, existem projetos de quase 70 novos empreendimentos energéticos, entre usinas em construção, em licenciamento e em estudos, que correspondem a cerca de

70% da capacidade de geração de hidroeletricidade da bacia, o que está sendo questionado em ação judicial movida pelo Ministério Público Federal, preocupada com os impactos subdimensionados dessas hidrelétricas no bioma pantaneiro (ACP 0000521-24.2012.403.6007 - Justiça Federal de Campo Grande).

O fato é que não se conhece, ainda, o efeito cumulativo dessas PCHs, planejadas e em construção, na dinâmica hidrológica da planície pantaneira, o que torna necessária uma avaliação ambiental integrada desses empreendimentos, de modo a evitar seus impactos cumulativos sobre o pulso sazonal de inundação do pantanal.

Na citada ação, o Ministério Público, alicerçado em estudos técnicos, alerta que esse conjunto de hidrelétricas pode causar a quebra de conectividade hidrológica de populações e de processos migratórios reprodutivos, afetando a piracema de algumas espécies e também alterar o funcionamento hidrológico do sistema pantaneiro e principalmente a força da carga de nutrientes carregada pelas águas que descem do planalto circundante, fatores que não são amparados pela Política Nacional dos Recursos Hídricos.

Vale dizer, embora a Lei nº 9.433/97 estabeleça a exigência de uma gestão sistemática dos recursos hídricos, "sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade", entre suas diretrizes gerais de ação (art. 3º, I); ela mostra se débil para garantir o regime hidrológico, no caso do Pantanal, o pulso de inundação. Ou seja, os empreendedores, soltam a água dos reservatórios hidrelétricos sem nenhuma consideração com o regime das águas na planície inundável, o que pode impactar a fauna, ictiofauna e também atividades econômicas.

Em estudo que analisa os riscos ecológicos que afetam a Bacia do Rio Paraguai, Petry et al. (2011) também apontam entre os estressores que impactam ecologicamente a bacia do Rio Paraguai, e especialmente o Pantanal Mato-grossense, 1) a implantação de estradas sem orientação técnica que tendem a ser importantes vetores de transporte de sedimentos e contaminantes; 2) a construção de hidrelétricas; 3) a pecuária; 4) a agricultura e 5) a degradação ambiental, como o desmatamento e as queimadas. Os autores destacam a importância da conectividade da planície de inundação central com as áreas remotas de nascentes nos planaltos adjacentes, ressaltando:

> Quaisquer alterações nessas conexões, tanto em termos de quantidade como de temporalidade das vazões, resultarão em impactos imprevisíveis aos sistemas de áreas úmidas do Pantanal. Portanto, as áreas de alta e média contribuições bem

> como os sistemas de cabeceiras que as conectam devem ser priorizadas nos esforços de conservação da bacia (fls. 24).

Além disso, deve merecer uma avaliação de forma integrada, a Hidrovia Paraguai-Paraná que permite a ligação fluvial de Cáceres-MT até o porto de Nueva Palmira no Uruguai, numa extensão de 3.400 km, saindo do centro da América do Sul até o delta do Paraná.

Cabe ressaltar que a navegação no pantanal mato-grossense antecede a chegada dos europeus e já era utilizada pelos povos indígenas Paresi, Umutina e Bororo no Mato Grosso, e Guarani, Kadiwéu, Guató e Terena no Mato Grosso do Sul. Também não se ignora a importância da Hidrovia do Prata na ocupação do interior do continente, posoto que funcionou por mais de século como a principal via de acesso que ligava a Capital mato-grossense à Capital do Império (à época Rio de Janeiro).

Ocorre que atualmente a Hidrovia do Prata, como é também conhecida, tem sido considerada como a "espinha dorsal do Mercosul" e atende ao interesse econômico do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, já que o transporte hidroviário se mostra como uma alternativa para escoar a produção crescente a baixo custo, representando um ganho em logística (comparando-se o modal hidroviário com outras alternativas de transporte).

Inserida como uma obra prioritária no PAC2, essa hidrovia se constitui em séria ameaça para o pantanal já que a intensificação da navegação de grandes barcaças exige um calado mínimo para viabilizar sua utilização comercial. Ou seja, em condições naturais, o Rio Paraguai é navegável por embarcações de grande porte apenas no período das cheias. Alargar o período em que a navegabilidade é assegurada, pressupõe a realização de obras nos canais e a regularização de vazões com impactos de difícil dimensionamento.

A isso se acresça o fato de que o transito de comboios de chatas acaba degradando os barrancos nas inúmeras curvas características do Rio Paraguai no pantanal. Há, pois o fundado receio de que isso acelere o fluxo das águas alterando o pulso de inundação no pantanal, conforme pontua Calheiros (2014):

> A hidrovia, por sua vez, vai drenar todo este sistema já bastante alterado de uma forma mais rápida, alterando profundamente a área e o tempo de inundação, em especial na fase mais sensíveis para a manutenção da

> vida, a seca. A área, o tempo de inundação e o regime sazonal são processos chave para a conservação da ecologia de uma planície de inundação, principalmente num cenário crítico de mudanças climáticas e perda de biodiversidade.

Uma primeira tentativa para licenciar a hidrovia esbarrou na pressão da sociedade civil e na atuação do Ministério Público, culminando com a decisão do Tribunal Regional Federal 1ª Região que exige uma avaliação integral dos impactos da hidrovia:

> EMENTA: DIREITO AMBIENTAL. HIDROVIA PARAGUAI – PARANÁ. ANÁLISE INTEGRADA. NECESSIDADE DE ESTUDO DO IMPACTO AMBIENTAL EM TODA EXTENSÃO DO RIO, E NÃO POR PARTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.
>
> 1. O Projeto da Hidrovia Paraguai–Paraná, envolvendo a realização de obras de engenharia pesada, construção de novos portos, retificações das curvas dos rios, remoção de afloramentos rochosos, dragagens profundas, construção de canais, a fim de possibilitar uma navegação comercial mais intensa, com o transporte de soja, minério de ferro, madeira etc., poderá causar grave dano à região pantaneira, com repercussões maléficas ao meio ambiente e à economia da região. É necessário, pois, que se faça um estudo desse choque ambiental em toda a extensão do Rio Paraguai até a foz do Rio Apa.
>
> 2. Aplicação do princípio da precaução.
>
> 3. Os serviços rotineiros de manutenção, como, por exemplo, as dragagens devem continuar. A navegação atual, a navegação de comboios de chatas no Rio Paraguai, permanece da maneira como vem sendo feita há anos, obedecendo-se às normas baixadas pela Capitania Fluvial do Pantanal e às orientações do IBAMA (TRF 1ª Região AGRPET 2001.01.00.001517-0/MT).

A aplicação do princípio da precaução, fundamenta com acerto a decisão, contudo, a natureza segue à margem da lei (Ost, 1995) e os interesses econômicos se articulam para limitar as restrições ditadas pelo imperativo da proteção ambiental, seja flexibilizando a legislação, seja ignorando os comandos legais e as decisões judiciais.

Como exemplo dessas tentativas de sobrepor o comércio aos imperativos da proteção ambiental, o Acordo do Transporte Fluvial firmado entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em Las Leñas – Argentina, em 1992, pretende limitar a responsabilidade pela reparação de danos ambientais causados pelo transporte hidroviário àqueles ocorridos na calha dos rios, o que é inadmissível, primeiro porque o dever de reparação integral dos danos ambientais decorre de mandamento constitucional, segundo porque o naufrágio de uma barcaça transportando carga perigosa (v.g. pesticidas) durante o período da cheia pode ter consequências desastrosas nas diversas baias que se formam às margens do Paraguai.

Outros problemas também merecem ser listados pelo potencial de causarem impactos significativos no Pantanal e em outras áreas úmidas, como a implantação de monoculturas intensivas, a instalação de usinas de álcool e polos siderúrgicos nas áreas de entorno, pesca e turismo predatórios, entre outras atividades e empreendimentos que podem degradar severamente tais ecossistemas.

Tais desafios reclamam a existência de um quadro normativo que considere as peculiaridades das áreas úmidas, sua relevância e fragilidade, estabelecendo mecanismos que possam assegurar sua conservação.

4. Aspectos a serem considerados numa lei de áreas úmidas

É inegável a exigência de um marco regulatório para assegurar a gestão de áreas úmidas, definindo uma estrutura mínima para o gerenciamento dessas áreas e alguns itens específicos para sua proteção, incluindo restrições a usos que possam comprometer a integridade de seus atributos ecológicos. Contudo, cabe ponderar que a lei não é por si só suficiente, mesmo porque, como pondera Benjamin (2003, p. 38), nem sempre o Estado se empenha com a mesma ênfase na atividade legislativa e implementadora:

> É comum o Poder Público legislar, não para aplicar, mas simplesmente para aplacar, sem resolver, a insatisfação social. É o *Estado teatral*, aquele que, ao regular a proteção do meio ambiente, mantém uma situação de vácuo entre a lei e a implementação. Um Poder Público que, na letra fria do texto normativo, não se importa em bravejar, mas que fácil e rapidamente amansa diante das dificuldades da realidade político-administrativa e de poderosos interesses econômicos, exatamente os

> maiores responsáveis pela degradação ambiental. A teatralidade estatal é a marca dessa separação entre lei e implementação, entre a norma escrita e a norma praticada. O resultado é uma *Ordem Pública Ambiental* incompleta. A realidade nacional mostra a grande distância que subsiste entre a lei e sua efetividade, ao ponto em que considera boa a lei efetivamente cumprida; vale dizer, mais do que uma lei é necessária uma vontade política de preservar a incolumidade das áreas úmidas provendo sua gestão de modo assegurar sua sustentabilidade.

Por outro lado, não se pode ignorar a relevância de um marco regulatório, como base para a atuação estatal e também para articulação da sociedade civil na luta pela observância das normas criadas.

Assim, justifica-se neste tópico a indicação de alguns aspectos que devem ser considerados numa lei federal de proteção de áreas úmidas, ressaltando que prioritariamente impõe-se a criação de um sistema que possa coordenar as ações de gestão dessas áreas.

Na criação desse sistema de gestão, são pertinentes as exigências sugeridas por Daley et all. (2002, p. 5), como essenciais à sustentabilidade da gestão dos recursos hídricos, aqui adaptadas:

1) a consciência, a compreensão e o compromisso dos cidadãos com o objetivo de uma gestão sustentável dessas áreas;

2) a existência de recursos humanos educados e treinados nos princípios e nas práticas do gestão sustentável da áreas úmidas;

3) os recursos financeiros necessários para custear o desenvolvimento dos programas definidos nos Planos de Gestão;

4) o compromisso do sistema político com a sustentabilidade e a continuidade necessária para atingir esse objetivo.

Desse modo, um primeiro aspecto a ser considerado numa lei de proteção das áreas úmidas no Brasil deve ser a definição de um sistema de gestão e dos instrumentos que irão viabilizá-la.

Para tanto, a criação de um Comitê Gestor de Áreas úmidas com competência consultiva e deliberativa deve contemplar a participação igualitária do Poder Público e dos principais stakeholders com interesses nessa gestão. A forma de composição desse Comitê e sua representatividade e atribuições também devem constar da norma.

Também deve merecer destaque na mesma, a exigência da elaboração de um Plano de Gestão das áreas úmidas, com diagnóstico e metas, a cargo de equipe multidisciplinar, a ser previamente debatido em audiências públicas em cada uma das áreas úmidas.

Entre os instrumentos de gestão, além daqueles afetos à política ambiental e de recursos hídricos, devem constar também instrumentos econômicos e normas de comando e controle visando assegurar restrições de uso e sanções específicas para danos causados a essas áreas.

Dentre as restrições a serem ponderadas merecem destaque as limitações à supressão da cobertura vegetal e usos alternativos do solo, os quais devem ser precedidos de licenciamento com avaliação do impacto sobre os ecossistemas, e previsão de medidas mitigatórias e compensatórias.

Nessa linha é recomendável a vedação de transporte em embarcações de cargas perigosas (combustível, agrotóxicos), exceto em volumes de pequena monta (a ser definido em regulamento). Igualmente deve ser vedada expressamente a pulverização aérea de agrotóxicos e estabelecidas restrições à pulverização terrestre na planície alagável. Também merecem ser disciplinadas a limpeza de pastagens com vedação ao uso do fogo ou remoção total da cobertura vegetal.

Como medidas de gestão, deve ser exigido dos órgãos ambientais o monitoramento de resíduos de agrotóxicos, fertilizantes, metais e solventes nos rios e lagos do Pantanal e de outras áreas úmidas.

Normas específicas para construções de barragens que possam afetar a qualidade da água e o fluxo migratório da ictiofauna devem ser definidas, bem como restrições à instalação de diques.

No caso específico do Pantanal, Petry et al. (2011, p.38) destacam como aspecto relevante na gestão, considerando sobretudo as mudanças do clima e suas repercussões sobre o sistema hidrológico:

> Considerando os cenários futuros de mudanças climáticas, medidas de adaptação que aumentariam a resiliência da bacia são a manutenção do pulso de inundação e da conectividade entre planalto e planície, bem como a proteção das cabeceiras.

Na tarefa de preservar o pulso de inundação para sobrevivência ecológica das áreas úmidas, devem ser empregados instrumentos econômicos, incluindo o pagamento pelos serviços ecossistêmicos em benefício das comunidades tradicionais que tenham práticas compatíveis com a conservação desses ecossistemas. Devem igualmente merecer incentivos econômicos a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs, assim como o saneamento dos municípios que se situam no entorno das áreas úmidas ou na planície alagável.

Acresça-se que medidas devem também ser contempladas para disciplinar o turismo que precisa ser feito de forma eficiente, cuidadosa e com alta qualidade, considerando que o mesmo tem potencial para funcionar como indutor de desenvolvimento sustentável na região.

Certamente que outras demandas deverão emergir de consultas públicas envolvendo os stakeholders com interesses na gestão dessas áreas e é imprescindível um amplo debate no curso do processo legislativo, como condição para que seja assegurada maior eficácia para a norma a ser editada.

5. Considerações finais

Na missão de garantir a incolumidade das áreas úmidas, a proteção jurídica desses ecossistemas deve avançar, não apenas como forma de preservar um patrimônio ecológico, como também o de assegurar sua utilização sustentável pelas populações tradicionais que deles dependem.

Como assinalado, inúmeras são as ameaças e desafios para a conservação das áreas úmidas no Brasil. Alguns desses desafios poderiam ser enfrentados com a legislação ambiental já existente no país; contudo, merece ser registrado que os retrocessos ocorridos recentemente demonstram que os interesses econômicos estão articulados para reduzir, ainda mais, a tutela jurídica desses espaços territoriais especialmente "des"protegidos.

No caso específico do Pantanal, a falta de um marco regulatório federal, embora relevante, não justifica a omissão dos governos, federal e estadual, na execução de ações básicas de gestão, ignorando que estamos diante de "uma riqueza que, de resto, deve ser preservada a qualquer custo, independentemente da existência de governantes e tecnocratas insensíveis e cooptantes com a predação" (Ab'Sáber, 2007, p. 58).

Como exemplo da omissão do poder público, cabe registrar a inexistência de uma política de unidades de conservação que considere as necessidades do Pantanal e de outras áreas úmidas no Brasil. Especialmente no Pantanal, apenas 5% desse bioma, que é considerado um santuário ecológico, está protegido como unidade de conservação.

A maior parte dos problemas que afetam o pantanal mato-grossense é comum aos demais ecossistemas similares e superá-los requer, sobretudo, a vontade política e o compromisso dos cidadãos com esse objetivo. Sem a conjugação desses fatores a proteção do pantanal mato-grossense e demais áreas úmidas no Brasil, parece longe de se concretizar.

Nessa tarefa, um passo significativo que pode revelar a vontade política e assegurar mobilização dos stakeholders com interesses sobre essas áreas é, certamente, a construção de um marco regulatório que assegure a proteção e promova a gestão das zonas úmidas do Brasil, envolvendo estratégias mais amplas de gestão, para ambientes tão complexos e diversificados, o que deve incluir uma política de gestão efetiva da bacia e remuneração por serviços ecossistêmicos entre outros instrumentos.

Na tarefa de construir esse marco regulatório, apoiar e monitorar a gestão dessas áreas, as universidades e centros de pesquisa devem exercer um protagonismo visando agregar interesses muitas vezes antagônicos em prol de uma causa maior, em benefício não apenas das gerações presentes.

Referências bibliográficas

Brasil. MMA/IBAMA. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite. Acordo de Cooperação Técnica. Centro de sensoriamento Remoto – CSR/IBAMA, 2011. Disponível em <www.siscom.ibama.gov.br> Acesso em 30 de abril de 2014.

Brasil. Decreto n 1.905, de 16 de maio de 1986. Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1905.htm. Acesso em 13 de junho de 2014.

CALHEIROS, D. Querem mesmo acabar com o Pantanal!. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/denuncias/o-dia-em-que-o-rio-secou.html>. Acesso em 30 de maio de 2014.

DALEY, R.; ZARULL, M., e MAYFIELD, C. A Suggested "Template" for Case Study Preparation. Texto apresentado por ocasião da Conferencia "Managing Shared Waters", realizada em Hamilton, Canadá, em Junho/2002.

DORES, Eliana F. e CALHEIROS, Débora F. Contaminação por agrotóxicos na bacia do rio Miranda, Pantanal (MS). Revista Brasileira de Agroecologia - Vol. 3 - Suplemento especial, 2008, p. 202/205.

DIEGUES, A. C. (org.). Povos e Águas: inventário de áreas úmidas brasileiras. 2.ed. São Paulo: Nupaub-Usp, 2002.

IRIGARAY, C. T. H. J. ; SOUZA, S.C. Os marcos regulatórios no Brasil: uma abordagem histórica crítica - a proteção jurídica do pantanal de Mato Grosso. In: In: SANTOS, J. E. e GALBIATI, C. (Org.). Gestão e Educação Ambiental: Água, Biodiversidade e Cultura Vol. 1. 1ed. São Carlos: RIMA, 2008, v. 1, p. 271-292.

IRIGARAY, C. T. H.; SILVA, C. J.; MEDEIROS, H. Q.; GIRARD, P.; FAVA, G. C.; MACIEL, J. C.; GALLO, R.L.; NOVAIS, L. G.. O Pantanal Matogrossense enquanto patrimônio nacional no contexto das mudanças climáticas. In: SILVA, Solange T., CUREAU, Sandra e LEUZINGER, M. (Org.). Mudança do Clima. Desafios jurídicos, econômicos e socioambientais. 1ª ed. São Paulo: Fiuza, 2011.

MILARÉ, É. Direito do ambiente: Doutrina - prática - jurisprudência – glossário. São Paulo: RT, 2012.

MIRANDA, Kelber, CUNHA, Marcelo L. DORES, Eliana F. CALHEIROS, Débora F. Pesticide residues in river sediments from the Pantanal Wetland, Brazil. Journal of Environmental Science and Health Part B (2008) 43, 717-722. Disponível em: http://aimfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/105414/1/56722.pdf

MORIN, E. e KERN, A. B. Terra-Pátria. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: Sulina, 1995.

OST, F. A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito. Trad. Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PETRY, Paulo, RODRIGUES, Sidney et al. Análise de Risco Ecológico da Bacia do Rio Paraguai: Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. The Nature Conservancy; WWF-Brasil. Brasília, DF: The Nature Conservancy do Brasil, 2011.

SANTINI, Daniel. Soja e gado agravam desmatamento do Chaco no Paraguai. Artigo publicado no Portal OECO em 22/08/14. Disponível em www.oeco.org.br Acesso em 22/08/14.

SANTOS, J. E. (orgs.). Gestão e educação ambiental: água, biodiversidade e cultura – vol. 1. São Carlos: RiMa Editora, 2008.

SANTOS, J.R. Avanços das pesquisas e aplicações de sensoriamento remoto no monitoramento da paisagem: contribuições aos estudos do Pantanal. Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, 1, 2006, Anais. Campo Grande, Brasil, Embrapa InformaticaAgropecuaria/INPE, 2006, p.675-683.

SERAFINI, L. Z. Proteção jurídica das áreas úmidas e os direitos Socioambientais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-PR, Curitiba, 2007. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp024867.pdf >.

SILVA, C. J.; NUNES, J. R. S.; SIMONI, J. O sistema de Baías Chacororé - Sinhá Mariana. In: SILVA, C. J.; SIMONI, J. (Orgs.) Água, biodiversidade e cultura do Pantanal: estudos ecológicos e etnobiológicos no sistema de Baías Chacororé - Sinhá MarianaCáceres: Ed. Unemat, 2012. p. 28.

SERAFINI, Leonardo Zagonel. Proteção jurídica das áreas úmidas e os direitos socioambientais. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – PUC-PR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba: 2007.

TNC/WWF. The Nature Conservancy; WWF-Brasil. Análise de risco ecológico na Bacia do Rio Paraguai – Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. 1 ed. Brasília: 2012.

PALESTRA: "MARCO CIENTÍFICO PARA POLÍTICA DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO PANTANAL: premissas do conhecimento de Áreas Úmidas e Convenção Ramsar"

- A Constituição Federal de 1988 no CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE, § 4° declara o Pantanal Mato-Grossense patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- Desde 1993 o Brasil é signatário da Convenção Ramsar e em 1996 ratificou-a no DECRETO N° 1.905, DE 16 DE MAIO DE 1996 promulgando a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional.
- O Art. 10 e 11 do Novo Código Florestal (Lei n° 12.651/12) no item: Áreas de Uso Restrito define normas para PANTANAIS E PLANÍCIES PANTANEIRAS (Pantanal) , para exploração ecologicamente sustentável.
- Ainda na Lei n° 12.651/12 no XVI Define áreas úmidas: pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação (Incluído pela Medida Provisória n° 571, de 2012).

- No entanto nessa mesma lei APP é definição da como "as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a BORDA DA CALHA DO LEITO REGULAR contida Medida Provisória (MPV) 571/12,.
- Esta proposição deixa a maioria do Pantanal (áreas úmidas) sem proteção legal, impactando negativamente os serviços proporcionados aos seres humanos e ao meio ambiente.

O Pantanal Mato-grossense não tem sido tratado no contexto de Áreas Úmidas.

A exemplo em 1988 o Zoneamento aprovado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul reduziu a área do Pantanal definido pelo RADAMBRASIL (1982) descaracterizando o Patrimônio Nacional limitando-o ao denominado "Planície Pantaneira".

Excluíram grande parte do município de Porto Murtinho e o sul do Pantanal foi transformando em "Zona do Chaco".

Este desmanche do Pantanal é um total equívoco tanto político, jurídico e científico e fere o tratado de Ramsar assinado e a Constituição Federal.

Abordagem conceitual do INCT-INAU:

O INCT-INAU vem desenvolvendo marcos teóricos referenciais denominados bases científicas para as Áreas Úmidas brasileiras atendendo os preceitos científicos de Áreas Úmidas defendido pela Convenção de Ramsar.

O Pantanal não foi tratado seguindo os critérios científicos de AUs e por isso existe dificuldade na interpretação do que é o Pantanal, e definição de seu uso e proteção.

Para decidir políticas que apliquem o previsto pela Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 12.651/12 é fundamental, a delimitação, a classificação, das Paisagens com bases científicas de Áreas Úmidas

Variáveis	Fonte de informação	
Hidrologia		
Régime hídrico: Hidroperíodo (intensidade, frequência e permanência) Fonte de água	Hamilton, Padovani, Radam Brasil)	REUNIÃO TÉCNICA 11/MARÇO 2014
Ecohidrogeomorfologia (Cones aluviais)	Assine et al	
Classes/Tipos de habitats presentes no sistema	Nunes da Cunha & JUnk	

Objetivos específicos

- Acordar um quadro geral de aspectos conceituais e técnicos para o planejamento e desenvolvimento de inventário regionalizando o Pantanal
- Acordar um esquema de regionalização das zonas úmidas com base em fatores que determinam a existência e a heterogeneidade das zonas úmidas
- Estabelecer laços de colaboração e intercâmbio de ideias entre especialistas científicos e técnicos em diferentes aspectos sobre as zonas úmidas para definir o "Marco para regionalização do Pantanal"

Etapas do trabalho

Seguindo o "Marco Ramsar" para inventario e descrição das características ecológicas das áreas úmidas (Manual 15: Inventario de humedales)

http://www.wetlands.org/pubs&/wetland_pub.html

1. Definir o propósito e o objetivo (já definido no projeto)

2. Examinar os conhecimentos e informações existentes (em andamento)

3. Examinar os métodos de inventário existentes (reunião dia 11/03)

4. Determinar a escala e a resolução (reunião dia 11/03)

5. Estabelecer o conjunto de dados básicos mínimos (reunião dia 11/03, parâmetros de inundação)

6. Estabelecer a classificação das regiões (reunião dia 11/03 Parâmetros: inundação)

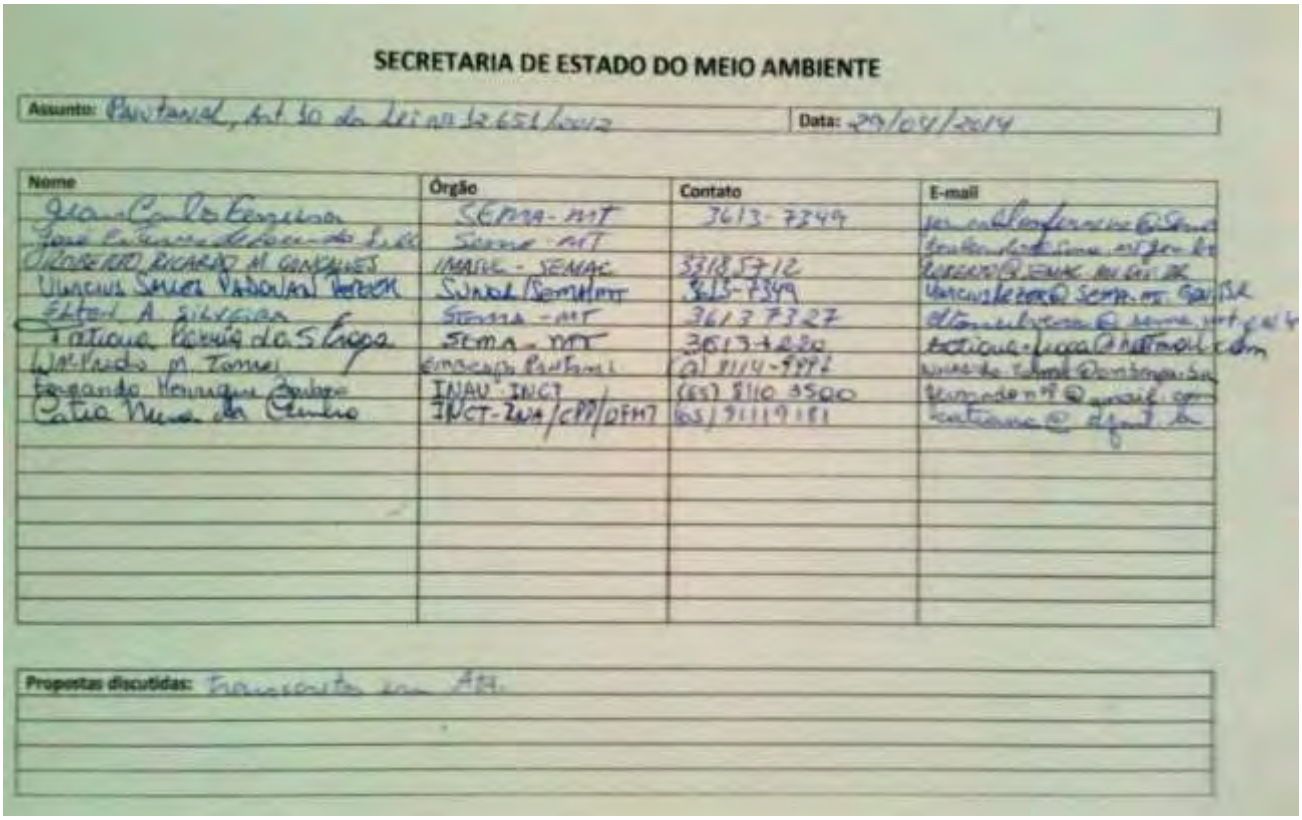
7. Escolher método apropriado

8. Avaliar a viabilidade e eficácia em função dos custos deste projeto

9. Estabelecer um procedimento de apresentação das informações

Resumo:
1- Identificação do objeto de estudo e seus limites
2- Critérios para o inventÁrio
3- Escalas de trabalho
4- Workshop com peritos e técnicos
5- REDAÇÃO DE DOCUMENTOS

• OBRIGADA!



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Assunto: Pantanal, Art 50 da Lei nº 12.651/2012 | Data: 29/04/2014

Nome	Órgão	Contato	E-mail
Gian Carlo Ferreira	SEMA-MT	3613-7349	
José Fernando Bezerra de Lima	SEMA-MT		
Otávio Ricardo M. Campanes	INAU - SEMAC	3318 5712	
Vinicius Silva Vasconcelos	SEMA/SEMDUMT	3613-7349	
Ester A. Silveira	SEMA-MT	3613 7327	
Tatiane Pereira da Silva	SEMA-MT	3613 4220	
Walfredo M. Tomas	Embrapa Pantanal	(67) 9114-9992	
Fernando Henrique Borges	INAU - INCT	(65) 3110 3500	
Catia Nunes da Cunha	INCT-INAU/CPP/UFMT	65) 91119181	

Propostas discutidas: Transcrita na ATA.

PUBLICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA N. 01/CPP/2014

CHAMADA PÚBLICA N. 01/CPP/2014

O Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ n. 05.220.369/0001-23, torna público, para o conhecimento de quem possa interessar e convida os interessados a apresentar propostas nos termos estabelecidas nesta Chamada, para desenvolver projeto científico para atuar na modelagem hidrossedimentológica da Bacia do Alto Paraguai, conforme as condições do **Anexo I**.

As propostas de projetos deverão ser enviadas até o **DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2014**, através do endereço eletrônico cpp@cppantanal.org.br ou rose.edusoares@gmail.com, ou ainda entregues na sede da Entidade, na Rua Dois, n. 497, sala 02, Bairro Boa Esperança – CEP: 78.068-360, mesmo local onde os interessados poderão obter o texto INTEGRAL desta Chamada Pública e demais informações relativas ao referido processo, ou pelo site www.cppantanal.org.br. O CPP enviará e-mail aos proponentes que enviarem propostas por este e-mail eletrônico, confirmando o recebimento de tais propostas.

Informações adicionais poderão ser prestadas via telefones (65) 3664 1121 - (65) 3664 3675, ou por e-mail cpp@cppantanal.org.br – rose.edusoares@gmail.com.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal +10

CHAMADA PÚBLICA N. 01/CPP/2014

PREÂMBULO

O Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ n. 05.220.369/0001-23 torna público a presente Chamada e convida os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos, tudo em conformidade com as normas deste instrumento. O prazo final para recebimento das propostas será até o dia **14 de novembro de 2014.**

REGULAMENTAÇÃO

O presente processo obedecerá ao Manual de Compras e Procedimentos Análogos do CPP atendendo a Lei nº 9.790/99, Artigos 4 (Incisos I e II) e 14; Decreto nº 3.100/99, Artigo 7, **com aplicação subsidiária** das Leis nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda o Decreto 7.641/2011, Portaria Ministerial 507/2011

1. OBJETO

1.1. O presente processo tem por objetivo a seleção de uma proposta de projeto científico que contribua significativamente para o desenvolvimento de uma ferramenta que permita simular os impactos de cenários de uso da terra e do potencial hidroenergético sobre a vazão, o transporte de sedimentos e nutrientes e a mitigação de peixes na bacia do Alto Paraguai. O projeto selecionado deverá atender com as metas pactuadas no Componente 1 – LEI DO PANTANAL, Atividade 6 "Interações Planalto-Planície" do Plano de Trabalho, anexo do Termo de Parceria n. 13.0002.00/2012, firmado entre MCTI e CPP. As propostas submetidas devem observar as condições específicas estabelecidas nesta Chamada, que determina os requisitos relativos ao proponente, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados na proposta aprovada, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução do projeto, critérios de elegibilidade, critérios de julgamento e demais informações necessárias. Para fins de atendimento a esta Chamada Pública, consideram-se as seguintes definições:

2. DA CHAMADA PÚBLICA E SEUS ANEXOS

2.1. O presente instrumento estará disponível a qualquer interessado, na sede do Centro de Pesquisa do Pantanal, à Rua Dois, nº 497, Bairro Boa Esperança, CEP: 78.068-360 – Cuiabá – MT, ou pelo site www.cppantanal.org.br.

2.2. Constituem anexos da presente Chamada:
Anexo I – Termo de Referência – Especificações de Execução do Objeto;
Anexo II – Formulário para Proposta de Projetos;
Anexo III – Termo de Concessão de Auxílio a Projeto de Pesquisa

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

3. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS DE PROJETOS

3.1. As propostas devem ser acompanhadas de arquivo contendo o projeto e devem ser encaminhadas ao CPP via e-mail, por intermédio do Formulário de Propostas **(Anexo II)**, disponível para *download* no site do CPP, a partir da data de publicação deste instrumento convocatório. As propostas devem ser enviadas por e-mail ou entregues na sede do CPP até o **dia 14 de novembro de 2014**. Propostas enviadas após esta data serão desconsideradas.

3.2. As propostas devem ser apresentadas em conformidade com o descrito no item CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE, contendo rigorosamente todos os itens previstos nesta Chamada. O arquivo contendo a proposta deve ser gerado seguindo o Formulário de Propostas, no formato "doc", limitando-se a 1 Mb (um megabyte). Em sendo necessário utilizar figuras, gráficos, etc, estas não deverão comprometer a capacidade limite do arquivo. As propostas que não atenderem a este limite não serão aceitas pelo CPP.

3.3. O CPP não se responsabilizará por propostas não recebidas em virtudes de problemas técnicos, bem como congestionamentos no servidor de rede.

3.4. Será aceita apenas uma única proposta por proponente. Na hipótese de recebimento de uma segunda proposta de um mesmo proponente, desde que dentro do prazo limite para submissão de propostas, esta será considerada substituta da anterior, devendo ser analisada apenas a última proposta recebida.

3.5. Caso seja constatado o recebimento de propostas idênticas, TODAS poderão ser desconsideradas e desclassificas pelo CPP.

4. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

4.1. Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios.

4.2. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para a análise da proposta, seu enquadramento e análise para posterior julgamento.

4.3. A insuficiência de informações sobre qualquer um dos itens indicados, poderá resultar na desclassificação da proposta.

4.4. PROPONENTE E EQUIPE

a) Os membros da equipe científica deverão ter currículos compatíveis com a temática do objeto desta Chamada.

b) Os pesquisadores deverão apresentar documentos oficiais que comprovem que a instituição ao qual está vinculado está ciente da participação deste processo.

c) A equipe deve obrigatoriamente comportar pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, podendo ou não ser liderada por pesquisadores, com reconhecida liderança, provenientes de outras instituições/regiões.

d) Ao apresentar a proposta, o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

e) É obrigatório que os membros da equipe tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes, devidamente atualizado.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal +10

4.5. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.5.1 As propostas deverão ser apresentadas na forma de PROJETO, de acordo com o Formulário para Proposta de Projeto, **Anexo II**, devendo apresentar informações suficientes para permitir a correta analise por parte do Comitê Julgador, contendo:

a) Dados do projeto
- Título do Projeto
- Coordenador
- Palavras-chave
- Área / Sub área do conhecimento (de acordo com o CNPq)
- Duração (início e término)

b) Objetivo Geral
c) Objetivos Específicos
d) Justificativa
e) Metodologia
f) Resultados Esperados (incluindo publicações, formação de RH e divulgação para a sociedade)
g) Impactos
h) Listar as principais perguntas a serem respondidas pelo Projeto
i) Mecanismos de Transferência de Resultados
j) Equipe Científica
k) Cronograma Físico por Meta
l) Indicador Físico de Execução por Meta
m) Orçamento Detalhado por Rubrica e Elemento de Despesa
n) Identificação de parcerias já estabelecidas com outras instituições, quando for o caso
o) Recursos financeiros de outras fontes (quando houver)
p) Orçamento consolidado de acordo com o teto estabelecido nesse instrumento (Capital e Custeio)
q) Infraestrutura disponível e apoio técnico para desenvolvimento do projeto

4.6. QUANTO À INSTITUIÇÃO DE VINCULO

4.6.1 A instituição de vínculo do coordenador deverá ser constituída sob as leis brasileiras e ter sede no país.

4.6.2 Os pesquisadores integrantes do projeto deverão ter autorização do representante legal, colocando a disposição do projeto e permitindo a atuação do pesquisador de seu quadro.

4.6.3 Garantir o uso da infraestrutura física, participação de técnicos no desenvolvimento do projeto, e, oferecer contrapartida, quando couber.

5. ADMISSÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

A seleção das propostas submetidas ao CPP, em atendimento a esta Chamada, será realizada por intermédio de analises e avaliações comparativas. Para tal, os trabalhos serão realizados em três etapas, conforme os trâmites abaixo estabelecidos:

5.1 Etapa I – Análise pela Comissão Consultiva do CPP

5.1.1 A primeira etapa será realizada pela Comissão Consultiva do CPP, devidamente instituída pelo órgão máximo de deliberações do CPP "Assembleia Geral". Deverão ser analisadas quanto ao atendimento às disposições gerais estabelecidas nesta Chamada, relativos aos itens dos critérios de elegibilidade que tratam do atendimento geral ao objeto bem como: Proponente e Equipe de Apoio, Da Proposta de Projeto e Instituições de Vínculo.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal +10

5.2 Etapa II – Análise, Julgamento e Classificação pelo Comitê Julgador

5.2.1 As propostas serão avaliadas e classificadas, considerando a análise da Etapa I e os Critérios de Elegibilidade indicados no Subitem 4.0 e de Julgamento indicados no item 7, que serão pontuados pelo Comitê Julgador.

5.2.2 A pontuação final de cada projeto será aferida conforme estabelecido no ITEM 7 CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO.

5.2.3 Após análise de mérito e relevância de cada proposta e dos critérios estabelecidos neste instrumento, poderá, se necessário, recomendar:

a) aprovação com ou sem ajustes
b) não aprovação

5.2.4 O parecer do Comitê Julgador será registrado em Formulário, contendo a relação das propostas julgadas, recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, bem como outras informações que o Comitê Julgador julgar pertinente.

5.2.5 Para as propostas não aprovadas será emitido parecer contendo as justificativas para a não aprovação, devidamente assinadas pelos membros do Comitê Julgador.

5.2.6 Será vedada, a membros do Comitê Julgador, a participação em propostas a serem apresentadas em atendimento a esta chamada, seja na qualidade de coordenador ou como membro de equipe.

5.3 Etapa III – Análise pela Diretoria Executiva do CPP

5.3.1 Todas as propostas analisadas pelo Comitê Julgador serão submetidas a apreciação do CPP, que emitira sua decisão final sobre o PROJETO APROVADO, observados os limites orçamentários previstos e aprovados no Componente de Pesquisa do Plano de Trabalho.

6 CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Critério	Peso	Nota
Mérito, originalidade e relevância do projeto em relação ao objeto e aos objetivos desta Chamada.	5	0 a 10
Adequação da metodologia proposta.	5	0 a 10
Experiência prévia do Coordenador na área do projeto de pesquisa, considerando sua produção científica ou tecnológica relevante, nos últimos 5 anos.	5	0 a 10
Coerência e adequação entre a capacitação e a experiência da equipe dos projetos aos objetivos, metas e resultados propostos.	4	0 a 10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

7 RESULTADO DO JULGAMENTO

7.1 A proposta aprovada será divulgada na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço www.cppantanal.org.br.

7.2 Cronograma

Atividades	Data
Lançamento da Chamada no site do CPP	23/10/2014
Data limite para apresentação das propostas de projeto	14/11/2014
Período de análise	17 a 24/11/2014
Divulgação do resultado	25 a 28/11/2014
Início da contratação da proposta aprovada	A partir de 10/12/2014

7.3 Todos os proponentes que participarem deste instrumento poderão ter acesso ao parecer relativo a sua proposta, sendo preservada a identificação dos pareceristas.

8 DA CONTRATAÇÃO DA PROPOSTA APROVADA

8.1 A proposta aprovada será contratada, mediante assinatura de Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa (ANEXO III).

8.2 A execução financeira do projeto aprovado através do CPP, de acordo com as normas estabelecidas e pactuadas com o órgão financiador via SICONV, cujos procedimentos administrativos são os adotados pelo CPP. Não haverá, portanto, repasse de recursos para a conta do coordenador.

8.3 Fica condicionado o início da execução financeira, a assinatura de Termo de Cooperação Técnica, a ser celebrada entre o CPP e a instituição de vínculo do coordenador do projeto.

9 CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

9.1 Poderá ser cancelada a concessão de apoio financeiro pela Diretoria Executiva do CPP, por ocorrência de fatos, cuja gravidade justifique a decisão de cancelamento, sem prejuízos de outras providências cabíveis em decisão fundamenta.

10 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA

10.1 Os pedidos de esclarecimentos e/ou de impugnação da Chamada Pública e seus anexos deverão ser solicitados por escrito, via *e-mail*: cpp@cppantanal.org.br – rose.edusoares@gmail.com ou protocolados no endereço sede do CPP, direcionados ao CPP, e enviados até 3 (três) dias úteis antes da data final para recebimento das propostas.

10.2 O CPP responderá por escrito às solicitações de esclarecimentos recebidas, num prazo de até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

10.3 Recebida a impugnação contra a Chamada, e se a mesma for julgada procedente, será marcada nova data limite para recebimento das propostas com os devidos erros corrigidos, reabrindo-se o prazo para recebimento das propostas, exceto quando a alteração prejudicar o CPP e a execução do projeto.

10.4 Decairá o direito de impugnar este instrumento o proponente que não o fizer até 3 (três) dias úteis anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas.

10.5 Não terá efeito de recurso a impugnação feita por proponente que, em tendo aceitado sem nenhum registro, venha apontar falhas ou imperfeições, posterior ao julgamento.

11 REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA

11.1 Fica assegurado ao CPP, a qualquer tempo, alterar o presente instrumento, revogar ou anular, no todo ou em parte, seja por decisão da Diretoria Executiva, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, devendo ter decisão fundamentada, sem que essa decisão implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12 AUTORIZAÇÕES E/OU PERMISSÕES

12.1 É de responsabilidade do proponente/beneficiário tomar todas as providências que demandem autorizações e/ou permissões de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

12.2 No caso de participação de pesquisadores estrangeiros na equipe de execução, caberá ao proponente observar a legislação vigente para a concessão de vistos de entrada no País.

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Durante a execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CPP deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica à Diretoria Executiva. É responsabilidade do remetente assegurar que eventuais correspondências eletrônicas tenham sido recebidas pelo CPP. Caberá ao CPP dar ciência de recebimento de correspondências eletrônicas.

13.2 Entende-se como o primeiro ano de execução do projeto a data de assinatura do Termo de Concessão até 31/12/2014.

13.3 Qualquer alteração relativa à execução do projeto, deverá ser solicitada à Diretoria Executiva do CPP, por meio do coordenador do projeto, devendo conter a justificativa, devendo a mesma ser autoriza pelo CPP antes de sua efetivação.

13.4 O CPP reserva-se o direito de promover visitas técnicas ou solicitar informações complementares visando o correto acompanhamento da execução do projeto.

13.5 Durante a execução, o projeto será acompanhado anualmente e avaliado, em todas as suas fases, de acordo com o estabelecido entre o CPP e o órgão financiador.

13.6 Caso os resultados do projeto venham a gerar valor comercial ou que produzam informações e a reserva de direitos, estes serão tratados de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação, Lei n. 10.973 de dezembro de 2004 e pelas suas regulamentações posteriores.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

13.7 Os casos omissos na presente Chamada e as situações não previstas serão decididos pela Diretoria Executiva do CPP.

13.8 Cabe a Diretoria Executiva decidir as questões resultantes deste processo, competindo inclusive a interpretação desta Chamada, de forma a garantir a ampliação da divulgação, desde que não comprometa o interesse do CPP.

13.9 A participação neste processo implicará na aceitação integral e irretratável das normas da presente Chamada Pública e de seus Anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

13.10 Cópias desta Chamada poderão ser adquiridas gratuitamente no site www.cppantanal.org.br, ou na sede do CPP.

13.11 Esclarecimentos adicionais acerca do conteúdo deste instrumento e sobre o preenchimento dos seus anexos, poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico cpp@cppantanal.org.br ou pelos telefones (65) 3664 1121.

13.12 Os responsáveis pela Chamada Pública serão: a **Coordenação Administrativa** do CPP e a **Comissão Consultiva**, composta pelos Associados Honorários do CPP, devidamente instituída pelo órgão máximo de deliberações do CPP "Assembleia Geral".

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

INTRODUÇÃO

O CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL (CPP), foi fundado em 2002, obteve qualificação de OSCIP através do Ministério da Justiça, Processo nº 08015.013441/2002-94, inscrita no CNPJ nº 05.220.369/0001-23, com sede a Rua Dois, nº 497, sala 02, Bairro Boa Esperança na Cidade de Cuiabá-MT, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Chamada Pública no âmbito do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012. O presente processo tem por objetivo a seleção de uma proposta de projeto científico que contribua significativamente para o desenvolvimento de uma ferramenta que permita simular os impactos de cenários de uso da terra e do potencial hidroenergético sobre a vazão, o transporte de sedimentos e nutrientes e a mitigação de peixes na bacia do Alto Paraguai.
O presente TERMO DE REFERÊNCIA tem por finalidade orientar o processo de seleção e apresentação das propostas de projeto.

CONTEXTO

Para responder aos principais desafios enfrentados pelo Pantanal, o CPP elaborou, no decorrer de 2003, o projeto intitulado "Consolidação da Rede de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal – CPP" e o submeteu ao MCTI. Esse projeto propôs a criação de 3 redes temáticas de pesquisa: uma sobre a sustentabilidade da pecuária, outra que se refere à sustentabilidade da pesca e a terceira abordando a bioprospecção para identificar alternativas econômicas no Pantanal.

CPP vem atuando há 10 anos no Pantanal, produzindo conhecimentos socialmente relevantes e contribuindo para a formação de RH de alto nível de forma a qualificar a tomada de decisão visando à sustentabilidade sócio-ecológico-econômica da região. Durante o período de vigência dos 3 primeiros Termo de Parceria com o MCTI, (desde 2004), o CPP realizou estudos resultando em inúmeros artigos publicados, alunos capacitados em nível de IC, de mestrado e de doutorado. Diversas contribuições foram dadas aos tomadores de decisão como, por exemplo, a lei estadual (MT) para o Pantanal, o PLS 750/2011 (projeto de lei federal para o Pantanal), a lei estadual de pesca em Mato Grosso (Lei 9794/2012), o marco regulatório para a limpeza de campo em Mato Grosso e o documento "Carta Área de Preservação Permanente – Pantanal" enviado ao CONAMA, produzido durante o *Workshop Bases Técnico-Científicas para Política de Áreas Úmidas para o Pantanal - Avaliação da Proposta de Modificação do Código Florestal/Áreas de Preservação Permanente no Pantanal*. Deve-se ressaltar, além disso, que os projetos executados pelo CPP tiveram como norte o atendimento de demandas apresentadas pela própria comunidade (acadêmica e leiga), obtidas principalmente durante os *workshops* "Diálogos Pescador-Pesquisadores: Propondo soluções para a pesca pantaneira", "Diálogos Pecuaristas-Cientistas: propondo soluções para a pecuária pantaneira" e *oficina* de Planejamento Estratégico do CPP.

Os primeiros projetos executados pelas redes do CPP permitiram adquirir uma melhor compreensão sobre os processos ecológicos inter-relacionados com a pesca e com a pecuária, além de estudos voltados a bioprospecção como possível alternativa de renda para as populações locais. No segundo Termo de Parceria, o CPP propôs-se a dar continuidade aos estudos ecológicos já iniciados sem, no entanto, olvidar de projetos voltados ao desenvolvimento de produtos a partir da pesca e da pecuária locais, além da agregação de valor à flora pantaneira.

No entanto, o foco inicial voltou-se para a planície pantaneira, identificando as principais ameaças à sustentabilidade, em nível local, e produzindo conhecimentos relevantes para o enfrentamento dessas questões. Tais trabalhos, com forte enfoque ecológico, tiveram grande reforço com a aprovação e criação do INCT - Áreas

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal +10

Umidas, que é composto majoritariamente por membros das redes de pesquisa do CPP. Porém, há outras questões de grande urgência e relevância que vêm merecendo atenção.

A necessidade urgente de expandir a base de conhecimentos sobre o Pantanal e de continuar a subsidiar a tomada de decisão para o uso sustentável da região, bem como a complementação de alguns projetos e para a introdução de novas ações, o Centro de Pesquisa do Pantanal, firmou o quarto Termo de Parceria (TP) com o MCTI, denominado **" CIÊNCIA E SOCIEDADE NO PANTANAL: INTEGRANDO CONHECIMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL "**. Este Termo de Parceria, tem como objetivo geral "Contribuir para a sustentabilidade sócio-econômico-ecológica da planície pantaneira, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais". Os objetivos específicos são:

- Sistematizar e disponibilizar ao público conhecimentos científicos sobre o Pantanal
- Contribuir para o aperfeiçoamento do PLS 750/2011
- Estudar as interações planalto-planície e seus potenciais impactos sobre o Pantanal.
- Constituir uma rede de municípios, envolvendo diversos atores sociais, para promover ações de adaptação às mudanças climáticas na BAP
- Gerar produtos comercializáveis a partir do pescado e do gado Pantaneiro
- Produzir conhecimentos científicos para dar embasamento a futuros marcos regulatórios sobre o turismo no Pantanal.
- Produzir conhecimentos para subsidiar marcos regulatórios visando ao uso sustentável e à gestão de recursos pesqueiros no Pantanal
- Realizar a caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do município de Poconé - MT

DOS OBJETIVOS

O presente Termo de Referência (TR) tem por objeto a seleção de projeto científico, visando simular quantitativamente:
1. Os impactos de prováveis cenários de uso do solo e,
2. Os impactos das hidrelétricas construídas, em construção ou previstas sobre;
3. O hidrograma dos rios formadores do Pantanal;
4. O transporte de sedimentos e nutrientes até a planície pantaneira;
5. As rotas migratórias das espécies que se reproduzem no planalto.

O projeto visa também usar os resultados obtidos nos itens 1, 2 e 3 acima para discutir como eventuais modificações no hidrograma dos rios formadores do Pantanal, o transporte de sedimentos e rotas migratórias poderão afetar a bovinocultura, a pesca e o potencial turístico do Pantanal.

Espera-se como resultado do projeto selecionado: uma simulação dos impactos dos prováveis cenários de desenvolvimento da Bacia do Alto Paraguai (em termos de uso e ocupação do solo e aproveitamento do potencial hidrelétrico) sobre as funções ecossistêmicas do Pantanal, em particular sobre o pulso de inundação quantidade de água, sedimentos e nutrientes, temporalidade do pulso, uma discussão destes impactos sobre a produtividade do ecossistema pantaneiro especialmente em relação a produção de bovinos e de peixes, assim como sobre a flora e fauna que constituem o capital turístico da região pantaneira.

JUSTIFICATIVA

Face a necessidade de expandir a base de conhecimentos sobre o Pantanal e continuar a subsidiar a tomada de decisão para o uso sustentável da região torna-se necessário dispor de instrumentos para avaliar estrategicamente como as atividades humana podem impactar a planície pantaneira. O pulso de inundação é

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal +10

sem dúvida a função ecológica mais importante do Pantanal. Ele mantém a as características básicas dos ecossistemas pantaneiros e os serviços ecológicos fornecidos pela planície. A perda, ou a alteração significativa deste pulso de inundação constitui, sem dúvidas, a maior ameaça a planície de inundação Pantaneira. O conceito de pulso de inundação não considera apenas a variação anual da vazão e das cotas nos principais afluentes do Rio Paraguai, considera ainda as entradas longitudinais e laterais de sedimentos e nutrientes levados na planície pelos rios que adentram a planície assim com os movimentos da biodiversidade, principalmente peixes ao longo destes rios.

A história recente, por exemplo, na bacia do rio Taquari, demonstra que uma alteração da carga sedimentar no Rio Taquari causou o maior desastre ambiental no Pantanal, resultando na inundação permanente de 5.000 km^2 da planície, que hoje dariam suporte a 125.000 cabeças de gado. Essas terras produtivas, utilizadas pela pecuária, eram antes do desastre, submetidas a inundação anual. Hoje restam poucas dúvidas que o uso inadequado da terra no Alto Taquari provocou o arrombamento do Rio Taquari e o alagamento definitivo destas terras. No entanto não é apenas no rio Taquari que a modificação do uso do solo no planalto circundante aumenta a carga sedimentar de forma significativa. Isso acontece também na maioria dos afluentes da planície. Se o aumento da erosão e da carga sedimentar dos rios já foi claramente identificado, a literatura é pobre no que diz respeito a relações quantitativas entre a mudança do solo no planalto, a carga sedimentar dos rios e a perda de produtividade da pecuária e da pesca na planície. Ainda não se tem ferramentas para avaliar como o assoreamento causa inundações permanentes (perda de terra para pecuária), ou ao contrário, perda de áreas sazonalmente inundadas (perda na pesca). Tampouco temos como estimar relações quantitativas entre a deposição de sedimentos no Pantanal e o ciclo dos principais nutrientes. Estas relações quantitativas são essenciais para dimensionar os impactos que serão causados pela futura expansão do agribusiness circundante. Enfim, utilizando cenários prováveis de uso da terra no planalto, quais serão os ganhos ou perdas econômicas para a planície pantaneira?

Numa outra ordem de ideia, desde meados dos anos 1990 o numero de hidrelétricas construídas na Bacia do Alto Paraguai vem aumentando rapidamente. Em 2003 haviam 9 hidrelétricas (PCHs e UHEs) operando na bacia. Em 2007, esse número aumentou para 23. Atualmente, são mais de 120 empreendimentos hidrelétricos planejados na BAP. Os impactos a jusante de barragens são bem conhecidos. Eles incluem modificação do hidrograma dos rios, retenção de sedimentos e nutrientes no reservatório e o consequente aumento da erosão pelo rio a jusante ("águas famintas"), empobrecimento em nutriente e, enfim, cortam rotas de migração de peixes comerciais para reprodução. Na bacia do Alto Paraguai existem poucos estudos voltados aos impactos cumulativos da construção das barragens no Pantanal. Já que se conhece a localização, a dimensão das barragens atuais e que se conhece a localização e se pode prever as dimensões físicas das futuras obras (o potencial já é conhecido em cada localização), é possível fazer os seguintes questionamentos. Qual será a dimensão do impacto conjunto das hidrelétricas em operação e a ser construída no planalto sobre o pulso hidrológico anual no Pantanal? Como vem afetar a carga sedimentar dos rios que formam o Pantanal e por consequência as áreas alagadas anualmente? Como a redução do nível d'água na cheia e seu aumento na seca vem influenciar a distribuição e tamanho das áreas alagadas? Como as barragens vêm afetar o ciclo de nutrientes na planície?

Estes resultados permitirão inferir sobre a produtividade das pastagens e das comunidades de peixes e daí a pecuária e a pesca. Informam sobre como a fragmentação dos cursos d'água afetará os peixes que migram para se reproduzir e os estoques pesqueiros e sobre o efeito da modificação do hidrograma anual dos rios formadores do Pantanal, sobre a biodiversidade principal atrativo turístico no Pantanal. Enfim, tais resultados permitirão avaliar os efeitos econômicos na planície pelos impactos das hidrelétricas e do uso do solo.

CRONOGRAMA
Lançamento da Chamada: 23/10/2014
Data limite para apresentação das propostas de projeto:14/11/2014
Período de análise: De 17 a 24/11/2014
Divulgação do resultado: 25 a 28/11/2014
Início da contratação da proposta aprovada: A partir de 10/12//2014

11

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal +10

FONTE FINANCIADORA E DADOS DA AÇÃO JUNTO AO PLANO DE TRABALHO
Componente 1. LEI DO PANTANAL Atividade 6. "Interação Planalto-Planície" Natureza da aquisição: Recursos do Termo de Parceria n. 13.0002.00/2012 Descrição da Natureza de Despesa (CUSTEIO): Diárias, Passagem Nacional, Materiais de Consumo Diversos e Outros Serviços de Custeio (pessoa jurídica) Descrição da Natureza de Despesa (CAPITAL): Equipamentos de Informática Diversos (em conformidade com o aprovado no SICONV)

RECURSOS FINANCEIROS

A proposta aprovada será financiada até o valor total de R$110.000,00 (cento e dez mil reais), devendo a execução financeira ser realizada através do CPP, de acordo com as práticas estabelecidas pelos órgãos financiadores.

Desse montante a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) será alocado na Rubrica Capital e a quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais) alocados na Rubrica Custeio.

Elementos de Despesas	ANO 1 e 2	ANO 3	ANO 4
CUSTEIO			
Diárias	18.500,00	12.500,00	18.000,00
Passagem Nacional	3.000,00	2.500,00	5.000,00
Materiais de Consumo Diversos	1.500,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Custeio	22.000,00	5.000,00	12.000,00
Subtotal 1	**45.000,00**	**20.000,00**	**35.000,00**
CAPITAL			
Bens de Informática	10.000,00	0,00	0,00
Subtotal 2	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL GERAL ANO	**55.000,00**	**20.000,00**	**35.000,00**

ITENS FINANCIÁVEIS

Os recursos do presente processo serão destinados ao financiamento de itens de CUSTEIO e CAPITAL, compreendendo:

CUSTEIO
Material de Consumo Diversos: materiais diversos para viabilizar as atividades do projeto, como: reagente, vidrarias, material de expediente, produtos de limpeza e de conservação, combustível, produtos químicos e biológicos.
Diárias: diárias de campo e para participação de reuniões técnicas durante a execução do projeto. As diárias serão destinadas aos membros da equipe do projeto ou eventual colaborador.
Passagens: aquisição de passagens aéreas e terrestres **no país.**
Serviços de Terceiros: contratação de serviços através de pessoa jurídica devidamente constituída e apta para desenvolver atividades ligadas ao projeto, como: serviços gráficos, análises, tradução.

12

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CAPITAL
Equipamentos de informática diversos: Poderão ser adquiridos equipamentos de informática para estruturar e viabilizar as atividades relacionadas ao projeto, sendo: computadores de mesa e portáteis, HD externo, Impressora.
Os itens de capital adquiridos com recurso deste financiamento serão alocados na instituição de vínculo do coordenador do projeto, sob sua responsabilidade a manutenção e guarda. Devendo ser restituído ao CPP quando do término da vigência do projeto.

PRAZO DE EXECUÇÃO

A proposta de projeto vencedora do presente processo, deverá ter seu prazo máximo de execução em conformidade com a vigência do Termo de Parceria firmado com o MCTI.

CRITÉRIOS PARA A ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade são aqueles indicados no instrumento Chamada Pública n. 01/2014, sendo que o atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para a análise da proposta, seu enquadramento e análise para posterior julgamento. A insuficiência de informações sobre qualquer um dos itens indicados, poderá resultar na desclassificação da proposta.

• PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO
a) Os membros da equipe científica deverão ter currículos compatíveis com a temática do objeto deste processo.
b) Os pesquisadores deverão apresentar documentos oficiais que comprovem que a instituição ao qual está vinculado está ciente da participação deste processo.
c) A equipe deve obrigatoriamente comportar pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa atuantes em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, podendo ou não ser coordenada por pesquisador de reconhecida liderança, proveniente de outras regiões.
d) Ao apresentar a proposta, o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.
e) É obrigatório que os membros da equipe tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes.

• PROPOSTA
As propostas deverão ser apresentadas na forma de PROJETO, de acordo com o Formulário para Proposta de Projeto, Anexo II, devendo apresentar informações suficientes para permitir a correta análise por parte do Comitê Julgador, contendo:
a) Dados do projeto
- Título do Projeto
- Coordenador
- Palavras-chave
- Área Geográfica de execução
- Área / Sub área do conhecimento (de acordo com o CNPq)
- Duração (início e término)

b) Objetivo Geral
c) Objetivos Específicos
d) Justificativa
e) Metodologia
f) Resultados Esperados
g) Impactos

13

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal +10

h) Listar as principais perguntas a serem respondidas pelo Projeto i) Mecanismos de Transferência de Resultados j) Equipe Científica k) Cronograma Físico por Meta l) Indicador Físico de Execução por Meta m) Orçamento Detalhado por Rubrica e Elemento de Despesa n) Identificação de parcerias já estabelecidas com outras instituições, quando for o caso o) Recursos financeiros de outras fontes, quando houver p) Orçamento consolidado de acordo com o teto da Chamada Pública (Capital e Custeio) q) Infraestrutura disponível e apoio técnico para desenvolvimento do projeto

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal +10

ANEXO II

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PROJETOS

1. DADOS DO PROJETO

1.1- TÍTULO

1.2- COORDENADOR

1.3- PALAVRAS-CHAVE

1.4- ÁREA GEOGRÁFICA DE EXECUÇÃO ÁREA / SUB ÁREA DO CONHECIMENTO (consultar tabela CNPq)

1.5- DURAÇÃO (início-término)

2. OBJETIVO GERAL

...

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

...

4. JUSTIFICATIVA

...

5. METODOLOGIA

...

6. RESULTADOS ESPERADOS

...

7. IMPACTOS (sócio-econômicos, ambientais, científicos)

...

8. LISTAR AS PRINCIPAIS PERGUNTAS A SEREM RESPONDIDAS PELO PROJETO

...

9. MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DE RESULTADOS

...

10. EQUIPE CIENTÍFICA

...

11. CRONOGRAMA FÍSICO POR META

15

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal +10

...

12. INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO POR META

...

13. ORÇAMENTO CONSOLIDADO

RUBRICA	ANO 1 e 2	ANO 3	ANO 4
CUSTEIO			
CAPITAL			
TOTAL			

14. ORÇAMENTO DETALHADO POR RUBRICA E ELEMENTO DE DESPESA

14.1 CUSTEIO

ELEMENTO	ANO 1 e 2	ANO 3	ANO 4
Diárias			
Passagem Nacional			
Mat. Consumo			
Serviço Terceiro (Pessoa Jurídica)			
TOTAL			

14.2 CAPITAL (especificar tecnicamente)

EQUIPAMENTO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR (S)

15. IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS ESTABELECIDAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, QUANDO FOR O CASO

...

16. IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS ESTABELECIDAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, QUANDO FOR O CASO

...

17. RECURSOS FINANCEIROS DE OUTRAS FONTES (QUANDO HOUVER)

...

18. INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E APOIO TÉCNICO PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

18

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

ANEXO III

TERMO DE CONCESSÃO DE AUXILIO A PROJETO DE PESQUISA

Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica

Identificação, Processo nº. ___/___/___(a ser preenchido pelo Concedente)

Qualificações

Concedente

CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL – CPP, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº. 05.220.369/0001-23, qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com Registro no Ministério da Justiça nº. 08015.013441/2002-94, sede na Rua Dois, nº 497, sala 02 – Bairro Boa Esperança, CEP 78.068-360 - Cuiabá-MT, doravante denominado CPP

Beneficiário

Coordenador do Projeto/Subprojeto

Nome:
Nacionalidade, Estado Civil:
Titulação:
Endereço Residencial:
CPF e RG:
Instituição à qual está vinculado:

Dados de Identificação do Projeto/Subprojeto

Título do Projeto/Subprojeto:
Componente ao qual o projeto/subprojeto esta vinculado no Plano de Trabalho (PT): **Componente 1 "LEI DO PANTANAL"**

Fonte de Recurso

Termo de Parceria celebrado com o MCT	Nº 13.0002.00/2012

Vigência

Vigência do Termo	**De acordo com o firmado no Termo de Parceria n. 13.0002.00/2012**

Considerandos

( ) Considerando os termos do Estatuto do CPP e o que lá se determina em razão dos associados pesquisadores;

( ) Considerando os termos do Termo de Parceria celebrado entre o CPP e o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI;

( ) Considerando o Manual de Compras e Procedimentos Análogos do Centro de Pesquisas do Pantanal – CPP em razão do Termo de Parceria citado;

Assinaturas

	Coordenador	CPF	Instituição ao qual o coordenador possui vínculo

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Considerando as normas contidas no Manual de Prestação de Contas disponível na página do CPP (www.cppantanal.org.br);

Considerando o projeto assinado pelo Coordenador que congrega pesquisadores em rede, projeto que nesse instrumento também se denominará 'O Projeto' ou simplesmente 'Projeto';

Considerando que os pesquisadores envolvidos no projeto apresentado pelo coordenador e por ele coordenado pretendem participar de uma rede de pesquisa interinstitucional, assim considerada porque congrega pesquisadores de distintas instituições de pesquisa para atuar de forma cooperativa na consecução de pesquisa comum;

Considerando o projeto assinado pelo coordenador como descritivo e complementador de suas obrigações e do que assegura efetuar além da forma como pretende faze-lo.

Registram que

Cláusula Primeira: Do Objeto

O presente Termo visa estabelecer auxílio financeiro a ser oferecido pelo CPP, para despesas de custeio e capital, para a execução do projeto/subprojeto de pesquisa apresentado pelo coordenador ao CPP que, congrega pesquisadores em rede de pesquisas, estabelecendo as condições em que esse suporte ocorrerá.

Clausula Segunda: Do Valor e da Liberação dos Recursos Concedidos

O presente auxílio será concedido da seguinte forma:

RUBRICAS	Cronograma de desembolso		
CUSTEIO	**ANO 1 E 2**	**ANO 3**	**ANO 4**
Elemento de despesa			
Diárias	18.500,00	12.500,00	18.000,00
Passagem Nacional	3.000,00	2.500,00	5.000,00
Material de consumo diversos	1.500,00	0,00	0,00
Outros serviços de custeio	22.000,00	5.000,00	12.000,00
Subtotal 1	**45.000,00**	**20.000,00**	**35.000,00**
** **CAPITAL**			
Bens de informática	10.000,00	0,00	0,00
Subtotal 2	**10.000,00**	0,00	0,00
VALOR TOTAL (1+2)	***55.000,00***	***20.000,00***	***35.000,00***

Clausula Terceira: Da Vigência

O presente Termo vigorará a partir de sua assinatura, de acordo com a vigência Do Termo de Parceria firmado entre CPP e MCTI.

Parágrafo Segundo:

A critério do CPP, este Termo poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

Obrigações do Coordenador

Rubricas

	Coordenador	CPP	Instituição ao qual o coordenador pesquisador pertence

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Cláusula Quarta: O coordenador é solidariamente comprometido e responsável frente ao CPP para a execução do que se propõe no Projeto/subprojeto.

Cláusula Quinta: Deve o coordenador:

i. Observar o cumprimento das metas e obrigações dos outros componentes da rede compromissadas em respeito ao presente.

ii. Cumprir e fazer com que cada pesquisador membro de seu projeto/subprojeto cumpra pontual e precisamente suas metas e obrigações pessoais em respeito à pesquisa que desenvolvem e fazê-la de forma cooperativa com os demais componentes da rede.

iii. Comparecer e presidir, quando apropriado, as reuniões de rede e atender às solicitações de seus componentes.

iv. Prestar contas ao CPP pelo projeto/subprojeto (quando apropriado), reportando-se direta e imediatamente quando demandado e colaborando para que tenham acesso às dependências onde desenvolve seu trabalho e todo e qualquer material que esteja sendo utilizado para ele bem como seus resultados, permitindo a fiscalização.

v. Agir de forma leal e proba em respeito aos recursos e itens financiados.

vi. Exercer suas funções de forma leal e sempre em regime de melhores esforços para o cumprimento do que lhe couber pessoalmente e do que couber ao conjunto de pesquisadores.

vii. Mencionar em qualquer divulgação ou publicação sobre o projeto de pesquisa apoiado, seja na fase de execução ou de divulgação dos seus resultados, o nome do CPP.

viii. Atuar como consultor "ad hoc", sempre que for solicitado pelo CPP.

ix. Não introduzir alterações ou quaisquer modificações no projeto de pesquisa sem a prévia anuência do CPP.

x. Proceder mudanças na concepção e execução do Projeto sempre que, em função das avaliações, houver tal demanda por parte do CPP.

xi. Apresentar ao CPP, relatório técnico das atividades desenvolvidas juntamente com a **comprovação da produção científica de cada pesquisador integrante do projeto**, cujas ações podem estar relacionadas direta ou indiretamente com o projeto, sempre que for solicitado.

Cláusula Sexta: Para fins obrigacionais, mesmo quando distinto do quadro de pesquisadores, o coordenador é inteiramente equiparado a esses no que couber, especialmente face ao CPP.

Obrigações do Concedente

Cláusula Sétima: Garantir o atendimento das demandas do projeto, obedecendo os critérios de execução via SICONV.

Cláusula Oitava: Cabe ao CPP realizar o desembolso dos recursos, no valor e prazos previstos na Cláusula Segunda, acompanhar, avaliar a execução do projeto de pesquisa e os resultados alcançados. Examinar, aprovar os relatórios técnicos apresentados conforme formulários específicos do CPP.

Assinaturas

	Coordenador	CPP	Instituição em que o coordenador presta serviços

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Da Utilização dos recursos

Cláusula Nona: O Beneficiário deverá observar as regras de execução do CPP, contidas no Manual de Prestação de Contas, bem como o Manual de Procedimentos Análogos do CPP, bem como formulários padrões para apresentação de demanda disponíveis no seguinte endereço eletrônico www.cppantanal.org.br

Da Destinação dos Equipamentos e Material Permanente

Cláusula Décima: Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, construídos ou produzidos, integrarão inicialmente o Patrimônio do CPP. Após a aprovação da prestação de contas pelo parceiro público, observando os critérios estabelecidos no Estatuto Social do CPP os bens poderão ser doados, mediante Termo de Doação, à instituição na qual o coordenador e/ou membros da equipe estiverem vinculados.

Cláusula Décima Primeira: Quando solicitando, o Beneficiário deverá fixar etiqueta/placa em local visível, fazendo referencia que o bem foi adquirido com recursos do CPP/MCTI

Cláusula Décima Segunda: O Beneficiário deverá, sempre que for solicitado pelo CPP, fornecer as informações necessárias sobre o estado de conservação e funcionamento dos bens, bem como, permitir, através de inspeção nos locais, verificação de uso regular e de sua localização.

Cláusula Décima Terceira: No caso de roubo, furto ou sinistro envolvendo o bem, após a adoção das medidas cabíveis, o Beneficiário deverá comunicar imediatamente ao CPP, através de relatório contendo as justificativas e a prova de suas causas, acompanhado de cópia autenticada da Ocorrência Policial, ou Administrativa, se for o caso.

Da Prestação de Contas

A prestação de contas será realizada pelo CPP em conformidade com as regras de execução via SICONV

Da Contratação, Suspensão e Rescisão

Cláusula Décima Quarta: O CPP notificará o beneficiário, por meio eletrônico, da aprovação do seu projeto.

Cláusula Décima Quinta: Caso o Beneficiário venha a desistir da execução do projeto, os recursos deverão ser disponibilizados a outras ações do CPP, com justificativa da desistência e envio dos documentos e relatórios solicitados pelo CPP

Contrapartidas

Cláusula Décima Sexta: As contrapartidas porventura existentes, seja do coordenador ou de cada pesquisador envolvido, estão estabelecidas no projeto

Aspectos Gerais

Cláusula Décima Sétima: São normas acessórias ao presente e que o compõem para todos os efeitos, conhecidos de todos os signatários:

I O Estatuto Social do CPP;

[illegible]

	Coordenador(a)	CPF	Instituição ao qual o coordenador pertence/vincula

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

I.) O Termo de Parceria celebrado entre o CPP e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;

II.) O Manual de Compras e Procedimentos Análogos do Centro de Pesquisas do Pantanal – CPP;

III.) O projeto/subprojeto apresentado pelos pesquisadores por via do Coordenador;

IV.) Os termos de convênios ou avenças firmados pelo CPP para consecução do presente com cada uma das instituições às quais os pesquisadores estejam ou venham a estar vinculados;

V.) A Ata da Assembléia Geral do CPP que criou as condições gerais de contratação com o CPP aqui analogicamente aplicada;

VI.) Manual de Prestação de Contas e Anexos;

VII.) Todos os documentos acima estão no site www.cppantanal.org.br.

Cláusula Décima Oitava. Aqui, o beneficiário, declara para todos os efeitos, que conhece os documentos e formulários a que se refere a Cláusula Décima Sétima do presente Termo, assumindo o compromisso de cumprir todas as obrigações de sua responsabilidade ali inseridas.

Cláusula Décima Nona. A equipe envolvida na execução do projeto/subprojeto não gera vínculo de qualquer natureza ou relação de trabalho com o CPP. Se, eventualmente, o CPP vier a ser demandado pela equipe utilizada nos trabalhos, o Coordenador o indenizará das despesas que em decorrência realizar, atualizadas monetariamente.

Cláusula Vigésima. Aplicam-se quando não for expressamente determinado em contrário neste instrumento o Manual de Prestação de Contas do Centro de Pesquisas do Pantanal, as normas estabelecidas do Decreto 7.641/2011 de ciência do coordenador e disponível no site www.cppantanal.org.br.

Cláusula Vigésima Primeira. O coordenador assegura que detém dos pesquisadores citados outorga necessária e suficiente a estabelecer suas obrigações da mesma sorte que assegura ao CPP a integridade das informações curriculares repassadas e o fato de não haver nenhum impedimento para si ou para os pesquisadores que coordenará para a consecução do presente.

Cláusula Vigésima Segunda. O fórum para dirimir qualquer demanda em respeito ao presente será o de Cuiabá, Mato Grosso, preferindo-o todos os signatários a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT_____ de_____ de 2014.

Ass.: _____
Coordenador do Projeto

Ass.: _____
Centro de Pesquisas do Pantanal

_____
Concordância da instituição ao qual o coordenador esta vinculado

Obrigado

	Coordenador(a)	CPF	Instituição ao qual o coordenador(a) pertence/vincula

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Testemunhas

Ass.: _____ **Ass.:** _____

Nome
Identidade
CPF

Nome
Identidade
CPF

Rubricas:

	Coordenador:	CPF	Instituição em qual o coordenador possui vínculo:

CHAMADA PÚBLICA
N. 01/CPP/2014

1. DADOS DO PROJETO

1.1- TÍTULO

Análise e modelagem das interferências do uso e ocupação da terra e de empreendimentos hidrelétricos sobre características hidro-ecológicas do sistema Planalto-Pantanal na Bacia do Rio Cuiabá e São Lourenço

1.2- COORDENADOR

Prof. Dr. Peter Zeilhofer
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Departamento de Geografia / ICHS
Av. Fernando Corrêa da Costa nº 2.367 – Boa Esperança
78060-900 – Cuiabá – MT
Tel.: 65-36158738 / 92836380
email: zeilhoferpeter@gmail.com

1.3- PALAVRAS-CHAVE

SWAT, Sistema hídrico Planalto-Pantanal, vazão, nutrientes, transporte de sedimentos, rotas de migração de peixes

1.4- ÁREA GEOGRÁFICA DE EXECUÇÃO ÁREA / SUB ÁREA DO CONHECIMENTO (consultar tabela CNPq)

Bacias do Rio Cuiabá e São Lourenço, MT / Ciências ambientais

1.5- DURAÇÃO (início-término)

12/2014 - 11/2018 (04 anos)

2. OBJETIVO GERAL

Simulação de cenários das interferências do uso e ocupação da terra (UOT) e de empreendimentos hidroelétricos sobre a vazão, qualidade de água e transporte de sedimentos a partir do modelo *Soil and Water Assessment Tool* (SWAT) e análise destes impactos sobre a migração de peixes no sistema Planalto-Pantanal da bacia do rio Cuiabá / São Lourenço (BCSL).

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

i. Consolidar um Banco de Dados georeferenciado para sistematização de dados hidro-ecológicos e camadas espaciais determinantes dos processos hidrológicos (série de uso e ocupação da terra - UOT etc.) da BCSL

ii. Adquirir dados de vazão líquida e sólida e realização de experimentos de captura de peixes migratórios para aprofundar o entendimento das alterações dos processos hidrossedimentológicos e ecológicos causadas por mudanças de Uso e Ocupação da Terra (UOT) e implantação de hidroelétricas

iii. Desenvolver cenários de UOT na BCSL, considerando o novo código florestal, tendências recentes de desenvolvimento tecnológico na agricultara (plantio de soja na Depressão Cuiabana etc.) e de políticas de desenvolvimento energético (implantação de hidroelétricas, biocombustíveis) para previsões de vazão, transporte de sedimentos e qualidade de água (nutrientes N, P)

iv. Validar a aplicabilidade do modelo SWAT para simulações de vazão, transporte e sedimentos e cargas de nutrientes em resolução temporal mensal em escala de bacia em uma das áreas de contribuição principal do Pantanal Mato-grossense Norte

v. Avaliar os empreendimentos hidroelétricos existentes e planejados referente ao seu impacto sobre as rotas de peixes migratórios, com caracterização da composição taxonômica das assembléias e sua variação espaço-temporal a montante e jusante dos empreendimentos

4. JUSTIFICATIVA

Diversos estudos apontam para a impossibilidade de dissociar qualquer esforço na proteção da planície do Pantanal Mato-grossense dos usos e ocupação da terra (UOT) e atividades antrópicas que ocorrem na suas áreas de contribuição (Hamilton 2002, Junck et al. 2011). Estas pressões vêm se intensificando, principalmente desde os anos 70, com a implementação de diversos programas de ocupação do Cerrado, resultando em aumento de perda de solo e utilização de fertilizantes e pesticidas (deFries 2013). A intensificação da atividade agrícola impulsionou, paralelamente, o crescimento populacional e a implantação de agroindústrias, principalmente nas áreas de depressão no médio curso dos rios Cuiabá e São Lourenço, onde estão localizados os principais centros urbanos (Cuiabá-Várzea Grande e Rondonópolis) do estado de Mato Grosso.

O lançamento urbano de esgotos domiciliares e industriais in natura e a poluição difusa gerada pela atividade agropecuária consistem reconhecidamente as principais fontes de poluição da água nas sub-bacias hidrográficas do Alto Rio Paraguai - BAP (Junk et al. 2011, Junck & Nunhes da Cunha 2005, Miranda et al. 2008, Dores et al. 2008, Silva et al. 2007, Zeilhofer et al. 2006, 2010). A introdução de cargas excessivas de nutrientes nos ecossistemas estimulam o crescimento de algas, induzindo alterações na cadeia alimentar, nas estruturas das comunidades faunísticas (Bailly et al. 2008, Corrêa et al. 2014), e nos ciclos biogeoquímicos do carbono, nitrogênio, fósforo e enxofre (Verhoeven et al. 2006, Scheffer et al. 2001, Jones et al. 2002). Análises exploratórias por técnicas multivariadas (Lima et al. aprovado, Araujo & Zeilhofer 2011, Zeilhofer et al. 2006) identificaram as atividades agropecuárias como uma das causas das elevadas concentrações de nutrientes nos principais mananciais da bacia do Rio Cuiabá, que é, incluindo o rio São Lourenço como principal afluente na planície, um dos principais tributários do Pantanal, responsável por cerca de 40% das suas águas (PCBAP 1997). Apesar da agricultura de grãos e de biocombustíveis ser geralmente identificada como principal fonte de N e P, existem, porém, indícios de uma contribuição subestimada da pecuária, como observado em sub-bacias do Rio São Lourenço (Hunke et al. 2015) e outras regiões agrícolas do Estado, como ao longo do rio Teles Pires, no médio norte do Estado (Zeilhofer & Fonseca 2007).

Além das transformações do UOT estão sendo discutidos possíveis impactos da implantação de usinas hidroelétricas de diferentes tamanhos e características construtivas ('fio de água', com/sem reservatórios de espera) sobre aspectos quantitativos e qualitativos das mananciais (Fatin-Cruz et al. 2014) e sua fauna ictiológica na BAP (Agostinho et al. 2004a, 2004b, 2008, Bailly et al. 2008, Pompeu et al. 2012), inclusive de possíveis efeitos cumulativos de empreendimentos construídos em cascata. Isso ocorre frente a uma expressiva escassez de análises de cunho científico. Estudos como de Paes & Brandão (2013) e Zeilhofer & Moura (2009) se limitaram a avaliar o efeito da APM Manso sobre a vazão, único empreendimento da bacia em estudo que possui um reservatório de regulagem grande. Estudos ictiológicos na bacia são igualmente raros e são restritos aos principais cursos de água como o Rio Cuiabá (Bailly et al. 2008, UEM/Nupélia-Furnas Centrais Elétricas 2005).

Estudos prévios de modelagem hidrológica na BAP são limitados principalmente a abordagens supra-regionais e focalizam na simulação da vazão (Paz et al. 2014, 2011) e nos níveis de água em canais e nas planícies de inundação no Pantanal (Prass et al. 2012, Fatim-Cruz et al. 2011). Em escala de grandes bacias foram estudados possíveis impactos de mudanças climáticas sobre toda bacia do Alto Paraguai (Collischonn & Tucci 2001, Bravo et al. 2013). Neste mesmo contexto espacial vem sendo discutida a importância da manutenção dos hidrogramas ecológicas (Richter et al 2003) para a manutenção das funções ecológicas de planície de inundação (Swarts 2000, Rocha 2010).

Entretanto, não foi encontrado nenhum estudo documentado em revista incluída no *International Scientific Indexing (ISI)* que trata de simulações de cargas poluidoras ou hidrossedimentologicas regionais, introduzidas na planície pantaneira em resolução diária ou mensal. Desta forma, a proposta permitirá elaborar estimativas atuais e futuras das cargas de sedimentos e nutrientes, para duas das principais bacias de contribuição do Pantanal Norte. Apresentará também uma análise sobre até que ponto a poluição difusa e pontual das atividades agrícolas, industriais e provenientes de esgotos domésticos e o aproveitamento do potencial hidroelétrico no Planalto e Depressão Cuiabana influenciam os hidrogramas e as entradas de nutrientes e sedimentos na planície pantaneira.

A relevância da presente proposta parte do pressuposto de que a proteção do Pantanal (Patrimônio Nacional desde 1988, Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera desde 2000) é de interesse do Estado e que o conhecimento de um sistema ambiental é imperativo para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis para sua proteção e conservação, incluindo os grupos da sociedade que indiretamente ou diretamente dependem do mesmo.

5. METODOLOGIA

5.1 Observações gerais

Devido a limitada disponibilidade de recursos financeiros, a proposta é baseada principalmente no uso de dados hidro-ecológicos provenientes de fontes secundários (ANA, ANEEL, Inmet, Seplan, NASA) e que foram ou estão sendo gerados por atividades de pesquisa já realizadas ou que estão em fase de execução pelo grupo de pesquisa GeoHidro proponente, entre eles:

i) Dados de qualidade de água adquiridos durante o projeto PRONEX coordenado pelo proponente (2010-13)

ii) Levantamentos pedológicos da pesquisa cooperativa ECHO (Coordenação Eva Mueller, Universidade Potsdam, Alemanha, financiado pela Emmy Noether-Stiftung)

iii) Dados climatológicos e de qualidade de água e de dados a serem obtidos pela Rede de Monitoramento Multifuncional Planalto/Pantanal – REMAPP (financiamento FINEP)

iv) Dados de qualidade de água e vazão líquida e sólida produzidos pelos projetos "Modelagem das alterações de curta duração e alta frequência na qualidade e quantidade da água provocadas por hidrelétricas utilizando Redes Neurais Artificiais e Análise de Espectro Singular" (Coordenador Ibraim Fatin-Cruz) e "Modelagem das alterações na qualidade e quantidade da água, provocadas por hidrelétricas e seus efeitos na planície de inundação do Pantanal Norte" (Coordenador Peter Zeilhofer, Edital Universal CNPq 2013) a montante e jusante de empreendimentos hidroelétricos da BCSL, das PCHs Ipê, Cambará, Embaúba e Mangaba (entre 1 e 3,3 MW, com reservatórios menores do que 0,14 km^2, Sub-bacia do Tenente Amaral) e da PCH Zé Fernando (Alto São Lourenço, 29,1 MW, reservatório de 5 km^2).

v) Planos de informação da BCSL elaborados no projeto Análise de Risco Ecológico de Sistemas Aquáticos com Base no Planejamento de Conservação para a Bacia do Rio Cuiabá (Coordenadora Lunalva Schwenk, Edital Universal FAPEMAT 2010)

Considerando a escassez de dados de transporte de sedimentos nos rios e o impacto dos empreendimentos hidrelétricos sobre a migração de peixes, serão realizadas medições pontuais de vazão líquida e sólida e campanhas de captura ictiológica a montante e jusante de três

hidrelétricas de diferentes portes. Os procedimentos metodológicos propostos a seguir estão estruturados de acordo com os cinco objetivos específicos expostos (vide item 3)

5.2 Atualização de um Banco de Dados georreferenciado da BCSL

Essa tarefa inclui a sistematização e consolidação de dados alfanuméricos e camadas espaciais determinantes dos processos eco-hidrológicos (série de uso e ocupação da terra - UOT etc.) da BCSL.

5.2.1 Dados hidro-ecológicos

5.2.1.1 Precipitação

Estudos prévios mostram uma boa concordância de dados pluviométricos provenientes da missão *Tropical Rainfall Meteorological Mission* (TRMM, 3B42) com medições das estações pluviométricas da ANA na região (Funatsu et al. 2013, De Deus 2011). Ensaios de simulação de vazão diária realizados por Hunke na bacia do SL (em preparação) confirmam estas avaliações.

5.2.1.2 Vazão líquida e sólida, qualidade de água

Inicialmente será realizada uma atualização das séries disponíveis pelo Hidroweb da ANA. Estudos prévios mostram irregularidades nas consistências dos dados de vazão disponíveis para a BCSL que serão portanto em seguida sujeitas a análises de consistência e aplicados algoritmos de preenchimento de falhas (Destro et al. 2013).

Apesar de diversas tentativas junto a ANEEL, ANA e empresas particulares, realizadas pelo Grupo de Pesquisa (GP), não puderam ser obtidas ainda as medições realizadas pelos empreendimentos elétricos. Estes dados seriam de grande valia por monitorarem na grande maioria bacias de contribuição bem menores do que as estações da ANA e por mostrarem os *modi operandi* das hidrelétricas em alta resolução temporal. Serão intensificadas as tentativas para obtenção destas séries temporais.

5.2.2 Camadas espaciais

5.2.2.1 Modelo numérico de terreno

O GP Geohidro já dispõe de um Modelo Numérico de Terreno da BCSL hidrologicamente consistente, proveniente da missão SRTM e pré-processado a partir do algoritmo Topogrid (Hutchinson 1989) com imposição da rede hidrográfica (atualizada na escala 1:50.000 por interpretação visual de imagens SPOT) e preenchimento de depressões espúrias com resolução espacial de 30m. Este MNT será utilizado no pré-processadores do SWAT para delimitação das sub-bacias e sua parametrização fisiográfica, produtos derivados (declividade etc.).

5.2.2.2 Série temporal de UOT

SWAT permite na sua parametrização a utilização de séries temporais do UOT. Para a calibração e validação do modelo será elaborada uma série temporal do UOT a partir do uso conjuntivo de camadas provenientes da WWF dos anos 2002, 2008, 2010 e 2012 (WWF 2013), combinados com imagens multitemporais de MODIS, produto 13, para diferenciação das áreas agrícolas por suas principais culturas. As classificações serão realizadas por segmentos vetoriais dos mapeamentos da WWF, e uma abordagem de pixels puros, que usa métricas fenológicas (Arvor et al. 2011, Brown et al. 2013, Wardlow et al. 2007) para diferenciação das principais (sequências de) culturas na região (Soja, Algodão, Soja-Algodão, Soja-Milho, Cana de açúcar).

5.2.2.3 Mapas temáticos

Para a bacia em questão está disponível uma base de dados espacial preliminar (ambiente ArcGIS-SQL Server), incluindo planos de informação (PIs) dos pontos amostrais de órgãos públicos e monitorados em projetos do GP Geohidro na última década (vazão, qualidade de água, estações pluviométricas), cartografia básica na escala de 1:100.000, da série temporal de desmatamento desde 1992, camadas temáticos do zoneamento sócio-econômico-ecológico do Estado de Mato Grosso (unidades pedológicas etc.). Registros dos usuários (pisciculturas, indústrias licenciadas etc) disponíveis pela SEMA serão atualizados. A base será ainda completada com séries temporais diárias do sistema sensor TRMM (estimativas especializadas da precipitação) para alimentação do SWAT.

Está em fase de conclusão também tese de Dr. (Gripp, PGFA) que disponibilizará uma série temporal bi-semanal da dinâmica de inundação no Pantanal Norte entre 2000 e 2014, a partir da classificação de imagens MODIS, permitindo um zoneamento hidrológico da planície e assim uma avaliação, quais partes da planície estão recebendo cargas poluidoras do Planalto.

5.3 Campanhas de coleta de dados hidrológicos

Os dados hidrológicos disponibilizados pelo portal Hidroweb da ANA (vazão, qualidade de água, sedimentos suspensos) serão completados com medições de campanhas realizadas, em andamento ou a serem iniciadas pelo GP Geohidro por três projetos aprovados (vide item 15, 16). Os dados de qualidade de água e da vazão sólida suspensa da ANA, na sua grande maioria (Zeilhofer et al., submetido, Hunke et al. 2014) possuem resolução temporal insuficientes e são referentes a áreas de concentração geralmente acima de 1000 km^2, escalas que dificultam elucidar inferência sobre impactos específicos das diferentes atividades antrópicas.

Portanto, esta proposta prevê a realização de dois tipos de coletas-aquisição de dados, direcionadas para minimizar estas lacunas:

i. Coletas de vazão líquida, vazão sólida em suspensão e qualidade de água, direcionadas para aprofundar os conhecimentos da influencia do UCT e das hidrelétricas sobre os processos eco-hidrológicos das mananciais da bacia. É proposta a realização de quatro campanhas de 10 dias cada, amostrando pontos a montante e jusante de 03 empreendimentos hidrelétricos de diferentes portes na bacia (fio de água sem represamento, fio de água com represamento, usina com represa de acumulação). Como sugerido por Carvalho (2000) e para manter a comparabilidade com as estimativas praticadas pelo CPRM, os cálculos da vazão sólida total serão realizados com o método de Colby (1964).

ii. Visitas regulares para manutenção e *backup* de dados em nove estações dimatológicas e seis estações de monitoramento de vazão e qualidade de água contínuo, cuja aquisição está aprovada pelo Edital Proinfra FINEP 2013) (vide itens 15 e 16). O referido edital não disponibiliza nenhum recurso de custeio para a operação destas estações que serão instaladas em dois pólos (**Planalto**: Tenente Amaral - Alto São Lourenço, **Pantanal**: Região SESC) na BCSL, um par inclusive a montante e jusante de uma hidroelétrica. Além dos dados hidrológicos, estas estações produzirão dados meteorológicos (velocidade de vento, umidade relativa, balanço de energia) para alimentação do SWAT.

5.4 Cenários de UOT e do aproveitamento do potencial hidrelétrico

5.4.1 UOT

Estudos recentes demonstraram que o desenvolvimento de UOT no Centro Oeste Brasileiro possui uma dinâmica expressiva de difícil previsão, sendo necessária uma revisão frequente e criteriosa de cenários regionais construídas na última década ou anos. Previsões, como por exemplo, sobre uma desaceleração do desmatamento na Amazônia Legal se mostram otimistas (Galford et al. 2013, VanWey et al. 2013, Macedo et al. 2012), considerando os novos aumentos da atividade diagnosticados em 2014 (Soares-Filho et al. 2014). Lapola et al (2014) salientam atuais pressões das atividades antrópicas dentro (desmatamento, navegação) e no entorno (uso agrícola e sua intensificação) da planície pantaneira. Propomos, portanto um acompanhamento direto de estatísticas regionais do setor agrícola e energético e publicações recentes durante os dois primeiros anos do projeto (2015-16) para embasar cenários de relativamente curto prazo, para os anos 2020, 2025 e 2030.

Está disponível uma ampla gama de propostas científicas e implementações de ambientes de modelagem para desenvolvimento de cenários de UOT (Verburg et al. 2004, Verburg et al., 2006, Eastman et al, 2005), chamadas comumente modelos *LUCC* (*Land Use and Cover Change*). Muitas das abordagens são baseadas ou similares a família dos modelos CLUE (Conversão dos usos da terra e seus efeitos) que permite uma descrição espacialmente explícita, dinâmica, multi-escala e quantitativa das mudanças no uso da terra (Veldkamp & Fresco 1996, Verburg et al. 1999). Várias técnicas inicialmente desenvolvidas para o CLUE, possuem implementação a partir do LuccME (Aguiar 2006, Carneiro 2006), uma ferramenta de código aberto para a construção e customização de modelos de mudança de uso e cobertura da terra, projetada como extensão do ambiente de modelagem TerraME (TerraME-LuccME Core Team 2011). Implementado com base na biblioteca SIG de código aberto TerraLib, TerraME-LuccME possui acesso direto a um banco de dados geográfico e interface com o software TerraView para manipulação e análise interativa de camadas espaciais.

O LuccMe possui abordagem *top-down*, na qual a demanda por mudança de uso é alocada espacialmente de acordo com a aptidão de uma célula. Para a implementação do modelo UOT da BCSL será necessário:

i. Cálculo da demanda

Consiste em uma análise dos determinantes do LUCC que é baseada em um diagnóstico dos sistemas de uso, suas importâncias na região e os seus determinantes (*drivers*) (Verburg et al. 2002). Para a estimativa da demanda por UOT está proposta uma extrapolação das tendências recentemente observados na bacia, considerando que não existe atualmente modelo econômico formalizado para a região. Como resultado será apresentado, de forma tabular, a área dos diferentes UOTs de forma anual, entrada do iii) módulo de alocação.

ii. Estimativa do potencial de transição para cada célula

Consiste na análise de dados históricos da transição entre usos, parametrizados geralmente por modelos de regressão. Esta análise empírica determina as relações entre a distribuição do UOT e fatores que se apresentam determinantes significativos (*drivers, constraints*) do UOT. No estudo, estes modelos serão desenvolvidos a partir de amostras das séries temporais de UOT na BCSL e suas relações com camadas espaciais das características sócio-ambientais da bacia (vide 5.2.2). Resultam em mapas de probabilidade de cada célula de mudar de um para outro(s) uso(s).

iii. Construção de um procedimento de alocação.

Neste procedimento devem ser definidas regras de decisão, que determinam as condições sob as quais um UOT pode mudar na próxima interação do modelo. Desta forma são atribuídas a certos tipos de UOT certas resistências contra mudanças (p. ex. total ou muito alta em reservas ambientais e indígenas respectivamente) para modelar a estabilidade da estrutura da paisagem, considerada relativamente alta na BCSL, em comparação com outras regiões no norte e noroeste do estado. A alocação consiste de um procedimento interativo calculado em cada passo temporal, de acordo com os mapas de probabilidade, as regras de decisão em combinação com o uso atual e a demanda dos diferentes tipos de UOT.

Devido a complexidade da tarefa – modelos LUCC devem representar a interface de sistemas sociais e ecológicas múltiplos (Verburg et al. 2002) –, o desenvolvimento de um novo modelo LUCC para a BCSL está fora do escopo do projeto, dos recursos humanos e da capacidade técnica da equipe. Desta forma serão adaptados modelos pré-existentes disponíveis para a Amazônia Legal (ex. discretemodelexample.lua), disponíveis em http://www.terralab.ufop.br/dokuwiki/ ou em desenvolvimento pelo grupo LuccME/BRCerrado da UNB.

Neste contexto, a BCSL possui níveis de desmatamento consolidados. A maioria das áreas de Planalto com alta aptidão agrícola se encontra desmatada desde mais do que 30 anos, parcialmente além dos limites da legislação ambiental vigente. Devido a sua centralidade, a demanda (i) por uso agropecuário é alto, porém fortemente limitado (-> ii) baixos potenciais de transmissão). Na determinação dos potenciais de transmissão serão consideradas as mudanças de legislação de acordo com o novo Código Florestal que supostamente devem intensificar novamente os desmatamentos no bioma Cerrado (Soares-Filho et al. 2014). Desmatamentos ocorrem atualmente em áreas de Cerrado sobre solos de baixa aptidão agrícola na Depressão Cuiabana, com instalação de plantações de eucalipto. Outra tendência recente consiste na introdução do plantio de soja na Depressão Cuiabana, em solos rasos desenvolvidos sobre formações pré-cambrianas, utilizados tradicionalmente somente para pecuária. De acordo com estas características regionais da BCSL, o modelo LUCC será modulado com diferentes demandas de UOT (culturas de grão, biocombustíveis) e resistências das áreas de vegetação natural remanescentes contra desmatamento, resultando nos cenários, entradas das simulações com o SWAT.

5.4.2 Implantação de hidroelétricas na BCSL

A bacia do Alto Paraguai possui atualmente (Setembro 2014), 38 empreendimentos hidrelétricos em operação e mais 87 em diferentes fases de planejamento e implementação, consistindo assim um alto potencial de impactos sobre a hidrologia, sedimentologia e ictiofauna. A implementação dos empreendimentos planejados dependerá entretanto de interesses fortemente contrastantes, como desenvolvimento de demanda por energia elétrica no país, aspectos político-econômicos e ambientais (programas de financiamento de geração de energia, emissão de gases estufa etc.).

A ANEEL (2014) possui Indicadores de Monitoramento da Fiscalização, demonstrando a i) situação das obras, ii) a previsão de início de obras (quando não iniciada), iii) a situação da execução do cronograma e iv) a classificação da viabilidade da implantação. Disponibiliza ainda listagem atualizada dos Inventários hidrelétricos (http://www.aneel.gov.br/biblioteca/) com informações sobre os níveis altimétricos a montante e jusante, potência e tamanho de reservatório. Estas duas fontes de informações serão utilizadas para o desenvolvimento dos cenários de implantação de hidroelétricas na BCSL. Sendo todas as informações

georreferenciadas, os respectivos empreendimentos podem ser incluídos para cada cenário na base de dados do SWAT para simulações dos seus possíveis impactos sobre aspectos hidrológicos e hidrossedimentologicos.

5.5 Parametrização, teste e análise de incerteza do modelo SWAT e simulações de vazão, transporte de sedimentos e cargas de nutrientes para os cenários de UOT

5.5.1 Escolha do modelo

A proposta da utilização do modelo SWAT para modelagem do sistema hídrico da bacia e simulações de cenários futuros de UOT e de empreendimentos hidroelétricos baseia-se nos seguintes pré-disposições:

i) O SWAT permite estimativas de vazão, transporte de sedimentos e nutrientes (com consideração de empreendimentos hidroelétricos), dispensando a alimentação e calibragem dos componentes representando o balanço hídrico (BH) em modelos distintos. Dessa forma, deve-se evitar desvios sistemáticos na estimativa do BH, caso modelos distintos sejam utilizados para a simulação dos parâmetros propostos (vazão líquida e sólida, nutrientes). Espera-se assim também aumentar a capacidade de interpretação conjuntiva dos resultados obtidos.

ii) O modelo possui desempenho comprovado para as simulações de mudanças de UOT (Du et al. 2013) e influência de hidrelétricas sobre o escoamento e qualidade de água (Liechti et al. 2014), inclusive em regiões tropicais com disponibilidade limitada de dados de entrada (Stehr et al. 2008)

iii) O grupo proponente tem experiência preliminar na aplicação do modelo na bacia em estudo. O proponente do projeto foi orientador de uma Dissertação de Mestrado (Baldisseira 2006), com aplicação do SWAT para estimativas de vazão na bacia. Estão em fase de conclusão três teses de doutorado (Klemp, Rodrigues, Dr. em Física Ambiental, UFMT, Hunke, Geoecologia, Universidade de Potsdam, Alemanha, Instituição colaboradora) orientados por membros do grupo Geohidro (Zeilhofer, Mueller) com estudos da sensibilidade do modelo em simulações da vazão e qualidade de água.

iv) Estudos recentes apontam para uma conectividade elevada entre processos erosivos e qualidade de água (Bracken et al. 2013). Diversas sub-bacias da BCSL possuem alta suscetibilidade a erosão por voçorocamento (Jesuz et al 2013). Neste contexto, está em processo de avaliação junto ao *Deutsche Forschungs Gemeinschaft* (DFG, Alemanha) projeto colaborativo intitulado '*Understanding the ecohydrological organisation of water and land resources in heavily modified catchments of the Cerrado: Scaling and modelling of disturbance*' (coordenação Dr. Eva Mueller) que visa, entre outros, o acoplamento do *Tillage-Induced Ephemaral Gully Erosion Model* – TIEGEM (Flynn et al. 2013, Thompson et al. 2013) ao SWAT para estimativa da produção de sedimentos por voçorocamento.

5.5.2 Concepção

O SWAT é um modelo para escala de bacias em tempo contínuo, que pode operar em resolução temporal diária ou mensal, desenvolvido para previsão dos impactos de UOT sobre o balanço hídrico, vazão, transporte de sedimentos e cargas de elementos químicos (nutrientes, pesticidas) e biológicos (bactérias, patogênicos) (Arnold & Fohrer 2005). Para a modelagem, uma bacia é dividida em múltiplas sub-bacias que são geralmente subdivididas em unidades de

resposta hidrológica (URH) com características de UOT, manejo e solos homogêneas (Gassman et al. 2007). O modelo simula a hidrologia por um sistema de dois componentes, os das fases terrestres e do roteamento nos canais. O balanço hídrico por URH é calculado como função da precipitação, escoamento, evapotranspiração, percolação e retorno de fluxo (*return flow*). O escoamento superficial pode ser simulado pelos métodos de *Curve Number (CN)* do *Soil Conservation Service (SCS)* ou a equação de infiltração de Green-Ampt. A evaporação potencial pode ser calculada a partir dos métodos de Hargreaves, Priestly-Taylor ou Penman-Monteith (Arnold et al. 2010). Para cálculo do balanço hídrico de cada URH podem ser utilizados quatro volumes de armazenamento: o perfil do solo (0 to 2 m), o aquífero raso (2 to 20 m) o aquífero profundo (>20 m) e, irrelevante na área de estudo, a neve. O método básico do roteamento nos canais é baseado no modelo *Routing Outputs to Outlet* (ROTO), mas possui capacidades estendidas para roteamento e transporte de poluentes, incluindo os efeitos de reservatórios, lagoas, áreas úmidas, poluição pontual, e tanques sépticos, como também técnicas avançadas de roteamento de sedimentos (Arnold et al. 2010) e rotinas kinéticas do modelo QUAL2E model (Brown and Barnwell, 1987).

5.5.3 Parametrização, calibração, análise de incertezas e simulação de cenários

O SWAT será parametrizado separadamente para duas sub-áreas, as partes altas e médias da bacia do Rio Cuiabá e São Lourenço. A confluência dos dois rios ocorre na parte baixa da planície alagável, cuja simulação não está proposta, por se tratar de uma tarefa com limitações pela concepção do modelo (Liechti et al 2014, Bosch et al. 2010, Liu et al. 2008), principalmente no que se refere a simulações de qualidade de água e transporte de sedimentos (Bouwman et al 2013).

As principais entradas incluirão a grade TRMM (Precipitação), dados meteorológicos, tais como temperatura máxima e mínima, radiação solar, umidade relativa e velocidade de vento (INMET, estações REMAPP), UOT (WWF, classificação de imagens MODIS), unidades de solo (SEPLAN) e as práticas de manejo (Hunke, Klemp, teses de Dr. em preparação) cujas origens e pré-processamentos estão detalhadas no item 5.2.

Primeiros resultados de calibração mostram incertezas elevadas em simulações da vazão diária na sub-bacia do alto São Lourenço (Hunke, em preparação)(Fig. 1), com coeficiente de eficiência de Nash-Sutcliffe somente entre 0,27 e 0,42.

Considerando que estas incertezas tendem a aumentar em simulações de qualidade de água e transporte de sedimentos, estão propostas simulações em resolução mensal para todos os parâmetros (vazão sólida e líquida, nutrientes N e P).

A calibração de um modelo distribuído consiste em um processo interativo e demorado, pois a otimização de um parâmetro pode resultar na diminuição do desempenho geral do modelo (Refsgaard, 1997). Para aumentar a eficiência das calibrações, as mesmas serão realizadas a partir do software SWAT CUP (Van Griensven et al. 2006), desenvolvido também para as análises de sensitividade, validação e análise de incertezas. De acordo com estudos anteriores, as principais variáveis que sensivelmente determinam as estimativas do escoamento nos canais e assim devem ser calibradas devem compreender o valor CN, a capacidade de água disponível, o coeficiente de evaporação do solo e os coeficientes de defasagem do escoamento superficial e subterrâneo (Neitsch et al., 2002b). Uma re-calibração com inclusão de dados de qualidade de água etc. altera os as variáveis hidrológicas ajustadas para simulações de vazão. Desta forma está aqui proposta a utilização p.ex. de dados observados de cargas de nutrientes (N, P) no processo da calibração.

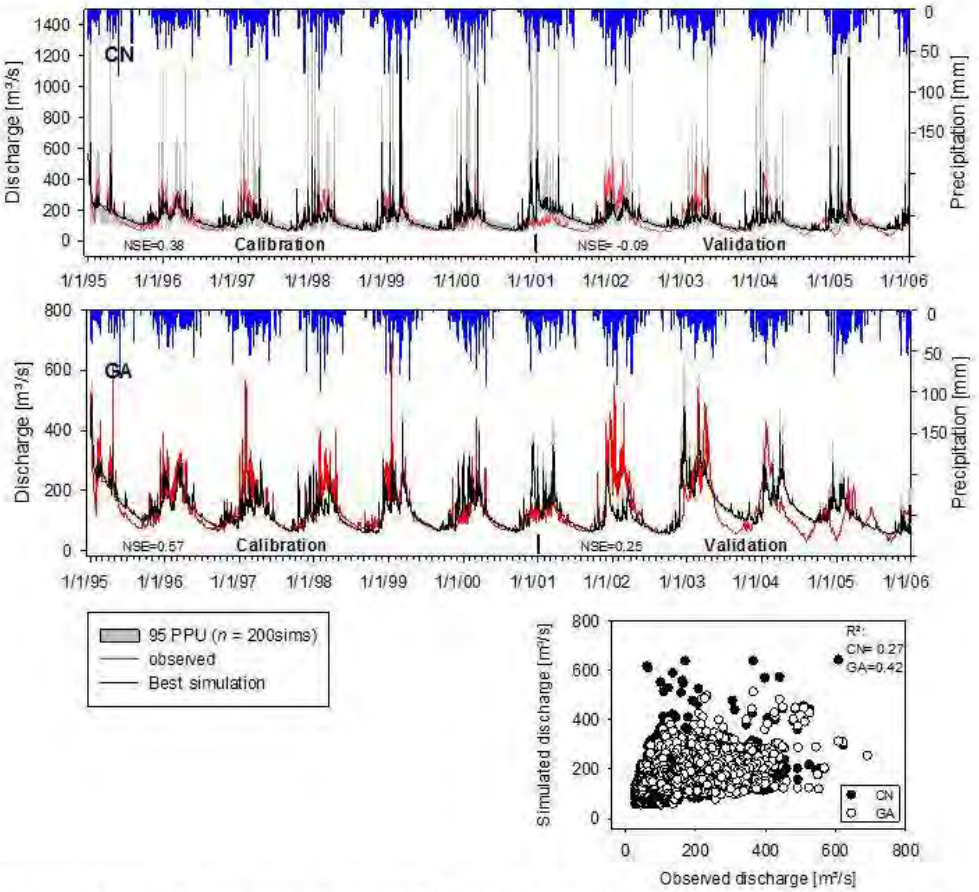


Figure 1: Resultados da calibração (1995-2001) e validação (2002-2006) do modelo SWAT para dois métodos de simulação da precipitação excedente (*CN- Curve Number, GA- Green and Ampt*) para previsão da vazão diária na saída da bacia do alto São Lourenço (~7000 km²).

Para as simulações futuras (2018, 2020 e 2025), as camadas de UOT e das hidroelétricas existentes serão substituídas pelos cenários UOT e implantação de hidroelétricas projetadas (vide item 5.3).

5.5 Avaliação dos empreendimentos hidrelétricos existentes e planejados referente ao seu impacto sobre peixes migratórios (existência de canais remanescentes etc.)

Os estudos ictiológicos serão realizados a montante e jusante de três hidroelétricas de diferentes tamanhos e concepção da BCSL (fio de água sem represamento, fio de água com represamento, usina com represa de acumulação).

Para amostragem serão selecionados 06 trechos (03 a montante, 03 a jusante) de cada empreendimento de forma a incluir a maior gama possível de ambientes diversificados para habitação dos peixes. Cada trecho de amostragem cobrirá uma extensão de cerca de 100 metros

da drenagem com quatro amostragens (dois períodos chuvosos e dois períodos de seca). Os peixes serão capturados utilizando quatro apetrechos de pesca: redes de mão/peneira (2 mm de abertura de malha), redes de espera (várias aberturas de malha), rede de arrasto (picaré) e tarrafa. Uma bateria de 13 malhadeiras (malhas de 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90, 100, 120, 140, 160 mm entre nós opostos) com 20 m de comprimento e 2 m de altura será utilizada. As redes serão armadas às 14 h e retiradas 24 h depois, com vistoria às 21 h e 07 h para retirada dos exemplares capturados. Assim, o esforço amostral total por local será de 480 m^2 de área de malhadeira, por 24 horas consecutivas. Seis lances utilizando uma rede de arrasto de 6 m de comprimento, 2,5 m de altura e malha de 2 mm entre nós opostos serão utilizados, bem como, 20 lances de peneira nas estações que apresentarem profundidade inferior a 1,5m.

Os peixes capturados serão fixados em solução de formalina a 10% e depois conservados em álcool a 70%, identificados e posteriormente depositados na Coleção de Peixes da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. A identificação dos peixes será realizada com auxílio de Manuais de Identificação de Peixes Neotropicais, chaves regionais e artigos de descrição de espécies. As análises das assembleias e das espécies selecionadas serão realizadas seguindo métodos amplamente utilizados pela comunidade científica.

Os dados ictiológicos serão avaliados a partir de técnicas exploratórias da estatística uni- e multivariada. Serão determinados Índices de Dispersão, Dominância, Frequência e Diversidade das assembleias encontradas, com testes comparativos entre trechos a montante e jusante dos empreendimentos (Agostinho et al. 2004).

A fim de determinar a composição da ictiofauna e quantificar a riqueza de espécies, utilizada como diversidade alfa em cada trecho a montante e a jusante dos reservatórios, serão elaboradas listas das espécies de peixes, totalizando o número de espécies (riqueza) encontradas em cada empreendimento amostrado. Como é praticamente impossível a completa amostragem das espécies em uma comunidade será utilizado o método *jackknife* para estimativa da riqueza de espécies, bem como, seu intervalo de confiança (alfa = 0,05), para os trechos a montante e a jusante de cada reservatório. Este método será selecionado devido a sua robustez quando aplicado a amostras pequenas (Hellmann & Fowler, 1999).

Para verificar se existe diferença significativa na composição de espécies entre as porções a montante e a jusante dos empreendimentos (variação espacial) estudados será utilizada uma Análise de Variância Permutacional (PERMANOVA) com a matriz de abundância das espécies. A métrica UPGMA será utilizada como método de agrupamento para a menor distorção dos dados. A matriz de dados originais será comparada com a matriz cofenética, através do teste de Mantel, a fim de avaliar o grau de distorção proporcionado pelo método de agrupamento sobre os dados originais, com o coeficiente de 0,8 sendo o mínimo considerado. Os dados de ocorrência das espécies serão utilizados para verificar diferenças significativas na composição de espécies de peixes em cada empreendimento (montante vs jusante) e entre os empreendimentos amostrados. Desta forma, será utilizado o coeficiente de Jaccard para definir a medida de similaridade entre os locais.

A ocorrência das principais espécies de peixes, selecionadas ao longo do projeto, de acordo com as características biológicas de interesse será modelada através de Regressão Logística, para quantificar a importância de cada descritor ambiental na determinação da probabilidade P de suas ocorrências. Serão realizados ainda testes, se a probabilidade de ocorrência das espécies pode ser espacializada através de Krigagem, considerando o modelo completo da Análise de Regressão Logística (Quinn & Keough, 2005).

Para quantificar a influência das variáveis ambientais sobre a distribuição espacial da composição, abundância e diversidade (riqueza) das espécies de peixes, serão realizadas Análises de Correspondência Canônica (CCA) ou Análises de Agrupamentos de acordo com os pressupostos a serem testados após obtenção dos dados. A técnica da CCA é indicada como um

dos mais eficientes métodos de análise de gradiente diretos para estudo em ecologia de comunidades (Rodriguez & Lewis, 1997; Suarez et al., 2001).

Devido à representatividade limitada das coletas dentro do orçamento da proposta, não consideramos viável modelações empíricas que permitirão previsões quantitativas sobre as mudanças das composições das assembleias para cenários futuros.

6. RESULTADOS ESPERADOS (incluindo publicações, formação de RH e divulgação para a sociedade)

i. A equipe proponente tem compromisso comprovado com a disseminação das suas pesquisas, com mais do que 30 artigos publicados em revistas nacionais e internacionais nos últimos 03 anos. Objetiva-se consolidar esta prática, com publicação de pelo menos seis artigos QUALIS A e participação de docentes e discentes em eventos especializados.

ii. Envolvimento de no mínimo cinco alunos de IC, quatro alunos de Mestrado e dois de Doutorado, representando discentes de no mínimo quatro cursos de Graduação (Geografia, Química, Engenharia Sanitária e Ambiental, Ciência de Computação – Campus Universitário do Araguaia) e no mínimo de três cursos de pós-graduação (Mestrado em Geografia e Recursos Hídricos, Mestrado-Doutorado em Física Ambiental) da UFMT. Isso significará uma contribuição significativa na consolidação da qualidade e produtividade dos citados cursos e do grupo de pesquisa Geohidro a partir da integração de acadêmicos de diversos departamentos da UFMT (Geografia, Química, Matemática, Física, Engenharia Sanitária e Ambiental, Instituto de Ciências Exatas e da Terra - Campus Universitário do Araguaia).

iii. Elaboração de evidências científicas sobre os impactos ambientais do UOT e a geração de energia hidrelétrica sobre os recursos hídricos em duas das principais bacias de contribuição do Pantanal Norte e suas perspectivas futuras.

7. IMPACTOS

i. A análise e modelagem de vazão (hidrogramas), cargas de nutrientes e transporte de sedimentos em função do UOT e dos aproveitamentos hidrelétricos contribuirão para uma discussão mais objetiva da situação dos recursos hídricos na BAP, seus estressores e perspectivas futuras. As simulações de cenários futuros permitirão uma avaliação qualitativa do nível de risco ecológico gerado nos próximos anos sobre os sistemas aquáticos região, dando aos órgãos públicos e à sociedade civil evidências científicas para sua tomada de decisão e posicionamento em questões referentes ao planejamento socioeconômico e ambiental.

ii. A parametrização, calibração e validação do SWAT em duas importantes sub-bacias da BAP permitirá uma avaliação científica sobre a aplicabilidade da modelagem hidrológica e suas incertezas para a previsão nas áreas de contribuição da planície pantaneira.

iii. O estudo ictiológico proposto providenciará primeiras evidências de possíveis impactos de hidrelétricas de menor porte (PCHs) sobre a migração de peixes e sobre a composição das assembleias em rios de menor ordem na BCSL, subsidiando políticas públicas para o setor pesqueiro tradicional.

iv. Modernização da Atualização dos Bancos de Dados georreferenciados de dados hidro-ambientais e melhoria no acesso pela Internet, serviço extensamente utilizado por alunos de graduação e pós-graduação de diversos Departamentos da UFMT.

v. Consolidação e aprofundamento da colaboração do CPP, do GP e dos PPGs envolvidos com instituições de ensino e pesquisa nacionais (UFRGS, EMBRAPA Pantanal) e internacionais (Universidade de Potsdam, Universidade Freiburg, Alemanha, Hutton Institute, UK), com assimilação de novas técnicas científicas (modelagem etc.).

8. PRINCIPAIS PERGUNTAS A SEREM RESPONDIDAS PELO PROJETO

Neste contexto formulam-se como principais questionamentos de cunho técnico-científicos para a pesquisa proposta:

i. Quais são as cargas de nutrientes (N, P) e qual o transporte de sedimentos gerados na BCSL e qual é a interferência de empreendimentos hidrelétricos sobre as mesmas?

ii. Quais os principais fatores determinantes ou funções de força (drivers) e fatores de estresse (*stressors*) sobre aspectos quantitativos (vazão liquida e solida) e qualitativos (N, P) do sistema hídrico da BCSL e qual é a sua importância relativa?

iii. Quais são as influências dos diferentes tipos de empreendimentos hidrelétricos sobre os hidrogramas e transporte de sedimentos, e como estas influências são sobrepostas com efeitos das mudanças do UOT nas suas áreas de contribuição.

iv Quais são as possíveis alterações do UOT e suas magnitudes (inclusive aproveitamento do potencial hidrelétrico) na BCSL e como os cenários gerados podem alterar abordagens adaptadas para as características climático-ambientais e de disponibilidade de dados na região para modelação dos aportes de nutrientes, seu transporte e transformação nos rios e dispersão na planície?

v Qual a confiabilidade e sensibilidade do modelo SWAT para sua utilização na previsão hidrológica e hidrossedimentológica na BCSL?

vi. Quais são assembleias ictiológicas típicas de afluentes do Pantanal Norte e seus padrões espaços-temporais?*

vii. Quais são as influências dos empreendimentos hidrelétricos sobre as rotas de migração de espécies chaves da bacia do Rio Cuiabá?*

* devido a limitada disponibilidade de recursos financeiras, esta pesquisa somente dará respostas iniciais sobre a questão

9. MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DE RESULTADOS

i. Publicação de artigos revistas nacionais e internacionais. Objetiva-se a publicação de pelo menos seis artigos internacionais em revistas de estrato A da QUALIS.

ii. O grupo de pesquisa se compromete em participar em seminários, encontros, e congressos oferecidos pelo CPP e outras instituições de ensino-pesquisa e associações relevantes (ABRH, ABES etc.) divulgando os resultados da pesquisa a partir de painéis, palestras e participação em mesmas redondas e workshops.

iii. Participarão de acordo com a demanda em atividades de extensão do CPP e da UFMT para esclarecimento da sociedade civil sobre as temáticas abordadas na pesquisa.

iv. Os dados adquiridos pelo projeto serão disponibilizados para a comunidade de acordo com as políticas do CPP.

10. EQUIPE CIENTÍFICA

Nome do Pesquisador	Titulação	Instituição
1- Débora Fernandes Calheiros	Dra.	Embrapa Pantanal / UFMT
2 - Eliana Dores	Dra.	UFMT (Dep. de Química)
3 - Emerson Soares dos Santos	Dr.	UFMT (Dep. de Geografia)
4 - Gilson Alberto Rosa Lima	Dr.	UFMT (Dep. de Engenharia Sanitária e Ambiental)
5 - Ivairton Monteiro Santos	Dr.	UFMT (Instituo de Ciências Exatas e da Terra, Campus Araguaia)
6 - Karina Keyla Tondato	Dra.	UFMT (Instituo de Ciências Exatas e Naturais, Campus Rondonópolis)
7 - Olavo Pedrollo	Dr.	UFGRS (Instituto de Pesquisas Hidráulicas)
8 - Peter Zeilhofer	Dr.	UFMT (Dep. de Geografia)

Alunos de graduação e de pós-graduação em Recursos Hídricos (Ms.), Física Ambiental (Ms., Dr.) e Geografia (Ms.) atuais e de acordo com processo seletivo 2014/2015/2016

II. CRONOGRAMA FÍSICO POR META

Metas	01-15	02-15	03-15	04-15	01-16	02-16	03-16	04-16	01-17	02-17	03-17	04-17	01-18	02-18	03-18	04-18
Consolidação do Banco de Dados hidro-ecológicos e camadas espaciais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Coleta de dados de vazão líquida e sólida, campanhas de captura de peixes migradores			X		X			X		X						
Desenvolvimento de cenários de UOT na BCSL incluindo implantação de hidrelétricas					X	X	X	X	X	X	X	X				
Modelagem e simulações com SWAT		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Análises estatísticas (vazão líquida e sólida, qualidade de água, dados ictiológicos)					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Relatórios e publicações					X	X			X	X			X	X	X	X

II2. INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO POR META

Metas	Indicador Físico de Execução
Consolidação do Banco de Dados hidro-ecológicos e camadas espaciais	Banco de dados atualizado e disponível para buscas, subsidiando análises estatísticas e alimentação do modelo SWAT
Coleta de dados de vazão líquida e sólida, campanhas de captura de peixes migradores	Dados hidrossedimentológicos e ictiológicos adquiridos e sistematizados
Desenvolvimento de cenários de UOT na BCSL incluindo implantação de hidrelétricas	Cenários de UOT espacialmente explícitos simulados a partir do ambiente MeLuc
Modelagem e simulações com SWAT	Modelo SWAT parametrizado, calibrado, validado com análise de incertezas, simulações de cenários para os hidrogramas, transporte de sedimentos e cargas de N e P (2018, 2020, 2025)
Análises estatísticas (vazão líquida e sólida, qualidade de água, dados ictiológicos)	Padrões espaço-temporais das características eco-hidrológicas e das assembleias ictiológicas (sub-bacias de diferentes UOT, trechos a montante e jusante de empreendimentos hidrelétricos)
Relatórios e publicações	Relatórios entregues, publicações aprovadas ou submetidas

13. ORÇAMENTO CONSOLIDADO

RUBRICA	ANO 1 e 2	ANO 3	ANO 4
CUSTEIO	45.000,00	20.000,00	35.000,00
CAPITAL	10.000,00	-	-
TOTAL	55.000,00	20.000,00	34.944,00

14. ORÇAMENTO DETALHADO POR RUBRICA E ELEMENTO DE DESPESA

14.1 CUSTEIO

ELEMENTO	ANO 1 e 2	ANO 3	ANO 4
Diárias	18.500,00	12.500,00	17.960,00
Passagem Nacional	3.000,00	2.500,00	5.000,00
Material de Consumo	1.500,00	0,00	0,00
Serviço Terceiro (Pessoa Jurídica)	22.000,00	5.000,00	11.984,00
TOTAL	45.000,00	20.000,00	34.944,00

14.2 CAPITAL

EQUIPAMENTO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR (R$)
Notebook	Notebook de alto desempenho e autonomia para subsidiar trabalhos de campo (leitura data logger, ligação com GPS etc.). Prozessador i7 (4. geração), 15", 16 GB Ram, SSD 128 GB, HD 1TB com garantia de 03 anos	1	1	3.800,00
Estação de trabalho	Estação de trabalho de alto desempenho para modelagem hidro- sedimentológica Prozessador XEON (E3- 1225 v3 (04 núdeos, 3,20 GHz), 64 GB Ram, SSD 256 GB, 2*HD 2TB, Placa de Video 3 GB, Monitor 23", com garantia de 03 anos	1	1	6.200,00
TOTAL				10.000,00

14.3 JUSTIFICATIVAS DAS DESPESAS DE CUSTEIO

Natureza					
Elemento da Despesa	**Item**	**Discriminação**	**Qtde**	**Valor unit.**	**Valor total**
Diárias	01	Instalação da REMAPP, pólo Planalto Instalação da REMAPP, pólo Pantanal Manutenção da REMAPP, pólo Planalto Manutenção da REMAPP, pólo Pantanal	04 dias * 02 pessoas 04 dias * 02 pessoas 02 dias * 02 pessoas* 12 campanhas 02 dias * 02 pessoas* 12 campanhas	180,00 180,00 180,00 180,00	1.440,00 1.440,00 8.640,00 8.640,00
Diárias	02	Campanhas de monitoramento hidrossedimentológico e de capturas ictiológicas em 03 hidrelétricas da PCSL *os custos de material de consumo serão complementados por 02 projetos de pesquisa financiados (vide Item 03)	10 dias * 04 pessoas* 04 campanhas	180,00	28.800,00
Material de consumo	01	Combustível Diesel para caminonete S10 para Trabalhos de Campo *os custos serão complementados por 02 projetos de pesquisa financiados (vide Item 03)	500 litros	3,00	1.500,00
Serviço de Terceiros (pessoa jurídica)	01	Seguro contra roubo e danos pessoais da camionete S 10 do GP Geohidro, utilizada para todos os trabalhos de campo proposto (prêmio de R$50.000,00)	04 anos	4450,00	17.800,00
Serviço de Terceiros (pessoa jurídica)	02	Serviços de Revisão S10 para garantir o funcionamento seguro nas viagens de campo de coleta de dado	04 un	920,00	3.680,00
Serviço de Terceiro (pessoa jurídica)	03	Tradução de artigos científicos para língua inglesa (5000 a 6000 palavras)	06 trabalhos	900,00	5.400,00

Serviço de Terceiro (pessoa jurídica)	04	01 Licença do software de Geoprocessamento ENVI 5.2 com módulos para correção atmosférica (FLash) e classificação orientada a objetos (FX). A elaboração das series temporais de IICT necessita de um software de geoprocessamento estável e processamento em lote, que implementa correção atmosférica e classificação orientada a objetos	01 licença	12.104,00	12.104,00
Passagens	01	Congressos-Workshops Nacionais (diversos)	8 unit	900,00	7.200,00
Passagens	02	Viadas Prof. Dr. Olavo Pedrollo (IPH, Porto Alegre –Cuiaba - Porto Alegre)	3 unit	1100,00	3.300,00
			Sub-total Custeio*		88.944,00

*Sub-total Custeio: soma das despesas previstas com diárias, material de consumo, serviços de terceiro pessoa jurídica, serviço de terceiro pessoa física e passagens

15. IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS ESTABELECIDAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

A elaboração desta proposta foi ativamente subsidiada e está endossada por Dr. Eva Mueller, Univ. Potsdam, Alemanha, Investigadora principal do grupo de pesquisa ECHO (*Feedbacks between ecological and hydrological systems*) da Associação Alemã de Pesquisa (DFG) (http://www.geo.uni-potsdam.de/member-details/show/180.html), com a qual o GP proponente mantém contatos científicos intensos.

Espera-se também que outros contatos internacionais já estabelecidos, com Dr. Andrew Vinten (Hutton Institute, UK), Prof. Catedrático Dr. Markus Weiler da Universidade de Freiburg, Alemanha (Geografia/Hidrologia) e Prof. Dr. Stephen K. Hamilton da Michigan State University (Ecologia de Ecossistemas Alagáveis & Biogeoquímica) possam ser aprofundados.

16. RECURSOS FINANCEIROS DE OUTRAS FONTES

i) Rede de Monitoramento Multifuncional Planalto/Pantanal – REMAPP (financiamento FINEP) composta por 15 estações permanentes com data logger e equipamentos de monitoramento de parâmetros climatológicos e de qualidade de água (~R$ 900.000,00)

ii) Recursos de custeio, principalmente Material de consumo para campanhas de coletas de dados hidrossedimentológicos e de capturas ictiológicas pelos projetos "Modelagem das alterações de curta duração e alta frequência na qualidade e quantidade da água provocadas por hidrelétricas utilizando Redes Neurais Artificiais e Análise de Espectro Singular" (Coordenador Ibraim Fatin-Cruz) e "Modelagem das alterações na qualidade e quantidade da água, provocadas por hidrelétricas e seus efeitos na planície de inundação do Pantanal Norte" (Coordenador Peter Zeilhofer, Edital Universal CNPq 2013) a montante e jusante de empreendimentos hidroelétricos da Bacia em estudo. (~R$ 25.000,00)

17. INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E APOIO TÉCNICO PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

- Laboratório de Geoprocessamento, Dep. de Geografia. 15 estações de trabalho, 03 servidores, Plotter A0.
- Laboratório de Microeletrônica, PGFA para teste e manutenção das estações de monitoramento de qualidade de água (REMAPP)
- Camionete S 10 4*4, GP Geohidro
- Barco (Dep. de Engenharia Sanitária e Ambiental), Motor de popa 20cv (GP Geohidro), equipamentos de medição de vazão liquida e solida (Dep. de Engenharia Sanitária e Ambiental)

Referencias

Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (2014). Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico – SIGEL. < http://sigel.aneel.gov.br/sigel.html >

Araujo, G.C. & Zeilhofer, P. (2011). Padrões espaciais da qualidade da água na Bacia do Rio Cuiabá e Rio São Lourenço - Mato Grosso. Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde 7, 55-70.

Agostinho, A.A., Gomes, L.C., Veríssimo, S., & Okada, E.K. (2004a). Flood regime, dam regulation and fish in the Upper Paraná River: effects on assemblage attributes, reproduction and recruitment. Reviews in Fish biology and Fisheries 14(1), 11-19.

Agostinho, A.A., Thomaz, S.M., Gomes, L.C. (2004b). Threats for biodiversity in the floodplain of the Upper Paraná´ River: effects of hydrological regulation by dams. Ecohydrology and Hydrobiology 4, 255–268.

Agostinho, A.A., Pelicice, F.M., Gomes, L.C. (2008). Dams and the fish fauna of the Neotropical region: impacts and management related to diversity and fisheries. Brazilian Journal of Biology 68(4), 1119-1132.

Aguiar, A.P.D. (2006). Modeling Land Use Change in the Brazilian Amazon: Exploring Intraregional Heterogeneity, Ph.D dissertation, National Institute for Space Research (INPE), São José dos Campos SP, Brazil.

Arnold, J.G., Fohrer, N. (2005). SWAT2000: current capabilities and research opportunities in applied watershed modelling. Hydrological Processes 19(3), 563-572.

Arnold, J.G., Allen, P.M., Volk, M., Williams, J.R., Bosch, D.D. (2010). Assessment of different representations of spatial variability on SWAT model performance. Trans. ASABE 53(5), 1433-1443.

Arvor, D., Jonathan, M., Meirelles, M. S. P., Dubreuil, V. & Durieux, L. (2011). Classification of MODIS EVI time series for crop mapping in the state of Mato Grosso, Brazil. International Journal of Remote Sensing 32(22), 7847–7871.

Arvor, D., Meirelles, M.S.P., Dubreuil, V., Bégué, A., Shimabukuro, Y.E. (2012). Analyzing the agricultural transition in Mato Grosso, Brazil, using satellite-derived indices. Applied Geography 32(2), 702–713.

Bailly, D., Agostinho, A.A., Suzuki, H.I. (2008). Influence of the flood regime on the reproduction of fish species with different reproductive strategies in the Cuiabá River, Upper Pantanal, Brazil. River Research and Applications 24(9), 1218-1229.

Bouwman, A.F., Bierkens, M.F.P., Griffioen, J., Hefting, M.M., Middelburg, J.J., Middelkoop, H., Slomp, C.P. (2013). Nutrient dynamics, transfer and retention along the aquatic continuum from land to ocean: towards integration of ecological and biogeochemical models. Biogeosciences 10(1), 1-22.

Bosch, D.D., Arnold, J.G., Volk, M., Allen, P.M. (2010). Simulation of a low-gradient coastal plain watershed using the SWAT landscape model. Trans. ASABE 53(5), 1445-1456.

Bracken L.J., Turnbull, L., Wainwright, J., Bogaart, P. (2013). Sediment connectivity: a framework for understanding sediment transfer at multiple scales. Earth Surface Processes and Landforms. doi: 10.1002/esp.3635.

Bravo, J.M., Allasia, D., Paz, A.R., Collischonn, W., Tucci, C.E.M. (2011). Coupled hydrologic-hydraulic modeling of the Upper Paraguay River Basin. Journal of Hydrologic Engineering 17(5), 635–646.

Bravo, J. M., Collischonn, W., da Paz, A. R., Allasia, D., & Domecq, F. (2013). Impact of projected climate change on hydrologic regime of the Upper Paraguay River basin. Climatic Change, 1-15.

Brown, J.C., Kastens, J.H., Coutinho, A.C., Victoria, D.C. & Bishop, C.R. (2013). Classifying multiyear agricultural land use data from Mato Grosso using time-series MODIS vegetation index data. Remote Sensing of Environment 130, 39–59.

Carneiro, T.S. (2006). Nested-CA: a foundation for multiscale modeling of land use and land change. Ph.D dissertation, National Institute for Space Research (INPE), São José dos Campos SP, Brazil.

Carvalho, N.O. (1994). Hidrossedimentologia prática. CPRM - ELETROBRAS, Rio de Janeiro.

Colby, B.R. (1964). Discharge of sands and mean-velocity relationship in sand-bed stream. U.S. Geological Survey, Professional Paper Paper 462 – A. Washington, DC.

Collischonn, W., Tucci, C.E.M. Clarke, R.T. (2001) Further evidence of changes in the hydrological regime of the River Paraguay: part of a wider phenomenon of climate change? Journal of Hydrology 245:218–238

Correa, L.V.A., Hardoim, E.L., Zeilhofer, P. (2014). Is the periphytic structure of Testaceans (Protozoa Rhizopoda) related to water quality: a case study in the Cuiabá river, Brazil. Applied Ecology and Environmental Research 13, 85-97.

Destro, C.A.M., Lima, G.A.R., Zeilhofer, P. (2013). Análise de Séries Temporais de Vazão Média Mensal do Rio Cuiabá Através do Método de Análise de Espectro Singular. Revista Brasileira de Recursos Hídricos 17(2), 111-120.

DeFries, R., Herold, M., Verchot, L., Macedo, M.N., Shimabukuro, Y. (2013). Export-oriented deforestation in Mato Grosso: harbinger or exception for other tropical forests? Phil. Trans. R. Soc. B. 368 20120173; doi:10.1098/rstb.2012.0173.

Dores, E.F.G.C., Carbo, L., Ribeiro, M.L., De-Lamonica-Freire, E.M. (2008). Pesticide levels in ground and surface waters of Primavera do Leste region, Mato Grosso, Brazil. Journal of Chromatographic Science 46, 585-590.

Du, J., Rui, H., Zuo, T., Li, Q, Zheng, D., Chen, A., Xu, Y., Xu, C.-Y. (2013). Hydrological Simulation by SWAT Model with Fixed and Varied Parameterization Approaches Under Land Use Change. Water Resource Management 27, 2823–2838.

Fantin-Cruz, I., Pedrollo, O., Bonecker, C.C., Zeilhofer, P. (2014). Key factor in vertical mixing processes in a reservoir bordering the Pantanal floodplain, Brazil. Hydrological Sciences Journal, p. 140611021233001.

Flynn, A.M., Redder, T., DePinto, J.V., Schlea, D.A., Lord, B.D., Weintraub, L.H. (2013). Application of an Enhanced, Fine-Scale SWAT Model to Target Land Management Practices for Maximizing Pollutant Reduction and Conservation Benefits." 5th National Conference on Ecosystem Restoration. Schaumburg, Illinois. July 30, 2013.

Funatsu, B.M., Dubreuil, V., Claud, C., Arvor, D., Gan, M.A. (2012). Convective activity in Mato Grosso state (Brazil) from microwave satellite observations: Comparisons between AMSU and TRMM data sets. Journal of Geophysical Research: Atmospheres (1984–2012), 117(D16).

Galford, G.L., Soares-Filho, B., Cerri, C.E.P. (2013). Opinion piece: Prospects for land-use sustainability on the agricultural frontier of the Brazilian Amazon. Phil. Trans. R. Soc. B. 368 20120171; doi:10.1098/rstb.2012.0171.

Goncalves, P.R.S., Oliveira, A. P., Fantin-Cruz, I., Zeilhofer, P., Dores, E. F. G. C. (aprovado). Distribuição espacial de metais potencialmente tóxicos em água superficial nas bacias dos rios Cuiabá e São Lourenço - MT. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, 2015.

Hamilton, S.K. (2002). Hydrological controls of ecological structure and function in the Pantanal wetland (Brazil). In: M. McClain (Ed), The ecohydrology of South American rivers and wetlands, Vol. 6. International Association of Hydrological Sciences, pp. 133–158.

Hellmann, J.J., Fowler, G.W. (1999). Bias, precision, and accuracy of four measures of species richness. Ecological Applications 9(3), 824-834.

Hunke, P., Mueller, E.N., Schroeder, B., Zeilhofer, P. (2015). The Brazilian Cerrado: Assessment of water and soil degradation in catchments under intensive agricultural use. Ecohydrology, aceito.

Hutchinson, M.F. (1989). A new procedure for gridding elevation and stream line data with automatic removal of spurious pits. Journal of Hydrology 106(3), 211-232.

Jesuz, C.R., Ito, J.B.B., Zeilhofer, P. (2013). Erosões Mecânicas na Bacia Hidrográfica do Rio Tenente Amaral, Jaciara MT, e suas Determinantes Socioambientais. Revista Mato-Grossense de Geografia 16, 89-105.

Junk, W.J., Nunes da Cunha, C. (2005). Pantanal: a large South American wetland at a crossroads. Ecological Engineering 24, 391–401.

Junk, W.J., da Silva, C.J., da Cunha, C.N., Wantzen, K.M. (2011). The Pantanal: Ecology, biodiversity and sustainable management of a large neotropical seasonal wetland. Pensoft Publishers, 857pp.

Lapola D.M., Martinelli, L.A., Peres, C.A. et al. (2014). Pervasive transition of the Brazilian land-use system. Nature Climate Change 4, 27-35.

Liechti, C.T., Matos, J.P., Ferràs Segura, D., Boillat, J.L., & Schleiss, A.J. (2014). Hydrological modelling of the Zambezi River Basin taking into account floodplain behaviour by a modified reservoir approach. International Journal of River Basin Management 12(1), 29-41.

Lima, C.R.N. ; Zeilhofer, P., Dores, E.F.G.C., Fantin-Cruz, I. (aprovado). Variabilidade espacial da Qualidade de Água em Escala de Bacias - Rio Cuiabá e São Lourenço, Mato Grosso. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, 2015.

Liu, Y., Yang, W. & Wang, X. (2008), Development of a SWAT extension module to simulate riparian wetland hydrologic processes at a watershed scale. Hydrol. Process., 22: 2901–2915. doi: 10.1002/hyp.6874

Macedo, M.N., DeFries, R.S., Morton, D.C., Stickler, C.M., Galford, G.L., Shimabukuro, Y.E. (2012). Decoupling of deforestation and soy production in the southern Amazon during the late 2000s. Proceedings of the National Academy of Sciences 109(4), 1341–1346.

Miranda, K.A., Cunha, M.L.F., Dores, E.F.G.C., Calheiros, D.F. (2008). Pesticide Residues in River Sediments from the Pantanal Wetland, Brazil. Journal of Environmental Science and Health. Part B, Pesticides, Food Contaminants, and Agricultural Wastes 43, 717-722.

Paz, A.R.D., Collischonn, W., Tucci, C.E., Padovani, C.R. (2011). Large - scale modelling of channel flow and floodplain inundation dynamics and its application to the Pantanal (Brazil). Hydrological Processes 25(9), 1498-1516.

Paz, A.R., Collischonn, W., Bravo, J.M., Bates, P.D., & Baugh, C. (2014). The influence of vertical water balance on modelling Pantanal (Brazil) spatio-temporal inundation dynamics. Hydrological Processes 28(10), 3539-3553.

Pompeu, P.S., Agostinho, A.A.,Pelicice, F.M. (2012). Existing and future challenges: the concept of successful fish passage in South Ame rica. River Research and Applications 28(4), 504-512.

Prass, T. S., Bravo, J. M., Clarke, R. T., Collischonn, W., & Lopes, S. R. (2012). Comparison of forecasts of mean monthly water level in the Paraguay River, Brazil, from two fractionally differenced models. Water Resources Research 48(5). W05502.

Quinn, G.P., Keough, M.J. (2005). Experimental design and data analysis for biologists. Cambridge, Cambridge University Press, 537p.

Refsgaard, J.C. (1997). Parameterization, calibration and validation of distributed hydrologic models. Journal of Hydrology 198(1-4), 69-97.

Richter, B.D., Mathews, R., Harrison, D.L., Wigington, R. (2003). Ecologically sustainable water management: managing river flows for ecological integrity. Ecological Applications 13(1), 206-224.

Rocha, P.C. (2010). Indicators of hydrologic alteration in the High Parana River catchment: human interventions and implications for dynamic of the fluvial environment. Sociedade & Natureza 22(1), 191-211.

Rodriguez, M.A., Lewis, W.M. (1997). Structure of fish assemblages along environmental gradients in floodplain lakes of the Orinoco River. Ecological Monographs 67(1), 109-128.

Sá, S.A., Palmer, C., Falco, S. (2013). Dynamics of indirect land-use change: empirical evidence from Brazil. Journal of Environmental Economics and Management 65, 377–393.

Silva, E.L.V., Mármora, M.M., Barreto, R.R., Barros, L.F., Barbosa, D.S., Oliveira, M.D., Calheiros, D.F. (2007). Aporte de Nutrientes e Sedimentos para o Pantanal - Rios Cabaçal, Sepotuba e Jauru (MT). In: Anais do Congresso de Ecologia do Brasil, 8. Caxambú (MG).

Soares-Filho, B., Rajão, R., Macedo, M., Carneiro, A., Costa, W., Coe, M., Rodrigues, H., Alencar, A. (2014). Cracking Brazil's Forest Code. Science 344(6182), 363-364. DOI: 10.1126/science.1246663.

Stehr, A., Debels, P., Romero F., Alcayaga, H. (2008) Hydrological modelling with SWAT under conditions of limited data availability: evaluation of results from a Chilean case study. Hydrological Science Journal 53(3), 588–601.

Súarez, Y.R., Petrere Jr, M., Catella, A.C. (2001). Factors determining the structure of fish communities in Pantanal ponds (MS, Brazil). Fisheries Management and Ecology 8, 173-186.

Swarts, F. (2000). The Pantanal in the 21st Century: For the Planet's Largest Wetland, an Uncertain Future. The Pantanal of Brazil, Bolivia and Paraguay. Hudson MacArthur Waterland Research Institute.

Talebizadeh, M., Morid, S., Ayyoubzadeh, S.A., Ghasemzadeh, M. (2010). Uncertainty analysis in sediment load modeling using ANN and SWAT model. Water Resource Management 24(9), 1747–1761.

TerraME-LuccME Core Team (2011). LuccME: an open source framework for spatially explicit land use change modeling, version 1.0. INPE, São José dos Campos, Brasil. <http://www.terrame.org/luccme>

Thompson, J., Cassidy, R., Doody, D. G., & Flynn, R. (2013). Predicting critical source areas of sediment in headwater catchments. Agriculture, Ecosystems & Environment 179, 41-52.

Van Griensven A, Meixner T, Grunwald S, Bishop T, Srinivasan R (2006) A global sensitivity analysis tool for the parameters of multi-variable catchment models. Journal of Hydrology 324, 10–23.

VanWey, L.K., Spera,S., Sa, R., Maht, D. & Mustard, J.F. (2013). Socioeconomic development and agricultural intensification in Mato Grosso. Phil. Trans. R. Soc. B., doi:10.1098/rstb.2012.0168.

Veldkamp, A., Fresco, L.O. (1996). CLUE-CR: An Integrated Multi-Scale Model to Simulate Land Use Change Scenarios in Costa Rica. Ecological Modelling 91(1–3), 231–248.

Verburg, P.H., de Koning, G.H.J., Kok, K., Veldkamp, A., Bouma, J. (1999). A spatial explicit allocation procedure for modelling the pattern of land use change based upon actual land use. Ecological Modelling 116, 45-61.

Verburg, P.H., Soepboer, W., Veldkamp, A., Limpiada, R., Espaldon, V., & Mastura, S. S. (2002). Modeling the spatial dynamics of regional land use: the CLUE-S model. Environmental Management 30(3), 391-405.

Verburg, P., Schot, P. et al. (2004). Land use change modeling: current practices and research priorities. GeoJournal 61(4), 309-324.

Verburg, P.H., Kok, K., Pontius Jr., R.G., and Veldkamp, A. (2006). Modeling Land-Use and Land-Cover Change. In: Land-Use and Land-Cover Change: Local Processes and Global Impacts (1st ed), eds. E.F. Lambin and H. Geist, Berlin: Springer, p. 222.

Wardlow, B.D., Egbert, S.L & Kastens, J.H. (2007). Analysis of time-series MODIS 250m vegetation index data for crop classification in the U.S. Central Great Plains. Remote Sensing of Environment 108(3), 290-310.

WWF (2013). Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira – Período de Análise: 2010 a 2012. <www.sospantanal.org.br/arquivos>.

Zeilhofer, P., Lima, G.A.R., Lima, E.B.N.R. (2010). Land Occupation and its Effects on Water Quality in the Urban Agglomeration of the City of Cuiabá, Mato Grosso State, Central Brazil. Urban Water Journal 7, 173 -186.

Zeilhofer, P., Moura, R.M.P. (2009). Hydrological changes in the northern Pantanal caused by the Manso dam: Impact analysis and suggestions for mitigation. Ecological Engineering 35, 105-117.

Zeilhofer, P., Fonseca, G.P.S. (2007). Padrões espaciais da qualidade da água na Bacia do Alto e Médio Teles Pires. In: Gilda T. Maitelli; Cleusa A. G. P. Zamparoni. (Org.). Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais. Cuiabá: Entrelinhas, pp. 89-106.

Zeilhofer, P., Lima, E.B.N.R., Lima, G.A.R. (2006). Spatial Patterns of Water Quality in the Cuiabá River Basin, Central Brazil. Environmental Monitoring and Assessment 123, 41-62.

ANEXO III
COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE 2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

1) IDENTIFICAÇÃO:

COMPONENTE/REDE: USO E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO PANTANAL

COORDENADOR: Jerry Magno Ferreira Penha – UFMT

TÍTULO DO PROJETO: Uso e gestão de recursos pesqueiros no Pantanal: bases para uma gestão cientificamente fundamentada.

OBJETIVOS:
1) Desenvolver um sistema independente e barato de monitoramento do efeito das mudanças globais e das pescarias sobre peixes migradores do Pantanal com base em presença e ausência, e que combine habilidades e competências dos diversos grupos sociais; 2) Mapear os principais locais de pesca recreativa na bacia do rio Cuiabá e 3) Quantificar a distribuição espaço-temporal do esforço de pesca exercido pelas pescarias recreativas em um trecho da bacia do rio Cuiabá, entre Santo Antônio e Barão de Melgaço.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PROJETO: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP).

EQUIPE CIENTÍFICA: Jerry Magno Ferreira Penha; Lúcia Aparecida de Fátima Mateus; Samuel Elias da Silva, Izaías Médice Fernandes, Luzia da Silva Lourenço.

VIGÊNCIA DO PROJETO: 2012 / 2015

PERÍODO DO RELATÓRIO: 2014

2) INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS:

ÁREAS GEOGRÁFICAS DE ESTUDO: Região norte do Pantanal brasileiro, no estado do Mato Grosso.

HIPÓTESES OU PERGUNTAS DO TRABALHO:
i) Qual o perfil dos pescadores recreativos da bacia do rio Cuiabá? Qual é a atual pressão de pesca que esta categoria exerce sobre os estoques pesqueiros da bacia?
ii) É possível monitorar populações de peixes através de modelos presumidos da dinâmica de expansão e contração de suas áreas de distribuição.
iii) O pesque e solte compromete a sobrevivência dos peixes alvos da pesca recreativa na bacia do Rio Cuiabá?

MATERIAIS E MÉTODOS: Descrever os principais métodos utilizados na obtenção dos resultados. (Até 1200 caracteres – 04 parágrafos contendo 06 linhas cada aproximadamente)

A aquisição dos dados do presente projeto é realizada através de pesquisa mista, que reúne todos os dados disponíveis, integrando entrevistas com pescadores em amostragem *in loco* com dados disponíveis nos setores ligados a pesca. Para caracterizar o esforço da pesca recreativa em um trecho do Rio Cuiabá (Santo Antônio/Barão de Melgaço) fazemos transectos semanais ao longo do rio visando mapear a localização dos pesqueiros, bem como realizar um censo para quantificar o número de pescadores por pesqueiro. Todos os pesqueiros tiveram sua localização registrada em GPS que posteriormente foram transferidos para mapas. Foi estabelecido acordo de parceria com empresários do turismo da pesca para incentivar os pescadores a responderem questionários que estão disponíveis nas pousadas. Os piloteiros das pousadas também foram instruídos para registrarem todos os peixes que forem capturados durante as pescarias.

Para modelar a dinâmica da distribuição das principais espécies de peixes exploradas na pesca estamos realizando expedições de campo de forma a abranger o máximo da bacia do Rio Cuiabá. Para isso utilizamos a malha viária e seus pontos de cruzamento com os principais afluentes dos grandes rios da região (terceira a sexta ordem), onde é realizada amostragem por meio de entrevista estruturada. Essas entrevistas são direcionadas preferencialmente a pescadores ou moradores antigos do local e visa obter informações sobre a localização dos pesqueiros, intensidade de uso e ocorrência das espécies de interesse (presença/ausência). Os dados destas entrevistas serão utilizados para construir históricos de ocupação dos rios de pequeno porte por cada uma das espécies de interesse, com o intuito de analisar hipóteses sobre a dinâmica de expansão e contração de suas áreas de distribuição ao longo do tempo. Estes históricos carregam as informações sobre quais os rios ocupados pelas espécies em cada estação (detecção em pelo menos uma ocasião amostral na estação amostral), sobre a dinâmica de ocupação (mudança do estado de ocupação entre as estações amostrais) e detecção (proporção de vezes que a espécie foi detectada quando a espécie ocupa o rio). O histórico é construído com os dados binários de presença (1) ou ausência (0) das espécies.

Posteriormente, os históricos de ocupação serão modelados em função das características ambientais dos rios, inclusive das barragens, para indicar qual é o efeito destas sobre a ocupação, a dinâmica de ocupação e a detecção das espécies. Neste caso, modelagem é utilizado como sinônimo de teste de hipóteses concorrentes, expressas como modelos *a priori*. As estimativas serão realizadas pelo método de máxima verossimilhança (Quinn & Keough 2002). Cada modelo será estruturado por uma combinação de parâmetros que representarão as hipóteses a serem testadas. A seleção de modelos será realizada com base no Critério de Informação de Akaike corrigido (*AICc*) (Burnham & Anderson, 2002). Quanto menor o *AICc*, mais parcimonioso é o modelo, já que apresenta o melhor compromisso entre ausência de precisão das estimativas (modelos com muitos parâmetros) e melhor ajuste (Cooch & White, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: (Até 1200 caracteres – 08 parágrafos contendo 06 linhas cada aproximadamente)

No ano de 2014 retomamos a coleta de dados no mês de abril, pouco depois da abertura da temporada de pesca. Ao longo do ano realizamos 15 expedições de campo e registramos 694 entrevistas com pescadores recreativos no trecho monitorado. Destes, 18% foram questionários preenchidos espontaneamente por pescadores que visitaram pousadas no região da barra do rio Aricá e Mutum. No total já registramos 882 entrevistas.

Em setembro de 2014 uma análise parcial do resultado da pesquisa em andamento (dados 2013) foi apresentada na 7ª Conferência Mundial da Pesca Recreativa, realizada na Universidade de Campinas. Nesta oportunidade foi possível discutir melhorias para a aquisição dos dados e estabelecer parcerias para acompanhar o cenário mundial da pesca recreativa, usando exemplos de grupos de pesquisa que estão avançados na discussão do manejo da pesca recreativa.

Para a coleta de dados de ocupação das espécies ao longo da bacia do Rio Cuiabá foram efetuadas 5 expedições de campo. Foram georreferenciados 52 pontos e 64 pessoas foram entrevistadas. Os pontos foram escolhidos para contemplar áreas estratégicas que será possível monitorar periodicamente a ocorrência das espécies de interesse. Para a coleta destes dados percorremos mais de 8500 km na bacia do rio Cuiabá e os principais afluentes foram amostrados.

No final de 2014 iniciamos a compilação e validação dos dados para análise. . Todas as fichas de campo foram digitalizadas e o banco de dados do período 2013 e 2014 está em processo de análise. Neste ano apresentaremos os primeiros produtos do projeto, pois está sendo criada uma plataforma para fazer interface com usuários no que se refere ao manejo de pesca de peixes migradores. Nessa plataforma será disponibilizado estimativas de abundância/fração de área ocupada pelas espécies de peixes alvos, bem como realização de campanhas junto aos usuários visando convencê-los a se envolverem na coleta de dados para alimentar a plataforma e assim aumentar a área de amostragem coberta pelo trabalho. Também será disponibilizado textos periódicos discutindo as implicações dos dados coletados para o manejo.

CONCLUSÃO: (Até 1200 caracteres – 04 parágrafos contendo 06 linhas cada aproximadamente)

No ano de 2014 enfrentamos mais dificuldades na aquisição dos dados. No geral, os pescadores associam as decisões dos órgaos ambientais que regulamentam a pesca no estado ao projeto. Isso aumenta o nível de desconfiança dos pescadores e diminui o interesse para colaboração nas estrevistas. Muitos se recusaram a participar com receio de serem fiscalizados.

O resultado da pesquisa em curso será fundamental para estabelecer as parcerias necessárias para a gestão da pesca recreativa no estado. A colaboração mútua entre pesquisadores, gestores/administradores de pesqueiros, pescadores e outras interfaces é de grande importância para o setor e para a condução da pesca recreativa. Essa integração entre a investigação sobre a pesca recreativa e os processos de gestão é extremamente necessária, entretanto, essa integração é raramente realizada na prática.

BIBLIOGRAFIA:

3) COOPERAÇÃO COM OUTROS PROJETOS:

(Até 600 caracteres)

4) FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Obs.: Nome do programa de pós-graduação, nome do aluno, título do trabalho...

a) Número de pós-doutorados concluídos no período:

b) Número de pós-doutorados em andamento no período:

c) Número de teses de doutorados concluídas no período:

d) Número de teses de doutorados em andamento no período: 1
Pós-graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, Samuel Elias da Silva, Diagnóstico da Pesca Recreativa na Bacia do Rio Cuiabá: bases para uma gestão cientificamente fundamentada.

e) Número de dissertações de mestrado concluídas no período:

f) Número de dissertações de mestrado em andamento no período:
Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade (Conceito CAPES 5), Tatiane Regina Arnhold.
Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Brasil.

g) Número de trabalhos de iniciação científica concluídos no período:

h) Número de trabalhos de iniciação científica em andamento no período:
Graduação em andamento em Ciências biológicas, Rodrigo Lucas de Moraes.
Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Brasil.

i) Potencial de aproveitamento dos Recursos Humanos formados:

5) TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE:

a) Relacionamento com a sociedade:
(Até 800 caracteres)

b) Educação para a ciência:
(Até 800 caracteres)

c) Interação com o ensino básico:
(Até 800 caracteres)

6) TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O SETOR EMPRESARIAL E GOVERNO:

a) Interação com o Setor Empresarial:
(Até 800 caracteres)

b) Políticas Públicas;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

(Até 800 caracteres)

c) Inovações:
(Até 800 caracteres)

d) Patentes:
(Até 800 caracteres)

e) Transferência de Tecnologia:
(Até 800 caracteres)

7) PUBLICAÇÕES:

Obs.: *Anexar cópia do artigo publicado e/ou informar link da publicação*

a) Artigos publicados:

PENHA, J. M. F. ; **Fernandes, Izaias Médice** ; SÚAREZ, Yzel Rondon ; SILVEIRA, ROBERTO MORAES LIMA ; FLORENTINO, Alexandro Cezar ; **MATEUS, LÚCIA** . Assessing the potential of a protected area for fish conservation in a neotropical wetland. Biodiversity and Conservation JCR, v. 23, p. 3185-3198, 2014.

b) Artigos aceitos para publicação:
(nº de artigos, título do artigo, revista, referência completa de acordo com as normas ABNT)

d) Livros:
(nº de livros, título do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

e) Capítulos de livros:
(nº de capítulos, título do capítulo, nome do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

8) EVENTOS CIENTÍFICOS E DE INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE:

Obs.: Anexar comprovação do trabalho apresentado e comprovação de evento de interação com a sociedade não-científica (folder, link de site onde foi divulgado...)

a) Trabalhos apresentados Em Eventos Científicos:
(número e descrição, título do trabalho, nome do evento, local do evento, período do evento, nome dos autores)
Diagnosis of recreational fishing in the Cuiabá river basin: a foundation for cientifically based management, 7th World Recreational Fishing Conference (WRFC), 1 a 4 setembro 2014, Campinas, Samuel Elias da Silva, Jerry Magno Ferreira Penha; Lúcia Aparecida de Fátima Mateus.

b) Eventos de interação com a sociedade:
(número e descrição completa do(s) evento(s): nome do evento, local do evento, período do evento, participantes)

9) OUTRAS INFORMAÇÕES:

Indicar se houve melhorias na estrutura de laboratórios e locais onde os subprojetos se desenvolvem, bem como, descrever outros fatores relevantes para o desenvolvimento do subprojeto. (Até 500 caracteres)

Comprovação de Detalhamento de Atividades

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Embrapa

Pantanal

Memória da Pesca no Pantanal

Neste espaço, a Embrapa Pantanal coloca a sua disposição documentos sobre pesquisa, monitoramento, gestão e política de pesca no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai, bem como documentos relacionados às políticas públicas e ações de desenvolvimento, obras e infraestrutura na Bacia, com efeitos potenciais sobre a pesca, elaborados por instituições públicas e privadas, ONGs, pesquisadores ou durante eventos, reuniões e audiências públicas sobre estes temas. O conteúdo dos documentos é de responsabilidade daqueles que os assinam. Na tabela abaixo, selecione o documento desejado e na última coluna encontra-se o link para acesso ao arquivo do documento. Com um clique do mouse, o arquivo será aberto no Acrobat Reader e para fazer download, pressione a tecla Shift enquanto clica com o botão esquerdo do mouse. Novos documentos serão acrescentados a essa página e as contribuições poderão ser enviadas por meio de nosso SAC.

Ano	Autor/Instituição	Título/Conteúdo do documento	Download PDF
2015	SINDPESCA	Documento que trata de assuntos referentes ao desenvolvimento da pesca em MS, renda, uso dos recursos pesqueiros, benefícios e programas de crédito, petrechos de pesca e conservação do ambiente em relação a Lei de Pesca MS nº 3886/2010	PESCA2015_SINDPESCA1
2014	Embrapa Pantanal	Esclarecimentos Oficiais - Embrapa Pantanal, Tema: Manifestação Técnica da Embrapa Pantanal - Equipe de Recursos Pesqueiros - Parecer sobre Projeto de Lei de Pesca, Corumbá, 28/11/2014 (PL 199/2009 que originou Lei 3.886 de 28/07/2010)	PESCA2014_CPAP1
2014	Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do CO	Manifesto em defesa das Comunidades Tradicionais Pantaneiras frente à proliferação de barragens para geração de energia no Pantanal, elaborado durante o Encontro realizado de 12 a 15/08/2014 em Cuiabá, MT	PESCA2014_EPCTCO1
2014	7 WRFC	Program Book - 7WRFC, Livro de Programação e Resumos da 7ª Conferência Mundial de Pesca Recreativa realizada de 1 a 4 de setembro de 2014 na Unicamp, Campinas (SP), Brasil	PESCA2014_PB_7WRFC
2014	7 WRFC	Conclusões e Recomendações (português) da 7ª Conferência Mundial de Pesca Recreativa (7WRFC) realizada de 1 a 4 de setembro de 2014 na Unicamp, Campinas (SP), Brasil	PESCA2014_7WRFC1
2014	Participantes VI OAECPC	Moção dos participantes da VI Oficina de Avaliação do Estado de Conservação de Peixes Continentais dos rios Paraguai e Uruguai e da VI OAECPC Amazônicos sobre os efeitos da implantação de hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai	PESCA2014_VI_OFICINA
2013	Instituições participantes do "Diálogo de Saberes"	Carta de Cáceres, redigida pelas instituições participantes do "Diálogos de Saberes: Os impactos das represas e da fragmentação dos rios na pesca artesanal e modos de vida locais no Pantanal" em 14/11/2014, Cáceres, MT.	PESCA2013_DS1

2013	SBI	Carta para Ministro da Pesca e Moção "Uso e Conservação de Recursos Pesqueiros" sobre importancia de retomar estatistica pesqueira e outros temas, aprovada na Assembléia Geral da SBI durante o XX Encontro Brasil de Ictiologia em 30/01/2013, Maringá, PR.	PESCA2013_XXSBI1
2013	Embrapa Pantanal	Nota Técnica sobre o PROJETO de LEI nº 033/2013, que "Dispõe que o povoamento e repovoamento de peixes em recursos hídricos do Estado do Mato Grosso do Sul serão feitos mediante prévio licenciamento ambiental".	PESCA2013_CPAP1
2013	Embrapa Pantanal	NOTA TÉCNICA sobre o PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, DE 2011, que Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências	PESCA2013_CPAP2
2012	Rede Pantanal	Carta da Rede Pantanal para a Ministra do Meio Ambiente solicitando a adoção de instrumentos de gestão e avaliação dos potenciais impactos de grandes obras de infra-estrutura e implantação de empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai	PESCA2012_RedePantanal1
2012	CPP	Implicações da Lei Estadual MT nº 9794 de 30/07/2012 sobre a Pesca e Conservação dos Recursos Pesqueiros - documento elaborado pelos pesquisadores da Rede de Pesquisa em Sustentabilidade da Pesca no Pantanal do Centro de Pesquisa do Pantanal-CPP	PESCA2012_CPP1
2012	Embrapa	NOTA TÉCNICA sobre o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, DE 2011, que Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências.	PESCA2012_EMBRAPA1
2012	PComitê Movimento defesa do PANTANAL POR INTEIRO	Manifesto em Defesa do Pantanal – "PANTANAL INTEIRO E NÃO PELA METADE!" relativo ao Projeto de Lei do Senado nº 750/2011, Cáceres – MT, 16 de Fevereiro de 2012.	PESCA2012_MDPPI
2012	Seminário Pesca em Mato Grosso do Sul	Carta do Seminário "Pesca em Mato Grosso do Sul" sobre o Projeto de Lei Estadual/MT 45/2012	PESCA2012_SPMS2
2012	Seminário Pesca em Mato Grosso do Sul	Carta do Seminário "Pesca em Mato Grosso do Sul" sobre o Projeto de Lei do Senado 750/2011	PESCA2012_SPMS1
2012	Embrapa Pantanal	Documento "Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal" que discute sobre os temas relacionados à pesca do Projeto de Lei do Senado 750 de 2011	PESCA2012_CPAP1
2012	Ecoa - Ecologia e Ação	Carta da ECOA para o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) solicitando a adoção de avaliação ambiental/econômica estratégica para o financiamentos da construção de represas no Planalto da Bacia do Alto Paraguai.	PESCA2012_ECOA1
2012	CNZU	Recomendação CNZU nº 6, de 20/09/2012, Dispõe sobre o planejamento dos usos dos recursos naturais na BAP, com especial atenção à expansão de projetos de geração de energia hidrelétrica em prejuízo à conservação do pulso de inundação do Pantanal.	PESCA2012_CNZU1
	14º Encontro Nacional dos	Moção contrária ao Código Florestal aprovada na Assembléia Geral do 14º Encontro Nacional dos	

2012	Comitês de Bacias Hidrog	Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil em 09/11/2012, Cuiabá, MT.	PESCA2012_14ENCOB
2012	14° Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrog	Moção "Em Defesa das Cabeceiras do Pantanal" aprovada na Assembléia Geral do 14° Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil em 09/11/2012, Cuiabá, MT	PESCA2012_14ENCOB2
2012	ONGs e Entidades	Carta de ONGs e Entidades para o Secretário de Rec. Hídricos - MMA solicitando atuação frente a derrubada da decisão judicial da suspensão das licenças de empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai. Cáceres, MT, 15/11/2012	PESCA2012_ONG1
2012	CPP	Considerações sobre o Projeto de Lei nº 3814 de 2012 em relação à Pesca e Conservação dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Alto Paraguai - Rede de Pesquisa em Sustentabilidade da Pesca no Pantanal do Centro de Pesquisa do Pantanal - CPP	PESCA2012_CPP2
2012	Embrapa Pantanal	NOTA TÉCNICA sobre o PROJETO DE LEI Nº 3814, DE 2012, que "Altera dispositivo à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para controlar, na Bacia do Pantanal, as atividades de pesca profissional"	PESCA2012_CPAP2
2012	CPP	Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado 750 de 2011 em relação a Pesca e Conservação dos Recursos Pesqueiros - Rede de Pesquisa em Sustentabilidade da Pesca no Pantanal do Centro de Pesquisa do Pantanal - CPP	PESCA2012_CPP3
2011	10º Congresso de Ecologia do Brasil - SEB	Moção em prol da Conservação da Biodiversidade Brasileira aprovada durante o 10º Congresso Brasileiro de Ecologia, 18 a 22 de setembro de 2011, S. Lourenço	PESCA2011_10CEB1
2011	SEB	Carta Aberta da Sociedade Brasileira de Ecologia (SEB) para o Ministério do Meio Ambiente – MMA sobre desmatamentos e suas conseqüências e recomendações, redigida no X Congresso de Ecologia do Brasil em setembro 2011	PESCA2011_SEB1
2011	MPF - 4ª CCR - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	LAUDO TÉCNICO Nº 036/2011-4ªCCR - Meio Ambiente. Gestão Ambiental. Influência de aproveitamentos hidrelétricos no funcionamento hidroecológico do Pantanal Matogrossense. Análise documental.	PESCA2011_MPF_4CCR1
2011	MPF	Recomendação nº 003/2011 do Ministério Público Federal para a elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) sobre os efeitos sinergicos da implantação de hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai.	PESCA2011_MPF1
2011	CTDSPAPS	Carta aberta do Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura no Pantanal Sul apoiando a Recomendação 004/2011 do MPF	PESCA2011_CTDSPAPS1
2011	MPF MS e MT, MP Estadual - MS	Recomendação nº 004/2011 do Ministério Público Federal - MS e MT e do MP– MS sobre suspensão e condicionamento de emissão de licenças para empreendimentos hidrelétricos na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai à Avaliação Ambiental Estratégica	PESCA2011_MPF_MPEMS1
2011	I FPTP-MS	Carta final aprovada na Plenária Final do I Fórum dos Povos Tradicionais do Pantanal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 25 e 26 de outubro de 2011	PESCA2011_IFPTPMS1

2011	Embrapa Pantanal	Considerações sobre Ecologia e Gestão dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Alto Paraguai para a Política de Pesca de Mato Grosso	PESCA2011_CPAP1
2011	SIEHBAP	Carta de Cáceres – Manifestação dos participantes do Seminário sobre Impactos dos Empreendimentos Hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai preocupados com a proliferação da implantação de empreendimentos hidrelétricos em Caceres, MT, 13/12/2011.	PESCA2011_CartaCaceres1
2011	SEMA-MT	Memória da "1ª Reunião de discussão sobre a necessidade de alteração da cota máxima de transporte para a pesca amadora", realizada em 08/11/2011 na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - MT, Cuiabá (MT).	PESCA2011_SEMAMT1
2011	I SINPE	Caderno de Resumos do I Simpósio Nacional de Pesca Esportiva realizado em 29/11/2011 em Belém, PA	PESCA2011_ISINPE
2010	Embrapa Pantanal	Carta da Equipe de Recursos Pesqueiros da Embrapa Pantanal sobre o Projeto de Lei nº 119/2009 (Lei da Pesca - MS) para o Presidente da Assembleia Legislativa - MS	PESCA2010_CPAP1
2010	CNZU	Recomendações CNZU nº 2, de 13/05/2010 Dispõe sobre a necessidade da elaboração da "Lei do Pantanal" de forma a nortear o desenvolvimento da região e garantir a integridade de processos eco-hidrológicos na Bacia do Alto Paraguai	PESCA2010_CNZU1
2010	CNZU	Recomendações CNZU nº 3, de 13/05/2010 Dispõe sobre a tutela jurídica das Zonas Úmidas	PESCA2010_CNZU2
2010	MPF – PRMC	Ata de Audiência Pública - Empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai (BAP) – a exploração energética e a integridade ecológica do Pantanal	PESCA2010_MPF_PRMC1
2010	IUCN-SSC-Crocodile Specialist Group	Correspondência do Grupo de Especialistas em Crocodilianos - IUCN para o Presidente da Câmara Técnica do CNRH - MMA sobre os impactos ambientais decorrentes da construção de represas na Bacia do Alto Paraguai, publicada em CSG Newsletter v. 29(3) Jul-Set.	PESCA2010_IUCN_CEG1
2010	IUCN- CEM - Commission on Ecosystem Management	Correspondência da Comissão em Manejo de Ecossistemas - IUCN para o Presidente da Câmara Técnica do CNRH - MMA sobre impactos ambientais decorrentes da construção de represas na Bacia do Alto Paraguai	PESCA2010_IUCN_CEM1
2010	MPA e FCR	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Aqüicultura e Pesca no Território Pantanal Sul	PESCA2010_MPA1
2010	Conselho do Território Pantanal Sul	Carta Aberta do Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura Pantanal Sul para os Deputados Estaduais sobre o Projeto de Lei de Pesca de Mato Grosso do Sul	PESCA2010_CTPAPS1
2009	SEB	Moção sobre conservação dos processos hidro-ecológicos do Pantanal	PESCA2009_SEB1
2009	Embrapa Pantanal	Recomendações da Embrapa Pantanal para a Gestão da Pesca na Bacia do Alto Paraguai	PESCA2009_CPAP1
2009	3ª Conf. Est. de Aqüicultura e Pesca - MS	Moção de apoio ao Projeto de Lei nº 119/09 do Poder Executivo, que dispõe sobre a pesca e aquicultura no Estado do Mato Grosso do Sul	PESCA2009_3CEAPMS2
2009	3ª Conf. Est. de Aqüicultura e Pesca - MS	Carta da Pesca e Aqüicultura de Mato Grosso do Sul	PESCA2009_3CEAPMS1

2009	Embrapa Pantanal	Manifestação Técnica da Embrapa Pantanal - Equipe de Recursos Pesqueiros - Parecer sobre Projeto de Lei de Pesca, Corumbá, 15/04/2009. (PL 199/2009 que originou Lei 3.886 de 28/07/2010)	PESCA2009_CPAP2
2008	INTECOL	Influências de usinas hidrelétricas no funcionamento hidro-ecológico do Pantanal, Brasil	PESCA2008_INTECOL2
2008	INTECOL	Declaração de Cuiabá sobre as Áreas Úmidas - Cuiabá Declaration on Wetlands	PESCA2008_INTECOL1
2008	Federação dos Pescadores de MT	Carta do Pescador	PESCA2007_FPMT1
2007	Catella, A. C.	CATELLA, A. C. Pesca e recursos pesqueiros do Pantanal: ecologia, estatística e gestão. In: Semana do Engenheiro de Pesca, XIII, 2007, Recife. Anais... Recife: EDUFRPE, 1 CD-ROM.	PESCA2007_Catella1
2007	Câmara Municipal de Coxim (MS)	Carta de Apoio à Comissão para estudos e propostas para regulamentar a pesca em MS (Dec 12de 02/03/07) e de protesto ao Projeto de Lei de Pesca do Deputado Paulo Duarte	PESCA2007_CMCoxim1
2007	Câmara Municipal de Aquidauana (MS)	Moção de Apoio à Comissão para estudos e propostas para regulamentar a pesca em MS (Dec 12de 02/03/07) e de questionamento ao Projeto de Lei de Pesca do Deputado Paulo Duarte	PESCA2007_CMAquid1
2006	SEAP/PR	Moção da II Conferência Nacional de aqüicultura e Pesca	PESCA2006_IICNAP
2006	Setor da Pesca Profissional - Miranda (MS)	Proposta da Colônia de Pescadores Profissionais Z-5, Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Isca e Associação de Curtimento e Confecção de Pele de Peixe (ART Peixe) de Miranda (MS) para o uso ordenado dos petrechos de pesca	PESCA2006_SPProfMS1
2006	Catella A.C.	Levantamento do fluxo de pescadores esportivos para Corumbá, por Estado e por Cidade de origem, de 1999 a 2003 - Relatório Técnico	PESCA2006_CATELLA1
2006	IBAMA- DF	Parecer Técnico do IBAMA-DF encaminhado ao Deputado Estadual Akira Otsubo a respeito da proibição de utilização de anzóis de galho, bóias e bóia fixa (cavalinho)	PESCA2006_IBAMADF1
2006	Colônia de Pescadores Profissionais Z8 - MS	Correspondência do Presidente da Colônia Z8 - Mundo Novo (MS) dirigida ao Ministro da Pesca e Aqüicultura	PESCA2006_ColZ8MS1
2006	CTGRHT	Acordo de Cooperação entre o Governo do Brasil e o Governo do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa	PESCA2006_CTGRHT1
2006	CTGRHT	Estatuto da Comissão Mista Brasileiro – Paraguaia para o Desenvolvimento Sustentavel e a Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa	PESCA2006_CTGRHT2
2006	Atores da pesca e inst. públ/priv Brasil/Bolívia	Ata e documentos da Reunião Preparatória para o Manejo Pesqueiro Trinacional no Pantanal	PESCA2006_RPMPTP1
2006	Atores da pesca, ONGs e inst. pub/priv	Taller Cono Sur: Bases para la Construcción de Directrices para un Plan de Sustentabilidad de la Pesca en el Sistema Paraguay-Paraná - CARTA DE PARANÁ SOBRE MANEJO SUSTENTABLE DE LOS RECURSOS PESQUEROS EN LA CUENCA DEL PLATA	PESCA2006_TConoSur1
2006	Rede Pantanal	Relatório Final - Reunião do Grupo Temático Pesca e Turismo	PESCA2006_GTPESCA1

2006	Atores da pesca, ONGs e inst. pub/priv	Taller Cono Sur: Bases para la Construcción de Directrices para un Plan de Sustentabilidad de la Pesca en el Sistema Paraguay-Paraná - RECOMENDACIONES DE LOS PESCADORES ARTESANALES, DEL SECTOR PESCA DEPORTIVA , DE LOS CIENTÍFICOS / INVESTIGADORES	PESCA2005_TConoSul2
2005	Embrapa Pantanal	Posição da Embrapa Pantanal em Relação à Manutenção da Pesca Profissional-Artesanal no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai	PESCA2005_CPAP1
2005	IV EEA - MT e ProPFEAP	Moção 02 do IV Encontro de Educação Ambiental de Mato Grosso e do I Fórum do Programa de Formação em Educação Ambiental do Pantanal	PESCA2005_IVEEA_ProFEAP2
2005	IV EEA - MT e ProPFEAP	Moção 01 do IV Encontro de Educação Ambiental de Mato Grosso e do I Fórum do Programa de Formação em Educação Ambiental do Pantanal	PESCA2005_IVEEA_ProFEAP1
2005	Embrapa Pantanal	Plano de Ação para a Implantação de um Sistema de Controle e Monitoramento da Pesca em Mato Grosso	PESCA2005_CPAP2
2005	SEAP/PR - MS	SEAP/PR Não Concorda com Moratória para a Pesca	PESCA2005_SEAPMS1
2005	CPP	Carta CPP apoiando a Posição da Embrapa Pantanal em Relação à Manutenção da Pesca Profissional-Artesanal no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai	PESCA2005_CPP1
2005	FAEP	Moção do XIV CONBEP – Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca	PESCA2005_XIVCONBEP1
2005	CPP/ Ecoa - Ecologia e Ação	I Fórum Regional Sobre Políticas de Pesca no Pantanal: Inclusão Social, Gestão Participativa, Pesquisa e Monitoramento - Carta para o Ministro da Pesca	PESCA2005_IFRPP2
2005	CPP/ Ecoa - Ecologia e Ação	I Fórum Regional Sobre Políticas de Pesca no Pantanal: Inclusão Social, Gestão Participativa, Pesquisa e Monitoramento - Resultados	PESCA2005_IFRPP1
2005	Sistema de Humedales Paraguay - Paraná	Acta de Poconé	PESCA2005_SHPP1
2002	Hasenclever L.	Aspectos Econômicos da Exploração dos Recursos Pesqueiros no Pantanal	PESCA2002_Hasenclever1
2001	Federação dos Pescadores de MT	Carta Aberta da Federação dos Pescadores de MT para o Governador de Mato Grosso contraria à proposta de alteração da Lei de Pesca MT nº 7155 de 21/07/1999	PESCA2001_FPMT1
1999	Governo Estadual e Assembléia Legislativa MS	Seminário "Regulamentação da Pesca em MS", quando foi regulamentado o Conselho Estadual de Pesca em 15/07/1999, Campo Grande, MS	PESCA1999_GOV_ALMS1
1999	Federação dos Pescadores MT e Bioconexão	Carta Aberta "Em defesa dos rios e pela utilização socialmente justa dos recursos hídricos" da Federação dos Pescadores de MT e ONG Bioconexão, junho de 1999	PESCA2001_FPMT_BIO
1999	Federação e Colônias de Pescadores de MT	Documento "Reivindicações dos pescadores profissionais" aprovado no Seminário sobre Legislação Pesqueira, na Assembléia Legislativa em 8/6/1999, Cuiabá, MT	PESCA1999_FED_COL
1999	ICV, GERA/ICHS/UFMT	Folder - Seminário sobre Legislação Pesqueira de Mato Grosso: Práticas Culturais, Influências e (i)Legalidade, Assembléia Legislativa - MT	PESCA1999_GERA1
	Setor da Pesca	A Problemática da Pesca Profissional no Estado - documento do Setor da Pesca Profissional de Mato	

1995	Profissional - MS	Grosso do Sul apresentado sua situação e propostas para normatização da atividade no Estado em 14/11/1995	PESCA1995_SPProfMS1
1995	SEMA-MS	Relatório Compilado do Encontro para a política de Pesca de Mato Grosso do Sul	PESCA1995_SEMAMS1
1993	Embrapa Pantanal	Comentários sobre a Situação Atual da Pesca no Pantanal	PESCA1993_CPAP1
1990	Federação dos Pescadores de MS	II Encontro dos Trabalhadores da Pesca - "Carta de Corumbá"	PESCA1990_FPMS1
1989	Embrapa Pantanal	Encontro sobre Recursos Pesqueiros do Pantanal	PESCA1989_CPAP1
1989	Federação dos Pescadores de MS	I Encontro das Lideranças Pesqueiras de Mato Grosso do Sul	PESCA1989_EncLidPesqMS1
1987	Setor da Pesca Profissional MT e MS	Propostas do I Encontro do Setor Pesqueiro de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	PESCA1987_SetPesqMTMS1
1987	Embrapa Pantanal	Correspondência do CPAP-Embrapa para SUDEPE (Brasília - DF) e Confederação Nac. dos Pescadores sobre uso de tarrafas	PESCA1987_CPAP1
1986	INAMB	Diretrizes Básicas para a Administração Pesqueira do Estado de Mato Grosso do Sul	PESCA1986_INAMB1
1986	M. Vieira da Silva - INAMB	Mitos e Verdades sobre a pesca no Pantanal Sul-Mato-Grossense	PESCA1986_MVieiraSilva
1986	R. L. Welcomme FAO - ONU	Proposal for Studies of the Fisheries of the Pantanal	PESCA1986_Welcomme1
1985	COOPECOR	Reunião do dia 23 de junho de 1985	PESCA1985_COOPECOR1

10º Congresso de Ecologia do Brasil - SEB

14º Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil - www.encob.org

3ª Conf. Est. de Aqüicultura e Pesca - MS

7 WRFC - 7th World Recreational Fishing Conference - 7ª Conferência Mundial de Pesca Recreativa - http://www.7wrfc.com/

Bioconexão - Instituto Ecologista de Desenvolvimento, Av. Perimetral, s/nº - Prédio Rádio Alternativa, CEP: 78195-000, Chapada dos Guimarães , MT

Câmara Municipal de Aquidauana (MS) - Praça Nossa Senhora da Imaculada Conceição, n 85, Aquidauana (MS), CEP 79200000, tel. (67) 3241-4189

Câmara Municipal de Coxim (MS) - Rua João Pessoa, 130, Coxim (MS), CEP 79400000, tel.(67) 3291-1539 - www.camaracoxim.ms.gov.br

CNZU - Comitê Nacional de Zonas Úmidas, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 5º andar, Asa Norte, Brasília/DF

Conselho do Território Pantanal Sul

COOPECOR, Cooperativa de Pesca de Corumbá Ltda., Rua Manoel Cavassa n. 301, Corumbá (MS) - (Desativada)

CPP, Centro de Pesquisas do Pantanal - Cuiabá (MT) - www.cppantanal.org.br

CTDSPAPS - Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura no Pantanal Sul vinculado à Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aqüicultura, MS, Campo Grande, MS

CTGRHT, Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH - http://www.cnrh-srh.gov.br

ECOA - Ecologia e ação - Campo Grande (MS) - www.riosvivos.org.br/ecoa/

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Brasília, DF - www.embrapa.br

FAEP, Federação das Associações dos Engenheiros de Pesca do Brasil - Recife (PE)

FAO - ONU, Food and Agriculture Organization of the United Nations - www.fao.org

FCR, Fundação Cândido Rondon – Campo Grande (MS) - www.fcr.org.br

Federação dos Pescadores de MS, Corumbá, MS

Federação dos Pescadores de MT, Av. da Feb nº 1720, Anexo à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Várzea Grande, Bairro Manga, Várzea Grande (MT), CEP 78115000, tel./fax (65)3685 7599

Fundação Proteger - Santa Fé, Argentina - www.proteger.org.ar; e-mail: rios.proteger@arnet.com.ar

I FPTP-MS – I Fórum dos Povos Tradicionais do Pantanal de Mato Grosso do Sul - os saberes tradicionais e a conservação do Pantanal

I SINPE - I Simpósio Nacional de Pesca Esportiva, evento paralelo ao XVII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca , realizado em 29/11/2011, Belém, PA

IBAMA-DF, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasília (DF) - www.ibama.gov.br/

ICV - Instituto Centro de Vida - Cuiabá, MT - http://www.icv.org.br/site/index.php

INAMB, Instituto de Preservação e Controle Ambiental, Campo Grande, (MS) - (Extinto)

INTECOL – International Association for Ecology - www.intecol.net

IUCN (The World Conservation Union) - SSC (Species Survival Commission) - Crocodile Specialist Group www.iucncsg.org/ph1/modules/Home/

IUCN (The World Conservation Union) – Commission on Ecosystem Management - http://www.iucn.org/about/union/commissions/cem/

MPA, Ministério da Pesca e Aqüicultura, Brasília (DF)

MPF - PRMC - Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Município de Corumbá/MS, Rua Cuiabá, 1640, Centro, CEP 79.331-100, Corumbá, MS

MPF MS e MT, MP Estadual - MS

MPF – 4ª CCR - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Rede Pantanal - coletivo de ONGs e Movimentos Sociais, Rua 14 de Julho, 3169, Centro, Campo Grande (MS), CEP 79002333, telefax (67) 3324 3230 - www.redepantanal.org

SEAP/PR, Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca - www.presidencia.gov.br/seap/

SEB, Sociedade de Ecologia do Brasil - Rua do Matão, travessa 14 nº 321, Cidade Universitária, São Paulo (SP), CEP 05508900,- www.seb-ecologia.org.br

SEMA -MS, Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - www.sema.ms.gov.br

SEMA-MT, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso - www.sema.mt.gov.br

Seminário "Pesca em Mato Grosso do Sul", promovido pela Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Mato Grosso do Sul (SFPA/MS) em Campo Grande, MS, 10 de abril de 2012

SIEHBAP - Seminário sobre Impactos dos Empreendimentos Hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai, Cáceres, MT, 13/12/2011

SINDPESCA de CORUMBA-MS - Sindicato dos Pescadores do Estado de MS, R. Delamare nº 1.047, sala 20, CEP 79.300-030, Corumbá, MS, telefone (67) 3231-3710, sindpescacorumba@live.com

Sistema de Humedales Paraguay - Paraná, www.riosvivos.org.br; www.proteger.org.ar

Estatísticas de acesso

Moção

Os participantes da VI Oficina de Avaliação do Estado de Conservação de Peixes Continentais das Ecorregiões dos rios Paraguai e Uruguai e da VI Oficina de Avaliação do Estado de Conservação de Peixes Continentais Amazônicos, reunidos de 5 a 9 de maio de 2014 na Acadebio - ICMBio, em Iperó, SP, vêm manifestar, em unanimidade, a sua preocupação com relação aos efeitos nocivos sobre a ictiofauna, o ecossistema e as atividades socioeconômicas realizadas no Pantanal, que podem advir do conjunto de 38 empreendimentos hidrelétricos já instalados, somados aos 90 projetos previstos (UHEs, PCHs, CGHs) para implantação na parte alta da Bacia do Alto rio Paraguai nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A região é reconhecida pela abundância e diversidade de peixes e de vida selvagem, pela riqueza da flora e de tipos de ambientes, compondo paisagens singulares, que conferem um extraordinário potencial turístico ao Pantanal. O homem da região se adaptou ao ambiente, desenvolvendo uma expressão cultural própria e compatível com a conservação do ambiente. Em função dessas características, o Pantanal é considerado como região de grande relevância ecológica e socioeconômica, declarado como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera pela UNESCO em 2000, incluindo também sítios da Convenção de Ramsar da qual o Brasil é signatário desde 1996.

Na Bacia do Alto Paraguai as chuvas se concentram no verão e extravasam para a planície do Pantanal, mantendo grandes áreas inundadas por longos períodos durante a cheia, que retornam ao leito dos rios na vazante. Esse é o "pulso anual de inundação", o principal fenômeno natural do Pantanal, que condiciona a riqueza, abundância e distribuição dos peixes, da fauna e flora e as atividades humanas na região.

Na planície do Pantanal ocorrem mais de 270 espécies de peixes, que desempenham um papel fundamental no ecossistema e são utilizados pela pesca nas modalidades profissional-artesanal, amadora e de subsistência. As espécies mais visadas pela pesca são os peixes de "piracema", cujo ciclo de vida depende diretamente do pulso de inundação e da livre movimentação entre a planície e o planalto. A ictiofauna inclui ainda um número expressivo de espécies adaptadas às regiões do planalto, onde há maior ocorrência de endemismos.

Os empreendimentos hidrelétricos propostos para a bacia têm o potencial de alterar o ciclo hidrológico do Pantanal em qualidade e quantidade, afetando, consequentemente, os peixes, a fauna e a flora da região e, por conseguinte suas atividades socioeconômicas. Estes efeitos poderão ocorrer no local, a montante e a jusante dos empreendimentos, tanto de forma imediata, como serem perceptíveis somente a médio e longo prazos.

Os impactos negativos incluem prejuízos ao trânsito livre dos peixes migradores entre suas áreas de desova, crescimento e alimentação. Com os represamentos, ocorrem alterações a montante das barragens pela transformação repentina de um rio em um lago, alterando os padrões físicos e químicos da água e a distribuição de organismos. Desse modo, os represamentos levam a alteração na composição das espécies, com elevada proliferação de algumas e redução ou extinção de outras. No trecho abaixo da barragem, os impactos se mostram ainda mais relevantes, pois os reservatórios promovem a redistribuição das vazões, elevando o nível mínimo do rio durante a seca e reduzindo durante a cheia, diminuindo a conexão do rio com os ambientes aquáticos marginais, comprometendo os processos de reprodução, alimentação, recrutamento, produção e a biodiversidade como um todo.

As alterações na composição e abundância da ictiofauna afetam as cadeias alimentares da planície e, sobretudo, as espécies diretamente dependentes destes recursos como as comunidades de aves aquáticas, répteis e mamíferos, interferindo consequentemente em atividades socioeconômicas como o turismo. Mudanças na abundância e diversidade da ictiofauna têm efeitos diretos e geralmente negativos sobre a pesca. Dependendo da magnitude, podem ocorrer fortes implicações sociais e econômicas devido ao menor rendimento da pesca em peso e qualidade do pescado.

Além dos efeitos potenciais decorrentes dos empreendimentos energéticos, a conservação da ictiofauna e o rendimento da pesca encontram-se sob a ameaça de outros fatores relacionados às formas atuais de uso e ocupação da Bacia do Alto Paraguai. Estes fatores são oriundos principalmente das áreas de Planalto com repercussão na planície pantaneira a jusante, destacando-se: erosão dos solos e assoreamento dos rios; contaminação das águas por pesticidas, decorrente de atividades agropecuárias; desenvolvimento urbano com aumento da descarga de dejetos domésticos e industriais e remoção de matas ciliares; introdução de espécies exóticas; mineração, transformação da paisagem e contaminação ambiental por mercúrio; aumento do tráfego de grandes comboios de barcaças, que causam desmoronamento dos diques marginais e das matas ciliares nas manobras.

Portanto, considerando que o potencial de geração de energia hidrelétrica da Bacia do Alto Paraguai é de apenas 1,2% em relação ao potencial nacional, e considerando o conjunto dos efeitos negativos sobre a ictiofauna, o ecossistema e as atividades socioeconômicas realizadas no Pantanal, recomendamos veementemente a não instalação dos projetos energéticos previstos, considerando, ainda, o grande potencial de impactos sinérgicos e cumulativos que poderão advir da implantação conjunta destes empreendimentos sobre a natureza e a sociedade nesta bacia hidrográfica.

Iperó, SP, 09 de maio de 2014

PARTICIPANTES DA OFICINA

Nomes dos participantes	Instituição	E-mail
Akemi Shibuya	IB/USP	akemi_shibuya@yahoo.com.br
Alberto Akama	Museu Goeldi/PA	aakama@gmail.com
Aline Ramos dos Santos	CEPAM/ICMBio	harpialine@yahoo.com.br
Aurycéia Guimarães da Costa	UFPA	auryceia@gmail.com
Agostinho Carlos Catella	EMBRAPA Pantanal	agostinho.catella@embrapa.br
Bárbara Borges Calegari	PUC/RS	barbara.calegari@gmail.com
Beatriz Kawamura Rodrigues	CEPTA/ICMBio	beatrizkr@gmail.com
Carla Natacha Marcolino Polaz	CEPTA/ICMBio	carla.polaz@icmbio.gov.br
Carla Simone Pavanelli	NUPELIA/UEM	carlasp@nupelia.uem.br
Carlos Augusto Assumpção de Figueiredo	UNIRIO/RJ	carlos.figueiredo@gmail.com
Carlos Eduardo Guidorizzi de Carvalho	COABIO/ICMBio	carlos-eduardo.carvalho@icmbio.gov.br
Douglas Aviz Bastos	INPA	avizdoug@gmail.com
Fabio Vieira	Pesquisador independente	riodocemg@gmail.com
Fernando Gertum Becker	UFRGS	fgbecker@ufrgs.br

Fernando Rocchette dos Santos	CEPTA/ICMBio	fernando.santos@icmbio.gov.br
Fernando Rogério Carvalho	UNESP/SJRP	frcarvalho2004@yahoo.com.br
Ilana Fichberg	UNIFESP	ilanafic@ib.usp.br, ilanafic@gmail.com
Izaias Médice Fernandes	UFMT/MT	bsmedice@gmail.com
Jansen Alfredo Sampaio Zuanon	INPA	jzuanon3@gmail.com
José Luis Olivan Birindelli	UEL/PR	joseburindelli@yahoo.com
Leandro Villa Verde da Silva	UFRJ/RJ	elffobr@yahoo.com.br, lvvsilva@gmail.com
Leonardo Gonçalves Tedeschi	COABIO/ICMBio	psomophis@gmail.com
Lucia Helena Rapp Py-Daniel	INPA	lucia.rapp@gmail.com
Luisa Maria Sarmento Soares	Museu Mello Leitão/ES	luisa@nossosmachos.net
Luiz Fernando Caseca Tenenti	UEM/PR	luiztenenti@hotmail.com
Luiz Fernando Dubeux da Silva	UFBS/ES	lfdubeux@uol.com.br
Luiz Roberto Malabarba	UFRGS/RS	malabarb@ufrgs.br
Marcelo Bassols Raseira	CEPAM/ICMBio	mraseira@gmail.com
Marcelo Ribeiro de Britto	MNRJ/UFRJ	mbritto2002@yahoo.com.br
Marco Aurélio Azevedo	FZB/RS	marco-azevedo@fzb.rs.gov.br
Mariana Bissoli de Moraes	CEPTA/ICMBio	maribissol@gmail.com
Osmar Angelo Cantelmo	CEPTA/ICMBio	osmar.cantelmo@icmbio.gov.br
Otávio Froehlich	UFMS/MS	otaviofr@gmail.com
Pedro Luiz Migliari	CEPTA/ICMBio	pedro.migliari@icmbio.gov.br
Rafaela Nascimento Vicentini	CEPAM/ICMBio	rafaela.vicentini@icmbio.gov.br
Roberto Esser dos Reis	PUC/RS	reis@pucrs.br
Ronaldo Fernando Martins Pinheiro	Museu Mello Leitão/ES	pinheiro.martins@gmail.com
Ronnayara Rayla dos Santos Rodrigues Silva	CEPAM/ICMBio	r.raylasilva@gmail.com
Vera Ellen do Nascimento	CEPTA/ICMBio	vera_ellen_freitas@yahoo.com.br
Vinicius de Araújo Bertaco	FZB/RS	vbertaco@gmail.com
Wolmar Benjamin Wosiacki	Museu Goeldi/PA	wolmar@museu-goeldi.br
Yzel Rondon Suárez	UFMS/MS	yzelrondonsuarez@gmail.com

ANEXO IV
COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE 3

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

1) IDENTIFICAÇÃO:

COMPONENTE/REDE: Expansão do Conhecimento e de Tecnologias para a Sustentabilidade da Pesca no Pantanal – REDE PECUÁRIA

COORDENADOR: Dr. Marcus Vinicius Morais de Oliveira

TÍTULO DO PROJETO: Multiplicação, Determinação de Índices Zootécnicos e Conservação de Bovinos da Raça "Pantaneira"

OBJETIVOS: Efetuar a multiplicação, caracterização dos índices zootécnicos e conservação da raça "Pantaneira", identificando animais geneticamente superiores para a produção de leite, de modo que os mesmos se tornem um banco de germoplasma natural.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PROJETO:
Embrapa Gado de Corte
Embrapa Pantanal
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Universidade Federal da Grande Dourados
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Universidade Federal de Rondônia

EQUIPE CIENTÍFICA:
Alessandra Corallo Nicacio
André Rozemberg Peixoto Simões
Carolina da Silva Barbosa
Dirce Ferreira Luz
Evelyn Rabelo Andrade
Fernando Miranda de Vargas Júnior
Marcus Vinicius Morais de Oliveira
Pedro Nelson Cesar do Amaral
Raquel Soares Juliano

VIGÊNCIA DO PROJETO: 2012 / 2015

PERÍODO DO RELATÓRIO: 2014

2) INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS:

Áreas Geográficas de estudo:

O trabalho está sendo realizado no Núcleo de Bovinos Pantaneiros (NUBOPAN) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul / Unidade Universitária de Aquidauana (UEMS/UUA), localizada na Microbacia do Córrego Fundo, Serra de Maracajú, no Município de Aquidauana - MS, região do Alto Pantanal Sul-Mato-Grossense, em local cujas coordenadas geográficas são: Latitude 20º28' S; Longitude 55º48' W e Altitude de 149 metros.

Hipóteses de trabalho:

Fazer a multiplicação da espécie com simultânea identificação de animais com genética diferenciada para a produção de leite, de modo a produzir uma linhagem leiteira.

Materiais e Métodos:

O Projeto foi estruturado em forma de Rede de Pesquisa, visando inicialmente multiplicar o material genético e em seguida caracterizar os índices zootécnicos e identificar animais geneticamente superiores para a produção de leite e, por consequencia, efetuar a conservação da raça "Pantaneira".

No ano de 2014 foram realizadas as ações referentes ao Subprojeto 1:

Doadoras da raça Pantaneiras doadores, foram submetidos a exames de palpação retal e ultrassonografia transretal para confirmação da higidez do trato genital, em seguidaforam realizadosprotocolos de superovulação (SOV), seguidos de duas inseminações em tempo fixo, e realizadas a colheita de embriões 7 dias após.Os embriões obtidos foram transferidos a fresco ou congelados. Como receptoras de embriões, utilizou-se animais das raças Neloree Girolando.

Durante o protocolo de SOV das doadoras foi aferida à temperatura retal no dia de início dos protocolos de superovulação, no dia da inseminação artificial e no dia da colheita de embriões. Paralelamente foi realizado o cálculo do índice de temperatura e umidade (ITU) diariamente durante o protocolo.

Quantificou-se os dias do período de gestação de vacas da mesma "raça". Após o parto iniciaram-se as observações de estro, com o objetivo de determinar o intervalo entre o parto e o primeiro estro pós-parto.

Resultados e Discussões:

O número de embriões viáveis produzidos variou entre as coletas, sendo apenas o resultado do primeiro procedimento compatível com o esperado de acordo com a média nacional. Webb et al., 2004 relatam que influencias ambientais como temperatura e sazonalidade podem interferir na eficiência reprodutiva dos animais. Assim a diferença entre as coletas pode estar relacionada ao estresse térmico ao qual as fêmeas foram submetidas em alguns dos procedimentos, já que o número de estruturas produzidas foi satisfatório, mas a taxa de viabilidade dos embriões foi baixa. As taxas de prenhez foram abaixo do esperado.

A duração da gestação foi em média de 287,3 dias, intermediária a vacas Nelores (294; ROCHA et al 2005) e Holandesas (275; MACMANUS et al, 2008). O intervalo entre o parto e o primeiro estro (IPE) pós parto foi de 37,8, inferior a vacas Holandesas (69,5; OLIVEIRA, 2002) e vacas de corte (LOBATO et al., 1998).

Do ponto de vista da multiplicação de animais com maior potencial leiteiro, 3 bezerros nasceram fruto de transferência de embriões. Em função dos resultados insatisfatórios com as biotécnicas da reprodução (provavelmente pelas diferenças de fisiologia da reprodução da raça), as fêmeas foram acasaladas com touros da mesma raça. Atualmente, das 47 fêmeas da raça Pantaneira existente no NUBOPAN, 32 estão prenhes.

Bezerros nascidos em 2014 por transferência de embriões em receptoras Girolando e Nelore.

Conclusão:

A fisiologia da reprodução dos bovinos da raça Pantaneira é diferente dos bovinos em geral, provavelmente pela diferença que existe em relação aos anos de seleção genética. Para melhorar a eficiência dos programas de conservação de animais dessa raça, mais estudos a respeito da fisiologia reprodutiva desses animais estão sendo realizados.

Com a organização dos núcleos de conservação da raça, tem sido possível trabalhar de forma organizada na multiplicação do material genético por monta natural.

Apesar dos trabalhos não estarem caminhando na velocidade programada, os conhecimentos obtidos até o momento estão sendo fundamentais para o entendimento da fisiologia da raça e melhoria da eficiência das biotécnicas da reprodução.

Bibliografia:

LOBATO, J. F. P.; DERESZ, F.; LEBOUTE, E. M.; PEREIRA NETO, O. A. Pastagens Melhoradas e Suplementação Alimentar no Comportamento Reprodutivode Vacas de Corte Primíparas. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v.27, n.1, p.47-53, 1998

MCMANUS, C.; TEIXEIRA, R. A.; DIAS, L. T.; LOUVANDINI, H.; OLIVEIRA, E. M. B. Características produtivas e reprodutivas de vacas Holandesas e mestiças Holandês x Gir no Planalto Central. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v.37, n.5 p.819-823, 2008

OLIVEIRA, P. C. *Uso de produtos clicogênicos no pré e pós-parto sobre parâmetros produtivos, reprodutivos e sanguíneo de vacas Holandesas*, 2002, 133f. Tese (Doutorado em Agronomia), Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo

ROCHA J.C.M.C.; TONHATI, H. ALENCAR, M.M. LÔBO, R.B. Componentes de variância para o período de gestação em bovinos de corte. *ArquivoBrasileiro de Medicina Veterinária*. v.57, n.6, p.784-791, 2005

WEBB R., GARNSWORTHY P.C., GONG J-G. & ARMSTRONG D.G. 2004. Control of follicular growth:local interactions and nutritional influences. *Journal of Animal Science* 82, E63–E74.

3) COOPERAÇÃO COM OUTROS PROJETOS:

1. Caracterização, conservação e uso das raças bovinas locais brasileiras: Curraleiro e Pantaneiro. Edital: MCT/CNPq/FNDCT/FAPs/MEC/CAPES/PRO-CENTRO-OESTE nº 31/2010.

2. Caracterização, conservação e uso das raças bovinas locais brasileiras: Curraleiro e Pantaneiro. Edital: MCTI/CNPq/FNDCT / Ação Transversal - Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia nº 79/2013.

3. Alternativas para incremento da viabilidade de embriões bovinos da raça pantaneira produzidos in vitro e submetidos a criopreservação. Edital: Chamada FUNDECT/CAPES N° 12/2014 – BIOTA-MS.

4. Uso da Genética Molecular e Biotecnologia da Reprodução no Resgate e Conservação de Bovinos Pantaneiros Remanescentes. Edital: Chamada Universal– MCTI/CNPq Nº 14/2014

4) FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Obs.: Nome do programa de pós-graduação, nome do aluno, título do trabalho...

a) Número de pós-doutorados concluídos no período: 0

b) Número de pós-doutorados em andamento no período:

1. Aluno: Dra. Luciane Elisete Salla
Título do Trabalho: Comportamentos ingestivo e fisiológico de vacas pantaneira e girolando em pastejo de capim-colonião com acesso à sombra natural nas diferentes estações do ano.
Órgão Financiador: CAPES

2. Aluno: Dra. Franscine Kelli Quinhones Bonatti
Título do Trabalho: Respostas comportamentais, fisiológicas e balanço de nitrogênio em bovinos da raça Pantaneira mantidos a pasto.
Órgão Financiador: FUNDECT

c) Número de teses de doutorados concluídas no período: 0

d) Número de teses de doutorados em andamento no período: 0

e) Número de dissertações de mestrado concluídas no período:

1. Roberta Torres Lopes. Potencial leiteiro de vacas primíparas da raça Pantaneira mantidas em regime de confinamento e alimentadas com diferentes níveis de concentrado. Período: 2012/2014. Mestrado (Pós-Graduação em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

2. Alysson Martins Wanderley. Produção de biomassa e caracterização da forragem consumida por bovinos pastejando capim-mombaça suplementados com diferentes níveis de concentrado. Período: 2012/2014. Mestrado (Pós-Graduação em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

3. Willian Biazolli. Potencial leiteiro de vacas primíparas da raça pantaneira mantidas em regime de pastejo com diferentes níveis de concentrado. Período: 2012/2014. Mestrado (Pós-Graduação em Zootecnia) – UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados).

f) Número de dissertações de mestrado em andamento no período:

1. André Luiz Leão Fialho. Influência das condições ambientais sobre as modificações epigenéticas de embriões bovinos da raça Girolando e Pantaneira. Período: 2013/2015. Mestrado (Pós-Graduação em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). *Defesa prevista para 27 de fevereiro de 2015.*

2. Níkolas Cáceres de Oliveira. Potencial leiteiro de vacas da raça Pantaneira mantidas em regime de pastoreio e suplementadas com Bocaiúva. (*Acrocomia aculeata*). Período: 2013/2015. Mestrado (Pós-Graduação em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). *Defesa prevista para 02 de abril de 2015.*

3. Mariane da Silva Chiodi. Soja Integral, tostada ou desativada na produção de leite de vacas primíparas da raça Pantaneira. Mestrado (Pós-Graduação em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

4. Christopher Junior Tavares Cardoso. Alternativas para incremento da viabilidade de embriões bovinos da raça pantaneira produzidos in vitro e submetidos a criopreservação. Período: 2014/2016. Mestrado (Pós-Graduação em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

5. Marcio Gregório Rojas dos Santos. Potencial leiteiro de vacas da raça Pantaneira mantidas em regime de pastoreio e suplementadas com linhaça (*Linum usitatissimum L.*)

g) Número de trabalhos de iniciação científica concluídos no período:

1. Mariane da Silva Chiodi. Moringa oleífera na alimentação de bezerros lactentes da raça Pantaneira. Período: 2014. Iniciação Científica (Graduando em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

2. Pedro Gustavo Loesia Lima. Suplementação de bezerras leiteiras das raças Girolando e Pantaneira mantidas em regime de pastejo. Período: 2013/2014. Iniciação Científica (Graduando em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

3. Wilian Aparecido Leite da Silva. Multiplicação de Material Genético Selecionado para Produção de Leite da Raça Pantaneira na Região do Cerrado-Pantanal. Período: 2013/2014. Iniciação científica (Graduando em Zootecnia) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

4. Henrique Kischel. Efeito das condições ambientais sobre a produção de embriões bovinos no cerrado-pantanal nas raças Girolando e Pantaneira. Período 2013/2014. Iniciação Científica. (Graduando em Zootecnia) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

h) Número de trabalhos de iniciação científica em andamento no período:

1. Pedro Gustavo Loesia Lima. Comportamentos ingestivo e fisiológico de vacas das raças Pantaneira e Girolando em diferentes estações do ano. Período: 2014/2015. Iniciação Científica (Graduando em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

2. Fernanda Camargo de Freitas. Avaliação físico-química e microbiológica do leite de vacas da raça Pantaneira. Período: 2014/2015. Iniciação Científica (Graduando em Zootecnia) – UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

i) Potencial de aproveitamento dos Recursos Humanos formados: Excelente

j) Número de trabalhos de conclusão de curso de graduação concluídas no período:

1. Pietro Holtz Giannone. Comportamentos ingestivo e fisiológico de novilhas das raças Pantaneira, Girolando e Nelore, sob pastoreio no inverno. Graduação em Zootecnia - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

2. Ana Paula de Jesus Godoy. Comportamento ingestivo e fisiológico de vacas lactantes das raças Pantaneira e Girolando sob pastoreio no verão. Graduação em Zootecnia - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

k) Número de trabalhos de conclusão de curso de graduação em andamento no período:

1. Pedro Gustavo Loesia Lima. Suplementação de bezerras leiteiras das raças Girolando e Pantaneira mantidas em regime de pastejo. Graduação em Zootecnia - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Defesa: Julho / 2015.

i) Potencial de aproveitamento dos Recursos Humanos formados: 100%

5) TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE:

a) Relacionamento com a sociedade:

Por ser uma raça em extinção e com características zootécnicas diferenciadas, os bovinos Pantaneiros se destacam. Havendo naturalmente um interesse da sociedade e a constante busca por informações sobre os índices zootécnicos. Parte desta demanda está sendo atendida por meio de dias de campos e palestras realizadas periodicamente pela equipe do projeto, sendo o publico alvo principal formado por políticos e produtores rurais.

b) Educação para a ciência:

O Núcleo de Bovinos Pantaneiros (NUBOPAN) freqüentemente recebe caravanas de alunos vindo de escolas de ensino fundamental e médio, havendo um tutoramento das atividades em execução e uma explanação sobre a raça Pantaneira.

c) Interação com o ensino básico:

A UEMS/UUA, onde está inserido o NUBOPAN, possui também um curso de Técnico em Agropecuária integrado com o ensino médio. Neste sentido, a interação dos alunos com as atividades desenvolvidas com os bovinos pantaneiros ocorre simultaneamente, já que os mesmos fazem estágio no Setor de Bovinocultura Leiteira da UEMS/UUA.

6) TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O SETOR EMPRESARIAL E GOVERNO:

a) Interação com o Setor Empresarial:

1. Efetuou-se uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / Unidade Pantanal EMBRAPA/Pantanal (Processo nº 25-500040/2014), com o intuito de concatenar ações que promovam o

fortalecimento da raça de bovinos Pantaneiros, através do intercambio de semoventes em regime de comodato. Isso ira potencializar o referido projeto haja vista a aquisição de animais de alto padrão genético, que poderá ser utilizado na doação de material genético (sêmen / embriões) para a multiplicação da espécie.

2. Efetuou-se uma parceria com a Empresa Excegen Genética S/A, para caracterização genômica do gado Pantaneiro.

b) Políticas Públicas:

Foi aceito pela Câmara Municipal de Aquidauana um pedido endossado pelo vereador Sr. Paulo César Rodrigues dos Reis para que os Bovinos Pantaneiros e o Queijo Nicola (elaborado com leite de vacas pantaneiras), sejam a semelhança do Estado de Mato Grosso, considerado como Patrimônio Cultural e Genético do Estado de Mato Grosso do Sul.

O mesmo pleito está sendo analisado pela Câmara dos Deputados de Mato Grosso do Sul.

c) Inovações:
(Até 800 caracteres)

d) Patentes:
(Até 800 caracteres)

e) Transferência de Tecnologia:

Reuniões com a Secretária de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul / SEPROTUR - Sra. Tereza Cristina, em consonância com o Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Bovino Pantaneiro foram efetuadas com o intuito de fortalecer a raça no Estado, e em especial no Pantanal.

7) PUBLICAÇÕES:

Obs.: *Anexar cópia do artigo publicado e/ou informar link da publicação*

a) Artigos publicados:

1. Rezende, M.P.G.; Luz, D.F.; Ramires, G.G.; Oliveira, N.M.; Barbosa Filho, J.A.; Oliveira, M.V.M. Caracterização zoométrica de novilhas remanescentes da raça Pantaneira. Ciência Rural, v.44, n.4, p.706-709, 2014.

2. Rufino Junior, J.; Oliveira, M.V.M.; Carvalho, D.M.G.; Teodoro, A.L.; Vargas Junior, F.M.; Góes, R.H.T.B.; Costa, L.G. Potencial produtivo de novilhas da raça "Pantaneira" alimentadas com fenos de baixa qualidade. Semina: Ciências Agrárias, v.35, n.4, suplemento 1, p.2605-2616, 2014.

Resumos em Anais de Evento:

1. Mirela B. Souza, Níkolas C. de Oliveira, Willian A. L. da Silva, Jair S. de Oliveira Júnior, Fabiana A. Melo Sterza. Pantaneira breed present different follicular dynamics patterns. 51ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Aracajú. De 29 de julho à 01 de agosto de 2014

2. Wilian A.L da Silva, Henrique Kischel, ChristopherJ.T. Cardoso, Andre L.L Fialho, Mirela B. Souza, Jonathan V. dos Santos, Jair S. de Oliveira Junior, Fabiana A. Melo Sterza. Embryo viability of Girolando donor submitted to superovulation protocols and inseminated with sexed or conventional sêmen. 51ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Aracajú. De 29 de julho à 01 de agosto de 2014

3. Henrique Kischel, Elielton D.S Arruda, Wilian A.L da Silva, Johnatan V. dos Santos, Fabiana A. M. Efeito das condições ambientais sobre a produção de embriões bovinos no cerrado pantanal. 51ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Aracajú. De 29 de julho à 01 de agosto de 2014

4. Mariane Gabriela Cesar Ribeiro, Willian Aparecido Leite da Silva, Henrique Kischel, André Luiz Leão Fialho, Jair Sábio de Oliveira Júnior, Fabiana de Andrade Melo Sterza. Caracterização do período pré e pós-parto de vacas da raça Pantaneira. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014

5. Henrique Kischel, Willian Aparecido Leite da Silva, Christopher Junior Tavares Cardoso, Jhonatan Vinicius dos Santos, Elielton Dias da Silva Arruda, Mirela Brochado Souza, André Luiz Leão Fialho, Fabiana de Andrade Melo Sterza. Efeito das condições ambientais sobrea produção de embriões bovinos daraça "Pantaneira" no cerrado pantanal. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014

6. Wilian Aparecido Leite da Silva; Henrique Kischel, Christopher Junior Tavares Cardoso, Elielton Dias Arruda, Fabiana de Andrade Melo Sterza. Comportamento reprodutivo de animais da raça pantaneira submetidos à monta natural. ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. 8º ENEPE / UFGD – 5º EPEX / UEMS, 20 a 24 de outubro, Dourados/MS, 2014.

5- Willian Biazolli, Marcus Vinicius Morais de Oliveira, Dirce Ferreira Luz. Curva de lactação de vacas primíparas da raça Pantaneira mantidas em regime de pastoreio. 37º Congreso de la Asoc. Argentina de Producción Animal – RAPA, Vol. X, Supl. 1, 2014.

6- Willian Biazolli, Marcus Vinicius Morais de Oliveira. Curva de lactação de vacas primíparas da raça Pantaneira mantidas em regime de pastoreio. 37º Congreso de la Asoc. Argentina de Producción Animal – RAPA, Vol. X, Supl. 1, 2014.

7- Willian Biazolli, Marcus Vinicius Morais de Oliveira, Dirce Ferreira Luz. Produção de leite de vacas primíparas da raça Pantaneira em pastejo com diferentes níveis de concentrado. 37º Congreso de la Asoc. Argentina de Producción Animal – RAPA, Vol. X, Supl. 1, 2014.

8- Mariane da S. Chiodi, Níkolas C. de Oliveira, Igor T. P. Shiwa, Pedro G. L. Lima, Frederico O. Lisita, Roberta T. Lopes, Alysson M. Wanderley, Marcus V. M. de Oliveira. Serum levels of glucose and urea blood in suckling calves of the Pantaneira breed fed with *Moringa oleifera*. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

9- Pedro Gustavo Loesia Lima, Igor Toshio Paniagua Shiwa, Mariane da Silva Chiodi, Kheyciane Viana da Silva, Níkolas Cáceres de Oliveira, Fernanda Camargo de Freitas, Marcus Vinicius Morais Oliveira. Ingestion and physiological behavior of calves of the Pantaneira and Girolando breeds, under grazing with or without supplementation concentrate. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

10- Mariane da S. Chiodi, Níkolas C. de Oliveira, Igor T. P. Shiwa, Pedro G. L. Lima, Frederico O. Lisita, Roberta T. Lopes, Alysson M. Wanderley, Marcus V. M. de Oliveira. Performance of suckling calves of the Pantaneira breed supplemented with *Moringa oleifera*. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

11- Pedro Gustavo Loesia Lima, Igor Toshio Paniagua Shiwa, Mariane da Silva Chiodi, Kheyciane Viana da Silva, Níkolas Cáceres de Oliveira, Fernanda Camargo de Freitas, Brenda Martins, Marcus Vinicius Morais Oliveira. Performance of calves Pantaneira and Girolando breeds, kept in grazing with or without supplementation concentrate. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

12- Pedro Gustavo Loesia Lima; Mariane da Silva Chiodi; Kheyciane Viana da Silva; Ianca Tainara Castro Miranda; Marcus Vinicius Morais de Oliveira. Aditivo melhorador das funções orgânicas sobre o desempenho de bezerras Pantaneira e Girolando suplementadas com concentrado, no período seco. ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. 8º ENEPE / UFGD – 5º EPEX / UEMS, 20 a 24 de outubro, Dourados/MS, 2014.

13- Tânia M. B. Santos, Mariane G. C. Ribeiro, Cristiane A. N. Xavier, Marcus V. M. Oliveira, Nanci Cappi. Monitoramento da biodigestão anaeróbia de dejetos de novilhas da raça Pantaneira alimentadas com fenos de diferentes espécies forrageiras. XLIII Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola – CONBEA, 27 a 31 de julho, Campo Grande/MS, 2014.

14. Ana Paula de Jesus Godoy, Níkolas Cáceres de Oliveira, Mariane da Silva Chiodi, Mirela Brochado Souza, Márcio Gregório Rojas dos Santos, Marcus Vinicius Morais de Oliveira. Etologia ingestiva e parâmetros fisiológicos de vacas lactantes das raças Pantaneira e Girolando mantidas em pastagem de

capim-mombaça com livre a acesso sombra. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014.

15. Kheyciane Viana da Silva, Pedro Gustavo Loesia Lima, Raquel Soares Juliano, Marcus Vinicius Morais de Oliveira, Dirce Ferreira Luz. Análises de lactofermentação do leite de vacas da raça Pantaneira. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014. **Ganhador do Prêmio: Melhor Trabalho de Pesquisa.**

INFORMATIVO TÉCNICO:

1. Bovino Pantaneiro: Uma espécie em extinção. MS Faz Ciência. Boletim Informativo da FUNDECT. MAR/ABR 2014 - ANO 3 – Nº 7

2. Pelagens e Chifres do Bovino Pantaneiro. ABCBP – Associação Brasileira dos Criadores de Bovino Pantaneiro, p. 37, 2014.

3. Raças Bovinas Locais Brasileiras - Bovino Pantaneiro. Rede Pró-Centro Oeste de Pesquisa. Caracterização, conservação e uso das raças bovinas locais brasileiras: Curraleiro e Pantaneiro. p.8, 2014.

4. Bovino pantaneiro reúne resistência e produtividade. https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2086467/bovino-pantaneiro-reune-resistencia-e-produtividade

5. Em extinção, boi pantaneiro é pesquisado pela UEMS. http://www.portal.uems.br/noticias/detalhes/em-extincao-boi-pantaneiro-e-pesquisado-pela-uems

Artigos:

b) Artigos aceitos para publicação:

1. Rezende, M.P.G.; Luz, D.F.; Ramires, G.G.; Oliveira, M.V.M. Índices zootécnicos de novilhas da raça Pantaneira. Revista Veterinária e Zootecnia.

2. Estão em tramitação mais 9 artigos, mas no momento nenhum encontra-se no prelo.

d) Livros:
(nº de livros, título do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

e) Capítulos de livros:
(nº de capítulos, título do capítulo, nome do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

8) EVENTOS CIENTÍFICOS E DE INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE:

a) Trabalhos apresentados em Eventos Científicos:

1. Mirela B. Souza, Níkolas C. de Oliveira, Willian A. L. da Silva, Jair S. de Oliveira Júnior, Fabiana A. Melo Sterza. Pantaneira breed present different follicular dynamics patterns. 51ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Aracajú. De 29 de julho à 01 de agosto de 2014

2. Wilian A.L da Silva, Henrique Kischel, ChristopherJ.T. Cardoso, Andre L.L Fialho, Mirela B. Souza, Jonathan V. dos Santos, Jair S. de Oliveira Junior, Fabiana A. Melo Sterza. Embryo viability of Girolando donor submitted to superovulation protocols and inseminated with sexed or conventional sêmen. 51ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Aracajú. De 29 de julho à 01 de agosto de 2014

3. Henrique Kischel, Elielton D.S Arruda, Wilian A.L da Silva, Johnatan V. dos Santos, Fabiana A. M. Efeito das condições ambientais sobre a produção de embriões bovinos no cerrado pantanal. 51ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Aracajú. De 29 de julho à 01 de agosto de 2014

4. Mariane Gabriela Cesar Ribeiro1, Willian Aparecido Leite da Silva, Henrique Kischel, André Luiz Leão Fialho, Jair Sábio de Oliveira Júnior, Fabiana de Andrade Melo Sterza. Caracterização do período pré e

pós-parto de vacas da raça Pantaneira. IV Encontro Científico da Zootecnia. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014

5. Henrique Kischel, Willian Aparecido Leite da Silva, Christopher Junior Tavares Cardoso, Jhonatan Vinicius dos Santos, Elielton Dias da Silva Arruda, Mirela Brochado Souza, André Luiz Leão Fialho, Fabiana de Andrade Melo Sterza. Efeito das condições ambientais sobrea produção de embriões bovinos daraça "Pantaneira" no cerrado pantanal. IV Encontro Científico da Zootecnia. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014.

6- Mariane da S. Chiodi, Níkolas C. de Oliveira, Igor T. P. Shiwa, Pedro G. L. Lima, Frederico O. Lisita, Roberta T. Lopes, Alysson M. Wanderley, Marcus V. M. de Oliveira. Serum levels of glucose and urea blood in suckling calves of the Pantaneira breed fed with *Moringa oleifera*. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

7- Pedro Gustavo Loesia Lima, Igor Toshio Paniagua Shiwa, Mariane da Silva Chiodi, Kheyciane Viana da Silva, Níkolas Cáceres de Oliveira, Fernanda Camargo de Freitas, Marcus Vinicius Morais Oliveira. Ingestion and physiological behavior of calves of the Pantaneira and Girolando breeds, under grazing with or without supplementation concentrate. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

8- Mariane da S. Chiodi, Níkolas C. de Oliveira, Igor T. P. Shiwa, Pedro G. L. Lima, Frederico O. Lisita, Roberta T. Lopes, Alysson M. Wanderley, Marcus V. M. de Oliveira. Performance of suckling calves of the Pantaneira breed supplemented with *Moringa oleifera*. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

9- Pedro Gustavo Loesia Lima, Igor Toshio Paniagua Shiwa, Mariane da Silva Chiodi, Kheyciane Viana da Silva, Níkolas Cáceres de Oliveira, Fernanda Camargo de Freitas, Brenda Martins, Marcus Vinicius Morais Oliveira. Performance of calves Pantaneira and Girolando breeds, kept in grazing with or without supplementation concentrate. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

10- Pedro Gustavo Loesia Lima; Mariane da Silva Chiodi; Kheyciane Viana da Silva; Ianca Tainara Castro Miranda; Marcus Vinicius Morais de Oliveira. Aditivo melhorador das funções orgânicas sobre o desempenho de bezerras Pantaneira e Girolando suplementadas com concentrado, no período seco. ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. 8º ENEPE / UFGD – 5º EPEX / UEMS, 20 a 24 de outubro, Dourados/MS, 2014.

11- Tânia M. B. Santos, Mariane G. C. Ribeiro, Cristiane A. N. Xavier, Marcus V. M. Oliveira, Nanci Cappi. Monitoramento da biodigestão anaeróbia de dejetos de novilhas da raça Pantaneira alimentadas com fenos de diferentes espécies forrageiras. XLIII Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola – CONBEA, 27 a 31 de julho, Campo Grande/MS, 2014.

12. Ana Paula de Jesus Godoy, Níkolas Cáceres de Oliveira, Mariane da Silva Chiodi, Mirela Brochado Souza, Márcio Gregório Rojas dos Santos, Marcus Vinicius Morais de Oliveira. Etologia ingestiva e parâmetros fisiológicos de vacas lactantes das raças Pantaneira e Girolando mantidas em pastagem de capim-mombaça com livre a acesso sombra. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014.

13. Kheyciane Viana da Silva, Pedro Gustavo Loesia Lima, Raquel Soares Juliano, Marcus Vinicius Morais de Oliveira, Dirce Ferreira Luz. Análises de lactofermentação do leite de vacas da raça Pantaneira. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014. **Ganhador do Prêmio: Melhor Trabalho de Pesquisa.**

b) Notícia em Jornal

1. Boi Pantaneiro vai ganhar registro - mesmo assim corre sério risco de extinção e pesquisa luta contra. Correio Rural em Correio do Estado - 13 de outubro de 2014.

c) Reportagem na TV

1. Raça trazida por portugueses é destaque em MT e MS. Record Rural. Acesso em: http://www.diariodigital.com.br/videos/raca-trazida-por-portugueses-e-destaque-em-mt-e-ms/7318/

2. MT E MS conservam rebanho de Bovino Pantaneiro. SBA – Sistema Brasileiro do Agronegócio. Acesso em: http://www.sba1.com/noticias/37077/mt-e-ms-conservam-rebanho-de-bovino-pantaneiro#.VNi0lebF9oU

3. Programa RIO DE LEITE / Bovinos Pantaneiros. https://www.youtube.com/watch?v=x9w28p-kIgg

9) OUTRAS INFORMAÇÕES:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

1) IDENTIFICAÇÃO:

COMPONENTE/REDE: Pesca

COORDENADOR:**Jorge Antonio Ferreira de Lara**

TÍTULO DO PROJETO:Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Derivados do Pescado Nativo do Pantanal

OBJETIVOS:O presente projeto de pesquisa tem por objetivo padronizar processos agroindustriais de produção de derivados de pescado nativo do Pantanal, através da inovação, aperfeiçoamento ou de ajustes de processos visando o seu emprego em escala.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PROJETO: Embrapa, UFMT e Uems

EQUIPE CIENTÍFICA: Jorge Lara (Embrapa), Edivaldo Almeida (UFMT), Cláudia Cardoso (Uems), Luciana Silva (UFMT) e Ricardo Ribeiro (UEM).

VIGÊNCIA DO PROJETO: 2012 / 2015

PERÍODO DO RELATÓRIO:2014

2) INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS:

Áreas Geográficas de estudo: Pantanal

Hipóteses de trabalho:

Verificar entre os produtos derivados do pescado quais teriam maior interesse pelo consumidor nos mercados das cidades de Campo Grande e Cuiabá.

Desenvolver, aperfeiçoar ou adaptar 4 produtos tecnológicos derivados do pescado nativo do Pantanal de diferentes espécies como matéria-prima.

Estabelecer parâmetros de qualidade físico-químicas para os produtos.

Determinar a vida de prateleira dos produtos desenvolvidos.

Avaliar o perfil de ácidos dos produtos derivados do pescado.

Verificar a segurança microbiológica dos produtos agroindustriais.

Determinar instrumentalmente os atributos de qualidade da cor e maciez dos produtos.

Realizar a análise sensorial dos derivados elaborados.

Verificar a viabilidade econômica dos processos agroindustriais.

Materiais e métodos:Descrever os principais métodos utilizados na obtenção dos resultados. (Até 1200 caracteres – 04 parágrafos contendo 06 linhas cada aproximadamente)

A escolha de produtos derivados de pescado a serem ajustados ou desenvolvidos será baseada na experiência prévia do projeto da Rede Pesca articulada e financiada pelo CPP que nos anos anteriores definiu critérios mínimos para a elaboração dos produtos defumado, marinado, patê e empanado de pescado das espécies cachara e pacu que estão publicados nas séries técncias da Embrapa Pantanal, disponíveis no site www.cpap.embrapa.br.

Esses produtos serão novamente avaliados considerando agora adicionalmente a viabilidade econômica, mercado consumidor e análise sensorial dos derivados de pescado.

Os mesmos produtos serão desenvolvidos e avaliados para 4 espécies de peixes nativos do Pantanal que fazem parte das listas de desembarque pesqueiro no Pantanal. A definição das espécies dependerá da oferta de pescado nos pontos de venda a partir daquelas consideradas pelo SCPESCA, sistema de controle de pesca no Pantanal realizado pela Embrapa Pantanal sob a coordenação do pesquisador Agostinho Catella anualmente.

Evidentemente, as formulações previamente definidas sofrerão ajustes contínuos durante o desenvolvimento do projeto em virtude das expectativas dos consumidores e dos inevitáveis ajustes em função de diferentes matérias-primas.

O interesse dos consumidores em consumir produtos de pescado do Pantanal será avaliado nas capitais dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul através de questionários semi-estruturados, inicialmente apenas na intenção de compra, e posteriormente com oferta de amostras de produtos para avaliação sensorial.

A partir da perspectiva apresentadas pelo interesse em consumir o produtoa equipe de tecnologia irá fazer ajustes na formulação e processamento, desde que continuem respeitando os parâmetros legais de identidade dos produtos, afim de aperfeiçoar as alternativas de consumo aos interesses do mercado.

Finalmente com os produtos ajustados aos mercados será definido o preço em função e custos e interesse dos consumidores. Adicionalmente serão realizadas análises microbiológicas, instrumentais, sensoriais e químicas (oxidação e perfil de ácidos graxos).

Resultados e Discussões: (Até 1200 caracteres – 08 parágrafos contendo 06 linhas cada aproximadamente)

Até o presente momento os resultados obtidos estão relacionados ao ajuste de formulações para elaboração de patê e quibe de 4 espécies de pescado nativo do Pantanal. O acompanhamento da vida de prateleira desses produtos está em andamento e é crucial para validar tecnicamente a formulação mais adequada para a elaboração dos produtos.

Em primeira análise nem todas as espécies testadas, barbado, curimbatá, piavuçu e pintado são adequadas para a elaboração dos produtos. Barbado e pintado se mostraram excelentes na formulação dos dois produtos, já piavuçu como já observado em pacus anteriormente não se mostrou matéria-prima apta para a elaboração de patês. Curimbatá foi adequado para elaboração e patês, mas o resultado para a elaboração e quibes se mostrou com coloração um tanto diferenciada em relação as outras espécies.

Paralelamente o projeto vem avaliando desempenho de diversas linhagens de tilápia com intuito de verificar as mais promissoras para o melhor custo/benefício na escala de produção. A elaboração de produtos de

tilápia e sua análise nas mesmas condições de laboratório em que estão sendo feitos os produtos derivados do pescado são importantes para a análise comparativa de mercado.

Até o presente momento os resultados parciais vêm indicando a viabilidade técnica da elaboração de produtos processados de pescado de peixes nativos do Pantanal, como já observado em pacus e cacharas, sendo uma alternativa para aumentar as opções de consumo e incrementar os ganhos do setor pesqueiro pantaneiro em momentos de oferta excessiva de peixes inteiros.

Além disso, a intenção de compra de filés ou postas das espécies pesquisadas é muito baixo dentro dos consumidores de pescado pantaneiro. Os resultados de intenção de compra e avaliação geral do produto que serão conduzidos no segundo semestre de 2015, poderão comprovar ou não se estes produtos podem ser uma alternativa de consumo dessas espécies, o que diminuiria o esforço de pesca sobre os tradicionais pacu, cachara e pintado.

Conclusão: (Até 1200 caracteres – 04 parágrafos contendo 06 linhas cada aproximadamente)

As conclusões não são possíveis pois temos resultados intermediários.

3) COOPERAÇÃO COM OUTROS PROJETOS:

(Até 600 caracteres)

No momento não há cooperação com outros projetos.

4) FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Obs.: Nome do programa de pós-graduação, nome do aluno, título do trabalho...

a) Número de pós-doutorados concluídos no período:

b) Número de pós-doutorados em andamento no período:

c) Número de teses de doutorados concluídas no período:

d) Número de teses de doutorados em andamento no período:

1 – Ciência de Alimentos, UEM – Jovana Silva Garbelini, Tecnologia de abate e retenção de água em peixes nativos.

2 – Ciência de Alimentos, UEM – Elenice Góes Reis, Estresse e qualidade da carne de tilápias.

3- Zootecnia, UFMS – Letícia EmilianiFantini, Qualidade da carne de pintado.

4- Zootecnia, UEM – César Sary, Óleo essencial de cravo e canela em dietas para tilápia do Nilo: deposição no filé e ação antioxidante.

5 – Zootecnia, UEM – Aline Mayra Oliveira Zardin – Estimativas de parâmetros genéticos para desempenho de tilápias.

e) Número de dissertações de mestrado concluídas no período:

1 – Engenharia de Pesca, Unioeste – Jovana Silva Garbelini. Processamento Tecnológico de Carne Mecanicamente Separada Pacu.

f) Número de dissertações de mestrado em andamento no período:

1 – Zootecnia, UFMS – Jonathan Carvalho Coimbra. Qualidade da carne de tilápias.

2 – Zootecnia, UEM - Pedro Luiz de Castro. Parâmetros reprodutivos e variabilidade genética de Curimba (Prochiloduslineatus).

3 – Recursos Naturais, Uems - Arlene Ventura. Avaliação dos efeitos do formol no cultivo de Pacu (Piaractusmesopotamicus).

4. Ciência Animal. Kelly de Gaíva Carmona. Avaliação da qualidade de tambaquis.

5. Ciência Animal. Marcelo Aparecido Martins. Desenvolvimento de Método de ìndice de Qualidade para Piaractusmesopotamicus fresco.

6. Ciência Animal -Daiane Alves Cardoso. Desenviolvimento de hamburguer de piau (Leporinusobtusidens).

g) Número de trabalhos de iniciação científica concluídos no período:

1 – Biologia, UFMS. Tábata Cristina Silva. Caracterização de filés de pescado.

2 – Ciência de Alimentos. Mayara Lima Ribeiro Rodrigues. Avaliação e caracterização de concentrado proteico de pescado.

h) Número de trabalhos de iniciação científica em andamento no período:

1 - Ciência de Alimentos .DamaresLilei Alves Menezes. Comparação de banda e filé de Tambaqui (Colossomamacropomum) defumado por fumaça liquida e em defumador convencional.

2 -Ciência de Alimentos. Marina Correa da Costa Abreu. Análise socioeconômica do consumo de pescadona cidade de Cuiabá-MT.

3 -Ciência de Alimentos.Thamiris Caetano Silva Ribeiro. Avaliação das características sensoriais e de frescor de Pintados submetidos a insensibilização pré-abate com o composto eugenol.

4 – Veterinária. PâmellaFalsoni. Influência da região metropolitana da grande Cuiabá, na qualidade da água e da fauna piscícola do rio Cuiabá.

i) Potencial de aproveitamento dos Recursos Humanos formados:

A doutoranda Elenice Goes está aprovada como docente na UFGD aguardando ser chamada e a doutoranda JovanaGarbelini, caso não seja aprovada em concurso deverá ser encaminhada para seleção de bolsa de desenvolvimento científico regional.

5) TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE:

a) Relacionamento com a sociedade:
(Até 800 caracteres)

Matérias divulgadas na mídia (comprovantes em anexo):

1. Entidades desenvolvem alimentos a partir do pescado pantaneiro. Publicado no site www.g1.com.br.

2. Caiu na panela, é peixe. Publicado no site www.correiodecorumba.com.br.

3. Embrapa desenvolve alimentosprocessados a partir de pescadopantaneiro. Publicado no site https://diarionline.com.br

4. Carne de peixes do Pantanal poderá serutilizada para fazer quibes e patês. Publicado no site www.coximagora.com.br

5. Carne de peixes do Pantanal poderá serutilizada para fazer quibes e patês. Publicado no site www.correiodoestado.com.br

6. Carne de peixe do Pantanal é usada para a produção de quibes e patês. Publicado como capa do caderno agrícola do Jornal Correio do Estado de MS.

b) Educação para a ciência:
(Até 800 caracteres)

c) Interação com o ensino básico:
Apresentação da linha de pesquisa para estudantes da rede de ensino de Corumbá, pelo programa Embrapa Escola, que na ocasião (mês de agosto) foram atendidas aproximadamente 400 crianças em idade escolar.

6) TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O SETOR EMPRESARIAL E GOVERNO:

a) Interação com o Setor Empresarial:
(Até 800 caracteres)

b) Políticas Públicas;
(Até 800 caracteres)

O projeto teve como repercussão o interesse da Prefeitura Municipal de Corumbá em estabelecer um ponto de venda de produtos processados de pescado nativo do Pantanal como forma de fomento a atividade de pesca profissional artesanal. O acerto de como este processo será conduzido está em discussão no momento.

c) Inovações:
(Até 800 caracteres)

Formulações de produtos processados (quibe e patê em 2014) de algumas espécies nativas de peixes do pantanal foram ajustadas. Os produtos são tradicionais mas ao alterar-se a matéria-prima para piavuçu ou corimbatá ajustes foram necessários para que o produto fosse tecnicamente viável, caracterizando a inovação, visto que tais formulações ajustadas não existiam disponíveis. As fases finais de avaliação desses e de outros produtos estarão ocorrendo em 2015.

d) Patentes:
(Até 800 caracteres)

Não se aplica.

e) Transferência de Tecnologia:
(Até 800 caracteres)

O pacote de transferência de tecnologia será implementado sistematicamente no último ano de execução quando todos os produtos estarão devidamente desenvolvidos e testados. Tecnologias para produtos alimentares, em decorrência dos riscos de toxinfecções não devem ser transferidos sem a devida validação tecnológica e econômica. No ano de 2014 optou-se somente pela divulgação do potencial dos produtos pela mídia.

7) PUBLICAÇÕES:

Obs.: *Anexar cópia do artigo publicado e/ou informar link da publicação*

a) Artigos publicados:
(nº de artigos, título do artigo, revista, referência completa de acordo com as normas ABNT)

1.
CARBONERA, FABIANA ; BONAFE, ELTON GUNTENDORFER ; MARTIN, CLAYTON ANTUNES ; MONTANHER, PAULA FERNANDES ; Ribeiro, Ricardo Pereira ; FIGUEIREDO, LUANA CAROLINE ; ALMEIDA, VITOR CINQUE ; VISENTAINER, JESUÍ VERGÍLIO . Effect of dietary replacement of sunflower oil with perilla oil on the absolute fatty acid composition in Nile tilapia (GIFT).FoodChemistry, v. 148, p. 230-234, 2014.

2.
MERLINI, LUIZ SÉRGIO ; VARGAS, Lauro ; VARGAS, Lauro ; RIBEIRO, R. P. ; PIAU, RANULFO ; MERLINI, NATALIE BERTELIS . Effects of a homeopathic complex on the performance and cortisol levels in Nile tilapia (Oreochromisniloticus).Homeopathy (Edinburgh. Print), v. 103, p. 139-142, 2014.

3.
LOPERA-BARRERO, NELSON MAURICIO ; ALVAREZ, CAMILO ANDRES REYES ; Rodriguez-Rodriguez, Maria Del Pilar ; Povh, Jayme Aparecido ; Vargas, Lauro ; STREIT Jr, D. P. ; STREIT JÚNIOR, DANILO PEDRO ; SIROL, RODOLFO NARDES ; RIBEIRO, R. P. . Diversidade genética e paternidade de progênies de Bryconorbignyanus obtidas por diferentes sistemas reprodutivos. Semina. Ciências Agrárias (Online), v. 35, p. 541-554, 2014.

4.
Reis Neto, R. V. ; OLIVEIRA, C. A. L. ; RIBEIRO, R. P. ; Freitas, R T F ; Allaman, I. B. ; OLIVEIRA, Sheila de . Genetic parameters and trends of morphometric traits of GIFT tilapia under selection for weight gain. ScientiaAgricola (USP. Impresso), v. 71, p. 259-265, 2014.

5.
ANDRETTO, A. P. ; FUZINATO, M. M. ; BONAFE, ELTON GUNTENDORFER ; Graciela LuccaBraccini ; MORI, R. H. ; RIBEIRO, R. P. ; OLIVEIRA, C. A. L. ; VISENTAINER, J. V. ; VARGAS, Lauro . Effect of an homeopathic complex on fatty acidis in muscle and performance of the Nile tilpapia (Oreochromisniloticus). Homeopathy (Edinburgh. Print), v. 103, p. 178-185, 2014.

6.
CONTI, A. C. M. ; OLIVEIRA, C. A. L. ; MARTINS, Elias Nunes ; RIBEIRO, R. P. ; Bignardi, A. B. ; Porto, E. P. ; Oliveira, S. N. . Genetic parameters for weight gain and body measurements for Nile tilapias by random regression modeling.Semina. Ciências Agrárias (Impresso), v. 35, p. 2843-2858, 2014.

7.
MACIEL, ERIKA DA SILVA ; VASCONCELOS, JULIA SANTOS ; SILVA, LUCIANA KIMIE SAVAY DA ; SONATI, JAQUELINE GIRNOS ; GALVÃO, JULIANA ; SILVA, DIRCEU DA ; Oetterer, Marília . Designing and validating the methodology for the Internet assessment of fish consumption at a university setting. Ciência e Tecnologia de Alimentos, v. 34, p. 315-323, 2014.

8.
DA SILVA MACIEL, ELAYNA CRISTINA ; DE ALMEIDA FILHO, EDIVALDO SAMPAIO ; BERTOLONI, WILLIAM ; SAMPAIO DE ABREU, JANESSA . Evaluation of the Effects of Different Stunning Methods on the Stress Responses and Meat Quality of the Amazon hybrid surubim, Pseudoplatystomafasciatum female Leiariusmarmoratus male.Journalofthe World AquacultureSociety, v. 45, p. 35-44, 2014.

b) Artigos aceitos para publicação:
(nº de artigos, título do artigo, revista, referência completa de acordo com as normas ABNT)

1.
FUCHS, RENATA HERNANDEZ BARROS ; Ribeiro, Ricardo Pereira ; MATSUSHITA, MAKOTO ; TANAMATI, AILEY APARECIDA COELHO ; BONA, EVANDRO ; DE SOUZA, ALOISIO HENRIQUE PEREIRA . Enhancement of the nutritional status of Nile tilapia (Oreochromisniloticus) croquettes by adding flaxseed flour.Lebensmittel-Wissenschaft + Technologie / Food Science + Technology.

2.
FOGAÇA, FABÍOLA HELENA DOS SANTOS ; SANT ANA, LÉA SILVIA ; LARA, JORGE ANTONIO FERREIRA ; MAI, ANA CECILIA GIACOMETTI ; Carneiro, Dalton José . Restructured products from tilapia industry by products: The effects of tapioca starch and washing cycles. Journal of FoodandBioproductsProcessing.

d) Livros:
(nº de livros, título do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

e) Capítulos de livros:
(nº de capítulos, título do capítulo, nome do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

8) EVENTOS CIENTÍFICOS E DE INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE:

Obs.: Anexar comprovação do trabalho apresentado e comprovação de evento de interação com a sociedade não-científica (folder, link de site onde foi divulgado...)

a) Trabalhos apresentados Em Eventos Científicos:
(número e descrição, título do trabalho, nome do evento, local do evento, período do evento, nome dos autores)

1.
GOES, E. S. R.; LARA, J. A. F., GOES, M. D.; RIBEIRO, R. P. ESTRESSE PRÉ-ABATE E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DA CARNE EM PEIXES. In:V Simpósio de Gestão do Agronegócio, 2014, Maringá-PR. V Simpósio de Gestão do Agronegócio. Maringá-SP: Depto. De Zootecnia, UEM, 2014.

2.
GOES, E. S. R.; LARA, J. A. F., ZUANAZZI, J. S. G.; RIBEIRO, R. P. ANÁLISE SENSORIAL DE FILÉS DE TILÁPIAS SUBMETIDAS AO ESTRESSE PELO TRANSPORTE. In:V Simpósio de Gestão do Agronegócio, 2014, Maringá-PR. V Simpósio de Gestão do Agronegócio. Maringá-SP: Depto. De Zootecnia, UEM, 2014.

3.
GOES, E. S. R.; LARA, J. A. F.; GASPARINO, E.;GOES, M. D.; ZUANAZZI, J. S. G.; RIBEIRO, R. P.QUALIDADE DE FILÉS DE TILÁPIA DO NILO SUBMETIDAS AO ESTRESSE PELO TRANSPORTE EM DIFERENTES DENSIDADES E TEMPOS. In: VI Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira

de Aquicultura e Biologia Aquática. Foz do Iguaçu-PR. VI Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática. Foz do Iguaçu-PR: Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática, 2014.

4.
CUNHA, D. C. ; MACIEL, E. S. ; GALVAO, J. A. ; OETTERER, M. ; SAVAY-da-SILVA, L. K. . Aspectos relacionados à comercialização e consumo de pescado em Cuiabá-MT.. In: VI Simpósio de Controle de Qualidade do Pescado, 2014, Santos-SP. VI Simpósio de Controle de Qualidade do Pescado. Santos-SP: Instituto de Pesca, 2014.

b) Eventos de interação com a sociedade:
(número e descrição completa do(s) evento(s): nome do evento, local do evento, período do evento, participantes)

1.
I Seminário sobre a Importância do consumo de pescado na alimentação e saúde da população. 2014. Realizado em Cuiabá em novembro de 2014.

9) OUTRAS INFORMAÇÕES:

Indicar se houve melhorias na estrutura de laboratórios e locais onde os subprojetos se desenvolvem, bem como, descrever outros fatores relevantes para o desenvolvimento do subprojeto. (Até 500 caracteres)

As melhorias ocorreram efetivamente nos laboratórios, principalmente com o apoio financeiro e equipamentos adquiridos. Entretanto a maior melhoria foi no estreitamento da relação e troca de conhecimento e formação e equipe entre os pesquisadores das diversas instituições presentes no projeto.

<u>INDICADOR 3:</u> Índice de Divulgação dos Resultados para Sociedade – IDRS

Os 20 anos da Zootecnia em Mato Grosso do Sul
22 A 24 DE MAIO DE 2014
Aquidauana, MS
Encontro Científico da Zootecnia
UEMS
Aquidauana
Home
Programação
Resumos
Inscrições
Contatos
ZOOTECNIA
IV
Encontro Científico da Zootecnia
UEMS
Aquidauana
Apoio:
Fundect
AQUIDAUANA

Fundect
MS FAZ
ciência
BOLETIM INFORMATIVO DA FUNDECT | MAR/ABR 2014 - ANO III - N07
PESQUISA EM MS
Bovino Pantaneiro
Uma espécie em extinção

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

André Puccinelli
Governador

Simone Tebet
Vice-Governadora

Carlos Alberto Negreiros Said Haddad
Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia

Filipe Augusto Dias
Superintendente de Ciência e Tecnologia

Marcelo Augusto Santos Turine
Diretor-Presidente | Fundect

Marcelo Bruni
Diretor Científico | Fundect

Artur Vieira dos Santos
Diretor Administrativo | Fundect

CONSELHEIROS

Alaica Oliveira Pellegrin (CNPq)
Cláber Oliveira Soares (CNPQC/AGRAER)
Dorio de Oliveira Lima (UFMS)
Felipe Augusto Dias (SECTTEC)
Gustavo Graciali (UFMS)
João Onofre Pereira Pinto (UFMS)
José Salésio (ANHANGUERA/UNIDERP)
Maria do Carmo Vieira (UFGD)
Marisvia de Oliveira Franca (SEBRAE)
Rosana Cristina Zanelatto Santos (UFMS)
Sandro Márcio Lima (UEMS)
Sônia Arruda (UCDB)

MÍDIA CIÊNCIA

Alda Prudente Carromeu
Jornalista DRT/MS 245
Cristiane Bienvinda Kamiyama
Jornalista DRT/MA 643
Kátia Bianca Iguassu Hesse
Jornalista DRT/MS 201
Fernanda Arias
Jornalista DRT/MS 997
André Martins
Publicitário

TIRAGEM

1.000 exemplares

EDITORIAL

Esta edição do Boletim Informativo da Fundect "MS Faz Ciência" traz um novo layout com maior número de páginas e mais informações sobre os projetos de pesquisa a fim de valorizar e mostrar o impacto da inovação para o desenvolvimento econômico e social do nosso estado.

No novo formato, as editorias "Eu Faço Ciência" e "Pesquisa em MS" foram expandidas, apresentando o perfil dos nossos pesquisadores que se destacam nas suas áreas de atuação, além de explorar as temáticas de pesquisa e inovação com mais detalhes.

Nesta edição, o projeto de destaque é "Avaliação do Potencial Leiteiro em Bovinos da Raça Pantaneira", coordenado por Marcus Vinicius Morais de Oliveira, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). A proposta está em andamento e tem um grande impacto nacional por estudar o bovino pantaneiro, que está em vias de extinção. Na coluna "Eu Faço Ciência" é apresentado um pouco da história científica do professor e pesquisador da Universidade Anhanguera Uniderp, Silvio Favero. Na editoria "Entrevista", o Reitor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Damião Duque de Farias, fala dos desafios da UFGD e a evolução da pesquisa e da pós-graduação no estado.

Os diretores da FUNDECT participam de várias reuniões científicas junto ao MCTI, CNPq, CAPES, FINEP e instituições locais e estaduais. Dentre estes eventos, na editoria "Institucional", divulgamos: os resultados do 1º Fórum do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap) de 2014; a criação do Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul, uma iniciativa para promover e estimular o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação; e o "Manual de Instruções para Utilização e Prestação de Contas de Auxílios Financeiros Concedidos pela Fundect", um documento orientador para auxiliar nossos pesquisadores no uso dos recursos públicos na execução dos projetos de pesquisa.

Estamos em crescente evolução. Neste início de ano já lançamos mais de 20 chamadas públicas de apoio financeiro a pesquisas que ultrapassam R$ 8 milhões, contemplando diversos temas entre bolsas em nível de Iniciação Científica, Extensão Tecnológica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado e Pesquisador Visitante Sênior.

Temos ainda vários desafios para 2014, como por exemplo, a implantação de um Parque Tecnológico junto as nossas incubadoras de base tecnológicas, e um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT). Hoje existem 122 INCTs aprovados no Brasil e ainda nenhum no Estado de Mato Grosso do Sul. O CNPq deverá abrir edital até julho de 2014. Precisamos integrar as pesquisas e a aplicação prática do conhecimento na vida das pessoas, assim teremos sucesso nas parcerias públicas e privadas, pois há demandas das empresas e indústrias do setor produtivo que a academia em sinergia com o governo pode contribuir e inovar.

Outro grande desafio do agronegócio é a recuperação das áreas/pastagens degradadas do nosso Estado. Temos hoje, aproximadamente, 9 milhões de áreas, que podem ser utilizadas para produção e geração econômica do Estado. Outras temáticas devem ser fortalecidas na área da saúde, educação, engenharia, populações vulneráveis e estudos fronteiriços.

Você pode enviar sua opinião ou sugestão de pautas por meio das nossas redes sociais ou pelo e-mail noticias@fundect.ms.gov.br. Esta publicação é uma iniciativa para a popularização da ciência em Mato Grosso do Sul. Tenha uma excelente leitura!

Marcelo Turine
Diretor-Presidente da Fundect

FIQUE POR DENTRO

4-5 EU FAÇO CIÊNCIA
Pesquisar desde sempre

6-7 PESQUISA EM MS
Bovino pantaneiro: uma espécie em extinção

8 INSTITUCIONAL
Reuniões do confap discutem novos rumos de CT&I estaduais

9 INSTITUCIONAL
Governador cria fórum de CT&I do Estado de MS

Fundect lança manual para auxiliar pesquisadores

10 PARCEIROS
Alunos de Mato Grosso do Sul são premiados na Europa

11 ENTREVISTA
UFGD promove desenvolvimento no interior

12 MURAL DA CIÊNCIA
Editais e eventos

ATUALIZE SEU CADASTRO NO SIGFUNDECT

Os cartões BB Pesquisa, que eram retirados na FUNDECT, passarão a ser entregues no endereço cadastrado no SIGFUNDECT. Assim, a Diretora Executiva da Fundação solicita a todos os pesquisadores que atualizem seus dados de endereço em nosso sistema.

EU FAÇO CIÊNCIA

PESQUISAR DESDE SEMPRE

Cristiane Benevides Komiyama

Vocação - professor orienta a mestranda Carolina Pauliquevis numa das pesquisas com aplicação de inseticida

Silvio Favero
Universidade Anhanguera-Uniderp

O primeiro contato com a pesquisa ocorreu numa visita ao Colégio Agrícola na cidade de São Paulo, quando cursava o 6º ano do Ensino Médio, e foi decisivo para a escolha de futura profissão. Este precocidade foi um dos fatores determinantes na vida deste pesquisador e professor universitário que se projetou como um dos maiores especialistas na área de combate sustentável às pragas agrícolas em Mato Grosso do Sul.

Já no primeiro semestre da graduação na Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais, Silvio Favero conheceu o laboratório de entomologia e se encantou. O professor orientava os alunos a visitar todos os laboratórios até que encontrassem o tema que gostariam de pesquisar, lembra. Foram quatro anos, de 1983 a 1987, dedicados à pesquisa, como bolsista e voluntário, ao controle químico de pragas. Ainda nesta fase, já se questionava sobre a quantidade de produtos utilizados nas lavouras, passando a ficar avesso ao processo.

Logo ao concluir a graduação, foi convidado por seu orientador, professor Luiz Onofre Salgado, da mesma universidade, para fazer o Mestrado em Agronomia, na área de entomologia, buscando soluções que combatessem os insetos nas lavouras de forma sustentável. "Comecei a testar em laboratório armadilhas para o gorgulho-do-milho como a atração por feromônio". O *Sitophilus zeamais* é bem conhecido dos produtores de milho, o inseto causa muitos danos principalmente aos grãos armazenados.

Encerrado o Mestrado, seguiu para a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), integrando o quadro de professores do Centro de Ciências Agrárias, onde permaneceu por três anos (1991-1993). Logo outro convite levou o professor a participar da comissão de criação do curso de Agronomia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), no Rio de Janeiro. Foi indicado por professores a integrar o grupo que fundaria a UENF, junto a outros jovens mestres e doutores.

A partir de 1994, Favero se dedicou ao Doutorado em Produção Vegetal, com foco na utilização de métodos menos agressivos ao ambiente. Antes mesmo da defesa, no último ano do curso, teve a oportunidade de vir ao Mato Grosso do Sul para compor o quadro de professores da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP).

"O contato com professores que trabalhavam com produtos naturais em suas áreas, como o engenheiro-agrônomo Valdemir Antônio Laura e a química Rosemary Matias, possibilitou iniciar as pesquisas com a participação de alunos de graduação a partir de Trabalhos de Conclusão de Curso e de Iniciação Científica". A parceria com a professora Rosemary ainda está em andamento na linha de produção de extratos a partir de óleo essencial de plantas e testes em insetos, como barbeiro e lagarta do cartucho do milho.

A próxima fase experimental dos compostos naturais é a utilização de nanoformulações de alguns óleos essenciais – extraídos de plantas – com aplicação no controle de invertebrados. "Um exemplo são as folhas do eucalipto, consideradas resíduos da produção de madeira, em que foram realizados testes com duas espécies de barbeiros". Esse experimento mostrou-se um ótimo repelente natural.

Favero explica que hoje se busca encontrar soluções sustentáveis com menor impacto com objetivo de aumentar a produção. "Sempre terá impacto o que se tem que buscar é o mínimo de impacto possível".

Reconhecimento

Dentre as principais premiações estão o Prêmio Ecologia e Ambientalismo 2011, concedido anualmente pela Câmara Municipal de Campo Grande (MS), e recentemente o Prêmio Anhanguera de Mérito Científico e Intelectual, na categoria Pós-Graduação *Stricto Sensu*, como orientador. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Nível 02. Está como Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, responsável pelo Mestrado e implantação do Doutorado em 2013. A sua atuação como gestor do Programa possibilitou parcerias com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) e Instituto Nacional de Áreas Úmidas (INAU), e aumento do número de publicações. "Somente no Programa de Pós-Graduação a produção científica ultrapassa a média anual de 2,4 artigos publicados por professor, há um crescimento profissional na área e consequentemente o reconhecimento".

A Universidade tem incentivado a pesquisa em todos os âmbitos, principalmente com bolsas de iniciação científica (IC). Sob sua orientação há seis bolsistas IC, três trabalhos de conclusão de curso, dois mestrandos e dois doutorandos. De acordo com Favero, as agências de fomento, como a Fundect possibilitam a continuação de estudos e a ampliação dos Grupos de Pesquisa, como as Chamadas destinadas para a formação de recursos humanos no Estado. "Aguardamos a aprovação de uma bolsista de Pós-Doutorado da Chamada da Fundect para dar continuidade aos trabalhos do professor Valdir Taddei, no laboratório de Quirópteros da Universidade".

Favero pesquisa a eficácia de inseticida natural para combater a larva do gorgulho-do-milho

PESQUISA EM MS

BOVINO PANTANEIRO: UMA ESPÉCIE EM EXTINÇÃO

Alice Feldana Carromeu

Bovino pantaneiro

Como dizia Charles Darwin, naturalista britânico do século 18, a espécie que sobrevive é aquela que melhor se adapta às mudanças. Foi justamente essa característica de adaptação que garantiu a existência dos bovinos da raça pantaneira em Mato Grosso do Sul – um gado geneticamente resistente e que tem sobrevivido às condições ecológicas extremas do Pantanal. No passado, chegou a somar milhões de cabeças e durante anos foi a base da economia da região, mas hoje se encontra em vias de extinção.

Quem explica o fato é o pesquisador e professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Aquidauana, Prof. Marcus Vinicius Morais de Oliveira. "Com a vinda de colonizadores europeus para a América do Sul, chegaram também bovinos de diversas raças, que com o passar do tempo cruzaram-se e tiveram de se moldar ao meio onde eram criados. Com isso, surgiram agrupamentos genéticos específicos, como é o caso da raça pantaneira - naturalizada e perfeitamente adaptada às condições do Pantanal".

Assim, mais de 400 anos de seleção natural resultaram num grupo genético rústico e apto a sobreviver em condições de estresse hídrico e alimentar, entre épocas de secas e cheias, apresentando índices de maior natalidade e menor mortalidade se comparadas com as raças zebuínas criadas atualmente no Pantanal.

Porém, de acordo com o pesquisador, o cruzamento do gado pantaneiro com outras raças comerciais representa a sua principal ameaça de extinção. "Acredita-se que existam atualmente cerca de 500 desses animais criados num número reduzido de propriedades no Pantanal. A perda deste grupo genético representaria um dano significativo e irreversível para a ciência e para a pecuária brasileira, pois características ímpares de rusticidade adquiridas ao longo dos séculos de seleção natural poderão ser perdidas", alerta Oliveira.

O queijo Nicola, por exemplo, que é um produto típico do Pantanal, preparado com o leite das vacas pantaneiras e que não necessita de refrigeração para sua conservação, também estaria ameaçado de extinção.

Pensando nessa problemática, Oliveira coordena um projeto de pesquisa fomentado pela Fundect que busca fortalecer o Núcleo de Bovinos Pantaneiros de Aquidauana (NUBOPAN), na região do Alto Pantanal Sul-Mato-Grossense, promovendo a sustentabilidade ambiental e econômica da atividade leiteira praticada no Estado.

"O projeto Avaliação do potencial leiteiro em bovinos da raça pantaneira faz parte da Rede Caracterização, Conservação e Uso das Raças Bovinas Locais Brasileiras: Curraleiro e Pantaneiro, e vai gerar informações como o desempenho produtivo (curvas de lactação e qualidade do leite) e reprodutivo de vacas pantaneiras que recebem diferentes forrageiras, bem como a performance de bezerros lactentes, mantidos em regime de pastejo com ou sem suplementação", explica o pesquisador.

Para a execução das ações, o projeto conta com uma equipe multidisciplinar de professores, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação e possui articulação com a Embrapa Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sendo as análises laboratoriais executadas na UEMS e nas instituições parceiras da Rede.

"É notório que faltam programas de conservação de raças, especialmente nos países em desenvolvimento, onde se encontram as maiores reservas de raças domésticas localmente adaptadas. Este projeto possui, além da geração de informações técnicas, o compromisso de contribuir com a conscientização da população sobre a importância da preservação da biodiversidade genética da raça Pantaneira", argumenta Oliveira.

ACERVO DO PESQUISADOR

Ordenha mecanizada para avaliar o potencial leiteiro do bovino pantaneiro

COMO É A RAÇA PANTANEIRA?

- Apesar de reduzirem sua estatura corporal para se adaptarem às condições da planície pantaneira, estes bovinos ainda conservaram de seus ancestrais taurinos a elevada habilidade materna e longevidade.
- Possuem menor exigência nutricional, característica importante devido à escassez de alimento no período de seca e ao estresse hídrico no período das enchentes. São os únicos bovinos capazes de suportar por meses seguidos as condições de umidade constante nos cascos.
- Capacidade de proteção e si mesmos e das crias contra o ataque de onças e menor infestação de verminoses e carrapatos, devido ao couro grosso e resistente.
- A maioria possui pelo curto da cor castanha mais ou menos escura ou vermelha, com tendência a clarear no dorso. Existem também animais vermelhos bem escuros tendendo ao negro e ainda os malhados de branco, e outros totalmente pretos ou brancos.
- O focinho é preto circundado com um anel de pelos brancos, cauda comprida e delgada, e quarto posterior pouco desenvolvido. Os chifres são curtos e finos, voltados para frente, com as pontas para cima, havendo também chifres em forma de lira.

AVALIANDO O POTENCIAL LEITEIRO DA RAÇA

- A produção de leite dos bovinos pantaneiros foi verificada utilizando-se vacas primíparas, ou seja, novilhas de primeira cria, alimentadas com dietas contendo feno de capim braquiária e diferentes níveis de ração concentrada.
- As vacas foram ordenhadas duas vezes ao dia e a produção de leite encerrou-se naturalmente aos 150 dias após o parto. A determinação da qualidade nutritiva do leite foi efetuada a cada 14 dias, sendo determinados os teores de gordura, proteína, lactose e sólidos totais não gordurosos.
- A produção média de leite dessas animais foi na ordem de 5,11 kg*/dia ou 6,37 kg se a mesma for corrigida para 3,5% gordura. Em alguns animais, observou-se o pico de lactação superior a 14 kg de leite/dia.
- No MS a produtividade média das vacas leiteiras é de 2,2 kg/dia. Ou seja, estes primeiros resultados sobre a curva de lactação comprovam a identificação de animais geneticamente superiores para a produção de leite.

*A medida é em kg por ser a unidade mais precisa de se medir os pesados.

Junto a este trabalho, outros projetos estão sendo financiados pelo Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), MCTI e CNPq. "A Fundect é uma parceria essencial para a execução deste trabalho tendo um papel pró-ativo na captação de bolsas de pesquisa e no fomento junto aos órgãos federais para a abertura novos editais, em especial da Rede Pró-Centro Oeste", lembra o pesquisador.

Oliveira salienta que por meio destes primeiros resultados obtidos na pesquisa já se justifica a preocupação e necessidade em se preservar a raça pantaneira. "Este trabalho auxiliará ativamente nos futuros programas de melhoramento genético da raça e, consequentemente, na conservação desta espécie".

Marcus Vinicius Morais de Oliveira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

INSTITUCIONAL

REUNIÕES DO CONFAP DISCUTEM NOVOS RUMOS DA C,T&I ESTADUAIS

Fernanda Athas

Diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo da FAPEMAT, José Arana Varela, Presidente da FAPEMAT, Flávio Teles Carvalho da Silva, Diretor-Presidente da FUNDECT, Marcelo Turine, Diretora Científica da FUNDECT, Marilda Bruno.

A 37ª edição do Fórum do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) trouxe novidades ao cenário brasileiro de ações para o desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação. Estratégias de fortalecimento de grupos de pesquisa por meio de implantação de redes e cooperação internacional indicaram os novos rumos adotados pelas FAPs para alavancar a CT&I nos estados. O evento aconteceu no Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte, nos dias 17 e 18 de março.

Sérgio Gargioni (Fapesc), atual presidente do Confap, afirmou que o encontro permitiu às autoridades atualizarem informações e discussões sobre projetos comuns, assumindo compromissos com programas relevantes para a geração de conhecimento e inovação nos estados. Gargioni destacou o papel das FAPs na sociedade: "Cada dia mais, nos tornamos importantes não só pelo valor relativo dos investimentos conjuntos, que ultrapassa 2,5 bilhões de reais por ano, mas sobretudo pela nossa estrutura capilar, capaz de identificar as necessidades e oportunidades mais relevantes da sociedade".

Dezesseis representantes das fundações estaduais participaram do evento. A Fundect foi representada pelo presidente da instituição, o professor Marcelo Turine e pela diretora científica, professora Marilda Bruno. Alguns dos destaques da programação foram os acordos internacionais firmados com entidades da União Europeia, o Conselho Britânico e com a Universities UK.

Piero Venturi, diretor do setor de Pesquisa e Inovação da Delegação da União Européia no Brasil, foi convidado a falar sobre o programa Horizon 2020, programa de financiamento da inovação e ciência criado pela União Europeia visando transformar a economia por meio da tecnologia e competitividade industrial mais sustentável. A Horizon 2020 mobiliza recursos do setor privado, num total de 79 bilhões de euros, permitindo que pesquisadores e entidades europeus estabeleçam parcerias com pesquisadores de países em desenvolvimento. Venturi acredita que o Confap foi um momento estratégico, pois levando ao conhecimento das FAPs, o programa pode prosperar e levar mais pesquisadores a estabelecerem essa parceria.

GT-COM

O Grupo de Trabalho em Comunicação, criado pelas equipes de assessores de comunicação científica das fundações, reuniu-se durante o Fórum para discutir a popularização da ciência e seus efeitos nos contextos social e científico estaduais. Foram abordadas as novas mídias sociais como ferramentas nessa processo comunicacional de aproximação entre FAPs, sociedade e comunidade científica regional, além de um debate a respeito dos modelos de programas institucionais de divulgação científica das fundações. O edital Mídia Ciência, criado pela Fundect, foi tido como modelo a ser seguido por mais fundações com o objetivo de aumentar o número de bolsistas da área de comunicação que se dediquem à popularização da ciência e divulgação científica.

A reunião do GTCOM foi realizada no dia 17 de março e contou com a presença de 13 assessores, dentre jornalistas e publicitários.

INSTITUCIONAL

GOVERNADOR CRIA FÓRUM DE CT&I DO ESTADO DE MS

Kátia Blanco Iglesias

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul divulgou, em fevereiro de 2014, o Decreto Nº 13.890, que institui o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul, uma iniciativa para promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação no Estado.

O Fórum de CT&I visa articular e promover, em conjunto com órgãos dos governos federal, estadual e municipais, instituições de Ciência e Tecnologia, entidades de apoio e de representação da sociedade civil organizada, a regulamentação e a implantação de políticas governamentais para fortalecer o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Segundo o Diretor-Presidente da Fundect, Marcelo Turine, o Fórum terá um trabalho importantíssimo de fortalecer a inovação no Estado de Mato Grosso do Sul e criar um plano estratégico de desenvolvimento da área de Ciência, Tecnologia e Inovação. "Objetivamos integrar as pesquisas das universidades, das instituições de pesquisa aos órgãos de inovação e das empresas, para termos mais eficiência e promover o desenvolvimento econômico e científico de Mato Grosso do Sul nos próximos 20 anos", afirma Turine.

"Alavancar a ciência e tecnologia não é um objetivo isolado. Temos que aumentar a competitividade das nossas empresas e indústrias e não podemos mais contar com o bônus de fatores estruturais como, por exemplo, o demográfico. O processo migratório de setores de baixa para alta produtividade esgotou. O caminho para o desenvolvimento é o da inovação", argumenta Turine.

A intenção do governo estadual é conferir mais eficiência e eficácia à estrutura de pesquisa e aos programas de fomento à CT&I do Estado. O Fórum é presidido pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e tem ainda em sua estrutura Plenário e Secretaria-Executiva.

CONFIRA ESSA MATÉRIA COMPLETA EM NOSSO PORTAL:

FUNDECT LANÇA MANUAL PARA AUXILIAR PESQUISADORES

Kátia Blanco Iglesias

Os pesquisadores sul-mato-grossenses contarão com um importante instrumento para auxiliar na gestão das pesquisas no Estado. O "Manual de Instruções para Utilização e Prestação de Contas de Auxílios Financeiros Concedidos pela Fundect" foi oficialmente aprovado pelo Conselho Superior da Fundect em reunião realizada em 24 de abril de 2014. A Resolução CS/FUNDECT Nº 03/14, que cria o Manual foi assinada pelo Presidente do Conselho Diretor e Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, Carlos Alberto Said Negreiros de Menezes.

A publicação é uma iniciativa da Diretoria-Executiva da Fundect, gestão 2014-2016, e tem como objetivo orientar o beneficiário ou outorgado (pesquisador ou empresário) no uso dos recursos financeiros fomentados pela Fundação.

A Fundect utiliza as Chamadas Públicas (Editais) para selecionar, por mérito técnico-científico, os melhores projetos apresentados e que receberão recursos financeiros para serem executados. São três as modalidades de fomento: Auxílio Financeiro a Pesquisadores, Estudantes e Empresários (Subvenção Econômica).

A concessão do Auxílio Financeiro ocorrerá mediante celebração do Termo de Outorga (TO), que é apresentado e assinado pelo coordenador da proposta e pelo representante legal da instituição a qual está vinculado. Todos os recursos financeiros concedidos são depositados por meio de conta corrente específica do Banco do Brasil e os gastos são realizados utilizando talão de cheques ou o cartão BB Pesquisa. Todas as operações são baseadas em normas específicas de uso de recursos públicos.

Para que o pesquisador tenha clareza e objetividade no uso do Manual, este está estruturado em três partes: Utilização dos Auxílios Financeiros; Prestação de Contas; Destinação dos Bens Permanentes. O conteúdo é esclarecedor. Os pesquisadores poderão consultar o documento no início de seu projeto e sempre que tiverem dúvidas sobre como realizar compras ou utilizar um serviço.

A utilização equivocada dos recursos pode resultar na devolução total ou parcial dos valores gastos ou inviabilizar a obtenção de futuros auxílios. O manual é um instrumento para execução das ações de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) a fim de promover o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do Estado de Mato Grosso do Sul.

Dúvidas podem ser enviadas para o e-mail pcontas@fundect.ms.gov.br.

PARCEIROS

ALUNOS DE MATO GROSSO DO SUL SÃO PREMIADOS NA EUROPA

Cristiane Bernvides Komiyama

ARQUIVO PESSOAL

Delegação do Mato Grosso do Sul no Festival Internacional de Ciências de Edimburgo (IESF)

Conhecer pessoalmente os maiores pesquisadores na área de química, como Peter Atkins (Universidade de Oxford) e Steve Henderson (Universidade de Edimburgo) e ainda o Prêmio Nobel de Física (2013), Peter Higgs (84), deixou de ser um sonho para três estudantes de Mato Grosso do Sul que integraram a delegação do Estado no Festival Internacional de Ciências de Edimburgo (IESF), na Escócia. O Brasil foi o único país não europeu convidado a participar do evento, que foi realizado entre os dias 15 e 21 de abril, na cidade escocesa de Edimburgo. "Uma experiência única para a minha vida", comemora Gabriela Sabine Lamberti Escobar, estudante do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Além de Gabriela, integraram a equipe do Estado os estudantes Gabriel Tiago Galdino, hoje estudante do Curso de Química da Universidade de São Paulo (USP), Leonardo Vasconcelos Lopes, egresso do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), e o professor da UFMS, Ivo Leite. "Foi um grande evento que nos mostra que estamos no caminho certo sobre as feiras de ciências no Estado, como a FETEC", destaca Leite. "Vimos que o fazer ciência está presente na vida das pessoas, o Festival movimentou toda a cidade com exposições e apresentações em vários espaços".

A pesquisa "Síntese de sais surfactantes a partir do líquido da castanha de caju utilizados no combate à dengue" apresentada por Gabriela e Gabriel ficou classificada entre as quatro melhores do evento.

O projeto é desenvolvido pelo Instituto de Química da UFMS em parceria com o curso de Ciências Biológicas da mesma instituição, com o auxílio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a orientação do professor Adilson Beatriz e da professora Felícia Magumi, com a colaboração de Alice Gavilan Vilalba.

CONVÊNIO

Para que os alunos Gabriel e Gabriela pudessem participar do Festival, o Governo do Estado, por meio da Fundect e Secretaria de Estado de Saúde, repassou recursos para o custeio da viagem. O aluno Leonardo teve o apoio do IFMS e o professor Ivo Leite, que acompanhou os alunos, da UFMS.

"Nosso Estado nos deu apoio, e nos patrocinou, é um sinal que tem investido em pesquisa e nos dado força para representar o Mato Grosso do Sul, este foi um grande diferencial da nossa delegação", finaliza Gabriela.

ARQUIVO PESSOAL

Premiação e reconhecimento à pesquisa

ENTREVISTA

UFGD PROMOVE DESENVOLVIMENTO NO INTERIOR

Mário Luiz Fernandes

Damião Duque de Farias
Reitor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Com 19 cursos de mestrado e oito de doutorado, além 35 de graduação, seis residências, sendo cinco médicas e uma multiprofissional, a Universidade da Grande Dourados (UFGD) é a mais recente de Mato Grosso do Sul, mas já nasceu como uma das mais importantes do estado. O reitor Damião Duque de Farias fala sobre a contribuição da UFGD na produção de conhecimento e no desenvolvimento regional.

A UFGD tem uma história recente enquanto universidade, mas teve uma longa trajetória como campus da UFMS. Quais os fatores determinantes para a criação da universidade?
Acredito que são dois os fatores principais: primeiro, a ideia de criação de uma Instituição Federal de Ensino Superior em Dourados que existe desde os finais dos anos 70, quando um grupo de docentes, em articulação com a sociedade civil e sociedade política apresentou um projeto denominado UILA (Universidade para a Integração Latino-Americana). Segundo, foi a reviravolta na oferta de vagas no Governo Lula a partir de 2003/2004, inclusive com a criação de novas universidades. Era a janela que esperávamos.

Como o senhor avalia a evolução da pesquisa nessas duas fases?
São momentos bastante distintos embora existam articulações e continuidades entre elas. No período de 1972 à 2005, o amadurecimento institucional, enquanto centro de pesquisa, foi bastante lento nas duas primeiras décadas (o que espelhava o conjunto do país). Já a partir da década de 90 verifica-se uma expansão mais significativa, fruto do sucesso da pós-graduação no Brasil, o que permitiu a organização dos primeiros programas de pós-graduação e grupos de pesquisa nas diferentes regiões e localidades. Em nosso caso, apesar das limitações, o sucesso era flagrante, pois alcançamos quatro programas de pós-graduação, sendo que o primeiro doutorado em Agronomia de Mato Grosso do Sul ocorreu no Campus de Dourados. Após a criação da UFGD os resultados são evidentes, com mais de 150 grupos de pesquisa cadastrados e 36 programas de pós-graduação, entre cursos de mestrado, doutorado e residências.

Quais são os principais desafios agora como universidade?
Estamos ainda em processo de implantação. Expandimos com o Programa Reuni e, em 2014, ampliaremos os cursos de graduação de 12 para 35 e os de pós-graduação de quatro para 27. Estamos em uma fase de intenso e desproporcional esforço de nossas equipes, comparando-se aos recursos existentes, especialmente nossa força de trabalho. No entanto, estamos entrando em uma fase de maior equilíbrio e maturidade de nossos servidores e iremos colher mais frutos nos próximos anos.

Há indicadores sobre a contribuição da UFGD no desenvolvimento da Grande Dourados?
Há estudo específico que aponta que a criação e a expansão da UFGD têm proporcionado o desenvolvimento local. Nos aspectos diretos: acesso de um número maior de jovens à graduação e pós-graduação; acesso aos egressos da escola pública, com a incorporação das cotas sociais; adequação do espaço físico para a acessibilidade de estudantes com necessidades especiais; vestibular acessível; desenvolvimento de atividades culturais de ampla inserção como o Festival de Teatro Internacional (FIT), Programas Proler e Praler, entre outros; ampliação do número de convênios internacionais e nacionais para a efetivação de atividades de ensino, pesquisa e extensão, etc. Nos aspectos indiretos: ampliação da rede hoteleira; aquecimento do mercado imobiliário; ampliação dos indicadores de construção civil; intensificação do transporte aéreo em Dourados. Mas, podemos contribuir mais! Porém, é necessária uma compreensão, por parte das forças sociais e políticas para contribuir com um projeto de desenvolvimento, o que me parece não existir atualmente!

Qual o perfil da pós-graduação na UFGD?
Nosso planejamento indica cinco ou seis programas novos e ao menos mais três doutorados até 2015. No entanto, avaliamos que este é ainda um crescimento horizontal da pós-graduação. A partir de então, o grande desafio será elevarmos a qualidade de nossos cursos, com reconhecimento da comunidade acadêmica nacional e internacional. Outro desafio será o de articular a nossa produção acadêmica, especialmente da pós-graduação, com as exigências de inovação e desenvolvimento de tecnologias e, neste caso, articulando-as com as demandas externas da sociedade civil e também de órgãos governamentais.

MURAL DA CIÊNCIA

EDITAIS

CHAMADA FUNDECT/CAPES Nº 05/2014 - PVMS

Seleção de projeto de pesquisa para pesquisador visitante nos programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior do Estado de Mato Grosso do Sul

DE 28/02/2014 ATÉ 15/12/2014

CHAMADA FUNDECT/CNPQ Nº 08/2014 - DCR

Seleção pública de pesquisadores para o programa de desenvolvimento científico e tecnológico regional no Estado de Mato Grosso do Sul

DE 01/05/2014 ATÉ 30/07/2014

EVENTOS

I CONGRESSO NACIONAL DE INOVAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS, INCLUSÃO SOCIAL E VALOR AGREGADO DO AGRONEGÓCIO

4 A 6 DE JUNHO DE 2014

DOURADOS/MS

III SEMINÁRIO SOBRE USO E CONSERVAÇÃO DO CERRADO DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL E FEIRA DAS SEMENTES NATIVAS CRIOULA DE JUTI

19 A 20 DE JULHO DE 2014

JUTI/MS

WORKSHOP DE GERENCIAMENTO NA PECUÁRIA DE CORTE PARA A PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA TÉCNICO-ECONÔMICA

5 A 7 DE AGOSTO DE 2014

CAMPO GRANDE/MS

XIV ENCONTRO NACIONAL DE PLANTIO DIRETO NA PALHA

12 A 14 DE AGOSTO DE 2014

BONITO/MS

CONFIRA MAIS EVENTOS ATRAVÉS DO NOSSO QR CODE

Fundect

SEMAC
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia

CONTATO
R. São Paulo 1436 | Vila Célia | Campo Grande - MS - Brasil | CEP 79.010-050
Tel: 67 3316 6700 | Fax: 67 3316 6706 | e-mail: secretaria@fundect.ms.gov.br | www.fundect.ms.gov.br

O "I WORKFISH – Produção e Qualidade do Pescado na Região Centro Oeste" é o primeiro evento realizado pelo Núcleo de Estudo em Pescado (NEPES/UFMT) totalmente direcionado à cadeia produtiva do pescado no Estado de Mato Grosso. Serão abordados assuntos que vão desde o âmbito das pisciculturas até a industrialização do pescado e sua comercialização.

Além das palestras de conteúdo relevante, o evento contará com dois minicursos de caráter teórico-prático, cujo objetivo é o de relacionar a teoria e a prática, aproximando os participantes cada vez mais das realidades encontradas no mercado.

Uma oportunidade única de discussão, aprendizado e troca de experiências, contribuindo de forma efetiva para a divulgação, valorização e consolidação da cadeia produtiva que mais cresce no Brasil.

Data de realização: 05 a 07 de novembro de 2014.

Local: Auditório do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, UFMT, campus Cuiabá.

Maiores informações no site: www.workfish.com.br

PROGRAMAÇÃO CIENTÍFICA

05/11/2014 – quarta-feira

08:00h – Abertura Oficial

09:00h – Conferência de Abertura: Perspectiva da cadeia produtiva do pescado na região Centro-Oeste.

Drª. Maria Fernanda Nance Ferreira

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) - Brasília/DF.

10:00h – Coffee break

10:30h - 1° Conferência: O potencial tecnológico do pescado em benefício da saúde e alimentação.

Dr. Jorge Antonio F. de Lara

Embrapa Pantanal – Corumbá/MS.

14:00h – 2° Conferência: Espécies de pescado de interesse comercial.

Dr. Darci Carlos Fornari

Genetic Fish Rise - Sorriso/MT.

15:30h - Coffee break

16:00 h - 3° Conferência: Rastreabilidade na cadeia produtiva de pescado.

Drª. Juliana Antunes Galvão

Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) – Piracicaba/SP.

06/11/2014 – quinta-feira

08:00h – 4° Conferência: Ingredientes alternativos na produção de rações para peixes de água doce.

MsC. Flávio A. L. da Fonseca

Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – Manaus/AM.

09:30h - Coffee break

10:00h – 5° Conferência: Enfermidades transmitidas por pescados.

Dr. Edivaldo Sampaio de Almeida Filho

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Cuiabá/MT

14:00h – 6° Conferência: Manejo pré abate e seus efeitos na qualidade da carne do pescado.

Dr. Wiliam Bertoloni

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Cuiabá/MT

15:30h - Coffee break

16:00 h - 7° Conferência: Programa de autocontrole na cadeia de produtiva do Pescado.

MsC. Luzilene Aparecida Cassol

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) - Campus Bela Vista – Cuiabá/MT.

07/11/2014 – sexta-feira

Minicursos

08:00h - 17:00h – Minicurso 1: Agregação de Valor a produtos pesqueiros

MsC. Luciana Kimie Savay da Silva

Doutorandos Marcelo Martins e Luzilene Cassol

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Cuiabá/MT

08:00 – 17:00h - Minicurso 2: Criação comercial de peixes: fundamentos, sistemas de produção, instalações, e manejo.

Drª. Adriana Fernandes de Barros

Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) - Pontes e Lacerda/MT

INSCRIÇÕES

Início e término das inscrições: 01/08/2014 até 31/10/2014

Categoria	01/08/2014 a 30/09/2014	01/10/2014 a 31/10/2014
PROFISSIONAIS	R$ 120,00	R$ 150,00
ESTUDANTES*	R$ 60,00	R$ 75,00
MINICURSOS **	R$ 50,00	R$ 60,00

* Enviar cópia escaneada do documento de comprovação estudantil para email: nepes@ufmt.br

Vale para fins de comprovação: declaração de matrícula referente ao ano letivo vigente.

** Os minicursos ocorrerão no mesmo dia e horário. Limite de **30 (trinta) vagas** por minicurso.

A inscrição somente será considerada como efetivada após o pagamento da taxa de inscrição mencionada acima.

Não haverá em hipótese alguma restituição da taxa de inscrição.

Avaliação de vias concedidas é melhor
Página 2

economia

terra e criação

gazetadigital
A GAZETA - 1C
Cuiabá, Segunda-feira, 17 de Novembro de 2014

Propietários de áreas na região do Pantanal não investem mais só na pecuária, eles estendem os negócios para outras atividades

DIVERSIFICAÇÃO

Produção no Pantanal ganha novos caminhos

Região não concentra mais apenas a pecuária. Pesquisadores apostam em estudos para incrementar a elaboração de novos produtos, derivados de gado e pescados

Sylvio Bicalho
De Cuiabá

No Pantanal mato-grossense há um rebanho bovino de 2 milhões de animais. Na planície alagada reconhecida internacionalmente e que ocupa 361,666 mil quilômetros quadrados em sua totalidade, a atividade pecuária ainda predomina. E poderia ter uma abrangência maior e ser mais rentável com a retomada de uma antiga prática: a limpeza dos campos do Pantanal. Atualmente, cerca de 60% dos campos pantaneiros onde o gado é criado podem ser limpos, estima a pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (Inau) e do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) e professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cátia Nunes da Cunha.

"Os campos estão perdendo a função econômica e ecológica, porque os pecuaristas estão abandonando o costume de mantê-los limpos". Também ocorrem situações irreversíveis, com fazendeiros contraindo financiamentos para garantir o desenvolvimento e investirem espécies vegetais exóticas, sem monitoramento ou orientação. "Há espécies nativas de outras áreas de vegetação que vão ocupando esses largos onde tradicionalmente se criava o gado e com isso vai diminuindo a área de pasto". Sem a limpeza desses campos, os pecuaristas locais entrarão num processo de perda de competitividade. "O perfil da pecuária no Pantanal mudou muito", pondera Cátia. "Hoje quem entra lá são grandes investidores que podem manter as propriedades, tirando dinheiro de outras fontes de renda". O baixo preço das terras na região facilita a aquisição.

Sobre esse processo de mudança nos últimos anos, este envolve fundamentalmente a transformação da estrutura familiar e o êxodo rural. "Antes, uma fazenda mantinha 15 homens jovens para fazer o trabalho ou mesmo sistema de trabalho era mantido com agregados. Hoje as leis trabalhistas são diferentes e o proprietário rural não tem condição financeira de manter empregados". Para se adaptar à nova realidade, o fazendeiro dispensa a mão de obra humana e utiliza tratores para a limpeza da propriedade. Outra dificuldade é que as chuvas e os custos de operação das máquinas não permitem utilizá-las durante o ano inteiro para essa finalidade.

Mas, ainda é possível melhorar a renda nas propriedades pantaneiras sem desmatar as áreas secas, apenas com a recuperação dos campos nativos por meio do processo de limpeza tradicional, avalia a pesquisadora. Outra alternativa é diversificar as opções de renda nas propriedades, como por exemplo, manter a atividade de pesca, a apicultura, o turismo ou buscar alternativas para agregar valor à produção com subprodutos, como o couro na pecuária. "Não dá para ser economicamente sustentável com apenas uma atividade".

i O Pantanal ocupa uma área total de **361,666** mil km2 nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Para que o desenvolvimento econômico na região seja sustentável, a pesquisadora defende a interlocução entre diferentes atores sociais, incluindo a comunidade científica. "Nosso século é de mudanças e as adaptações são necessárias, mas o grande desafio do nosso tempo é ambiental". E, em se tratando do Pantanal, a legislação ambiental não se torna adequada por causa da identidade e natureza da região, afirma ela. "O que faz ser o Pantanal é a inundação e, pelo artigo 10º do Código Florestal, em áreas como o Pantanal o uso deve ser ecologicamente sustentável". Quem poderá definir essa ocupação ecologicamente sustentável são as instituições de ensino e pesquisa regionais, que por sua vez poderão orientar os órgãos de meio ambiente ao licenciamento. "Nós defendemos uma política específica para áreas úmidas, como é o caso do Pantanal, parque rio seja orientação do nível do rio para definir as áreas que devem ser protegidas não é adequada à região".

Para ela, sem uma lógica apropriada para nortear a preservação e ocupação da área é preciso estabelecer um acordo entre a comunidade científica e tradicional, no caso o pantaneiro. "Também é necessário um plano estratégico em conjunto com um órgão público de extensão rural para definir como irá executar investimentos".

Pesquisadora Cátia Nunes da Cunha comenta sobre as atividades econômicas desenvolvidas no Pantanal

COOPERAÇÃO - Essa aproximação com a comunidade pantaneira articulou os pesquisadores do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), ligado à Embrapa Pantanal (Mato Grosso do Sul) e UFMT a propor e testar a viabilidade de subprodutos de peixe, como alternativa de geração de renda para a população local, como explica o professor e pesquisador do CPP, Edivaldo Sampaio de Almeida. "Somos vinculados à rede Peca, que é uma das 4 redes de pesquisa do CPP".

Produtos como almôndega, linguiça, pate e hambúrguer a base de peixes nativos do Pantanal, como pacu e cachara, estão em análise. "A Embrapa Pantanal faz o estudo do processamento e até da UFMT analisamos a parte microbiológica dessas amostras para tornar viável esses produtos". A intenção é disponibilizar a técnica para as cooperativas de pescadores. De acordo com o pesquisador na região de Corumbá (MS) já foi desenvolvido um projeto piloto. "Ainda é muito novo e está sendo assimilado pelos pescadores, mas acreditamos que num futuro próximo todos esses produtos serão uma realidade para essas comunidades."

Em Mato Grosso, um projeto semelhante foi iniciado há alguns anos com comunidades ribeirinhas de Várzea Grande. Na Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Sonrisso (Coonsbatã), fundada em 1997, é feito o processamento de peixes, mas restrito a poucos produtos derivados, como o filé do pescado, lembra Almeida. O peixe foi, inicialmente, o produto principal da cooperativa, acrescenta a pesquisadora Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, que estudou o funcionamento da Coonsbatã em sua dissertação de doutorado. "Em função desse recurso natural não estar mais disponível como antes, a Cooperativa passou a agregar outros produtos na sua cadeia produtiva, como frutas passas, mandioca frita, cachaça-do-Brasil e mais recentemente o jacaré-do-Pantanal", cita ela.

DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO - Em seus 48 educadores de assentamentos rurais e comunidades quilombolas concluíram especialização em Educação do Campo Saberes Pantaneiros e Socioeconomia Solidária, proposta pelo Instituto Federal de Educação (IFMT), Campus Cáceres, Núcleo Avançado do Pantanal em Pocone (Napan). O curso caracterizou-se como um fórum de discussão e de produção científica sobre a realidade educacional, cultural e socioeconômica das comunidades campesinas do Pantanal mato-grossense.

Treze projetos de pesquisa foram desenvolvidos, centrados na investigação científica da realidade de comunidades rurais nos municípios de Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Poconé. Os trabalhos, desenvolvidos por meio de metodologia participativa, traçam diagnósticos e perspectivas das comunidades locais, tendo como cenário os espaços de vida da população envolvida e que orientaram temas como a educação do campo, agricultura familiar, cultura e saberes pantaneiros.

Criação de peixes e subprodutos dos pescados são temas de promissor projetos experimentais na região

Confira áudio na versão multimídia do jornal em www.gazetadigital.com.br

Embrapa **Clipping**

Veículo: http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/12/entidades-desenvolvem-alimentos-partir-do-pescado-pantaneiro.html	**Data:** 18.12.2014	Quadrante: A, B, C, D, E
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorias [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

18/12/2014 12h31 - Atualizado em 18/12/2014 12h31

Entidades desenvolvem alimentos a partir do pescado pantaneiro

Pesquisadores estudam a produção de quibes e patês a partir de peixes.
Objetivo é agregar valor ao pescado capturado no Pantanal.

Trabalho desenvolvido em parceria entre a Embrapa Pantanal, com sede em Corumbá, a 415 quilômetros de Campo Grande, o Centro de Pesquisa do Pantanal, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) está desenvolvendo uma série de alimentos que utilizam como matéria-prima derivados de pescado da região pantaneira.

Segundo a Embrapa Pantanal, as espécies que dão origem a produtos como quibes e patês, são encontradas com frequência no Pantanal, mas ainda são menos conhecidas pelo consumidor. De acordo com o coordenador do projeto, o pesquisador Jorge Lara, as carnes diferenciadas desses animais podem atrair um público interessado em experimentar o sabor de peixes considerados exóticos em várias regiões do país. "São carnes excelentes do ponto de vista nutricional, do ponto de vista tecnológico e têm um forte apelo comercial", diz.

Ele comenta, porém, que até que esses novos produtos estejam disponíveis para consumo, há um caminho de pesquisas a ser percorrido. Os estudos iniciais já determinaram fatores como maciez e cor das carnes, assim como as formulações dos produtos. Agora, os pesquisadores vão realizar testes para avaliar a chamada "vida de prateleira".

"A gente vai ver o que acontece nos próximos seis meses com esses produtos congelados e refrigerados", diz a pesquisadora Adna Prado, uma das colaboradoras do projeto. Ela diz que é possível descobrir, dessa forma, quais espécies têm maior durabilidade e podem ser comercializadas por mais tempo.

Embrapa **Clipping**

Veículo: http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/12/entidades-desenvolvem-alimentos-partir-do-pescado-pantaneiro.html	**Data:** 18.12.2014	Quadrante: A, B, C, D, E
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação. [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorias [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

Para Jorge Lara, os alimentos processados de peixes pantaneiros são uma forma de agregar valores e até subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a atividade pesqueira local – como a inclusão desses produtos na merenda escolar, por exemplo.

"Além da satisfação do consumidor, nós temos a preocupação de dar um retorno aos pescadores, que são, em última análise, os principais interessados no assunto", afirma. De acordo com ele, esses produtos unem um grande apelo comercial à importância de se consumir espécies como essas, menos conhecidas, para a manutenção do equilíbrio de populações de peixes nos rios. "Para as pessoas que procuram produtos diferenciados, vai ser um prato cheio", diz.

Embrapa **Clipping**

Veículo: http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=16842%22	**Data:** 18.12.2014	Quadrante: A, B, C, D, E
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorial [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

Caiu na panela, é peixe

Fonte: **Assessoria de Imprensa Embrapa Pantanal** em 18 de Dezembro de 2014

Você já comeu quibe feito de peixe do Pantanal? Esse e outros produtos derivados de pescado da região são desenvolvidos atualmente através de uma parceria entre a Embrapa Pantanal, Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Os pesquisadores dessas instituições investigam há cerca de um ano o uso de espécies de peixes nativas do Pantanal - como o curimbatá, piavuçu, palmito e barbado - como ingrediente para a fabricação de quibes e patês.

As espécies que dão origem a esses produtos são encontradas com frequência no Pantanal, mas ainda são menos conhecidas pelo consumidor. De acordo com o pesquisador da Embrapa Pantanal Jorge Lara, coordenador do projeto, as carnes diferenciadas desses animais podem atrair um público interessado em experimentar o sabor de peixes considerados exóticos em várias regiões do país. "São carnes excelentes do ponto de vista nutricional, do ponto de vista tecnológico e têm um forte apelo comercial", diz Jorge.

Porém, até que esses quibes e patês estejam disponíveis para consumo, há um caminho de pesquisas a ser percorrido. Os estudos iniciais já determinaram fatores como maciez e cor das carnes, assim como as formulações dos produtos. Agora, os pesquisadores vão realizar testes para avaliar a chamada "vida de prateleira". "A gente vai ver o que acontece nos próximos seis meses com esses produtos congelados e refrigerados", diz a pesquisadora Adna Prado, uma das colaboradoras do projeto. Ela diz que é possível descobrir, dessa forma, quais espécies têm maior durabilidade e podem ser comercializadas por mais tempo.

Para Jorge Lara, os alimentos processados de peixes pantaneiros são uma forma de agregar valores e até subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a atividade pesqueira local - como a inclusão desses produtos na merenda escolar, por exemplo. "Além da satisfação do consumidor, nós temos a preocupação de dar um retorno aos pescadores, que são, em última análise, os principais interessados no assunto", afirma. De acordo com Jorge, esses produtos unem um grande apelo comercial à importância de se consumir espécies como essas, menos conhecidas, para a

Embrapa

Clipping

Veículo: http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=16842%22	**Data:** 18.12.2014	Quadrante: A, B, C, D, E
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorias [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

manutenção do equilíbrio de populações de peixes nos rios. "Para as pessoas que procuram produtos diferenciados, vai ser um prato cheio", diz. Literalmente.

Embrapa **Clipping**

Veículo http://diarionline.com.br/index.php?a=noticia&id=73614	**Data:** 24/12/2014	Quadrante (A, B, C, D, E)
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorial [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

Embrapa desenvolve alimentos processados a partir de pescado pantaneiro

Da Redação em 24 de Dezembro de 2014

Você já comeu quibe feito de peixe do Pantanal? Esse e outros produtos derivados de pescado da região são desenvolvidos atualmente através de uma parceria entre a Embrapa Pantanal, Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Os pesquisadores dessas instituições investigam há cerca de um ano o uso de espécies de peixes nativas do Pantanal – como o curimbatá, piavuçu, palmito e barbado – como ingrediente para a fabricação de quibes e patês.

As espécies que dão origem a esses produtos são encontradas com frequência no Pantanal, mas ainda são menos conhecidas pelo consumidor. De acordo com o pesquisador da Embrapa Pantanal, Jorge Lara, coordenador do projeto, as carnes diferenciadas desses peixes podem atrair um público interessado em experimentar o sabor de espécies consideradas exóticas em várias regiões do país. "São carnes excelentes do ponto de vista nutricional, do ponto de vista tecnológico e têm um forte apelo comercial", diz Jorge.

Porém, até que esses quibes e patês estejam disponíveis para consumo, há um caminho de pesquisas a ser percorrido. Os estudos iniciais já determinaram fatores como maciez e cor das carnes, assim como as formulações dos produtos. Agora, os pesquisadores vão realizar testes para avaliar a chamada "vida de prateleira". "A gente vai ver o que acontece nos próximos seis meses com esses produtos congelados e refrigerados", diz a pesquisadora Adna Prado, uma das colaboradoras do projeto. Ela diz que é possível descobrir, dessa forma, quais espécies têm maior durabilidade e podem ser comercializadas por mais tempo.

Para Jorge Lara, os alimentos processados de peixes pantaneiros são uma forma de agregar valores e até subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a atividade pesqueira local – como a inclusão desses produtos na merenda escolar, por exemplo. "Além da satisfação do consumidor, nós temos a preocupação de dar um

Embrapa **Clipping**

Veículo http://diarionline.com.br/index.php?a=noticia&id=73614	**Data:** 24/12/2014	Quadrante (A, B, C, D, E)
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Diligente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorial [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

retorno aos pescadores, que são, em última análise, os principais interessados no assunto", afirma. De acordo com o pesquisador, esses produtos unem um grande apelo comercial à importância de se consumir espécies como essas, menos conhecidas, para a manutenção do equilíbrio de populações de peixes nos rios. "Para as pessoas que procuram produtos diferenciados, vai ser um prato cheio", diz. Literalmente. As informações são do Núcleo de Comunicação da Embrapa Pantanal.

Embrapa **Clipping**

Veículo http://www.coximagora.com.br/outros-destaques-quarto/carne-de-peixes-do-pantanal-podera-ser-utilizada-para-fazer-quibes-e-pates/	**Data:** 27.12.2014	Quadrante (A, B, C, D, E)
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorial [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

27 de dezembro de 2014 20:00

Carne de peixes do Pantanal poderá ser utilizada para fazer quibes e patês

Quibe feito com carne de peixe do Pantanal é um dos produtos derivados de pescado da região são desenvolvidos atualmente através de uma parceria entre a Embrapa Pantanal, Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems).

Os pesquisadores dessas instituições investigam há cerca de um ano o uso de espécies de peixes nativas do Pantanal – como o curimbatá, piavuçu, palmito e barbado – como ingrediente para a fabricação de quibes e patês.

Segundo informações da Embrapa Pantanal, as espécies que dão origem a esses produtos são encontradas com frequência no Pantanal, mas ainda são menos conhecidas pelo consumidor.

De acordo com o pesquisador coordenador do projeto, as carnes diferenciadas desses animais podem atrair um público interessado em experimentar o sabor de peixes considerados exóticos em várias regiões do país. "São carnes excelentes do ponto de vista nutricional, do ponto de vista tecnológico e têm um forte apelo comercial", diz Jorge.

Quibe feito com carne de peixe do Pantanal é um dos produtos derivados de pescado da região são desenvolvidos atualmente através de uma parceria entre a Embrapa Pantanal, Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems).

Os pesquisadores dessas instituições investigam há cerca de um ano o uso de espécies de peixes nativas do Pantanal – como o curimbatá, piavuçu, palmito e barbado – como ingrediente para a fabricação de quibes e patês.

Segundo informações da Embrapa Pantanal, as espécies que dão origem a esses produtos são encontradas com frequência no Pantanal, mas ainda são menos conhecidas pelo consumidor.

Embrapa **Clipping**

Veículo: http://www.coximagora.com.br/outros-destaques-quarto/carne-de-peixes-do-pantanal-podera-ser-utilizada-para-fazer-quibes-e-pates/	**Data:** 27.12.2014	Quadrante: A, B, C, D, E
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorias [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

De acordo com o pesquisador coordenador do projeto, as carnes diferenciadas desses animais podem atrair um público interessado em experimentar o sabor de peixes considerados exóticos em várias regiões do país. "São carnes excelentes do ponto de vista nutricional, do ponto de vista tecnológico e têm um forte apelo comercial", diz Jorge.

Embrapa **Clipping**

Veículo: http://www.correiodoestado.com.br/cidades/corumba/carne-de-peixes-do-pantanal-podera-ser-utilizada-para-fazer-quibes-e/235705/	**Data:** 27.12.2014	Quadrante: A B C D E
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorias [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

27 de Dezembro de 2014

Carne de peixes do Pantanal poderá ser utilizada para fazer quibes e patês

Pesquisa está sendo desenvolvida na Embrapa Pantanal há 1 ano

Quibe feito com carne de peixe do Pantanal é um dos produtos derivados de pescado da região são desenvolvidos atualmente através de uma parceria entre a Embrapa Pantanal, Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems). Os pesquisadores dessas instituições investigam há cerca de um ano o uso de espécies de peixes nativas do Pantanal – como o curimbatá, piavuçu, palmito e barbado – como ingrediente para a fabricação de quibes e patês.

Segundo informações da Embrapa Pantanal, as espécies que dão origem a esses produtos são encontradas com frequência no Pantanal, mas ainda são menos conhecidas pelo consumidor.

De acordo com o pesquisador coordenador do projeto, as carnes diferenciadas desses animais podem atrair um público interessado em experimentar o sabor de peixes considerados exóticos em várias regiões do país. "São carnes excelentes do ponto de vista nutricional, do ponto de vista tecnológico e têm um forte apelo comercial", diz Jorge.

Porém, até que esses quibes e patês estejam disponíveis para consumo, há um caminho de pesquisas a ser percorrido. Os estudos iniciais já determinaram fatores como maciez e cor das carnes, assim como as formulações dos produtos. Agora, os pesquisadores vão realizar testes para avaliar a chamada "vida de prateleira". "A gente vai ver o que acontece nos próximos seis meses com esses produtos congelados e refrigerados", diz a pesquisadora Adna Prado, uma das colaboradoras do projeto. Ela diz que é possível descobrir, dessa forma, quais espécies têm maior durabilidade e podem ser comercializadas por mais tempo.

Embrapa **Clipping**

Veículo: http://www.correiodoestado.com.br/cidades/corumba/carne-de-peixes-do-pantanal-podera-ser-utilizada-para-fazer-quibes-e/235705/	**Data:** 27.12.2014	Quadrante: A B C D E
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorias [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

Para Jorge Lara, os alimentos processados de peixes pantaneiros são uma forma de agregar valores e até subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a atividade pesqueira local – como a inclusão desses produtos na merenda escolar, por exemplo. "Além da satisfação do consumidor, nós temos a preocupação de dar um retorno aos pescadores, que são, em última análise, os principais interessados no assunto", afirma. De acordo com Jorge, esses produtos unem um grande apelo comercial à importância de se consumir espécies como essas, menos conhecidas, para a manutenção do equilíbrio de populações de peixes nos rios. "Para as pessoas que procuram produtos diferenciados, vai ser um prato cheio", diz.

Home » Notícias » Notícias / Vídeos

Publicado em 11 de abril de 2014

MT E MS conservam rebanho de Bovino Pantaneiro

Artigos mais comentados:

1. Sucesso dos leilões Massa Falida Boi Gordo se deve a transmissão pela TV
2. Aumento de 50% na produção com a utilização do Ruminar Leite
3. MST ocupa mais uma fazenda no interior paulista
4. Aumento na produção de leite com Ruminar Leite
5. Família do Paraná obtém bons resultados na produção de leite de cabra

Últimas Notícias

Tudo pronto para a maior feira de Agronegócio do Sul do país

11/04/2014

Iniciou neste segunda-feira (09.03), em Não-Me-Toque, uma das maiores feiras do agronegócio do país. Com o tema "Negócios

BOVINO
PANTANEIRO
Pelagens e Chifres
ABCBP
Associação Brasileira de
Criadores de Bovino Pantaneiro

BOVINO
PANTANEIRO
PELAGENS

Araçá

Listras verticais de pelos castanhos distribuídos irregularmente pelo corpo.

Araçá de Baio
Pelagem de fundo é baia

Araçá de Castanho
Pelagem de fundo é castanha

Araçá de Preto
Pelagem de fundo é preta

Atra

Pelos pretos fosco.

Azeitão

Pelos pretos que em contraste com a luz solar adquirem um tom esverdeado.

Baia

Pelos amarelos claro.

Bambá

Pelos formando manchas irregulares de diferentes tonalidades distribuídas aleatoriamente pelo corpo.

Barroso

Pelos amarelos escuro.

Branca

Pelos brancos.

Brasina

Listras verticais de pelos pretos distribuídos irregularmente pelo corpo.

Brasina de Branco
Pelagem de fundo é branca

Brasina de Castanho
Pelagem de fundo é castanha

Castanha

Pelos com diferentes tons de castanho.

Flor de Guavira

Pelagem de fundo branco com pequenas pintas de pelos castanhos espalhados irregularmente pelo corpo. O animal deve ter ainda os cascos e chifres de cor clara e as mucosas de cor **rósea**.

Iperupiá

Pelos brancos com tonalidade marfim ou pérola.

Jaguané

Pelagem de fundo castanho com manchas pequenas e médias de pelos brancos espalhados irregularmente pelo corpo.

Lobuna

Mistura de pelos brancos e pretos, formando uma pelagem cinza.

Malhada

Mistura de manchas de duas cores com diferentes tamanhos e formas, distribuídas irregularmente pelo corpo.

Malhada de Branco e Preto
Pelagem predominante é a branca em relação à preta.

Malhada de Preto e Branco
Pelagem predominante é a preta em relação à branca.

Malhada de Branco e Castanho
Pelagem predominante é a branca em relação à castanha.

Malhada

Mistura de manchas de duas cores com diferentes tamanhos e formas, distribuídas irregularmente pelo corpo.

Malhada de Castanho e Branco
Pelagem predominante é a castanha em relação à branca.

Malhada de Branco e Vermelho
Pelagem predominante é a branca em relação à vermelha.

Malhada de Vermelho e Branco
Pelagem predominante é a vermelha em relação à branca.

Moura

Pelagem de fundo preto com manchas de pelos brancos de tamanhos pequenos e médios, distribuídas irregularmente pelo corpo.

Piroco

Pelagem branca. O animal deve ter ainda os cascos e chifres de cor clara e as mucosas de cor rósea.

Preto Retinto

Pelos pretos brilhantes.

Rosilha

Mistura de pelos brancos e vermelhos, formando uma pelagem rósea.

Salino de Preto

Pelagem de fundo branco com manchas pequenas e médias com pelos pretos

Salino de Castanho

Pelagem de fundo branco com manchas pequenas e médias com pelos castanhos

Tacuru

Pelagem vermelha intensa

BOVINO
PANTANEIRO
PARTICULARIDADES

Bargada

Pelos brancos no ventre.

Buçal

Anel de pelos claros ao redor do focinho

Carumbé

Diferentes intensidades de tonalidades de uma mesma cor formando manchas irregulares, semelhantes ao casco de tartaruga.

Cometa

Mancha de pelos claros na fronte seguida de uma listra irregular sobre o chanfro.

Estrela

Mancha de pelos claros na fronte.

Fosca

Cabeça de cor preta ou quando o preto predomina

Galante

Faixa irregular de pelos brancos sobre o dorso, ventre e barbela.

Gargantilha

Manchas pequenas e médias com pelos claros em volta do pescoço, formando um colar.

Listra

Linha estreita de pelos claros sobre o dorso.

Macal

Cabeça de cor branca ou quando o branco predomina.

Óculos escuros

Pelos escuros ao redor dos olhos.

Óculos claros

Pelos claros ao redor dos olhos.

BOVINO
PANTANEIRO
CHIFRES

Assimétrico

Não apresentam simetria dos chifres.

Banana

Saem para baixo e próximo a face.

Batoque

Chifre rudimentar que não tem conexão óssea com a cabeça, podendo, todavia, em indivíduos adultos se fixar ao crânio.

Cumbuca

Saem para frente com grande inclinação para o centro, com as pontas bem próximas.

Caracol

Saem para baixo e enrolam-se sobre si mesmo.

Cravador

Saem para os lados de modo retilíneo.

Forcado

Saem lateralmente com a base retilínea em seguida para cima e inclinados para frente.

Garça

Saem lateralmente com a base retilínea, em seguida vão para cima inclinados lateralmente com as pontas voltadas para fora.

Lira

Saem inicialmente para os lados, em seguida vão para cima em linha reta e as pontas se curvam para trás.

Meia Lua

Saem inicialmente para os lados, em seguida vão para cima formando uma lua minguante.

Mocho

Naturalmente sem chifres.

Penteado

Saem inicialmente para os lados e curvam-se para baixo.

Rococó

Saem para frente e enrolam-se sobre si mesmo.

Sovel

Saem inicialmente para cima e curvam-se para frente em linha reta.

Tucandira

Saem inicialmente para os lados, em seguida vão para cima e para frente com uma leve curvatura para dentro.

Torquesa

Saem para cima com grande inclinação para o centro, com as pontas bem próximas

ABCBP
Associação Brasileira de
Criadores de Bovino Pantaneiro
www.bovinopantaneiro.com.br

24/09/14 | Produção animal

Bovino pantaneiro reúne resistência e produtividade

Tweetar 0 Recomendar 94 g+1

Foto: Thomas Horton

Touro Pantaneiro em propriedade do MS

Quinhentos anos de seleção natural no Brasil. Este é o grande teste pelo qual passou o animal conhecido hoje como bovino Pantaneiro ou Tucura. Trazido da Europa para o País ainda na época do descobrimento por portugueses e espanhóis, a raça surgiu com a adaptação do animal às condições do Pantanal. Com o tempo, o bovino tornou-se rústico e resistente, capaz de suportar fatores pouco favoráveis em termos de clima e nutrição – mantendo altas taxas de reprodução apesar dos extremos do bioma. Ele também apresenta cascos resistentes a longos períodos de pastejo em áreas alagadas, mansidão, habilidades maternas e outras vantagens.

Porém, a raça passa por um momento delicado: encontra-se em alto risco de extinção, com cerca de 500 indivíduos considerados puros em todo o País, que são monitorados por pesquisadores. Os cruzamentos indiscriminados com animais de outras raças fizeram com que a linhagem do bovino Pantaneiro quase se perdesse. Quem dá esses informações é a pesquisadora Raquel Juliano, da Embrapa Pantanal. A veterinária assumiu há sete anos a gestão do Núcleo de Conservação in situ da instituição, que é mantido na fazenda Nhumirim, campo experimental da Embrapa Pantanal localizado no Pantanal da Nhecolândia. O núcleo foi criado em 1994 com a finalidade de conservar esse material genético e vem viabilizando diversos estudos com esses animais.

"Os projetos mais recentes têm investigado a aptidão produtiva, resistência a doenças e rusticidade através da abordagem de marcadores genéticos", afirma Raquel. Pesquisadores de cinco Unidades da Embrapa e várias outras instituições estão envolvidos nas pesquisas dos potenciais da raça, buscando também evitar que esses animais sejam extintos. Os resultados, até agora, são promissores. Um exemplo são os estudos realizados entre a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, e a Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenados pela pesquisadora Andréa Egito, da Embrapa Gado de Corte. Eles demonstram que o Tucura possui diferenças de suculência e maciez de carne – herança dos ancestrais taurinos europeus. E a produção de carne é apenas uma das possíveis aptidões do animal.

Na prática

As pesquisas estão conseguindo provar o que alguns criadores já sabiam. Thomas Horton, pesquisa do Estado de Mato Grosso do Sul, optou por manter um rebanho formado inteiramente por bovinos Pantaneiros. "Eu tenho touro de uma tonelada, bezerro que desmama com 200 quilos", diz Thomas. Ele afirma que o custo de criação do Tucura é menor e que, para uma propriedade de porte médio como a dele, a raça é uma ótima escolha. "Achei os animais de fácil manejo, com uma boa resistência a carrapatos e vermínoses, e verifiquei nas pesquisas que foram feitas com a Embrapa e parceiros a qualidade da carne, o marmoreio que ela tem", conta o criador.

Os materiais genéticos dos animais da raça que apresentam características interessantes para a pecuária são armazenados no Banco de Germoplasma Animal da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. De acordo com o pesquisador Alexandre Floriani, o banco possui atualmente cerca de 13.000 doses de sêmen de touros Pantaneiros. "Essas doses preservam características que podem ser importantes no futuro, como a resistência dos cascos, resistência a parasitas, a enfermidades, ao calor... as características de adaptação ao bioma", diz o pesquisador.

Repercussões do trabalho

Conteúdo relacionado

Publicações

Aspectos sanitários nos manejos de conservação in situ de bovinos pantaneiros

Em 2012, com o apoio da Embrapa, foi criada a Associação Brasileira de Criadores de Bovino Pantaneiro (ABCBP), com sede em Poconé (MT), sob a presidência de Paulo Moura, criador e parceiro em pesquisas com a raça há mais de quinze anos. Segundo Raquel Juliano, que também integra a diretoria da associação até o final deste ano deve ser feito o pedido de registro da raça bovina Pantaneiro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). "O reconhecimento da raça vai além dos aspectos econômicos, com valores culturais e sociais agregados. Ele valoriza a região e o potencial produtivo que pode surgir do Pantanal, incentivando também o trabalho dos produtores locais", afirma a pesquisadora.

Com o aumento das ações para estudo e conservação do bovino, surgem outros pecuaristas interessados. É o caso de Marcus Ruiz, que procurou no início deste ano um touro Pantaneiro para cruzar com as vacas Tucura que já possuía na propriedade. Ele espera o nascimento de cerca de 40 bezerros em novembro e pretende investir na produção de leite da fazenda com as vantagens de uma raça adaptada. "A raça tem mansidão e aptidão leiteira que chamam a atenção, com vacas que produzem leite muito gordo e possuem boa lactação", afirma. Ele também ressalta a resistência a parasitas dos animais. "Hoje, é quase impossível produzir leite se não for usada uma quantidade maciça de carrapaticida no gado de origem europeia. Com o gado Pantaneiro, eu quase não tenho problema com carrapatos", diz.

Pesquisas recentes

Trabalhando em parceria com o criador Marcus Ruiz, o pesquisador Marcus Vinicius de Oliveira, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), realiza experimentos para identificar animais com potencial genético para leite dentro da raça. "Vale lembrar que esse grupo genético não sofreu nenhum trabalho de seleção e melhoramento até hoje" diz Marcus Vinicius – como sofreu, por exemplo, a raça Girolando. Mesmo assim, o pesquisador afirma que identificou uma produção leiteira que já é superior à média do MS: cerca de 5,1 kg/dia, em comparação com os 3,2 kg/dia produzidos no estado.

Essa aptidão foi verificada ainda nos estudos realizados dentro da Rede de Caracterização, Conservação e Uso das Raças Bovinas Locais Brasileiras: Curraleiro e Pantaneiro da Rede Pró-Centro-Oeste de Pós-Graduação: Pesquisa e Inovação – que viabiliza parcerias entre pesquisadores de diferentes instituições do Centro-Oeste. Segundo Maria Clorinda Fioravanti, pesquisadora da Universidade Federal de Goiás e coordenadora da rede que investiga aspectos do bovino Curraleiro e Pantaneiro, "nós encontramos indícios de que o leite dessas raças têm características importantes em relação a aspectos higiênico-sanitários, além de um perfil mais adequado para a produção de derivados especiais, como o tradicional queijo pantaneiro conhecido como Nicola", afirma.

Futuro

Com evidências dos potenciais do bovino Pantaneiro sendo comprovadas por diversas pesquisas, abre-se um panorama para o aproveitamento dessas características nos sistemas produtivos. "É um nicho comercial nesse sentido, de poder apresentar um gado com história ao mercado, que tem toda uma ligação com a terra, que aguenta esse nosso calor para produzir produtos diferenciados", afirma o criador Marcus Ruiz. Clorinda Fioravanti destaca ainda possibilidades como a comercialização da carne com selos e certificações, além do turismo ecológico, mostrando o animal em seu habitat. "O bovino Pantaneiro tem um papel fundamental na manutenção do ecossistema", diz a pesquisadora.

Porém, para que tudo isso aconteça, pesquisadores e pecuaristas ressaltam a importância de resgatar a população de bovinos Pantaneiros, divulgando seus potenciais para gerar interesse e conscientização por parte de criadores e consumidores. "O preconceito de que essa não é uma raça produtiva é o principal desafio a ser vencido para reintroduzi-la nas propriedades", afirma Raquel Juliano. O criador Thomas Horton finaliza: "Mesmo cruzando com uma fêmea Nelore, por exemplo, o criador que investiu vai ter um meio-sangue rústico e produtivo. O animal tem potencial, tem um bom ganho de peso. O produtor pode comprar o Pantaneiro que vai ter uma carne de qualidade".

Nicoli Dichoff (MTb 3252/SC)
Embrapa Pantanal
Telefone: (67) 3234-5957

Mais informações sobre o tema
Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)
www.ainorama.org.br/fale-conosco/sac/

Galeria de imagens

Sede da Embrapa

Parque Estação Biológica - PqEB s/nº
Brasília, DF - Brasil - CEP 70770-901
Fone: (61) 3448-4433 - Fax: (61) 3448-4890 / 3448-4891 | Mais

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
Todos os direitos reservados, conforme Lei nº 9.610.
Portal Embrapa (Versão 2.13.0) p2

Diário Digital

Raça trazida por portugueses é destaque em MT e MS

No Brasil as raças para produção de carne tem o zebuíno, especialmente o nelore, como base do rebanho, mas na década de 80 houve uma verdadeira invasão de raças européias que foram utilizadas em cruzamento com o zebu, mas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, existe uma raça que teve origem nos animais trazidos pelos portugueses e que encontrou no pantanal condições favoráveis para sua multiplicação. A equipe de reportagem foi conhecer o trabalho de preservação do rebanho existente em Mato Grosso do Sul.

Compartilhar 57 Tweet 0 +1 0

Comentários

Publicar também no Facebook Publicando como Douglas Roberto - Comentar

Mais Vídeos ver mais »

Viaturas da PM ficam meses nas oficinas por conta de burocracia

Polícia de MS faz uma das maiores apreensões de equipamentos cinematográficos do país

Policial militar vinga a morte de colega em Corumbá

Energia vai ficar 50% mais cara em relação ao ano passado

Diário Digital | Canais | Programas | Rádios | Mídias Sociais

Página Inicial | Geral | MS Record | Cidade 97,9 | Twitter

Últimas Notícias | Política | Record Rural | Cidade 101,9

AGRICULTURA

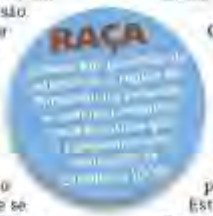
Boi pantaneiro vai ganhar registro

NO ENTANTO, RAÇA CORRE SÉRIO RISCO DE EXTINÇÃO E PESQUISA LUTA CONTRA

Quinhentos anos de seleção natural no Brasil. Este é o grande teste pelo qual passou o animal conhecido hoje como bovino pantaneiro ou tucura. Trazido da Europa para o País ainda na época do descobrimento por portugueses e espanhóis, a raça surgiu com a adaptação do animal às condições do Pantanal. Com o tempo, o bovino tornou-se rústico e resistente, capaz de suportar fatores pouco favoráveis em termos de clima e nutrição – mantendo altas taxas de reprodução apesar dos extremos do bioma. Ele também apresenta cascos resistentes a longos períodos de pastejo em áreas alagadas, mansidão, habilidades maternas e outras vantagens.

Porém, a raça passa por um momento delicado: encontra-se em alto risco de extinção, com cerca de 500 indivíduos considerados puros em todo o País, que são monitorados por pesquisadores. Os cruzamentos indiscriminados com animais de outras raças fizeram com que a linhagem do bovino pantaneiro quase se perdesse. Quem dá essas informações é a pesquisadora Raquel Juliano, da Embrapa Pantanal. A veterinária assumiu, há sete anos, a gestão do Núcleo de Conservação In situ da instituição, que é mantido na fazenda Nhumirim, campo experimental da Embrapa Pantanal localizado no Pantanal da Nhecolândia. O núcleo foi criado em 1984 com a finalidade de conservar esse material genético e tem viabilizado diversos estudos com esses animais.

"Os projetos mais recentes têm investigado a aptidão produtiva, resistência a doenças e rusticidade por meio da abordagem de marcadores genéticos", afirma Raquel. Pesquisadores de cinco unidades da Embrapa e de várias outras instituições estão envolvidos nas pesquisas dos potenciais da raça, buscando também evitar que esses animais sejam extintos. Os resultados, até agora, são promissores. Um exemplo são os estudos realizados entre a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, e a Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenados pela pesquisadora Andréa Egito, da Embrapa Gado de Corte. Eles demonstram que o tucura possui diferenciais de sucalência e maciez de carne – herança dos ancestrais taurinos europeus. E a produção de carne é apenas uma das possíveis aptidões do animal.



CONSTATAÇÃO

As pesquisas estão confirmando o que alguns criadores já sabiam. Thomas Horton, pecuarista do Estado de Mato Grosso do Sul, optou por manter um rebanho formado inteiramente por bovinos pantaneiros. "Eu tenho touro de uma tonelada, bezerro que desmama com 200 quilos", diz Thomas. Ele afirma que o custo de criação do tucura é menor e que, para uma propriedade de porte médio como a dele, a raça é uma ótima escolha. "Achei os animais de fácil manejo, com uma boa resistência a carrapatos e verminoses, e verifiquei nas pesquisas que foram feitas com a Embrapa e parceiros a qualidade da carne, o marmoreio que ela tem", conta o criador.

Rebanho do boi pantaneiro ou tucura, raça rústica e resistente

Os materiais genéticos dos animais da raça que apresentam características interessantes para a pecuária são armazenados no Banco de Germoplasma Animal da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. De acordo com o pesquisador Alexandre Floriani, o banco possui atualmente cerca de 13 mil doses de sêmen de touros pantaneiros. "Essas doses preservam características que podem ser importantes no futuro, como a resistência dos cascos, resistência a parasitas, a enfermidades, ao calor... as características de adaptação ao bioma", diz o pesquisador.

RAÇA GANHA REGISTRO

Segundo Raquel Juliano, que integra a diretoria da Associação Brasileira de Criadores de Bovino Pantaneiro (ABCBP), até o fim deste ano deve ser feito o pedido de registro da raça bovino pantaneiro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). "O reconhecimento da raça vai além dos aspectos econômicos, com valores culturais e sociais agregados. Ele valoriza a região e o potencial produtivo que pode surgir do Pantanal, incentivando também o trabalho dos produtores locais", afirma a pesquisadora Raquel Juliano.

Com o aumento das ações para estudo e conservação do bovino, surgem outros pecuaristas interessados. É o caso de Marcus Ruiz, que procurou o núcleo deste ano um touro pantaneiro para cruzar com as vacas tucura que já possuía na propriedade. Ele espera o nascimento de cerca de 40 bezerros em novembro e pretende investir na produção de leite da fazenda com as vantagens de uma raça adaptada. "A raça tem mansidão e aptidão leiteira que chamam atenção, com vacas que produzem leite muito gordo e possuem boa lactação", afirma. Ele também ressalta a resistência a parasitas dos animais. "Hoje, o quase impossível produzir leite se não for usada uma quantidade muito grande de carrapaticida no gado de origem europeia. Com o gado pantaneiro, eu quase não tenho problema com carrapatos", diz.

AS PESQUISAS

Trabalhando em parceria com o criador, o pesquisador Marcus Vinícius de Oliveira, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UFMS), realiza experimentos para identificar animais com potencial genético para leite dentro da raça. "Vale enfatizar que esse grupo genético não sofreu nenhum trabalho de seleção e melhoramento até hoje", diz Marcus Vinícius – como sofreu, por exemplo, a raça girolando. Mesmo assim, o pesquisador afirma que identificou uma produção leiteira que já é superior à média do MS: cerca de 5,1 kg/dia, em comparação com os 3,9 kg/dia produzidos no Estado.

Essa aptidão foi verificada ainda nos estudos realizados dentro da rede de "Caracterização, Conservação e Uso das Raças Bovinas Locais Brasileiras: Curraleiro e Pantaneiro" da Rede Pró-Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – que viabiliza parcerias entre pesquisadores de diferentes instituições do Centro-Oeste. "Nós encontramos indícios de que o leite dessas raças têm características importantes em relação a aspectos higiênicos/sanitários, além de um perfil mais adequado para a produção de derivados especiais, como o tradicional queijo pantaneiro, conhecido como ricota", afirma Marta Clorinda Fioravanti, pesquisadora da Universidade Federal de Goiás e coordenadora da rede que investiga aspectos do bovino curraleiro e pantaneiro.

Em extinção, boi pantaneiro é pesquisado pela UEMS

Por: Eduarda Rosa | Postado em: 06/11/2014

Mais resistente e adaptado as regiões pantaneiras de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o boi pantaneiro é uma espécie em extinção. Por isso, pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) da unidade de Aquidauana desenvolvem trabalhos para o aumento do número da espécie e também da competitividade no mercado.

O tema foi tratado com destaque em uma edição do Record Rural de outubro. Na reportagem o professor da UEMS, Marcus Vinícius de Oliveira, explica que por conta da ameaça de extinção - já que há 100 anos havia mais de 3 milhões de cabeças de gado dessa raça registrados no Pantanal e hoje são apenas 500 no MS e MT- em 2009, foi iniciado o Núcleo de Bovinos Pantaneiros de Aquidauana (Nubopan). No início eram 15 fêmeas e hoje há 75 animais, com isso já é possível fazer as primeiras investigações científicas para poder saber qual é a real produção de leite destas vacas e o potencial para ganho de peso.

?Estamos fazendo uma troca com os produtores que criam estes animais puros. Eles nos cedem os animais, nós fazemos um trabalho de superovulação, produzindo os embriões, transferimos estes embriões posteriormente nas vacas nelores e g[illegible]ndo, que temos aqui na Universidade, produzimos estes animais e depois repassam novamente para os produtores?, esclareceu.

Essa mobilização se faz necessária, pois o bovino pantaneiro é uma raça diferenciada, só encontrada aqui na região. Ele tem origem européia, mas após um longo processo de seleção natural se adaptou a região e hoje é um dos animais mais resistentes as doenças e pragas. As fêmeas dessa raça também se destacam por que são capazes de se reproduzir com mais de 20 anos de idade, enquanto as raças mais comuns de mercado se reproduzem por aproximadamente 10 anos.

A veterinária e professora da UEMS, Carolina Barbosa, disse à reportagem que por tratar-se de um animal que já vem de uma origem de adaptação e maior resistência ?o casco dele é mais resistente, eles conseguem se adaptar ao local mais seco, mais úmido e também se observa que são animais que não apresentam muitas lesões na peles, se as lesões acontecem, eles têm uma cicatrização melhor?.

Mesmo com todas estas qualidades, houve a troca do tipo da raça criada e os produtores passaram a criar mais gado nelore. ?Os produtores passaram a produzir estes animais meio sangue por ter realmente um desempenho muito superior. O problema é que com o passar do tempo eles castravam todos os touros pantaneiros e deixavam somente os touros nelores. Então por um trabalho de absorção genética, praticamente esta raça se exauriu e hoje juntando ambos os estados nós temos menos de 500 animais puros desta raça. Apesar dela existir, se encontra realmente em risco de extinção?, concluiu.

Para ver a reportagem em vídeo acesse: https://www.youtube.com/watch?v=EXDNeQyLjYo (https://www.youtube.com/watch?v=EXDNeQyLjYo)

Outras notícias

[illegible]

Unidades Universitárias

<u>INDICADOR 4:</u> Número de produtos tecnológicos derivados do pescado/boi do Pantanal – NCPDP

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

ISSN 1517-1965

105

Circular Técnica

Corumbá, MS
Dezembro, 2013

Processo de Marinação em Filés de Surubim

Foto: Jovana Zugliani

Autores

Adina Cleia B. Delbem
Médica Veterinária, Dra.
Bolsista DCR/Funded
Embrapa Pantanal, CP 109
79320-900 Corumbá, MS
adelbem@yahoo.com.br

Leticia Emiliani Fantini
Estagiária
Embrapa Pantanal, CP 109
79320-900 Corumbá, MS
leticia.emiliani@hotmail.com

Jorge Antonio F. de Lara
Médico Veterinário, Dr.
Embrapa Pantanal, CP 109
79320-900 Corumbá, MS
jorge.lara@embrapa.br

Introdução

A aquicultura vem ganhando espaço na matriz de produção de proteína de origem animal no Brasil. Seu crescimento, que vem sendo acompanhado pelo aumento do consumo interno é uma tendência que se observa nos dados oficiais disponíveis ao longo deste início de século (MPA, 2012).

A demanda de produção de filés congelados e de peixes inteiros eviscerados resfriados ainda é muito intensa e absorve grande parte da produção anual. Entretanto, o crescimento observado deverá refletir, em algum momento, na demanda por diversificação dos produtos de pescado disponíveis para o consumidor, como já ocorreu, por exemplo, na cadeia da carne de frango.

Neste contexto, o processamento tecnológico apresenta-se como uma alternativa para a oferta de produtos, escoamento e consumo da produção, pela praticidade de seus produtos, valor sensorial, além da oportunidade de aumentar a vida de prateleira da matéria-prima. Muitas são as formas de elaborar produtos derivados do pescado, uma delas é utilizando filés de peixe e soluções de salmoura, com ou sem emprego de especiarias e aditivos cárneos.

Quando submetemos filés de pescado a uma solução de salmoura, que pode ser acompanhada de diversos aditivos e condimentos para conservação, sabor e aroma estamos realizando o processo de marinação. Em seguida, será apresentado o processamento simples e prático para marinar filés inteiros ou fatiados, desenvolvido pela Embrapa Pantanal com ajustes para emprego em filés de surubins, como o cachara, pintado e seus híbridos.

Embrapa

Marinação

A marinação aumenta a vida de prateleira de produtos cárneos pela combinação da ação de cloreto de sódio (sal de cozinha) e ácidos orgânicos, usualmente o ácido acético (vinagre).

O processo é feito pela imersão dos filés na salmoura para absorção dos agentes de conservação e sabor. Adicionalmente, o processo confere ao produto uma maior maciez e suculência, fatores que somados determinam um produto cárneo derivado diferenciado em relação à matéria-prima de origem.

O cloreto de sódio e os ácidos orgânicos fracos são eficientes agentes antimicrobianos e retardam a deterioração do pescado pela ação de bactérias e de enzimas autolíticas conferindo uma maior vida de prateleira para o produto (YEANNES; CASALES, 2008).

O tempo de exposição a solução de marinação varia em função e muitos aspectos. O primeiro deles se refere as características da matéria-prima, a princípio a carne de qualquer espécie pode ser marinada. Entretanto sua composição química, como teor e perfil da gordura, conteúdo de tecido conjuntivo, espessura do filé influenciam no processo, não somente em relação ao tempo, mas também nas concentrações utilizadas.

Outro fator importante é o perfil do produto ao qual se deseja, mais salgado ou menos, com condimentos adicionais ou não e o quanto de maciez é desejável para o marinado ao final do processo.

A proporção de solução de marinação e pescado também é importante assim como o tempo de imersão e se há ou não agitação mecânica durante o processo. Pode-se sugerir proporções que vão de 1:1 a 3:1 para o pescado.

Cappacconi et al. (2011) encontraram melhor efeito sensorial na proporção de 3:1 de solução e pescado de anchoita, entretanto, observou uma maior oxidação lipídica (rancificação) no marinado submetido a agitação mecânica. Geralmente, o produto estará pronto cerca de 24 horas após o processamento. Esse tempo é necessário para que as reações químicas e absorção dos agentes de sabor e conservação sejam suficientes (CABRER et al., 2002).

A marinação, pela sua relativa simplicidade de processamento, não precisa ser necessariamente elaborada somente em escala industrial. Na escala artesanal da pesca, por exemplo, o processo pode ser muito útil para diferenciar produtos, agregando-lhes valor, desde que feito em estabelecimentos fiscalizados por agentes sanitários. Além disso, não são somente filés de peixes que podem ser marinados. Bispo et al. (2004) marinaram com sucesso o vongole, um molusco importante na alimentação de comunidades da Baía de Todos os Santos na Bahia.

Processo em surubins

Os filés de surubins mais consumidos, relacionados à espécies do Pantanal, são os do cachara e do pintado e, no contexto da aquicultura, o híbrido oriundo do cruzamento entre eles. São produtos considerados de elevado valor nutricional e sensorial, e podem atender às exigências de mercados diferenciados como o europeu. Entretanto, os surubins são carnívoros e sua dieta é relativamente mais cara que a de peixes onívoros o que disponibilizaria o produto para consumo de mercados dispostos a pagar um pouco mais por um produto diferenciado.

Essa característica abre oportunidade para que os filés sejam processados não necessariamente para co-produtos derivados da carne mecanicamente separada como empanados e *fishburguer*, mas também para processos de agregação de valor ao filé como a defumação e a marinação. Assim, ajustar o processo para os surubins pode ser um diferencial de mercado para o produto em disputa com carnes mais valorizadas como o salmão, por exemplo.

O processo de marinação dos surubins começa pela escolha de uma matéria-prima de qualidade. É desejável que os filés, ou porções de filés estejam com suas propriedades sensoriais inalteradas, dentro da média esperada para o produto e de preferência sem ou com o menor número possível de hemorragias decorrentes do processo de abate (Figura 1).

A solução de marinação que obteve um bom resultado final, onde o produto mostrou-se viável para o consumo em até 10 dias de refrigeração, foi o utilizando de 3 a 4% de ácido acético e de 3 a 4% de cloreto de sódio (Figura 2).

Foto: Leticia Fardin

Figura 1. Porções de filé de surubim após imersão em solução de marinação 4% ácido acético e 3% de cloreto de sódio

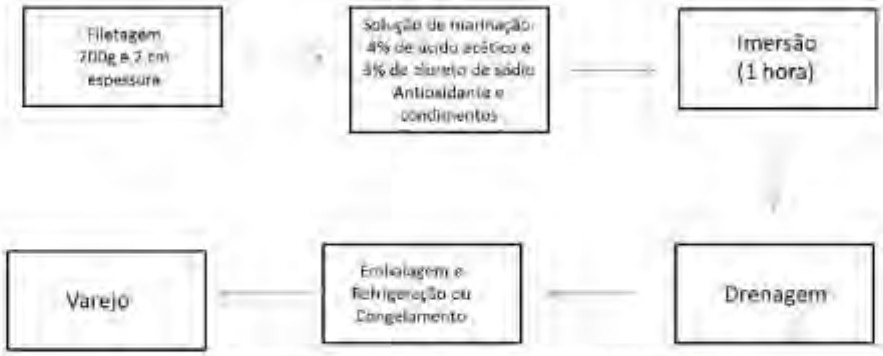


Figura 2. Fluxograma da marinação com parâmetros ajustados aos filés de surubim.

O tempo de imersão foi de 1 hora e a proporção de solução de marinação e pescado foi de 2:1. Após a finalização do período indicado, os filés foram drenados, colocando-os em descanso pelo tempo necessário, até apresentarem-se visualmente secos (cerca de 30 minutos).

Em seguida foram levados à refrigeração por 24 horas para que a absorção da salmoura fosse efetiva e os aditivos utilizados fossem devidamente incorporados ao produto (Figura 3). Ao final, os filés podem ser embalados em embalagens de PVC de duas camadas.

Uma informação importante é que os filés tenham peso em torno de 200 g e a espessura não seja superior a 2 cm. No caso do uso de porções de filé o tamanho recomendado está entre 80 e 100 g. O procedimento sugerido pode ser utilizado tanto para marinar filés de cachara, de pintado ou do híbrido entre ambos.

Foto: Letícia Fadini

Figura 3. Porção de filé de surubim marinado após 24 horas de refrigeração (Observa-se a mudança de coloração e uniformidade do produto).

Uso de antioxidantes

O uso de antioxidantes sintéticos para prolongar a vida de prateleira de carnes e derivados é comum nas indústrias de alimentos. Os mais comuns são o butil hidroxianisol (BHA), butil hidroxitolueno (BHT), limitados a 200 mg por kg de produto para BHA e 100 mg por kg de produto para BHT.

O uso de antioxidantes é uma boa opção para a marinação dos filés de surubins, pois retardam o processo de rancificação que inviabiliza o produto mesmo estando seguro para o consumo.

O uso de condimentos, como antioxidantes naturais em produtos cárneos, tem sido objeto de estudo em diversas matrizes em sistemas modelo de hambúrgueres, almôndegas, embutidos e cortes marinados (MARIUTTI; BRAGAGNOLO, 2007). Os mais comumente utilizados são alecrim, orégano e manjericão. Os antioxidantes naturais muitas vezes também possuem efeito antimicrobiano. As quantidades e quais condimentos utilizar variam e fazem parte da experiência de consumo que se deseja oferecer as pessoas. Entretanto, deve-se optar pelo uso de produtos autorizados pelos órgãos reguladores de aditivos alimentares.

Vantagens em custos e processos

O processo de marinação, como uma opção para a comercialização de peixes inteiros a partir de pescado obtido pela pesca artesanal no Pantanal, apresenta vantagens tecnológicas, sociais e econômicas quando comparado com a venda do peixe *in natura* e com outros produtos derivados da carne.

A primeira vantagem envolve a simplicidade de sua elaboração. Ajustes nas concentrações de aditivos são necessárias para cada pescado dependendo da espécie de origem.Uma vez feito os ajustes, o processo exige apenas higiene e boas práticas de manipulação de alimentos, fiscalização sanitária oficial e pode ser executado por unidades de processamento menores, sem grandes necessidades de uma estrutura complexa de processamento. Devido a simplicidade de elaboração, o processo se ajusta bem as necessidades da cadeia da pesca no Pantanal, que é artesanal e não é capaz de captar grandes investimentos industriais pelo próprio volume de pesca obtido anualmente, com restrições ambientais e sazonais.

O produto marinado será diferenciado em suas propriedades sensoriais e manterá a qualidade por mais tempo pela ação dos aditivos utilizados.

A princípio é um produto que pode ser utilizado em políticas públicas de geração de renda para populações carentes e pescadores, desde que haja um espaço adequado e a observação da legislação sobre processamento de pescado, correta supervisão e fiscalização.

O custo de produção da marinação é baixo comparado a outros produtos processados quando já existe uma estrutura para a manipulação e conservação de carnes e mão-de-obra disponível. O custo adicional seria um pouco menos de R$ 1,00 por kg em 2013, referente aos aditivos utilizados, como os antioxidantes (sintéticos ou naturais) e ácidos orgânicos (vinagre, por exemplo). Seria recomendável o uso de embalagem, entretanto, poderiam ser as mesmas utilizadas em filés de pescado *in natura* convencionais. É um custo baixo, em relação ao benefício do preço diferenciado que os surubins marinados podem obter junto aos consumidores.

A margem de lucro da marinação esta mais relacionada ao custo de obtenção e conservação da matéria-prima (filés de pescado) do que com o processamento em si, sendo assim a escolha do fornecedor um fator importante a ser considerado no seu processamento. O custo da mão-de-obra, iluminação, água e utensílios não oneram a quem já atua na manipulação do pescado e que tem uma estrutura mínima de operação.

Os marinados tem custos de operação bem menores, por exemplo, que os defumados, concorrentes em determinados nichos de mercado, que exigem instalações próprias e um processo dispendioso e demorado nas pequenas unidades processadoras que podem reduzir as margens de lucro ou aumentar o preço aos consumidores.

Conclusões e recomendações

A marinação pode ser uma alternativa para agregar valor a produção em filés de surubins, principalmente pelo baixo custo adicional de processamento em relação à obtenção de filés, aumento de vida de prateleira e boa aceitação sensorial pelo consumidor.

O uso de antioxidantes e antimicrobianos naturais poderá ser uma alternativa para diferenciar o produto marinado de outros derivados processados de escala como empanados e *fishburguer*, notadamente para atingir mercados com exigências diferenciadas em relação ao uso de aditivos industriais.

Referências

BISPO, E. S.; SANTANA, L. R. R.; CARVALHO, R. D. S.; LEITE, C. C.; LIMA, M. A. C. Processamento, estabilidade e aceitabilidade de marinado de vongole (*Anomalocardia brasiliana*). **Ciência e Tecnologia Alimentos**, v. 24, n. 3, p. 353-356, 2004.

CABRER, A. I.; CASALES, M. R.; YEANNES, M. I. Physical and chemical changes of anchovy (*Engraulis anchoita*) flesh during marinating. **Journal of Aquatic Food Product Technology**, v..11, n. 1, p. 19-30, 2002.

CAPPACCIONI, M. E.; CASALES, M. R.; YEANNES, M. I. Acid and salt uptake during the marinatig process of *Engraulis anchoita* fillets influence of the solution:fish ratio and agitation. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v.31, n.4, p. 884-890, 2011.

MARIUTTI, L. R. B.; BRAGAGNOLO, N. Revisão: antioxidantes naturais da Família Lamiaceae. Aplicação em produtos alimentícios. **Brazilian Journal of Food Technology**, v. 10, n. 2, p. 96-103, 2007.

MPA - MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Boletim estatístico da pesca e aquicultura, ano 2010. Publicado em 2012. Disponível em: <http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/animal/bibliografia2013/luis_art4_rousseff.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

YEANNES, M. I.; CASALES, M. R. Modifications in the chemical compounds and sensorial attributes of *Engraulis anchoita* fillet during brining and marinating stages. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 28, n. 4, p. 798-803, 2008.

Circular Técnica, 105

Comitê Local de Publicações

Expediente

Embrapa **Clipping**

Veículo: http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/12/entidades-desenvolvem-alimentos-partir-do-pescado-pantaneiro.html	**Data:** 18.12.2014	Quadrante: A, B, C, D, E
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorias [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

18/12/2014 12h31 - Atualizado em 18/12/2014 12h31

Entidades desenvolvem alimentos a partir do pescado pantaneiro

Pesquisadores estudam a produção de quibes e patês a partir de peixes.
Objetivo é agregar valor ao pescado capturado no Pantanal.

Trabalho desenvolvido em parceria entre a Embrapa Pantanal, com sede em Corumbá, a 415 quilômetros de Campo Grande, o Centro de Pesquisa do Pantanal, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) está desenvolvendo uma série de alimentos que utilizam como matéria-prima derivados de pescado da região pantaneira.

Segundo a Embrapa Pantanal, as espécies que dão origem a produtos como quibes e patês, são encontradas com frequência no Pantanal, mas ainda são menos conhecidas pelo consumidor. De acordo com o coordenador do projeto, o pesquisador Jorge Lara, as carnes diferenciadas desses animais podem atrair um público interessado em experimentar o sabor de peixes considerados exóticos em várias regiões do país. "São carnes excelentes do ponto de vista nutricional, do ponto de vista tecnológico e têm um forte apelo comercial", diz.

Ele comenta, porém, que até que esses novos produtos estejam disponíveis para consumo, há um caminho de pesquisas a ser percorrido. Os estudos iniciais já determinaram fatores como maciez e cor das carnes, assim como as formulações dos produtos. Agora, os pesquisadores vão realizar testes para avaliar a chamada "vida de prateleira".

"A gente vai ver o que acontece nos próximos seis meses com esses produtos congelados e refrigerados", diz a pesquisadora Adna Prado, uma das colaboradoras do projeto. Ela diz que é possível descobrir, dessa forma, quais espécies têm maior durabilidade e podem ser comercializadas por mais tempo.

Embrapa **Clipping**

Veículo: http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/12/entidades-desenvolvem-alimentos-partir-do-pescado-pantaneiro.html	**Data:** 18.12.2014	Quadrante: A, B, C, D, E
Página: On-line	**Fonte citada:** [ ] Dirigente [ ] Pesquisador [x] Sem citação. [ ] Chefe [ ] Outros empregados	
Composição gráfica: [ ] 02 elementos gráficos [ ] 04 elementos [ ] Somente texto [ ] 03 elementos gráficos [ ] 05 ou mais elementos	**Presença do nome:** [ ] Capa [ ] Citação	
Gênero: [ ] Crônica [ ] Entrevista [ ] Nota informativa [ ] Notícia [ ] Artigo [ ] Editorias [ ] Carta ao leitor [ ] Nota opinativa [ ] Reportagem	[ ] Manchete [ ] Destaque no texto [ ] Título [ ] Rodapé/Legenda	

Para Jorge Lara, os alimentos processados de peixes pantaneiros são uma forma de agregar valores e até subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a atividade pesqueira local – como a inclusão desses produtos na merenda escolar, por exemplo.

"Além da satisfação do consumidor, nós temos a preocupação de dar um retorno aos pescadores, que são, em última análise, os principais interessados no assunto", afirma. De acordo com ele, esses produtos unem um grande apelo comercial à importância de se consumir espécies como essas, menos conhecidas, para a manutenção do equilíbrio de populações de peixes nos rios. "Para as pessoas que procuram produtos diferenciados, vai ser um prato cheio", diz.

ANEXO V
COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE 4

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

1) IDENTIFICAÇÃO:

COMPONENTE/REDE: ClimBAP (componente 4)

COORDENADOR: Pierre Girard

TÍTULO DO PROJETO: Rede Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas: Resposta a Diferentes Cenários de Mudanças Climáticas (ClimBAP)

OBJETIVOS: O objetivo geral do ClimBAP é aumentar a capacidade e resiliência das comunidades, governos e atores locais para um desenvolvimento sustentável frente a mudança climática. Os objetivos específicos são:
1) Promover a "educação ambiental" para aumentar em nível local e regional a percepção da mudança climática e a necessidade de uma ação local para a adaptação a mudança climática local e facilitar a integração dos atores locais em nível regional para desenvolver estratégias, projetos, políticas, etc., pautados nos valores locais, sociais e ambientais;

2) Propiciar a sensibilização e a formação da comunidade e particularmente dos jovens sobre os efeitos locais da mudança climática global para gerar maior comprometimento e conhecimento sobre o seu papel neste fenômeno e, por meio desta formação, incentivar a construção de Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC) para o enfrentamento das mudanças climáticas;

3) Fomentar, em nível regional, a criação de redes de instituições municipais e organizações locais, tendo como foco inicial a rede escolar, cujo foco é discutir como a mudança climática afeta o dia-dia das comunidades locais criando assim um forro para elaboração de propostas de adaptação/mitigação a mudanças climáticas.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PROJETO: UFMT, Cidade Amiga, Secretária de Educação MT, UCDB, CPP

EQUIPE CIENTÍFICA: Dr. Pierre Girard (CPP/UFMT), Dra. Michele Sato (UFMT), Dr. Heitor Medeiros (UCDB), Dra. Cleonice Le Bourlegat (UCDB)

VIGÊNCIA DO PROJETO: 2012 / 2015

PERÍODO DO RELATÓRIO: 2014

2) INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS:

Áreas Geográficas de estudo:
Bacia do Alto Paraguai, com enfoques nos municípios pantaneiros. Os municípios escolhidos de Mato Grosso foram Poconé, em São Pedro de Joselândia e Cuiabá, no bairro Jardim Vitória. Em Mato Grosso do Sul foi escolhido o Município de Dois Irmãos do Butiti.

Hipóteses de trabalho:
O ClimBAP é um projeto de pesquisa e extensão, que trabalha a partir de três pilares: um pilar conceitual, um ético e um prático. A conceituação e a ética alimentam a prática que realimentam conceitos e ética. Assim mesmo sendo projeto de pesquisa, não se testa hipótese, como é comum em pedagogia e outras ciências sociais.

Material e métodos:

O estabelecimento do ClimBAP inclui três fases:
1 – Identificação e mobilização dos atores locais potencialmente interessados em formar a ClimBAP. Três eixos de mobilização serão privilegiados: as prefeituras, as ONGs socioambientais que agem localmente e a rede escolar regional, favorecendo assim a mobilização dos jovens. Não entanto estes eixos não são exclusivos e outros atores poderão participar do projeto;
2 – Oficinas e reuniões com os atores locais atores interessados para capacitação sobre a mudança climática, a sua mitigação e a adaptação com finalidade de estruturar grupos locais de discussão sobre o tema e identificar potenciais líderes destes grupos;
3 - Realizar processos formativos que contribuam à construção de Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC), na aliança entre a escola e comunidade, que alicerce o objetivo de enfrentamento contra a mudança climática e seus efeitos nocivos

A facilitação das oficinas e reuniões será conduzida por especialistas sobre o diálogo em grupo de trabalho. Estes peritos irão previamente co-projetar as reuniões e oficinas, bem como coletar as contribuições dos atores locais. Além dos facilitadores, um especialista em políticas públicas e da sociedade civil e um perito em trabalho em rede estarão envolvidos nas fases 2 e 3. Um especialista em mudanças climáticas, vulnerabilidade e adaptação estará envolvido na fase 2.

Resultados e Discussões:
Os principais resultados esperados eram:
1. Atores identificados, informados sobre comunidades de práticas e mobilizados. Ênfase dada à mobilização da rede escolar e dos jovens. Esse trabalho já vinha sendo feito em São Pedro de Joselândia (veja acima) e parcialmente no Jardim Vitória. Foi integrado o trabalho desenvolvido na etnia Terena localizada no Município de Dois Irmãos do Butiti em MS.
2. Atores locais interessados capacitados sobre mitigação e adaptação à mudança climática. Grupos locais estruturados em rede e com agenda de ações/encontros definidos. Líderes locais identificados. Já havia sido feito em São Pedro de Joselândia em 2013; e para o ano de 2014 também foi feito no Jardim Vitória e no Município de Dois Irmãos do Butiti.
3. Líderes treinados a respeito de: i- gestão local, meio ambiente e mudanças climáticas; ii- fontes de financiamento sobre adaptação/mitigação a mudança climática iii- comunicação das atividades acontecendo localmente e ofertas estaduais/nacionais de cursos, bolsas, conferencias sobre o tema; iv - elaboração de projetos e programas de adaptação/mitigação a mudança climática; v- plano local de ação frente a mudança climática; vi- criação de redes sociais para troca de experiências e informações com envolvimento da juventude: parcialmente feito em Joselândia, temos a comunidade escolar envolvida, mas agora vamos com a comunidade.

Para realização das etapas 2 e 3 pretende-se usar os resultados obtidos no Projeto Sinergia que foi realizado pelo CPP junto ao CNPq entre 2008 e 2012. Este projeto visava a enfrentar os desafios da mudanças climáticas na bacia do Paraguai, uma bacia transnacional incluindo Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. O livro com os resultados das oficinas realizadas pelo projeto Sinergia está pronto aguardando apenas os tramites para obtenção dos direitos autorais.

Em relação às atividades diretamente relacionadas aos resultados esperados elencados acima, em 2013 foram identificadas duas comunidades que estavam dispostas participar do projeto e que deram continuidade no ano de 2014: uma no município de Poconé, em São Pedro de Joselândia, a outra encontra-se em Cuiabá, no bairro Jardim Vitória. Uma nova comunidade foi adicionada no ano de 2014, a etnia Terena, no Município de Dois Irmãos do Butiti, em Mato Grosso do Sul.

O Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), sob coordenação da Dra. Michèle Sato, pretende, de forma coletiva, encontrar caminhos que conduzam à transformação da escola em um espaço educador sustentável (Escola Sustentável), considerando as diretrizes para a construção de PAEC (Projeto Ambiental Escolar Comunitário) na perspectiva das Mudanças Climáticas. O PAEC é uma

proposta de trabalho levada às escolas públicas do Estado de Mato Grosso para que estas desenvolvam projetos ambientais junto a comunidade, considerando as identidades e diversidades que os cercam. Por meio da Pesquisa Participante, professores, técnicos da escola e estudantes do 6ª ao 9ª Ano e do Ensino Médio, dentre membros da Com-Vida Escolar, participaram, em momentos/grupos distintos, de um diálogo sobre Escolas Sustentáveis, Pegada Ecológica, discutindo sobra possibilidade de construção de Ecotécnicas a serem construídas na escola, além de entrevistas realizadas por pesquisadores mirins, e oficinas de educação ambiental relacionadas ao protagonismo juvenil, ensino de História e percepção ambiental.

A ONG Cidade Amiga, juntamente com a Secretaria de Educação de Mato Grosso - SEDUC, realizaram no ano de 2014 cursos formativos relacionadas a gestão de resíduos sólidos cujo objetivo principal era consolidar e disseminar as experiências de geração de renda e desenvolvimento da cidadania do Espaço Vitória, por meio do gerenciamento sustentável de resíduos orgânicos, contribuindo como referência na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.
Diversos conceitos foram disseminados e o Dr. Pierre Girard apresentou algumas ações que são desenvolvidas pela rede ClimBAP e como elas podem se articular com o projeto do Espaço Vitória, conforme detalhamento abaixo:

- CPP/mudanças climáticas / escolas sustentáveis
- Escolas sustentáveis / Espaço Vitória "geração de renda e gerenciamento de resíduos orgânicos"
- Algumas linhas que poderiam ser trabalhadas em escola e no Espaço Vitória;
- Clima: secas prolongadas e chuvas mais intensas -> solução: plantar para segurar erosão/captar água
- Clima: reduzir emissões carbono -> solução: reciclar lixo orgânico, hortaliças orgânicas (baixo carbono)
- Clima: secas e + escassez água -> solução: proteção, conservação e restauração das nascentes na cidade (escola adotar uma nascente)
- Clima: ar mais seco e cheio de poeira -> solução: o fogo na cidade como fazer para diminuir
- Clima: chuvas mais intensas e aumento de doenças infecciosas e das doenças transmitidas pela água (doença de chagas; dengue, leishmaniose, diarreia, leptospirose, cólera, hanta vírus, entre outras) -> solução: educação, + espaços verdes + gestão do lixo.

Através da oficina conseguiu-se fazer o mapeamento de instituições parceiras e definição de responsabilidades para o desenvolvimento de atividade no âmbito do projeto "Espaço Vitória: geração de renda e gerenciamento de resíduos orgânicos".

A oficina e o seminário, ambos promovidos pela ONG Cidade Amiga, foram realizados em setembro e outubro de 2014, respectivamente. A lista de presença da oficina encontram-se no Anexo 1.

OFICINA ELABORAÇÃO DE PLANO DE
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS
DE GRANDES GERADORES
DIAS 30 Setembro 01 Outubro 2014
Espaço Vitória
Conteúdo Programático
LOCAL: ESPAÇO VITÓRIA
Avenida José Estevão Torquato da Silva Neto, s/n.
Jardim Vitória – Cuiabá/MT
Dia 30/09 - Horário: 14:30 as 18:00 horas
• Panorama Ambiental (Crise ambiental X sociedade)
• Gestão dos recursos naturais (A implantação das Políticas amb. no Brasil)
• Adequação a Política Nacional de Resíduos Sólido-Lei 12.305/10
Dia 01/10 - 07:30 as 11:30 horas
• Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Orgânicos (PGRSO)
• Planejamento/Implementação/Controle e monitoramento;
• Elaboração do Diagnóstico/Inventário;
• Características dos R.S.O - Acondicionamento/Coleta/Transporte
• Utilização de produtos auxiliares de compostagem para retardar efeito de putretação dos resíduos orgânicos.
Instrutores: Profª Recia Larissa J. S. Vilela – Professora, Bióloga, Esp. Em Tecnologia e produção de sementes (UFMT) e MBA – em Perícia, auditoria e gestão ambiental (FOC – SP). Profª Kelly K. Deluqui – Professora, Engenheira Sanitarista e Ambiental, Me em Hidráulica e Saneamento EESC/USP
INFORMAÇÃO: 3641-6382
Projeto Espaço Vitória
CREA-MT
MCTI

No Município de Dois Irmãos do Butiti, em Mato Grosso do Sul, o processo de formação com a etnia Terena começou em junho de 2014. Outras duas capacitações foram realizadas em julho e agosto, conforme detalhamento abaixo.

Atividade 1: Capacitação de 12 (doze)Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, da etnia Terena, no Município de Dois Irmãos do Butiti, em Mato Grosso do Sul.
Data: 13/06/2014
Local: Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo
Conteúdos:
- Apresentação do projeto "Rede Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas: Resposta a Diferentes Cenários de Mudanças Climáticas (ClimBAP)" – Objetivos, Metas, Alcance, Financiadores e parcerias institucionais;
- O que é as mudanças climáticas e suas consequências na vida das comunidades, inclusive os povos indígenas;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

- Consulta com a comunidade indígena Terena da Aldeia Buriti, sobre o interesse dos mesmos em participar do projeto.
- Como resultado da consulta as lideranças indígenas e os professores concordaram em se fazerem parceiros do projeto.

Atividade 2: Capacitação de 12 (doze) Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, da etnia Terena, no Município de Dois Irmãos do Butiti, em Mato Grosso do Sul.
Data: 18/07/2014
Local: Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo
Conteúdos:
- Educação Ambiental em articulação com os saberes indígenas;
- Escolas Sustentáveis e Construção dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

Atividade 3: Capacitação de 12 (doze) Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, da etnia Terena, no Município de Dois Irmãos do Butiti, em Mato Grosso do Sul.
Data: 15/08/2014
Local: Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo
Conteúdos:
- Educação Intercultural, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas.
- O que é sustentabilidade para os Terena.

Conclusão:
O projeto teve um bom andamento em 2014 no que tange a capacitação e o envolvimento da comunidade. A ONG Cidade Amiga realizou uma oficina e um seminário, enquanto a parceria com o a instituição parceira de MS, UCDB, realizou 3 capacitações com professores da comunidade da etnia Terena. O GPEA tem apresentado uma proposta de trabalho às escolas públicas do Estado de Mato Grosso para que estas desenvolvam projetos ambientais junto a comunidade, considerando as identidades e diversidades que os cercam.

3) COOPERAÇÃO COM OUTROS PROJETOS:

Projeto 5.02 - Ciência e cultura na reinvenção educomunicativa, integrante do INCT Áreas úmidas, coordenadora: Michèle Sato

4) FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Obs.: Nome do programa de pós-graduação, nome do aluno, título do trabalho...

a) Número de pós-doutorados concluídos no período: 0

b) Número de pós-doutorados em andamento no período: 1
Programa: Ciências da educação na Universidade de Coruña, Espanha
Aluno: Dra. Michèle Sato
Título do trabalho: Mitopoéticas das águas salgadas

c) Número de teses de doutorados concluídas no período: 0
d) Número de teses de doutorados em andamento no período: 0
e) Número de dissertações de mestrado concluídas no período: 0

f) Número de dissertações de mestrado em andamento no período: 2
Programa: Pós-Graduação em Educação (PPGE/UCDB)
Aluno: Gerson Pinto Alves.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

Título do trabalho: A busca da Autonomia para a Escola Indígena Terena Alexina Rosa de Figuerodo, na Aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul, através de seu Projeto Político Pedagógico.
Aluno: Edineide Bernanrdo Farias.
Título do Trabalho: A criança indígena Terena da Aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul: O primeiro contato escolar.

g) Número de trabalhos de iniciação científica concluídos no período: 0
h) Número de trabalhos de iniciação científica em andamento no período: 0

i) Potencial de aproveitamento dos Recursos Humanos formados: houve em 2014:
Formação de 5 estudantes da educação básica (1 médio e 4 fundamental)
Formação de 50 professores de Joselândia (ensino fundamental e médio)
Formação de 15 técnicos administrativos da escola
Formação de 100 estudantes da educação básica

5) TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE:

a) Relacionamento com a sociedade:
(Até 800 caracteres)
O GPEA trabalha com educação popular e por isso, tem relação estreita com os movimentos sociais e as comunidades onde atua. Os projetos de pesquisa do GPEA geralmente acompanham os processos formativos (cursos) e de intervenção (extensão), além da internacionalização dos diálogos de saberes. As produções acadêmicas do GPEA não são somente de artigos ou livros científicos, mas englobam cadernos pedagógicos com linguagem mais acessível à população. Em relação à formação da rede internacional de diálogos em justiça climática e educação ambiental, tem envolvimento com entidades não acadêmicas, como o Instituto Caracol (MT) e a Associação Portuguesa de Educação Ambiental, além do apoio dos ministérios do meio ambiente do Brasil e de Portugal.

b) Educação para a ciência:
(Até 800 caracteres)
EDUCAÇÃO FORA DO ÂMBITO DA UFMT:
Formação de 5 estudantes da educação básica (1 médio e 4 fundamental)
Formação de 50 professores de Joselândia (ensino fundamental e médio)
Formação de 15 técnicos administrativos da escola

EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA UFMT:
1 pós-doutorado
2 doutorandas
1 mestranda

c) Interação com o ensino básico:
(Até 800 caracteres)
Formação de 5 estudantes da educação básica (1 médio e 4 fundamental) -- 2013 e 2014
Formação de 50 professores de Joselândia (ensino fundamental e médio) -- 2013 e 2014
Formação de 15 técnicos administrativos da escola -- 2013 e 2014
Formação de 100 estudantes da educação básica -- 2013 e 2014

6) TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O SETOR EMPRESARIAL E GOVERNO:

a) Interação com o Setor Empresarial:

Houve interação com setor empresarial em 2013. Não é previsto em 2014.
Sesc Pantanal: intercâmbio educacional, além do apoio financeiro de transporte, alimentação e hospedagem para 5 pesquisadores mirins da educação básica. Tivemos também ajuda financeira aos pesquisadores GPEA, no tocante ao transporte, investigação de campo com barco e apoio logístico da base avançada da UFMT e também em Joselândia.

b) Políticas Públicas;
Este projeto pretende ter efeitos em políticas públicas em nível municipal através da Escola Sustentável e Projeto Ambiental Escolar Comunitário, além da gestão de resíduos sólidos promovido pelo Espaço Vitória.

c) Inovações:
O projeto não prevê inovações tecnológicas. Contudo, a escola de Joselândia tem trabalhado com o conceito de "ecotécnicas", que não se orienta pela educação tecnicista, mas que abarca significativas criações e aprendizagens para o enfrentamento contra os efeitos nocivos das mudanças climáticas.

d) Patentes:
O projeto não prevê pedido de patentes.

e) Transferência de Tecnologia:
O projeto não prevê transferência tecnológica.

7) PUBLICAÇÕES:

Em 2014, o projeto não gerou publicações.

Obs.: *Anexar cópia do artigo publicado e/ou informar link da publicação*

a) Artigos publicados:
(nº de artigos, título do artigo, revista, referência completa de acordo com as normas ABNT)

b) Artigos aceitos para publicação:
(nº de artigos, título do artigo, revista, referência completa de acordo com as normas ABNT)

d) Livros:
(nº de livros, título do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

e) Capítulos de livros:
(nº de capítulos, título do capítulo, nome do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

8) EVENTOS CIENTÍFICOS E DE INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE:

Obs.: Anexar comprovação do trabalho apresentado e comprovação de evento de interação com a sociedade não-científica (folder, link de site onde foi divulgado...)

a) Trabalhos apresentados Em Eventos Científicos:
Em 2014, o trabalho intitulado "Escolas Sustentáveis na perspectiva das Mudanças Climáticas: Uma experiência em São Pedro de Joselândia, Mato Grosso" foi apresentado pela pesquisadora Giselly Rodrigues das Neves Silva Gomes no Simpósio Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades

Sustentáveis – Municípios, Escolas e Instituições de Educação Superior que educam para a sustentabilidade socioambiental realizado em Piracicaba, no interior de São Paulo, entre os dias 7 e 9 de maio de 2014.

Os trabalhos dos dois alunos de mestrado sob a orientação do Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Mestrado e Doutorado, serão apresentados no VI Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade, evento organizado bianualmente pelo PPGE/UCDB em parceria com o núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), da Universidade Católicas Dom Bosco (UCDB), a ser realizado em setembro/2015.

b) Eventos de interação com a sociedade:
Jardim Vitória: Houve 1 oficina e 1 seminário de capacitação.
Etnia Terena: Houveram 3 capacitações envolvendo 12 professores.

9) OUTRAS INFORMAÇÕES:

Indicar se houve melhorias na estrutura de laboratórios e locais onde os subprojetos se desenvolvem, bem como, descrever outros fatores relevantes para o desenvolvimento do subprojeto. (Até 500 caracteres)

INDICADOR 1: Índice de atores capacitados - INAC

ESPAÇO VITÓRIA/ INSTITUTO CIDADE AMIGA

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

PROJETO

ESPAÇO VITÓRIA: GERAÇÃO DE RENDA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS - GERAÇÃO DE RENDA PARA COMUNIDADES CARENTES NO MEIO URBANO POR MEIO DE PRÁTICAS E DIFUSÃO DE SOLUÇÕES DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS.

PROGRAMA PETROBRAS Desenvolvimento & Cidadania

Oficina de planejamento coletivo, buscando consolidar parcerias institucionais e definição de metodologia para tornar o Espaço Vitória um centro de referência e local vivitação de Educação Ambiental (Educação ecossocial) da comunidade.

FACILITADOR: Prof. Heitor Queiroz de Medeiros – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) / Universidade do Estado de Mato Grosso - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA)

DATA: 22 a 24/05/2014

LOCAL: Espaço Vitória / Cuiabá - MT

1. **PARTICIPANTES –**

Nome	Instituição	Endereço	Telefone	E-mail
Erlon Bispo dos Santos	Instituto Centro de Vida (ICV)		(65) 3641 5382	erlon@icv.org.br
Giselly Rodrigues das Neves S. Gomes	SEDUC - Gerência de Educação Ambiental		(65) 36136475 (65) 9914 3062	giselly.gomes@seduc.mt.gov.br
Pierre Girard	Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) - Rede Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas			pierregirard1301@gmail.com
Fernanda S. Carvalho Souza	IFMT (Instituto Federal de Mato Grosso)		8131-5141	Fernandacarvalho@blv.ifmt.edu.br
Josita Correto da Rocha Priante	ARCA MULTICULBADORA		9962-0046	Jositacp@terra.com.br
Silvana Irooka	Escola Estadual Ana Tereza Albernaz	Chapada dos Guimarães	8123-8623	silvana_hirooho@gmail.com

Karina Rocha	IFMT		9293-2733	Karina-rizinha@hotmail.com
Paola Shimizu S. Gódulo	IFMT		9631-1388	Paola.simizu@gmail.com
Daniela Cristina Barcelos Chamilete	IFMT		8115-3505	Dani.chamlete@hotmail.com
Luan Oliveira Machado	IFMT		9230-0983	Luan-machado96@hotmail.com
Pedro Paulo da Silva	IFMT		9959-0272	Pedro_melaza@hotmail.com
Jessica Maria Klemp Moura	IFMT		9298-5540	Jessicaklempmoura@gmail.com
Marco Aurélio M. Campos	IFMT		9984-4058	Marco.avance@gmail.com
Dalva Eratildes Rondon	Escola Municipal SENHORINHA		9222-9175	Dalva.rondon@hotmail.com
Shirlene Rosana da Silva	SME (EMEB)		9915-3121	shirlenecanossa@hotmail.com
Josiane Ferreira Paula	SME ORZINA		9272-4068	Josi_paula@hotmail.com
Nubiyla Almeida Fidelis	ARCA		9953-7128	Nubiylafidelis@gmail.com
Joanil Maria Casarotto			9961-1580	Joanil.casarotto@hotmail.com
Ronaldo Ralf Lourenço	Espaço Vídria – ICV		9212-0418	Ronaldoralf.lourenco@gmail.c

				om
Edilene Barros Lima	(EMEB) FRANCISVALDE (BRTD)		9237-2893	Ediprofa@gmail.com
Otair Rodrigues Rondon Filho	E.E.Hermelinda Figueiredo		9978-0803	Otairrondon@terra.com.br
Cristiane Lima Façanha	UNEMAT Doutorado Rede BIONORTE			crisfacanha@gmail.com
Heitor Queiroz de Medeiros	Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) - Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico	Rua da Pátria, nº 577 - Bairro Tavaropolis - Campo Grande (MS) - CEP 79090-130	67 92277949	medeiros.heitor@gmail.com

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Dia 22/05/2014 (Quinta-feira) - 13h30 as 17h30m

2. RECEPÇÃO E BOAS VINDAS AOS PARTICIPANTES DA OFICINA

No momento inicial da oficina o coordenador do projeto "Espaço Vitória: Geração de renda e gerenciamento de resíduos orgânicos - Geração de renda para comunidades carentes no meio urbano por meio de práticas e difusão de soluções de gerenciamento dos resíduos orgânicos" Erlon Bispo, fez a recepção e deu as boas vindas aos participantes da oficina.

Em seguida passou a apresentar o que é o Instituto Centro de Vida (ICV), que foi fundado em 14 de abril de 1991, sendo uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de direito privado, caráter científico cultural, autônoma, apartidária e sem fins lucrativos, decretada de utilidade pública em Mato Grosso pela lei estadual nº 6.752/96, com trabalho que consiste em construir soluções compartilhadas de sustentabilidade que visam conciliar a produção agropecuária e florestal com a conservação e recuperação dos ecossistemas naturais e de seus serviços. Isso é feito com base em estudos e análises, bem como em experiências práticas no campo, sempre buscando a participação efetiva e ativa dos atores locais nesse processo.A disseminação se dá por meio da comunicação socioambiental, capacitação e empoderamento de grupos sociais marginalizados.

Uma característica importante do trabalho que contribui para ampliar resultados é a atuação em parceria e em rede com outras organizações e coletivos de diversos setores da sociedade.O leque de ações realizadas pelo ICV abrange os campos da governança ambiental e das políticas públicas em nível estadual e das iniciativas locais em nível municipal.

O ICV tem como missão construir soluções compartilhadas para a sustentabilidade do uso da terra e dos recursos naturais e como visão de futuro Mato Grosso tornando-se referência em governança ambiental e controle do desmatamento, com as áreas protegidas efetivamente

conservadas e manejadas, uma produção empresarial agropecuária e florestal pautadas em práticas sustentáveis e uma agricultura familiar fortalecida com base agroecológica.

Em seguida fez uma breve apresentação sobre o **Espaço Vitória – Instituto Cidade Amiga**, que é um centro de envolvimento comunitário; difusor de atividades de geração de renda e de tecnologias sociais localizado em Cuiaba, capital do estado de Mato Grosso; localizado no bairro Jardim Vitória, em Cuiabá – MT, que é um centro agregador de atividades comunitárias, educativas e de geração de emprego e renda mantida pelo Instituto Centro de Vida (ICV) desde 2000, que alem dos projetos desenvolvidos no local o espaço também está aberto à comunidade organizada do bairro, onde são frequentes reuniões do Programa Saúde da Família (PSF) e reunião da Associação de Bairros.

Entre os projetos em andamento há o Espaço Multiuso de Desenvolvimento Comunitário patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, o Conexão Cheiro Verde,com a participação da Rede de Supermercado Atacadão e o SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO-SEC, o Ponto de Cultura e o Programa de Alfabetização Luz do Saber Infantil, com parceria da Casa da União Santa Lucia.

3. APRESENTAÇÃO INICIAL DOS PARTICIPANTES

Foi sugerido pela facilitação da oficina que os participantes fizessem sua apresentação buscando focar n as seguintes questões: "O que é minha instituição; Como o Espaço Vitória e o projeto "Espaço Vitoria: geração de renda e gerenciamento de resíduos orgânicos" pode contribuir com minha instituição? Como minha instituição pode contribuir com o projeto "Espaço Vitoria: geração de renda e gerenciamento de resíduos orgânicos"?

Todos os participantes do evento, conforme lista apresentada no início desse relatório, se apresentaram, falando de forma sintética qual instituição trabalham e as atividades quem vem desenvolvendo nessa instituição voltadas para a área ambiental, tendo que as propostas para o trabalho em parceria ficou para ser apresentado na fase final da oficina.

4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO "ESPAÇO VITORIA: GERAÇÃO DE RENDA E GERENCIAMENTO DE RESIDUOS ORGÂNICOS"

O coordenador do projeto, Erlon Bispo, do Espaço Vitória, Instituto Centro de Vida (ICV), apresentou aos participantes da oficina os objetivos do projeto "Espaço Vitoria: Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos", mostrando que nesse momento a oficina busca articular parceria para o desenvolvimento e implementação do objetivo específico "B", que evidentemente está articulado com os demais objetivos que seguem abaixo.

Objetivo Geral:

Consolidar e disseminar as experiências de geração de renda e desenvolvimento da cidadania do Espaço Vitória, por meio do gerenciamento sustentável de resíduos orgânicos, contribuindo como referência na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Objetivos Específicos:

A. Consolidar a experiência do Espaço Vitória e da Cooperativa Conexão Verde Vitória;

B. Tornar o Espaço Vitória centro de referencia, local visitação e educação ecossocial da comunidade;

C. Contribuir com a elaboração e de um plano de resíduos orgânicos em Cuiaba, no âmbito da PNRS.

É colocado aos participantes que o objetivo da oficina é o planejamento coletivo, buscando consolidar parcerias institucionais e definição de metodologia para as atividades desse "Componente B - Tornar o Espaço Vitória centro de referência e local de visitação e de Educação Ecossocial da comunidade", e que o produto esperado da oficina é a construção de um plano que dialogue de forma interdisciplinar com os programas curriculares desenvolvidos nas escolas, visando uma prática de ensino com mais significado no dia-a-dia, que possa contribuir também com a educação para qualificação profissional

5. APRESENTAÇÃO DA SEDUC SOBRE O PROGRAMA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

A gerente de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC), Giselly Rodrigues das Neves S. Gomes explicou aos presentes o que são as Escolas Sustentáveis, desenvolvido pela SEDUC a partir de uma política pública proposta pelo Ministério da Educação (MEC).

As Escolas Sustentáveis são definidas como aquelas que mantem relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços tem a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam.

A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão, currículo e relações escola-comunidade[1]. No contexto desta última dimensão, a Seduc busca contribuir para a implementação, articulação e visibilidade das

[1] Conforme Programa Nacional Escolas Sustentáveis (versão preliminar de 02 de junho de 2014): **Espaço físico**: utilização de materiais construtivos mais adaptados às condições locais e de um desenho arquitetônico que permita a criação de edificações dotadas de conforto térmico e acústico, que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos. Esses locais possuem áreas propícias à convivência da comunidade escolar, estimulam a segurança alimentar e nutricional, fazem o uso racional e sustentável e respeitam o patrimônio natural e os ecossistemas locais. **Gestão**: o empoderamento de planejamento e das decisões que dizem respeito ao dentro e à vizinhança da escola, buscando aprofundar o controle sobre

espaços não-formais, a exemplo do Espaço Vitória, os quais contribuem para as práticas pedagógicas em educação ambiental ocorridas nas escolas.

O PDDE Escolas Sustentáveis, oferecido nos moldes operacionais estabelecidos pelo FNDE, consiste no repasse financeiro, por meio de transferência de recursos de custeio e de capital, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental.

A SEDUC vem implementando esse programa em Mato Grosso, envolvendo algumas escolas da rede publica estadual e municipal, além de participar de processos formativos em nível nacional, por meio da parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e com o Ministério da Educação (MEC).

Dia 23/05/2014 (Sexta-feira) - 07h30m as 11h30m

6. APRESENTAÇÃO DOS CONVIDADOS

---

a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando as diversidades e valorizando a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existente. **Currículo:** incluindo os conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino e em seus currículos a partir de uma abordagem que leve contextualização da realidade local e estabeleça laços e vínculos com a sociedade global. **Relações escola-comunidade**: Este componente refere-se a uma estratégia integrada para que a escola e a comunidade reforcem-se mutuamente na construção dos municípios educadores sustentáveis, de modo a permitir que a comunidade torne-se capaz de se inserir nas ações promovidas pelas escolas, exercendo controle social sobre o processo de transição rumo à sustentabilidade, bem como criar mecanismos de prevenção, adaptação, resposta e mitigação a emergências socioambientais.

Todos os presentes falaram do motivo de estarem presentes na oficina, de suas instituições e do interesse em colaborarem com as atividades do componente "B" do projeto "Espaço Vitoria: Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos".

A representante do Curso de Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação (IFMT), professora Fernanda, falou se sua disponibilidade e interesse em apoiar o projeto, principalmente articulando a formação de monitores para o projeto, bem como articulando para que processos formativos de seus alunos possam ter atividades práticas no Espaço Vitória.

O Prof. Pierre Girard apresentou a Rede Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas (ClimBAP), ligada ao Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP), se colocando como parceiro do projeto "Espaço Vitória: Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos", podendo apoiar no desenvolvimento de atividades bem como no aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de algumas atividades do projeto.

Explicou algumas ações que são desenvolvidas pela rede e como elas podem se articular com o projeto do Espaço Vitória.

- CPP/mudanças climáticas – escolas sustentáveis
- Escolas sustentáveis – Espaço Vitória "geração de renda e gerenciamento de resíduos orgânicos"
- Algumas linhas que poderiam ser trabalhadas em escola e no Espaço Vitória:
- Clima: secas prolongadas e chuvas mais intensas – solução: plantar para segurar erosão/captar água
- Clima: reduzir emissões carbono – solução: reciclar lixo orgânico, hortaliças orgânicas (baixo carbono)
- Clima: secas e + escassez água – solução: proteção, conservação e restauração das nascentes na cidade (escola adotar uma nascente)

- Clima: ar mais seco e cheio de poeira -> solução: o lixo na cidade como fazer para diminuir.
- Clima: chuvas mais intensas e aumento de doenças infecciosas e das doenças transmitidas pela água (doença de chagas, dengue, leishmaniose, diarreia, leptospirose, cólera, hantá vírus, entre outras) -> solução: educação, + espaços verdes + gestão do lixo.

7. ATIVIDADE FORMATIVA: PEGADA ECOLÓGICA – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PEGADA ECOLÓGICA DE CAMPO GRANDE (MS) E CUIABÁ (MT) PELO WWF-BRASIL

O facilitador da oficina, Heitor Medeiros, informou que manteve contato com a senhora Terezinha Martins, analista de conservação, do Programa Cerrado Pantanal, do WWF Brasil, em Campo Grande (MS) e que essa solicitou que fosse repassado aos participantes da oficina as informações sobre o processo para o cálculo da Pegada Ecológica de Cuiabá, que deve iniciar no segundo semestre desse ano, a partir de julho/agosto, quando a mesma deve ver a Cuiabá, com o técnico Fabrício, para checar dados e formalizar o processo.

O primeiro passo é checar os dados locais em Cuiabá para que o Fabrício da EcoSISTEMAS, consultor do WWF Brasil para as pegadas e ponto focal do GFN- Global Footprint Network no Brasil, possa saber se terão os dados do estado de Mato Grosso e da Cidade de Cuiabá. Esses dados dependem se em Cuiabá fazem cálculo de índice de custo de vida, ou preço ao consumidor, baseado na POF- Pesquisa de orçamento familiar do IBGE, que calcula quanto cada família gasta em salários mínimos com alimentação, moradia, transporte, etc.

Em Mato Grosso do Sul esse estudo feito pelo departamento de economia da Anhanguera UNIDERP, o que permitiu o cálculo além do estado do Mato Grosso do Sul, também da cidade de Campo Grande.

O segundo passo é mobilização, redução e mitigação dos impactos, onde o WWF Brasil tem um dialogo iniciado com a professora Michele Sato do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)iniciadono ano passado. Foi realizada uma reunião com a Michele e Sônia na UFMT, envolvendo o GPEA – Grupo Pdesquisador em Educação Abiental, Commicação e Arte e Instituto Caracol, e esse ano está coincido como prioridade o cálculo da pegada ecologica de Cuiabá.

No processo de mobilização é possível e desejavel a participação de outras instituições como o Espaço Vitória.

Dia 23/05/2014 (Sexta-feira) – 13h30m as 17h30m

8. MAPEAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARCEIRAS E DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE NO ÂMBITO DO PROJETO "ESPAÇO VITÓRIA: GERAÇÃO DE RENDA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS"

Atividade	Instituição	Responsavel	Contato	Period o
Processo formativo com professores da rede pública partindo da proposta de Escolas Sustentáveis no Espaço Vitória	SEDUC / CEFAPRO / UFMT / Espaço Vitória	Gerência de Educação Ambiental / SEDUC	Gisely 36136-175 / 99143062 educacao.ambiental@seduc.mt.gov.br	
Oficina do Futuro para constituição de ComVida Escolar no Espaço Vitória	SEDUC / CEFAPRO / UFMT / Espaço Vitória	Gerência de Educação Ambiental / SEDUC		
Curso de Agricultura Orgânica partindo da experiência do Espaço Vitória	ICV - Espaço Vitoria	Rail/Equipe do Espaço Vitoria		

Curso sobre plantas medicinais e conhecimento tradicional no Espaço Vitória	Rede BIONORTE	Cristiane Lima Façanha	crisfacanha@gmail.com	
Curso de Multiletramento em Tecnologias da Informação	ICV - Espaço Vitoria	Paulo Wagner	Paulo.oliveira@icv.org.br	
Atividade Formativa para processo de mobilização da Pegada Ecológica de Cuiabá (MT)	WWF Brasil - GPEA-UFMT	Terezinha Martins - Analista de Conservação - Programa Cerrado Pantanal - WWF Brasil) / Pesquisadora GPEA-UFMT	terezinhamartins@wwf.org.br (67) 2107 6634 / 3025-1112 - 8115-5427	
Processo de formação sobre a PNRS com intuito de promover a compreensão e mobilizar toda comunidade	ICV - Espaço Vitoria	Paulo Wagner / Erlon Bispo		
Realizar atividades de plantio de árvores para mitigação dos efeitos da mudança climática (articulado com a Rede ClimBAP e Rede CLIMA)	Coletivo Não Reclame do Calor, Plante uma Flor	Cristiane Lima Façanha		
Formar e ampliar o numero de monitores para atuar no Espaço Vitória	IFMT	Fernanda		
Realização e mutirões comunitários	ICV - Espaço Vitória / Escola Estadual Ana Tereza Alberna?	Erlon Bispo e Silvana Irooka		
Processo Formativo de Educação Ambiental Não Escolarizada	Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico / UCDB	Heitor Queiroz de Medeiros	67 9227 7949 medeiros.heitor@gmail.com	
Curso de Tanques de Evapotranspiração	ICV / Espaço Vitória	Erlon Bispo		

Oficina de Palets				
Monitoria: participar das formação/auxiliar formação divulgação	IFMT	Paola		
Auxiliar construir agenda/atividades	ARCA MULTINCUBADORA	Josita		
Apoiar /Realizar oficinas de formação professores rede/ alunos IFMT que tem interface com clima	CPP	Pierre		
Apoio logistico financeiro realização das oficinas	CPP	Pierre		
Apoio à monitorias	CPP	Pierre		
Mobilização na escola para alunos e pais chegar no Espaço Vitória	EMEB Orzina	Chirlene		
Participar das formações ; eventualmente Monitor	IFMT	Pedro		
Auxiliar, mobilizar a comunidade para chegar no Espaço Vitória	Comunidade, Rua 29	Pedro		
Mobilização na comunidade para chegar no EV/ Monitora?? Auxiliar nas oficinas?	Escola Particular Educadora EMEB Orzina	Josiane		
Programa de divulgação ativa: Ir às escolas, futuros clientes para falar Centro de Referência	CPP/ Espaço Vitoria/IFMT	Pierre/Erlon/ Paula (Licenciamento Ambiental pra Usina de Compostagem - SEMA)		
Mobilização na escola para alunos e pais chegar no Espaço Vitória, dar oficina compostagem, jardinagem, plantas medicinais , artesanato resíduos sólidos	EMEB Francisval de Brito	Edilene		

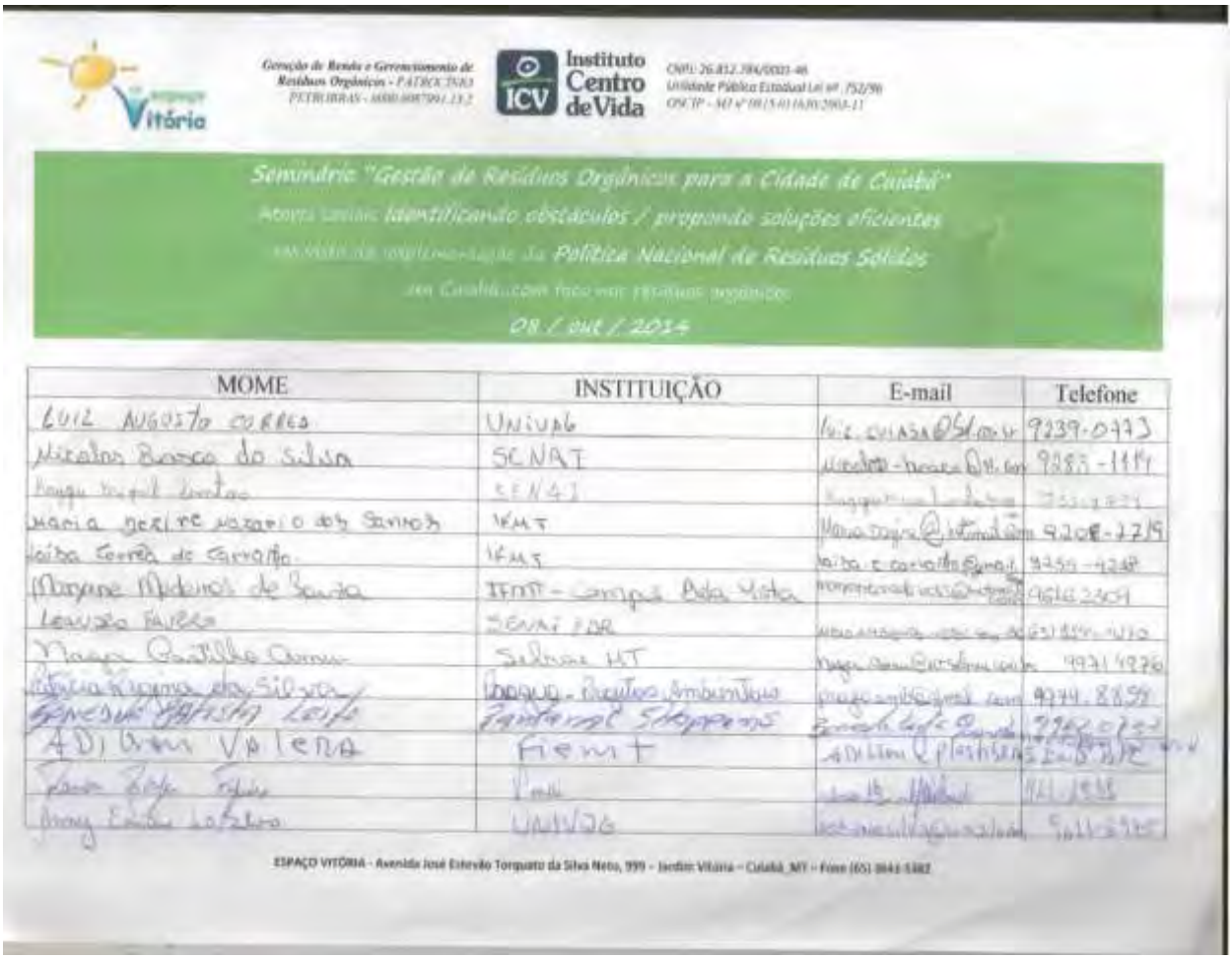
Oferece podas de árvores	Josita	Josita		
Oferece oficina sabão com óleo fritura provindo dos alunos das escolas e vender sabão	Josita	Josita		
Oferecer matérias produzido no ICV	ICV - Espaço Vitória	Erlon		
Realizar oficinas de formação sobre tecnologias do EV para professores (alunos IFMT)	ICV - Espaço Vitória	Erlon		
Recuperação água chuva com telhado e transformação em telhado verde	ICV - Espaço Vitória	Erlon		
Auxiliar escrever projetos agregando ao ChinBAP com escola da Chirlene	ARCA MULTINCUBADORA	Josita		
Mobilizar um kit de re-uso de água	ARCA MULTINCUBADORA	Josita		
Oficinas re-uso água	ARCA MULTINCUBADORA	Josita		
Oficina plantas medicinais e Moringa (depuradora de água), falar das outras plantas do Espaço Vitória (Basilhã, Nim, etc.)	ARCA MULTINCUBADORA/Bios nergética	Josita		

9. MAPEAMENTO DE MONITORES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO "B" DO ESPAÇO VITÓRIA: GERAÇÃO DE RENDA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS

NOME	INSTITUIÇÃO	ATIVIDADE	PERIODO	CONTATO
Elessandra Alves Virgulino	IFMT –	Monitoria no Espaço Vitória		96343624
Daniela Chamideu	IFMT	Monitoria no Espaço Vitória		81183505
Marco Aurélio	IFMT	Monitoria no Espaço Vitória		99844058
Paola	IFMT	Monitoria no Espaço Vitória		
Pedro				

10. ENCAMINHAMENTOS DE ATIVIDADES IMEDIATAS PARA A CONTINUIDADE DO PROJETO ESPAÇO VITÓRIA: GERAÇÃO DE RENDA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS

- Criação de Grupo no Google para articulação dos colabores do projeto;
- Atividade com a SEDUC no dia 05 de junho para visitas monitoradas no espaço Vitória;
- Articulação do Espaço Vitória com o curso de Gestão Ambiental do IFMT, através da Profª. Fernanda para já envolver os alunos monitores do IFMT na atividade do Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Realização de atividades presenciais de dois em dois meses;
- Articular um calendário para o planejamento das atividades propostas na oficina.



Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos - PATRICTNO3 PETROBRAS - 4600.007591.13.2

Instituto Centro de Vida ICV

CNPJ: 26.832.384/0001-46 Utilidade Pública Estadual Lei nº. 752/98 OSCIP - MT nº 08/15/01/0430/2003-11

Seminário "Gestão de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá"

Abrir Lacuna: Identificando obstáculos / propondo soluções eficientes

em relação à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos

em Cuiabá...com foco nos resíduos orgânicos

08 / out / 2014

NOME	INSTITUIÇÃO	E-mail	Telefone
LUIZ AUGUSTO CORREA	UNIVAG	luiz.correa@[illegible]	9239-0473
Nicolas Bosco da Silva	SENAT	[illegible]	9985-1184
[illegible]	SENAI	[illegible]	[illegible]
maria neire nazario dos Santos	IFMT	[illegible]	9208-2219
Joina Correa de Carvalho	IFMS	[illegible]	9359-4248
Marjane Medeiros de Souza	IFMT - Campus Bela Vista	[illegible]	9616 2409
Leuzita Farias	SENAI FAR	[illegible]	[illegible]
Maria Cecília Camus	Sabiana MT	[illegible]	9971 9976
[illegible]	[illegible] - Projetos Ambientais	[illegible]	9974-8859
[illegible]	Pantanal Shopping	[illegible]	[illegible]
ADILSON VALENA	FIEMT	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	UNIVAG	[illegible]	[illegible]

ESPAÇO VITÓRIA - Avenida José Estevão Torquato da Silva Neto, 999 - Jardim Vitória - Cuiabá_MT - Fone (65) 3644-5382

Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos - PATROCÍNIO PETROBRAS - 6000.0087991.13.2

Instituto Centro de Vida ICV

CNPJ: 26.832.784/0001-46
Utilidade Pública Estadual Lei nº 752/96
OSCIP - MJ nº 08131116/0001-11

Seminário "Gestão de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá"
identificando obstáculos / propondo soluções eficientes
Política Nacional de Resíduos Sólidos
08 / out / 2014

NOME	INSTITUIÇÃO	E-mail	Telefone
ALINE DE ANDRADE NUNES	UNIVAG	ALINEANDRADE@UNIVAG.COM.BR	7834-6200
Danielle Gonçalves	Cuiabá	danielle.g@gmail.com	9625 0835
Rayane Coleto dos Anjos	UFMT	rayane_vna@hotmail.com	9119922-0344
Valdirene Santos do Lago	SMMA - Cuiabá - MT	valdirene@gmail.com	9963.0224
Luciane Alves do Nascimento	SEMA - MT	luciane.nascimento@sema.mt.gov.br	9269 7554
Vera Helena de Campos	UFMT	[illegible]	[illegible]
Ana Célia Sophia de Souza e Silva	UFMT	anacelia11@hotmail.com	9911 7268
Bruna Karoline Nogueira Soares	SEMA - MT	brunakarolinens@yahoo.com.br	9246 3420
Nelma Gabriel Marcos Rodrigues	SEMA - MT	nelmagabriel@hotmail.com	9205-3530
Hugo Leonardo [illegible]	UNIVAG	hugo.leonardo@univag.com.br	9935-8707
Fernando Rolf Laurenzo	DOCPEV	Fernando.Rolf.laurenzo@petrobras.com.br	
Silvia C. Guanais de Sá	SEMA - MT	CRISTINASILVIRA1981@gmail.com	9915 8998
Tatiana Maria [illegible]	Procuradoria	tatiana.silva@sema.mt.gov.br	

ESPAÇO VITÓRIA - Avenida José Estevão Travessa da Silva Neto, 999 – Jardim Vitória – Cuiabá_MT – Fone (65) 3641-5382

Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos - PATROCÍNIO PETROBRAS - 0800 0007001 13 2

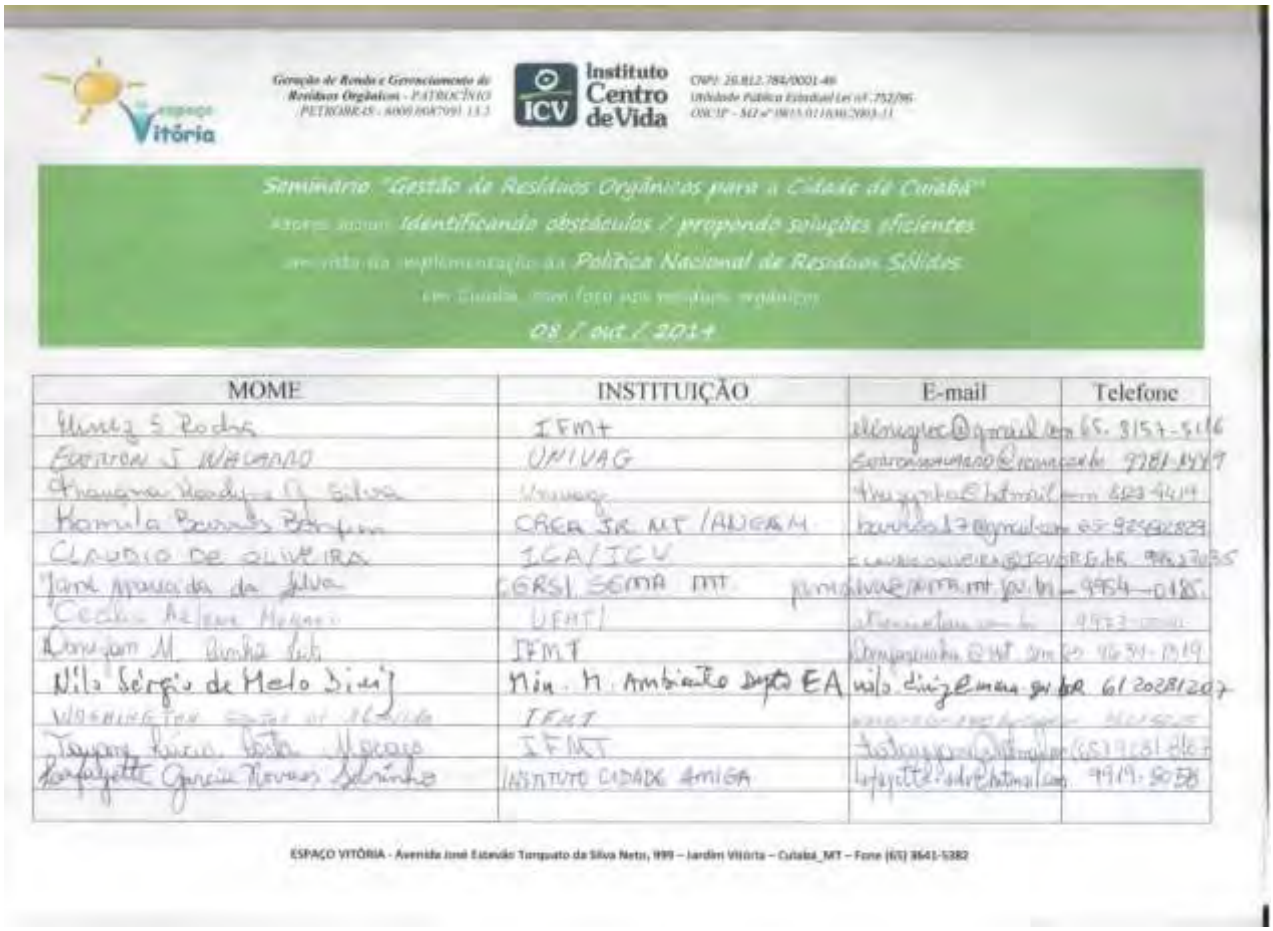
Instituto Centro de Vida ICV

CNPJ: 20.813.704/0001-46
Utilidade Pública Estadual Lei nº 7542/96
OSCIP - MJ nº 08530310/0001-11

Seminário "Gestão de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá"
Atores sociais: Identificando obstáculos / propondo soluções eficientes
em vista da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos
em Cuiabá, com foco nos resíduos orgânicos
08 / out / 2014

MOME	INSTITUIÇÃO	E-mail	Telefone
[illegible]	Semma-MT	[illegible]	99961739
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	ENGEBIS	[illegible]	[illegible]
[illegible]	UNIC	[illegible]	99226165
[illegible]	IFMT	[illegible]	4291 7525
[illegible]	SENAI	[illegible]	9248-1109
[illegible]	Semma	[illegible]	81204406
[illegible]	AMPARA	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	SEPLAN - CONSEA/MT	[illegible]	9293-8020
[illegible]	IFMT - Campus Cuiabá Bela Vista	[illegible]	9247-6967

ESPAÇO VITÓRIA - Avenida José Estevão Torquato da Silva Neto, 999 – Jardim Vitória – Cuiabá_MT – Fone (65) 3641-5382



Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos - PATROCÍNIO PETROBRAS - 6000.0087091.13.3

Instituto Centro de Vida ICV

CNPJ: 20.812.784/0001-46
Utilidade Pública Estadual Lei nº 7.52/96
OSCIP - SEJ nº 0015.021/0430/2003-11

Seminário "Gestão de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá"
assunto: Identificando obstáculos / propondo soluções eficientes
para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos
em Cuiabá, com foco nos resíduos orgânicos
08 / out / 2014

NOME	INSTITUIÇÃO	E-mail	Telefone
Elinez S Rocha	IFMT	elinezrocha@gmail.com	65. 9154-5116
Estevam J Marcondes	UNIVAG	estevammarcondes@icloud.com	9781-8997
Ana Paula Rodrigues da Silva	Univag	anapaula@hotmail.com	623-9419
Romula Barros Barbosa	CREA JR MT / ABEAM	barros17@gmail.com	65-92592829
CLAUDIO DE OLIVEIRA	ICA/ICV	claudio.oliveira@icv.org.br	9623-7035
José Aparecida da Silva	SEMA MT. GRSI	gersi.sema@sema.mt.gov.br	9954-0185
Cecília Nelson Menezes	UFMT	[illegible]	9923-[illegible]
Dorcijan M. Ribeiro Filho	IFMT	dorcijan@ifmt.edu.br	65 9639-1919
Nilo Sérgio de Melo Diniz	Min. M. Ambiente Depto EA	nilo.diniz@mma.gov.br	61 20281207
WASHINGTON [illegible]	IFMT	[illegible]	[illegible]
Tayana Lúcia Costa Nogueira	IFMT	[illegible]	(65) 9281-4167
Lafayette Garcia Neves Sobrinho	INSTITUTO CIDADE AMIGA	lafayette.sobrinho@hotmail.com	9919-5058

ESPAÇO VITÓRIA - Avenida José Estevão Torquato da Silva Neto, 999 – Jardim Vitória – Cuiabá_MT – Fone (65) 3641-5382

Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos - PATRICÍNIO PETROBRAS - 6000.0087991.13.2

Instituto Centro de Vida ICV

CNPJ: 26.812.784/0001-46
Utilidade Pública Estadual Lei nº 752/00.
OSCIP - MJ nº 08.15.011.0.00/2003-11

Seminário "Gestão de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá"
Mapeamento identificando obstáculos e propondo soluções eficientes
na Lista de Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos
em Cuiabá com foco nos resíduos orgânicos
08 / out / 2014

NOME	INSTITUIÇÃO	E-mail	Telefone
Thaise Leandro mendes coelho	SENAI	@hotmail...	9950.9873
Patrícia Reis de Siqueira	Senai	vitoria_vip@hotmail.	9219-4497
Rafaela Teixeira	Senai		9941-1065
Patrícia Mendes da Silva	Senai	Patyluvitu@hotmail.com	9285-5933
Gabriel Gomes Pimentel		gabriel.gomes@hotmail.com	9984-3153

ESPAÇO VITÓRIA - Avenida José Estevão Torquato da Silva Neto, 999 - Jardim Vitória - Cuiabá_MT - Fone (65) 3641-5382

Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos – PATRICK DIAS

Instituto Centro de Vida ICV

Seminário "Gestão de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá"

identificando obstáculos / propondo soluções eficientes

da Política Nacional de Resíduos Sólidos

09 / out / 2014

NOME	INSTITUIÇÃO	E-mail	Telefone
MARCELO GOMES	ACTIVO AMB		
Juan Marcos Lopes	Universidade Federal de Mato Grosso		
Ana Laura Rezende da Costa	Universidade Federal de Mato Grosso		
Priscilla Rodrigues da Silva	SEMA/MT		
Tais Amaral de Campos	UNIVAG		
Diana Attilio	Eng° Sanitarista		
Jesse R. de A. Barros			
Bento Aparecido da Silva	UNIVAG		
Kleber Ramos da Silva	Mestre Ciências Ambientais		
	Sinai/Sema		
Stella Ramos Santos Xavier	Sinai/MT		
Kelly K. Deluqui	SEMA/MT		
Marcio A. Fonseca	SEMA - CBA/MT		

ESPAÇO VITÓRIA - Avenida José Estevão Torquato da Silva Neto, 999 – Jardim Vitória – Cuiabá_MT - Fone (65) 3643-5952

Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos - PATROCÍNIO PETROBRAS - 6000.0087981.13.2

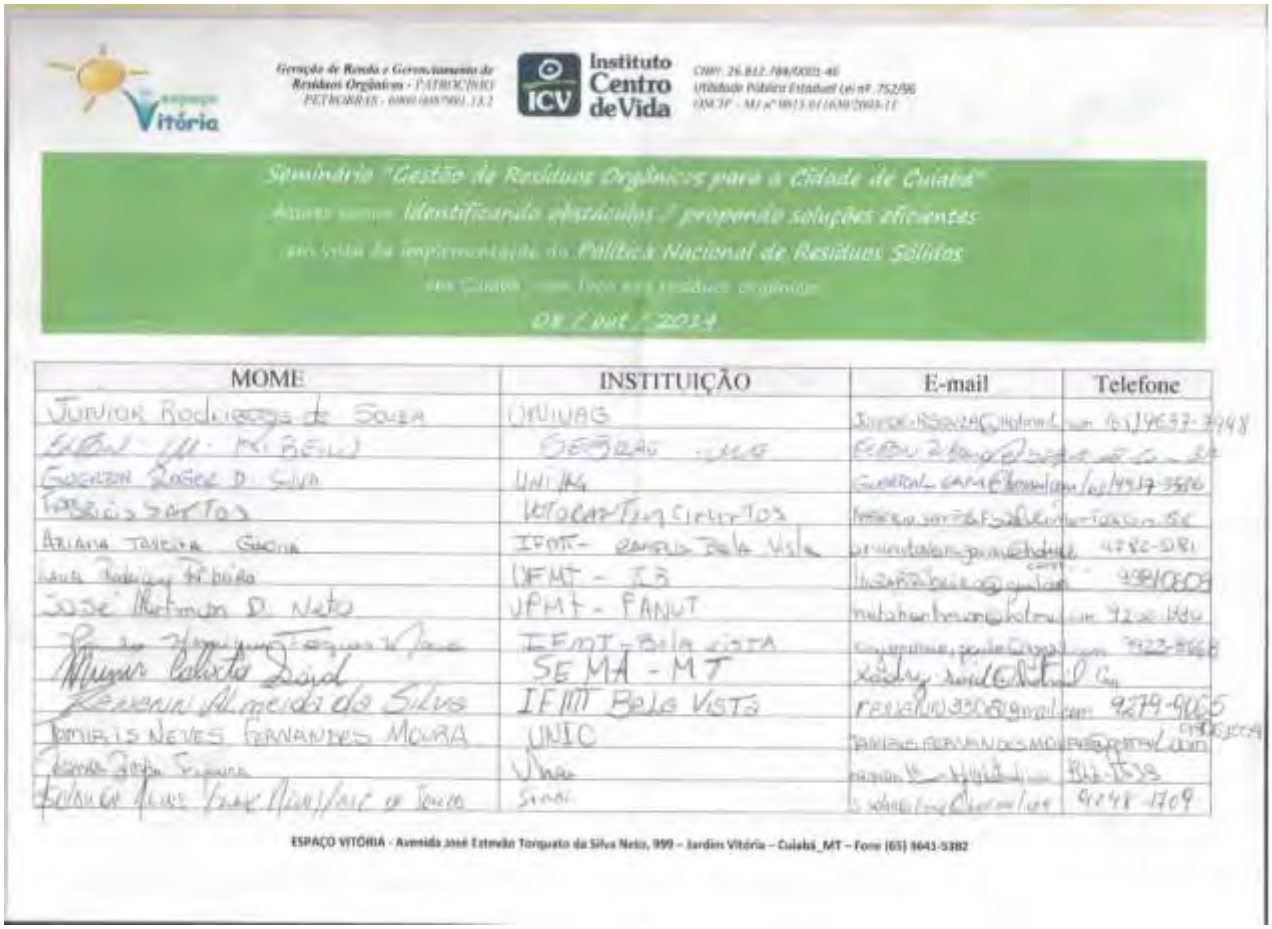
Instituto Centro de Vida

CNPJ: 26.812.784/0001-40
Utilidade Pública Estadual Lei nº 7.522/98
OSCIP - MJ nº 08.15.611620.2005-11

Seminário "Gestão de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá"
Metas locais: Identificando obstáculos / propondo soluções eficientes
em vista da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos
em Cuiabá, com foco nos resíduos orgânicos
08 / out / 2014

NOME	INSTITUIÇÃO	E-mail	Telefone
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	UFMT	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	UFMT	[illegible]	[illegible]
[illegible]	UFMT	[illegible]	[illegible]
[illegible]	ARCA-ECT-UFMT	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

ESPAÇO VITÓRIA - Avenida José Estevão Torquato da Silva Neto, 999 – Jardim Vitória – Cuiabá_MT – Fone (65) 3641-5382



Geração de Renda e Gerenciamento de Resíduos Orgânicos - PATROCÍNIO PETROBRAS - 0800 (80 78 00) 13 2

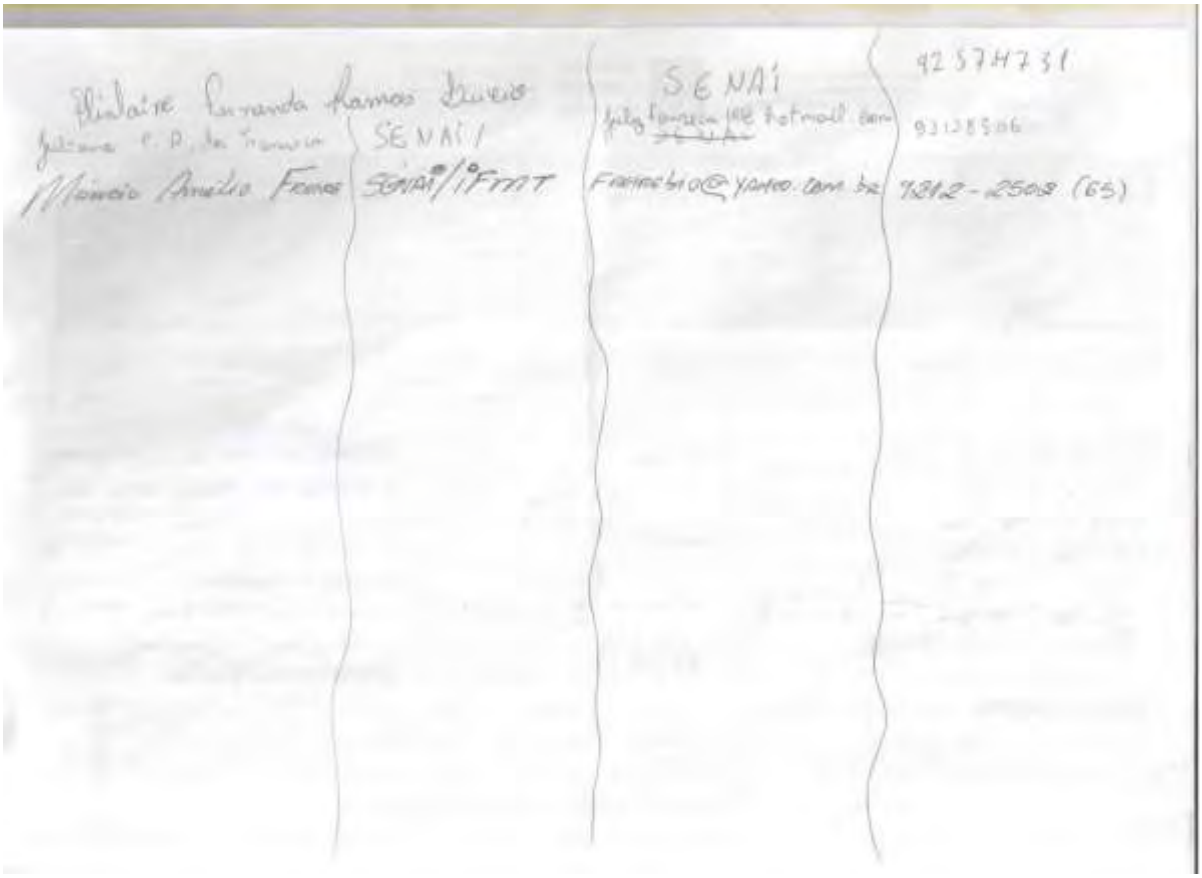
Instituto Centro de Vida ICV

CNPJ: 26.812.788/0001-46
Utilidade Pública Estadual (Lei nº. 7525/98
OSCIP - MJ nº 08053.014630/2003-11

Seminário "Gestão de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá"
Abrindo espaço: Identificando obstáculos / propondo soluções eficientes
em vista da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos
em Cuiabá com foco nos resíduos orgânicos
08 / out / 2014

MOME	INSTITUIÇÃO	E-mail	Telefone
JUNIOR Rodrigues de Souza	UNIVAG		
[illegible]	SEMDAS		
Gustavo José D. Silva	UNIVAG		
[illegible]	[illegible]		
Adriana Tavora Garcia	IFMT - Campus Bela Vista		4782-5181
[illegible]	UFMT - ICB		9981080
José Antonio D. Neto	UFMT - FANUT		
[illegible]	IFMT - Bela Vista		
Mayara Roberta Dias	SEMA - MT		
Keverini Alencastro da Silva	IFMT Bela Vista		9279-9065
Tamiris Neves Fernandes Moura	UNIC		
[illegible]	Univag		8112-1559
[illegible]	Sinop		9248-1709

ESPAÇO VITÓRIA - Avenida José Estevão Torquato da Silva Neto, 999 – Jardim Vitória – Cuiabá_MT – Fone (65) 9641-5382



Elidaine Miranda Ramos Bueno Juliana P. de Moraes	SENAI	SENAI julianamoraes@hotmail.com	92574731 93128506
Marcio Arnaldo Fermo	SENAI/IFMT	Fermobio@yahoo.com.br	7812-2508 (65)

INDICADOR 2: Índice de eventos acontecendo na ClimBAP - IE

Espaço Vitória

Instituto Centro de Vida

CNPJ: 26.812.784/0001-46
Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 7.12.96
Qualificada como OSCIP com nº 0815.011620/2003-11

Oficina de Planejamento em Educação Ambiental - Projeto Espaço Vitória: geração de renda e gerenciamento de resíduos orgânicos

Lista dePaticipação- Dia 22/05/2014

NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO	E-MAIL
Andréia da Silva P. Bragagnolatto	SEDUC	36136975	
Silvana Nascimento	SEDUC	8123 8623	
Carlos Biapo	Espaço Vitória	9201 4092	
Marina Rocha	IFMT	9209 3223	
Paula Silvaciara S. Geraldo	IFMT	9631 3388	
Daniela C B Chamoleta	IFMT	8115 3305	
Lucia Oliveira Machado	IFMT	9230 0183	
Pedro Paulo da Silva	IFMT	9959 0922	
Jessica Maria Klemp Maurz	IFMT	9298 5040	
Marco Aurélio M. Campos	IFMT	9984-4052	
Dalva Eratildes Monteiro	Sedeuc	9222 9175	
Shirlene Ramos da Silva	SME (EMEB)	9915 3121	
Josiane Carvalho Souza	SME CBA VII	9231 4086	
Rosita Corrêa da Rocha Procante	ARCA Multiplicadora	9962 0906	
Michayla Almeida Fidelis	ARCA	9963 7123	
Fernanda S Carvalho Souza	IFMT	8131 5161	
Joanil Maria Carvalho		9961 1580	
RONALDO RALF LOURENÇO	ICV	9212 0618	
EDILENE BARROS LIMA	FRANCISCA L. DE BRITO (EMEB)	92372893	

Otair Rodrigues Rondon Filho - EE EJUC-Joaninha
EE. Hermelinda Figueredo
Otairrondon@terra.com.br

espaço Vitória

Instituto Centro de Vida ICV

CNPJ: 26.812.784/0001-46
Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 752/96
Qualificada como OSCIP com nº 0815.011630/2003-11

Oficina de Planejamento em Educação Ambiental - Projeto Espaço Vitória: geração de renda e gerenciamento de resíduos orgânicos

Lista dePaticipação- Dia 22/05/2014

NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO	E-MAIL
Otair Rodrigues Rondon filho	ESJUC E.E. Hermelinda	99780803	otairrondon@terra.com.br

Espaço Vitória

Instituto Centro de Vida ICV

CNPJ: 26.812.284/0001-46
Utilidade Pública pela Lei Estadual nº. 752/96
Qualificada como OSCIP conf. 0815.011630/2003-11

Oficina de Planejamento em Educação Ambiental - Projeto Espaço Vitória: geração de renda e gerenciamento de resíduos orgânicos

Lista dePaticipação- Dia 23/05/2014

NOME	INSTITUICAO	CONTATO	E-MAIL
Otair Rodrigues Pontes Filho	SEDUC	9318 8303	otairrondon@
Vinicius Ricardo F. Vila			
Glaucia Mara Guedes	IFMT	9634 3624	
Fernanda S. Carvalho Souza	IFMT	81315141	
Jessica Maira Klemp Moura	IFMT	92985690	
Paula Shimiguti Estêvão	IFMT	9641 3588	
Daniela Cristina Barata Chamilet	IFMT	9315 3505	
Liana Oliveira Machado	IFMT		
Aldo Paulo da Silva	IFMT	9954 9077	
Marco Aurélio M. Campos	IFMT	9984-9058	
Shirlene Roseane da Silva		9915-3121	
Edelene Dumas Lima		9931 2893	
Luciane Lima Fagundes	UNEMAT	9213-3840 9628-2210	
Rosana Nascimento	SEDUC	9133 8623	
Celia Cristina Pontes		9299 9175	
Pedro de Souza			92823839
Josiele Carvalho da Rocha Prisante		9462-0042	
Cristina da S. D'Franceschetto		9136 4715	
Pierre Girard	CPP/UFMT	9174 3336	
		92014092	

Edson M. Bispo
Ronaldo Rocha Loureiro

MONDAY, 5 MAY 2014

3o Relatório do Projeto Ecotécnicas em Joselândia

3o Relatório de Campo em São Pedro de Joselândia
23 a 24 de março de 2014
Prof. Me. João Corrêa de Resende Dias Duarte

A 3a viagem a São Pedro de Joselândia, distrito de Bacia do Mimoso, na região do Pantanal Matogrossense, foi realizada por uma pesquisadora do Grupo GPEA/UFMT, nos dias 23 e 24 de abril de 2014. O principal objetivo do grupo foi dar prosseguimento ao projeto Novas Unidades de Ação e Escolas Sustentáveis, em parceria com a ANA. Os pontos de visita motivaram o principal objetivo foi:

a) Coordenar a 3a etapa do projeto de ecotécnicas na Escola Estadual Maria Peixoto de Moura;

O objetivo foi alcançado de forma satisfatória. A reunião do Projeto iniciou às 13 horas do dia 23 de abril, na Escola Estadual, tendo como participantes cerca de 25 professores, estudantes e técnicos administrativos, incluindo o atual Diretor. Eu e pesquisadora Gisely Rodrigues dos Neves Silva Gomes iniciamos os trabalhos relatando o cronograma de trabalho daquele tarde. Em seguida, eu discorri sobre os próximos passos do Projeto, que está planejado para ocorrer em um prazo de 4 meses, nas quatros etapas a seguir:

1a Visita (fev/14) Orientar sobre a importância das Ecotécnicas, mostrar diversas possibilidades de intervenção, organizar quatro grupos de trabalho e iniciar o planejamento de cada grupo;

2a Visita (mar/14) Apresentar o planejamento finalizado por parte dos grupos. Auxiliar na finalização deste planejamento. Avaliar as propostas de trabalho, o cronograma e principalmente os Orçamentos.

3a Visita (abr/14) Entrega dos materiais necessários, Planejamento da Execução, Planejamento da Confraternização;

4a Visita (maio/14) Execução das Ecotécnicas, Avaliação dos trabalhos e Produção de um Relatório;

Os grupos foram orientados com relação à execução das 4 ecotécnicas que serão realizadas no mês de maio de 2014. A finalização dos trabalhos será no dia 24 de junho, seguida por uma confraternização a ser organizada de forma colaborativa por todos os envolvidos. Ficou combinado que neste dia deverá ser convidada a comunidade escolar, bem como os pesquisadores do Grupo de Pesquisa GPEA.

Em um segundo momento, os grupos foram orientados individualmente com relação à execução de suas respectivas ecotécnicas. Os materiais encomendados foram entregues e a primeira parcela do orçamento, equivalente a 50%, foi repassada aos líderes de cada grupo, mediante assinatura de um recibo. Novamente, foi enfatizado a todos os participantes sobre a fundamental importância do envolvimento dos professores, suas disciplinas e os estudantes no processo de construção dos projetos. O legado mais importante a ser deixado por estas iniciativas será o processo de aprendizado e não somente as intervenções físicas.

Postado por Sylvio Bandeira Duarte às 09:57 Nenhum comentário:

Relato de Pesquisa - Ecotécnicas em Joselândia

2o Relatorio de Campo em São Pedro de Joselândia

26 a 27 de março de 2014

Julio Corrêa de Resende Dias Duarte

A 2o viagem à São Pedro de Joselândia, distrito de Barão do Melgaço, na região do Pantanal Mato-grossense, foi realizada por três pesquisadores do Grupo GPEA/UFMT, nos dias 26 e 27 de março de 2014. O principal objetivo do grupo foi dar prosseguimento ao projeto Áreas Úmidas do INAU e Escolas Sustentáveis, em parceria com a WWF. Do ponto de vista individual, os principais objetivos foram:

A) Coordenar projeto de ecotécnicas na Escola Estadual Maria Peixoto de Moura;

B) Realizar entrevistas com residentes e pesquisadores sobre a percepção ambiental do pantanal e suas relações com diferentes formas de mobilidade.

Os dois objetivos foram alcançados de foram satisfatória. A reunião do Projeto iniciou as 13 horas do dia 26 de março, na Escola Estadual, tendo como participantes de cerca de 20 professores, incluindo o atual Diretor. Eu iniciei os trabalhos relatando o cronograma de trabalho daquela tarde. Também discorri sobre os próximos passos do Projeto, que está planejado para ocorrer em um prazo de 4 meses, nas quatros etapas a seguir;

1a Visita (fev/14) Orientar sobre a importância das Ecotécnicas, mostrar diversas possibilidades de intervenção, organizar quatro grupos de trabalho e iniciar o planejamento de cada grupo;

2a Visita (mar/14) Apresentar o planejamento finalizado por parte dos grupos; Auxiliar na finalização deste planejamento; Avaliar as propostas de trabalho, o cronograma e principalmente os Orçamentos;

3a Visita (abr/14) Entrega dos materiais necessários; Planejamento da Execução; Planejamento da Confraternização;

4a Visita (maio/14) Execução das Ecotécnicas, Avaliação dos trabalhos e Produção de um Relatório.

Em seguida, os grupos apresentaram suas propostas que foram amadurecidas por todos os presentes, sob a minha orientação, da Regina Silva e da Michelle Jaber. As propostas finais foram:

- Cortina Verde, visando proporcionar maior conforto térmico às salas de aula;
- Ecofiltro, para um melhor tratamento da agua;
- Garagem com Telhado de Grama, para estacionar o ônibus escolar e também servir como uma Sala de Aula ao ar livre;
- Sala Cultural, construida a partir da técnicas tradicionais locais de paredes de barro, telhado de palha trançada, entre outras.

Por ultimo, os orçamentos foram avaliados. A combinação feita foi de que todos os materiais que devem ser comprados em Cuiabá são de responsabilidade dos integrantes do GPEA e aqueles que podem vir da própria região serão providenciados pelos professores da Escola. O prazo final para o envio da lista de materiais e orçamento finalizado ficou estabelecido no dia 02 de abril. Depois desta data, os materiais serão comprados e enviados a Escola. A proxima visita ficou agendada para os dias 23 e 24 de abril.

Com relação ao segundo objetivo individual estabelecido, a viagem também foi bem sucedida. Foi a segunda imersão no local de campo a ser estudado. Foram realizadas 3 entrevistas durante o final de semana, além de inúmeras observações anotadas no caderno de campo. A primeira entrevista foi realizada com o dono da Pousada em São Pedro, que também foi o piloteiro do barco no trajeto do Porto Cercado à São Pedro. As outras duas foram feitas com as duas pesquisadoras do GPEA Regina Silva e Michelle Jaber.

Postado por Julio Resende-Duarte as 11:53 No comentários:

Links para esta postagem

Marcadores: ecotécnicas, inau, julio resende, michelle jaber, michelle sato, regina silva, Relato de Pesquisa, são pedro de joselândia, wwf

FRIDAY, 7 MARCH 2014

LISTA DE PRESENÇA DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS QUE PARTICIPARAM DAS PALESTRAS E OFICINAS COM OS PROFESSORES HERMAN(UFMT) GISELLI NORA(UFMT) JULIO (UFMT) MICHELLE SATO , GISELLY (GERENTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL/ SEDUC)

JOSELANDIA 22/02/2014

23 04 14

EE Profª Mª Silvina P. de Moura

Lista de participantes

Nome	Função
Gisely Rodrigues dos Reis S. Gomes	
Marcos Almeida Dias	Diretor
Nilva Aparecida Fagues Amorim Souza	Merendeira
Evanda [illegible] das Dobruques	(limpeza
Tatiany Auxiliadora de Arruda Correia	(Comunidade Professora
Zilda Oliveira Reis Lopes	(professora)
Benedita Maria de Arruda	(professora)
Benedita Luciana de Arruda	(professora)
Tuanne Santos de Arruda	(Professor)
Maria Patrícia Darmonsheff Arruda	(Limpeza)
Carmen Lúcia da Silva	(AAE Limpeza)
Benedito José da Silva - (TAE)	
Selma Cristina Penha Dias	(Professora)
Maria Abigail de Souza Penha	(Merendeira
Ivair da Rosa Oliveira	(Professor)
Pedro Flávio Amorim da Penha	(Professor)
Lenice Maria de Campos (Profª)	
Everson Rosa Andrade de Arruda	(Professor) alfabet.
Rosa Maria da S. Rodrigues	Coord. Pedagógica
Paulo Sérgio Ramos Santana	(Com - Vida Alegre
Vitoria Viviane dos Santos Silva	(com - Vida Alegre
Maura Antonia da Silva Santos	(AAE limpeza)
Edinar de Arruda	(professor)
DELVI ROSA DA SILVA	(TÉCNICO)
João Batista Ramos	
Luiz Santana Rodrigues	(professor)

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS QUE PARTICIPARAM DAS PALESTRAS E OFICINAS COM OS PROFESSORES HERMAN(UFMT) GISELLI NORA(UFMT) JULIO (UFMT) MICHELLE SATO , GISELLY (GERENTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL/ SEDUC)

JOSELANDIA 21/02/2014

Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, da etnia Terena, no Município de Dois Irmãos do Butiti, em Mato Grosso do Sul.
Data: 13/06/2014
Local: Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo
Conteúdos:
· Apresentação do projeto "Rede Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas: Resposta a Diferentes Cenários de Mudanças Climáticas (ClimBAP)" – Objetivos, Metas, Alcance, Financiadores e parcerias institucionais;
· O que é as mudanças climáticas e suas consequências na vida das comunidades, inclusive os povos indígenas;
· Consulta com a comunidade indígena Terena da Aldeia Buriti, sobre o interesse dos mesmos em participar do projeto.
· Como resultado da consulta as lideranças indígenas e os professores concordaram em se fazerem parceiros do projeto.

Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, da etnia Terena, no Município de Dois Irmãos do Butiti, em Mato Grosso do Sul.
Data: 18/07/2014
Local: Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo
Conteúdos:

- Educação Ambiental em articulação com os saberes indígenas;
- Escolas Sustentáveis e Construção dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC)

Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo, da etnia Terena, no Município de Dois Irmãos do Butiti, em Mato Grosso do Sul.
Data: 15/08/2014
Local: Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueredo
Conteúdos:
- Educação Intercultural, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas.
- O que é sustentabilidade para os Terena.

OFICINA ELABORAÇÃO DE PLANO DE
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS
DE GRANDES GERADORES
DIAS 30 Setembro 2014 01 Outubro
Designer Durigan 65 - 9297-7764
Espaço Vitória
Conteúdo Programático
LOCAL: ESPAÇO VITÓRIA
Avenida José Estevão
Torquato da Silva Neto, s/n.
Jardim Vitória – Cuiabá/MT
Dia 30/09 - Horário: 14:30 as 18:00 horas
• Panorama Ambiental (Crise ambiental X sociedade)
• Gestão dos recursos naturais (A implantação das Políticas amb. no Brasil).
• Adequação a Política Nacional de Resíduos Sólido-Lei 12.305/10
Dia 01/10 - 07:30 as 11:30 horas
• Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Orgânicos (PGRSO)
• Planejamento/Implementação/Controle e monitoramento;
• Elaboração do Diagnóstico/Inventário;
• Características dos R.S.O - Acondicionamento/Coleta/Transporte
• Utilização de produtos auxiliares de compostagem para retardar efeito de putrefação dos resíduos orgânicos.
Instrutores: Profª Reicla Larissa J. S. Villela – Professora, Bióloga, Esp. Em Tecnologia e produção de sementes (UFMT) e MBA – em Perícia, auditoria e gestão ambiental (FOC – SP), Profª Kelly K. Deluqui – Professora, Engenheira Sanitarista e Ambiental, Me em Hidráulica e Saneamento EESC/USP
INFORMAÇÃO: 3641-5382
Realização
PROJETO ESPAÇO VITÓRIA
GERAÇÃO DE RENDA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
Instituto Cidade Amiga
CREA-MT
Apoio
MCTI

Seminário sobre Gestão de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá

Identificando obstáculos propondo soluções eficientes

Dia 08 Out/2014

Local

SEBRAE | Centro Sebrae de Sustentabilidade

Av. Historiador Rubens de Mendonça - nº 3999 - CPA

Programação

13:30 H – Boas Vindas e apresentação do Centro de Sustentabilidade Sebrae-MT

13:45 H - Apresentação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS) em discussão – **José Roberto Stopa** – Secretário de Serviços Urbanos de Cuiabá

14:15 H – Rodada de conversa -Intervenção dos participantes para esclarecimento e identificação de lacunas e propostas em relação ao PMRS

15:00 H – Experiências exitosas, em âmbito nacional, no processo de tratamento dos resíduos orgânicos - **Nilo Sérgio de Melo Diniz** – Diretor do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania – SAIC - Ministério do Meio Ambiente

15:30 H – Panorama das experiências no trato com os resíduos orgânicos em MT e projeto MT Catador, na perspectiva dos resíduos orgânicos - **Terezinha Silva**, Fórum Mato-grossense Lixo e Cidadania – Projetor Catador (a confirmar)

15:45 H – Projeto Espaço Vitória – Usina de Compostagem em Centro Urbano

16:00 H – Inclusão dos catadores no âmbito da PNRS - Ministério do Trabalho

16:15 H – O papel do Ministério Público para a efetivação da PNRS - Procuradoria Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística

16:30- H – Rodada de conversa: Indicativos de aperfeiçoamentos e adaptações em Cuiabá das experiências relatadas

17:00 H – Considerações a respeito do PMRS - Procuradoria Municipal - **Proc. Rogério Galo** (a confirmar)

17:20 H – Carta à Câmara Municipal e Prefeitura com encaminhamento das proposições do Seminário

18:00 H – Encerramento

Realização: Instituto Centro de Vida; Espaço Vitória; Projeto Espaço Vitória

Coordenação: Instituto Cidade Amiga

Patrocínio: PETROBRAS

Parcerias: Associação dos Engenheiros Sanitaristas e Ambientalistas de Mato Grosso; CREA-MT; Centro de Pesquisa do Pantanal; arca Multissetorial; EIT; Prefeitura de Cuiabá; Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística e Patrimônio Cultural de Cuiabá

Apoio:

Diretoria do Departamento de Educação Ambiental
Secretaria de Articulação Institucional
Cidadania Ambiental SAIC
Ministério do Meio Ambiente

Informações: 3641-5382

ANEXO VI
COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE 5

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

1) IDENTIFICAÇÃO:

COMPONENTE/REDE: CAPACIDADE DE SUPORTE E SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO PANTANAL (Componente 05)

COORDENADOR: PROFA. DRA. Silvana Aparecida Lucato Moretti- UEMS

TÍTULO DO PROJETO: Inventario e analise da capacidade de suporte associado ao turismo no Pantanal.

OBJETIVOS: O objetivo deste trabalho é realizar inventario da produção cientifica publicada sobre capacidade de suporte associada ao turismo realizada sobre o Pantanal e construir metodologia de avaliação das praticas de capacidade de suporte em áreas do Pantanal, contribuindo para a sustentabilidade sócio-econômico-ecológica da planície pantaneira, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PROJETO: UFMT, UFMS, UFGD, UFSC e USP.

EQUIPE CIENTÍFICA:
Silvana Aparecida Lucato Moretti UEMS/ Geografa (Doutora)
Alisson Pereira UFGD/Antropólogo (mestrando)
Alvaro Banducci Junior/UFMS/ Antropólogo (Doutor)
Edvaldo Cesar Moretti UFGD/Geografo (Doutor)
Gizelle Prado USP/ Geografa (Doutoranda)
Heros Lobo UFSC/Turismologo (Doutor)
Jaime Okamura/Trade Turístico MT
Mara Aline Ribeiro UFMS/ Geografa (Doutor)

PERÍODO DO RELATÓRIO: Ano de 2014

2) INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS:

ÁREAS GEOGRÁFICAS DE ESTUDO: Bacia do Pantanal, abrangendo os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

HIPÓTESES OU PERGUNTAS DO TRABALHO:

Este trabalho tem como hipótese que a atividade do turismo pode acarretar diversos impactos ambientais comprometendo o funcionamento ecossistêmico e os serviços ambientais oferecidos pelo Pantanal.

A pergunta central do projeto é se o uso da técnica de capacidade de suporte é uma alternativa sócio econômica viável para as populações locais?

MATERIAIS E MÉTODOS:

Para a excussão das atividades prevista dividimos a pesquisa em duas etapas:

1- Inventários bibliográficos: turismo e capacidade de suporte

Foram levantadas e catalogadas publicações cientificas que tratam do turismo no Pantanal disponibilizadas na rede mundial de internet e nas bibliotecas das Universidade e Centros de Pesquisas localizadas no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. As obras catalogadas passaram por uma classificação de forma, considerando o local de publicação, o ano de publicação e os temas que abordam. A partir desta primeira classificação formal foram separadas as obras que tratam ou fazem referencia ao estudo da capacidade de suporte. Estas obras especificas foram analisadas e classificadas qualitativamente, considerando a metodologia utilizada e as indicações referente a capacidade de suporte que apresentam. Resultados preliminares das analises foram apresentadas a comunidade cientifica em duas oficinas realizadas uma em Cuiabá e outra em Campo Grande. Durante as oficinas os dados foram debatidos e foram apresentadas sugestões referentes as obras levantadas e aos dados coletados.

2. Oficinas com segmento do turismo.

Foram realizadas duas oficinas – "Painel de especialistas (ciências naturais e sociais) sobre turismo no Pantanal", no período de agosto a dezembro de 2014. A primeira oficina foi realizada em Cuiabá/MT, no mês de agosto e, a segunda, em Campo Grande/MS no mês de dezembro. Nestas oficinas foram debatidos e consolidados o roteiro metodológico de avaliação da capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal e levantamento de dados referente ao turismo no Pantanal. Nestas oficinas foram definidas 4 áreas de estudo de caso no Pantanal.

3. Elaboração da metodologia de capacidade de suporte do turismo em áreas úmidas.

A metodologia utilizada no projeto foi elaborada pelo pesquisador Heros Lobo. A metodologia foi apresentada e consolidado nas duas oficinas realizadas durante o ano de 2014. Foi produzido roteiro para aplicação da metodologia e definido os locais para efetivação do estudo. Duas áreas para cada estado da Bacia do Pantanal.

Mato Grosso: Cidade de Poconé e Baía de Chacororé, no município de Barra do Garças

Mato Grosso do Sul: Cidade de Miranda e São Lourenco município de Corumbá

Resultados e Discussões:

O objetivo deste texto é apresentar a analise da produção cientifica publicada sobre capacidade de suporte associada ao turismo realizada sobre o Pantanal no período de 1970 a 2014 e apresentar a metodologia criada para realizar as atividades de Capacidade de Suporte no Pantanal.

Durante o período de maio a novembro de 2014, foram levantadas, catalogadas e classificadas publicações cientificas que tratam do turismo no Pantanal disponibilizadas na rede mundial de internet e nas bibliotecas das Universidade e Centros de Pesquisas localizadas no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. O total de obras levantadas e analisadas foi de 198.

As obras foram classificadas por ano; local de publicação; tipo (os principais foram: Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação, as dissertações, os artigos em revistas cientificas e os livros). A partir da analise geral foi feito recorte analítico especificando as obras referentes a Capacidade de Suporte, foram relacionados os dados quanto ao ano de publicação, tipo de publicação, área de estudo da publicação e metodologia utilizada.

Tendo em vista os objetivos do projeto "Ciência e Sociedade no Pantanal", no que diz respeito à sistematização e disponibilização pública de conhecimentos científicos sobre o Pantanal e a produção de conhecimentos para subsidiar marcos regulatórios visando à sustentabilidade socioambiental da região, foi definida, como estratégia de ação do Componente 5 deste projeto, a realização de oficinas destinadas a promover o encontro e o diálogo com setores da sociedade direta ou indiretamente envolvidos com o empreendimento turístico na planície pantaneira, cuja experiência servisse como parâmetro para discutir e propor linhas de ação no que diz respeito à capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal.

Foram realizadas duas oficinas, sendo uma no estado de Mato Grosso e outra em Mato Grosso do Sul, a fim de contemplar as demandas e especificidades dos locais abrangidos pelos levantamentos e as ações do projeto. A primeira realizou-se no mês de agosto de 2014, na cidade de Cuiabá - MT, na sede do Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP - INAU, na Universidade Federal de Mato Grosso, com 30 participantes. A segunda oficina aconteceu na cidade de Campo Grande - MS, no mês de dezembro de 2014, na sede do SEBRAE – MS, com 56 participantes.

Com relação a metodologia para a Capacidade de Suporte no Pantanal, considerou-se que é um procedimento de planejamento e gestão do turismo que vem sendo utilizado, pelo menos há 40 anos para a obtenção de limites de uso turístico em áreas naturais, sobretudo em trilhas, cavernas e áreas protegidas (Cifuentes, 1992; Lobo et al., 2010). Neste intervalo, diferentes procedimentos foram desenvolvidos, em função de características ambientais, sociais, administrativas e políticas de cada realidade (Lobo et al., 2010). Dos diversos métodos existentes, destaca-se a iniciativa contemporânea de compreender a capacidade de carga no âmbito do planejamento e ordenamento territorial, a partir de demandas específicas de uso turístico – os cenários de visitação desejados – e de estudos temáticos sobre as características gerais do ambiente, na forma de fragilidades geoespacializadas (Lobo et al., 2013). Neste contexto, permite-se o planejamento participativo como essência para a execução da atividade, envolvendo todos os principais atores do turismo em cada localidade para se obter um resultado que se encontre dentro de seu contexto e, ao mesmo tempo, considere tanto as demandas de conservação quanto as de desenvolvimento da atividade turística.

CONCLUSÃO:

De forma resumida pode ser apontado como resultado geral da análise dos trabalhos sobre turismo no Pantanal identificados para este levantamento que apenas 17 apresentam a Capacidade de Suporte como preocupação central e/ou tema do texto, destes 13 são relativos ao Pantanal em sua porção do Mato Grosso do Sul, tendo profunda influencia dos trabalhos realizados no Planalto da Bodoquena. O material produzido, relativo ao levantamento da produção cientifica, gerou um artigo cientifico detalhado que esta sendo preparado para publicação.

As oficinas permitiram vislumbrar muitos aspectos e condições em que o turismo vem se desenvolvendo no Pantanal. Existem iniciativas comprometidas com a sustentabilidade, como é o caso da campanha do "preço justo da isca", defendida por comunidades coletoras pantaneiras em Mato Grosso do Sul, enquanto que há outras completamente alheias às práticas e demandas de conservação. Em todos os casos, os participantes mostraram, a partir de suas experiências pessoais, que as metodologias com base na capacidade de carga tendem a ser um instrumento eficaz para se promover um turismo sustentável na região, pautado em parâmetros técnicos e socais, que podem regular de forma equânime interesses distintos em relação à prática do turismo. Como resultado da oficina foi possível estabelecer um panorama do modo como o empreendimento turístico tem se desenvolvido no Pantanal, seus benefícios e os impactos ambientais e sociais que porventura tem promovido. Foi proposta e consolidada a metodologia para realização do estudo de capacidade de suporte e definida as áreas de pesquisa, duas no Mato Grosso e duas no Mato Grosso do Sul.

Sobre a metodologia para Capacidade de Suporte no Pantanal foi apresentada proposta pelo pesquisador Heros Lobo e a mesma foi consolidada nas oficinas.

Para o caso do Pantanal, propõe-se a realização das seguintes etapas, para a obtenção de princípios, diretrizes e ações para a capacidade de carga turística:

Seleção de casos-piloto representativos em cada um dos estados, que não sejam tão exclusivos em suas características socioambientais, de forma a não gerar exemplos excepcionais; Busca de material bibliográfico sobre os locais pesquisados, sobretudo estudos ambientais, que permitam a elaboração de mapas temáticos de fragilidade do ambiente; Reunião com lideranças locais e representantes do mercado turístico, para definição dos cenários de interesse para cada localidade; Oficina de planejamento participativo, com participação de todos os interessados (pesquisadores, lideranças, empresários) para definição de limites e possibilidades para a capacidade de carga turística.

BIBLIOGRAFIA:

Cifuentes-Arias M (1992) Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas. CATIE, Turrialba

Lobo HAS, Perinotto JAdeJ, Boggiani PC (2010) Tourist carrying capacity in caves: main trends and new methods in Brazil. In: Bella P, Gazik P (eds) International Congress of International Show Caves Association, v6 Slovak Caves Administration, Liptovsky Mikulas, pp 108-115

Lobo HAS, Trajano E, Marinho MdeA, Bichuette ME, Scaleante JAB, Scaleante OAF, Rocha BN, Laterza FV (2013) Projection of tourist scenarios onto fragility maps: Framework for determination of provisional tourist carrying capacity in a Brazilian show cave. Tourism Management 35:234-243

SANTO ANDRÉ (Município). INSTITUTO EKOS BRASIL. *Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba.* Santo André: Ekos Brasil, 2011. Disponível em: <http://www2.semasa.sp.gov.br>. Acesso em 15/10/2013.
Moretti

3) COOPERAÇÃO COM OUTROS PROJETOS:

Projetos de Pesquisa

Coordenador: Edvaldo Cesar Moretti. Titulo: O território turístico Pantanal e a produção da natureza na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia. Aprovado pelo CNPq. Inicio 2014. (em andamento).

Coordenador: Edvaldo Cesar Moretti. Título: Geoparques e identidade territorial: produção do território turístico e sustentabilidade social. Aprovado pelo CNPq. Inicio 2013. (em andamento)

Coordenador: Edvaldo Cesar Moretti. Práticas sociais e saberes de mulheres e homens e a produção do território rural no Distrito de Marracuene em Moçambique: viabilidade das alternativas produtivas no mundo da sustentabilidade. Aprovado pela CAPES. Inicio 2013 (projeto de pesquisa de mobilidade internacional. Em andamento).

4) FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Obs.: Nome do programa de pós-graduação, nome do aluno, título do trabalho...

a) Número de pós-doutorados concluídos no período:0

b) Número de pós-doutorados em andamento no período:0

c**) Número de teses de doutorados concluídas no período**: 01
Tese Doutorado em Geografia - Universidade Estadual de Campinas - Mara Aline Ribeiro. Entre os ciclos de cheio e vazante. As gentes do pantanal produz e revela geografias. 2014 . Orientador: Edvaldo Cesar Moretti

d) Número de teses de doutorados em andamento no período: (5)

1. Tese Doutorado em GEOGRAFIA - Universidade Federal da Grande Dourados. Cecilia Aparecida Costa. Os Geoparques no mundo da conservação. A mercantilização da natureza e a produção de territórios. Início: 2014. Orientador Edvaldo Cesar Moretti.

2. Tese Doutorado em GEOGRAFIA - Universidade Federal da Grande Dourados. Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro. DESAFIOS E CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO PLANALTO DA SERRA DA BODOQUENA: agricultura, turismo e apropriação da natureza. (Orientador Edvaldo Cesar Moretti).

3. Tese Doutorado em Geografia - Universidade Estadual de Campinas. Adriana Queiroz do Nascimento. As mudanças socioeconômicas frente à ação de grandes eventos no Brasil: o investimento público e privado em obras da copa do mundo. Um estudo de caso sobre as mudanças ocorridas no Parque Barbado em Cuiabá-MT. (Orientador Edvaldo Cesar Moretti).

4. Tese Doutorado em Geografia - Universidade Estadual de Campinas. Vera Lúcia Freitas Marinho. A TERRITORIALIZAÇÃO DA NATUREZA NA FRONTEIRA: A BACIA HIDROGRÁFICA UMA ANÁLISE ENTRE O UNO E FRAGMENTADO. (Orientador Edvaldo Cesar Moretti).

5. Tese Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo. Gizelle Prado da Silva Fonseca. As fisionomias da paisagem no contato da depressão cuiabana com o pantanal de Poconé-MT. (orientador Jurandyr Luciano Sanches Ross)

e) Número de dissertações de mestrado concluídas no período: 01

1. Dissertação Mestrado em Antropologia - Universidade Federal da Grande Dourados. Pedro Rabello Paes de Andrade. Bolivianos do Altiplano em Corumbá: trajetória migratórias e experiências: 2014. Orientador Alvaro Banducci Junior.

f) Número de dissertações de mestrado em andamento no período: 03

2. Dissertação Mestrado em Antropologia - Universidade Federal da Grande Dourados. Alisson de Souza Pereira. No ciclo das águas: natureza e cultura entre os ribeirinhos da Serra do Amolar Pantanal/ MS. Inicio: 2013.Orientador Álvaro Banducci Junior.

3. Dissertação Mestrado em Geografia - Universidade Federal da Grande Dourados. Josiane Aparecida da Silva Xavier de Moura. A questão ambiental na fronteira Brasil - Bolívia: Assentamento Tamarineiro I. Inicio: 2013. Orientador Edvaldo Cesar Moretti.

g**) Número de trabalhos de iniciação científica concluídos no período**: 01

1. Henrique Ribeiro Dionizio. A Área de proteção ambiental do Rio APA e a produção do território da conservação na fronteira Brasil-Paraguai. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Edvaldo Cesar Moretti.

h) Número de trabalhos de iniciação científica em andamento no período: 04

1. Fernando Michels dos Santos. Mapeamento das unidades de conservação na fronteira Brasil (MS) Paraguai e seus usos turísticos. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Edvaldo Cesar Moretti.

2. Bruno Correia Spoladores Silva. O Turismo na Fronteira Brasil - Paraguai: Existe vida na fronteira para além da compra? 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados. Orientador: Edvaldo Cesar Moretti.

3. Pâmella Rani Epifânio Soares. Estudo exploratório das condições e dinâmicas do trabalho de brasileiros(as) em Pedro Juan Caballero (PY): fronteira Brasil-Paraguai. Início: 2014. Iniciação científica (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador Álvaro Banducci Junior .

4. Luana Nabhan Benetti. Investigação sobre o mercado de trabalho e a inserção de mão de obra paraguaia masculina na cidade de Ponta Porã (BR) na fronteira com Pedro Juan (Caballero (PY). Início: 2014. Iniciação científica (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do MS. Orientador Álvaro Banducci Junior.

5. Larissa Lopes Rodrigues da Costa. Investigação sobre o mercado de trabalho e a inserção de mão de obra paraguaia feminina na cidade de Ponta Porã (BR), divisa com Pedro Juan Caballero (PY). Início: 2014. Iniciação científica (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador Álvaro Banducci Junior.

i) Potencial de aproveitamento dos Recursos Humanos formados

Atuação como pesquisadores sobre o Pantanal em áreas especificas do conhecimento: geografia, antropologia e turismo.

5) TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE:

a) Relacionamento com a sociedade:

As oficinas realizadas em Cuiabá e em Campo Grande atingiram um publico direto de 96 pessoas, um publico qualificado e que possui vinculo com a pratica da atividade turística no Pantanal. Em Cuiabá - MT, participaram aproximadamente 30 pessoas, sendo empresários; professores universitários; representantes da Secretária Estadual de Turismo MT; representantes de ONGS; do Sistema S, como o Sesc; trabalhadores do turismo e estudantes de cursos de guias de turismo. Em Campo Grande - MS, o público foi mais expressivo, tendo 65 participantes, representantes de diferentes órgãos públicos vinculados ao turismo no estado, como o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e a Fundação Estadual de Turismo; do Sistema S, como o SENAI; representantes do trade turístico; professores universitários de diferentes instituições de ensino superior, tais como UEMS e UFMS; empresários do turismo; guias de turismo; representantes de ONGS ambientalistas e acadêmicos de turismo.

b) Educação para a ciência:
(Até 800 caracteres)

c) Interação com o ensino básico:
(Até 800 caracteres)

6) TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O SETOR EMPRESARIAL E GOVERNO:

a) Interação com o Setor Empresarial: setor turismo

Durante as oficinas foram convidados e participaram das atividades representantes do Setor Empresarial do turismo tanto do Mato Grosso quanto do Mato Grosso do Sul. Durante as oficinas foi apresentado a eles a proposta de metodologia para a realização da Capacidade de Suporte no Pantanal.

b) Políticas Públicas;
Durante as oficinas foram convidados representantes dos órgãos públicos das duas esferas de Governo locais (Estadual e Municipal) que atuam no turismo e no Pantanal no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Durante as oficinas foi apresentado a eles a proposta de metodologia para a realização da Capacidade de Suporte no Pantanal.

c) Inovações:
(Até 800 caracteres):

d) Patentes:
(Até 800 caracteres)

e) Transferência de Tecnologia:
(Até 800 caracteres)

7) PUBLICAÇÕES:

Obs.: *Anexar cópia do artigo publicado e/ou informar link da publicação*

a) Artigos publicados: (2)

1-RIBEIRO, Mara Aline ; MORETTI, E. C. . GLOBALIZAÇÃO E TECNOLOGIA: OLHARES DO PANTANAL PARA O MUNDO. Ateliê Geográfico (UFG), v. 8, p. 92-107, 2014. (http://revistas.ufg.br/index.php/atelie/issue/view/1448/showToc)

b) Artigos aceitos para publicação: (2)
(nº de artigos, título do artigo, revista, referência completa de acordo com as normas ABNT)
FONSECA, G.P. F. Formas de Relevo e Propriedades do Solo no Pantanal de Poconé-MT. *In.*: ROSSETO, O. C. e TOCANTINS, N (Org). **Ambiente agrário do Pantanal brasileiro - Socioeconomia & Conservação**. Cuiabá: EdUFMT, 2014. No prelo.

d) Livros:
(nº de livros, título do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

e) Capítulos de livros:
(nº de capítulos, título do capítulo, nome do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

f) Trabalhos publicados em eventos científicos (1)

1. MORETTI, E. C. A ATIVIDADE TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL PARAGUAI. In: IV Congresso Ibero-americano de Estudos Territoriais e Ambientais, 2014, São Paulo. Anais do IV Congresso Ibero-americano de Estudos Territoriais e Ambientais.. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2014.

8) EVENTOS CIENTÍFICOS E DE INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE:

a) Trabalhos apresentados Em Eventos Científicos: (4)

1. MORETTI, E. C. . A ATIVIDADE TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL PARAGUAI. IV Congresso Ibero-americano de Estudos Territoriais e Ambientais, 2014, USP/Departamento de Geografia. São Paulo.

2. BANDUCCI JUNIOR, A. ; COSTA, G. V. L. . Etnografias na fronteira: desafios da pesquisa antropológica nas margens do Estado. 2014. Mesa redonda na IX Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

3. BANDUCCI JUNIOR, A. . A pesquisa de campo em Antropologia: fronteira Brasil-Paraguai. 2014. Palestra ministrada na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo-Moçambique.

4. BANDUCCI JUNIOR, A. . A pesquisa de campo em Antropologia: pescadores e vaqueiros no Pantanal. 2014. Palestra Ministrada na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo-Moçambique.

b) Eventos de interação com a sociedade:
(número e descrição completa do(s) evento(s): nome do evento, local do evento, período do evento, participantes)

Gizelle Prado da Silva Fonseca. 5ºSimpósio de Geotecnologias no Pantanal - GeoPantanal. INPE, Embrapa Informática Agropecuária, UNEMAT Campus de Cáceres e UFMS Campus de Campo Grande. 22 – 26/11/2014. Local: Auditório da UCDB-Campo Grande - MS.

Silvana Aparecida Lucato Moretti; Gizelle Prado da Silva Fonseca; Alvaro Banducci Junior; Edvaldo Cesar Moretti; Alisson Pereira. Congresso Brasileiro de áreas Úmidas. CPP - Centro de Pesquisa do Pantanal, UFMT, INAU – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas. 20 – 22/08/2014. Local: CPP – UFMT – Cuiabá-MT.

Gizelle Prado da Silva Fonseca. "A estreita relação entre Mudanças Climáticas e Conservação Ambiental: O global e o Pantanal". SESC-Pantanal. 17/03/2014 Local: Sala de Cinema do Serviço Social do Comércio – SESC – Pantanal - Poconé-MT. (Palestra).

9) OUTRAS INFORMAÇÕES:

A infraestrutura dos laboratórios Laboratório de Pesquisas Territoriais da UFGD recebeu equipamentos de informática (dois notebook), contribuindo com seu aparelhamento para a pesquisa.

Foi produzido relatório critico das atividades do projeto contendo dados estatísticos e analises referente a produção cientifica sobre turismo e capacidade de suporte no Pantanal. O relatório apresenta ainda o detalhamento da metodologia para a capacidade de suporte no Pantanal. Este material é básico para o desenvolvimento da pesquisa e esta sendo estruturado para publicação.

<u>INDICADOR 1</u>: Número de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade - NEFIPS

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

PAUTA REUNIÃO TÉCNICA
LOCAL: CUIABÁ/MT

Silvana Lucato Moretti <silvana.lucato@hotmail.com>
Para: Rose Soares <rose@cppantanal.org.br>
27 de maio de 2014 19:14

Rose
segue a pauta proposta.

1 conhecermos o projeto como um todo com a equipe CPP

2 discutirmos a s questões administrativas

3 metodologia a ser aplicada

4preparativos para as oficinas e encontro anual da rede da CPP

5 andamento do diagnostico, duvidas sugestões

6 ampliação da equipe de pesquisa do sub grupo turismo.

Dr. Silvana Lucato Moretti
Docente /UEMS
ARELINTER
contato:+55(67)3902-2376
skype: silvana.lucato
silvana@uems.br

Date: Tue, 27 May 2014 17:19:47 -0400
Subject: Re: solicitação de material
From: rose@cppantanal.org.br
To: silvana.lucato@hotmail.com
CC: aline.cpp@gmail.com
[Texto das mensagens anteriores oculto]

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA

Ação: Reunião técnica do componente 5 "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal"
Data: 06/06/2014
Local: Sede do INPP - Campus UFMT, Cuiabá/MT

	Nome	Assinatura
1	JAIME OKAMURA	
2	GISELLE PENHA DA SILVA FRANCO	
3	PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JR.	
4	ALVARO BANDUCCI JR.	
5	Eduardo César Morelli	
6	Silvana Queiroz Miguita	
7	Pierre Girard	
8	Rose Jeans - CPP	
9	MARIA THEREZINHA DOS SANTOS	
10		
11		

MCTI

Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal

Oficina: Práticas turísticas em áreas úmidas

20 de agosto de 2014 – Cuiabá – MT

Nome	Instituição/ Empreendimento	Local	Tel	E-mail	Assinatura

Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas

Pantanal +10

Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal

Oficina: Práticas turísticas em áreas úmidas

20 de agosto de 2014 – Cuiabá – MT

Nome	Instituição/ Empreendimento	Local	Tel	E-mail	Assinatura
Cristina Carmen Rosetto	Depto. de Geografia UFMS-CECAR	Cuiabá	(065) 8134-6275	carmenrosetto@gmail.com	

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas

Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal

Oficina: Práticas turísticas em áreas úmidas

20 de agosto de 2014 – Cuiabá – MT

Nome	Instituição/ Empreendimento	Local	Tel	E-mail	Assinatura

II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas

UFMT

INAU

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA

Oficina: "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal"

Período: 04 e 05 de dezembro de 2014
Local: SEBRAE
Campo Grande/MS

01. NOME: MARCIO AUGUSTO OSHIRO
ASSINATURA: MARCIO AUGUSTO OSHIRO
INSTITUIÇÃO: UEMS 2º ANO
E-MAIL: MARCIOAUGUSTOEVENTOS@GMAIL.COM
FONE FIXO: (67) 33019668 CELULAR: 67 91149977

02. NOME: Laindsei Chaves Ramos
ASSINATURA: Laindsei Chaves Ramos
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: lindsi.ramos@hotmail.com
FONE FIXO: 3355-0905 CELULAR: 92599679

03. NOME: Cristiane Acosta Guerrero
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: acostacristiane@yahoo.com.br
FONE FIXO: CELULAR: 9913-1805

04. NOME: Carlos Eduardo Amante
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: Coordenacaoturismo@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 9213-4654

05. NOME: Jessica Lucia Pereira de Araujo
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: jessicalpereira@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 92687201

UFMT UEMS MCTI CNPq

02

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

06. NOME: Danilo Xavier Botelho
ASSINATURA: Danilo Xavier Botelho
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: danilobotelho540@gmail.com
FONE FIXO: — CELULAR: (67) 9217-3352

07. NOME: Maisa Fernandes
ASSINATURA: Maisa Fernandes
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: maisasilvafer@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 8141-4771

08. NOME: Emanuelle Batista de Moura
ASSINATURA: Emanuelle Moura
INSTITUIÇÃO: UFMS
E-MAIL: emanuelle.BDM@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: (67) 9615-7626

09. NOME: Rogerio Mendes Guilherme
ASSINATURA: Rogerio M. Guilherme
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: ROGERIO-GUILHERME@HOTMAIL.COM.BR
FONE FIXO: 67 3222 8993 CELULAR: 67 99396484

10. NOME: Fabio Orlando Eichenberg
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: EICHENBERG@UEMS.BR
FONE FIXO: _____ CELULAR: 67 9605-4470

11. NOME: _____
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: _____
E-MAIL: _____
FONE FIXO: _____ CELULAR: _____

UFMT UEMS MCTI CNPq

01

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

12. NOME: Anderson Ortega Gonçalves
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: AOG_23@hotmail.com
FONE FIXO: 67 3363-9178 CELULAR: 67 9150-6699

13. NOME: Dandara Cardoso de Medeiros
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: dandara.dcm@gmail.com
FONE FIXO: 67 3326 2054 CELULAR: 67 8117 2703

14. NOME: SOYCE SHU.
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS-CG
E-MAIL: jo32sh@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 67921935279

15. NOME: Filipe Lucinger
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS/ UN. DOURADOS
E-MAIL: fellipeufgd@gmail.com / fauinagro@uems.edu.br
FONE FIXO: 67) 3461-9747 CELULAR: (67) 9261-9747

16. NOME: Dunnia Jacqueline de Pinho Sanabria
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - CG
E-MAIL: jacquelinesanab@bol.com.br
FONE FIXO: 67-3363-7173 CELULAR: 9171-7387

17. NOME: Paula Martins Bandeira
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Fundação de Turismo de MS
E-MAIL: pcandeira@fundtur.ms.gov.br
FONE FIXO: 67 3318-7673 CELULAR: 9202-7714

UFMT UEMS MCTI CNPq

03

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

18. NOME: Emanuelle Batista de Moura
ASSINATURA: Emanuelle Mou
INSTITUIÇÃO: UFMS
E-MAIL: EMANUELLE.BDM@GMAIL.COM
FONE FIXO: 3386-3185 CELULAR: (67) 9815-7686

19. NOME: Aline Oliveira Fernandes
ASSINATURA: Aline Fernandes
INSTITUIÇÃO: Estudante UCDB - Empresa Bagagem Remediada
E-MAIL: aline.fernandes@hotmail.com
FONE FIXO: 3326-4131 CELULAR: 9241-0685

20. NOME: Talmara Turmi
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Hotel Boca Manga - Pousada
E-MAIL: talmaravirtual@gmail.com
FONE FIXO: 67 33256307 CELULAR: 99822708

21. NOME: Sâmara Miyaki
ASSINATURA: Sâmara Miyaki
INSTITUIÇÃO: Senar/MS
E-MAIL: samara@senarms.org.br
FONE FIXO: 3320-6930 CELULAR: 96295906

22. NOME: Renata Pereira Faria
ASSINATURA: Renata Pereira Faria
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: renata.pereira.faria@hotmail.com
FONE FIXO: 3362-8134 CELULAR: 9221-3108

23. NOME: Selma Regina de Oliveira
ASSINATURA: Oliveira
INSTITUIÇÃO: UEMS - unidade Campo Grande
E-MAIL: selmaoliveira@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: (67) 9445-8680

UFMT UEMS MCTI CNPq

04

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

24. NOME: Eliana Rodrigues de Moraes dos Santos
ASSINATURA: Eliana Rodrigues de Moraes dos Santos
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: eliana.moraes@hotmail.com
FONE FIXO: 3327.4422. CELULAR: 92253554

25. NOME: Tania Regina Comerlato.
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: taniacomerlato@yahoo.com.br
E-MAIL: FUNDTUR-MS.
FONE FIXO: 3318-7656. CELULAR: 67. 9985-2771

26. NOME: Carlos Alberto Leite Nunes
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: CARLOS_NUNES2000@HOTMAIL.COM
FONE FIXO: 3306-5471 CELULAR: 9225-6635

27. NOME: Fabrizia Valle da Costa
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: SENAC
E-MAIL: fabrizia.costa@ms.senac.br
FONE FIXO: 3312 6245 CELULAR: 99017077

28. NOME: Walkiria Capusso
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: FECOMERCIO MS
E-MAIL: walk_carvalho@hotmail.com
FONE FIXO: (67) 3311-4459 CELULAR: (67) 9975-2693

29. NOME: Rogerio Mendes Guilherme
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: ROGERIO.GUILHERME@YAHOO.COM.BR
FONE FIXO: 67 3202 8993 CELULAR: 67 9979 6484

UFMT UEMS MCTI CNPq

05

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

30. NOME: Rodrigo Hakuo Minowa
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS (DOCENTE)
E-MAIL: RMINOWAA@UEMS.BR
FONE FIXO: (67) 3401-6049 CELULAR: (67) 9138-1545

31. NOME: DANIELA SCOTTA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS (DOCENTE)
E-MAIL: GRADTURISMO.EG@UEMS.BR
FONE FIXO: 3401-4612 CELULAR: 4981-9284

32. NOME: Tamandia Vitoria Silva
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS (DISCENTE)
E-MAIL: tamandiavitoria@hotmail.com.br
FONE FIXO: — CELULAR: (67) 92843022

33. NOME: Claudia Moreira Borges
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: VerdeAzul
E-MAIL: claudia@verdeazul.com.br
FONE FIXO: 67 3305-2333 CELULAR: 67 9255-1111

34. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

35. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

UFMT UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação CNPq

06

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA

Oficina: "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal"

Período: 04 e 05 de dezembro de 2014
Local: SEBRAE
Campo Grande/MS

01. NOME: André Luiz Ribeiro Lacerda
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: ribeirolacerda66@ymail.com
FONE FIXO: 65-36631003 CELULAR: 65-99750343

02. NOME: Elianai de Oliveira Dias
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: maitaina@outlook.com
FONE FIXO: CELULAR: (67)8178-2130

03. NOME: Fábio Adriano Echenique
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: echenique@uems.br
FONE FIXO: CELULAR: 81057470

04. NOME: Fânia Lopes de Ramos Campos
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Instituto de Meio Ambiente de MS - IMASUL | GPF
E-MAIL: faniaalves@hotmail.com | gpfpesquisa@semac.ms.gov.br
FONE FIXO: 3318-5634 CELULAR: 9925-9738

05. NOME: Yara Santana Martiniano
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL: yarasantana-9@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 9199-7301

UFMT UEMS MCTI CNPq

07

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

06. NOME: Vanessa Santana Veronez
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: vanessaveronez@hotmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9172-3167

07. NOME: Jéssica Evelyn Nunes dos Santos
ASSINATURA: Jéssica Evelyn N. dos Santos
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: jessica.ns.15@hotmail.com
FONE FIXO: 33546000 CELULAR: 9286-4003

08. NOME: Nadja Beatriz Sousa
ASSINATURA: Nadja Beatriz Sousa
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: nadjabeatriz23@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9214-6902

09. NOME: Marilise Mauricio Lima
ASSINATURA: Marilise Mauricio
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: lilelimaa@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9321-4245

10. NOME: Karine Souza Pereira
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: karinesp26@gmail.com
FONE FIXO: 3325 6893 CELULAR: 9292 40 52

11. NOME: Aldenora Santos de Lima
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: aldenora.pr@hotmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 8122-6217

UFMT UEMS MCTI CNPq

08

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

12. NOME: GEANCARLO DE LIMA MERIGHI
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL
E-MAIL: geanlima@gmail.com
FONE FIXO: 67 - 3318 7600 CELULAR: 67 9604 6588

13. NOME: Dinair Rezende Marques
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Fundação de Turismo de MS - FUNDTUR
E-MAIL: dinairezende@hotmail.com / dmarques@fundtur.ms.gov.br
FONE FIXO: 67-3318-7630 CELULAR: 67-9968-4059

14. NOME: Bruna Jaqueline Quarte Bauer
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Fundação de Turismo de MS. FUNDTUR
E-MAIL: eduardanesc@hotmail.com
FONE FIXO: 67-3318-7689 CELULAR: 9976-7684

15. NOME: Cristiane Ferraz
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Fundação de Turismo de MS
E-MAIL: cferraz@fundtur.ms.gov.br
FONE FIXO: 3318-7639 CELULAR:

16. NOME: Maria Regina da Silva Melo
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - Campo Grande
E-MAIL: maria.reg@gmail.com
FONE FIXO: 67 3458 9299 CELULAR: 67 9159 8590

17. NOME: Amanda Maria Assis
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - Campo Grande
E-MAIL: amandassis2@gmail.com
FONE FIXO: 67 33555559 CELULAR: 67 9132 1070

UFMT UEMS MCTI CNPq

09

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

18. NOME: Naiara Tailine Bourroso da Silva
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS TURISMO
E-MAIL: naiaratailine@yahoo.com.br
FONE FIXO: _____ CELULAR: (67) 9332-8293

19. NOME: FABIO DE OLIVEIRA ROQUE
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMS - LAB de Ecologia
E-MAIL: ROQUE.ECO@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 81268918

20. NOME: Daniela Ventorini Gia
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Biotática
E-MAIL: biotaticaecologia@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 99149999

21. NOME: ALINE RIVAROLA MOURA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: FUNDTUR
E-MAIL: ALINE_RIVAROLA@hotmail.com
FONE FIXO: 3346-4753 CELULAR: 9221-9789
3318-7658

22. NOME: NEXI OLIVEIRA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS - FUNDTUR
E-MAIL: noliveira@fundtur.ms.gov.br
FONE FIXO: 3318-7600/7661 CELULAR: 9227 6270

23. NOME: Gracia Rosa Pereira de Araujo
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: geocalpereira@arbash.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9266 7726

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

24. NOME: Romulo Xavier Botelho
ASSINATURA: Romulo Xavier Botelho
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: romulobotelho54@gmail.com
FONE FIXO: — CELULAR: (67) 9217-3352

25. NOME: Cristiane Acosta Guerreiro
ASSINATURA: Cristiane A Guerreiro
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: acostaguerreiro@yahoo.com.br
FONE FIXO: _____ CELULAR: 4913-1805

26. NOME: Maisa da Silva Fernandes
ASSINATURA: Maisa Fernandes
INSTITUIÇÃO: UEMS Turismo
E-MAIL: maisasilvaffr@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9161-4771

27. NOME: Virginia Portela Bassa
ASSINATURA: Virginia
INSTITUIÇÃO: UEMS - CG - Turismo
E-MAIL: VIRGINIAPB@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: (67) 9258 0466

28. NOME: Robson dos Santos Oliveira
ASSINATURA: Robson
INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual de MS - Curso de Turismo
E-MAIL: robson@uems.br
FONE FIXO: _____ CELULAR: 92414516

29. NOME: Felipe Rafael de Branco Santos
ASSINATURA: Felipe Rafael
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: LipeTurismo2014@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: (67) 81518818

UFMT UEMS MCTI CNPq

12

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

30. NOME: JANE Aparecida da Silva
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - TURISMO
E-MAIL: janeribeiro@terra.com.br
FONE FIXO: _____ CELULAR: (67) 9985-2977

31. NOME: Lindsei Chaves Ramos
ASSINATURA: Lindsei C Ramos
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: lindsei.ramos@hotmail.com
FONE FIXO: 33850905 CELULAR: 92599494

32. NOME: ALEX DA COSTA TEIXEIRA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: GEOPARK BODOQUENA-PANTANAL
E-MAIL: alex.geopark@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 96.96-0909

33. NOME: JOÃO [illegible] GOMES E SILVA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: jagsbarreto@hotmail.com / reservastacadaurica@hotmail.com
FONE FIXO: 67-30296686 CELULAR: 67-99584084

34. NOME: Vanessa Spack
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: ECOA - Ecologia e Ação
E-MAIL: vanessa@ecoa.org.br
FONE FIXO: 67 3324 5230 CELULAR: 67 9984 8667

35. NOME: Izabel Teixeira Martins
ASSINATURA: Izabel Teixeira Martins
INSTITUIÇÃO: UEMS Unidade C. Grande MS
E-MAIL: Iza.Martins@hotmail.com
FONE FIXO: 32040831 CELULAR: 92257853

UFMT UEMS MCTI CNPq

12

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

36. NOME: LUCIANA LUMI KAZAMA
ASSINATURA: Luciana Lumi Kazama
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: LUKAZAMA.MS@GMAIL.COM
FONE FIXO: 3342 7596 CELULAR: 9405.8841

37. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

38. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

39. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

40. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

INDICADOR 3: Índice de divulgação de ações e resultados para a sociedade - IDARS

HiperNotícias

Tamanho do texto

Para que possamos ser considerados um regime democrático na plenitude, não basta a liberdade de opinião é essencial, sobretudo

PAULO TEIXEIRA

www.hipernoticias.com.br

A Assembléia Legislativa de Mato Grosso promoveu na segunda-feira

do Dome Pantanal.

Participei deste evento, juntamente com outros professores da UFMT, do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) e do Instituto Nacional de Áreas Úmidas (INAU), além de representantes de diversas instituições

que se franqueasse a palavra aos presentes. Em quase todas as falas,

apoio entusiasmado da platéia quando, por exemplo, foi anunciada a supressão do artigo 16 do referido PLS, que proíbe a inclusão de pesca por cinco anos.

A reação ativista repetiu-se, no entanto, não foi observada quando um prefeito e um secretário de estado (de origem política) fizeram uso da palavra. O que se ouviu, nessas duas ocasiões, foram protestos e manifestações de impaciência. É preocupante. O que está acontecendo com a nossa sociedade? Setores da classe política, que deveriam ser a voz do povo, não estão mais sendo reconhecidos como tal? Foi esse mesmo sinal de alerta que observamos nas manifestações de junho do ano passado, quando os partidos políticos e seus representantes foram literalmente rechaçados.

Trago esta reflexão na data simbólica desta semana, quando completamos 50 anos do golpe militar de 1964. Foram 21 anos de escuridão, até que em 1984, o movimento "Diretas Já" – que teve o ex-governador Dante de Oliveira como figura central – reunindo milhares de pessoas, em diversas cidades brasileiras, obrigou o regime militar a ceder e convocar eleições diretas para os cargos majoritários em 1985.

A diferença de 1984 para 2013 é que, na primeira ocasião, os políticos lideraram o movimento ao passo que na segunda, foram levados a reboque. Conquistamos, nesses quase 30 anos, a liberdade de expressão. Hoje, posso escrever e divulgar este artigo sem medo de represálias oficiais, mas será que somos de fato uma democracia?

Ainda não. Para que possamos ser considerados um regime democrático na plenitude, não basta a liberdade de opinião; é essencial, sobretudo, a conquista da cidadania.

Apesar dos inegáveis avanços sociais que tivemos nos últimos 30 anos, ainda estamos longe de sermos tratados como cidadãos pelo estado brasileiro! A 6ª maior economia do planeta conta com 13 milhões de analfabetos; com um sistema de saúde que dispensa comentários; são 50 mil jovens sendo assassinados por ano em todo o país, superando inclusive o que se assassinou perdendo com a guerra do Vietnã. Isso sem falar em não falarmos do vergonhoso sistema de transporte público, das nossas cadeias, que são verdadeiras universidades do crime, das obras da copa e da notícia divulgada hoje, pelo Tribunal de Contas, de que, dos 501 funcionários lotados na câmara de vereadores de Cuiabá, 400 são comissionados.

Traduzindo: cada funcionário tem, em média, quatro chefes! Um escândalo e um escárnio com o dinheiro do contribuinte. É essa política de baixo nível que protagoniza diversos escândalos por dia, que ameaça desgastar o nosso incipiente regime democrático e nos envergonha no cenário internacional. Os setores da sociedade e da classe política comprometidos com a ética precisam se mobilizar urgentemente para que um ainda improvável retrocesso não ocorra em nossa democracia.

* **PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JR** é doutor em Química, professor, pesquisador e secretário de Relações Internacionais da Universidade Federal de Mato Grosso.

ENQUETE

Na sua opinião, a estrutura da Arena Pantanal é [illegible] na Arena e Santos?

- aprovada
- reprovada
- não sabe responder

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

MIDIA NEWS

Domingo, 13 de abril de 2014, 14h39

Turismo: uma riqueza inexplorada

O turista que vem para a Baixada Cuiabana não encontra nada que facilite a sua vida

PAULO TEIXEIRA DE SOUSA

econômica do turismo. É a baixa temporada. Ainda assim, impressiona-me a quantidade de pessoas de todas as partes do mundo, que para lá se dirigem a fim de conhecer as riquezas arqueológicas daquela região, capital do império inca.

tal afluxo talvez não ocorresse não fosse o nível de organização e o profissionalismo com o qual o turismo e o turista ali são tratados. Os hotéis dispõe de recepcionistas preparados e de mapas destacando os diversos pontos turísticos e gastronômicos da cidade. Há uma sinalização bem elaborada e disposta em pontos estratégicos, que facilitam a vida do visitante. Percebe-se também a preocupação com a preservação do patrimônio: o número de turistas em cada local é limitado e os atrativos possíveis de visitação são bem estruturados e bem cuidados. Há, certamente, um plano de manejo. Os guias falam diversas línguas, há um grande número de lojas e restaurantes de qualidade, a comunidade participa da geração de riquezas através do chamado turismo de base comunitária e, por fim, os preços são

Não há como evitar a comparação com Mato Grosso. A baixada Cuiabana e seus arredores, riquíssimos em atrativos naturais e culturais, poderiam ter a sua redenção econômica na atividade turística. Lamentavelmente não é

nada, ou quase nada, que facilite a sua vida. Os hotéis não tem mapas da cidade com pontos turísticos e seus recepcionistas, com raras exceções, não falam outras línguas (inglês, principalmente). Os restaurantes não dispõe de cardápios bilíngues. Serviços de informação ao turista, comuns no mundo inteiro, são quase inexistentes por aqui. Os preços são exorbitantes, começando pelos taxis, passando pelos hotéis e concluindo pelos restaurantes e pacotes turísticos. O turismo é pouco organizado, não passando segurança ao usuário. Não precisamos ir ao Peru. Basta olhar para Bonito, em Mato Grosso do Sul. Aquela

> **"O turista que para cá se dirige não encontra nada, ou quase nada, que facilite a sua vida. Os hotéis não tem mapas da cidade com pontos turísticos e seus recepcionistas, com raras exceções, não falam outras línguas "**

região atrai um grande número de turistas, pois está organizada para tal. O impressionante é que, quem vai a Bonito, fica restrito aquele local. Não há nada mais nas proximidades. Já em Cuiabá, quem vem pe

lamentavelmente, não tiramos proveito dela.

No caso do Pantanal, não existe até hoje um estudo sobre a sustentabilidade do turismo naquela região. Que lugares podem receber visitantes? Quantas pessoas de cada vez? De que maneira? São diversas questões que já deveriam ter sido abordadas há tempos. Com essa preocupação, o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), contando com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, está iniciando um estudo piloto nesse sentido que, futuramente, poderá ser estendido a todo o Pantanal. A impressão que fica é que falta um maior empenho do poder público (e dos empresários interessados em explorar o turismo) no sentido de melhor organizar e estruturar a atividade.

Fica evidente que o turismo não é política pública prioritária para nós. O complexo da Salgadeira é um exemplo claro. O local foi acertadamente fechado há alguns anos, em decorrência da forma desastrosa com que foi explorado por aqueles que obtiveram a concessão pública para tal (não houve fiscalização? O que mais impressiona é que o custo da obra de restauração é de apenas 6 milhões de reais. Trata-se de um valor irrisório para o orçamento do estado. Se assim é, porque tanta demora em realizar as obras de restauração e, ainda assim, com recursos do BNDES!

PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR é pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP).

Fonte: **Midia News**
Visite o website

Assuntos para nossa conversa:

- Capacidade de carga: um mito na gestão de áreas naturais
- Capacidade de carga: uma crença sobre o fim dos impactos da visitação
- O que se entende por capacidade de carga
- Meios de se chegar aos limites e possibilidades adequados de uso do ambiente natural.

DE QUE TIPOS DE MITOS ESTOU FALANDO?
• A interpretação da realidade por meio de uma fantasia, uma história extraordinária
• Um mito pode virar um fundamento: a prática inquestionável, o mandamento original.

O MANDAMENTO ORIGINAL:
LIMITAR A QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDE AOS PRINCÍPIOS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TURISMO EM ÁREAS NATURAIS.

Vale do Ribeira, Iporanga, SP
Do mandamento, derivam as práticas adotadas...
Manejo do turismo em áreas naturais:
1. LIMITAR ESPAÇO DISPONÍVEL AO USO;
2. LIMITAR TEMPO DE USO;
3. LIMITAR FORMAS DE USO – EQUIPAMENTOS, ESTRUTURAS, PERFIS DE PÚBLICO ETC.

sendo uma CAMINHADA
qual o primeiro passo?

Primeiro critério de manejo do Turismo em Áreas Naturais:

O espaço disponível

Princípios de Manejo do Turismo em função do Espaço

- Com base nas fragilidades do ambiente e em suas potencialidades, definir:

1. As áreas onde a presença humana deverá ser restringida
2. Em outras palavras, confinar a visitação turística a uma fração mínima necessária para o conhecimento do sítio natural sob manejo – "ZONAS DE SACRIFÍCIO"
3. Distribuir a visitação dentro de limites aceitáveis do ambiente.
4. UM EXEMPLO?

CONSIDERADO O PLANEJAMENTO DO ESPAÇO DISPONÍVEL, DEVE-SE PENSAR NA SUA GESTÃO...

ENTRA EM CENA...

...A CAPACIDADE DE CARGA TURÍSTICA.

A ORIGEM...

pecuária

DIMENSIONAMENTO DE PASTAGEM

- Experiências dos anos 1960 a 1970
- Quantidade ideal de cabeças de gado em uma área de pastagem
- Considerava fatores como:

1. Área física ocupada por cada animal
2. Quantidade de pasto consumida/dia/animal
3. Tipo de pasto
4. Chuvas mensais etc.

Praias
Marinhas e Fluviais

arrecifes de coral

flutuação

atividades
fluviais

sítios históricos

sítios
arqueológicos

trilhas

cavernas
Foto cedida por: Eisriesenwelt, Áustria

CONCEITOS ESTABELECIDOS
"Representa o nível máximo de uso por visitantes que uma área pode suportar [...] É uma ferramenta de planejamento que permite obter uma aproximação à intensidade de uso das áreas de uso público."
Fonte: CIFUENTES, M. Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas. Turrialba: CATIE/WWF, 1992.

PARNA do Itatiaia – Posto avançado Agulhas Negras - RJ
CONCEITOS ESTABELECIDOS
Representa o limite da atividade humana: se este for excedido, o recurso se deteriorará.
Fonte: CEBALLOS-LASCURÁIN, H. Ecoturismo, naturaleza y desarrollo sostenilble. Cidade do México: Ed. Diana, 1998. 170 p.

Capadócia - Turquia
Como obter a capacidade de carga?

Ponte de Pedra – PE Ibitipoca, MG
Diversos caminhos identificados...
1. Coeficientes de rotatividade
2. Monitoramento de indicadores ambientais
3. Capacidade de Carga de Cifuentes
4. Projeção de Cenários e Limitação por Fragilidades.

COEFICIENTE DE ROTATIVIDADE

responde a seguinte questão:
QUANTAS PESSOAS CABEM?

Abismo Anhumas – Bonito-MS. Foto: Marcelo Krause.

Em linhas gerais, é uma tentativa de encontrar respostas para os limites adequados de uso de um sítio turístico por meio de determinadas variáveis ambientais.

EM QUE CASOS É APLICÁVEL?

- Quando existe alguma FRAGILIDADE do ambiente que justifique a adoção de um critérios mais rígido de controle. Exemplos:

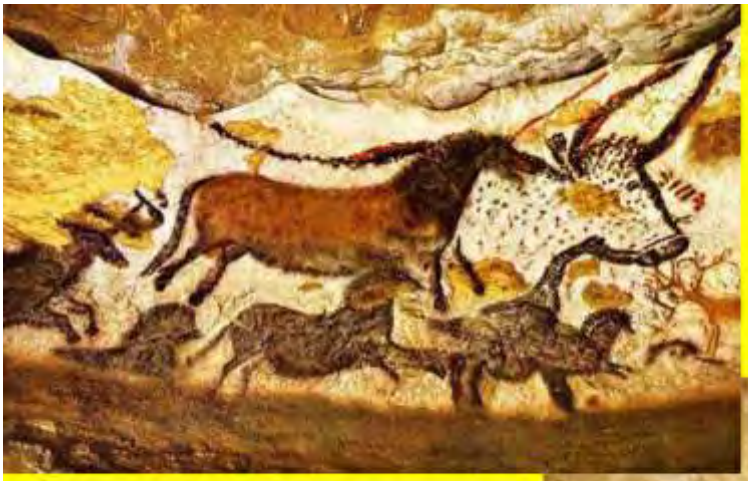
✓ Abrigos confinados de pinturas rupestres

✓ Áreas com solos sensíveis

✓ Áreas de fauna endêmica, ameaçada

✓ Locais onde existe a possibilidade de geração de acúmulo de impacto em período superior à possibilidade de estabilização do sistema...

exemplos:



LASCAUX

Modelo Europeu – Sítios Arqueológicos Confinados

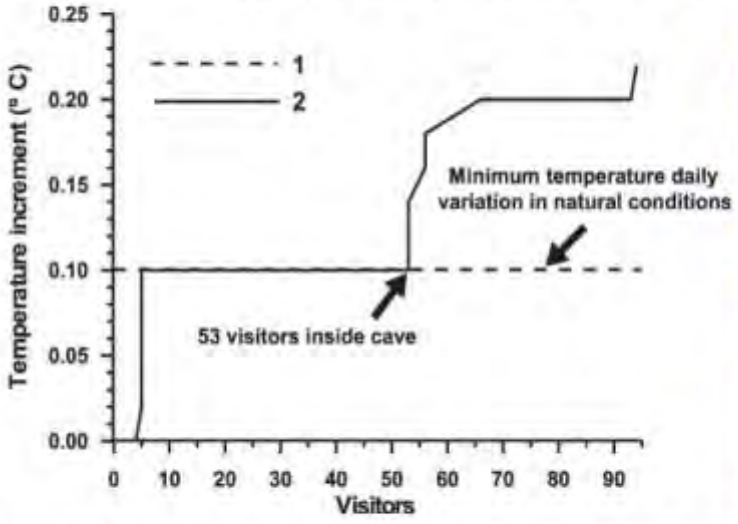


Figure 5 Number of visitors producing an increase in temperature of more than 0.1°C: 1 = maximum mean daily variation of temperature under natural conditions; 2 = mean variation caused by visitors.

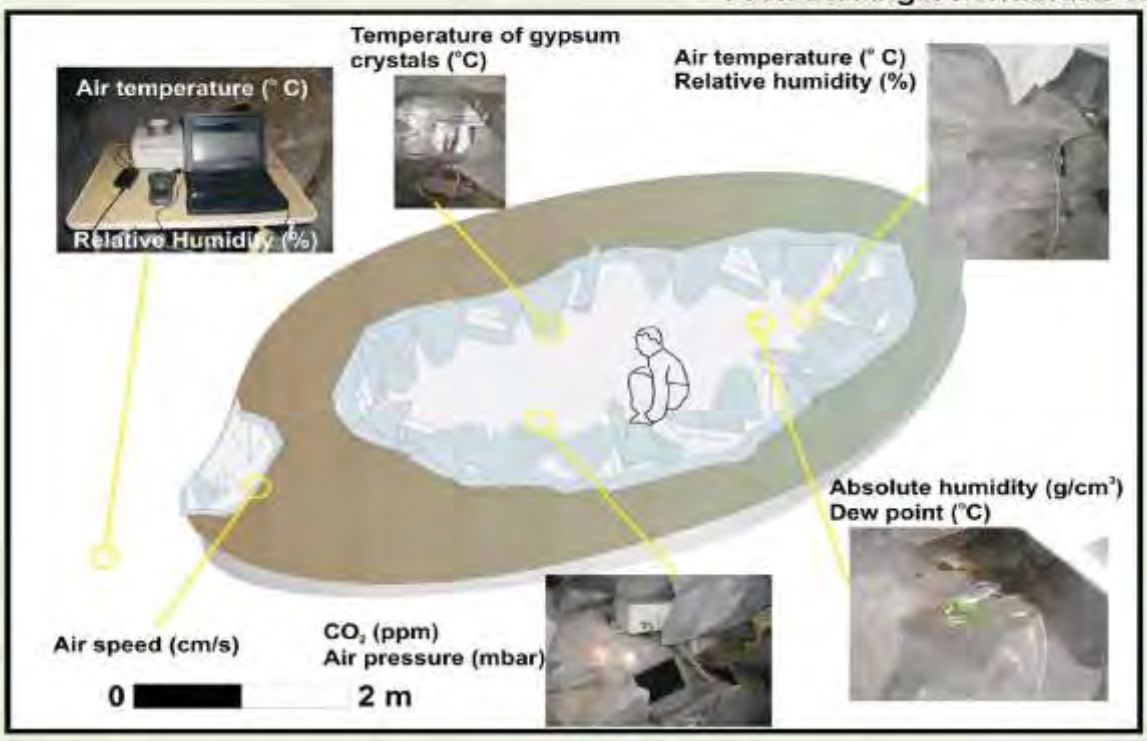
O modelo funciona porque...
A. O *background* de dados é amplo;
B. A resposta ambiental foi linear.

Fonte:
CALAFORRA, J.M., FERNÁNDEZ-CORTÉS, A.; SÁNCHEZ-MARTOS, F.; GISBERT, J.; PULIDO-BOSCH, A. Environmental Control for Determining Human Impact and Permanent Visitor Capacity in a Potential Show Cave Before Tourist Use. **Environmental Conservation**, v. 30, n. 2, p. 160-167. 2003.

Geodo Gigante de Pulpí (Almería, Espanha)

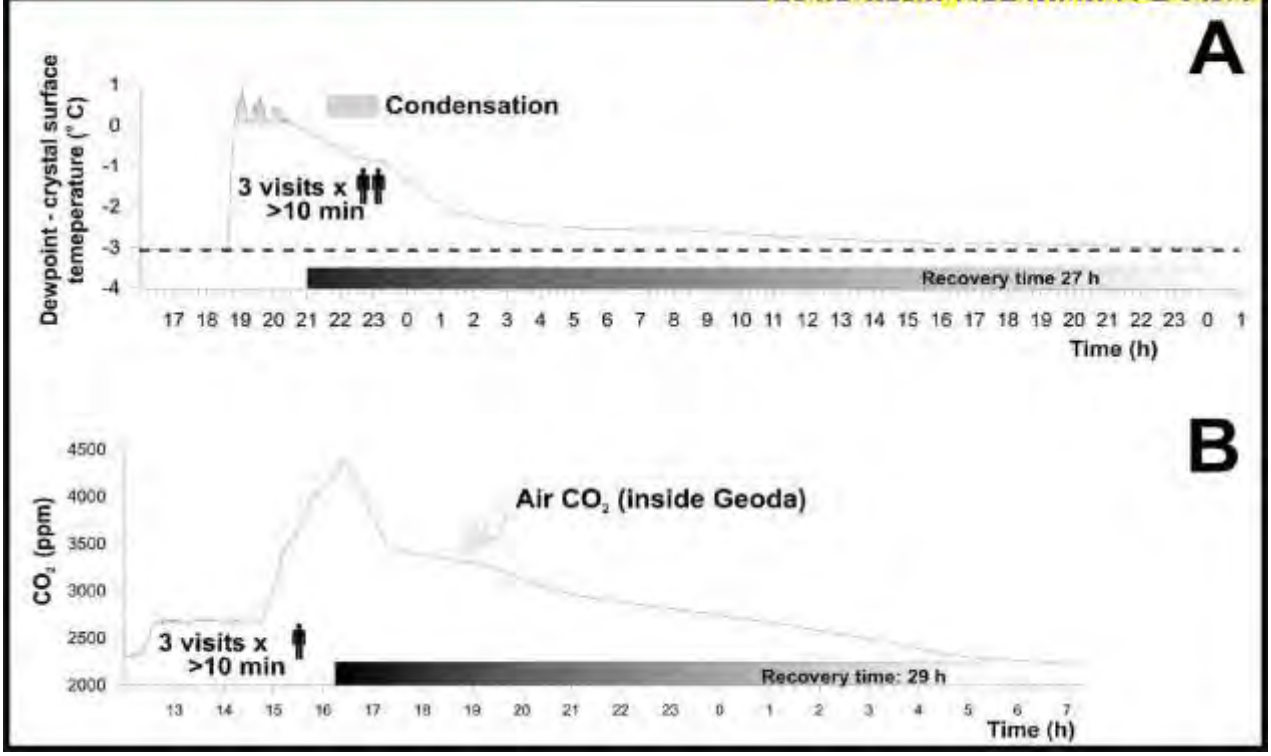
Microclimatic study

Giant Geode of Pulpi (Almería, Spain)
Cortesia:
Prof. Dr. Angel Fernandez-Corté

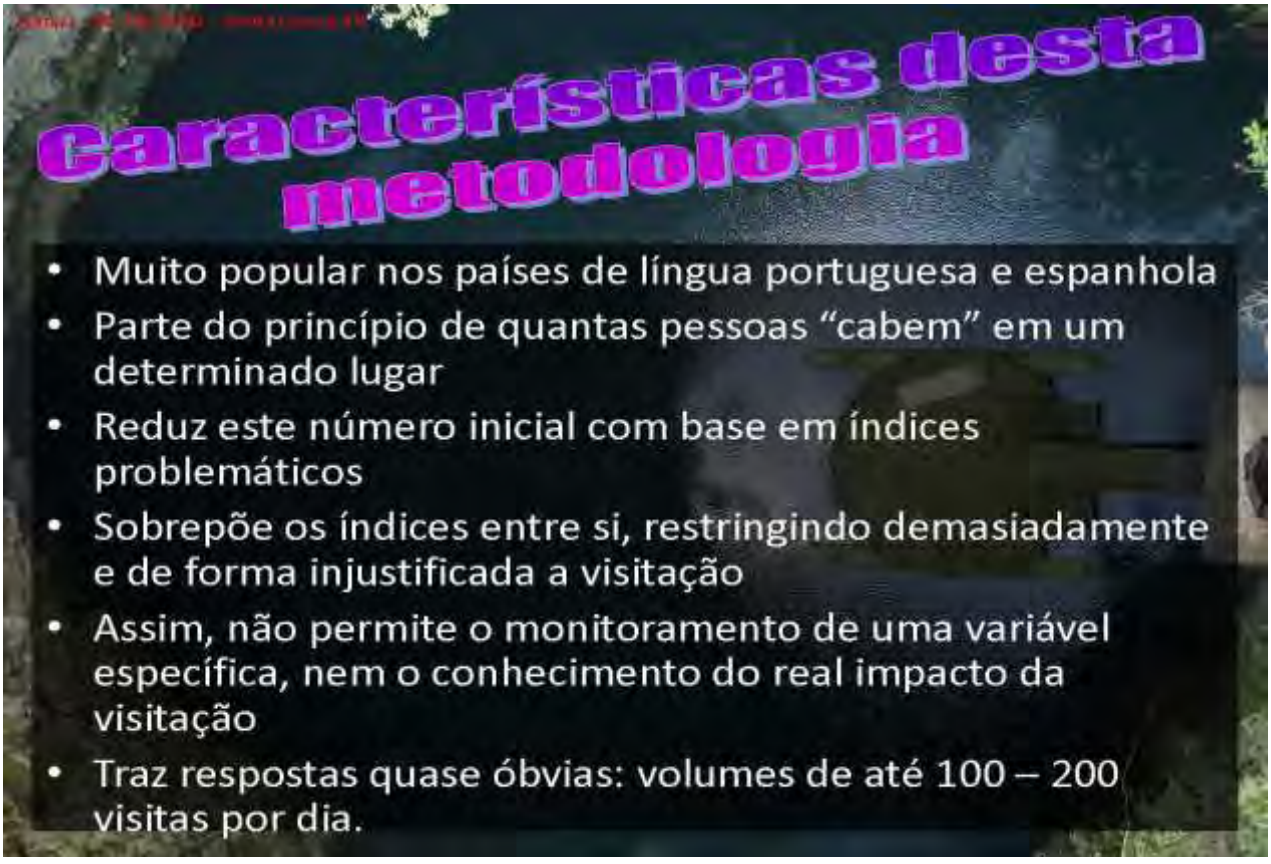


Visitors carrying capacity

Giant Geode of Pulpi (Almería, Spain)
Cortesia:
Prof. Dr. Angel Fernandez-Cortés



Vale do rio Betari – PETAR-SP
CAPACIDADE DE CARGA DE CIFUENTES

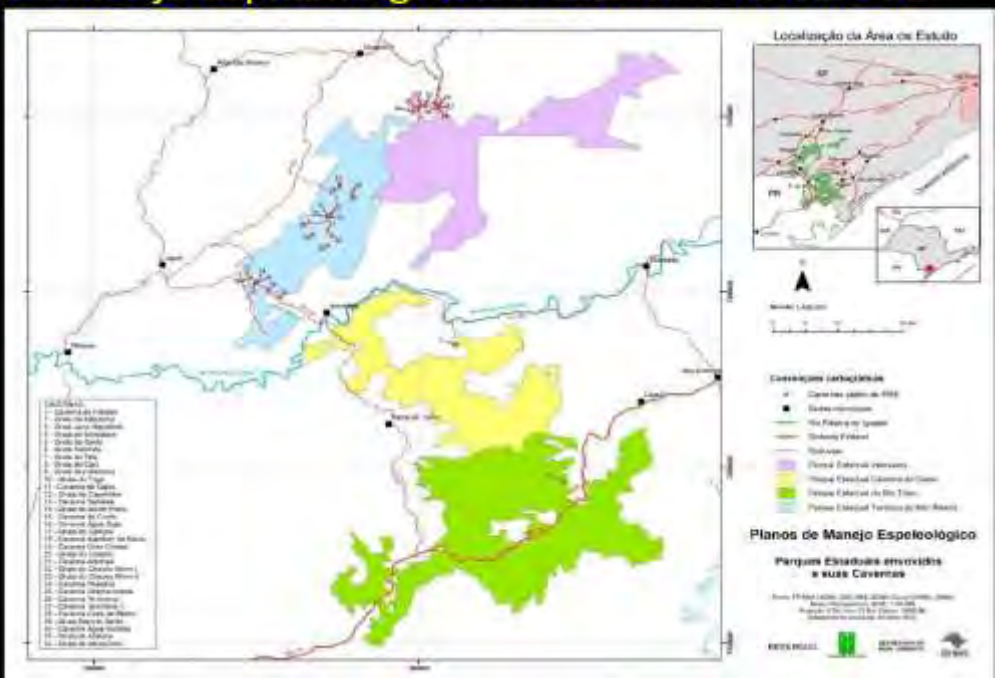

Características desta metodologia
• Muito popular nos países de língua portuguesa e espanhola
• Parte do princípio de quantas pessoas "cabem" em um determinado lugar
• Reduz este número inicial com base em índices problemáticos
• Sobrepõe os índices entre si, restringindo demasiadamente e de forma injustificada a visitação
• Assim, não permite o monitoramento de uma variável específica, nem o conhecimento do real impacto da visitação
• Traz respostas quase óbvias: volumes de até 100 – 200 visitas por dia.

CIFUENTES CARRYING CAPACITY	ALTERNATIVE CARRYING CAPACITY
MAIN FACTORS	
FC 1: -20% FC 2: -5% FC 3: -3% FC 4: -12%	
Carrying capacity reduction factor: 40% of initial number (FC 1 + FC 2 + FC 3 + FC 4)	

Fonte: LOBO, H.A.S.; BOGGIANI, P.C.; PERINOTTO, J.A. de J. Trends fou Tourist Carrying Capacity in Brazilian Caves. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF SPELEOLOGY, 15, Kerrville. **Proceedings.** Kerrville:UIS, 2009.

CONTEXTUALIZAÇÃO

- Desenvolvido para o processo de elaboração simultânea de 32 planos de manejo espeleológico em cavernas no Vale do Ribeira

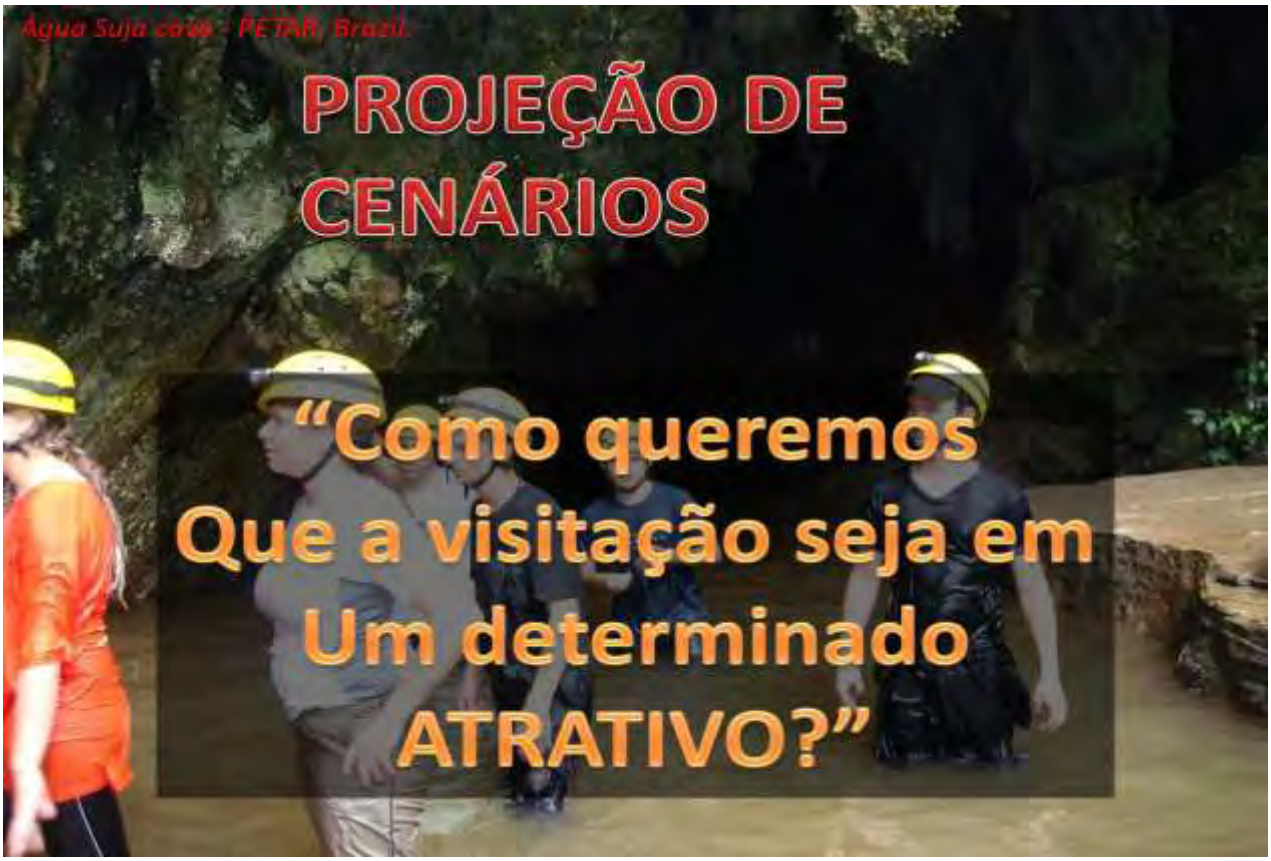


CONTEXTUALIZAÇÃO

- Levou em conta a limitação de tempo existente, os tipos de diagnósticos realizados e a falta de métodos de capacidade de carga mais específicos para ambientes frágeis
- É um método de suporte à tomada de decisão, não-determinístico em sua essência, mas que pode ser convertido em um método determinístico na falta de consenso entre os especialistas dos estudos temáticos.

essência do método:

o que queremos = cenário



A RESPOSTA (CENÁRIO) FOI BASEADA EM...

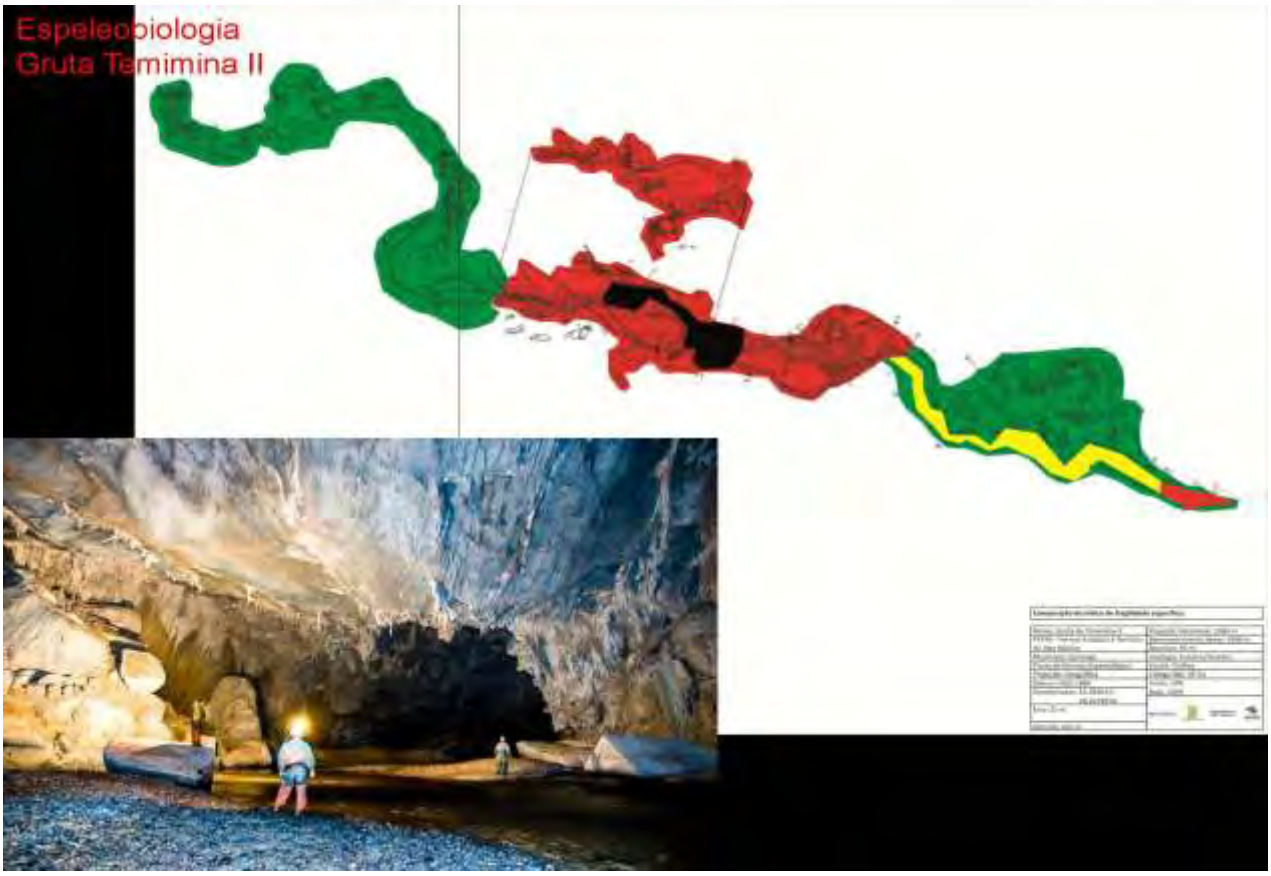
- ✓TEMPO DO ROTEIRO
- ✓INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL
- ✓DEMANDAS DO PÚBLICO-ALVO
- ✓INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE
- ✓SEGURANÇA
- ✓TAMANHO DOS GRUPOS.

etapa 2: Elaboração dos mapas de fragilidade

Níveis de fragilidade dos estudos temáticos

Nível de fragilidade	Valor (%)*	Cor da legenda em mapa	Descrição
Absoluto	75,01-100	Preta	Indicadores/motivos que demonstrem a incompatibilidade da área com o uso público.
Alto	50,01-75	Vermelha	Indicadores/motivos que demonstrem a alta fragilidade da área em relação ao uso público.
Médio	25,01-50	Amarela	Indicadores/motivos que demonstrem a média fragilidade da área em relação ao uso público.
Baixo	0,01-25	Verde	Indicadores/motivos que demonstrem a baixa fragilidade da área em relação ao uso público.
Não classificado/ Inexistente	-	Transparente	Justificar a ausência de estudos e/ou a inexistência de fragilidades.

* Os valores máximo e mínimo dos níveis de fragilidade foram estabelecidos de forma arbitrária, dividindo-se o total de níveis existentes dentro de uma escala percentual



3° passo: COMO OBTER A CAPACIDADE DE CARGA?

Opção B - o caminho determinístico

$$CCP_{Det} = F_z(MÁX\ ou\ PEND) * CV$$

Onde:

CCP_{Det} = Capacidade de Carga Provisória Determinada;

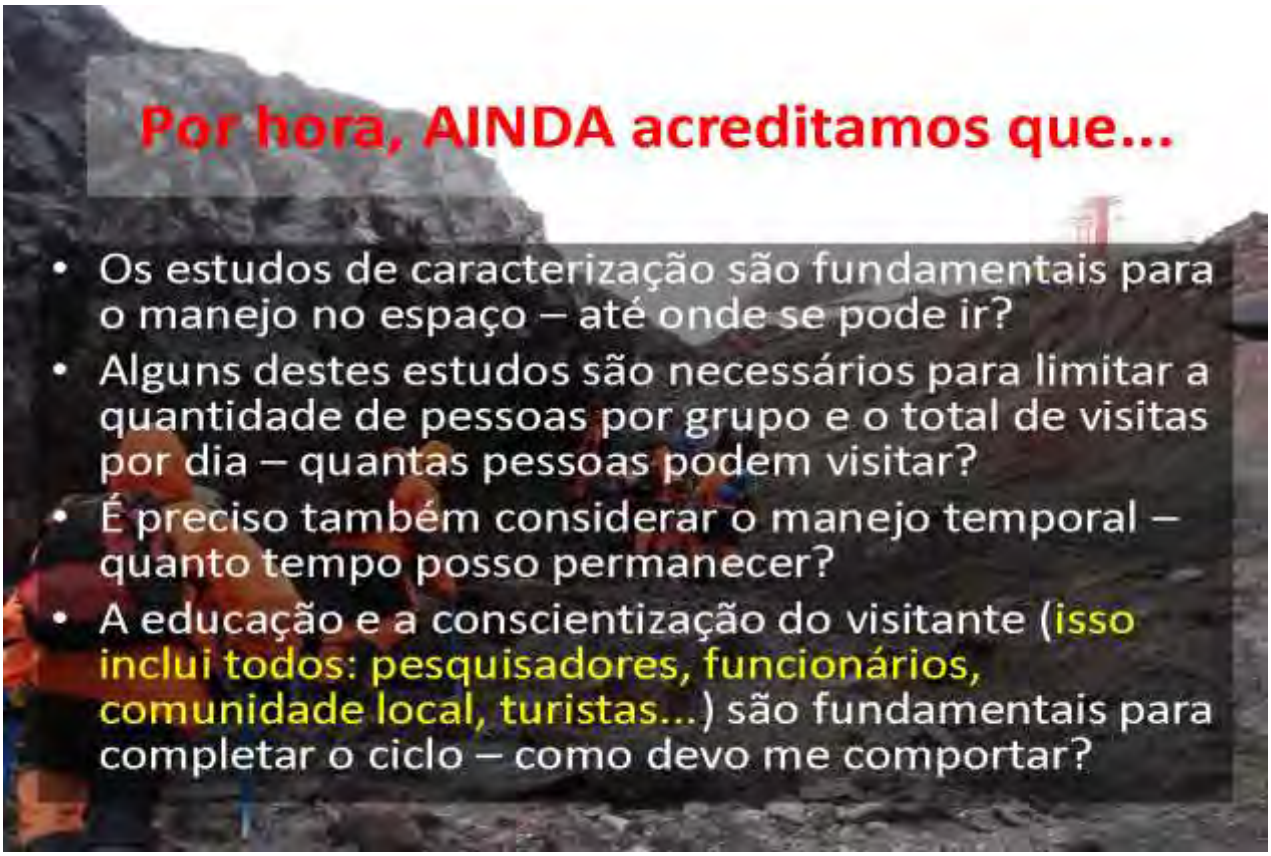
F_z (MÁX ou PEND) = Maior índice de fragilidade integrada ou índice de fragilidade do estudo temático pendente, considerando as zonas atingidas pelo roteiro proposto;

CV = Valor do cenário de visitação proposto.

EXEMPLO – CAVERNA OURO GROSSO

Roteiro	Cenário projetado (#visitantes /dia)	# Visitantes (# Guias)
Tradicional	160	9 (1 guia)

Flor de aragonita – caverna Crystal – PETAR SP
CONSIDERAÇÕES FINAIS


Por hora, AINDA acreditamos que...
• Os estudos de caracterização são fundamentais para o manejo no espaço – até onde se pode ir?
• Alguns destes estudos são necessários para limitar a quantidade de pessoas por grupo e o total de visitas por dia – quantas pessoas podem visitar?
• É preciso também considerar o manejo temporal – quanto tempo posso permanecer?
• A educação e a conscientização do visitante (isso inclui todos: pesquisadores, funcionários, comunidade local, turistas...) são fundamentais para completar o ciclo – como devo me comportar?

PRECISAMOS TAMBÉM LEMBRAR QUE:

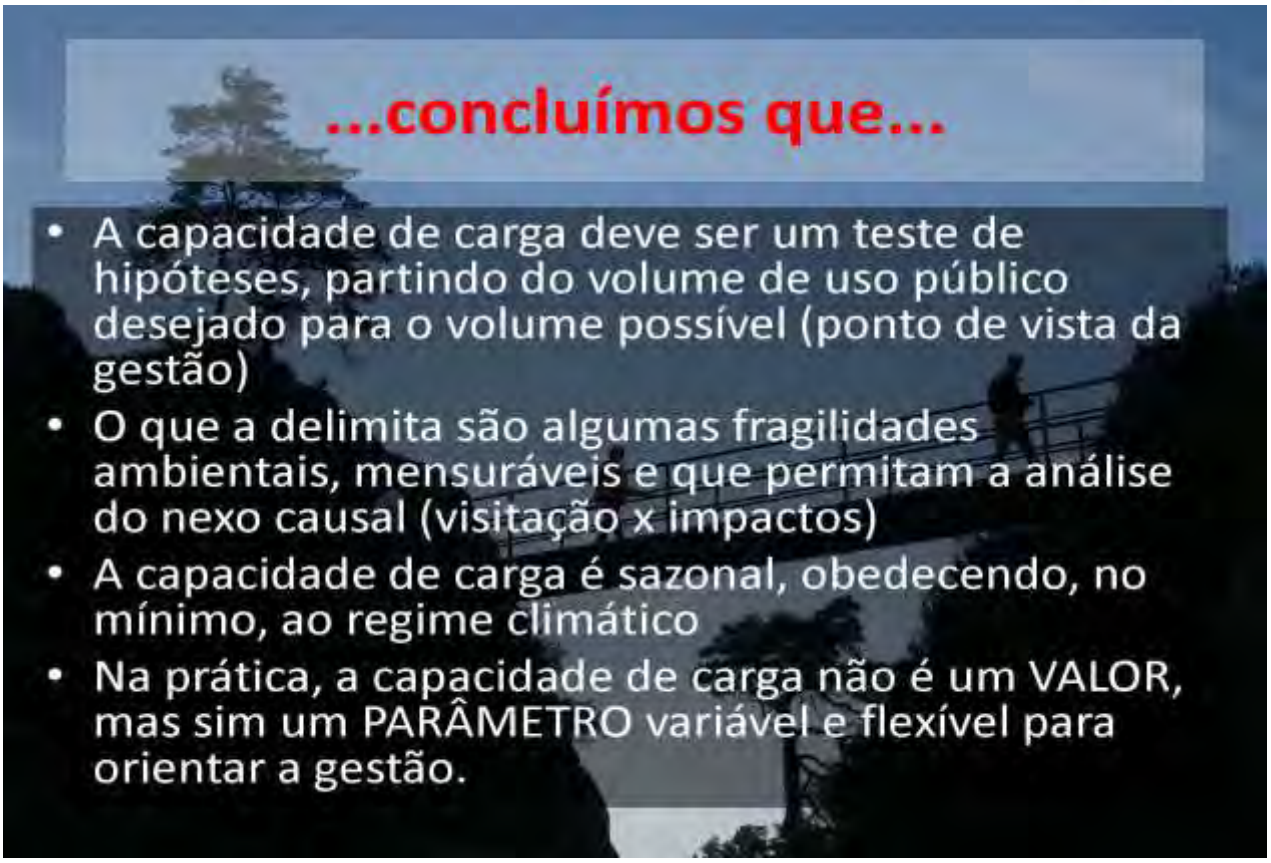
A) O AMBIENTE POSSUI UMA DINÂMICA NATURAL

NEM SEMPRE ESSAS ATIVIDADES VÃO SUPERÁ-LA OU ALTERÁ-LA PROFUNDAMENTE!

B) O TURISMO PRECISA SER ECONOMICAMENTE VIÁVEL!

CAPACIDADE DE CARGA NÃO DEVE APENAS LIMITAR, MAS TAMBÉM, **POSSIBILITAR!**

Assim...


...concluímos que...
• A capacidade de carga deve ser um teste de hipóteses, partindo do volume de uso público desejado para o volume possível (ponto de vista da gestão)
• O que a delimita são algumas fragilidades ambientais, mensuráveis e que permitam a análise do nexo causal (visitação x impactos)
• A capacidade de carga é sazonal, obedecendo, no mínimo, ao regime climático
• Na prática, a capacidade de carga não é um VALOR, mas sim um PARÂMETRO variável e flexível para orientar a gestão.

PE do Guartelá - PR
E mantemos a pergunta:
Mito Numérico
ou
Ferramenta de Gestão Sustentável?

Clarabola "coração" – gruta do Janelão – PNCP, MG
Obrigado pela atenção!
Contatos:
0xx19 98107-1758
heroslobo@ufscar.br

UEMS
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Pesquisadores promovem oficina em Campo Grande sobre Turismo no Pantanal

Por: | Postado em: 28/11/2014

O Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), através do Projeto: Ciência e Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade Socioambiental, com o subprojeto "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal" realizará uma oficina referente ao turismo no Pantanal, no dia 05 de dezembro, no SEBRAE de Campo Grande.

A oficina tem como objetivo discutir o estado da Arte do Turismo no Pantanal com referência a Capacidade de Suporte e possibilidades de desenvolvimento da atividade na região pantaneira.

O projeto é financiado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e a sede do CPP fica em Cuiabá, onde já foi feita uma apresentação desta mesma oficina que será apresentada em Campo Grande.

A equipe é formada pela professora da UEMS e coordenadora do projeto, Silvana Lucato Moretti, e pelos pesquisadores Álvaro Banducci Júnior (UFMS), Edivaldo César Moretti (UFGD) e Gisele Prado (UFMT).

"Fizemos um diagnóstico no Pantanal sobre a capacidade de suporte, que é uma técnica dentro da linha da sustentabilidade, para avaliar os impactos produzidos pela atividade turística", ressaltou a professora da UEMS.

Programação:

05 /12 /14

08h Abertura do evento - Fabio Edir do santos Costa

09h Apresentação do projeto e do diagnostico desenvolvido

10h Palestra do Prof. Dr. Heros Augusto Lobo "Capacidade de suporte em áreas úmidas " Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba

12h Almoço

14h às 18h Oficina: Estado da Arte do Turismo no Pantanal

Serviço: A palestra não tem custo e a inscrição pode ser feita [illegible] ocal. O Sebrae fica localizado na Avenida Mato Grosso, 1661 sala 06 - Centro, Campo Grande – MS.

Outras notícias

Calouro UEMS/2015: UEMS oferta 50 vagas para Engenharia Física em Dourados (http://www.portal.uems.br/noticias/detalhes/calouro-uems2015-uems-oferta-50-vagas-para-engenharia-fisica-em-dourados)

Calouro UEMS/2015: Licenciatura em Física da UEMS tem 40 vagas para 2015 (http://www.portal.uems.br/noticias/detalhes/calouro-uems2015-licenciatura-em-fisica-da-uems-tem-40-vagas-para-2015)

[illegible] (http://www.portal.uems.br/noticias/detalhes/[illegible])

Unidades Universitárias

SEM PLANEJAMENTO

Turismo no Pantanal preocupa cientistas

Uso irregular de pontos ecológicos oferece riscos ao meio ambiente

Bruna Pinheiro
Da Reportagem

A falta de planejamento e organização do turismo voltado para o Pantanal é apontado por cientistas e pesquisadores da área como uma falha grave de sua utilização. O uso irregular de pontos ecológicos tem oferecido riscos ao meio ambiente. Com 400 mil quilômetros quadrados compreendidos na Bacia do Alto Paraguai, o Pantanal é um dos maiores ecossistemas mundiais. Considerado Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) ele abrange os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de uma faixa da Bolívia e Paraguai. Diante da possibilidade do equilíbrio da sua biodiversidade pesquisadores estudam ações para que o turismo na região seja melhor direcionado.

Reunidos na tarde desta sexta-feira (06), na sede do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP), no campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), os cientistas deram início ao projeto "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal". Pesquisador associado honorário do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), Paulo Teixeira explica que um dos objetivos do grupo é oferecer informações necessárias para que políticas d e proteção ao Pantanal sejam implantadas. "O projeto foi idealizado no momento em que percebemos que Cuiabá seria a cidade-sede da Copa e o Pantanal, consequentemente, se transformaria em uma das alternativas de turismo da região. Infelizmente, os recursos só saíram agora a menos de 1 semana para o início dos jogos. Como existe a perspectiva de um aumento no fluxo de turistas pós-Copa, o projeto terá utilização nos próximos anos".

85% do Pantanal está situado no Brasil

Teixeira acrescenta que um levantamento realizado entre as 12 cidades-sedes da Copa aponteia que Cuiabá é a terceira capital mais procurada pelos turistas durante o Mundial. Segundo ele, com esta expectativa de aumento na demanda, é preciso tomar medidas que evitem o futuro e provável ingarrafamento do Pantanal. Questionado se o exemplo do que vem acontecendo em Chapada dos Guimarães (67 km ao norte da Capital), onde pontos turísticos estão sendo fechados devido ao tiro de aruanãs, o Pantanal também pode passar pela mesma situação, o pesquisador acredita que sim.

"Se havia um plano de manejo em Chapada dos Guimarães, não deve ter sido utilizado. É lamentável que os turistas que venham para Cuiabá agora nos jogos encontrem tudo fechado por lá. Poderíamos passar uma impressão muito melhor se a cidade estivesse com sua capacidade turística bem aproveitada".

Presidente das entidades de turismo de Mato Grosso e representante da Confederação Nacional do Turismo, Isaac Ghanem diz que não houve preocupação com o Pantanal para a Copa. Como reflexo disso, o setor pode passar por prejuízos após o encerramento dos jogos. "Até 2013, Cuiabá tinha cerca de 6 mil leitos, depois da Copa ficaremos com 13 mil. É preciso estímulo para manter, pelo menos, 70% a 75% desses leitos ocupados. Caso isso não ocorra, o setor não se mantém".

POLÍCIA CIVIL

Inaugurada Central do Turista

Bruna Pinheiro
Da Reportagem

Ocorrências policiais envolvendo turistas estrangeiros durante a Copa do Mundo serão atendidas na Central do Turista (Delturi). Inaugurada pesta sexta-feira (06), a sede contará com 5 delegados, 40 investigadores, 11 escrivães e 5 viaturas. Localizada na avenida Tenente Coronel Duarte (Prainha), a central é composta pelas Delegacias do Consumidor, do Turista, Marcas e Pelentes e o Plantão de Línguas. Após o encerramento dos jogos, a unidade deve ser transferida para o Aeroporto Internacional de Várzea Grande.

Delegada responsável pela Central, Ana Cristina Feldner explica que o complexo tem como principal objetivo dar suporte aos atendimentos a turistas no Mundial. Por conta disso, a equipe é formada por policiais com capacitação em espanhol, inglês e japonês. De acordo com a delegada, a informação da existência da unidade já foi repassada aos turistas, através de um trabalho de divulgação realizado pela Polícia Judiciária Civil.

"Foi elaborado um Guia de Segurança contendo todos os dados e contatos para que os turistas saibam como agir caso precisem da delegacia. Esta cartilha está sendo distribuída em hotéis, pousadas, agências de turismo e no aeroporto. Acreditamos que durante a Copa, os turistas saberão exatamente onde nos procurar".

Delegado geral da Polícia Civil de Mato Grosso, Anderson Garcia acrescentou que pela sua dimensão e projeção, a Copa do Mundo demanda uma estrutura de atendimento ampliada. Segundo ele, é de extrema importância que Cuiabá mantenha uma imagem de segurança. Para Garcia, a inauguração do complexo e o início da jornada da Polícia Civil no Mundial. O delegado-geral disse ainda que apesar da preocupação da Polícia, a expectativa é de que os jogos ocorram com tranquilidade na Capital.

"É um momento em que qualquer erro ou ocorrência mais grave, pode gerar prejuízo de diversos setores. Quanto melhor atendermos o turista, maiores são as nossas chances de fazer que ele retorne a Cuiabá".

Passando na locomoção de turistas por cidades do entorno da Capital, Garcia ressaltou que delegacias como as de Chapada dos Guimarães, Poconé e Santo Antônio do Leverger foram reforçadas para o período dos jogos.

A Central do Turista fica localizada na avenida da Prainha e terá atendimento 24 horas por dia.

Delegada diz que complexo tem como principal objetivo dar suporte aos atendimentos a turistas

PREVISÃO DO TEMPO

BRASÍLIA	MAX.: 27°C	MIN.: 15°C	SÃO PAULO	MAX.: 17°C	MIN.: 13°C
BELO HORIZONTE	MAX.: 26°C	MIN.: 15°C	RIO DE JANEIRO	MAX.: 25°C	MIN.: 13°C
CURITIBA	MAX.: 15°C	MIN.: 8°C	VITÓRIA	MAX.: 30°C	MIN.: 20°C
FLORIANÓPOLIS	MAX.: 18°C	MIN.: 15°C	SALVADOR	MAX.: 29°C	MIN.: 22°C
PORTO ALEGRE	MAX.: 18°C	MIN.: 11°C	RECIFE	MAX.: 30°C	MIN.: 21°C

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

domingo

Poluição sonora ainda é pouco combatida
Página 2

Roubos crescem 29% em 2014 na Capital de MT
Página 3

gazetadigital
A GAZETA - 1B
Domingo, 28 de Dezembro de 2014

TURISMO NO PANTANAL

Onça pintada aparece com muito mais frequência para atender aos desejos dos turistas

Turistas 'cevam' onças

Mato Grosso não tem meios para medir o impacto da atividade turística e animais sofrem com a interferência humana

Da Redação

O turismo na região do Pantanal tem sido negligenciado por órgãos ambientais, pesquisadores e por quem explora comercialmente a maior planície alagada do mundo. O Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) organizou dois eventos com a comunidade acadêmica para discutir o tema em Cuiabá (MT) e em Campo Grande (MS) e chegou-se à conclusão de que não há pesquisas avaliando o impacto de embarcações nos rios, o comportamento dos animais com a presença dos seres humanos, os malefícios e o resultado das visitações em ninhais.

Um dos resultados do turismo desenfreado no Pantanal é a 'ceva' da onça-pintada para garantir que os turistas possam pagar caro e ver o maior felino das Américas. A organização não-governamental Instituto Homem Pantaneiro, com sede em Corumbá (MS), denunciou ao Ministério Público Federal (MPF) de Mato Grosso do Sul a prática proibida. Turistas e guias jogam carne para os felinos e com o tempo eles passaram a se habituar a ir no mesmo local para conseguir alimento fácil, assim deixam de seguir seus instintos de caçada e busca por alimento em seu território. No lado de Mato Grosso, a prática é um boato que todos sabem que se faz, mas ninguém assume ou denuncia.

Dono de duas pousadas no Pantanal Norte, uma na região do Porto Jofre, o empresário e observador da onça, Diego Nunes Rondon disse que já ouviu rumores de que a prática ocorre, mas nunca viu ou ouviu alguém assumir a prática. "Se existe isso eu não sei, mas tenho notado que elas estão chegando cada vez mais perto. Nunca se provou se há ou não ceva na região, mas os rumores são de que isso ocorre na beira do rio, mas acho que não passa de intriga entre proprietários de pousadas".

Rondon diz que não há estudos científicos que comprovem se houve ou não aumento da população dos felinos, mas ele diz que a observação da onça pintada é muito mais frequente hoje do que sete anos atrás, quando ele investiu na sua primeira pousada.

Há turistas que pagam 5 mil dólares só para vê-la de perto. É proibido até mesmo jogar peixe para elas. "O risco é da onça associar a presença dos humanos com comida, isso pode representar um grande perigo".

A informação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros, do Instituto Chico Mendes (ICMBio), é de que a prática existe em função do turismo de observação e para chamar a atenção da onça jogam carcaça de jacaré ou peixe.

Maior planície alagada do mundo atrai o interesse de turistas de todo o mundo

Em Mato Grosso, a prática é proibida por lei do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) e é caso de polícia, pois se depara com o felino tem que ser natural. O órgão informou que não se sabe se a população aumentou ou as onças passaram a andar mais em seu território. A afirmação precisa ser sustentada por estudos científicos.

Turistas chegam a pagar US$ 5 mil para ver as onças de perto

TURISMO DESENFREADO - Na região de Porto Jofre, o empresário Daniel Rondon afirma que as vezes chegam 23 barcos ao mesmo tempo na procura de avistar a onça pintada. Contudo, da mesma forma que carece de trabalhos que mostrem se houve aumento ou não da população de onças pintadas, faltam trabalhos sobre o impacto da atividade no pantanal.

Um dos membros do CPP, Jaime Okamura, representou Mato Grosso na reunião em Campo Grande para debater o tema. A primeira ação foi realizar levantamento sobre os impactos do tráfego e se havia alguém pesquisando o turismo no Pantanal Norte e Sul.

"Foi proposto estudo em Corumbá e Porto Murtinho no Mato Grosso do Sul e um Barão de Melgaço e Poconé, em Mato Grosso, que será realizado pela UFMT, UEMS e UFMS e discutir modelos de turismo com a população pantaneira. A população local não envolve com o turismo. Bonito é um exemplo da comunidade local que não participa da economia do turismo, ela fica à margem e sofre com os produtos encarecidos", exemplificou.

Okamura dá exemplo do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães que após ser controlado pelo ICMBio passou a ter regras para a conservação do local, contudo, não houve diálogo com a população da cidade para discutir os motivos de limitar a entrada para 100 pessoas.

De janeiro a dezembro de 2015 serão realizadas duas oficinas em Mato Grosso e duas em Mato Grosso do Sul para discutir o tema. "Se continuar o turismo do jeito que está, não saberemos como serão as condições do Pantanal daqui a 20 anos. Mas os estudos de impacto vão precisar do envolvimento da comunidade para entender as razões das limitações que poderão ser propostas"

Comprovação do Detalhamento de atividades

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

RELATÓRIO APONTANDO AS LACUNAS NO DIAGNÓSTICO DA CAPACIDADE DE SUPORTE E ROTEIRO PRELIMINAR

COMPONENTE 5: "CAPACIDADE DE SUPORTE E SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO PANTANAL"

Equipe
Silvana Aparecida Lucato Moretti (UEMS)
Alavaro Banducci Junior (UFMS)
Edvaldo Cesar Moretti (UFGD)
Gizelle Prado (doutoranda USP)
Heros Lobo (UFSC)
Mara Aline Ribeiro (UFMS)
Jaime Okamura (Trade Turístico MT)
Alisson Pereira (mestrando UFGD)

Sumário

1. Síntese crítica da literatura
2. Definição do roteiro metodológico
   2.1 Relatório das oficinas
   2.2 Proposta de metodologia para a capacidade de carga turística do Pantanal
3. Cronograma e recursos para Oficinas de Janeiro a Dezembro 2015

1. Síntese crítica da literatura

Analise da produção científica sobre capacidade de suporte associado ao turismo no Pantanal

Objetivos e contexto

O objetivo deste texto é apresentar a analise da produção científica publicada sobre capacidade de suporte associada ao turismo realizada sobre o Pantanal no período de 1970 a 2014.

A reflexão aqui apresentada é um dos objetivos do projeto *Ciência e Sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental*, coordenado pelo Centro de Pesquisa do Pantanal. Especificamente, o objetivo da analise esta associada ao Componente 5 "Capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal".

O projeto tem como objetivo geral: *Contribuir para a sustentabilidade sócio-econômico-ecológica da planície pantaneira, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais*, e o componente 5, especificamente, participa deste objetivo geral ao analisar e propor ações visando qualificar, no sentido socioambiental, a prática turística no Pantanal.

Metodologia

Durante o período de maio a novembro de 2014, foram levantadas e catalogadas publicações científicas que tratam do turismo no Pantanal disponibilizadas na rede mundial de internet e nas bibliotecas das Universidade e Centros de Pesquisas localizadas no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul.

As obras catalogadas passaram por uma classificação de forma, considerando o local de publicação, o ano de publicação e os temas que abordam. A partir desta primeira classificação formal foram separadas as obras que tratam ou fazem referencia ao estudo da capacidade de suporte.

Estas obras especificas foram analisadas e classificadas qualitativamente, considerando a metodologia utilizada e as indicações referente a capacidade de suporte que apresentam. Resultados preliminares das analises foram apresentadas a comunidade cientifica em duas oficinas realizadas uma em Culabá e outra em Campo Grande. Durante as oficinas os dados foram debatidos e foram apresentadas sugestões referentes as obras levantadas e aos dados coletados.

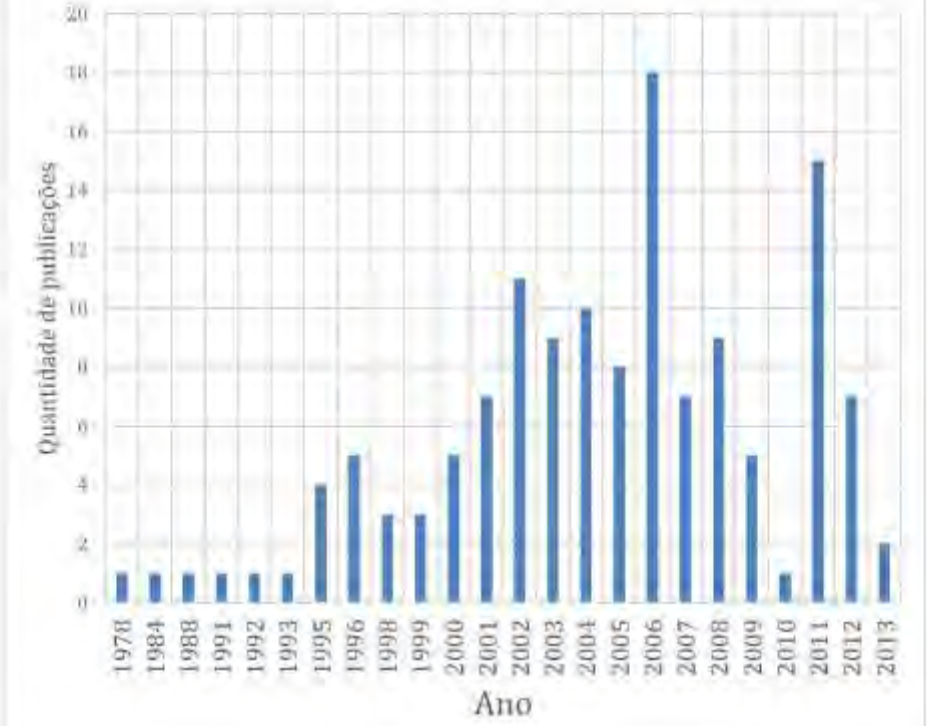
Resultados

O numero de obras levantadas e classificadas na primeira etapa da pesquisa totalizou 198 textos no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, entre livros, trabalhos de conclusão de cursos acadêmicos, relatórios de pesquisas.

Os primeiros trabalhos disponibilizados datam do ano de 1978, com o registro de 1 trabalho publicado sobre turismo no Pantanal. Entre o periodo de 1978 e 1993 foram encontrados um trabalho por ano e a partir de 1995 o numero de publicações aumenta, culminando que nos anos 2000 as publicações são intensificadas e no ano de 2002 onze obras foram identificadas, marcando o inicio de um periodo de publicações regulares, coincidindo com os investimentos em turismo nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e com a implantação de cursos de graduação em turismo. (figura 1)

Entre o ano de 2000 e 2013 foram catalogas 114 trabalhos sobre turismo no Pantanal, uma média de 9 trabalhos por ano, um numero razoável considerando que são obras cientificas, resultados de pesquisas ou comunicações cientificas.

Figura 1. PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS SOBRE TURISMO NO PANTANAL POR ANO

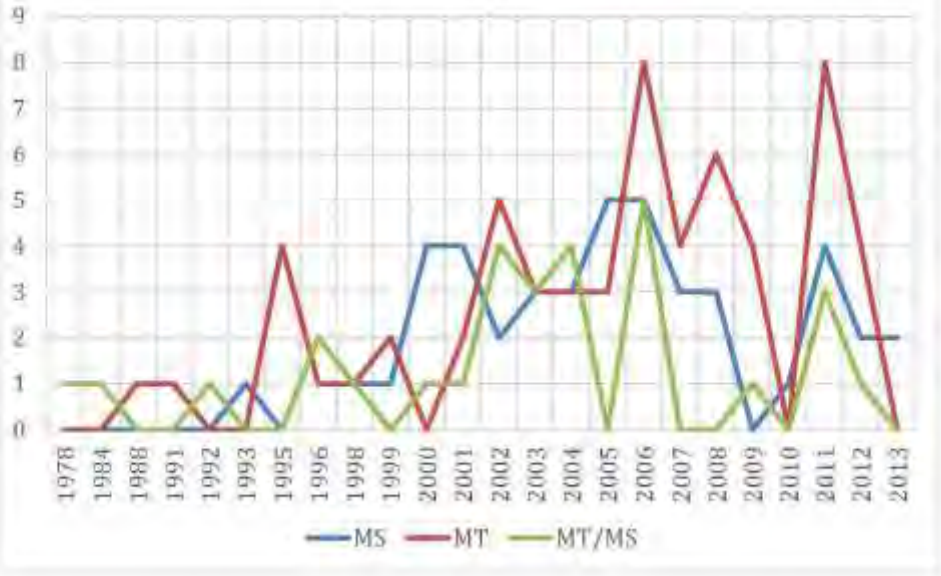


Na figura 2, apresentamos os trabalhos identificados por ano e divididos com relação ao local da analise – Pantanal do Mato Grosso, Pantanal do Mato Grosso do Sul e sobre o Pantanal como um todo.

Os dados coletados indicam que nos últimos dez anos o Pantanal de Mato Grosso apresentou maior quantidade de publicações, se comparado à Mato Grosso do Sul e as publicações sobre o Pantanal de uma forma geral.

Os anos com maior quantidade de publicações sobre o Pantanal de Mato Grosso foram de 2006, 2008 e 2011 e os anos com maior quantidade de publicações sobre o Pantanal de Mato Grosso do Sul foram os de 2000-2001, 2005-2006 e 2011 e, por fim, os anos com maior quantidade de publicações sobre o Pantanal em geral (MS/MT) foram: 2002, 2004 e 2006.

Figura 2. PUBLICAÇÕES SOBRE TURISMO NO PANTANAL, 1978-2013



Para avançarmos na reflexão foi necessário identificar a modalidade das publicações analisadas, possibilitando aprimorar o perfil das publicações, nas figuras 3 e 4 reunimos os dados referente ao tipo de publicação efetivada.

As modalidades com maior número de publicações sobre turismo no Pantanal encontradas foram os Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação, as dissertações, os artigos em revistas cientificas e os livros.

Estas dados indicam a importâncias dos cursos de graduação em turismo e mesmo aqueles de áreas a fins, como Geografia, Historia, Ciências Sociais, entre outros, que passam a analisar a pratica turistica no Pantanal. Os dados referente a produção cientifica reforçam que a atividade turistica a partir dos anos 2000 passa a ter importância fundamental na produção do lugar Pantanal, com relação a geração de

emprego e renda, a economia, a cultura, ao ambiente, entre outros aspectos relevantes da constituição do Pantanal.

É possível afirmar que o vertiginoso aumento de publicação de livros sobre turismo no Pantanal nos anos de 2005 e 2007 é resultado da consolidação das pesquisas realizadas no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul sobre o tema.

Figura 3. MODALIDADE DE PUBLICAÇÕES SOBRE TURISMO NO PANTANAL - PERÍODO DE 1978-2013

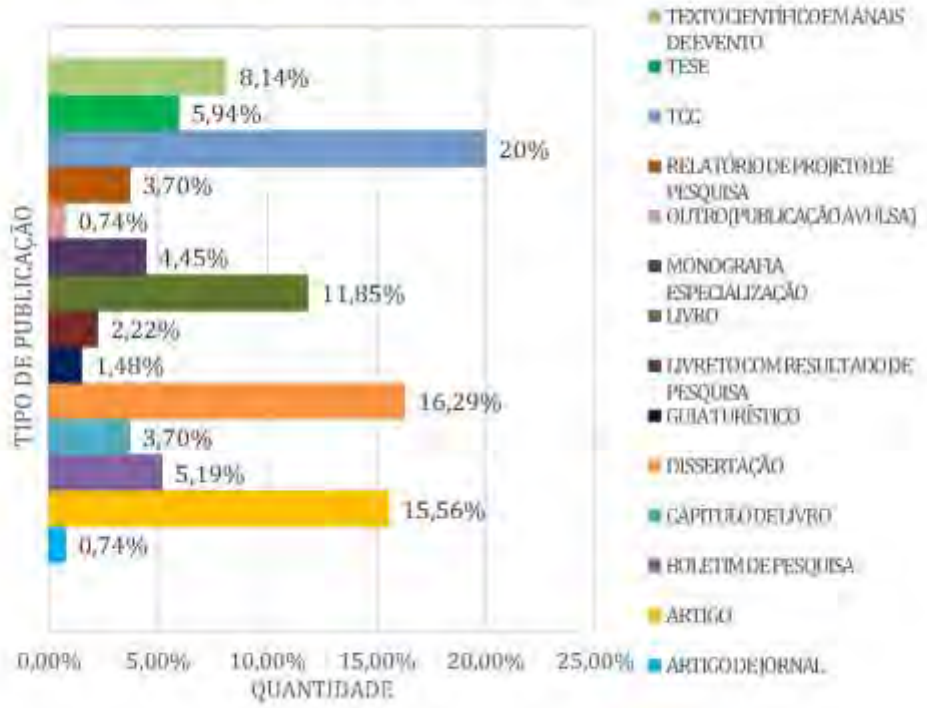
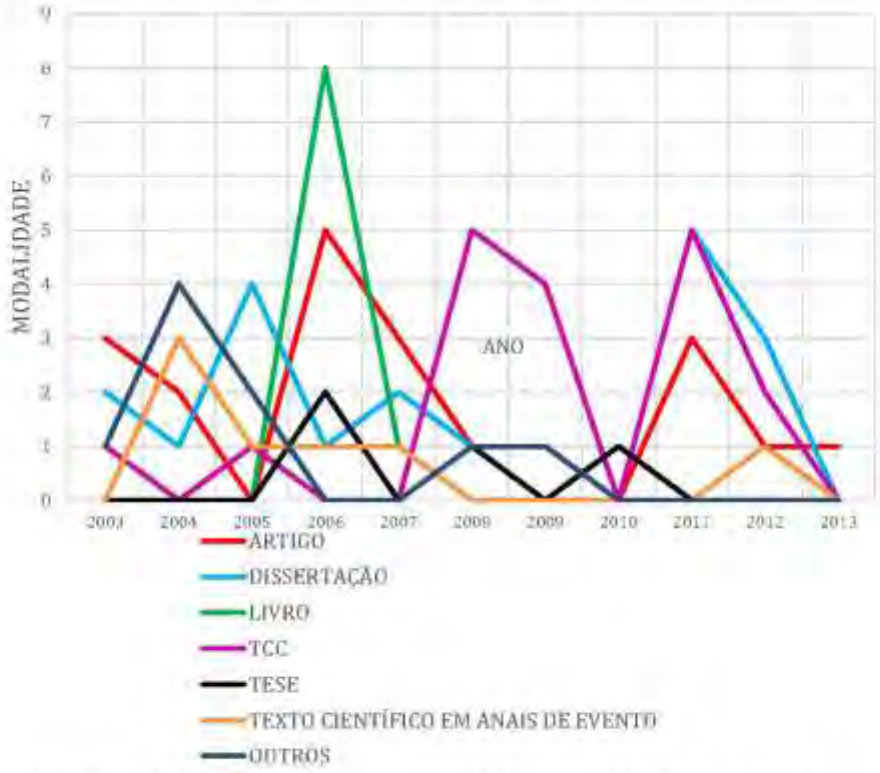


Figura 4. PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES SOBRE TURISMO NO PANTANAL, NA ÚLTIMA DÉCADA



Outros: artigo de jornal, boletim de pesquisa, capítulo de livro, guia turístico, livreto, monografia de especialização, relatório de projeto de pesquisa e publicação avulsa).

Nas figuras 5 e 6 são indicadas as publicações por Estado e no geral sobre o Pantanal, dividido em dois períodos de anos, permitindo averiguar no agrupamento de duas décadas a curva evolutiva das publicações. Os dados apontam que

O número de publicações aumentou em geral do período de 1993-2003 para 2003-2013. Pode-se dizer que, estão escrevendo mais sobre

turismo no Pantanal nos últimos anos e que o Mato Grosso foi o que apresentou maior aumento de uma década para outra.

Fato relevante, que aponta para um processo de analise fragmentada do Pantanal, é o fato de que existem mais publicações sobre o Pantanal realizadas para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de forma separadas do que as publicações sobre o Pantanal de uma forma integrada.

Este indicador aponta para uma leitura fragmentada do lugar Pantanal pela Ciência, indicando a necessidade de refletir e buscar ações para pesquisas integradas.

Figura 5. QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES SOBRE TURISMO NO PANTANAL, DE ACORDO COM O ESTADO - 1993-2003

Figura 6. QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES SOBRE TURISMO NO PANTANAL, DE ACORDO COM O ESTADO – 2003-2013

As figuras 7 e 8 apresentam o recorte temático sobre a Capacidade de Suporte nos trabalhos sobre turismo no Pantanal. É possível indicar que as publicações de Mato Grosso do Sul tratam mais de capacidade de suporte que as de Mato Grosso;

Percebeu-se nas leituras dos trabalhos que as publicações de Mato Grosso e sobre o Pantanal em geral, fazem indicações sobre a capacidade de suporte, sem aprofundamento metodológico. É relevante afirmar que as publicações que tratam do Pantanal de uma forma geral, são as que menos abordam a capacidade de suporte.

Estes dados podem indicar alguns aspectos que diferenciam e aproximam a produção nos dois Estados. No Mato Grosso do Sul é relevante a produção de pesquisa com o foco na Capacidade de Suporte no Planalto da Bodoquena, especificamente, no município de Bonito, permitindo a capacitação de técnicos e pesquisadores nesta temática e ao mesmo tempo possibilitando a valorização desta metodologia em grupos de pesquisas especificos.

Quanto ao baixo numero de trabalhos de Capacidade de Suporte quando se trata do Pantanal em geral é necessário apontar para os

limites das metodologias empregadas para a efetivação da Capacidade de Suporte. As metodologias adotadas são para áreas pequenas em tamanho e com características ímpares (por exemplo, cavernas, equipamentos turísticos específicos como hotéis, entre outros). Esta característica metodológica limita a efetivação de propostas de Capacidade de Suporte para o Pantanal como um todo.

Figura 7. ABORDAGEM DA CAPACIDADE DE SUPORTE NAS PUBLICAÇÕES SOBRE TURISMO NO PANTANAL

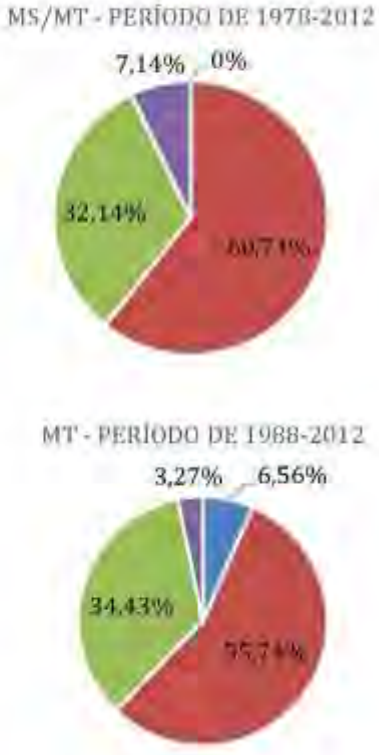
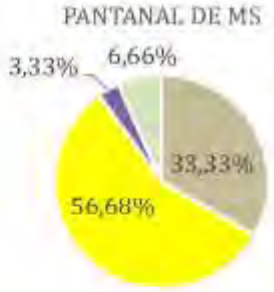
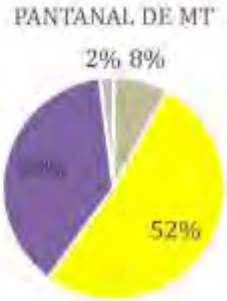
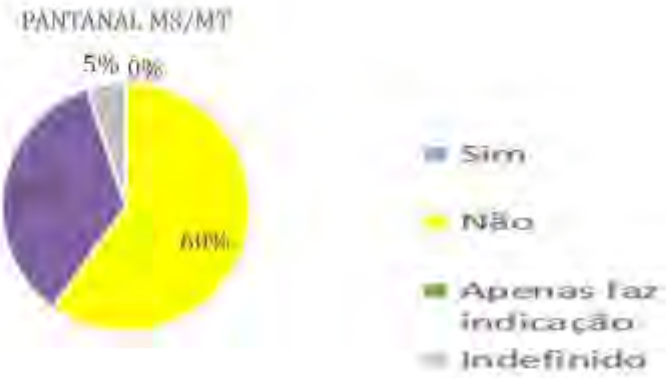


Figura 8. ABORDAGEM DA CAPACIDADE DE SUPORTE NAS PUBLICAÇÕES SOBRE TURISMO NO PANTANAL – PERÍODO DE 2002-2012 (%)







Figuras 9, 10 e 11 relaciona as publicações sobre Capacidade de Suporte no turismo aos tempo. Os anos com maior abordagem da capacidade de suporte nas publicações sobre o Pantanal de Mato Grosso do Sul foram os de 2003, 2005, 2006 e 2011; Os anos em que as publicações menos abordaram a capacidade de suporte foram: 2000, 2001, 2004, 2005 e 2007

Com relação ao Pantanal do Mato Grosso os anos com maior abordagem da capacidade de suporte foram os de 2002, 2005, 2006, 2009. Os anos em que as publicações menos abordaram a capacidade de suporte foram: 2006, 2008 e 2011.

Figura 9. CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS QUE TRATAM DE CAPACIDADE DE SUPORTE NO PANTANAL DE MS

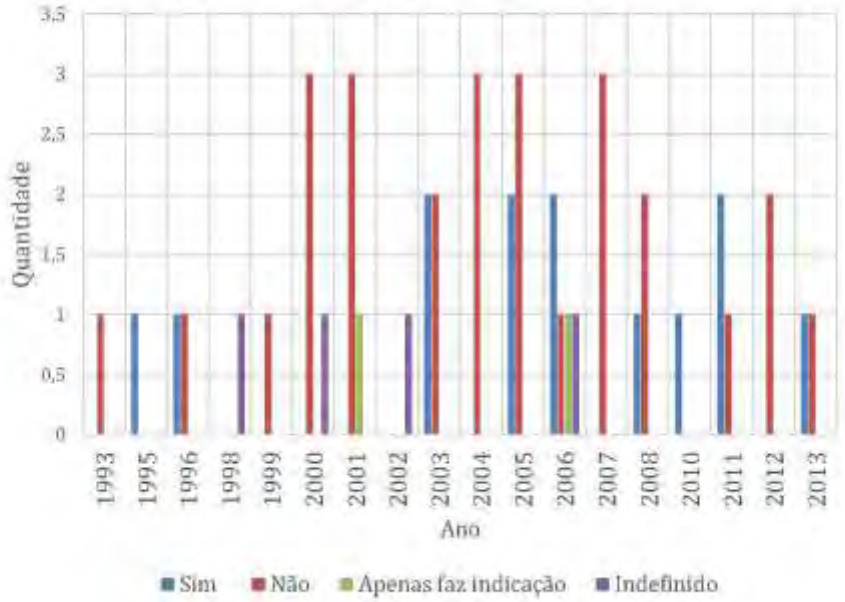


Figura 10. CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS QUE TRATAM DE CAPACIDADE DE SUPORTE NO PANTANAL DE MT

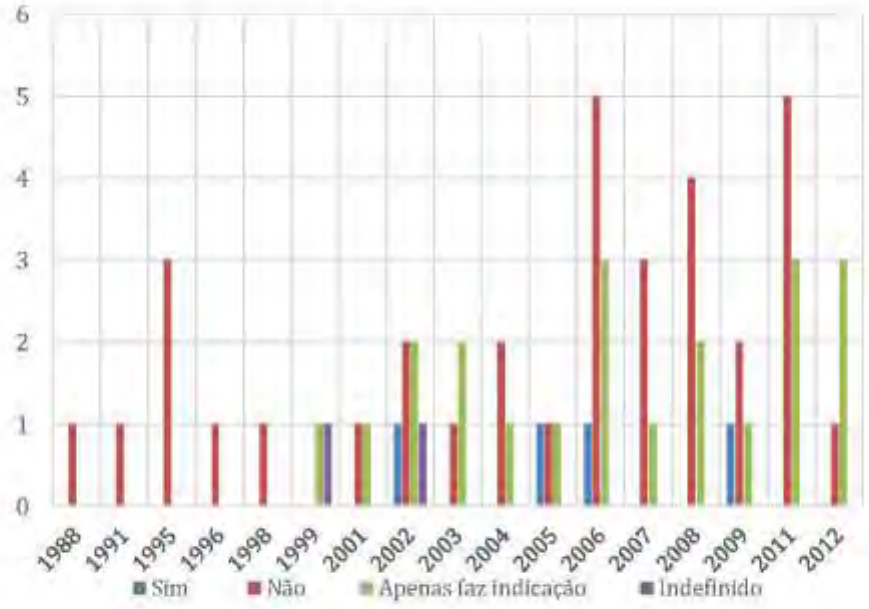
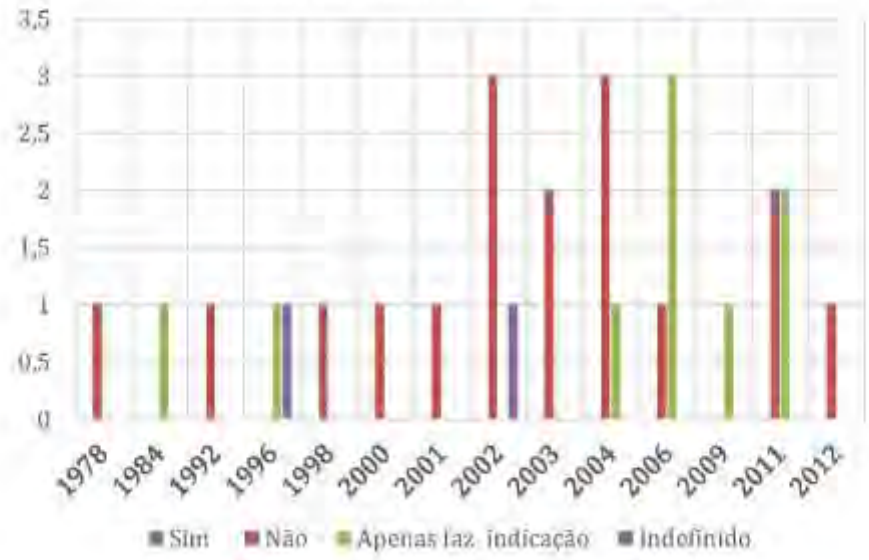


Figura 11. CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS QUE TRATAM DE CAPACIDADE DE SUPORTE NO PANTANAL - MS/MT



A relevância destes números sobre o local e os anos de publicação de trabalhos sobre turismo e a Capacidade de Suporte e/ou ao menos sua indicação como metodologia para a pensar sobre a produção no Pantanal, é a indicação do baixo numero de trabalhos com esta perspectiva metodológica para o planejamento das atividades econômicas e especificamente do turismo no Pantanal.

Dos 114 trabalhos identificados para este levantamento que tratam do turismo no Pantanal, apenas 17 apresentam a Capacidade de Suporte como preocupação central e/ou tema do texto, destes 13 são relativos ao Pantanal em sua porção do Mato Grosso do Sul, tendo profunda influencia dos trabalhos realizados no Planalto da Bodoquena.

2. Definição do roteiro metodológico.

Foram realizadas duas oficinas – "Painel de especialistas (ciências naturais e sociais) sobre turismo no Pantanal", no período de agosto a dezembro de 2014.

A primeira oficina foi realizada em Cuiabá/MT, no mês de agosto e, a segunda, em Campo Grande/MS no mês de dezembro. Nestas oficinas foi debatido e consolidado o roteiro metodológico de avaliação da capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal.

2.1. Relatório das Oficinas sobre Capacidade de Suporte do turismo no Pantanal

Tendo em vista os objetivos do projeto "Ciência e Sociedade no Pantanal", no que diz respeito à sistematização e disponibilização pública de conhecimentos científicos sobre o Pantanal e a produção de conhecimentos para subsidiar marcos regulatórios visando a sustentabilidade socioambiental da região, foi definida, como estratégia de ação do Componente 5 deste projeto, a realização de oficinas destinadas a promover o encontro e o diálogo com setores da sociedade direta ou indiretamente envolvidos com o empreendimento turístico na planície pantaneira, cuja experiência servisse como parâmetro para discutir e propor linhas de ação no que diz respeito à capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal.

Foram propostas duas oficinas, sendo uma no estado de Mato Grosso e outra em Mato Grosso do Sul, a fim de contemplar as demandas e especificidades dos locais abrangidos pelos levantamentos e as ações do projeto. A primeira realizou-se no mês de agosto de 2014, na cidade de Cuiabá - MT, na sede do Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP - INAU, na Universidade Federal de Mato Grosso. A segunda oficina aconteceu na cidade de Campo Grande - MS, no mês de dezembro de 2014, na sede do SEBRAE - MS.

As oficinas visavam a promoção do debate com empresários e trabalhadores do turismo no Pantanal, com pesquisadores, técnicos e agentes públicos, além de representantes das comunidades locais, abordando o tema da capacidade de suporte como ferramenta para a promoção do turismo sustentável no Pantanal. Seus objetivos básicos foram:

1. Promover o encontro e o debate entre e com diferentes setores e agentes envolvidos com o turismo no Pantanal;
2. Discutir a necessidade de se avaliar a capacidade de suporte de atividades turísticas no Pantanal;

3. Levantar parâmetros de definição e regulação de capacidade de suporte de atividades turísticas no Pantanal;

4. Verificar as diferentes perspectivas e demandas em torno do turismo no Pantanal visando obter parâmetros de capacidade de suporte.

Considerando a composição heterogênea do público das oficinas, ainda que convergente em seus interesses, buscou-se adotar dinâmicas que facilitassem a integração e estimulassem a troca de ideias, a despeito de hierarquias e antagonismo de vivências no Pantanal. A estratégia foi aplicar uma dinâmica simples e integradora, pautada numa linguagem acessível, focada no tema, que desse liberdade aos participantes para exporem suas experiências, externarem suas ideias e apresentarem suas sugestões.

Desse modo, foram considerados alguns modelos de dinâmicas de grupo que se mostraram a princípio promissores, diante das condições em que ocorreriam as oficinas e do público que as comporia. Um desses modelos foi o do World Café, uma ferramenta flexível que permite às pessoas participarem de rodas evolutivas de diálogo. As conversações tendem a se aprofundar e se enriquecer à medida que os participantes se movem de grupo em grupo, "polinizando" as ideias e descobrindo novos conhecimentos acerca de questões ou assuntos que são de verdadeira importância para suas vidas, trabalhos e comunidades. Outra alternativa aventada para as oficinas foi a da Indagação Apreciativa, que consiste no aporte de questões, através de perguntas propositivas, que visam fortalecer a capacidade de um sistema de aprender, antecipar e realizar o seu potencial positivo.

A primeira dinâmica mostrou-se mais apropriada aos objetivos das oficinas e às circunstâncias de sua realização. A metodologia, entretanto, teve que ser adaptada, pois a programação proposta e o tempo destinado a sua realização se mostraram incompatíveis com dinâmicas que demandassem um tempo mais longo de realização. Há que se observar que as oficinas tinham como meta apresentar ao público os objetivos do projeto, o seu alcance, as atividades realizadas e o seu conteúdo de interesse, de tal forma a sintonizar os participantes com o tema do encontro e otimizar a discussão. A adaptação técnica, nesse sentido, foi necessária e não trouxe prejuízos aos objetivos das oficinas, tendo estas se mostrado ricas em informações, apresentação de

demandas e sugestões relativas à aplicação de técnicas de capacidade de carga e indicações de problemas que têm afetado e mesmo comprometido a sustentabilidade do turismo no Pantanal.

A estrutura das oficinas, sua programação e dinâmica, ficou assim definida:

Tema: Capacidade de suporte e turismo no Pantanal.

1. Apresentação do projeto e de seus objetivos (Prof. Dr. Edvaldo Moretti e profa.Dra. Silvana Lucatto Moretti);

2. Apresentação dos resultados alcançados pelo Componente 5 (Doutoranda. Gizelle Prado);

3. Palestra com o Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo;(Universidade Federal de São Carlos)

4. Dinâmica de grupo (coordenada pelo Prof. Dr. Álvaro Banducci Júnior e pelo mestrando Alisson de Souza Pereira), compreendendo:

Apresentação dos participantes no interior de cada grupo,

. Debate com base em: indicação de problemas referentes ao turismo no Pantanal, apresentação de experiências positivas e ações integradoras e conservacionistas referentes ao uso do lugar para o turismo e sugestões para práticas e regulações do turismo em relação ao Pantanal, no sentido de conservar os atrativos e integrar as comunidades.

. Plenário: relato dos grupos e sistematização dos resultados e propostas.

A palestra do Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo , intitulada "Capacidade de carga turísticas em áreas naturais: mito numérico ou ferramenta de gestão sustentável", serviu como fonte de informação sobre a temática da capacidade de suporte e como estratégia para orientar o debate em torno do tema proposto, objetivando a otimização das reflexões e de seus resultados para o projeto. O professor abordou temas como princípios de manejo de turismo em função do espaço; diferentes metodologias de medição da capacidade de carga de áreas turísticas; e apresentou um modelo decorrente de suas experiências com técnicas de capacidade de carga.

pautado na limitação com base em fragilidades ambientais, convergindo com as preocupações ambientais do projeto. Ao final das palestras o público se mostrou estimulado para o diálogo, formulando perguntas e apresentando para discussão suas próprias experiências com o turismo no Pantanal.

As oficinas contaram com público diferenciado e amplo. Em Cuiabá - MT, participaram aproximadamente 30 pessoas, sendo empresários; professores universitários; representantes da Secretária Estadual de Turismo MT; representantes de ONGS; do Sistema S, como o Sesc; trabalhadores do turismo e estudantes de cursos de guias de turismo. Em Campo Grande - MS, o público foi mais expressivo, tendo 65 participantes, representantes de diferentes órgãos públicos vinculados ao turismo no estado, como o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e a Fundação Estadual de Turismo; do Sistema S, como o SENAI; representantes do trade turístico; professores universitários de diferentes instituições de ensino superior, tais como UEMS e UFMS; empresários do turismo; guias de turismo; representantes de ONGS ambientalistas e acadêmicos de turismo.

A dinâmica dos trabalhos consistiu em reunir os participantes em pequenos grupos de caráter heterogêneo - de tal forma a que cada grupo dispusesse de representantes de distintos campos de atuação e áreas de interesse em relação ao turismo no Pantanal - e em promover o debate sobre o tema proposto tendo como parâmetro as experiências pessoais e institucionais, as referências expostas acerca do projeto e os indicadores sugeridos durante a palestra do professor Heros Lobo. Ainda que não houvesse condições de promover o rearranjo dos grupos, tal como pressupõe a técnica do World Café, o debate foi conduzido no sentido de propiciar condições para a expressão de diferentes leituras do tema. Cada grupo contava com um coordenador, membro da equipe, que tinha como tarefa estimular a participação e conduzir o diálogo entre os integrantes, o que foi feito pautado no seguinte roteiro temático:

- Potencial do turismo na região em que o membro do grupo atua. O que o turista pode ver nos locais onde se encontra o atrativo.

- Benefícios e problemas que o turista tende a promover em função de sua presença no empreendimento/atrativo.

- Existência de experiências ou medidas de controle da atividade turística vivenciadas pelas pessoas do grupo que tenham sido reguladas com base na Capacidade de Carga e quais os seus resultados.

- Existência de atividades turísticas no Pantanal reconhecidamente carentes e propensas a estudos de Capacidade de Suporte. Quais e por quê?

- Posicionamento referente ao papel dos estudos sobre Capacidade de Suporte na formulação de normatizações que poderiam vir a regular as atividades e os empreendimentos turísticos no Pantanal.

Após os debates, os participantes foram reunidos em plenária, momento em que houve a apresentação e sistematização dos dados resultantes das reflexões de cada grupo. As pessoas puderam, então, se manifestar em relação às questões levantadas pelos grupos como um todo, defender ideias, questionar e expor opiniões sobre a temática da capacidade de suporte relativa à prática do turismo no Pantanal.

As oficinas mostraram-se bastante ricas e produtivas no que se refere ao volume de informações e ao conteúdo das reflexões. Com base nelas foi possível estabelecer um panorama do modo como o empreendimento turístico tem se desenvolvido no Pantanal, seus benefícios e os impactos ambientais e sociais que porventura tem promovido. O primeiro aspecto a se evidenciar do debate é que os participantes das oficinas demonstraram ter clareza acerca da complexidade do Pantanal, que apresenta realidades sociais e ambientais muito diversas, mesmo quando referidas a atividades comuns. Uma região atingida pela cheia apresenta uma dinâmica distinta de outra que, no mesmo período, encontra-se em regime de vazante. No caso da pesca, por exemplo, as regulações normativas diferem conforme o estado a que se aplicam.

Em relação a essa atividade, foi apontado que o esforço de pesca nos rios pantaneiros, decorrente de práticas abusivas, inclusive decorrentes do turismo, tem levado à redução significativa do estoque pesqueiro da bacia do rio Paraguai, exigindo medidas mais restritivas por parte do poder público. De

outro lado, revelou-se a existência de um conflito de interesses entre agências públicas e o mercado. Quando estudos técnicos orientam para a contenção do esforço pesqueiro, pautando políticas de caráter restritivas e de teor conservacionista, o mercado não raro se insurge contra essas medidas, apontando para os seus prejuízos sociais. O contraste de interesses também ocorre em outros contextos como a relação entre proprietários rurais e trabalhadores que atuam na coleta de iscas vivas, sendo que estes últimos costumam ser acusados de invasores de terras, ao adentrarem nas propriedades para praticarem a coleta, bem como são vistos como responsáveis pelo declínio do número de pássaros nas áreas onde atuam, prejudicando o turismo.

Evidenciou-se, mediante essas e outras situações apontadas no decorrer das oficinas, que a despeito das singularidades regionais, nos locais onde ocorrem atividades turísticas, a pressão ambiental e social tem se mostrado evidente. Foi mencionada nos depoimentos a dificuldade das agências públicas em promover o monitoramento da ação de turistas e dos empreendimentos turísticos no Pantanal, de tal modo a fazer prevalecer normas e legislações ambientais e trabalhistas relativas a essa e outras áreas de fragilidade ecossistêmica.

Os debates permitiram vislumbrar um crescimento da atividade turística em toda a planície pantaneira, com a exploração de diferentes atrativos e a implantação de distintas modalidades de turismo. Essa iniciativas, entretanto, têm ampliado as áreas impactadas por essa atividade. Em Mato Grosso, por exemplo, espaços que até pouco tempo apresentavam baixo índice de visitação, têm se tornado polo de atração turística, como é o caso da Baía de Chacororé, no município de Barra do Garças, que vem sofrendo com a presença e a ação de visitantes com alto poder aquisitivo, que constroem moradias próximas às margens e navegam com barcos e lanchas de motores potentes, interferindo no ecossistema da baía. Em alguns locais da Estrada Transpantaneira a presença crescente do turismo de recreação, que acontece num único dia, tem conflitado com os interesses de pousadas que praticam o turismo contemplativo e cultural.

Em relação ao turismo contemplativo foram, do mesmo modo, levantadas críticas em relação a algumas práticas, tal como o avistamento de onças, da forma como vem ocorrendo na área do Parque Estadual "Encontro das Águas", entre os rios Cuiabá e Piquiri, em Mato Grosso. De acordo com alguns depoimentos, nessa área, que recebe visitas em número crescente de barcos de turismo, estaria acontecendo a ceva de felinos, a fim de torná-los mais dóceis e visíveis aos visitantes, interferindo em seus hábitos. Houve posicionamentos contrários, que afirmaram ser essa visibilizdade decorrente do crescimento no número de animais em função do controle da caça e da matança indiscriminada dos felinos.

O turismo de avistamento de animais, se pode ser objeto de desconfianças, apresenta perspectivas promissoras para a atividade turística no Pantanal. Esse é o caso da observação de aves, que vem ganhando espaço na região pantaneira de Coxim e Rio Verde, em Mato Grosso do Sul. Reconhecido como atividade de baixo impacto ambiental e grande retorno social, a observação de aves é uma prática que, a julgar por alguns depoimentos tende a se expandir no mercado turístico pantaneiro, requerendo estímulo e controle.

O turismo de base comunitária também se faz presente no contexto pantaneiro, sobretudo no Pantanal de Mato Grosso do Sul. Comunidades tradicionais do rio Paraguai, localizadas na Foz do Rio São Lourenço, na Serra do Amolar e no Porto da Manga, envolvidas com a pesca e a produção de alimentos regionais, já fazem parte de roteiro turístico de base comunitária. A ONG Ecoa - Ecologia e Ação, desenvolve atividades sociais e de desenvolvimento econômico nessas comunidades e tem no turismo uma campo para implantação de seus projetos. Assim é que já existe um roteiro proposto para essa atividade, mas que encontra dificuldades para implantar-se em razão do desinteresse de empresários de agências e do poder público, que não investem na promoção e viabilização mercadológica do empreendimento.

Desse modo, as oficinas permitiram vislumbrar muitos aspectos e condições em que o turismo vem se desenvolvendo no Pantanal. Existem iniciativas comprometidas com a sustentabilidade, como é o caso da

campanha do "preço justo da isca", defendida por comunidades coletoras pantaneiras em Mato Grosso do Sul, enquanto que há outras completamente alheias às práticas e demandas de conservação. Em todos os casos, os participantes mostraram, a partir de suas experiências pessoais, que as metodologias com base na capacidade de carga tendem a ser um instrumento eficaz para se promover um turismo sustentável na região, pautado em parâmetros técnicos e socais, que podem regular de forma equânime interesses distintos em relação à prática do turismo.

Nesse sentido, foram sugeridos, ao final das oficinas, empreendimentos, atividades e/ou locais apropriados para a possível aplicação experimental de metodologias com base na capacidade de suporte. A Estrada Parque Transpaneira, as baías de Barão de Melgaço; os Parques Nacionais e Estaduais de Mato Grosso; as áreas de pesca nos rios Cuiabá e Paraguai foram alguns dos locais apontados pela oficina ocorrida em Cuiabá, Mato Grosso. A captura de iscas vivas no município de Miranda; a observação de aves em Coxim, o turismo de base comunitária na Serra do Amolar e na Barra do São Lourenço; as áreas de pesca do Porto da Manga e do Passo da Lontra foram alguns dos locais e atividades sugeridos nas oficinas de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Tais sugestões apontaram para a pertinência de se empreender estudos com base nas metodologias propostas pelo projeto, que tendem a evidenciar importantes indicadores para a regulação de atividades turísticas no Pantanal com vistas à sustentabilidade.

2.2 Proposta de metodologia para a capacidade de carga turística do Pantanal

A capacidade de carga turística é um procedimento de planejamento e gestão do turismo que vem sendo utilizado, pelo menos há 40 anos para a obtenção de limites de uso turístico em áreas naturais, sobretudo em trilhas, cavernas e áreas protegidas (Cifuentes, 1992; Lobo et al., 2010). Neste intervalo, diferentes procedimentos foram desenvolvidos, em função de características ambientais, sociais, administrativas e políticas de cada realidade (Lobo et al., 2010).

Dos diversos métodos existentes, destaca-se a iniciativa contemporânea de compreender a capacidade de carga no âmbito do planejamento e ordenamento territorial, a partir de demandas específicas de uso turístico – os cenários de visitação desejados – e de estudos temáticos sobre as características gerais do ambiente, na forma de fragilidades geoespacializadas (Lobo et al., 2013). Neste contexto, permite-se o planejamento participativo como essência para a execução da atividade, envolvendo todos os principais atores do turismo em cada localidade para se obter um resultado que se encontre dentro de seu contexto e, ao mesmo tempo, considere tanto as demandas de conservação quanto as de desenvolvimento da atividade turística.

Para o caso do Pantanal, propõe-se a realização das seguintes etapas, para a obtenção de princípios, diretrizes e ações para a capacidade de carga turística:

I. Seleção de casos-piloto representativos em cada um dos estados, que não sejam tão exclusivos em suas características socioambientais, de forma a não gerar exemplos excepcionais;

II. Busca de material bibliográfico sobre os locais pesquisados, sobretudo estudos ambientais, que permitam a elaboração de mapas temáticos de fragilidade do ambiente;

III. Reunião com lideranças locais e representantes do mercado turístico, para definição dos cenários de interesse para cada localidade;

IV. Oficina de planejamento participativo, com participação de todos os interessados (pesquisadores, lideranças, empresários) para definição de limites e possibilidades para a capacidade de carga turística.

Estas etapas foram adaptadas de dois casos reais já desenvolvidos no Estado de São Paulo, sendo um deles a proposta original de desenvolvimento desta metodologia de capacidade de carga turística – desenvolvida em 2010 e publicada em Lobo et al. (2013) – e outro para o planejamento de uma Unidade de Conservação, o Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, para seu zoneamento e diretrizes de gestão, em 2011 (Santo André; Ekos Brasil, 2011).

Referências

Cifuentes-Arias M (1992) Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas. CATIE, Turrialba

Lobo HAS, Perinotto JAdeJ, Boggiani PC (2010) Tourist carrying capacity in caves: main trends and new methods in Brazil. In: Bella P, Gazik P (eds) International Congress of International Show Caves Association. v6 Slovak Caves Administration, Liptovsky Mikulas, pp 108-115

Lobo HAS, Trajano E, Marinho MdeA, Bichuette ME, Scaleante JAB, Scaleante OAF, Rocha BN, Laterza FV (2013) Projection of tourist scenarios onto fragility maps: Framework for determination of provisional tourist carrying capacity in a Brazilian show cave. Tourism Management 35:234-243

SANTO ANDRÉ (Município). INSTITUTO EKOS BRASIL. *Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba*. Santo André: Ekos Brasil, 2011. Disponível em: <http://www2.semasa.sp.gov.br>. Acesso em 15/10/2013.

3. Cronograma e recursos para Oficinas de Janeiro a Dezembro 2015

Estado	Local da Oficinas	Equipe	Recursos	Detalhamento
Mato Grosso	Poconé	Gizelle, Jaime, Heros e Silvana Suplente: Alvaro e Alisson	Diárias e passagens Aluguel de carro combustivel	Passagem aérea Campinas/Cuiabá/ Campinas Campo Grande /Cuiabá/Campo Grande Aluguel de carro Cuiabá a Poconé Combustivel Dourados/ Campo Grande /Dourados Cuiabá /Poconé /Cuiabá
	Baía de Chacororé. no município de Barra do Garças	Gizelle, Jaime, Heros e Silvana Suplente: Alvaro Alisson	Diárias e passagens Aluguel de carro combustivel	Passagem aérea Campinas/Cuiabá/ Campinas Campo Grande /Cuiabá/Campo Grande Aluguel de carro Cuiabá a Barra do Graças Combustivel Dourados/ Campo Grande /Dourados Cuiabá /Barra do Graça /Cuiabá
Mato Grosso do Sul	São Lourenco município de Corumbá	Gizelle, Alisson, Heros, Alvaro Suplente: Silvana Edvaldo	Diárias , passagem Aluguel de carro Aluguel de barco Combustivel Piloto de barco	Passagem aérea - Cuiabá / Campo grande/ Cuiabá - Campinas/ Campo Grande/Campinas Combustivel Dourados/Corumbá/Dourados Aluguel de barco, com combustivel e Piloteiro
	Miranda	Silvana, Alvaro Alisson e Heros Suplente: Mara e	Diárias , passagem Aluguel de carro Combustivel	Passagem aérea Campinas/ Campo Grande /Campinas Combustivel Dourados/Miranda/Dourados

		Edvaldo		Aluguel de carro Dourados/Miranda/Dourados

ANEXO VII
COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE 6

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

1) IDENTIFICAÇÃO:

COMPONENTE/REDE: CARACTERIZACAO OCUPACIONAL DE PESCADORES E PECUARISTAS DO MUNICIPIO DE POCONE NA MICRORREGIAO ALTO PANTANAL.

COORDENADOR: André Luís Ribeiro Lacerda

TÍTULO DO PROJETO: Entre Pescadores e Pecuaristas: Caracterização sócio-ocupacional de pescadores e pecuaristas do munícipio de Poconé, microrregião do Alto Paraguai.

OBJETIVOS:
Gerais: (1) Descrever a organização, estratificação social e processos sociais – cooperação, conflito, competição, acomodação – entre pescadores e entre pecuaristas enquanto categorias sócio ocupacionais; (2) Investigar possíveis interações nas dinâmicas sociais de pecuaristas e pescadores em Poconé-Mt.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PROJETO: Clique – Núcleo de Estudos Quantitativos e Biossociais ICHS/UFMT.

EQUIPE CIENTÍFICA:

Pesquisadores:
(1) Dr. André Luís Ribeiro Lacerda – Coordenador da Pesquisa
Clique – Núcleo de Metodologias Quantitativas e Abordagens Biossociais/Departamento de Sociologia e C. Política, UFMT, campus Cuiabá.

(2) Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima
Sociólogo, Professor Associado PPG em Sociologia, UFAL, campus Maceió.
CPF - 275891452-20 / RG 1172622 - SSP-DF
Banco: BB Agencia - 14842 C/C - 183849
Endereço: Rua Álvaro Otacílio, 3781 Apto 603 Edifício Patinas - Ponta Verde
Maceió-AL Cep - 57036-850;

(3) Dr.Wallison Tadashi Hattori
Biólogo - UFRN (Pós-Graduação em Psicobiologia UFRN/comportamento)
CPF - 02678159990
RG - 003.041.751
Banco: BB Agencia 1381-1
C/C - 9045-X
Endereço: Rua das Orquídeas, 771, Apto 4, Capim Macio
Natal - RN Cep 58.078-170

(4) Dr. Felipe Nalon Castro
Biólogo (Pós-graduação em Psicobiologia UFRN/comportamento)
Professor
Endereço: Avenida Brancas Dunas, 65, Apto 1803 Torre Verão Residencial Quatro Estações
Cep - 59064-720.
Banco: BB Agencia: 1668-3 - C/C - 24711-1

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

Assistentes de Pesquisa:

1-Tayane de Souza Pinto Cordeiro
Bolsista Pibic Clique - Graduanda em Psicologia
Endereço: Av. Fenellon Muller, 166 Casa 03 Centro Várzea-Grande Cep – 78110440
CPF – 044.807.381-18
RG- 19497784
Banco do Brasil, Agência 27642, conta corrente 61287-1.

2-Dayanne Darth Ananias
Mestranda em Economia na UFMT, Campus Cuiabá-MT.
Rua 2900, quadra 18, casa 10 – Jardim Imperial. Fone- 81242333
Cuiabá-MT CEP – 78075715
Nascimento: 30/07/1991
Conta Corrente: 52697-5
CPF: 034.607.241-70
RG: 202691-6

3-Johannes Santos Veiga Da Cruz
Graduando em Ciência da computação
Endereço: Rua 20, quadra 59, N.12 Novo Ipê – Várzea-Grande
Cep 78156-002 Fone: 92591715
RG – 2149393
CPF – 034874161-82
Conta Poupança Caixa Econômica Federal Agência: 1569 - Conta poupança 00018092-0

4- Luís Carlos da Silva Filho
Graduando em Ciência da computação
Endereço: Rua Brasil, Quadra 3 N. 16 Bairro 15 de Maio VG
Cep – 78.132-320
CPF – 049.118.521-94 RG – 243.7226-9
Caixa Econômica Agencia 2985 - Conta poupança – 36473-8
Fone 81539404

5-Matteus Vargas da S. da Silva
Rua Portugal, quadra 45 N.10 Nova Era – VG Cep – 78130-540
CPF- 013.392.381-95 RG – 2207216-0
Banco Brasil Agência – 3499-1 - C/C – 36473-8.

VIGÊNCIA DO PROJETO: 2012 / 2015

PERÍODO DO RELATÓRIO: 2014

2) INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS:

Áreas Geográficas de estudo: Pantanal Norte: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger, N.S do Livramento, Itiquira e Lambari do Oeste.

Hipóteses de trabalho: Hipótese geral: H – Embora Pecuaristas e pescadores sejam apresentados como uma categoria social geral, eles são diferenciados socialmente em categorias sociais que têm como marcadores sociais interesses econômicos e sociais comuns.

Hipóteses Específicas:

Pecuaristas:
h1- Os principais marcadores sociais das categorizações sociais dos pecuaristas relacionam-se com as outras atividades econômicas desenvolvidas por eles;
h2- a participação ou não participação nas atividades do Sindicato dos Produtores Rurais constitui um marcador social;
h3- Quanto mais ativo nas atividades do Sindicato Rural, mais comprometido com a ocupação é o pecuarista.
h4- Quanto menos ativo nas atividades do Sindicato Rural, menos comprometido com a ocupação é o pecuarista e mais envolvido com outras atividades econômicas ele está;
h5- Quanto mais atividades econômicas ele desenvolve, menos comprometido com a ocupação é o pecuarista;
h6- A distinção do lugar de residência do pecuarista (na fazenda, no município da fazenda ou em outro município) e a localização de sua propriedade – baixo, alto ou médio pantanal - constituem marcadores sociais e econômicos importantes entre os pecuaristas.

Pescadores:
h1- Um marcador social mais geral entre os pescadores distingue entre aqueles que são pescadores e aqueles que têm a carteira de pescador mas que não exercem a atividade;
h2- Entre aqueles que são legalmente pescadores, mas que não exercem a ocupação, existe uma maior proporção de mulheres;
h3- O local da pesca e a distância percorrida constituem marcadores sociais entre os pescadores;
h4- A participação ou não participação nas atividades da aldeia de pescadores constitui um marcador social entre os pescadores;

Materiais e métodos: Descrever os principais métodos utilizados na obtenção dos resultados. (Até 1200 caracteres – 04 parágrafos contendo 06 linhas cada aproximadamente)

Durante o ano de 2014, testamos e iniciamos a aplicação do survey dos pecuaristas. Ele encontra-se praticamente finalizado para Poconé-MT. As três viagens feitas em 2015 e mais algumas entrevistas que estão agendadas para Cuiabá (04 entrevistas), finalizarão a amostra de pecuaristas de Poconé. Os dados começaram a ser tabulados na semana que vem.

Em relação aos pescadores, refizemos o desenho do survey para que ele ficasse mais curto e praticamente apenas com questões fechadas para facilitar a quantificação. Os testes que fizemos em Poconé e Bonsucesso em Várzea Grande nos ajudaram anesse sentido. Coma mudança do critério de cadastramento dos pescadores que adquiriam mais mobilidade, pois não precisam ser registrados na colônia de seu domicílio, aplicaremos o questionário já desenhando amostra para o pantanal norte e não para cada município do pantnal de MT.

Resultados e Discussões: (Até 1200 caracteres – 08 parágrafos contendo 06 linhas cada aproximadamente)

Em relação aos pecuaristas, os dados parecem sustentar nossas hipóteses a respeito da diferenciação social. Se os pecuaristas têm outra atividade econômica e dependendo de sua localização parecem se constituir em variáveis importantes para explicar suas diferentes percepções acerca das dificuldades de fazer pecuária no pantanal hoje.

Em relação aos pescadores, os testes indicam que nossa maior dificuldade será administrar a resistência do grande numero de indivíduos portadores da carteira de prescador profissional, mas que não são pescadores.

Em nossa visita a Bonsucesso, os bolsistas enfrentaram muita hostilidade.

Conclusão: (Até 1200 caracteres – 04 parágrafos contendo 06 linhas cada aproximadamente)

Conforme afirmamos no relatório passado e no trabalho que paresentamos no Semi Edu (2014), pecuaristas e pescadores pantaneiros poconeanos enquanto ocupações sociais parecem enfrentar desafios socioeconômicos parecidos.

Os pecuaristas pantaneiros reclamam que não conseguem sobreviver economicamente como antes. "Exigências da legislação ambiental e custos elevados de manutenção de suas propriedades fazem com que eles tenham que se dedicar a outras atividades econômicas", dizem aqueles que entrevistamos até o momento. "O pantanal está acabando" é uma frase revorrente em nossas entrevistas. O fato de não poder limpá-lo está acabando com o pantanal e inviabilizando a pecuária. A maioria dos pecuaristas estão pessimistas. Eles reclamam muito do governo no que se refere à legislação trabalhista e ambiental que veem como inadequadas para o pantanal. Se existe subsídio para o semiárido nordestino, por que não para o pantanal foi uma proposta que ouvi de alguns pecuaristas em minhas entrevistas.

Os pescadores profissionais poconeanos continuam um enigma para nós. Na verdade, como a atividade da pecuária, a maior parte dos pescadores fazem da pesca uma atividade econômica complementar. Mas ainda estamos presos ao contexto econômico e social de Poconé. A partir de março ampliaremos nosso horizontes para Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço e Cáceres. Vejamos o que vamos encontrar.

Bibliografia:

Babbie, E. (1999) – *Métodos de Pesquisa de Survey*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
Festinger, L. & Katz, D. (1974) – *A Pesquisa na Psicologia Social*, RJ: Fundação Getúlio Vargas.
Field, A. (2009) – *Descobrindo a Estatística Usando o SPSS*, Porto Alegre: Bookman/Artmed.
Hawkes, K. (1992) – "Sharing and collective action" in Smiths, E.A. & Winterhalders B.(Editors), *Evolutionary Ecology and Human Behavior*. New York: Aldine de Gruyter.
Horton, P.B. & Hunt, C.L. (1980) – *Sociologia*, SP: McGraw-Hill.
Lenski, G. & Lenski, J. (1974) – *Human Societies*, New York: McGraw-Hill Book Company.
Martin, J.L. (2009) – *Social Structures*, Princeton and Oxford: Princeton University Press.

3) COOPERAÇÃO COM OUTROS PROJETOS:

(1) Estabelecemos uma parceria com o Professor Thomas Flamsson da University of Utah nos Estados Unidos. Ele virá a Cuiabá em Maio para conhecer o trabalho que desenvolvemos.
(2) Cooperação com o Lavi, Núcleo do Departamento de Ciência da computação, através da Profa. Dra. Patrícia C. Souza. Temos um grupo de estudos com os três alunos de graduação em ciência da computação.

4) FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Obs.: Nome do programa de pós-graduação, nome do aluno, título do trabalho...

a) Número de pós-doutorados concluídos no período:
b) Número de pós-doutorados em andamento no período:

c) Número de teses de doutorados concluídas no período:

d) Número de teses de doutorados em andamento no período:

e) Número de dissertações de mestrado concluídas no período:

f) Número de dissertações de mestrado em andamento no período:

g) Número de trabalhos de iniciação científica concluídos no período:**02**

h) Número de trabalhos de iniciação científica em andamento no período: **02**

i) Potencial de aproveitamento dos Recursos Humanos formados: 02 bolsistas Permanência, 01 colaborador, Alunos de graduação em ciência da computação.

5) TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE:

a) Relacionamento com a sociedade:

b) Educação para a ciência:

Palestras: 01 Dr. Walison Tadashi Hattori (Colaborador da Pós-Graduação em Psicobiologia da UFRN) – "Comer, rezar e amar: uma visão evolucionista das diferenças individuais", dia 23/04, 19 hs, no Auditório Fezinho da Faculdade de Economia.

c) Interação com o ensino básico:

6) TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O SETOR EMPRESARIAL E GOVERNO:

a) Interação com o Setor Empresarial:

b) Políticas Públicas;

c) Inovações:

d) Patentes:

e) Transferência de Tecnologia:

7) PUBLICAÇÕES:

Obs.: *Anexar cópia do artigo publicado e/ou informar link da publicação*

a) Artigos publicados:
(nº de artigos, título do artigo, revista, referência completa de acordo com as normas ABNT)
b) Artigos aceitos para publicação:
(nº de artigos, título do artigo, revista, referência completa de acordo com as normas ABNT)

d) Livros:
(nº de livros, título do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

e) Capítulos de livros:**01**

Ribeiro Lacerda, A.L. "Ciclo das águas no pantanal e sua relação com paradoxos de ação coletiva entre pecuaristas de Poconé-MT", *Clima e Sustentabilidade*, organizado por João Vicente R.B da Costa Lima, Maceió, Ufal, 2014.

(nº de capítulos, título do capítulo, nome do livro, referência completa de acordo com as normas ABNT)

8) EVENTOS CIENTÍFICOS E DE INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE:

Obs.: Anexar comprovação do trabalho apresentado e comprovação de evento de interação com a sociedade não-científica (folder, link de site onde foi divulgado...)

a) Trabalhos apresentados Em Eventos Científicos: **02**
(número e descrição, título do trabalho, nome do evento, local do evento, período do evento, nome dos autores)

Ribeiro Lacerda, A.L. "Por que alguns problemas de ação coletiva entre pescadores e entre pecuaristas do pantanal de Poconé-MT são desafios ocupacionais", SemiEdu, Cuiabá, UFMT, Novembro de 2014.

Participação em Congresso Internacional:

Ribeiro Lacerda, AL (2014) – "Some problems in the collective action of fishermen and farmers in the Poconé Pantanal-MT", *Abstract, 26 th Human Behavior and Evolution Society Conference*, Symposium 4, Natal-RN, July 30-August 02, 2014, page 50.

b) Eventos de interação com a sociedade:

Palestras: **01**

Dr. Walison Tadashi Hattori (Colaborador da Pós-Graduação em Psicobiologia da UFRN) – "Comer, rezar e amar: uma visão evolucionista das diferenças individuais", dia 23/04, 19 hs, no Auditório Fezinho da Faculdade de Economia.

(número e descrição completa do(s) evento(s): nome do evento, local do evento, período do evento, participantes)

9) OUTRAS INFORMAÇÕES:

Indicar se houve melhorias na estrutura de laboratórios e locais onde os subprojetos se desenvolvem, bem como, descrever outros fatores relevantes para o desenvolvimento do subprojeto. (Até 500 caracteres)

INDICADOR 3: Número de *surveys* aplicados em oficinas/assembleias - NCSA

Edit this form

Survey Pecuaristas - Poconé

Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

BLOCO 01

1. Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos?

- [ ] Aumentou
- [x] Diminuiu

Por quê?

2. Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

- [ ] A - Compradores de gado
- [ ] B - Funcionários
- [ ] C - Fornecedores de Insumos
- [ ] D - Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama)
- [ ] E - Outros pecuaristas
- [ ] F - Técnicos - Agrônomos/Veterinários
- [x] Other:

BLOCO 02

3. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado. O que o Sr. acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista no Pantanal?

4. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido no Pantanal?

Sucesso - ter terra uma firma boa. ter gado e deve pastagem

amigo - uma boa gado deixava que pudre cheia 200/150

5. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?

- (•) Sim
- ( ) Não

Por quê? Mandar pra frente ñ tem + acesso

Ellevado agora está uma transportadora

6. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista?

Sou de raça Condes

Fazendeiro é um herói

7. Por que ser pecuarista no pantanal?

Valor das terras Mas daqui decadar-se

q é uma grande

8. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal?

0	1	2	3	4	5
○	○	○	○	○	○
○	○	○	○	○	○
○	○	●	○	○	○
○	●	○	○	○	○
○	○	○	○	○	○
○	○	○	○	○	○

Outros, quais?

Mistura Gado

9. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam menos dificuldades do que outros?

No pantanal as dificuldades

são os mesmos. Existe quem está na beira da estrada

10. Em caso positivo, quais enfrentam mais dificuldades?

ganhar mercado de trabalho - ocupação // distâncias

11. O senhor(a) pode dizer quais são os assuntos sobre os quais os pecuaristas mais gostam de conversar?

Gostam de contar causos dos antigos fazendeiros. Preço do gado, gado. Conversa / notícias / trabalho

12. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?

- [x] Sim
- [ ] Não

13. Em caso positivo, quais outras atividades?

- [ ] A - Mineração
- [ ] B - Turismo
- [ ] C - Agricultura
- [ ] D - É profissional liberal
- [x] E - Comércio
- [ ] F - Funcionário público
- [ ] Other:

14. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal?

- [ ] Pecuária
- [x] A outra atividade mencionada

15. O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?

- [x] Sim Mal, mas vive - fazendas grandes.
- [ ] Não

16. Caso negativo, por quê

- [ ] A - Mão de obra
- [ ] B - Restrições ambientais da fiscalização Ibama/Sema
- [ ] C - Pantanal sujo
- [ ] D - Modificação dos regimes das águas no pantanal.
- [ ] Other:

17. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

- [x] Sim
- [ ] Não

18. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria?

- [x] A - Cavalo pantaneiro
- [x] B - Aves
- [ ] C - Caprinos
- [ ] D - Suínos
- [x] Other: Carneiro

19. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

- ○ Sim
- ○ Não

20 - Que proporção ele contribui economicamente:

- [ ] A - Não contribui
- [ ] B - Muito pouco
- [ ] C - Pouco
- [ ] D - Razoavelmente
- [ ] E - Muito

21. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

- ○ Sim
- ○ Não

22. Caso negativo, como maneja o gado?

23 - Se sim, a área para a qual o senhor leva o gado?

- [ ] A - É arrendada de outros pecuaristas
- [ ] B - É alugada de outros pecuaristas
- [ ] C - É alugada de não-pecuaristas
- [ ] D - É área própria
- [ ] Other:

24. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área?

25. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?

26. Quanto tempo o gado fica nesta área?

- [ ] A - Até 1 mês
- [ ] B - 2 meses
- [ ] C - 3 meses
- [ ] D - 4 meses
- [ ] E - 5 meses
- [ ] F - 6 meses
- [ ] G - Mais de 6 meses

BLOCO 03

Concluindo, gostariamos de fazer algumas perguntas para melhor caracterizar os respondentes desta pesquisa.

27. Posso saber sua idade?

59

28. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou?

Em quantidade de anos estudados.

Começou Admn

29. Sexo:

- [x] Masculino
- [ ] Feminino

30. Qual o Estado civil de V.Sa.?

- [ ] A - Solteiro
- [x] B - Casado
- [ ] C - Vivendo maritalmente
- [ ] D - Separado
- [ ] E - Divorciado
- [ ] F - Viúvo

31a. Se casado, qual a ocupação de sua esposa (marido)?

Do lar

31b. Ele (a) ajuda na fazenda? [VERIFICAR COM O PROFESSOR]

- [x] Sim
- [ ] Não

☐ Às vezes

32. Tem filhos?

☒ Sim
○ Não

Em caso positivo, quantos?

3 ~ 2 rapaz / 1 mulher

33. Em caso positivo, eles trabalham na fazenda?

○ Sim
☒ Não
○ Às vezes

34. Qual a sua naturalidade:

○ Pantanal
☒ Fora do pantanal Paranaense

O local da naturalidade:

Guaraniaçu Bethes

35. Em que lugar o senhor reside:

○ Na fazenda
○ No município em que fica a fazenda
☒ Em outro município Cuiabá

36. Qual foi a principal ocupação de seu pai?

Motorista de Caminhão a vida toda.

E a principal ocupação de sua mãe?

Costureira

37. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade?

215 hectares

38. Posso saber o tamanho de seu rebanho?

300 Cabeças

39. O Sr. pode dizer quantas pessoas o Sr. emprega em sua fazenda?

02 pessoas

Survey Pecuaristas de POCONÉ-MT

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2.Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos? Diminuiu

Por quê?

3.Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

A-( ) Compradores de gado; B ( ) funcionários; C (2) Fornecedores de Insumos; D ( ) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E-(1)Outros pecuaristas; F-(3) Técnicos – Agrônomos/Veterinários; G-( ) Outros – Quais?

Bloco 02

4. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado. O que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista?

5. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido?

Fernando Costa [illegible]

32

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?

( ) Sim (X) Não - Por que os problemas tem os seus hoje mesmo compra gado. Compra leite pq acha q tem + futuro

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista? É o sonho de muita mulher

8. Por que ser pecuarista no pantanal? Daqui 100 anos teremos fazenda (a preço de agricultura)

9. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal? (Numerar a ordem em que são relatados).

A- ( ) Mão de obra; B- (1) Restrições da legislação Ambiental; C- ( ) Manutenção da Pastagem; D- ( )Estradas, pontes; E- ( ) Apoio do governo; F-( ) Energia; G-( ) Outros – quais?

10. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam muitos dificuldades do que outros? Os de maior retorno tem dificuldades (relevo custo/receita) / ponto de abastecimento

11. Se sim, quais enfrentam mais dificuldades e quais enfrentam menos? Os pequenos

12. O senhor (a) pode dizer quais são os assuntos ~~ou tópico que mais estão polêmicas entre os pecuaristas~~ sobre os quais os pecuaristas mais optam de conversar (troca de experiência

13. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?

(X) Sim ( ) Não

14. Em caso positivo, quais outras atividades?

A-( )Mineração; B-( ) Turismo; C-( ) Agricultura; D-( ) É profissional liberal; E-( ) Comércio; F-( ) Funcionário Público; G-(X) Outros- Quais? Horta de Serra / (Reflorestamento (3) armazenadores de Grãos - Cuiabá

15. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal? ( ) Pecuária; (X) A outra atividade mencionada.

16.O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?

3.3

( ) Sim (X) Não

17. Por quê? A- ( ) Mão de obra; B-(X) restrições ambientais da fiscalização Ibama/sema, pantanal sujo; C-( ) Modificação do regimes das águas no pantanal.

18. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

( ) Sim (X) Não

19. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria:

A-( ) Cavalo Pantaneiro; B-( ) Aves; C- ( ) Caprinos; D- ( ) Suinos; E- ( ) Outros. Quais?

20. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

( ) Sim ( ) Não

21. Que proporção ele contribui economicamente:

A- ( )Não contribui; B- ( ) Muito Pouco; C- ( )Pouco; D- ( ) razoavelmente; E- ( ) Muito

22. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

( ) Sim (X) Não

23. Se não, como maneja o gado? Na ponta forma de fazenda

24. Em caso positivo, a área para a qual o senhor leva o gado:

A-( ) É arrendada de outros pecuaristas; B- ( )É alugada de outros Pecuaristas; C- ( ) É alugada de Não Pecuaristas; D- ( ) É área própria; E- ( )Outros – quais?

25. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área?

26. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?

27. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B- ( ) 2 meses; B-( ) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-( ) 5 meses; E- ( ) 6 meses; F- ( ) Mais de 6 meses

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorara caracterizar os respondentes desta pesquisa..

Survey Pecuaristas de POCONÉ-MT

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2.Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos? diminuiu bruscamente

Por quê? Grandes empresários. Ex - JBS/Pantanal - 120.000 (G130?)

3.Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

A-(3) Compradores de gado; B (1) funcionários; C ( ) Fornecedores de Insumos; D ( ) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E-(2) Outros pecuaristas; F-( ) Técnicos – Agrônomos/Veterinários; G-( ) Outros – Quais?

Bloco 02

4. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado, o que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista?

5. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido?

22

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?

(X) Sim ( ) Não - Por que

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista?

8. Por que ser pecuarista no pantanal?

9. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal? (Numerar a ordem em que são relatados).

A- ( ) Mão de obra; B- ( ) Restrições da legislação Ambiental; C- ( ) Manutenção da Pastagem; D- ( )Estradas, pontes; E- ( ) Apoio do governo; F-( ) Energia G-( ) Outros – quais?

10. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam menos dificuldades do que outros?

11. Se sim, quais enfrentam mais dificuldades e quais enfrentam menos?

12. O senhor (a) pode dizer quais são os assuntos ou assunto que mais geram polêmicas entre os pecuaristas?

13. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?

(X) Sim ( ) Não

14. Em caso positivo, quais outras atividades?

A-( )Mineração; B-( ) Turismo; C- ( ) Agricultura; D- ( ) E profissional liberal; E- ( ) Comércio; F-(X) Funcionário Público; G-( ) Outros- Quais?

15. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal? ( ) Pecuária; (X) A outra atividade mencionada.

16.O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?

23

( ) Sim ( ) Não Se medo/peq com pedido de financiament

17. Por quê? A- ( ) Mão de obra; B-( ) restrições ambientais da fiscalização ibama/sema, pantanal sujo; C-( ) Modificação do regimes das águas no pantanal.

18. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

(X) Sim ( ) Não

19. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria:

A-(X) Cavalo Pantaneiro; B-( ) Aves; C- ( ) Caprinos; D- ( ) Suínos; E- ( ) Outros. Quais?

20. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

(X) Sim ( ) Não

21. Que proporção ele contribui economicamente:

A- ( )Não contribui; B- ( ) Muito Pouco; C- ( )Pouco; D- ( ) razoavelmente; E-(X) Muito

22. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

(X) Sim ( ) Não

23. Se não, como maneja o gado?

24. Em caso positivo, a área para a qual o senhor leva o gado:

A-( ) É arrendada de outros pecuaristas; B- ( )É alugada de outros Pecuaristas; C- ( ) É alugada de Não Pecuaristas; D- (X) É área própria; E- ( )Outros – quais?

25. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área? 400 hectares

26. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal? 400/400

27. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B- ( ) 2 meses; B-(X) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-( ) 5 meses; E- ( ) 6 meses; F- ( ) Mais de 6 meses

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorara caracterizar os respondentes desta pesquisa..

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

2.4

28. Posso saber sua idade? 49

29. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou? (em quantidade de anos estudados?) Medio 2

30. Sexo (X) M ( ) F

31. Qual o Estado civil de V.Sa.?

A. ( )solteiro (a); B. (X) Casado (a); C. ( )Vivendo maritalmente; D. ( ) Separado (a); E. ( ) Divorciado (a); G. ( )Viúvo (a); H. ( )Outro

32. Se casado, qual a ocupação de sua esposa (marido)? Diretora de escola Ele (a) ajuda na fazenda? (X) Sim ( ) Não

33. Tem filhos? (X) Sim ( ) Não Quantos? 2

34. Se sim, eles trabalham na fazenda? (X) Sim ( ) Não nos finais

35. Qual a sua Naturalidade: ( ) Pantanal: localidade ; (X) Fora-Localidade Rosario Oeste

36. Em que lugar o sr reside: ( ) Na fazenda; ( ) No município em que fica a fazenda; (X) Em outro município. Cuiabá

37. Qual foi a principal ocupação: de seu Pai: Semgalista e fazendeiro
Sua Mãe: Dona de Casa

38. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade? 400 hect

39. Posso saber o tamanho de seu rebanho? 400 reses

40. O Sr. pode dizer quantos pessoa o Sr. emprega em sua fazenda? 02

41. É associado do sindicato dos produtores rurais? (X) Sim ( )Não

42. Participa regularmente das atividades do sindicato: (X) Sim ( ) Não

43. Se não, por quê?

44. É associado a alguma outra entidade? (X)Sim; ( ) Não – Se sim, qual? ASCED

45. Participa regularmente das atividades dessa entidade? (X)Sim; ( ) Não.

46. Por quê? Sede Cuiabá e um pouco longe de informar

Survey Pecuaristas de POCONÉ-MT

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2.Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos? Diminuiu

Por quê? É tão pela dificuldade q é tirar fazenda no Pantanal. Devido ao acesso

Mas muitos proprietários tão onde n tem acesso abandonaram (Sesc Pantanal n tem + de 30 pessoas)

3.Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

A-( ) Compradores de gado; B ( ) funcionários; C ( ) Fornecedores de Insumos; D ( ) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E-( ) Outros pecuaristas; F-( ) Técnicos – Agrônomos/Veterinários; G-( ) Outros – Quais? Sindicato (2) (3) Arnaud ACEP

Bloco 02

4. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado, o que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista? Ter experiência na fazenda // ser bom // ter boa administração // ser honesto // cerca tem q // manejar o gado

5. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido?

Ter q ter experiência // ter uma boa administração de fazenda // mau-de-dono. ter dinheiro

1.Z

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?

(X) Sim ( ) Não - Por que ---Doenças (tomada de propriedade) Capacidade de fiscalização do Gado (+Campo e menos gado no pantanal) Problema de terra / mas de-dera;

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista? Por gosto

8. Por que ser pecuarista no pantanal? Oportunidade de comprar terra no Pantanal, terra q é + barata

9. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal? (Numerar a ordem em que são relatados).

A- (2) Mão de obra; B- ( ) Restrições da legislação Ambiental; C- ( ) Manutenção da Pastagem; D- (1)Estradas, pontes; E- ( ) Apoio do governo; F-( ) Energia; G-( ) Outros – quais? Imposto (3) (4) Terra

10. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam menos dificuldades do que outros? Aquele q tem + dinheiro e/ empresarios q tem bois do Para, mas tem dinheiro.

11. Se sim, quais enfrentam mais dificuldades e quais enfrentam menos? Mais pobres, propriedades + longe da cidade

12. O senhor (a) pode dizer quais são os assuntos ~~os quais os pecuaristas~~ sobre os quais os pecuaristas mais gostam de conversar? Preço (Comercialização do gado)

13. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?

(X) Sim ( ) Não

14. Em caso positivo, quais outras atividades?

A-( )Mineração; B-( ) Turismo; C- ( ) Agricultura; D- ( ) É profissional liberal; E- ( ) Comércio; F-( ) Funcionário Público; G-(X) Outros- Quais? Funcionario da ACCP

15. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal? ( ) Pecuária; (X) A outra atividade mencionada. ajuda a tocar a fazenda

16.O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje? Quem tem bicho na Cidade Quem tem Sobrevive

Ir todo mês fazenda

Animais

a Mulher mas quer ir fazenda

* Melhoramento de Raça genetics formação de pastagem

1.3

Como? tem q ter Mto gado

(X) Sim ( ) Não

17. Por quê? A- ( ) Mão de obra; B-( ) restrições ambientais da fiscalização Ibama/sema, pantanal sujo; C-( ) Modificação do regimes das águas do pantanal.

18. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

(X) Sim ( ) Não

19. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria:

A-(X) Cavalo Pantaneiro; B-(X) Aves; C- ( ) Caprinos; D-(X) Suínos; E- ( ) Outros. Quais?

20. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

(X) Sim ( ) Não

21. Que proporção ele contribui economicamente:

A- ( )Não contribui; B- ( ) Muito Pouco; C- ( )Pouco; D- ( ) razoavelmente; E-(X) Muito

22. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

(X) Sim ( ) Não no Pantanal Maior + alto

23. Se não, como maneja o gado?

24. Em caso positivo, a área para a qual o senhor leva o gado:

A-( ) É arrendada de outros pecuaristas; B- ( )É alugada de outros Pecuaristas; C- ( ) É alugada de Não Pecuaristas; D-(X) É área própria; E- ( )Outros – quais?

Fazenda

25. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área? Não sei

26. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal? se equivalem 1900 / 1900 hectares

27. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B- ( ) 2 meses; B-( ) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-(X) 5 meses; E- ( ) 6 meses; F- ( ) Mais de 6 meses

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorara caracterizar os respondentes desta pesquisa..

28. Posso saber sua Idade? 48

29. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou? (em quantidade de anos estudados?) Segundo Grau Completo

30. Sexo (X) M ( ) F

31. Qual o Estado civil de V.Sa.?

A. ( )solteiro (a); B. (X) Casado (a); C. ( )Vivendo maritalmente; D. ( ) Separado (a); E. ( ) Divorciado (a); G. ( )Viúvo (a); H. ( )Outro .

32. Se casado, qual a ocupação de sua esposa (marido)? Professora Estadual Ele (a) ajuda na fazenda? ( ) Sim ( ) Não

33. Tem filhos? (X) Sim ( ) Não Quantos? 02

34. Se sim, eles trabalham na fazenda? ( ) Sim (X) Não

35. Qual a sua Naturalidade: (X) Pantanal: localidade Barão de Melgaço; ( ) Fora-Localidade

36. Em que lugar o sr reside: ( ) Na fazenda; (X) No município em que fica a fazenda; ( ) Em outro município.

37. Qual foi a principal ocupação: de seu Pai:- Peão de fazenda
Sua Mãe: do lar.

38. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade? 1900 hectares

39. Posso saber o tamanho de seu rebanho? 1300 vacas

40. O Sr. pode dizer quantos pessoas o Sr. emprega em sua fazenda? 03

41. É associado do sindicato dos produtores rurais? (X) Sim ( )Não

42. Participa regularmente das atividades do sindicato: (X) Sim ( ) Não Diretoria

43. Se não, por quê?

44. É associado a alguma outra entidade? (X)Sim; ( ) Não – Se sim, qual? ABCCP

45. Participa regularmente das atividades dessa entidade? (X)Sim; ( ) Não. ~ Dos funcionários

46. Por quê? Pecuarista

Survey Pecuaristas - Poconé

Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

1. **Identificação do Local**

Bozano

Leste Médio Pantanal

BLOCO 01

2. **1. Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos?**
Mark only one oval.

- ( ) Aumentou
- (X) Diminuiu

3. **Por quê?**

Homem pantaneiro "bom" ↓ | Homem pantaneiro → Fazendeiro, Peão, Empregado

4. **2. Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?**
Check all that apply.

- [ ] A - Compradores de gado
- [ ] B - Funcionários
- [ ] C - Fornecedores de Insumos
- [ ] D - Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama)
- [X] E - Outros pecuaristas
- [ ] F - Técnicos - Agrônomos/Veterinários
- [ ] Other:

Ag tem telefone, antigamente nas bases

BLOCO 02

5. **3. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado. O que o Sr. acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista no Pantanal?**

Estudar a natureza / Saber lidar no pele / Pantanal - conhecer os domínios Aconteceu o Pantanal o q o contexto d e Amazônia

6. **4. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido no Pantanal?**

N segue a lei da natureza // e o homem q vive [illegible] Pantanal está separado [illegible] não consegue

7. **5. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?**
Mark only one oval.

- [x] Sim
- [ ] Não

Caso Chia [illegible] dinheiro

8. **Por quê?**

Mto + A produção é menor e não tem tanta mão de obra

9. **6. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista?**

N sou. Sempre fui sou Veterinário // do espírito pantaneiro.

10. **7. Por que ser pecuarista no pantanal?**

Vou de herança

11. **8. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal?**
(Numerar a ordem em que são relatados)
Mark only one oval per row.

	1	2	3	4	5	6
1 - Mão de obra						
2 - Restrições da legislação ambiental	x					
3 - Manutenção da pastagem						
4 - Estradas, pontes						
5 - Apoio do governo						
6 - Energia						

E o Nordeste tem uma lei pro semi-árido e nós vamos pro pantaneiro?

12. **Outros, quais?**

Nenhum produtor [illegible] acompanhe produção fora do pantanal

13. **9. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam menos dificuldades do que outros?** no Pantanal
Mark only one oval.
- [x] Sim
- [ ] Não
- [ ] Talvez
- [ ] Não sei

Acerto

14. **10. Em caso positivo, quais enfrentam mais dificuldades?**
os pequenos + pobres — dificuldades → > pobreza hoje é uma

15. **11. O senhor(a) pode dizer quais são os assuntos sobre os quais os pecuaristas mais gostam de conversar?**
Idoso passado / saudosismo

16. **12. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?**
Mark only one oval.
- [x] Sim
- [ ] Não

125 bois
fator 25%
18
97

17. **13. Em caso positivo, quais outras atividades?**
Check all that apply.
- [ ] A - Mineração
- [ ] B - Turismo
- [ ] C - Agricultura
- [ ] D - É profissional liberal
- [ ] E - Comércio
- [x] F - Funcionário público — Medico Veterinário
- [ ] Other:

Outras fazendas sendo administradas

18. **14. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal?**
Mark only one oval.
- [ ] Pecuária
- [x] A outra atividade mencionada

19. **15. O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?**
Mark only one oval.
- [ ] Sim
- [x] Não — se vc for respeitar o q se espera filho estuder //

20. **16. Caso negativo, por quê**
Check all that apply

- [x] A - Mão de obra
- [ ] B - Restrições ambientais da fiscalização Ibama/Sema
- [ ] C - Pantanal sujo
- [ ] D - Modificação dos regimes das águas no pantanal
- [x] Other: Isolamento e difícil manejo do gado

21. **17. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?**
Mark only one oval.

- (x) Sim
- ( ) Não

22. **18. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria?**
Check all that apply.

- [x] A - Cavalo pantaneiro
- [ ] B - Aves
- [ ] C - Caprinos
- [ ] D - Suínos
- [ ] Other:

23. **19. Esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?**
Mark only one oval.

- (x) Sim
- ( ) Não

24. **20 - Que proporção ele contribui economicamente:**
Mark only one oval.

- ( ) A - Não contribui
- ( ) B - Muito pouco
- (x) C - Pouco
- ( ) D - Razoavelmente
- ( ) E - Muito

25. **21. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?**
Mark only one oval.

- (x) Sim
- ( ) Não

26. **22. Caso negativo, como maneja o gado?**

27. **23 - Se sim, a área para a qual o senhor leva o gado é:**
Mark only one oval.

- A - Arrendada de outros pecuaristas
- B - Alugada de outros pecuaristas
- C - Alugada de não-pecuaristas
- [x] D - Área propria → transportam [illegible] menor
- Other:

28. **24. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área?**

800 — 800 1 Alto

29. **25. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?**

1/4

Vaqueiros cuidado por onde [illegible] o gado

30. **26. O tempo que o gado fica nesta área é de até:**
Mark only one oval.

- A - 1 mês Varia - depende [illegible] de água
- B - 2 meses
- C - 3 meses
- D - 4 meses
- E - 5 meses
- [x] F - 6 meses
- G - Mais de 6 meses

BLOCO 03

Concluindo, gostariamos de fazer algumas perguntas para melhor caracterizar os respondentes desta pesquisa.

31. **27. Posso saber sua Idade?**

47

32. **28. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou?**
Em quantidade de anos estudados.
Medicina Veterinária

33. **29. Sexo:**
Mark only one oval.
- [x] Masculino
- [ ] Feminino

34. **30. Qual o Estado civil de V.Sa.?**
Mark only one oval.
- [ ] A - Solteiro
- [x] B - Casado
- [ ] C - Vivendo maritalmente
- [ ] D - Separado
- [ ] E - Divorciado
- [ ] F - Viúvo

35. **31a. Se casado, qual a ocupação de sua esposa (marido)?**
Professora aposentada - rede estadual

36. **31b. Ele (a) ajuda na fazenda?**
Mark only one oval.
- [ ] Sim
- [x] Não
- [ ] Às vezes

ajudava

37. **32. Tem filhos?**
Mark only one oval.
- [x] Sim
- [ ] Não

38. **Em caso positivo, quantos?**
2 filhos / Casal

39. **33. Em caso positivo, eles trabalham na fazenda?**
Mark only one oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

40. **34. Qual a sua naturalidade:**
Mark only one oval.

- Pantanal
- Fora do pantanal

41. **O local da naturalidade:**
Poconé

42. **35. Em que lugar o senhor reside:**
Mark only one oval.

- Na fazenda
- No município em que fica a fazenda
- Em outro município

43. **36. Qual foi a principal ocupação de seu pai?**
Pecuarista pantaneiro

44. **E a principal ocupação de sua mãe?**
do lar

45. **37. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade?**
800 ha

46. **38. Posso saber o tamanho de seu rebanho?**
400 vacas

47. **39. O Sr. pode dizer quantas pessoas o Sr. emprega em sua fazenda?**
3

48. **40. É associado do sindicato dos produtores rurais?**
Mark only one oval.
- [x] Sim
- [ ] Não

49. **41. Participa regularmente das atividades do sindicato:**
Mark only one oval.
- [x] Sim participava
- [ ] Não

50. **42. Em caso negativo, por quê?** fui presidente

51. **43. É associado a alguma outra entidade?**
Mark only one oval.
- [x] Sim
- [ ] Não

52. **Em caso positivo, qual?** Acrimat

53. **44. Participa regularmente das atividades dessa entidade?**
Mark only one oval.
- [ ] Sim
- [x] Não participava + Vai grande Velho / reuniões

54. **45. Em caso negativo, por quê?**

Survey Pecuaristas de POCONÉ-MT

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2.Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos ultimos anos? ----------

-Por quê? Diminuiu. Era uma época de alta densidade populacional. Filhos e maioria saíram p/ estudar e função baixa nos Condomínios. Pessoal, gênero Pantanal, já tem + e baixa e tube. Agrícolas

3.Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona? Criamos uma sociedade fechada

A ( ) Compradores de gado; B ( ) funcionários; C ( ) Fornecedores de Insumos; D ( ) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E ( ) Outros pecuaristas; F ( ) Técnicos – Agrônomos/Veterinários; G (X) Outros – Quais? ----------

Bloco 02

4. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado, o que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista? Ele precisa ser pantaneiro, ser nascido criado, conhecer o bioma e outras coisas. Pantaneiro praticamente tem [illegible] capacidade de adaptação de pastagem, práticas pro produtividade

5. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido? Se ele buscar especialização/saúde

Se tiver algo de novo no pantanal.

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?

(X) Sim ( ) Não - Por que Por causa do transporte, água

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista? Raízes

8. Por que ser pecuarista no pantanal? Se houver doce

9. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal? (Numerar a ordem em que são relatados).

A- ( ) Mão de obra; B- ( ) Restrições da legislação Ambiental; C- ( ) Manutenção da Pastagem; D- ( )Estradas, pontes; E- ( ) Apoio do governo; F-( ) Energia; G-( ) Outros – quais?

10. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam menos dificuldades do que outros?

11. Se sim, quais enfrentam mais dificuldades e quais enfrentam menos?

12. O senhor (a) pode dizer quais são os assuntos ou assunto que mais geram polêmicas entre os pecuaristas?

13. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?

( ) Sim (X) Não

14. Em caso positivo, quais outras atividades?

A-( )Mineração; B-( ) Turismo; C- ( ) Agricultura; D- ( ) É profissional liberal; E- ( ) Comércio; F-( ) Funcionário Público; G-( ) Outros- Quais?

15. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal? (X) Pecuária; ( ) A outra atividade mencionada.

16.O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?

H.3

( ) Sim ( ) Não

17. Por quê? A- ( ) Mão de obra; B-(X) restrições ambientais da fiscalização Ibama/sema, pantanal sujo; C-(X) Modificação do regimes das águas no pantanal.

18. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

(X) Sim ( ) Não

19. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria:

A-( ) Cavalo Pantaneiro; B-( ) Aves; C-( ) Caprinos; D-( ) Suinos; E-( ) Outros. Quais? Bufalo

20. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

(X) Sim ( ) Não

21. Que proporção ele contribui economicamente:

A-( )Não contribui; B-( ) Muito Pouco; C-( )Pouco; D-( ) razoavelmente; E-(X) Muito

22. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

( ) Sim ( ) Não

23. Se não, como maneja o gado?

24. Em caso positivo, a área para a qual o senhor leva o gado:

A-( ) É arrendada de outros pecuaristas; B-( )É alugada de outros Pecuaristas; C-( ) É alugada de Não Pecuaristas; D-(X) É área própria; E-( )Outros – quais?

25. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área?

26. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?

27. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B-( ) 2 meses; B-( ) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-( ) 5 meses; E-( ) 6 meses, F-( ) Mais de 6 meses

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorara caracterizar os respondentes desta pesquisa..

28. Posso saber sua Idade? 74

29. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou? (em quantidade de anos estudados?) Ensino Médio

30. Sexo—(X)M ( ) F

31. Qual o Estado civil de V.Sa.? Casado

A. ( )solteiro (a); B. (X) Casado (a); C. ( )Vivendo maritalmente; D. ( ) Separado (a); E. ( ) Divorciado (a); G. ( )Viúvo (a); H. ( )Outro .

32. Se casado, qual a ocupação de sua esposa (marido)?—Ele (a) ajuda na fazenda? ( ) Sim (X) Não

33. Tem filhos? (X) Sim ( ) Não Quantos? 5

34. Se sim, eles trabalham na fazenda? (X) Sim ( ) Não, fim de semana 1 aposentadoria trabalham

35.Qual a sua Naturalidade: (X) Pantanal: localidade Corumbá; ( ) Fora-Localidade

36. Em que lugar o sr reside: ( ) Na fazenda; (X) No município em que fica a fazenda; ( ) Em outro município.

37. Qual foi a principal ocupação: de seu Pai:- Representante Comercial

Sua Mãe: ~~Dona de casa~~ cuidava hospital do Exército

38. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade? ~~4400~~ 2 fazenda BX

39. Posso saber o tamanho de seu rebanho? Pedro Ramos 616 cabeças

40. O Sr. pode dizer quantos pessoa o Sr. emprega em sua fazenda? depende de época Hoje - 2 empregados // Época de safra 4 empregados

41. É associado do sindicato dos produtores rurais? (X) Sim ( )Não

42. Participa regularmente das atividades do sindicato: ( ) Sim (X) Não

43. Se não, por quê? falta de tempo, trabalho, ~~falta~~ ter de casa

44. É associado a alguma outra entidade? ( )Sim; (X) Não – Se sim, qual?

45. Participa regularmente das atividades dessa entidade? ( )Sim; (X) Não.

46. Por quê? falta de tempo, trabalho

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Agradecimentos

Agradecemos sua contribuição para nossa pesquisa. Sem a sua ajuda não conseguiríamos reunir informações que possam contribuir para elaboração de políticas públicas que possam melhorar a vida daqueles que vivem no pantanal mato-grossense. Muito obrigado!

Edit this form

Survey Pecuaristas - Poconé

Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

Identificação do Local

Estrada Bocaina BX Pantanal (Transpantaneira BX Pantanal)

BLOCO 01

1. Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos?

- [x] Aumentou
- [ ] Diminuiu

Por quê?

Sai de fazenda em fazenda. Cria gado bezerro. Vai p/ fazenda de engorda.

2. Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

- [ ] A - Compradores de gado
- [ ] B - Funcionários
- [ ] C - Fornecedores de insumos
- [ ] D - Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama)
- [x] E - Outros pecuaristas
- [ ] F - Técnicos - Agrônomos/Veterinários
- [ ] Other: Sindicato Rural Empreendedor

Continue »

33% completed

Powered by Google Forms
This content is neither created nor endorsed by Google.
Report Abuse - Terms of Service - Additional Terms

Edit this form

Survey Pecuaristas - Poconé

BLOCO 02

3. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado. O que o Sr. acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista no Pantanal?

Está sempre envolvido em pesca

4. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido no Pantanal?

conhecer o pantanal. Ele tem um limite

5. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?

- Sim
- Não

Por quê?

Tem custo + baixos

6. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista?

Desde o berço - família

7. Por que ser pecuarista no pantanal?

Cria/ pesca e encanto

8. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal?

(Numerar a ordem em que são relatados)

	1	2	3	4	5	6
1 - Mão de obra	●	○	○	○	○	○
2 - Restrições da legislação ambiental	○	○	○	○	○	○
3 - Manutenção da pastagem	○	○	○	○	○	○
4 - Estradas, pontes	○	○	○	○	○	○
5 - Apoio do governo	○	○	○	○	○	○
6 - Energia	○	○	○	○	○	○

Outros, quais?

falta de Bancos (Bancos) com mt segurança

9. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam menos dificuldades do que outros?

- ○ Sim
- ○ Não
- ⊗ Talvez
- ○ Não sei

10. Em caso positivo, quais enfrentam mais dificuldades?

Aquele q tem other strategies, tem menos dificuldade

11. O senhor(a) pode dizer quais são os assuntos sobre os quais os pecuaristas mais gostam de conversar?

Sobre preço do gado / manejo

12. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?

- ○ Sim
- ⊗ Não

13. Em caso positivo, quais outras atividades?

- ☐ A - Mineração
- ☐ B - Turismo
- ☐ C - Agricultura
- ☐ D - É profissional liberal
- ☐ E - Comércio
- ☐ F - Funcionário público
- ☐ Other:

tem propriedade no Pantanal

14. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal?

- ○ Pecuária
- ○ A outra atividade mencionada

Só pecuária

15. O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?

- ⊗ Sim
- ○ Não

depende, mas

16. Caso negativo, por quê

- ☐ A - Mão de obra
- ☐ B - Restrições ambientais da fiscalização Ibama/Sema
- ☐ C - Pantanal sujo
- ☐ D - Modificação dos regimes das águas no pantanal.
- ☐ Other:

falta de parceria c/ geografia

Impostos são altos

falta de estrada - ponte

17. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

- [x] Sim
- [ ] Não

18. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria?

- [x] A - Cavalo pantaneiro
- [ ] B - Aves
- [ ] C - Caprinos
- [ ] D - Suinos
- [ ] Other:

19. Esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

- [x] Sim
- [x] Não

20 - Que proporção ele contribui economicamente:

- [x] A - Não contribui
- [ ] B - Muito pouco
- [ ] C - Pouco
- [ ] D - Razoavelmente
- [ ] E - Muito

21. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

- [ ] Sim
- [x] Não

22. Caso negativo, como maneja o gado?

N precisa Tem areas altas

23 - Se sim, a área para a qual o senhor leva o gado é:

- [ ] A - Arrendada de outros pecuaristas
- [ ] B - Alugada de outros pecuaristas
- [ ] C - Alugada de não-pecuaristas
- [ ] D - Área própria
- [ ] Other:

24. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área?

25. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?

26. O tempo que o gado fica nesta área é de até:

- A - 1 mês
- B - 2 meses
- C - 3 meses
- D - 4 meses
- E - 5 meses
- F - 6 meses
- G - Mais de 6 meses

« Back | Continue »

66% completed

Powered by Google Forms

This content is neither created nor endorsed by Google.
Report Abuse - Terms of Service - Additional Terms

Edit this form

Survey Pecuaristas - Poconé

BLOCO 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhor caracterizar os respondentes desta pesquisa.

27. Posso saber sua Idade?

50

28. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou?
Em quantidade de anos estudados.

E ano / Segundo grau

29. Sexo:

- [x] Masculino
- [ ] Feminino

30. Qual o Estado civil de V.Sa.?

- [ ] A - Solteiro
- [x] B - Casado
- [ ] C - Vivendo maritalmente
- [ ] D - Separado
- [ ] E - Divorciado
- [ ] F - Viúvo

31a. Se casado, qual a ocupação de sua esposa (marido)?

Comerciante

31b. Ele (a) ajuda na fazenda?

- [ ] Sim
- [x] Não
- [ ] Às vezes

32. Tem filhos?

- [x] Sim
- [ ] Não

Em caso positivo, quantos?

2

33. Em caso positivo, eles trabalham na fazenda?

- ○ Sim
- ⊗ Não
- ○ Às vezes

34. Qual a sua naturalidade:

- ○ Pantanal
- ⊗ Fora do pantanal

O local da naturalidade:

6 Valadares

35. Em que lugar o senhor reside:

- ○ Na fazenda
- ○ No município em que fica a fazenda
- ◉ Em outro município Obs!

36. Qual foi a principal ocupação de seu pai?

Fazendeiro

E a principal ocupação de sua mãe?

Do lar

37. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade?

Faz. Sta Bárbara + 3.500 Fazenda Bom Jesus

38. Posso saber o tamanho de seu rebanho?

6000 Cabeças

39. O Sr. pode dizer quantas pessoas o Sr. emprega em sua fazenda?

6 3

40. É associado do sindicato dos produtores rurais?

- ○ Sim
- ⊗ Não

41. Participa regularmente das atividades do sindicato:

- ○ Sim
- ⊗ Não

42. Em caso negativo, por quê?

Entidade mas com atuação de interesse do fazendeiro
Já fez cursos e é
Membro do C
Visitas / notificação

43. É associado a alguma outra entidade?

- ⊗ Sim Famato
- ○ Não

08.7

Survey Pecuaristas de POCONE-MT

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2.Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos? Diminuiu

-Por quê? Pq a produção Bovina pantaneira com devido Impacto de obras Mal - Planejadas e Insustentáveis / Ferrovias / Rodovias Como Pedro Teixeira Bezerra — foram Canidas dos trabalhadores

3.Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

A ( ) Compradores de gado; B (X) funcionários; C ( ) Fornecedores de Insumos; D ( ) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E-( )Outros pecuaristas; F-(X) Técnicos – Agrônomos/Veterinários; G ( ) Outros – Quais? Lindee

Bloco 02

4. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado, o que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista? no pantanal Ter conhecimento / um diferencial A grande verdade! Gado forra como forra / mas bezerro tá este ano o mesmo desenvolvimento do bezerro de fora. Vece tá de Espuma no pantanal

5. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não são boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido no pantanal é ausencia de conhecimento do ecossistema pantaneiro

Propriedade 13.000 hect

pai + 13 filhos — Hoje nas 9 famílias Perda de competitividade

Rede Hunter de Família —x

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

8.2

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?

(X) Sim ( ) Não - Por que Está mais - Pq tem q estar acompanhando as mudanças nos ecossistemas (Cheias de chuva) Mai sobre todo o gado e pior produzir o pode-lo (dezembro) e Agora a enchente vem

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista? Mais jovem Me atrai bastante em outro pantanal os preços

8. Por que ser pecuarista no pantanal? Nasceu e tudo gosto ao que o pai deixou. Tenho minha propriedade. Trabalho e gosto.

9. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal? (Numerar a ordem em que são relatados).

A- (3) Mão de obra; B- ( ) Restrições da legislação Ambiental; C- ( ) Manutenção da Pastagem; D- (1) Estradas, pontes; E- ( ) Apoio do governo; F-( ) Energia; G-(2) Outros – quais? Ocupação ensinamos

Gostaria de Gostaria concorre.

10. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam menos dificuldades do que outros? Sim. Quem tem propriedades Maiores

11. Se sim, quais enfrentam mais dificuldades e quais enfrentam menos? Prop. Menores funcionários trabalhista - Mat elétricos

12. O senhor (a) pode dizer quais são os assuntos ou assunto que mais geram polêmicas entre os pecuaristas? Sobre o ganado (Cavalgada)

13. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?

(X) Sim ( ) Não

14. Em caso positivo, quais outras atividades?

A-( )Mineração; B-( ) Turismo; C- ( ) Agricultura; D- ( ) É profissional liberal; E- ( ) Comércio; F-(X) Funcionário Público; G-( ) Outros- Quais? Médico Veterinário (10 anos de Serviço)

15. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal? ( ) Pecuária; (X) A outra atividade mencionada.

16.O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

só se tiver + 2000 reses

8-3

( ) Sim (X) Não

17. Por quê? A- (1) Mão de obra; B-(3) restrições ambientais da fiscalização ibama/sema, pantanal sujo; C-( ) Modificação do regimes das águas no pantanal. Teria ter grande área (2)

geoprocessamento. Como fazer?

18. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

( ) Sim (X) Não

19. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria:

A-( ) Cavalo Pantaneiro; B-( ) Aves; C-( ) Caprinos; D-( ) Suinos; E-( ) Outros. Quais?

20. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

(X) Sim ( ) Não Se tiver propriedades no forno. Cavalo tem problema tomam se criados no BX.

21. Que proporção ele contribui economicamente:

A-( )Não contribui; B-( ) Muito Pouco; C-(X)Pouco; D-( ) razoavelmente; E-( ) Muito

22. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

(X) Sim ( ) Não

23. Se não, como maneja o gado?

24. Em caso positivo, a área para a qual o senhor leva o gado:

A-( ) É arrendada de outros pecuaristas; B-( )É alugada de outros Pecuaristas; C-( ) É alugada de Não Pecuaristas; D-(X) É área própria; E-( )Outros – quais?

25. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área? 100 hect BX 400 hect

26. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?

27. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B-( ) 2 meses; B-( ) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-( ) 5 meses; E-( ) 6 meses; F-( ) Mais de 6 meses o tempo todo. Gosa manuseando Falemos só Concentrado

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorara caracterizar os respondentes desta pesquisa.

desmatamento ——— área

28. Posso saber sua Idade? 71

29. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou? (em quantidade de anos estudados?) Superior

30. Sexo (X) M ( ) F

31. Qual o Estado civil de V.Sa.?

A. ( )solteiro (a); B. (X) Casado (a); C. ( )Vivendo maritalmente; D. ( ) Separado (a); E. ( ) Divorciado (a), G. ( )Viúvo (a); H. ( )Outro .

32. Se casado, qual a ocupação de sua esposa (marido)? Professora Ele (a) ajuda na fazenda? ( ) Sim (X) Não ~ As vezes

33. Tem filhos? (X) Sim ( ) Não Quantos? Cinco

34. Se sim, eles trabalham na fazenda? ( ) Sim (X) Não e nem querem

35. Qual a sua Naturalidade: (X) Pantanal: localidade Poconé; ( ) Fora-Localidade

36. Em que lugar o sr reside: ( ) Na fazenda; (X) No município em que fica a fazenda; ( ) Em outro município.

37. Qual foi a principal ocupação: de seu Pai: Fazendeiro
Sua Mãe: Do lar

38. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade? 700 hect + 1000 hect

39. Posso saber o tamanho de seu rebanho? 300 reses

40. O Sr. pode dizer quantos pessoa o Sr. emprega em sua fazenda? fixo 1 Temporários 3 Empreteiros 1/2

41. É associado do sindicato dos produtores rurais? (X) Sim ( )Não

42. Participa regularmente das atividades do sindicato: ( ) Sim (X) Não Participava

43. Se não, por quê? Tem q dar espaço p/ novos

44. É associado a alguma outra entidade? (X) Sim; ( ) Não – Se sim, qual? ACCP tenho colaborador produtor e fundador

45. Participa regularmente das atividades dessa entidade? ( )Sim; (X) Não. Participava

46. Por quê? Dar espaço p/ novos. Hoje tem q ser tudo computadorizado

Entrevista (08.7)

Survey Pecuaristas de POCONÉ-MT

Entrada de Boqueira 5.1 Pantanal

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2. Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos? Aumentou

-Por quê? Secretaria referendou, Comprou 100.000 hectar no Pantanal? Dificuldades. Mas ok dore...

3. Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

Manual

A-( ) Compradores de gado; B ( ) funcionários; C ( ) Fornecedores de Insumos; D ( ) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E-(1)Outros pecuaristas; F-( ) Técnicos – Agrônomos/Veterinários; G-(2) Outros – Quais? Banco Agro

Bloco 02

4. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado, o que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista? no pantanal

Cuidar bem a região (poder ter água/ agua/ boa)

5. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido? no pantanal

- Falta de Conhecimento do ciclo natural Area
- Bem informado economicamente

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?

(X) Sim ( ) Não - Por que Devido aos Custos. Cada vez tem mais dificuldade. Água - animal

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista? Veio de família

8. Por que ser pecuarista no pantanal? Vive tem tradição de família. Adoro pantanal

9. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal? (Numerar a ordem em que são relatados).

A- (1) Mão de obra; B- ( ) Restrições da legislação Ambiental; C- (3) Manutenção da Pastagem; D- ( )Estradas, pontes; E- ( ) Apoio do governo; F- ( ) Energia; G- (2) Outros - quais? falta econômica - juros de crédito - alimentação

10. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam menos dificuldades do que outros? todos

11. Se sim, quais enfrentam mais dificuldades e quais enfrentam menos?

12. O senhor (a) pode dizer quais são os assuntos ou assunto que mais geram polêmicas entre os pecuaristas? Preservacionistas - arrendamento

13. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária? pantanal

(X) Sim ( ) Não

14. Em caso positivo, quais outras atividades? dentista

A-( )Mineração; B-( ) Turismo; C- ( ) Agricultura; D- (X) É profissional liberal; E- ( ) Comércio; F-( ) Funcionário Público; G-( ) Outros- Quais?

15. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal? (X) Pecuária: ( ) A outra atividade mencionada.

16.O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?

53

( ) Sim (X) Não falta de papel

17. Por quê? A- ( ) Mão de obra; B-( ) restrições ambientais da fiscalização Ibama/sema, pantanal sujo; C-( ) Modificação do regimes das águas no pantanal. (+) Arrendado - Cedido

18. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

(X) Sim ( ) Não

19. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria:

A-(X) Cavalo Pantaneiro; B-( ) Aves; C- ( ) Caprinos; D- ( ) Suinos; E- ( ) Outros. Quais?

20. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

( ) Sim (X) Não leve

21. Que proporção ele contribui economicamente:

A-(X) Não contribui; B- ( ) Muito Pouco; C- ( )Pouco; D- ( ) razoavelmente; E- ( ) Muito

22. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

(X) Sim ( ) Não

23. Se não, como maneja o gado? Vai p/ areas altas

e, as vezes, alugado

24. Em caso positivo, a área para a qual o senhor leva o gado:

A-( ) É arrendada de outros pecuaristas; B- ( )É alugada de outros Pecuaristas; C- ( ) É alugada de Não Pecuaristas; D- (X) É área própria; E- ( )Outros – quais?

tem no fernie mas dego

25. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área?

26. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal? mas BX e

27. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B- ( ) 2 meses; B-( ) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-( ) 5 meses; E- ( ) 6 meses; F- ( ) Mais de 6 meses de janeiro a junho

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorara caracterizar os respondentes desta pesquisa..

54

28. Posso saber sua idade? 53

29. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou? (em quantidade de anos estudados?) faculdade

30. Sexo (X) M ( ) F

31. Qual o Estado civil de V.Sa.?

A. ( )solteiro (a); B. (X) Casado (a); C. ( )Vivendo maritalmente; D. ( ) Separado (a); E. ( ) Divorciado (a); G. ( )Viúvo (a); H. ( )Outro .

32. Se casado, qual a ocupação de sua esposa (marido)? Aposentada Ele (a) ajuda na fazenda? (X) Sim ( ) Não 100% Social

33. Tem filhos? (X) Sim ( ) Não Quantos? 2 filhos

34. Se sim, eles trabalham na fazenda? (X) Sim ( ) Não ajudam muito

35.Qual a sua Naturalidade: (X) Pantanal: localidade Poconé; ( ) Fora-Localidade

36. Em que lugar o sr reside: ( ) Na fazenda; (X) No município em que fica a fazenda; ( ) Em outro município.

37. Qual foi a principal ocupação: de seu Pai: Fazendeiro 100%
Sua Mãe: do lar – Companheira

38. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade? Mais de 5

39. Posso saber o tamanho de seu rebanho? mais 5

40. O Sr. pode dizer quantos pessoa o Sr. emprega em sua fazenda? 4

41. É associado do sindicato dos produtores rurais? (X) Sim ( )Não

42. Participa regularmente das atividades do sindicato: (X) Sim ( ) Não

43. Se não, por quê?

44. É associado a alguma outra entidade? ( )Sim; ( ) Não – Se sim, qual? Sindicato

45. Participa regularmente das atividades dessa entidade? ( )Sim; (X) Não

46. Por quê? Falta de tempo. Atividades ser em Cuiabá

20/11/2014

Survey Pecuaristas - Poconé

Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

Autoridade

Dr. Mauser →

Tenente Pinto

1. Identificação do Local

BLOCO 01

2. **1. Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos?**

Mark only one oval.

- Aumentou
- Diminuiu

Fracionar – De pai p/ filho – Pantanal

Contado em terra em fora mentira

Idoso

Relatou é aumentado

Receita Estad/federais/Bancos

3. **Por quê?**

Melhor

4. **2. Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?**

Check all that apply.

- A - Compradores de gado
- B - Funcionários
- C - Fornecedores de Insumos
- D - Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama)
- E - Outros pecuaristas
- F - Técnicos - Agrônomos/Veterinários
- Other:

Bois na Austrália/Nova Zelandia/Colômbia

Sol d Capatax

Sem tendoge

Custos de produção

X

BLOCO 02

Fazenda Quemada

Capacidade de suporte

Capacidade dinâmica do ecossistema

32. **28. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou?**
Em quantidade de anos estudados.
Med. Veterinário

Conselheiro Conselho Deliberativo
Pessoa
Pessoa bem tranquila
Pra atender pessoas

33. **29. Sexo:**
Mark only one oval.
- [x] Masculino
- [ ] Feminino

34. **30. Qual o Estado civil de V.Sa.?**
Mark only one oval.
- [ ] A - Solteiro
- [x] B - Casado
- [ ] C - Vivendo maritalmente
- [ ] D - Separado
- [ ] E - Divorciado
- [ ] F - Viúvo

35. **31a. Se casado, qual a ocupação de sua esposa (marido)?**

36. **31b. Ele (a) ajuda na fazenda?**
Mark only one oval.
- [ ] Sim
- [ ] Não
- [ ] Às vezes

37. **32. Tem filhos?**
Mark only one oval.
- [ ] Sim
- [ ] Não

38. **Em caso positivo, quantos?**

39. **33. Em caso positivo, eles trabalham na fazenda?**
Mark only one oval.
- Sim
- Não
- Às vezes

40. **34. Qual a sua naturalidade:**
Mark only one oval.
- Pantanal
- Fora do pantanal

41. **O local da naturalidade:**
Cuiabá

42. **35. Em que lugar o senhor reside:**
Mark only one oval.
- Na fazenda
- No município em que fica a fazenda
- Em outro município

43. **36. Qual foi a principal ocupação de seu pai?**
Fazendeiro pecuarista

44. **E a principal ocupação de sua mãe?**
Dona de Casa

45. **37. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade?**

46. **38. Posso saber o tamanho de seu rebanho?**

47. **39. O Sr. pode dizer quantas pessoas o Sr. emprega em sua fazenda?**

48. **40. É associado do sindicato dos produtores rurais?**
Mark only one oval.

- Sim
- Não

49. **41. Participa regularmente das atividades do sindicato:**
Mark only one oval.

- Sim
- Não

50. **42. Em caso negativo, por quê?**

51. **43. É associado a alguma outra entidade?**
Mark only one oval.

- Sim
- Não

52. **Em caso positivo, qual?**

53. **44. Participa regularmente das atividades dessa entidade?**
Mark only one oval.

- Sim
- Não

54. **45. Em caso negativo, por quê?**

Google Forms

26. **22. Caso negativo, como maneja o gado?**

27. **23 - Se sim, a área para a qual o senhor leva o gado é:**

Mark only one oval.

- A - Arrendada de outros pecuaristas
- B - Alugada de outros pecuaristas
- C - Alugada de não-pecuaristas
- D - Área própria
- Other:

28. **24. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área?**

29. **25. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?**

30. **26. O tempo que o gado fica nesta área é de até:**

Mark only one oval.

- A - 1 mês
- B - 2 meses
- C - 3 meses
- D - 4 meses
- E - 5 meses
- F - 6 meses
- G - Mais de 6 meses

BLOCO 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhor caracterizar os respondentes desta pesquisa.

31. **27. Posso saber sua Idade?**

20. **16. Caso negativo, por quê**
Check all that apply.

- [ ] A - Mão de obra
- [ ] B - Restrições ambientais da fiscalização Ibama/Sema
- [ ] C - Pantanal sujo
- [ ] D - Modificação dos regimes das águas no pantanal.
- [ ] Other:

21. **17. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?**
Mark only one oval.

- [ ] Sim
- [ ] Não

22. **18. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria?**
Check all that apply.

- [x] A - Cavalo pantaneiro
- [ ] B - Aves
- [ ] C - Caprinos
- [ ] D - Suinos
- [ ] Other:

Cavalo está para o vaqueiro assim como o boi está para o fazendeiro

23. **19. Esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?**
Mark only one oval.

- [ ] Sim
- [ ] Não

Fazendas Pequenas

24. **20 - Que proporção ele contribui economicamente:**
Mark only one oval.

- [ ] A - Não contribui
- [ ] B - Muito pouco
- [ ] C - Pouco
- [ ] D - Razoavelmente
- [ ] E - Muito

25. **21. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?**
Mark only one oval.

- [ ] Sim
- [ ] Não

13. **9. O Senhor entende que existem pecuaristas que enfrentam menos dificuldades do que outros?** no pantanal

Mark only one oval.

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

Cada um encara as dificuldades de uma maneira.

Fazendas Comuns

14. **10. Em caso positivo, quais enfrentam mais dificuldades?**

15. **11. O senhor(a) pode dizer quais são os assuntos sobre os quais os pecuaristas mais gostam de conversar?**

Problemas de Entrada no Pantanal

16. **12. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?**

Mark only one oval.

- Sim
- Não

Se - fazenda é pequena pouco equipada, poucas benfeitorias — Não dá para empreender tirar rendimento pequena

17. **13. Em caso positivo, quais outras atividades?**

Check all that apply.

- A - Mineração
- B - Turismo
- C - Agricultura
- D - É profissional liberal
- E - Comércio
- F - Funcionário público
- Other:

Especialidades ao Pantanal

produção de bagre

outras já tem conhecimento de produção de bagre

18. **14. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal?**

Mark only one oval.

- Pecuaria
- A outra atividade mencionada

19. **15. O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?**

Mark only one oval.

- Sim
- Não

Fazendeiro antes rapariga

5. **3. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado. O que o Sr. acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista no Pantanal?**

6. **4. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido no Pantanal?**

7. **5. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?**
Mark only one oval.
- [x] Sim
- [ ] Não

8. **Por quê?**

9. **6. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista?**

10. **7. Por que ser pecuarista no pantanal?**

11. **8. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal?**
(Numerar a ordem em que são relatados)
Mark only one oval per row.

	1	2	3	4	5	6
1 - Mão de obra						
2- Restrições da legislação ambiental						
3 - Manutenção da pastagem						
4 - Estradas, pontes						
5 - Apoio do governo						
6 - Energia						

12. **Outros, quais?**

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Survey Pecuaristas de POCONÉ-MT

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2.Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas no Pantanal aumentou ou diminuiu nos últimos anos? diminuiu

-Por quê?

Vinga Invasão — Terra Barata — 50/60 Pecuaristas

Muitos Não - Quantidade

3.Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona? Mesma parte da Sociedade

A-( ) Compradores de gado; B ( ) funcionários; C ( ) Fornecedores de Insumos; D ( ) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E-( )Outros pecuaristas; F-( ) Técnicos – Agrônomos/Veterinários; G-( ) Outros – Quais?

Peonada e individuo

Bloco 02

4. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado, o que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista?

Ter o Conhecer o pantanal

5. Professores que não dão a atenção devida aos alunos, que não dão boas aulas e não são atualizados, não são considerados bons professores. O que o Senhor acredita que faz com que um pecuarista não seja bem sucedido?

Ter q ser administrador — 1- administrar

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

10.2

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município?

(X) Sim ( ) Não - Por que - É Pantanal - tem tudo, ele afoga! Só fica gado uma parte do ano 2º legislação - restrições

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista? Origem (pai) - Pega e gostar

8. Por que ser pecuarista no pantanal? Estou no meio Comido grande dificuldade do pantanal - Vc tem uma fazenda - Vc pode utilizar uma pequena do ano

9. No seu entendimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal? (Numerar a ordem em que são relatados).

A- ( ) Mão de obra; B- (2) Restrições da legislação Ambiental; C- ( ) Manutenção da Pastagem; D- (1) Estradas, pontes; E- ( ) Apoio do governo; F-( ) Energia; G-(3) Outros – quais? Custo alto.

10. O Senhor entende que existem pecuaristas pantaneiros que enfrentam menos dificuldades do que outros? Sim, o que está melhor localizado

11. Se sim, quais enfrentam mais dificuldades e quais enfrentam menos? + dificuldades + mal localizado

12. O senhor (a) pode dizer quais são os assuntos ou assunto que mais geram polêmicas entre os pecuaristas? sobre os gados os pecuaristas mais Opinião de Comércio Preço do gado + questões de mercado

13. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária? Pousada turismo Corte (cavalo)

(X) Sim ( ) Não

14. Em caso positivo, quais outras atividades? legislação ambiental exigências Não tem financiamento diferenciado

A-( )Mineração; B-( ) Turismo; C- ( ) Agricultura; D- ( ) É profissional liberal; E- ( ) Comércio; F-( ) Funcionário Público; G-(X) Outros- Quais? Pantaneiro

15. Qual dessas atividades é sua atividade econômica principal? ( ) Pecuária; (X) A outra atividade mencionada.

16.O Senhor acredita que é possível viver exclusivamente da pecuária no pantanal hoje?

1a 3

(X) Sim ( ) Não É complexo - Reduzir ... de animais

17. Por quê? A- ( ) Mão de obra; B-( ) restrições ambientais da fiscalização Ibama/sema, pantanal sujo; C-( ) Modificação do regimes das águas no pantanal.

Só se tiver um balcão

Fêmea e [illegible] com cria

18. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

(X) Sim ( ) Não

Pantanal - Ada pode ter 60 % Não pode ... ter! Burro, Mangalarga -!

19. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria:

A-(X) Cavalo Pantaneiro; B-( ) Aves; C- ( ) Caprinos; D- (X) Suínos; E- ( ) Outros. Quais?

20. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

( ) Sim (X) Não

21. Que proporção ele contribui economicamente:

550 litros de leite

A- (X)Não contribui; B- ( ) Muito Pouco; C- ( )Pouco; D- ( ) razoavelmente; E- ( ) Muito

22. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

( ) Sim ( ) Não

23. Se não, como maneja o gado?

24. Em caso positivo, a área para a qual o senhor leva o gado:

A-( ) É arrendada de outros pecuaristas; B- ( )É alugada de outros Pecuaristas; C- ( ) É alugada de Não Pecuaristas; D- ( ) É área própria; E- ( )Outros – quais?

25. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área?

26. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?

27. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B- ( ) 2 meses; B-( ) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-( ) 5 meses; E- ( ) 6 meses; F- ( ) Mais de 6 meses

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorara caracterizar os respondentes desta pesquisa..

Agradecimentos

Agradecemos sua contribuição para nossa pesquisa. Sem a sua ajuda não conseguiríamos reunir informações que possam contribuir para elaboração de políticas públicas que possam melhorar a vida daqueles que vivem no pantanal mato-grossense. Muito obrigado!

Survey Pecuaristas de POCONÉ-MT

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2.Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas em Poconé aumentou ou diminuiu nos últimos anos?

Por que?

3. O Senhor concorda que o pecuarista é aquele profissional que lida com reprodução, criação e domesticação de gado?

4.Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

A-( ) Compradores de gado; B ( ) funcionários; C ( ) Fornecedores de Insumos; D ( ) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E ( ) Outros – Quais?

Bloco 02

5. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado, o que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista?

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município de Poconé?

( ) Sim ( ) Não - Por que

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista?

8. Por que ser pecuarista no pantanal?

9. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal?

A- ( ) Mão de obra; B- ( ) Restrições da legislação Ambiental; C- ( ) Manutenção da Pastagem; D- (X) Estradas; E- (X) Outros – quais? Santuário (fazenda) - luz (3) postes Água (poço artesiano do gerador eliminado (em rebanho ao pecuarista e do forne

10. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?

(X) Sim ( ) Não

11. Em caso positivo, quais outras atividades?

A-( )Mineração; B-(X) Turismo; C-( ) Agricultura; D-(X) É profissional liberal; E-( ) Outros- Quais? (A) boi bagun é/ 4/5 anos p/ Vende

12. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

(X) Sim ( ) Não

13. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria:

A-(X) Cavalo Pantaneiro; B-( ) Aves; C-( ) Caprinos; D-( ) Suínos; E-( ) Outros. Quais?

14. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

(X) Sim ( ) Não

15. Que proporção ele contribui economicamente:

A-( )Não contribui; B-( ) Muito Pouco; C-(X) Pouco; D-( ) razoavelmente; E-( ) Muito

16. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

(X) Sim ( ) Não a metade

17. Se não, como maneja o gado?

18. Em caso positivo, a área para a qual o senhor leva o gado:

A-( ) É arrendada de outros pecuaristas; B-( )É alugada de outros Pecuaristas; C-( ) É alugada de Não Pecuaristas; D-(X) É área própria; E-( )Outros – quais? no forne

19. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área? São Luiz

(Todo 1500) (3)

20. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?

21. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B- ( ) 2 meses; B-( ) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-(X) 5 meses; E- ( ) 6 meses; F- ( ) Mais de 6 meses

este ano apenas cinco meses, mas este tirando outra

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorará caracterizar os respondentes desta pesquisa..

22. Posso saber sua Idade? 38

23. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou? (em quantidade de anos estudados?) Med Veterinário

24. Sexo—(X) M ( ) F

25. Qual o Estado civil de V.Sa.?

A. ( )solteiro (a); B. (X) Casado (a); C. ( )Vivendo maritalmente; D. ( ) Separado (a); E. ( ) Divorciado (a); G. ( )Viúvo (a); H. ( )Outro

26. Se casado, qual a ocupação de sua esposa? [illegible] Ela ajuda na fazenda? ( ) Sim (X) Não no turismo

27. Tem filhos? (X) Sim ( ) Não Quantos? 03

28. Se sim, eles trabalham na fazenda? ( ) Sim (X) Não

26. Além de pecuarista V.Sa. tem outra ocupação? Qual? Sim tudo c/ turismo e as lojas [illegible]

27.Qual a sua Naturalidade: (X) Pantanal: localidade Poconé; ( ) Fora-Localidade

28. Qual a ocupação de seus pais? Pai:- Aposentado Medico Veterinário Mãe:- Aposentada - Barbeira / Ex [illegible] Federal

29. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade? 700 hectares

30. Pode dizer qual a sua área em hectares de pastagem no pantanal? 1 de hectare (logar Cuiabano)

31. Posso saber com quantas cabeças de gado o Sr. (a) trabalha? rebanho 1500

32. Quantos pessoa o Sr. emprega em sua fazenda? 03 Pode falar 8 ou

33. É associado do sindicato dos produtores rurais? (X) Sim ( )Não

34. Participa regularmente das atividades do sindicato: (X) Sim ( ) Não

35. Se não, por quê?

36. É associado à ABCCP (Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Pantaneiro)? (X) Sim; ( ) Não

37. Participa regularmente das atividades da ABCCP? (X) Sim; ( ) Não.

38. Por que? Por causa do Cavalo pantaneiro

38. Pode dizer qual das duas associações o Sr. entende que é mais representativa do pecuarista pantaneiro? Sindicato rural Pq? Pq a Diretoria de um bom trabalho e nos ajuda.

Agradecimentos

Agradecemos sua contribuição para nossa pesquisa. Sem a sua ajuda não conseguiríamos reunir informações que possam contribuir para elaboração de políticas públicas que possam melhorar a vida daqueles que vivem no pantanal mato-grossense. Muito obrigado!

Survey Pecuaristas de POCONÉ-MT

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2. Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas em Poconé aumentou ou diminuiu nos últimos anos? Os Pantaneiros estão Por que? saindo do Pantanal

Pantaneiros e Menores estão chegando

3. O Senhor concorda que o pecuarista é aquele profissional que lida com reprodução, criação e domesticação de gado? É aquele q sobrevive da pecuária

4. Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

A-( ) Compradores de gado; B ( ) funcionários; C ( ) Fornecedores de insumos; D ( ) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E ( ) Outros – Quais? ~~outros fazendeiros~~ (1)

Mas boas vendas.

Bloco 02

5. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado, o que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista? Gostar do q faz, pq pecuarista é sofrido, a renda é baixa! Tem q entender.

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município de Poconé?

(X) Sim ( ) Não - Por que Rio Mais. Falta d'água / Canos / Capelo ~~Tudo é + difícil. Na estrada dos Poções mesmo tem~~ pouco.

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista? Raízes

Avós / pais Nasci no Pantanal

8. Por que ser pecuarista no pantanal? Nasci aqui. Gosto de leve

Pq vc nasceu ? Nasci lá mesmo. Tem pouco p/ se reunir

Zzb

9. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas hoje no pantanal?

A- ( ) Mão de obra; B- (Z) Restrições da legislação Ambiental; C- ( ) Manutenção da Pastagem; D- ( )Estradas; E- ( ) Outros – quais?

(1) Falta incentivo do Governo - n pode dumpstar pantanal Selvado. Quem cuida do pantanal é o pantaneiro

10. O Senhor desenvolve outras atividades econômicas, além da pecuária?

(X) Sim ( ) Não

11. Em caso positivo, quais outras atividades?

A-( )Mineração; B-( ) Turismo; C-( ) Agricultura; D-( ) É profissional liberal; E- (X) Outros. Quais? Caverna de Gado - Campo Grande

12. Além do gado, o Senhor cria algum outro animal?

( ) Sim (X) Não

13. Em caso positivo, que outros animais o Senhor cria:

A-( ) Cavalo Pantaneiro; B-( ) Aves; C-( ) Caprinos; D-( ) Suínos; E-( ) Outros. Quais?

14. Em caso positivo, esta outra criação é importante enquanto contribuição econômica?

( ) Sim ( ) Não

15. Que proporção ele contribui economicamente:

A-( )Não contribui; B-( ) Muito Pouco; C-( )Pouco; D-( ) razoavelmente; E-( ) Muito

16. Na época da cheia o senhor retira o gado do pantanal?

( ) Sim (X) Não

17. Se não, como maneja o gado? vem e fica Fazenda e pastura de Aquidauana - Pantanal alto.

18. Em caso positivo, a área para a qual o senhor leva o gado:

A-( ) É arrendada de outros pecuaristas; B-( )É alugada de outros Pecuaristas; C-( ) É alugada de Não Pecuaristas; D-( ) É área própria; E-( )Outros – quais?

19. O Sr. (a) pode dizer qual o tamanho da área?

23 B

20. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal?

21. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B- ( ) 2 meses; B-( ) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-( ) 5 meses; E- ( ) 6 meses; F- ( ) Mais de 6 meses

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorara caracterizar os respondentes desta pesquisa..

22. Posso saber sua Idade? 58

23. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou? (em quantidade de anos estudados?) 2º grau incompleto

24. Sexo – (X) M ( )

25. Qual o Estado civil de V.Sa.?

A. ( )solteiro (a); B. (X) Casado (a); C. ( )Vivendo maritalmente; D. ( ) Separado (a); E. ( ) Divorciado (a); G. ( )Viúvo (a); H. ( )Outro .

26. Se casado, qual a ocupação de sua esposa? Aposentada Ela ajuda na fazenda? (X) Sim ( ) Não Morava na antiga fazenda → Pedrinha Trabalhou no Hospital

27. Tem filhos? (X) Sim ( ) Não Quantos? 3 filhos

28. Se sim, eles trabalham na fazenda? ( ) Sim (X) Não filhos front/Medico/Corretor

26. Além de pecuarista V.Sa. tem outra ocupação? Qual? Comércio de gado

27.Qual a sua Naturalidade: (X) Pantanal: localidade Poconé; ( ) Fora-Localidade

28. Qual a ocupação de seus pais? Pai:- falecido fazendeiro

-Mãe:- fazendeira

29. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade? área própria 627 hect 627

30. Pode dizer qual a sua área em hectares de pastagem no pantanal?

31. Posso saber com quantas cabeças de gado o Sr. (a) trabalha? o tamanho do rebanho Boi 300 vacas

32. Quantos pessoa o Sr. emprega em sua fazenda? 02 pessoas pode falar

33. É associado do sindicato dos produtores rurais? (X) Sim ( )Não

24B

34. Participa regularmente das atividades do sindicato: (X) Sim ( ) Não

35. Se não, por quê?_____

36. É associado à ABCCP (Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Pantaneiro)? ( )Sim; ( ) Não

37. Participa regularmente das atividades da ABCCP? ( )Sim; (X) Não.

38. Por que?_____

38. Pode dizer qual das duas associações o Sr. entende que é mais representativa do pecuarista pantaneiro?_____Pq?_____

Orgulho rede do Cavalo Pantaneiro ser aqui.

Agradecimentos

Agradecemos sua contribuição para nossa pesquisa. Sem a sua ajuda não conseguiríamos reunir informações que possam contribuir para elaboração de políticas públicas que possam melhorar a vida daqueles que vivem no pantanal mato-grossense. Muito obrigado!

Terra arie forte

Pantanal

Pantanal – hoje é belo

Cavalo pantaneiro é uma raça que vem crescendo.

terra arie forte — fazenda formada — 6000 a 7000/hect

no pantanal — área bruta — 800 a 1500/hect

36

Survey Pecuaristas de POCONÉ-MT

Bloco 01

1. Meu nome é ....., sou pesquisador da UFMT e do CPP (Centro de Pesquisas do Pantanal). Esta pesquisa tem como objetivo levantar conhecimentos para elaboração de políticas públicas para o pantanal mato-grossense. Seu conhecimento é fundamental para entendermos a realidade dos pecuaristas do Pantanal Mato-grossense. Não identificamos nossos entrevistados.

2.Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do país. A implantação de frigoríficos nos últimos anos no Estado aumentou a capacidade de abate de gado. O Sr. acredita que o número de pecuaristas em Poconé aumentou ou diminuiu nos últimos anos? Parte alta aumentou Pantanal
Por que?
Mas de dono / acesso / adversidades do pantanal

3. O Senhor concorda que o pecuarista é aquele profissional que lida com reprodução, criação e domesticação de gado? Sim

4.Todo profissional se relaciona com seus clientes e com outros profissionais. O professor, por exemplo, se relaciona com os pais de alunos, com os funcionários da escola e com o diretor. E o pecuarista, com quem ele se relaciona?

A-(X) Compradores de gado; B ( ) funcionários; C ( ) Fornecedores de Insumos; D ( ) (E) Fiscalização Ambiental (Sema, Ibama); E (X) Outros – Quais? Pecuarista / Técnicos agrônomo / Veterinários
Conferir produtor pl degude (3)

Bloco 02

5. Para ser considerado um bom profissional, um professor precisa dar boas aulas, ser atencioso com os alunos, estar atualizado, o que o Sr. Acredita que é necessário para ser considerado um bom pecuarista? Ser um bom administrador

6. Ser pecuarista no pantanal é mais difícil do que na parte firme do município de Poconé?
(X) Sim ( ) Não - Por que Mas de dono / acesso / adversidades do pantanal

7. Por que o Sr. resolveu tornar-se pecuarista? Tradição de família
formado em Veterinário

8. Por que ser pecuarista no pantanal? Tradição familiar

33C

20. Em proporção, quanto esta área representa de sua área no pantanal? 30 a 40 %

21. Quanto tempo o gado fica nesta área?

A-( ) até 01 mês; B- ( ) 2 meses; B-(X) 3 meses; C-( ) 4 meses; D-( ) 5 meses; E- ( ) 6 meses; F- ( ) Mais de 6 meses

Bloco 03

Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhorara caracterizar os respondentes desta pesquisa..

22. Posso saber sua Idade? 62

23. Qual foi o último grau escolar que o Sr. (a) frequentou? (em quantidade de anos estudados?) Médio Veterin

24. Sexo – (X) M ( ) F

25. Qual o Estado civil de V.Sa.?

A. ( )solteiro (a); B. (X) Casado (a); C. ( )Vivendo maritalmente; D. ( ) Separado (a); E. ( ) Divorciado (a); G. ( )Viúvo (a); H. ( )Outro .

26. Se casado, qual a ocupação de sua esposa? Doméstica? Lavradora Ela ajuda na fazenda? ( ) Sim (X) Não ajudava

27. Tem filhos? (X) Sim ( ) Não Quantos? 03

28. Se sim, eles trabalham na fazenda? (X) Sim ( ) Não

26. Além de pecuarista V.Sa. tem outra ocupação? Qual? Comerciante

27.Qual a sua Naturalidade: (X) Pantanal; localidade Poconé; ( ) Fora-Localidade

28. Qual a ocupação de seus pais? Pai:- Era fazendeiro Nubes e aposentou-se e foi cuidar da fazenda e ficou lá Mãe: doméstica pecuarista

29. Posso ter uma noção do tamanho de sua propriedade? 1800 hectares

30. Pode dizer qual a sua área em hectares de pastagem no pantanal? Cuiabá pequena

31. Posso saber com quantas cabeças de gado o Sr. (a) trabalha? 350 reses

32. Quantos pessoa o Sr. emprega em sua fazenda? 01

33. É associado do sindicato dos produtores rurais? (X) Sim ( )Não

Mudou sede

Na terra natal é grande

Área é boa

No máximo 450 reses

34C

34. Participa regularmente das atividades do sindicato: (X) Sim ( ) Não

35. Se não, por quê?

36. É associado à ABCCP (Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Pantaneiro)? (X) Sim; ( ) Não

37. Participa regularmente das atividades da ABCCP? (X) Sim; ( ) Não.

38. Por que? Passa Cavalo / faz, tenho / faz frequente duas vezes

38. Pode dizer qual das duas associações o Sr. entende que é mais representativa do pecuarista pantaneiro? Pq?

Agradecimentos

Agradecemos sua contribuição para nossa pesquisa. Sem a sua ajuda não conseguiríamos reunir informações que possam contribuir para elaboração de políticas públicas que possam melhorar a vida daqueles que vivem no pantanal mato-grossense. Muito obrigado!

8 km de cerca

32 bois de arame

Cerca — na fome — 10 anos

Pantanal — 3 anos no mato

arame bom

ANEXO VIII
COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO COMPONENTE 7

<u>Indicador 1:</u> Número de ações gerenciais realizadas - NAGR

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

SOBRE NOTÍCIAS EVENTOS PROJETOS DOCUMENTOS GALERIA LICITAÇÕES CONTATO

Buscar

COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 05/CPP/DE/2014

O Centro de Pesquisa do Pantanal torna público que fará realizar COTAÇÃO PRÉVIA-REGISTRO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, no âmbito do Termo de Parceria nº. 13.0002.00/2012 objetivando a contratação de pessoa física apta para a prestação de serviços de consultoria para realizar revisão da literatura técnico-científica enfocando aspectos relacionados à capacidade de suporte/sustentabilidade do Turismo no Pantanal.

O levantamento deverá ser realizado por Consultor(a) com formação em Turismologia, Geografia, Biologia ou Ecologia.

O prazo para envio da proposta será até o dia **16 de Fevereiro de 2014**. O endereço eletrônico para envio das propostas é cpp@cpantanal.org.br

Para mais acessar as condições gerais de proposta clique aqui.

Gostei 0 Tweetar 0 0 Share

Deixe uma resposta

Nome *

E-mail *

Comentário *

Enviar

PANTANAL +10

Homenagem aos 10 anos de existência do CPP.

Licitações

Edital nº 01/CPP/2013

Modalidade: Tomada de Preço, do Tipo Menor Preço Global

Do Objeto: Aquisição de 01 (hum) veículo tipo pick-up (nacional, para atender as demandas da Entidade de Execução do Projeto com as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto "Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Áreas Úmidas", financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Abertura: Dia 29/08/2013 às 09h00

Local de abertura: Centro de Pesquisa do Pantanal, sito a Rua Nova nº 386, quase esquina com a Rua 15, Bairro Boa Esperança CEP 78068-420 – Cuiabá-MT

Publicado em: 12/07/2013

Ver os Editais

Esclarecimentos | Resultados

Extratos de contratos

Próximos Eventos

Nenhum evento cadastrado.

MCTI CNPq inct BRASIL

FAPEMAT Fundect UEMS UNEMAT UCDB

CENTRAL NACIONAL DE MOVIMENTOS E DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS-AGÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

No anúncio publicado no Diário Oficial da União seção 3 de 6 de Fevereiro de 2014, página 102, Edital de Convocação - Assembléia Geral Extraordinária, Onde se lê: dia 7 de Janeiro de 2014 às 08h00 horas em primeira convocação e às 10h00 horas em segunda convocação, leia-se: dia 7 de Março de 2014 às 17h00hs em primeira convocação e às 17:30hs em segunda convocação.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

EXTRAVIO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº [illegible]

[illegible]

Data de assinatura do TP: 15 de Dezembro de 2012.
[illegible]
Término: Dezembro de 2015

[illegible]

Resolução Geral/Ibio nº 02 torna o extravio público para conhecimento. Ad Hoc. Tal extravio deverá ser ressarcido de acordo com a responsabilidade contratual e/ou penalidades. Ressalva-se que [illegible] e comunicados alternativos para se obter este relatório, [illegible] [illegible] [illegible]

Memória de Reunião

1ª Reunião Técnica para Elaboração de Marco Teórico Referencial para Proposta de Regionalização do Pantanal Mato-grossense seguindo as Premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar

Local: Cuiabá
Data: 11/03/2014
Coordenador: Cátia Nunes da Cunha (UFMT/INAU)
Componente de Pesquisa: LEI DO PANTANAL
Atividade: Zoneamento

Nome dos participantes:

	Nome	Instituição	Email
1	Abílio José Ferraz de Moraes	Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT)	abiliodemoraes@hotmail.com abilio.moraes@mp.mt.mp
2	Carlos Roberto Padovani	EMBRAPA – Pantanal	carlos.padovani@embrapa.br
3	Catia Nunes da Cunha	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	catianc@ufmt.br biocnc@gmail.com
4	Daniel Luis Zanella Kantek	Instituto Chico Mendes (ICMBio)	daniel.kantek@icmbio.gov.br
5	Debora Calheiros	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) /EMBRAPA	calheirosdebora@gmail.com
6	Elton Antonio Silveira	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA)	eltonsilveira@sema.mt.gov.br
7	Erica Cezarine de Arruda	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	ericacezarine@yahoo.com.br
8	Fernando Henrique Barbosa da Silva	INAU	fernandon18@gmail.com
9	Gustavo Mazon Nunes	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	gustavomn@gmail.com
10	Julia Arieira	Universidade de Cuiabá (UNIC)	juarieira@yahoo.com.br
11	Paulo Moura	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (AL/MT)	pscmoura@terra.com.br
12	Pierre Girard	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	pierreg@ufmt.br pierre_girard@yahoo.com.br pierregirard1301@gmail.com
13	Silvia Yochie Kataoka	RPPN SESC Pantanal	gesp@sescpantanal.com.br
14	Simoni Maria Loverde Oliveira	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	loverde@terra.com.br
15	Temilze Gomes Duarte	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	temilzeduarte@hotmail.com
16	Wolfgang. J. Junk	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	wjj@evolbio.mpg.de

Atendendo a carta convite nº 01/2014/CPP de 21 de fevereiro de 2014, para a 1ª Reunião Técnica para Elaboração de Marco Teórico Referencial para Proposta de Regionalização do Pantanal Mato-grossense seguindo as Premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar, estiveram presentes representantes de diversas instituições de Tecnologia e Ciência em Áreas Úmidas.

Assuntos Tratados:

Foi possível a mobilização das principais partes interessadas nesta Regionalização e que atuam no estado de Mato Grosso. A abertura da reunião foi realizada pelo Dr. Paulo Teixeira, representante do Centro de Pesquisas do Pantanal, que enfatizou o uso de conhecimentos ecológicos das Ciências em Áreas Úmidas para a gestão sábia do Pantanal.

Em seguida, a Dra. Cátia Nunes da Cunha, explicou detalhadamente sobre os objetivos do projeto, de modo a assegurar o alinhamento das expectativas dos participantes em relação aos resultados esperados no âmbito deste projeto. O alinhamento foi assegurado de acordo com as Premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar como instrumento de suporte à políticas públicas, pode trazer benefícios como o fortalecimento de rede de profissionais e instituições, padronização de métodos, coleta e amostra de dados conferindo maior rigor científico ao processo de identificação de alvos de conservação e manejo.

Esta metodologia é um avanço considerável no processo de inserção da Regionalização no contexto nacional permitindo uma avaliação inicial de informações hidrológicas, hidromorfológicas e biogeográficas disponíveis e úteis para fins da lei de gestão do Pantanal.

O Dr. Junk apresentou a palestra: Identificação e Classificação das Áreas Úmidas Brasileiras: Bases Científicas para uma Política Nacional. Segundo o Dr. Junk as AUs brasileiras podem ser definidas como: *ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanentemente ou periodicamente inundados por águas rasas ou com solos encharcados, doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptadas à sua dinâmica hídrica*. Esta definição e outros assuntos sobre Áreas Úmidas brasileiras podem ser encontrados em Junk et al. 2014, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aqc.2386/pdf>.

O Analista Ambiental da SEMA-MT, Elton Silveira, apresentou um estudo de caso onde trata a problemática da aplicação do código florestal no Pantanal e delimitação deste para fins de cadastramento único ambiental. Após, o perito em inundação Dr. Carlos Padovani apresentou as bases técnico-científicas para subsidiar uma divisão do Pantanal baseada em critérios da inundação quanto a sua duração, frequência e amplitude. Os participantes presentes na reunião discutiram a aplicação de conceitos ecológicos de áreas úmidas para a sua caracterização e tipologias no Pantanal e a atualização dos marcos legais relacionados.

As instituições de pesquisa que trabalham no Pantanal Mato-grossense trabalharam de forma colaborativa para identificar unidades funcionais de gestão que sejam reconhecidas pelos diferentes atores regionais. Para isto, verificamos a importância de buscar uma definição operacional destas unidades, ou seja, unidades que informem sobre a características hidrológicas, macrohabitats e biodiversidade sobre um ponto de vista científico.

Após as discussões o grupo de trabalho estabeleceu a necessidade de avançar alguns pontos quanto as abordagens conceituais e metodológicas. Assim ficou acordado que:

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Relatório Circunstanciado

CNPJ:	05.220.369/0001-23
Nome/Razão Social:	Centro de Pesquisa do Pantanal
Ano Referência:	2013
Data Envio:	28/05/2014
Número Recibo:	79383154915102504 1
Tipo Relatório:	Prestação de Contas

Identificação

Nome/Razão Social: Centro de Pesquisa do Pantanal

CNPJ: 05.220.369/0001-23

Nome Fantasia: Centro de Pesquisa do Pantanal

Endereço: Avenida Fernando Correa da Costa 212 Campus da UFMT Coxipo

Cidade: Cuiabá UF: MT CEP: 78060900

Telefone: 065 - 36641121 Telefone 2: 065 - 92296558 Fax: 065 - 36641121

E-mail Entidade: rose@cppantanal.org.br Sítio Eletrônico: -

Natureza Jurídica: Associação

Tipo de Estabelecimento

A Sede da Entidade é: Alugada

Estatuto / Diretoria

Documento Legal de Registro (Estatuto)

UF: MT Município: Cuiabá

Cartório: 1º TABELIONATO DE NOTAS E REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESS. JURÍDICAS

Data do Registro: 19/07/2002 Livro/Folha: -

Número do Registro/Matrícula: 5571

Composição da Atual Diretoria Estatutária

Houve Alterações na Diretoria no Exercício Anterior? Não

Mandato da Atual Diretoria: Data Início: 13/08/2011 Data Término: 31/12/2015

Representante Legal da Entidade: Roseneide Soares de Souza

Cargo: Diretoria Executiva

Profissão: Administrador

CPF: 616.295.291-68 RG: 894632 Órgão Expedidor: SSP/MT

Sexo: F Data de Nascimento: 15/12/1976

Nome da Mãe: Abadia Soares de Souza

É Funcionário Público? Não

Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Sim

Se sim, qual a função exercida? Coordenadora Administrativa

Demais diretores da Entidade

Nome do Diretor: Rosemeide Soares de Souza

Profissão: Administradora Cargo: Diretora Executiva

CPF: 616.295.291-68 RG: 0894832-1 Órgão Expedidor: SSP/MT

Sexo: F Data de Nascimento: 16/12/1976

Nome da Mãe: Abadia Soares de Souza

É Funcionário Público? Não

Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Sim

Se sim, qual a função exercida? Coordenadora Administrativa

Entidades Mantidas

Outros Departamentos

Lista de Finalidades Principais de Acordo com o Estatuto, Organizadas de Forma Crescente de Prioridade

Finalidades

Estudos e Pesquisas
Outras formas de Educação/Ensino
Cultura e arte

Lista de Atividades Principais de Acordo com o Estatuto, Organizadas de Forma Crescente de Prioridade

Atividades

Pesquisa em Ciências Biológicas e Naturais
Educação Ambiental
Controle e Diminuição de Danos Ambientais

Público Alvo

Comunidades locais
Comunidades científicas
Lideranças comunitárias

Alterações Estatutárias

Houve alterações estatutárias no exercício anterior? Não

Dados relativos a eventuais alterações estatutárias da Entidade ocorridas no último exercício

Data: 08/03/2011

Finalidade da alteração: Alteração na composição administrativa/Gestão da entidade visando atender orientações do MJ.

Recursos Humanos

Quantidade de pessoas que colaboram com a entidade

Colaboradores	Quantidade
Funcionários:	4
Estagiários Remunerados:	3
OSCIP - Diretores Remunerados:	0

Total de Pessoal Ocupado Assalariado:	7
Voluntários Permanentes:	0
Voluntários Eventuais:	170
Estagiários Não Remunerados:	0
Total de Pessoal Ocupado Não Remunerado:	170
Trabalhadores Autônomos:	0

Atividades

Apresentação:

O Centro de Pesquisa do Pantanal(CPP) foi fundado em 2002 de um processo de consulta à sociedade civil e à comunidade científica iniciado em 2000 e tendo o MCTI como mediador do processo de discussão e execução do estudo de viabilidade. Desde sua criação, a instituição possui algumas características que a distinguem.Configura-se como uma rede horizontal,não-competitivade instituições de pesquisas ativas no Pantanal.

Detalhamento Atividades

Descrição:

Atua em rede horizontal, não competitiva de instituições de pesquisas ativas no Pantanal, visando a produção científica interdisciplinar que seja útil em curto prazo,à sociedade local. Durante o período de 2002 a 2005, o CPP se estruturou,definindo sua missão, vocação, visão e valores institucionais. O CPP está focado em parcerias governamentais e não governamentais. Atualmente, seu maior financiador é o Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas há também parcerias com outras instituições publica e privadas, incluindo aportes financeiros das agências de pesquisas de Mato Grosso (FAPEMAT), Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC).

Objetivo:

O CPP tem como principal objetivo a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos para subsidiar as políticas públicas voltadas ao uso sustentável de áreas elegíveis, tendo o Pantanal como foco prioritário.

Público Alvo:

Comunidades locais
Comunidades científicas
Tomadores de decisão

Resultados obtidos:

O CPP recebeu e enviou projetos para consultores Ad hoc. Tais projetos foram readequados de acordo com o recomendado e tiveram a sua execução iniciada. Parcerias foram feitas e comunidades selecionadas para as ações que exigem interação comunitária. Termos de Referências foram elaborados e publicados para a contratação de consultoria entre outras aquisições. Promoveu reuniões técnicas para articular e para desenvolvimento de atividades no âmbito dos projetos que o CPP gerencia.

Período de realização: 2013

Nº de beneficiarios atendidos de forma gratuita: -

Nº de beneficiarios atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos:

Nº total de beneficiários: 0

Percentual da gratuidade parcial: 0.0%

Origem das fontes de recursos que custeiam as atividades, serviços e projetos realizados:

Própria (recursos decorrentes da prestação de serviços da entidade)	0,00%
Própria (recursos decorrentes de mensalidades/ doações dos membros ou associados)	0,00%
Privada (recursos de doações e parcerias com empresas e entidades privadas)	2,73%
Privada (recursos de doações eventuais)	0,00%

Pública (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas)	97,30%
Internacional Privada (recursos de entidades e organizações internacionais)	0,00%
Internacional Pública (recursos de Países estrangeiros, ONU, etc.)	0,00%

Área de Abrangência do projeto

Área de Abrangência: **Nacional**

Estados(UFs):
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul

Zona de operação de abrangência das atividades, serviços e projetos desenvolvidos:

Ambas(rural e urbana)

Outras informações

Abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e existem ações de cunho internacional.

Parcerias e Subvenções Públicas

Informações sobre o órgão ou entidade parceira

Nome do órgão ou entidade parceira Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI

Classificação do órgão na estrutura administrativa: Órgão Público do Poder Executivo

Posição do órgão na estrutura federativa: Federal

Origem dos recursos repassados: Federal

Natureza do instrumento de parceria: Termo de Parceria

Data de publicação na imprensa oficial: 28/12/2012

Total de recursos financeiros previstos: 2.446.784,00

Recursos financeiros já repassados: 611.696,00

Resumo do objetivo da parceria: Desenvolvimento do Projeto "Ciência e Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade Socioambiental", visando o uso sustentável da região do Pantanal, a formação de recursos humanos e o apoio a tomada de decisão para a definição de políticas públicas.

Nº de beneficiários: --

Previsão de início das atividades: 28/12/2012

Previsão de término das atividades: 31/12/2015

Nome do órgão ou entidade parceira Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Classificação do órgão na estrutura administrativa: Órgão Público do Poder Executivo

Posição do órgão na estrutura federativa: Federal

Origem dos recursos repassados: Federal

Natureza do instrumento de parceria: Convênio

Data de publicação na imprensa oficial: 18/12/2009

Total de recursos financeiros previstos: 6.323.799,00

Recursos financeiros já repassados: 4.363.500,00

Resumo do objetivo da parceria: Apoio financeiro para o desenvolvimento e execução do Projeto INCT - Áreas Úmidas (INAU)

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Nº de beneficiarios: -

Previsão de inicio das atividades: 18/12/2009

Previsão de término das atividades: 10/11/2013

Nome do órgão ou entidade parceira Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil ("TNC")

Classificação do órgão na estrutura administrativa: -

Posição do órgão na estrutura federativa: -

Origem dos recursos repassados: -

Natureza do instrumento de parceria: Acordo de Cooperação

Data de publicação na imprensa oficial: 13/09/2011

Total de recursos financeiros previstos: 260.000,00

Recursos financeiros já repassados: 260.000,00

Resumo do objetivo da parceria: Apoiar a atuação do Parceiro com o objetivo de uma estrutura para viabilizar a execução de um conjunto de atividades técnicas, científicas e de engajamento social, que são fundamentais para a proposição de ações relativas à conservação dos ecossistemas de água doce na bacia do rio Paraguai, com ênfase na proteção do Pantanal.

Nº de beneficiários: -

Previsão de inicio das atividades: 13/09/2011

Previsão de término das atividades: 31/12/2014

Documentos e Títulos

Título/Qualificação/Certificação Federais	Possui?	Ano da Publicação
Título da Utilidade Pública Federal (Lei nº 91/35) - UPF	Não	-
Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei nº9.790/99) - OSCIP	Sim	2002
Atestado de Registro de Entidade Beneficente de Assistencia Social(Lei nº8.742/93)	Não	-
Qualificação como Organização Social(Lei nº9.637/98)	Não	-
Certificado de Entidade Beneficente de Assistencia Social(Lei nº8.742/93)	Não	-
Condição de Entidade de Apoio(Lei nº8.958/94)	Não	-
Registro no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais(Dec nº99.274) - CNEA	Não	-
Outros(especificar):	-	

Título/Qualificação/Certificação em Outros Âmbitos	Possui?	UF	Município	Ano da Publicação
Título de Utilidade Pública Estadual	Não	-	-	-
Título de Utilidade Pública Municipal	Não	-	-	-
Registro no conselho Estadual de Assistência Social	Não		-	
Registro no conselho Municipal de Assistência Social	Não			
Outros(especificar):	Não	-	-	-
Descrição (Outros):	-			

Questionário de Inserção Social da Entidade

Informações sobre a inserção social da entidade:

Outros ativos Permanentes	0,00
TOTAL ATIVO PERMANENTE	1.972.238,81
TOTAL ATIVO	2.821.175,97

- PASSIVO (R$)

Passivo Circulante	
Fornecedores	0,00
Obrigações trabalhistas	14.295,20
Obrigações Sociais	0,00
Prestadores de Serviços	0,00
Aluguéis a Pagar	0,00
Adiantamento de clientes	0,00
Empréstimos e financiamentos a pagar CP	0,00
Obrigações fiscais exceto IRenda e CSLL	0,00
Convênios Públicos (Saldo)	737.688,79
Adiantamento de Projetos	63.001,97
Subvenções Públicas (Saldo)	0,00
Recursos de Leis de Incentivo Fiscal	0,00
(-) Rec. Leis de Incentivo Fiscal utilizados	0,00
Provisão para IRenda e CSLL	0,00
Sentenças judiciais trabalhistas a pagar	0,00
Sentenças judiciais a pagar – exceto trabalhista	0,00
Outros Passivos Circulante	813,20
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	815.799,22
Passivo exigível a Longo Prazo	
Empréstimos e financiamentos a pagar a longo prazo	0,00
Contas a pagar	0,00
Aluguéis antecipados	0,00
Outros passivos exigíveis a longo prazo	0,00
TOTAL PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00
Resultado de exercícios futuros	
Resultados de exercícios futuros	0,00
TOTAL RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0,00
Patrimônio Social Líquido	
Patrimônio Social (Fundo Patrimonial)	2.009.279,34
Doações patrimoniais	0,00
Reservas constituídas	0,00
Superávit(s) do(s) exercício(s)	0,00
Déficit(s) do(s) exercício(s)	3.903,19
Outras Contas do Patrimônio Social	0,00
TOTAL PATRIMÔNIO	2.005.376,15
TOTAL PASSIVO	2.821.175,37

Resultado Exercício
- RECEITA (R$)

Receita Operacional	
Prestação de serviços (Exceto Saúde/Educ)	0,00
Recursos - subvenções públicas	0,00
Recursos - contribuições públicas	0,00
Recursos - convênios públicos	0,00
Recursos - auxílios públicos	0,00
Recursos - Termo de Parceria	0,00

Outras despesas não classificadas anteriormente	0,00
Provisões Constituídas	
Provisão para Imposto de Renda e CSLL	0,00
Outras provisões constituídas	0,00
TOTAL DESPESAS	8.272,23

- SUPERÁVIT / DÉFICIT (R$)

RECEITAS	1.903,19
(-) Impostos sobre a receita	0,00
(-) Abatimento e cancelamentos	0,00
RECEITA LÍQUIDA R$:	1.903,19
(-) Custos de serviços/produtos	0,00
SUPERÁVIT OU DÉFICIT BRUTO R$:	1.903,19
(-) Despesas gerais e administrativas	0,00
(-) Despesas financeiras	0,00
(-) Despesas tributárias	0,00
(-) Outras despesas operacionais	0,00
Receitas Financeiras	0,00
RESULTADO OPERACIONAL R$:	1.903,19
(-) Despesas não-operacionais	0,00
Receitas não-operacionais	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DE IRENDA E CSLL	1.903,19
(-) Provisão para IRenda e CSLL	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DO IRENDA E CSLL	1.903,19
(-) Participações e contribuições	0,00
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO R$:	1.903,19

Notas Explicativas do Demonstrativo Contábil

I – CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01 – Objetivos Constantes de seu estatuto

É uma entidade de cooperação entre instituições de ensino e pesquisa e de assistência social, constituindo-se também em uma organização com o mesmo intuito daquelas que pretende cooperar, tendo por objetivo principal o desenvolvimento sustentável da planície pantaneira e de outras planícies alagáveis do planeta, contribuindo para a paz e o bem estar da região, por meio da cooperação técnico-científica entre Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai, e outras regiões do planeta.

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES:

NOTA 03:

Sim

III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 03:

Regime de competência

NOTA 04:

Aplicações de Liquidez Imediata – As aplicações financeiras estão registradas ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 05:

Os balanços contábeis baseam-se nos princípios fundamentais de Contabilidade.

NOTA 06:

a) Pessoa Física: R$

a) Pessoa Jurídica: R$ 0,00

NOTA 07:

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação R$ 811.695,00 (2013) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq R$ 1.962.699,00 (recebido 2013, executando saldo disponível)

NOTA 08:

Sim. Os Recursos ingressados na entidade foram aplicados em conformidade com seu Estatuto Social.

NOTA 09:

Não existe entidades

NOTA 10:

Não existe associados

NOTA 11:

Informar o(s) valor(es) de(s) isenção(ões) usufruída(s), da seguinte forma:

a) Cota Patronal INSS + SAT + Terceiros = R$ 0,00

b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social(COFINS) = R$ 0,00

c) Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) = R$ 0,00

Dados do Contabilista

CPF: [illegible]

Nome Contador: JOSE ABILIO DO CARMO

Sexo: MASCULINO Nº de Registro no CRC: 69984

Questionario OSCIP

Item exclusivo para Renovação Anual de qualificação como OSCIP. Apenas as entidades que registraram a celebração de Termo de Parceria com órgão público, devem assinalar como resposta as opções SIM ou NÃO para cada uma das dez perguntas formuladas.

As entidades que não firmaram Termo de Parceria estão desobrigadas do preenchimento deste questionário.

1) A entidade possui relatório patrimonial dos bens adquiridos com recursos federais por conta dos Termos de Parceria? (de acordo com o art. 4º, V da Lei 9.790/99); Sim

2) A entidade participou de concursos de projetos, para os Termos de Parceria firmados? (de acordo com o art. 23 do Dec. 3.100/99 e Recomendação 9.5 do Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU); Sim

3) A entidade publicou regulamento para licitações com os recursos públicos repassados? (de acordo com o art. 14 da Lei 9.790/99 e item 9.1.1 do Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU); Sim

4) A entidade utilizou a modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para utilização dos recursos repassados? (de acordo com o art. 1º do Dec. 5.504/05); Não

5) Foram incluídas cláusulas de submissão expressa a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) nos Termos de Parceria realizados? (de acordo com o art. 3º da Lei 8.443/92 c/c Determinação 9.2 do Acordão 1.777/2005 Plenário/TCU); Sim

6) A entidade publicou o extrato do Termo de Parceria (de acordo com o art. 10 § 4º do Dec. 3.100/99) e de sua execução física e financeira, na imprensa oficial da sua área de abrangência? (de acordo com o art. 18 do Dec. 3.100/99); Sim

7) A entidade realizou auditoria independente quando os objetos dos Termos de Parceria envolveram recursos iguais ou maiores a R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)? (de acordo com o art. 19 do Dec. 3.100/99); Sim

8) A entidade gravou com cláusula de inalienabilidade os bens imóveis adquiridos com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria? (de acordo com o art. 15 da Lei 9.790/99); Sim

9) A execução do Termo de Parceria foi monitorada por comissão de avaliação? (de acordo com o § único do art. 20 do Dec. 3.100/99); Sim

10) A entidade possui certidões negativas fiscal, da previdência (INSS) e do FGTS? (de acordo com o art. 4º, VII, b da Lei 9.790/99). Sim

Avaliação do Relatório

Na sua opinião, este formulário para o Relatório Circunstanciado facilita a elaboração dos relatórios de serviços? Não

Tem alguma sugestão para que o relatório alcance esse objetivo?

Relevantíssima a importância dos órgãos de controle adotar ferramentas de avaliação e acompanhamento considerando as especialidades de cada entidade/instituição País. O CNP desde a sua criação possui características que o distingue de outras entidades.

O CNEs cumpriu com o objetivo de simplificar a Prestação de Contas? Sim

Tem alguma sugestão para que o relatório alcance esse objetivo?

A Entidade já apresenta dois relatórios por ano, sendo um por semestre aos parceiros públicos, assim, voltamos a sugerir que os procedimentos e acompanhamentos sejam padronizados para diminuir o ônus de trabalho duplicado.

O preenchimento deste relatório proporcionou um momento de reflexão da entidade em relação as ações desenvolvidas e aos resultados obtidos? Não

Tem alguma sugestão para que o relatório alcance esse objetivo?

Considerar as particularidades de cada entidade, de acordo com o ramo de atuação.

Você tem alguma sugestão para simplificar e/ ou aprimorar este relatório?

Adotar o procedimento de avaliação e acompanhamento dos órgãos que financiam os projetos. A prestação de contas é anual e já temos um relatório de atividades que retrata todas as ações, bem como o grau de atingimento das metas pactuadas.

Contabilista responsável pelas informações contábeis,

Assinatura: _____

Carimbo com nº de Registro no CRC

CONTAUD
Contabilidade e Auditoria Ltda.
CRC/MT 0055-09
José Arlindo do Carmo
Contador - CRC/SP 89884 (T) MT
OAB/MT 3.722
CPF: 477.668.408-04

Representante Legal da Entidade,

Assinatura: _____

Número do CPF: _____

(favor rubricar todas as folhas)

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

DATA: 25/06/2014 | **HORÁRIO:** 14h30 | **LOCAL:** INPP

PARTICIPANTES: Paulo Teixeira, Pierre Girard, Catia Nunes da Cunha, Rose Soares, Jaime Okamura, Maitê Tambelini

ASSUNTO: II CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁREAS ÚMIDAS

ANOTAÇÕES GERAIS DOS ASSUNTOS ABORDADOS

- Ficou acordado que será solicitado ao CNPq, a CAPES e a FAPEMAT apoio ao II CONBRAU via edital. Foi informado que havíamos submetido, no dia 26 de setembro de 2013, o projeto para o edital de apoio a eventos do Banco da Amazônia e estávamos aguardando a resposta.
- Junk falou para enviar o flyer do II CONBRAU para o comitê científico para divulgação do congresso em suas instituições.
- Junk e Catia falaram que no II CONBRAU serão reunidos pesquisadores para estabelecer uma Sociedade Brasileira de Áreas Úmidas.
- Paulo Teixeira falou que a página do II CONBRAU precisa ir ao ar em breve e deverá melhorar a opção de pagamento com cartão de crédito. No I CONBRAU os pagamentos foram realizados por boleto via pagseguro. A página do fanpage do II CONBRAU pode ser atualizada.
- A programação será montada com base nos temas de interesse do INAU e o CPP.
- Paulo Teixeira falou sobre a possibilidade de as datas do II CONBRAU serem no meio das férias da UFMT. Segundo informações da UFMT em 14 de abril começam as aulas e as férias serão no período de 12 de junho a 1 julho (devido aos jogos da COPA).
- Deverá ser encaminhado um ofício/convite ao comitê científico para ministrar uma palestra. Os interessados deverão enviar um tema para a palestra e será determinado um prazo para isso. No total serão 12 palestras. Junk informou que será necessário garantir passagem para o comitê científico.
- Na próxima vinda do Junk ao Brasil (início de março) o comitê organizador do II CONBRAU deverá se reunir novamente. A data ficou pré-agendada para o dia **07/03/2014**.
- O valor as das inscrições ficou estabelecido conforme tabela abaixo.

Data limite	Estudante Graduação	Pós-graduação	Profissional
Até 31/03	50,00	65,00	300,00
Até 31/06	65,00	80,00	400,00
A partir de 01/07	80,00	100,00	500,00

- Os temas de interesse do INAU são:
  - Lei do Pantanal
  - Inventário Nacional
  - Lei Estadual do Pantanal
  - Bacia do Prata
- Ficou estipulado que teremos mesas redondas que começarão no período da tarde para não chocar com as palestras principais que ocorrerão pela parte da manhã. A parte da tarde será composta pelas apresentações orais. Catia pediu para convidar o MMA para uma das mesas redondas.
- Pegar o modelo de agenda de horário utilizado no INTECOL para preencher a programação do II CONBRAU.
- Ficou estipulado que a data limite para aceite dos resumos será no dia **15 de maio de 2014**. Colocar essa informação no site.

- Tendo em vista a proximidade do II CONBRAU a comissão organizadora se reuniu para discutir as principais medidas a serem tomadas até o evento.
- Com relação a captação de recursos, foi enviado proposta para os órgãos de fomento FAPEMAT e CAPES, sendo a proposta da FAPEMAT aprovada. Estamos aguardando o parecer da CAPES. Jaime sugeriu entrarmos em contato com o SEBRAE, SENAI e SICOB para solicitarmos apoio com material de participante, principalmente sacolas, canetas e blocos. Jaime também indicou entrarmos em contato com a empresa do guaraná Márajá para conseguirmos apoio para o coquetel de abertura.
- Um ponto levantado pela Prof Catia, e que foi acordado pelo Prof Paulo Teixeira, foi a não realização da avaliação internacional do INAU. Paulo ficou de entrar em contato com o Dr. Junk para informar da decisão. Desta forma, não haveria mais as palestras internacionais (Brij Gopal, Max Finanson, Bill Mitsch) sendo necessário substituir por palestrantes nacionais renomados.
- A prof Catia ficou de enviar um email convite para o comitê científico para convidá-los para ministrar palestra. Os pesquisadores a serem convidados são: Angelo Agostinho, Emiko Resende, Francisco Esteves, Maitê Piedade, Leonardo Maltchik, Patrícia Kandus, Maurício (MMA).
- O Prof Pierre sugeriu alterar a programação conforme ocorreu no I CONBRAU: abertura no dia 20 a noite, seguida de palestra do Dr. Junk e dois dias de palestras, apresentações orais e sessão de pôsteres.
- Como a demanda de submissão de resumos está baixa, todos concordaram que devemos prorrogar o prazo da submissão de resumos para o dia 20/07/2014. A divulgação deve ser feita no dia 27/06/2014.

PROXIMOS PASSOS

	RESPONSAVEIS	PRAZO
Ofício para os institutos SEBRAE, SENAI e SICOB	Maitê	imediato
Entrar em contato com o Sr. Waldir – SESC Pantanal	Rose/Maitê	imediato
Acompanhar a publicação dos editais da CAPES, do CNPq e Fapemat.	Maitê	A solicitação da CAPES é via SICAPES. Maitê está finalizando. Pelo CNPq e Fapemat é via edital. Estamos acompanhando também a abertura do edital do BNDS.
Enviar o flyer para o Comitê Científico do II CONBRAU	Maitê	ok

Colocar a página do II CONBRAU no ar	Rose/ Maitê	Foi realizado o processo seletivo do bolsista web designer, mas ainda não efetivou a bolsa.
Encaminhar um ofício ao comitê científico convidando-os para ministrar uma palestra.	Paulo/Junk/Maitê	Enviada minuta por e-mail. Aguardando.
Pegar o modelo de agenda de horário utilizado no INTECOL para preencher a programação do II CONBRAU.	Maitê	Solicitar à Rose.
Ver quais são os temas a serem abordados no II CONBRAU.	Paulo/Junk/Catia	Alguns temas foram previamente selecionados, mas precisam ser confirmados.
Convidar o MMA para participar da mesa redonda. Entrar em contato com o Comitê Nacional de Zonas Úmidas.	Maitê	Chegou a entrar em contato com o presidente do CNZU, mas ele não se encontrava no momento. Retomar o contato imediatamente.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO **FAPEMAT** **Formulário de Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos ou de Inovação**	Mato Grosso
	2014	

01. IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR		
Nome completo: Pierre Girard		
CPF: 257.926.348-90	PIS/PASEP:	
RG: V165714-F		
Data de nascimento:	Naturalidade: Canadense	
Endereço residencial: Rua Vinte e Quatro, casa 95		
Bairro: Boa Esperança	CEP: 78068-625	e-mail: pierregirard1301@gmail.com
Município: Cuiabá	UF: MT	Telefone residencial: Telefone comercial: 3664-1121 Celular: 9974-3336
Titulação: ( ) mestre (X) doutor Ano de obtenção:		
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso	Curso: Ciências Biológicas	
Endereço Eletrônico do Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4799621Y3		

02. DADOS DO DIRIGENTE MÁXIMO DA INSTITUIÇÃO EXECUTORA DO EVENTO	
Nome do dirigente máximo: Joanis Tilemahos Zervoudakis	CPF: 005.803.606-79 RG: M7128623 – SSP/MG
Data nascimento: 03/04/1974	Naturalidade:Barbacena
Estado civil do dirigente: Casado	
Endereço do dirigente: Rua 05, quadra 10, casa 02	Bairro: Residencial JK
CEP: 78068-350	Cidade: Cuiabá
Telefone: 3615-8281	E-mail: joanis@ufmt.br

03. DADOS DA INSTITUIÇAO EXECUTORA DO EVENTO	
Nome da Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso	
CNPJ: 33.004.54010001-00	
CGC:	
Endereço: Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367	Bairro: Bairro Boa Esperança
CEP: 78060-900	Cidade: Cuiabá
Telefone: 3615-8000	E-mail/ home Page: www.ufmt.br

04. TITULO E INFORMAÇOES SOBRE O EVENTO		
Título: II Congresso Brasileiro de Areas Umidas		
Instituições envolvidas na organização do evento: Centro de Pesquisa do Pantanal		
Local do evento (cidade): Cuiabá		UF:MT
Início: 20/08/2014	Término:22/08/2014	
Periodicidade do evento: ( ) episódico ( ) anual (X) outros		
Âmbito do evento: ( ) Internacional (X) Nacional ( ) Regional ( ) Local		
Tipo de evento: (X) Congresso ( ) Seminário ( ) Workshop ( ) Outros Justificar:_____		
Grande área do conhecimento (CNPq): Biodiversidade		
Area de conhecimento (CNPq): 20500009 - Ecologia		
Sub-área do conhecimento (CNPq): 20503008 - Ecologia Aplicada		

05. DADOS SOBRE EVENTO ANTERIOR (Faça uma breve descrição sobre o evento anterior, inclusive fornecendo dados que possam ser confirmados, por exemplo, por intermédio de consulta a algum endereço eletrônico) – (texto limitado a 20 linhas).
O I Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas foi realizado pela primeira vez em Cuiabá – MT/Brasil. Com o tema "Água, Alimento, Energia, no Presente e no Futuro", o I CONBRAU reuniu participantes provenientes de várias regiões do país e do exterior, representantes governamentais, acadêmicos, pesquisadores, empresários e variados setores da sociedade, para um amplo debate que estimulasse fortemente todas as atividades relacionadas com a pesquisa, a sustentabilidade e a proteção das AUs. O I CONBRAU alcançou seus objetivos em discutir os mais recentes avanços da ciência relacionados as áreas úmidas. Assim, a socialização do conhecimento científico para a proteção e manejo sustentável dessas áreas esteve em pauta durante toda a conferência. Nos debates científicos realizados durante o I CONBRAU procurou-se enfatizar as temáticas regionais, nacionais e internacionais de interesse para a promoção do uso sustentável e conservação de áreas úmidas. O interesse da comunidade científica ultrapassou as expectativas dos organizadores. Em dois dias foram apresentados 42 palestras, de 20 minutos cada, e 224 pôsteres de boa qualidade. Os debates se tornaram mais ricos, devido a presença de pesquisadores internacionais e de diferentes regiões do Brasil. No total tivemos a participação de 568 pessoas. Durante o evento foi estabelecida uma força-tarefa de 10 cientistas, representando as principais instituições e áreas geográficas contendo AUs no país, para analisar e aprimorar um documento técnico, elaborado pelo coordenador do INCT-Áreas Úmidas (INAU).

06. RESUMO DO EVENTO (Faça uma breve descrição sobre a realização do evento) – (texto limitado 20 linhas)			
Embora reconhecidas pela riqueza biológica e cultural que apresentam, as Áreas Úmidas (AUs) vem enfrentando inúmeras ameaças e estão entre os ecossistemas mais ameaçados do mundo. A conservação e o cuidado com esse ambiente requer um planejamento a longo prazo, não somente para as planícies, mas também, para as áreas de planalto, numa visão integrada das bacias hidrográficas. A elaboração de tais estratégias requer, em alguns casos, acordos entre estados ou países que devem incluir não somente uma escala das atividades que podem afetar o ambiente diretamente e indiretamente, mas também, a mobilização e participação efetiva dos diversos atores sociais envolvidos para a elaboração de políticas públicas que visem proteção efetiva deste legado. Com o tema "Delineamento, classificação e manejo de Áreas Úmidas: abordagem brasileira", o II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas – II CONBRAU – ocorrerá em Cuiabá no período de 20 a 22 de agosto de 2014 e deverá debater as preocupações relativas às AUs brasileiras, sendo que os resultados destas discussões poderão auxiliar na tomada de decisão para políticas públicas que visem a conservação e o uso sustentável desses importantes ecossistemas.			
Palavras-chave	1- Áreas Úmidas	2- Conservação	3- Políticas Públicas

07. OBJETIVO GERAL (Sintetizar, de forma clara e objetiva, a finalidade geral da proposta) – (texto limitado a 10 linhas)
Cientistas, estudantes, gestores e sociedade civil estarão reunidos para reflexões, intercâmbio de conhecimentos e disseminação de saberes sobre o tema. Assim, acreditamos que o Congresso contribuirá efetivamente para o desafio de compatibilizar as necessidades de crescimento do país e a sustentabilidade e proteção das áreas úmidas.

08. JUSTIFICATIVA (Demonstrar a **relevância** do apoio ao evento para a área ou tema contemplado, **a importância para o setor** e para o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Inovação) – (texto limitado a 30 linhas)
Estima-se que as AUs brasileiras perfaçam aproximadamente 20% do território nacional. Elas prestam serviços importantes para o meio ambiente e os seres humanos, tais como armazenamento e purificação de água, retenção de sedimentos, recarga do nível de água do solo, regulação do clima local e regional e a manutenção de uma grande biodiversidade. Além disso, alguns destes ecossistemas abrigam populações humanas com traços culturais únicos, que tem sua fonte de proteína e de renda dependente dos estoques pesqueiros, da agricultura de subsistência, da pecuária extensiva e da extração de madeira que podem ser realizadas de maneira sustentável, com baixo impacto ambiental. Em 1993, o Brasil ratificou a Convenção de Ramsar, que exige dos estados signatários não somente o delineamento e a proteção específica das AUs de importância internacional, mas também um inventário destas, a descrição das suas estruturas e funções e a elaboração de planos para o seu uso sustentável. Apesar do compromisso assumido, até o momento o Brasil encontra-se muito aquém do cumprimento dessas metas. Segundo o último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão das Nações Unidas, há o risco de desaparecimento de diversas áreas úmidas do planeta, incluindo o Pantanal, como consequência do efeito estufa que vem modificando o clima do planeta. Assim, o II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas deverá debater as preocupações relativas às AUs brasileiras, sendo que os resultados destas discussões poderão auxiliar na tomada de decisão para políticas públicas que visem à conservação e o uso sustentável desses importantes ecossistemas.

09. RESULTADOS ESPERADOS – Descreva quais os principais resultados a serem alcançados ao final do Evento. (texto limitado a 10 linhas)
O projeto possibilitará ao seu público o contato com o estado da arte da ciência de áreas úmidas. Além disso, possibilitará o contato e o debate com os tomadores de decisão, contribuído para a elaboração e implementação de políticas públicas visando o uso sustentável destas áreas, fundamentais para o equilíbrio ecológico, assegurando o suprimento de água, proporcionando alimentos e estabilizando o clima regional em tempos de mudanças climáticas, dentre outros serviços ambientais. O público leigo também será beneficiado, já que o conhecimento de questões relacionadas ao meio ambiente é requisito fundamental para o exercício da cidadania na sociedade do

conhecimento, característica do século XXI.

10. PÚBLICO ALVO E NÚMERO ESPERADO DE PARTICIPANTES (Detalhar qual o público a ser atingido e o número de participantes esperados no evento) - (texto limitado a 15 linhas)

Reunir 800 participantes provenientes de várias regiões do país e do exterior, representantes governamentais, acadêmicos, pesquisadores, jornalistas, empresários e variados setores da sociedade, para um amplo debate que estimule fortemente todas as atividades relacionadas com a pesquisa, a sustentabilidade e a proteção das Áreas Úmidas.

11. PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

11.1 – CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

Com ênfase em temáticas regionais, nacionais e internacionais que promovam as diferentes concepções de áreas úmidas e suas abordagens. Cientistas e tomadores de decisão serão convidados para cada conferência, oferecendo visões complementares ou antagônicas que possam dinamizar o debate e promover a construção de saberes.

11.2 – SESSÕES ORAIS

As sessões orais irão proporcionar espaço para os participantes socializarem o andamento e resultados de pesquisas relacionadas com áreas úmidas com expectativa de grandes trocas de conhecimento.

11.3 – REUNIOES ESPECIAIS E *WORKSHOPS*

O II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas traz a possibilidade única de aglutinar cientistas com interesses comuns. Encontros específicos após as sessões teóricas para discutir cooperação científica, propostas de projetos, iniciativas políticas e outras atividades de interesse para pesquisa e manejo de áreas úmidas.

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

20 de agosto de 2014

9h – 10h – Cerimônia de abertura do II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas

10h – 11h – Conferência de Abertura: Prof. Dr Wolfgang Junk: "Classificação de Áreas Úmidas - Ferramenta para Politicas Públicas visando a Conservação"

11h – 11h20 – Intervalo para o café

11h20 – 13h00 – 5 Palestras de 20 minutos - Palestrantes serão selecionados a partir dos resumos que serão submetidos no site do evento

13h00 – 14h20 – Intervalo para o almoço

14h20 – 16h00 – Apresentações Orais – As apresentações serão selecionados a partir dos resumos que serão submetidos no site do evento

16h00 – 16h20 – Intervalo para o café

16h20 – 18h00 – Apresentações Orais - As apresentações serão selecionados a partir dos resumos que serão submetidos no site do evento

18h00 – 18h30 – Sessão de painéis

18h30 – Reunião do Grupo de Trabalho sobre a fundação da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (SBAU)

21 de agosto

9h00 – 9h30: Palestrante convidado: Max Finlayson: Sistema internacional de classificação de Áreas Úmidas: situação e problemas (International wetland

classification: status and problems

9h30 – 10h00: Palestrante convidado: Brij Gopal: "Diversidade de Áreas Úmidas no contexto internacional: estado da arte" (Wetland diversity in an international context: State of the art

10h00 – 11h00: 3 Palestras de 20 minutos - Palestrantes serão selecionados a partir dos resumos que serão submetidos no site do evento

11h00 – 11h20: Intervalo para o café

11h20 – 13h00: 5 Palestras de 20 minutos - Palestrantes serão selecionados a partir dos resumos que serão submetidos no site do evento

13h00 – 14h20: Intervalo para o almoço

14h20 – 16h00: Apresentações orais - As apresentações serão selecionados a partir dos resumos que serão submetidos no site do evento

16h00 – 16h20: Intervalo para o café

16h20 – 18h00: Apresentações orais - As apresentações serão selecionados a partir dos resumos que serão submetidos no site do evento

18h00 – 18h30: Sessão de painéis

18h30: Reunião do Grupo de Trabalho sobre a fundação da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (SBAU)

22 de agosto

9h00 – 9h30: Palestrante convidado: Bill Mitsch: "Manejo de Áreas Úmidas nos Estados Unidos: situação, problemas lições a serem aprendidas" (Wetland management in the United States: Status, problems, and lessions to be learned)

9h30 – 10h00: Everglades / Pantanal – "O que podemos aprender com estudos comparados" (Everglades/Pantanal - What we can learn from comparative studies)

10h00 – 11h00: Discussão da fundação da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (SBAU) com o plenário

11h00 – 11h20: Intervalo para o café

11h20 – 13h00: 5 palestras de 20 minutos – Palestrantes serão selecionados a partir dos resumos que serão submetidos no site do evento

13h00 – 14h20 – Intervalo para o almoço

14h20 – 16h30: Workshops

16h30 – 17h00: Sessão de painéis

17h00 – 17h30: Intervalo para o café

17h30: Anúncio da Fundação da SBAU e encerramento

12. Plano de Trabalho dos Membros da Equipe / Cronograma

Especificar no quadro as atividades previstas, a duração, o responsável e os demais envolvidos em cada atividade.

Atividade	Duração	Data de início	Data de Término	Membros da equipe
				Responsável e Participantes
Ano de 2013				
1. Definir comissão organizadora	3 meses	Agosto 2013	Outubro 2013	Pierre Girard, Paulo Teixeira, Rose Soares
2. Fazer seleção para contratar empresa organizadora	6 meses	Setembro 2013	Fevereiro 2014	Comissão Organizadora
3. Definir o local para realizar o evento	4 meses	Agosto 2013	Novembro 2013	Comissão Organizadora
4. Elaboração do projeto de captação de recursos	05 meses	Outubro 2013	Fevereiro 2014	Comissão Organizadora e Empresa Organizadora
5. Contratar empresa para criação do logo do evento	02 meses	Setembro 2013	Outubro 2013	Comissão Organizadora
6. Selecionar empresa de turismo para serviços de hotelaria e passagens	05 meses	Novembro 2013	Março 2014	Comissão Organizadora e Empresa Organizadora

Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

(operadora oficial)				
7.Compor os comitês científicos (nacional)	05 meses	Setembro 2013	Fevereiro 2014	Comissão Organizadora
8. Definir as funções do comitê científico	5 meses	Fevereiro 2014	Junho 2014	Comissão Organizadora
9. Elaborar o plano de ação e cronograma de cada comissão	02 meses	Outubro 2013	Novembro 2013	Comissão Organizadora
10. Contratar empresa para criação e manutenção do site do evento	11 meses	Novembro 2013	Setembro 2014	Comissão Organizadora e empresa contratada
11. Abrir para inscrição e submissão de propostas de palestras pelos comitês	03 meses	Março 2014	Junho 2014	Comissão Organizadora e empresa contratada para criação e manutenção do site
12. Contratar empresa para gerenciar e elaborar *software* para inscrição no evento, envio de propostas de palestras, abstracts, análise dos abstracts	06 meses	Fevereiro 2014	Agosto 2014	Comissão Organizadora e empresa contratada
13. Contratação de empresa para ser	06 meses	Março 2014	Agosto 2014	Comissão Organizadora

montadora oficial				
Ano de 2014				
Atividades				
14. Promover e viabilizar as reuniões da comissão organizadora	08 meses	Janeiro 2014	Setembro 2014	Pierre Girard, Paulo Teixeira, Empresa Organizadora, Rose Soares
15. Preparar projetos e demais materias para captação de recursos/apoios e parcerias	06 meses	Janeiro 2014	Junho 2014	Comissão Organizadora e Empresa Organizadora
16. Providenciar o completo funcionamento do processo de inscrição para o evento via online	07 meses	Fevereiro 2014	Agosto 2014	Comissão Organizadora e Empresa Contratada
17. Promoção, divulgação (Itensificar a divulgação do evento)	08 meses	Janeiro 2014	Agosto 2014	Comissão Organizadora e Empresa Organizadora
18. Contratar monitores para o evento	03 meses	Junho 2014	Agosto 2014	Pierre Girard e Rose Soares
19. Produção e impressão	03 meses	Maio 2014	Julho 2014	Comissão Organizadora e empresa

de materiais de divulgação e do participante (Folders, cartazes, panfletos para inscrição, pastas, crachás, blocos, livro de resumos e canetas)				contratada
20. Contratação de empresa credenciamento incluso materiais e equipamentos	03 meses	Junho 2014	Agosto 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
21. Contratação de serviços de segurança	02 meses	Julho 2014	Agosto 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
22. Contratação de equipe de apoio: digitadores e recepcionistas	02 meses	Julho 2014	Agosto 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
23. Serviços de sonorização e projeção	02 meses	Julho 2014	Agosto 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
24. Contratação de serviços de decoração da plenária	01 mês	Julho 2014	Julho 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora

25. Contratação da empresa de confecção de material de sinalização: painéis, banners e faixas	02 meses	Julho 2014	Agosto 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
26. Contratação de serviços de alimentação para palestrantes e convidados	02 meses	Julho 2014	Agosto 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
27. Serviços de hospedagens, passagens aéreas e alimentação	06 meses	Fevereiro 2014	Agosto 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
28. Contratação de serviços de transfer para convidados e palestrantes	03 meses	Junho 2014	Agosto 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
29. Montagem das salas	01 mês	Agosto 2014	Agosto 2014	Empresa Organizadora
30. Montagem da feira	01 mês	Agosto 2014	Agosto 2014	Empresa Organizadora
31. Montagem da Secretaria Geral	01 mês	Agosto 2014	Agosto 2014	Empresa Organizadora
32. Contratação de serviços de assessoria de imprensa	12 meses	Agosto 2013	Setembro 2014	Comissão Organizadora e Empresa Organizadora

33. Realização do evento	01 mês	Agosto 2014	Agosto 2014	Comissão Organizadora e Empresa Organizadora
34. Prestação de contas	01 mês	Setembro 2014	Setembro 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
35. Elaboração de relatórios técnicos	01 mês	Setembro 2014	Setembro 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora
36. Elaboração de relatórios financeiros	01 mês	Setembro 2014	Setembro 2014	Rose Soares e Empresa Organizadora

13. Orçamento detalhado por elemento de despesa da solicitação de auxílio à FAPEMAT *(Máximo de R$ 20.000,00)*

Preencha no quadro o orçamento financeiro detalhado por elemento de despesa.

Natureza da Despesa		Discriminação	Qtde	Valor unit.	Valor Total
Código	Elemento de Despesa				
339039	Serviço de Terceiro [1] (pessoa jurídica)	Confecção de CD/DVD contendo os anais	700	3,50	3.150,00
339039	Serviço de Terceiro [1] (pessoa jurídica)	Confecção/ impressão de material para divulgação e inscrição (Folders e cartazes)	2500	1,94	4.850,00
339039	Serviço de Terceiro [1] (pessoa jurídica)	Hospedagem	16 pax	150,00 x 5 diárias	12.000,00
339033	Passagens [2]	(Detalhar o trecho da viagem)			
TOTAL					20.000,00

Obs: Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas [1] – (STPJ) Compreende as despesas com prestação de serviços executados por pessoas jurídicas, tais como: a) Serviços de mídia impressa e eletrônica, confecção de CD/DVD contendo os anais, e material gráfico para divulgação do evento como: *banners* e faixas de divulgação, *folders* e cartazes, convites; b) Certificados, crachás, pastas para os participantes e/ou qualquer outro item relativo à atividade de divulgação técnica do evento; c) Locação de veículos para transporte de pessoal para atender atividades relacionadas ao evento; d) Despesas com hospedagem.
As demais despesas deverão ser de responsabilidade da instituição executora ou de outros aportes financeiros, a título de contrapartida, e deverão estar detalhadas na proposta apresentada à FAPEMAT.

Passagens [2] - Compreende despesas com aquisição de passagens (aéreas e/ou terrestres). As passagens poderão ser nacionais e/ou internacionais, desde que sejam usadas exclusivamente por convidados conferencistas ou coordenadores de sessões e debates.

Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

Não serão permitidas despesas com: a) Ornamentação, coquetel, jantares, *coffee break*, *shows* e manifestações artísticas de qualquer natureza; b) Obras civis, instalações, mobiliários e despesas de rotina, tais como: contas de luz, água, telefone, correios, reprografia e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da Instituição executora; c) Pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal); d)Pagamento de taxas de administração ou gestão a qualquer título; e)Concessão de qualquer modalidade de bolsa; f) Pagamento de materiais permanentes; g)Aquisição de camisetas.

Importante: O material de divulgação dos eventos apoiados deverá, obrigatoriamente, incluir o nome da FAPEMAT.

14. Justificativa de todos os elementos de despesa

Justifique de forma clara qual a importância e relevância de todos os itens que compõem cada elemento de despesa na execução do projeto, especificando em qual atividade vai ser utilizado.

Ítem (Elemento de Despesa)	Atividade (Número)	Justificativa*
1. Confecção de CD/DVD contendo os anais		O anais de um congresso são uma excelente ferramenta para divulgar o conhecimento científico, além de fazerem parte do material do participante. Sendo assim, é necessário a confecção de material digital (CD/DVD) contendo os resumos submetidos e aprovados pelo Comitê Científico do congresso.
2. Confecção/ impressão de material para divulgação e inscrição (Folders e cartazes)	(19)	Buscando uma ampla divulgação do congresso e transformar esta realização em um marco referencial do trato sobre áreas úmidas em MT, serão produzidos materiais para divulgação do congresso e serão distribuidos nas diversas instituições de ensino e pesquisa e demais órgaos que tenham afinidade com o tema.
3. Hospedagem	(27)	Tendo em vista a participação de pesquisadores seniors de outros países e estados para atuarem como palestrantes, será necessária a contratação de serviços de hospedagem para a acomodação dos mesmos durante o período do evento.

* OBSERVAÇÃO: Especificar detalhadamente cada solicitação discriminando os elementos de despesas.

15. Orçamento / cronograma de desembolso *(Máximo de R$ 20.000,00)*

Preencha o quadro do recurso solicitado à FAPEMAT.

CÓDIGO	Elemento de Despesa	TOTAL
339039	Serviço de Terceiros – pessoa jurídica	20.000,00
339033	Passagens	–
TOTAL		20.000,00

16. Contrapartida financeira da Instituição e/ou outros aportes financeiros

Indicar no quadro toda e qualquer contrapartida que traga benefícios à execução do projeto. Podem ser inseridas quantas linhas forem necessárias no quadro.

Descrição	Atividade	Quantidade	Contrapartida não financeira (Infraestrutura)	Contrapartida financeira (R$)
449052 - Equipamento material Permanente				
Serão disponibilizados 2 computadores para atendimento das demandas do congresso	Fase pré secretaria: elaboração de ofícios, projeto de captação de recursos e demais correspondências necessárias	2 (dois) computadores	R$ 2.998,00	
Data show	Apresentação da programação, projeto de captação em reuniões com a comissão	1 (um)	R$ 1.899,00	
Impressora multifuncional	Impressão de ofícios, projetos e demais documentos	1 (uma)	R$ 905,00	
Será disponibilizado computador portátil	Subsidiar reuniões da comissão	1 (um)	R$ 3.799,00	

(notebook)				
339030 - Material de consumo				
Será fornecido material de papelaria para a fase pré secretaria	Papel A4, cartucho colorido e preto, clips, grampo, pastas para arquivo	---	2.900,00	
339014 – Diárias				
339039 - Serviço de terceiro - pessoa jurídica				
339036 - Serviço de terceiro – pessoa física				

339033 – Passagens				

Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

Salários – Equipe executora do projeto				
Coordenador geral	Responsável por toda articulação, captação de recursos para a realização do congresso	10 horas semanais – por seis meses	15.000,00	
Presidente da Comissão Organizadora	Atua em conjunto com o coorenador geral, participa de todos os processos de contratação, elaboração de projetos, programação	10 horas semanais – por seis meses	6.000,00	
Presidente do Comitê Científico	Responsável juntamente com os demais da Comissão, pela formatação da programação, convite aos palestrantesregras para elaboração de trabalhos científicos	10 horas semanais – por seis meses	6.000,00	
Secretaria Geral	Atendimento geral a	6 (seis) meses	13.380,00	

	coordenação do congresso, elaboração de ofícios, atendimento de telefone e ao público interessado			
Outros				
TOTAL (R$)			R$ 52.881,00	R$

Data: -----/-------/ 2014

Assinatura do Dirigente Máximo da Instituição:

Assinatura do Coordenador da Proposta:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CAA) DO TERMO DE PARCERIA COM O CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL (CPP)

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Processo: 01300.004192/2012-81
Termo de Parceira: 13.0902.00/2012
Objeto: Consolidação das redes de pesquisa sobre ecossistemas do Pantanal
Título do Projeto: Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental.
Entidade responsável: Centro de Pesquisa do Pantanal - CPP
Local de implantação: Rua 2, nº 497, Bairro Boa Esperança, Cuiabá – MT, CEP: 78.068-350
Valor do Repasse relativo ao exercício de 2012, repassado em 2013: Custeio: R$ 546.157,00 Capital: R$ 65.539,00 Total: R$ 611.696,00
Valor Total do TP (2012-2015): R$ 2.446.784,00
Vigência: 28/12/2012 a 31/12/2015

II. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CAA)

Membros da Comissão			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
Claudia Morosi Czarneski	491.661.401-91	CGEC/SEPED/MCTI – Titular e Coordena a Comissão	Portaria nº 798/13
Tatiana Lube Pirovane de Andrade	087.210.227-04	CGEC/SEPED/MCTI - Suplente	Portaria nº 798/13
Liliane Alecrim Ribeiro	893.920.361-72	CGAA/SEPED/MCTI – Titular	Portaria nº 798/13
Lezevaldo Monteiro Cruz	345.319.475-68	CGAA/SEPED/MCTI - Suplente	Portaria nº 798/13
Marinêz Isaac Marques	208.461.301-00	CPP - Titular	Portaria nº 798/13
Fábio Edir dos Santos Costa	123.548.348-81	CPP - Suplente	Portaria nº 798/13
Andréa Ferreira Portela Nunes	808.482.067-20	Conselho Ministerial de Políticas Públicas do MCTI – Titular	Portaria nº 798/13
Alfredo de Souza Mendes	143.513.201-15	Conselho Ministerial de Políticas Públicas do MCTI – Suplente	Portaria nº 798/13

III. INTRODUÇÃO

Com o apoio propiciado pelos Termos de Parceria firmados com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), no período de 2004 a 2012, o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) fortaleceu uma comunidade de pesquisadores que interagem efetivamente na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável do Pantanal, otimizando recursos humanos e financeiros, cujo modelo de trabalho em rede pode ser replicado em outras regiões do País. Além disso, possibilitou a capacitação de uma equipe administrativa para a gestão de recursos destinados à C&T.

Devido aos bons resultados apresentados nesses Termos de Parceria, foi formalizado, em 28 de dezembro/2012, um novo Termo de Parceria cujo Plano de Trabalho prevê a execução do Projeto "Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental". Esse projeto pretende dar continuidade à pesquisa desenvolvida pelas Redes Pecuária e Pesca, por meio do componente "agregação de valor aos produtos da pesca e da pecuária pantaneira" e expandir as atividades do CPP para abordar novos componentes, tais como: i) Lei do Pantanal; ii) Uso e gestão de recursos pesqueiros do Pantanal, iii) Rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP); iv) Capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal; v) Caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai; vi) Gestão e apoio logístico.

A fim de proceder ao acompanhamento e avaliação do grau de resultado do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012, foi realizada, nos dias 26 e 27 de março/2014, em Cuiabá – MT, reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), instituída por meio da Portaria MCTI nº /98, de 16 de agosto de 2013.

Cabe esclarecer que essa avaliação refere-se ao exercício de 2013 e a reunião contou com a participação dos seguintes membros:

- Cláudia Mo'osi Czarneski – CGEC/SEPED/MCTI;
- Rodrigo Henrique Macedo Braga – SEPED/MCTI;
- Alfredo de Souza Mendes – Conselho Ministerial de Políticas Públicas/MCTI;
- Marinêz Isaac Marques – CPP
- Fábio Edir dos Santos Costa – CPP

Vale esclarecer que a servidora Liliane Alécrim Ribeiro foi cedida à Presidência da República e, portanto, substituída na CAA pelo servidor Rodrigo Henrique Macedo Braga. A Portaria com essa substituição será publicada em abril/2014.

IV. OBJETIVOS DO PROJETO

Geral

- Contribuir para a sustentabilidade sócio-econômico-ecológica da planície pantaneira buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Específicos

- Sistematizar e disponibilizar ao público conhecimentos científicos sobre o Pantanal.
- Contribuir para o aperfeiçoamento do PLS 750/2011.
- Estudar as interações planalto-planície e seus potenciais impactos sobre o Pantanal.
- Constituir uma rede de municípios, envolvendo diversos atores sociais, para promover ações de adaptação às mudanças climáticas na BAP.
- Gerar produtos comercializáveis a partir do pescado e do gado pantaneiro.
- Produzir conhecimentos científicos para dar embasamento a futuros marcos regulatórios sobre o turismo no Pantanal.
- Produzir conhecimentos para subsidiar marcos regulatórios visando ao uso sustentável e à gestão de recursos pesqueiros no Pantanal.
- Realizar a caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do município de Poconé - MT.

V. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Relatório de atividades

A CAA analisou o relatório de atividades 2013, encaminhado pelo CPP em 11 de março/2014, e ressaltou os seguintes pontos:

- deve apresentar as informações de forma mais detalhada, com o envio de todos os anexos citados no relatório;
- quando citar que foi realizada encomenda ou chamada pública, deve-se incluir os termos de referência, os pareceres dos consultores externos, os resumos e relatórios dos projetos contratados;
- para cada componente, deve ser apresentada a lista de mestres e doutores envolvidos;
- para os consultores externos, deve-se apresentar a forma/mecanismo de contratação e os termos de referência que nortearam a contratação;
- deve apresentar justificativa para a não realização de alguma atividade ou o não cumprimento dos prazos estabelecidos no Plano de Trabalho;
- a forma de apresentação da Tabela 9 – Macroprocessos deve ser alterada, especificando quais indicadores relacionam-se ao componente e ao macroprocesso;

3

- deve diferenciar "seleção" de "avaliação", sendo "seleção" quando as propostas são analisadas por consultores externos antes de serem contratadas, e "avaliação" quando os projetos são analisados por consultores externos depois de contratados e em execução;
- nas considerações finais devem apresentar informações sobre o Termo de Parceria de forma geral e, especificamente, de cada componente e não apenas do componente 7.

Indicadores e metas

A fim de validar a proposta de indicadores e metas apresentada pelo CPP, a CAA analisou novamente os indicadores de todos os componentes, e sugeriu as seguintes alterações:
- o indicador NIP (número de intervenções públicas) deve ser modificado para NAR (número de ações realizadas para auxiliar na formulação de propostas ao debate sobre a Lei do Pantanal);
- a fórmula do indicador IDRS (índice de divulgação dos resultados para a sociedade) deve ser: (MD x 3) + (MM x 2) + (MO x 1) / NPE, onde MD é o número de matérias produzidas por doutores; MM é o número de matérias produzidas por mestres; MO é o número de matérias produzidas por outros; NPE é o número de doutores e mestres do componente; e 1, 2 e 3 são os pesos;
- na fórmula do indicador IFRH (índice de formação de recursos humanos), NEM é o número de mestrandos e não o número de mestres como foi apresentado;
- a fórmula do indicador INTP (índice total de publicações) deve ser: (M3 x 3) + (M2 x 2) - (M1 x 1) / NPE, onde M3 é o número de publicações produzidas por três ou mais autores; M2 é número de publicações produzidas por dois autores; M1 é o número de publicações produzidas por um autor; NPE é o número de doutores e mestres do componente; e 1, 2 e 3 são os pesos;
- o indicador NATC (número de avaliações técnico-científicas) deve ser modificado para NACE (número de avaliações realizadas por consultores externos);
- a descrição/fórmula do indicador ARE (alavancagem de recursos externos no exercício) deve ser: recursos externos alavancados/captados no exercício, considerando a vigência do Termo de Parceria, dividido pelos recursos repassados pelo MCTI ao CPP, multiplicados por 100;
- as metas apresentadas para os exercícios de 2013, 2014 e 2015 devem revisadas.

Componentes

I) Componente 1 - Lei do Pantanal

Em 2013, foram realizadas as seguintes atividades:
- reuniões presenciais, em fevereiro/2013, com representantes do Departamento de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para identificar grupos interessados em participar das atividades, bem como para apresentar a proposta de projeto para atender a atividade "síntese crítica dos projetos de lei sobre o Pantanal que já tramitaram e estão tramitando em níveis estadual e federal"

4

- discussão sobre as condições de contratação de uma consultoria jurídica que irá atuar com a equipe de pesquisadores do projeto para efetuar a síntese crítica dos projetos de lei sobre o Pantanal que já tramitaram e estão tramitando em níveis estadual e federal;

- reunião entre pesquisadores do Laboratório Associado 3 do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU) para definir uma estratégia para organização de uma síntese do conhecimento científico adquirido pelos pesquisadores desse Projeto, sob a supervisão do Dr. Wolfgang Junk, coordenador científico do INAU;

- reunião em dezembro/2013, com pesquisadores seniores que atuam no INAU e que são vinculados a diversas instituições de ensino e pesquisa, inclusive pesquisadores de outros países como Alemanha e Argentina, visando à cooperação internacional;

- articulação de parcerias com pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para compor o Comitê de Julgamento das propostas de projetos (interações planalto-planície). A chamada pública para contratação do projeto está em fase final de elaboração, devendo ser publicada na primeira quinzena de março de 2014.

Recomendações da CAA para o Componente 1:

- estabelecer parceria com instituições do Mato Grosso do Sul, uma vez que o bioma Pantanal abrange os dois estados;

- inserir, no relatório de atividades, os termos de referência elaborados para as encomendas e chamada pública;

- agilizar a execução das atividades previstas uma vez que os prazos estabelecidos para os trabalhos de síntese crítica já expiraram.

A Tabela 1 apresenta os indicadores firmados para aferir o alcance das metas previstas no Componente 1 para o exercício de 2013.

Tabela 1. Indicadores e metas do Componente 1 - Lei do Pantanal.

Indicadores	Un. Med.	Peso	Metas 2013		Grau de Alc. (%)	Nota	Total Pontos
			Prev.	Real			
1. Número de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade (NEFIPS)	Nº	1	2	2	100	10	10
2. Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (IDRS)	%	2	0,5	0,4	80	8	16

5

3. Número de ações realizadas para auxiliar na formulação de propostas ao debate sobre a Lei do Pantanal	Nº	3	4	4	100	10	30
Total de Pontos		**6**	-				**56**

ii) Componente 2 - Uso e gestão de recursos pesqueiros do Pantanal

Para o Componente 2, foram realizadas as seguintes atividades:

- reuniões com pesquisadores que atuaram na "Rede Pesca" para discutir a elaboração do projeto intitulado "Uso e gestão de recursos pesqueiros no Pantanal: bases para uma gestão cientificamente fundamentada";
- análise e aprovação do projeto por consultores externos;
- início das atividades de campo do projeto.

Recomendações da CAA para o Componente 2:

- Inserir, no relatório de atividades, os termos de referência elaborados para a encomenda, os pareceres dos consultores externos que selecionaram e aprovaram o projeto, resumo e relatório anual do projeto contratado e pareceres dos consultores que avaliaram a execução do projeto.

Tabela 2. Indicadores e metas do Componente 2 – Uso e gestão de recursos pesqueiros do Pantanal.

Indicadores	Un. Med.	Peso	Metas 2013		Grau de Alc. (%)	Nota	Total Pontos
			Prev.	Real.			
1. Índice de formação de recursos humanos (IFRH)	%*	2	0,5	0,8	160	10	20
2. Índice total de publicações (NTP)	%	2	0	0	-	-	-
3. Número cumulativo de rotinas de abordagem / protocolos / ações elaboradas para diferentes contextos de uso e gestão de recursos pesqueiros (NCRAP)	Nº	3	0	0	-	-	-
Total de Pontos		**7**	-				**20**

iii) Componente 3 - Agregação de valor a produtos da pesca e da pecuária pantaneira

No âmbito do Componente 3, cabe destacar que:

- tendo em vista os resultados satisfatórios obtidos por dois projetos, um ligado à Rede Pesca e o outro à Rede Pecuária, e a importância da geração de produtos de valor agregado a partir da pesca e da pecuaria pantaneira, e a necessidade de estudos adicionais para possibilitar o surgimento de produtos competitivos no mercado, foram implementados dois projetos:

  - "Desenvolvimento tecnológico de produtos derivados do pescado nativo do Pantanal", coordenado pelo Dr. Jorge Antonio Ferreira de Lara, vinculado à Embrapa Pantanal. Esse projeto foi aprovado por consultoria *ad hoc*, os ajustes necessários foram efetuados e as atividades foram iniciadas;
  - "Multiplicação, determinação de índices zootécnicos e conservação de bovinos da raça pantaneira", coordenado pelo Dr. Marcus Vinicius Morais de Oliveira, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Após análise dos consultores *ad hoc*, foi realizada uma reunião, em maio de 2013, com pesquisadores da UEMS e da Embrapa Gado de Corte, com o apoio da Reitoria da UEMS, a fim de promover ajustes no projeto em atendimentos às recomendações dos consultores. O projeto foi revisado e suas atividades iniciadas.

Recomendações da CAA para o Componente 3

- inserir, no relatório de atividades, os termos de referência elaborados para as encomendas, os pareceres dos consultores externos que selecionaram e aprovaram os projetos, resumos e relatório anual dos projetos contratados e pareceres dos consultores que avaliaram a execução dos projetos no exercício.

Tabela 3. Incicadores e metas do Componente 3 – Agregação de valor a produtos da pesca e da pecuária pantaneira.

Indicadores	Un. Med.	Peso	Metas 2013		Grau de Alc. (%)	Nota	Total Pontos
			Prev.	Real.			
1. Índice de formação de recursos humanos (IFRH)	nº	2	1	1	100	10	20
2. Índice total de publicações (INTP)	%	2	1,2	1,26	105	10	20
3. Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (IDRS)	%°	3	1,5	1,92	128	10	30
4. Número cumulativo de produtos tecnológicos derivados do pescado / boi do Pantanal (NCPDP)	Nº	3	1	1	100	10	30

Total de Pontos	10	-	100

iv) Componente 4 - Rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP)

No que tange ao Componente 4, pode-se explicitar que:

- o projeto "Rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: respostas a diferentes cenários de mudanças climáticas" coordenado pelo Professor Dr. Pierre Girard, da UFMT, teve início em janeiro de 2013. Atualmente os dados do Projeto SINERGIA estão sendo compilados, o que resultará na elaboração de um livro digital com os principais passos da metodologia do projeto e os resultados obtidos, os quais irão embasar os trabalhos do projeto ClimBAP;

- está sendo estabelecida parceria com Laboratório Associado 5 do INAU, "Práticas culturais, socioeconomia e educação", devendo resultar na contratação de um bolsista pós-doc para auxiliar na coordenação dessas atividades;

- foram escolhidas as comunidades-alvo do projeto em Mato Grosso - São Pedro de Joselândia no Pantanal de Poconé e a comunidade do Bairro Jardim Vitória, em Cuiabá. Em Mato Grosso do Sul, o Professor Dr. Heitor Medeiros da UCDB está trabalhando para envolver uma comunidade indígena e uma comunidade quilombola, localizadas nas proximidades de Campo Grande.

Recomendações da CAA para o Componente 4:

- agilizar a execução das atividades previstas uma vez que não houve progresso desde a reunião semestral da CAA realizada em outubro/2013;

- inserir, no relatório de atividades, os termos de referência elaborados para a encomenda, os pareceres dos consultores externos que selecionaram e aprovaram o projeto, resumo e relatório anual do projeto contratado e pareceres dos consultores que avaliaram a execução do projeto.

Tabela 4. Indicadores e metas do Componente 4 – Rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP)

Indicadores	Un. Med.	Peso	Metas 2013		Grau de Atc. (%)	Nota	Total Pontos
			Prev.	Real.			
1. Índice atores capacitados (INAC)	%*	2	0	0	-	-	-
2. Índice de eventos acontecendo na ClimBAP (IE)	%	1	1	1	100	10	10
3. Índice de projetos e planos na ClimBAP (INP)	%*	3	0	0	-	-	-
Total de Pontos		**6**	-				**10**

vi) Componente 5 - Capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal

Para o componente 5, foram realizadas as seguintes atividades:

- elaboração do termo de referência para a contratação de consultores que deveriam definir, juntamente com o CPP, a chamada pública para contratação do projeto com vistas a realizar a síntese crítica da literatura existente, apontando lacunas no diagnóstico da capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal;
- busca de parcerias no Departamento de Geografia da UFMT para elaboração da chamada pública;
- reunião entre a coordenação do CPP, em 10 de dezembro/2013, e os pesquisadores e representante do setor turístico dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de buscar novas parcerias para viabilizar a execução das atividades do Componente, diante da dificuldade de articular esses parcerias e contratar consultoria para assessorar na elaboração da chamada pública. Como resultado, identificou-se a necessidade de se obter primeiro a síntese crítica da literatura para depois contratar um projeto adequado à realidade da região. Assim, o CPP deverá publicar novo termo de referência para contratar essa consultoria e na sequência, elaborar a chamada pública.

Recomendações da CAA para o Componente 5:

- agilizar a execução das atividades previstas, uma vez que não houve progresso desde a reunião semestral da CAA realizada em outubro/2013;
- estabelecer parcerias com instituições de Mato Grosso do Sul, uma vez que o turismo no Pantanal abrange os dois estados e, segundo o Dr. Fábio Edir, existem três grupos atuantes nessa área na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS);
- inserir, no relatório de atividades, o termo de referência elaborado para contratação de consultoria.

Tabela 5. Indicadores e metas do Componente 5 – Capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal.

Indicadores	Un. Med.	Peso	Metas 2013		Grau de Alc. (%)	Nota	Total Pontos
			Prev.	Real			
1. Número de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade (NEFIPS)	Nº	2	1	1	100	10	20
2. Índice total de publicações (INTP)	%	3	0	0	-	-	-

3. Índice de divulgação de ações e resultados para a sociedade (IDARS)	%*	3	4	3	75	6	18
Total de Pontos		**9**	-				**38**

vi) Componente 6 - Caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do Município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai

Nesse Componente, iniciou-se, em junho/2013, o projeto "Caracterização sócio-ocupacional de pescadores e pecuaristas do Município de Poconé na microrregião do Alto Pantanal", coordenado pelo Professor Dr. André Luis Ribeiro Lacerda, da UFMT. Esse projeto foi analisado e aprovado por consultores *ad hoc*.

Recomendações da CAA para o Componente 6

- inserir, no relatório de atividades, os termos de referência elaborados para a encomenda, os pareceres dos consultores externos que selecionaram e aprovaram o projeto, resumo e relatório anual do projeto contratado, e pareceres dos consultores que avaliaram a execução do projeto.

Tabela 6. Indicadores e metas do Componente 6 – Caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do Município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai.

Indicadores	Un. Med.	Peso	Metas 2013		Grau de Alc. (%)	Nota	Total Pontos
			Prev.	Real.			
1. Índice de formação de recursos humanos (IFRH)	%*	2	1,2	1,25	104	10	20
2. Índice total de publicações (NTP)	%	2	0	0	-	-	-
3. Número de surveys aplicados em oficinas/assembleias	%*	3	4	4	100	10	30
Total de Pontos		**7**	-				**50**

vii) Componente 7 - Gestão e apoio logístico

No componente 7 foram realizadas as seguintes ações:

- revisão nas práticas administrativas (formulários internos, disponíveis no site: www.cppantanal.org.br) para atender as regras de execução financeira previstas no SICONV;
- elaboração de Termo de Referência para contratação de consultores externos para análise dos projetos científicos dos Componentes 2, 3 e 6;

10

- apoio para realização de reunião com representantes do Trade Turístico e do Curso de Turismo do Centro Universitário UNIRONDON, em fevereiro/2013, buscando estabelecer parcerias para as atividades previstas no Componente 5;
- apoio para realização de reunião com representante do Departamento de Direito da UFMT, em março/2013, buscando parcerias para atuar nas atividades do Componente 1;
- apoio para a realização de reuniões com pesquisadores da Rede Pesca, em março/2013, para identificar propostas para responder ao Componente 2;
- elaboração, em abril/2013, do Relatório Circunstanciado de Prestação de Contas do Ministério da Justiça (MJ);
- apoio para realização da reunião com pesquisadores de Mato Grosso do Sul a Embrapa Gado de Corte, na sede da Embrapa, em junho/2013, para discutir os ajustes e a possibilidade de outras fontes de financiamento para o projeto ligado a pecuária;
- apoio para realização de reuniões para planejamento e organização do II CONBRAU, em setembro/2013, com pesquisadores que participam da Comissão Organizadora;
- realização de reunião com membros da Assembleia Geral do CPP, em setembro/2013, para fins de atendimento as exigências estatutárias;
- participação de dois colaboradores do CPP no Curso sobre operacionalização do SICONV, incluindo o módulo CBTV, promovido pela UFMT em outubro/2013;
- apoio para realização de reunião de acompanhamento e avaliação dos resultados do Termo de Parceria CPP-MCTI em outubro/2013;
- apoio à participação do CPP, em novembro/2013, no Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal – SIMPAN, por meio de um "stand" onde foram divugados os trabalhos desenvolvidos pelas Redes de Pesquisa, além de outros projetos que o CPP gerencia;
- apoio para realização de reunião com pesquisadores do INCT Áreas Úmidas, em dezembro/2013, para discutir os trabalhos para atendimento do Componente 1.

Recomendação da CAA para o Componente 7:

- apresentar justificativa por não ter sido realizada avaliação dos projetos no exercício de 2013 (Indicador 3. Número de avaliações técnico-científicas – NATC, cuja meta era 1).

Tabela 7. Indicadores e metas do Componente 7 – Gestão e apoio logístico.

Indicadores	Un. Med.	Peso	Metas 2013		Grau de Alc. (%)	Nota	Total Pontos
			Prev.	Real			
1. Número de ações gerenciais realizadas (NAGR)	Nº	1	11	13	118	10	10
2. Número de projetos, programas, prestação de	Nº	2	0	0	-	-	-

serviços e ações formalizadas (NPPA)							
3. Número de avaliações realizadas por consultores externos (NACE)	Nº	3	1	1	100	10	30
4. Alavancagem de recursos externos no exercício (ARE)	%	3	0	0	-	-	-
Total de Pontos		**9**		-			**40**

Cabe esclarecer que a nota é obtida de acordo com a tabela abaixo:

Grau de Alcance (%)	Nota Atribuída
Acima de 90	10
de 81 a 90	8
de 71 a 80	6
de 61 a 70	4
de 50 a 60	2
Abaixo de 49	0

Para o total de pontos, multiplica-se a nota pelo peso. A fim de se obter a pontuação global, divide-se o somatório do total de pontos pelo somatório dos pesos.

Assim, tem-se:

Componente	Somatório dos Pesos	Somatório do Total de Pontos	Pontuação Global
1	6	56	9,3
2	7	20	2,8
3	10	100	10,0
4	6	10	1,6
5	8	38	4,7
6	7	50	7,1
7	9	40	4,4
Total	**53**	**314**	**5,9**

Para conceituar, utiliza-se a tabela a seguir:

Pontuação Global (Total)	Conceito
De 9,6 a 10	A - Excelente
De 9,0 a 9,5	B – Muito Bom
De 8,0 a 8,9	C – Bom

12

De 6,0 a 7,9	D – Satisfatório
De 4,0 a 5,9	E – Insuficiente
< 4,0	F – Fraco

Conforme a aferição acima, a avaliação do CPP alcançou o total de 314 pontos. Dividindo-se esse valor pelo somatório dos pesos (53), obtém-se nota 5,9, conferindo o conceito E (insuficiente) ao desempenho do Termo de Parceria com essa OSCIP.

Relatório Financeiro

De acordo com o relatório financeiro apresentado, verifica-se que do total dos recursos repassados ao CPP em 2013, R$ 611.696,00, foram executados apenas R$ 152.479,79, o que corresponde a 24,93%. Diante desse cenário, a CAA recomendou que a realização de todas as atividades previstas seja agilizada e que haja mais empenho do CPP em cumprir os prazos estabelecidos no Plano de Trabalho.

A CAA sugeriu, ainda, que na planilha financeira seja incluída uma coluna com o percentual de execução de cada elemento de despesa.

V) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise do relatório e de acordo com as explicações apresentadas durante a reunião, verificou-se que as atividades dos componentes foram iniciadas, mas que pouco progresso foi alcançado desde a reunião da CAA que ocorreu em outubro/2013. Vale destacar que os componentes 1 (Lei do Pantanal), 4 (ClimBAP) e 5 (Sustentabilidade do Turismo) encontram-se em estágio ainda muito incipiente e recomenda-se ao CPP envidar esforços para agilizar a execução das atividades, especialmente, desses componentes.

Esse fato acarretou uma baixa execução financeira, apenas 24,93% do total repassado à OSCIP em 2013. Nesse sentido, vale ressaltar que, de acordo com o Termo de Parceria firmado, os recursos da segunda parcela só poderão ser repassados após a execução de, no mínimo, 70% do valor da primeira parcela.

É importante citar que as recomendações feitas pela CAA, em 2013, foram atendidas pelo CPP e que puderam ser verificadas no relatório de atividades desse exercício. Entretanto, os relatórios de atividades devem ser mais robustos, explicitando-se todas ações realizadas, comprovadas nos anexos, e com justificativas mais substanciais para a não realização de atividades no período previsto.

13

Cabe ainda enfatizar que no relatório da CAA referente ao primeiro semestre de 2013, as reuniões semestrais deverão ocorrer em setembro e as reuniões anuais em março de cada exercício. Assim, a reunião do primeiro semestre de 2014 foi agendada para os dias 24 e 25 de setembro/2014.

Cuiabá – MT, 27 de março de 2014.

Cláudia Morosi Czarnoski
CGEC/SEPED/MCTI

Alfredo de Souza Mendes
Conselho Ministerial de Políticas Públicas - MCTI

Rodrigo Macedo Braga
SEPED/MCTI

Marinez Isaac Marques
CPP

Fábio Edir dos Santos Costa
CPP

MEMÓRIA DE REUNIÃO

DATA: 25/06/2014 **HORÁRIO:** 14h30 **LOCAL:** INPP

PARTICIPANTES: Paulo Teixeira, Pierre Girard, Catia Nunes da Cunha, Rose Soares, Jaime Okamura, Maitê Tambelini

ASSUNTO: II CONGRESSO BRASILEIRO DE AREAS UMIDAS

ANOTAÇÕES GERAIS DOS ASSUNTOS ABORDADOS

- Tendo em vista a proximidade do II CONBRAU a comissão organizadora se reuniu para discutir as principais medidas a serem tomadas até o evento.
- Com relação a captação de recursos, foi enviado proposta para os órgãos de fomento FAPEMAT e CAPES, sendo a proposta da FAPEMAT aprovada. Estamos aguardando o parecer da CAPES. Jaime sugeriu entrarmos em contato com o SEBRAE, SENAI e SICOB para solicitarmos apoio com material de participante, principalmente sacolas, canetas e blocos. Jaime também indicou entrarmos em contato com a empresa do guaraná Marajá para conseguirmos apoio para o coquetel de abertura.
- Um ponto levantado pela Prof. Catia, e que foi acordado pelo Prof Paulo Teixeira, foi a não realização da avaliação internacional do INAU. Paulo ficou de entrar em contato com o Dr. Junk para informar da decisão. Desta forma, não haveria mais as palestras internacionais (Brij Gopal, Max Filanson, Bill Mitsch) sendo necessário substituir por palestrantes nacionais renomados.
- A prof Catia ficou de enviar um email convite para o comitê científico para convidá-los para ministrar palestra. Os pesquisadores a serem convidados são: Angelo Agostinho, Emiko Resende, Francisco Esteves, Maitê Piedade, Leonardo Maltchik, Patrícia Kandus, Maurício (MMA).
- O Prof Pierre sugeriu alterar a programação conforme ocorreu no I CONBRAU: abertura no dia 20 a noite, seguida de palestra do Dr. Junk e dois dias de palestras, apresentações orais e sessão de pôsteres.
- Como a demanda de submissão de resumos está baixa, todos concordaram que devemos prorrogar o prazo da submissão de resumos para o dia 20/07/2014. A divulgação deve ser feita no dia 27/06/2014.
- Foi apresentado um relação com os principais serviços a serem trabalhados com indicação do último prazo para fechar com os fornecedores;

PROXIMOS PASSOS

	RESPONSAVEIS	PRAZO
Ofício para os institutos SEBRAE, SENAI e SICOB	Maitê	imediato
Entrar em contato com o Sr. Waldir – SESC Pantanal	Rose/Maitê	imediato
Negociação com os fornecedores	Rose	Imediato
Convite para os membros do Comitê	Cátia	Imediato
Atualizar na página prazo para submissão dos trabalhos	Maitê	Imediato

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

57239/2014

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CAA) DO TERMO DE PARCERIA COM O CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL (CPP)

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Processo: 01200.004192/2012-81
Termo de Parceira: 13.0002.00/2012
Objeto: Consolidação das redes de pesquisa sobre ecossistemas do Pantanal
Título do Projeto: Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental
Entidade responsável: Centro de Pesquisa do Pantanal - CPP
Local de Implantação: Rua 2, nº 497, Bairro Boa Esperança, Cuiabá – MT, CEP: 78.068-360
Valor do Repasse relativo ao exercício de 2012, repassado em 2013: Custeio: R$ 546.157,00 Capital: R$ 65.539,00 Total: R$ 611.696,00
Valor Total do TP (2012-2015): R$ 2.446.784,00
Vigência: 28/12/2012 a 31/12/2015

II. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CAA)

Membros da Comissão			Ato de Designação
Nome	**CPF**	**Órgão que Representa**	
Cláudia Morosi Czarneski	491.861.401-91	CGEC/SEPED/MCTI – Titular e Coordena a Comissão	Portaria nº 798/13
Tatiana Lube Pirovane de Andrade	087.210.227-04	CGEC/SEPED/MCTI - Suplente	Portaria nº 798/13
Rodrigo Henrique Macedo Braga	702.987.262-20	CGEC/SEPED/MCTI – Titular	Portaria nº 8/14
Maria Cristina Vianna Braga	807.542.441-72	CGEC/SEPED/MCTI - Suplente	Portaria nº 8/14
Marinez Isaac Marques	208.461.001-00	CPP - Titular	Portaria nº 798/13
Fábio Edir dos Santos Costa	123.548.048-81	CPP - Suplente	Portaria nº 798/13
Andréa Ferreira Portela Nunes	808.482.057-20	Conselho Ministerial de Políticas Públicas do MCTI – Titular	Portaria nº 798/13
Alfredo de Souza Mendes	143.513.901-15	Conselho Ministerial de Políticas Públicas do MCTI – Suplente	Portaria nº 798/13

III. INTRODUÇÃO

O Plano de Trabalho do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012, formalizado em 28 de dezembro/2012 entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), prevê a execução do Projeto "Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental", estruturado em sete componentes:

1. Lei do Pantanal;
2. uso e gestão de recursos pesqueiros do Pantanal;
3. agregação de valor aos produtos da pesca e da pecuária pantaneira;
4. rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP);
5. capacidade suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal;
6. caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai;
7. gestão e apoio logístico.

A fim de proceder ao acompanhamento e avaliação do grau de resultado do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012, foi realizada, nos dias 25 e 26 de setembro/2014, em Cuiabá – MT, a 3ª Reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), instituída por meio da Portaria MCTI nº 798, de 16 de agosto de 2013. Pela Portaria SEPED/MCTI nº 9, de 11 de abril de 2014, foram designados os servidores Rodrigo Henrique Macedo Braga e Maria Cristina Vianna Braga, membros titular e suplente, respectivamente, para compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), em substituição aos servidores Liliane Alecrim Ribeiro e Lozevaldo Monteiro Cruz, designados anteriormente pela Portaria MCTI nº 798.

Cabe esclarecer que essa avaliação refere-se ao primeiro semestre do exercício de 2014 e a reunião contou com a participação dos seguintes membros:

- Cláudia Morosi Czarneski – CGEC/SEPED/MCTI;
- Rodrigo Henrique Macedo Braga – CGEC/SEPED/MCTI;
- Alfredo de Souza Mendes – Conselho Ministerial de Políticas Públicas/MCTI;
- Marnèz Isaac Marques – CPP.

IV. OBJETIVOS DO PROJETO

Geral

- Contribuir para a sustentabilidade sócio-econômico-ecológica da planície pantaneira, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Especificos

- Sistematizar e disponibilizar ao público conhecimentos científicos sobre o Pantanal
- Contribuir para o aperfeiçoamento do PLS 750/2011
- Estudar as interações planalto-planície e seus potenciais impactos sobre o Pantanal
- Constituir uma rede de municípios, envolvendo diversos atores sociais, para promover ações de adaptação às mudanças climáticas na BAP
- Gerar produtos comercializáveis a partir do pescado e do gado pantaneiro.
- Produzir conhecimentos científicos para dar embasamento a futuros marcos regulatórios sobre o turismo no Pantanal.
- Produzir conhecimentos para subsidiar marcos regulatórios visando ao uso sustentável e à gestão de recursos pesqueiros no Pantanal.
- Realizar a caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do município de Poconé - MT

V. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Relatório de atividades

A CAA analisou o relatório de atividades, referente ao primeiro semestre de 2014, encaminhado pelo CPP em 17 de setembro/2014, e verificou que a recomendação da Comissão de incluir os anexos ao relatório, comprovando as ações realizadas para atingimento das metas pactuadas, foi atendida.

Recomendou que, nos próximos relatórios, os anexos para comprovação de atingimento das metas sejam organizados por indicador de cada componente ou, então, que as ações/atividades referentes aos anexos sejam citadas no texto do relatório. Além disso, solicitou que as memórias de cálculo relativas aos indicadores também sejam anexadas ao relatório.

Componentes

i) Componente 1 - Lei do Pantanal

No primeiro semestre/2014, entre as principais atividades, podem ser destacadas:

- reunião técnica para elaboração de marco teórico referencial para proposta de regionalização do Pantanal mato-grossense seguindo as premissas da ciência de áreas úmidas e da Convenção Ramsar, em 11 de março/2014, em Cuiabá - MT;

- reunião com o Secretário de Meio Ambiente de MT, em 20 de março/2014, para esclarecimento sobre viabilidade política da regionalização do Pantanal e do Projeto de Lei relativo ao bioma Pantanal;

- workshop sobre classificação de hábitats de áreas úmidas, em 28 de março/2014, em Cuiabá – MT;
- elaboração de Termo de Referência para realização da síntese crítica dos projetos de lei sobre o Pantanal. A partir desse Termo, foi selecionado o Prof. Dr. Theodoro Hugueney José Irigaray para condução dessa síntese. Um relatório e uma minuta de artigo ("Áreas úmidas especialmente "desprotegidas no direito brasileiro: o caso do Pantanal mato-grossense e os desafios e perspectivas para sua conservação").
- participação em audiência pública, em 31 de março/2014, com a Comissão de Meio Ambiente do Senado para discussão e apresentação de proposta ao Projeto de Lei nº 750/11 que dispõe sobre a política de gestão do bioma Pantanal.
- participação na reunião promovida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de MT sobre regulamentação do Artigo 10 da Lei nº 12.561/12 que trata das áreas de uso restrito, cadastro ambiental rural para áreas úmidas, pantanais e planícies pantaneiras.
- publicação da Chamada Pública 01/CPP/2014 para selecionar projeto de pesquisa relacionado à temática "Interação Planalto-Planície".

A Tabela 1 apresenta os indicadores firmados para aferir o alcance das metas previstas no Componente 1 para o exercício de 2014.

Tabela 1. Indicadores e metas do Componente 1 - Lei do Pantanal.

INDICADORES						
Sigla	Título	Fórmula/Descrição	Unidade Medida	Peso	Meta Prevista 2014	Realizado no 1º sem/2014
NEFIPS	1. Números de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e entre pesquisadores e sociedade	Número de eventos promovidos no componente. Consideram os eventos produzidos somente entre pesquisadores, e também eventos onde pesquisadores e não pesquisadores participam	Nº	1	3	3
IDRS	2. Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (artigos na internet, imprensa escrita, eletrônica, palestra, alocução e conferências para o grande público)	Número total de matérias divulgadas para o grande público [(nº MD x 3) + (nº MM x 2) + (nº MO x 1)] / NPE Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocução e conferência produzidos pelos membros do componente. M = Matérias MD = Matéria de doutores MM = Matéria de mestres MO = Matéria de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos:	Índice	2	1	0,6

		3: para doutores 2: para mestres 1: para outros				
NAR	Número de ações realizadas para auxiliar na formulação de propostas do debate sobre a Lei do Pantanal	Número de ações realizadas e matérias publicadas (internet, imprensa escrita e eletrônica) por terceiros. Bem como solicitações diretas encaminhadas ao CPP para auxiliar na formulação de propostas ao debate sobre a Lei do Pantanal	N°		4	3

ii) Componente 2 - Uso e gestão de recursos pesqueiros do Pantanal

Para o Componente 2, vale ressaltar que estão sendo orientados dois estudantes, um de doutorado e um de graduação (iniciação científica).

No que tange à produção científica e a elaboração de rotinas/protocolos de abordagem, cabe esclarecer que ainda não houve tempo hábil para concluir essas ações, mas espera-se atingir as metas até o final do exercício.

Tabela 2. Indicadores e metas do Componente 2 – Uso e gestão de recursos pesqueiros do Pantanal.

INDICADORES						
Sigla	Título	Fórmula/Descrição	Unidade Medida	Peso	Meta Prevista 2014	Realizado no 1° sem/2014
IFRH	1. Índice de Formação de Recursos Humanos	IFRH = (NEO*3) + (NEM*2) + (NEO*1) / NPA NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrandos NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente	Índice	2	1	0,67
INTP	2. Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, postácio), livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO	Índice	2	0,5	0

NCRAP	3 Número cumulativo de rotinas de abordagem/protocolos/ações elaboradas para diferentes contextos de uso e gestão de recursos pesqueiros	Número de "protocolos" ou "rotinas de abordagem" para guiar a adequação dos sistemas de manejo da pesca para fins alimentar, turístico e comercial atualmente em vigor no Pantanal, levando em conta as particularidades ambientais e sociais do sistema pesqueiro pantaneiro. O cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa de protocolos ou rotinas de abordagens elaboradas e publicadas pelo CPP sobre distintas adaptações dos sistemas de manejo da pesca para fins alimentar, turístico e comercial.	Nº	3	1	0

iii) Componente 3 - Agregação de valor a produtos da pesca e da pecuária pantaneira

No âmbito do Componente 3, cabe destacar que estão sendo orientados quatro estudantes, um de doutorado, dois de mestrado e um de graduação (iniciação científica) e foram publicados dois artigos em periódicos internacionais. É previsto o lançamento de um produto tecnológico até o final do exercício de 2014.

Tabela 3. Indicadores e metas do Componente 3 – Agregação de valor a produtos da pesca e da pecuária pantaneira.

INDICADORES						
Sigla	Título	Fórmula/Descrição	Unidade Medida	Peso	Meta Prevista 2014	Realizado no 1º sem/2014
IFRH	1 Índice de Formação de Recursos Humanos	IFRH = (NED*3) + (NEM*2) + (NEO*1) / NPA NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrandos NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente	Índice	2	1,0	0,79
INTP	2 Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio), livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do	Índice	2	1,5	0,85

		componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO				
IDRS	3. Índice de divulgação dos resultados para a sociedade (artigos na Internet, imprensa escrita eletrônica, palestra, alocução e conferências para o grande público)	Número total de matérias divulgadas para o grande público [(nº MD x 3) + (nº MM x 2) + (nº MO x 1)] / NPE Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocução e conferência produzidos pelos membros do componente. M = Número de matérias MD = Matéria de doutores MM = Matéria de mestres MO = Matéria de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente P = peso onde P vale 3: para MD 2: para MM 1: para MO	Índice	3	2,5	0,64
NCPDP	4. Número cumulativo de produtos tecnológicos derivados do pescado/boi do Pantanal	Contagem cumulativa de produtos derivados do pescado/boi produzidos pelos pesquisadores do componente. Produtos: alimento, produto do couro ou outro susceptível de ser comercializado em larga escala.	Nº	3	2	1

iv) Componente 4 - Rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP)

No que tange ao Componente 4, foram realizados três eventos: i) palestras e oficinas com professores da UFMT em 21 e 22 de fevereiro/2014, ii) relatório de campo em São Pedro de Joselândia em 23 e 24 de março e 26 e 27 de março/2014, iii) oficina de planejamento em educação ambiental em 22 de maio/2014.

Tabela 4. Indicadores e metas do Componente 4 – Rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP).

INDICADORES						
Sigla	Título	Fórmula/Descrição	Unidade Medida	Peso	Meta Prevista 2014	Realizado no 1º sem/2014
INAC	1. Índice de atores capacitados	INAC = NAC / NLC NAC = Número de atores capacitados. É o número de atores capacitados nas oficinas de estruturação da ClimBAP. NLC = Número de localidades da	Índice	2	10	0

		ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP.				
IE	2. Índice de eventos acontecendo na ClimBAP	IE = E / NLC E = Quantidade de eventos acontecendo na ClimBAP. Consideram-se conferências, palestras, eventos culturais, eventos científicos organizados em totalidade ou parte pelos participantes do ClimBAP. NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP.	Índice	1	1,7	1,0
INP	3. Índice de projetos e planos na ClimBAP	INP = NP / NLC NP = Número de projetos e planos na ClimBAP. É o número de projetos propostos, aceitos, financiados, em implementação ou implantados que resultam da iniciativa de membros da ClimBAP e que visam mitigar ou adaptar a mudança climática. Os planos locais de ação frente a mudança climática são incluídos. NLC = Número de localidades da ClimBAP. É o número de localidades que aderiram a ClimBAP.	Índice	3	0	0

v) Componente 5 - Capacidade suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal

Para o componente 5, foram realizadas as seguintes atividades:

- estabelecimento de parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) para realizar a síntese crítica;

- reunião técnica com a participação de pesquisadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Trade Turístico de Mato Grosso para discussão da metodologia a ser aplicada na elaboração do documento "Síntese crítica das lacunas existentes na capacidade suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal";

- publicação de duas matérias em sites de notícias locais (midianews e hipernoticias).

Tabela 5. Indicadores e metas do Componente 5 – Capacidade suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal

INDICADORES						
Sigla	Título	Fórmula/Descrição	Unidade Medida	Peso	Meta Prevista 2014	Realizado no 1º sem/2014
NEFIPS	1. Números de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e	Número de eventos promovidos no componente. Considera eventos produzidos somente entre pesquisadores e também eventos onde pesquisadores e	Nº	2	3	1

	entre pesquisadores e sociedade	não pesquisadores participam				
INTP	2. Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio), livro P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO	Índice	3	0,5	0,0
IDARS	3. Índice de divulgação de ações e resultados para a sociedade (artigos na Internet, imprensa escrita, eletrônica, palestra, alocução e conferência para o grande público)	Número total de matérias divulgadas para o grande público [(nº MD x 3) + (nº MM x 2) + (nº MO x 1)] / NPE Número total de matérias divulgadas para o grande público = matérias na Internet, na imprensa escrita e eletrônica, palestra, alocução e conferência produzidos pelos membros do componente M = Número de matérias MD = Matéria de doutores MM = Matéria de mestres MO = Matéria de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente P = peso onde P vale 3: para MD 2: para MM 1: para MO	Índice	3	4	0,5

vi) Componente 6 - Caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do Município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai

Nesse Componente, iniciou-se, em junho/2013, o projeto "Caracterização sócio-ocupacional de pescadores e pecuaristas do Município de Poconé na microrregião do Alto Pantanal", coordenado pelo Professor Dr. André Luís Ribeiro Lacerda, da UFMT. Nesse projeto, estão sendo orientados cinco estudantes de graduação (iniciação científica) e várias entrevistas com pecuaristas e pescadores da região de Poconé – MT foram realizadas, sendo aplicados surveys.

9

Tabela 6. Indicadores e metas do Componente 6 – Caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do Município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai

INDICADORES						
Sigla	Título	Formula/Descrição	Unidade Medida	Peso	Meta Prevista 2014	Realizado no 1º sem/2014
IFRH	1. Índice de Formação de Recursos Humanos	IFRH = (NED*3) + (NEM*2) + (NEO*1) / NPA NED = nº de doutorandos NEM = nº de mestrandos NEO = nº de estudantes de especialização e graduandos NPA = nº de pesquisadores mestres e doutores de instituições de ensino superior vinculados ao componente	Índice	2	1	0,5
INTP	2. Índice Total de Publicações	Número total das publicações [(nº PD x 3) + (nº PM x 2) + (nº PO x 1)] / NPE Publicação: artigo em periódico científico, anais de congresso (artigo completo e resumo estendido), capítulo de livro (incluindo prefácio, posfácio) livro. P = Publicações PD = Publicação de doutores PM = Publicação de mestres PO = Publicação de outros NPE = Número de doutores, mestres e graduados do componente Pesos: 3: para PD 2: para PM 1: para PO	Índice	2	0,5	0,0
NCSA	3. Número de *surveys* aplicados em oficinas/assemb.	Números de *surveys* aplicados pelos pesquisadores do componente em relação à dinâmica social dos atores pantaneiros nas oficinas (assembleias) previstas nos Componentes 1, 4, 5	Índice	3	6	4

vii) Componente 7 - Gestão e apoio logístico

No componente 7, foram realizadas as seguintes ações:

- elaboração de instrumento convocatório para Chamada Pública para Contratação de Consultoria; - elaboração e Publicação do Extrato de Execução do Termo de Parceria, de acordo com o Anexo II do Decreto 3.100;

- apoio logístico-operacional para a Realização da 1 Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a atividade de regionalização do Pantanal;

10

- produção do Relatório Circunstanciado de Prestação de Contas junto ao Ministério da Justiça (MJ);
- realização de Reunião com Comissão Organizadora do II CONBRAU (Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas);
- elaboração de Projeto para Captação de Recursos para o II CONBRAU;
- apoio logístico-operacional para a realização da Reunião de acompanhamento e de avaliação das atividades realizadas no âmbito do Termo de Parceria CPP-MCTI com os membros da CAA;
- renovação da Cooperação Técnica com a UNEMAT;
- celebração de Termo Aditivo com o CNPq com o objetivo de novo aporte financeiro na ordem de R$ 1.200.000,00 ao INCT Áreas Úmidas-INAU;
- celebração do segundo Termo Aditivo junto à The Nature Conservancy – TNC, para continuidade do Acordo de Cooperação n. 00304/2911;
- celebração de Termo de Convênio n. 12/2013 entre CPP, ONF Internacional e ONF Brasil;
- celebração de Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica 006/2012/SEMA-MT, cujo objeto foi a prorrogação do prazo de vigência.

Tabela 7. Indicadores e metas do Componente 7 – Gestão e apoio logístico.

INDICADORES						
Sigla	Título	Fórmula/Descrição	Unidade Medida	Peso	Meta Prevista 2014	Realizado no 1º sem/2014
NAGR	Número de ações gerenciais realizadas	Número de ações gerenciais realizadas pelo CPP = - Documentos elaborados; - Workshops, Seminários, Expedições, Congressos, Reuniões Técnicas; - Contratos realizados; - Publicações; - Divulgações, etc.	Nº	1	12	7
NPPA	Número de Projetos, Programas, Prestação de Serviços e Ações Formalizadas	Número de projetos, programas, prestações de serviços e ações desenvolvidas em parceria formal com instituições nacionais e estrangeiras que não sejam do CPP no ano	Nº	2	2	4
NACE	Número de Ações realizadas por Consultores Externos	Número de Seminários, workshops, Visitas Técnicas ou outras atividades realizadas pelo CPP para acompanhamento e avaliações dos projetos	Nº	3	1	0,0
ARE	Alavancagem de Recursos Externos no Exercício	Recursos externos alavancados no exercício dividido pelos recursos repassados pelo MCTI ao CPP no âmbito do TP no exercício, multiplicados por 100	%	3	100%	115,02%

Pontuação e Conceito

Cabe esclarecer que a pontuação e o conceito ao desempenho da OSCIP são calculados ao final de cada exercício, uma vez que as metas pactuadas, no âmbito do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012, são anuais. Portanto, as sete tabelas de indicadores e metas são apresentadas no relatório para que se possa acompanhar o progresso realizado para atingimento das metas.

Relatório Financeiro

De acordo com o relatório financeiro apresentado, verifica-se que do total de recursos do exercício de 2012 (R$ 611.696,00), repassados ao CPP em 2013, foram executados apenas R$ 322.887,17 até 30 de junho/2014, o que corresponde a 52,78%.

Conforme o Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012, Cláusula Quarta – Dos Recursos Financeiros, o valor referente ao exercício de 2013 (R$ 611.696,00) – 2ª parcela, deverá ser repassado ao CPP mediante comprovação da execução de pelo menos 70% do valor da primeira parcela e de parecer favorável da CAA.

Além da parcela referente ao ano de 2013, ainda deverão ser repassadas mais duas parcelas relativas aos exercícios de 2014 e 2015, as quais também dependem da execução de pelo menos 70% das parcelas anteriores e de parecer favorável da CAA.

Recomendações

- No Componente 6, na descrição do indicador NCSA consta "Números de *surveys* aplicados pelos pesquisadores do componente em relação à dinâmica social dos atores pantaneiros nas oficinas (assembleias) previstas nos Componentes 1, 4, 5". No relatório de atividades do CPP, citou-se que foram realizadas entrevistas e aplicados surveys, mas não explicita se esses surveys foram aplicados nas Oficinas dos Componentes 1, 4 e 5. Recomenda-se, portanto, que esse item seja mostrado no relatório.

- Para os próximos relatórios, recomenda-se que os anexos para comprovação de atingimento das metas sejam organizados por indicador de cada componente ou, então, que as ações/atividades referentes aos anexos sejam citadas no texto no local onde se encontra o detalhamento de cada indicador no relatório. Além disso, que as memórias de cálculo relativas aos indicadores também sejam anexadas ao relatório.

- Com base no relatório financeiro apresentado pelo CPP, a CAA manifestou preocupação quanto à execução dos recursos financeiros, pois ainda faltam ser executados 48% da parcela de 2012, 100% da parcela de 2013 e 100% da parcela de 2014. Além disso, em 2015, está previsto mais um desembolso. Diante desse cenário, a CAA recomenda que o Termo de Parceria seja repactuado com base na Cláusula Quarta – Dos Recursos Financeiros, Subcláusula Segunda - "O **PARCEIRO PÚBLICO**, no processo de acompanhamento e supervisão deste **TERMO DE**

12

PARCERIA, poderá recomendar a alteração de valores, acarretando a revisão das metas pactuadas, ou recomendar revisão das metas, o que implicará a alteração do valor global pactuado, tendo como base o custo relativo, desde que devidamente justificada e aceita pelos **PARCEIROS**, de comum acordo, devendo, nesses casos, serem celebrados Termos Aditivos".

V) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise do relatório e de acordo com as explicações apresentadas durante a reunião, verificou-se que as recomendações da CAA têm sido atendidas pela OSCIP. Entretanto, ainda há necessidade de o CPP envidar esforços para agilizar a execução das atividades e dos recursos financeiros.

Vale enfatizar que devido ao prazo de vigência do Termo de Parceria e à baixa execução dos recursos financeiros, a CAA recomenda que o MCTI verifique a possibilidade de repactuação dos valores e metas do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012. A CAA é favorável ao repasse dos recursos do exercício de 2013, assim que 70% do valor da primeira parcela (exercício de 2012) sejam executados, seguindo o estabelecido na Cláusula Quarta – Dos Recursos Financeiros do Termo de Parceria.

Conforme relatório da CAA, referente ao primeiro semestre de 2013, foi definido que as reuniões semestrais deverão ocorrer em setembro e as reuniões anuais em março de cada exercício. Portanto, acordou-se que as próximas reuniões da CAA, referentes ao exercício de 2014 e ao primeiro semestre de 2015, ocorrerão nos dias 26 e 27 de março/2015 e 24 e 25 de setembro/2015 respectivamente.

Cuiabá – MT, 26 de setembro de 2014.

Claudia Morosi Czarneski
CGEC/SEPED/MCTI

Alfredo de Souza Mendes
Conselho Ministerial de Políticas Públicas - MCTI

Rodrigo Macedo Braga
SEPED/MCTI

Marinez Isaac Marques
CPP

13

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS – CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL (CPP)

Data: 21 de Agosto de 2014

Local: Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal – INPP / Campus UFMT / Cuiabá - MT

Pauta:

1. Leitura e Aprovação da Pauta.
2. Informes: II CONBRAU – Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas.
3. Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades do CPP (Exercício 2013).
4. Apreciação e aprovação do Relatório Financeiro - Prestação de Contas do CPP (Exercício 2013) – Projetos: INCT Áreas Úmidas (INAU), Aliança Eco Água e Ciência; Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade Socioambiental e Plataforma Experimental para a Gestão Sustentável dos Territórios Rurais da Amazônia Legal (PETRA).
5. Assuntos Gerais.

Fábio Edir dos Santos Costa

Marinêz Isaac Marques

Maria Rita Marques

Pierre Girard

Paulo Teixeira de Sousa Jr

Roseneide Soares de Souza

Josiane Pereira de Souza e Silva

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS – CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL (CPP)

Data: 21 de Agosto de 2014

Local: Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal – INPP / Campus UFMT / Cuiabá - MT

Pauta:

1. Leitura e Aprovação da Pauta.
2. Informes: II CONBRAU – Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas.
3. Apreciação e aprovação do Relatório de Atividades do CPP (Exercício 2013).
4. Apreciação e aprovação do Relatório Financeiro - Prestação de Contas do CPP (Exercício 2013) – Projetos: INCT Áreas Úmidas (INAU), Aliança Eco Água e Ciência; Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade Socioambiental e Plataforma Experimental para a Gestão Sustentável dos Territórios Rurais da Amazônia Legal (PETRA).
5. Assuntos Gerais.

Douglas R. Souza

Douglas Roberto de Souza

PROGRAMAÇÃO

REGIONALIZAÇÃO DO PANTANAL

II REUNIÃO TÉCNICA: MARCO TEÓRICO REFERENCIAL PARA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DO PANTANAL MATOGROSSENSE

seguindo as premissas da Ciência de Áreas Úmidas e da Convenção Ramsar

Local: Campus de pesquisa do MPEG-INPP (Campus UFMT)

Data: 02 de julho 2014

02/07/2014	
9h00 – 9h10	**Abertura CPP** Apresentação: Dr. Paulo Teixeira
9h10 – 9h30	**Contextualização do Projeto, Objetivo da Reunião Técnica e Avanços** Apresentação: Dra. Cátia Nunes da Cunha (NEPA-UFMT/INCT-INAU/UFMT)
9h30 – 9h50	**Bases Ecológicas para Classificação de Áreas Úmidas Brasileiras** Palestrante: Dra. Cátia Nunes da Cunha (INCT – INAU/UFMT)
9h50 – 10h00	**Intervalo**
10h00 – 11h20	**Uso de critérios Hidrogeomorfológicos (leques fluviais) para Regionalizar o Pantanal** Palestrante: Dr. Mário Luis Assine
11h20 – 12h00	**Discussão**
12h00	**Almoço**
14h00 – 15h20	Análise e busca de ferramentas para definição do marco referencial e Sistematização das discussões
15h20 – 15h40	**Intervalo**
15h40 – 17h00	Sobreposição das discussões geradas na I e II Reunião Técnica para Regionalização do Pantanal
17h00	**Encerramento**

Memória de Reunião

II Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a Atividade de Regionalização do Pantanal, componente da "LEI DO PANTANAL – MCT/CPP"

Local: Cuiabá
Data: 02/07/2014
Coordenador: Cátia Nunes da Cunha (UFMT/INAU)
Componente de Pesquisa: LEI DO PANTANAL
Atividade: Zoneamento

Nome dos participantes:

	Nome	Instituição	Email
1	Abílio José Ferraz de Moraes	Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT)	abiliodemoraes@hotmail.com abilio.moraes@mp.mt.mp
2	Alan Tocantins Fernandes	INAU	alantfernandes@gmail.com
3	Carlos Roberto Padovani	EMBRAPA – Pantanal	carlos.padovani@embrapa.br
4	Catia Nunes da Cunha	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	catianc@ufmt.br biocnc@gmail.com
5	Caroline Fêlfili Fortes	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	carolfelfili@gmail.com
6	Debora Calheiros	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) /EMBRAPA	calheirosdebora@gmail.com
7	Elton Antonio Silveira	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA)	eltonsilveira@sema.mt.gov.br
8	Erica Cezarine de Arruda	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	ericacezarine@yahoo.com.br
9	Fernando Henrique Barbosa da Silva	INAU	fernandon18@gmail.com
10	Ibraim Fantin da Cruz	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	ibraimfantin@gmail.com
11	Julia Arieira	Universidade de Cuiabá (UNIC)	juarieira@yahoo.com.br
12	Luciana Rebellato	INAU	lurebellato@gmail.com
13	Mario Luis Assine	UNESP	assine@rc.unesp.br
14	Paulo Moura	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (AL/MT)	pscmoura@terra.com.br
15	Silane A. F. Silva Cantinha	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	silane.silva@gmail.com
16	Silvia Yochie Kataoka	RPPN SESC Pantanal	gesp@sescpantanal.com.br
17	Simoni Maria Loverde Oliveira	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	loverde@terra.com.br
18	Temilze Gomes Duarte	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	temilzeduarte@hotmail.com
19	Victor Lemes Landeiro	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	victorlandeiro@gmail.com

Atendendo a carta convite nº 02/2014/CPP de 14 de junho de 2014, para a 2ª Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a Atividade de Regionalização do Pantanal, componente da "LEI DO PANTANAL – MCT/CPP", estiveram presentes representantes de diversas instituições de Tecnologia e Ciência em Áreas Úmidas.

Assuntos Tratados:

Nesta reunião tem como objetivo identificar atributos que possam ser utilizados para um sub-divisão do Pantanal. Os atributos a serem selecionados devem ser naturais e que possam consolidar conceitos de ecologia (ecossistemas, comunidades). Fatores ambientais como hidrologia e geomorfologia devem ser utilizados para esta classificação.

A abordagem espacial da inundação, com a análise do movimento de água superficial.

Divisão reunida pela dinâmica da inundação (10 anos). Diferenças no tempo, duração e direção da inundação nas diferentes regiões. Os processos de geomorfologia foram utilizados para fechar o mapa de inundação que foi gerado previamente.

Origem da água e seu movimento é fundamental para fins de regionalização.

O mapa reflete a inundação (origem, fluxo da água) e os limites definidos pela geomorfologia.

(1) Fonte de água; (2) Tempo de permanência; (3) Fluxo. A drenagem também foi utilizada (drenagem extraída de dados de relevo).

O Prof. Mario Assine fez apresentação sobre: **Megaleques Fluviais e a Hidrossedimentologia do Pantanal.** Após discussão chegamos as seguintes afirmações:

- É possível regionalizar fazendo uma chave discriminatória dos sítios deposicionais ativos e inativos (rios avulsivos) dos megaleques, pela dinâmica hidrológica, em função da entrada de água e áreas de acúmulo de água.
- Detalhamento das unidades no Pantanal seguindo parâmetros do ambiente.
- Entender a anatomia e detalhar a fisiologia do ecossistema para compreende-lo.
- A inundação é considerada agora, mas chegará um momento onde haverá a inclusão dos sedimentos para detalhamento da regionalização.
- Politicas diferentes para as diferentes áreas. Os leques ativos são os que merecem maior atenção.
- Conceito de área úmida deve ficar esclarecido. E não depende de processos hidrológicos presentes apenas, mas os pretéritos também.
- O Pantanal deve ser alvo de atenção e políticas, e que o entendimento cresça em direção ao uso sábio. Fornecer elementos (dados) que nos auxiliem a entender os processos. Ter direcionamento de quais atividades e tipos de uso podem causar interferência e quais os graus de interferência. O entendimento do funcionamento (fisiologia) da bacia de sedimentação é essencial para direcionar estas estratégias.

- Alcançar políticas públicas que sejam aplicadas e relacionadas a realidade local, para que sejam coerentes ao serem adotados (pelos usuários do sistema).
- Encaminhamento do manejo baseado na essência do Pantanal (processos hidrogeomorfológicos). Os níveis dos resultados existentes até então estão adiantados e nos permitem a classificação.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas

Delineamento de Áreas Úmidas

PROGRAMAÇÃO OFICIAL

20 de agosto de 2014

16h Credenciamento
18h Cerimônia de Abertura do II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas
19h Conferência de Abertura: "Delimitação e Classificação de Áreas Úmidas: A Abordagem Brasileira" - Wolfgang J. Junk

21 de agosto de 2014

Palestras Manhã

8h30 "Diferentes visões sobre as áreas úmidas brasileiras e as questões jurídicas associadas" – Maria Teresa Piedade / INPA
9h00 "UICN: ações no Brasil, no Mundo e nas Áreas Úmidas" – Luiz Merico / UICN Brasil
9h30 "Água, clima, justiça e educação ambiental" – Michèle Sato / UFMT - GPEA
10h a 10h20 Intervalo para o café
Apresentações Orais
10h20 – 10h40 "Desafios do planejamento e gestão ambiental de áreas úmidas urbanas" – Ana Cássia Santos de Oliveira / UFRN
10h40 – 11h00 "Análise do Projeto de Lei sobre a política de gestão e proteção do bioma Pantanal" – Jean Carlos Ferreira / UFMT
11h00 – 11h20 "Classificação e análise dos serviços ecossistêmicos prestados por áreas úmidas hipersalinas" – Diógenes Félix da Silva Costa / UFRN
11h20 – 11h40 "Dinâmica das comunidades fitoplanctônicas, zooplanctônicas e zoobentônicas nas áreas de influência direta de três pequenas centrais hidroelétricas localizadas em trechos de áreas úmidas neotropicais" – Cristina Marcia de Menezes Butakka / UNEMAT
11h40 – 12h00 "A relação entre a usina hidroelétrica de Balbina e a morte de árvores de Macrolobium acaciifolium (Benth.) Benth. (Fabaceae) nas florestas alagáveis a jusante do rio Uatumã, Amazônia Central" - Cyro Assashira / INPA
12h00 – 12h20 "Germinação e formação de plântulas de duas espécies madeireiras de várzea da Amazônia Central" - Elizabeth Rodrigues Rebouças / INPA
12h20 – 12h40 "Índice de sustentabilidade hídro-ambiental em municípios de áreas úmidas – o caso dos municípios de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço" – Waine Teixeira Junior / UFMT
12h40 – 14h Intervalo para o almoço

Palestras Tarde

14h "Classificação de macrohabitats do Pantanal e sua aplicação na gestão ambiental" - Catia Nunes da Cunha / UFMT – INAU
14h30 "Delineamento hidrológico e dinâmica das inundações do Pantanal" - Carlos Padovani / Embrapa Pantanal
15h00 "Proteção de mananciais e crise da água em São Paulo" - Marussia Whately / Instituto Socioambiental
15h30 - 15h50 Intervalo para o café
Apresentações Orais
15h50 – 16h10 "Relações entre evaporação e precipitação como indicativos de riscos de ocorrência de incêndios florestais no Alto Paraguai" - Bruno Henrique Casavecchia / UFMT
16h10 – 16h30 "Avaliação do potencial de manejo de Aspidosperma cylindrocarpon M. Arg. (Apocynaceae) No Pantanal De Poconé, MT – Eliana Celestino da Paixão Rodrigues dos Santos / UFMT – INAU
16h30 – 16h50 "Cronossequências de estandes monodominantes de Vochysia divergens e implicações ecossistêmicas para áreas úmidas campestres do Pantanal" – Luciana Rebellato / UFMT
16h50 – 17h10 "Encroachment e as relações com a comunidade herbácea de campos sazonalmente inundáveis no Pantanal Norte" – Fernando Henrique Barbosa da Silva / UFMT – INAU
17h10 – 17h30 "Efeito da expansão de plantas lenhosas na estrutura das comunidades herbáceas dos campos de murundus, Pantanal Norte" – Candida Pereira da Costa / UFMT

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas

Delineamento de Áreas Úmidas

PROGRAMAÇÃO OFICIAL

20 de agosto de 2014

16h Credenciamento
18h Cerimônia de Abertura do II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas
19h Conferência de Abertura: "Delimitação e Classificação de Áreas Úmidas: A Abordagem Brasileira" - Wolfgang J. Junk

21 de agosto de 2014

Palestras Manhã

8h30 "Diferentes visões sobre as áreas úmidas brasileiras e as questões jurídicas associadas" – Maria Teresa Piedade / INPA
9h00 "UICN: ações no Brasil, no Mundo e nas Áreas Úmidas" – Luiz Merico / UICN Brasil
9h30 "Água, clima, justiça e educação ambiental" – Michèle Sato / UFMT - GPEA
10h a 10h20 Intervalo para o café
Apresentações Orais
10h20 – 10h40 "Desafios do planejamento e gestão ambiental de áreas úmidas urbanas" – Ana Cássia Santos de Oliveira / UFRN
10h40 – 11h00 "Análise do Projeto de Lei sobre a política de gestão e proteção do bioma Pantanal" – Jean Carlos Ferreira / UFMT
11h00 – 11h20 "Classificação e análise dos serviços ecossistêmicos prestados por áreas úmidas hipersalinas" – Diógenes Félix da Silva Costa / UFRN
11h20 – 11h40 "Dinâmica das comunidades fitoplanctônicas, zooplanctônicas e zoobentônicas nas áreas de influência direta de três pequenas centrais hidroelétricas localizadas em trechos de áreas úmidas neotropicais" – Cristina Marcia de Menezes Butakka / UNEMAT
11h40 – 12h00 "A relação entre a usina hidroelétrica de Balbina e a morte de árvores de Macrolobium acaciifolium (Benth.) Benth. (Fabaceae) nas florestas alagáveis a jusante do rio Uatumã, Amazônia Central" - Cyro Assashira / INPA
12h00 – 12h20 "Germinação e formação de plântulas de duas espécies madeireiras de várzea da Amazônia Central" - Elizabeth Rodrigues Rebouças / INPA
12h20 – 12h40 "Índice de sustentabilidade hídro-ambiental em municípios de áreas úmidas – o caso dos municípios de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço" – Waine Teixeira Junior / UFMT
12h40 – 14h Intervalo para o almoço

Palestras Tarde

14h "Classificação de macrohabitats do Pantanal e sua aplicação na gestão ambiental" - Catia Nunes da Cunha / UFMT – INAU
14h30 "Delineamento hidrológico e dinâmica das inundações do Pantanal" - Carlos Padovani / Embrapa Pantanal
15h00 "Proteção de mananciais e crise da água em São Paulo" - Marussia Whately / Instituto Socioambiental
15h30 - 15h50 Intervalo para o café
Apresentações Orais
15h50 – 16h10 "Relações entre evaporação e precipitação como indicativos de riscos de ocorrência de incêndios florestais no Alto Paraguai" - Bruno Henrique Casavecchia / UFMT
16h10 – 16h30 "Avaliação do potencial de manejo de Aspidosperma cylindrocarpon M. Arg. (Apocynaceae) No Pantanal De Poconé, MT – Eliana Celestino da Paixão Rodrigues dos Santos / UFMT – INAU
16h30 – 16h50 "Cronossequências de estandes monodominantes de Vochysia divergens e implicações ecossistêmicas para áreas úmidas campestres do Pantanal" – Luciana Rebellato / UFMT
16h50 – 17h10 "Encroachment e as relações com a comunidade herbácea de campos sazonalmente inundáveis no Pantanal Norte" – Fernando Henrique Barbosa da Silva / UFMT – INAU
17h10 – 17h30 "Efeito da expansão de plantas lenhosas na estrutura das comunidades herbáceas dos campos de murundus, Pantanal Norte" – Candida Pereira da Costa / UFMT

Oficio n. 20/II CONBRAU/CPP/2014

Cuiabá-MT, 17 de julho de 2014

Ref. Participação na Oficina Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal

Prezado(a) Senhor(a),

O Centro de Pesquisa do Pantanal, através do Projeto: Ciência e Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade Socioambiental, subprojeto "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal" realizará oficina referente ao turismo no Pantanal, nos dias 20 e 21 de agosto de 2014, no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal – INPP, Cuiabá – MT.

A oficina, a ser realizada como evento paralelo ao II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas (II CONBRAU) tem como objetivo discutir o estado da arte do turismo no Pantanal com referência a Capacidade de Suporte e possibilidades de desenvolvimento da atividade na região pantaneira. Neste sentido, sua participação é fundamental, considerando a experiência pessoal e da entidade que representa na prática do turismo no Pantanal.

O cronograma prevê:

Dia 20/08/2014
8h – 12h: Detalhamento do projeto e metodologia da oficina.
13h: Palestra com especialista sobre o tema Capacidade de Suporte no turismo
14h: Realização da oficina com sistematização dos trabalhos realizados durante o dia.

Acreditamos que com esta atividade e sua valiosa participação poderemos contribuir com o avanço das atividades turísticas no Pantanal.

Por fim, solicitamos a gentileza de confirmar a sua participação, até 01 de agosto de 2014, através do conbrau@pantanalmais10.com ou telefone (65) 3664 1121.

Atenciosamente,

Paulo Teixeira de Sousa Jr.
Coordenador Geral do II CONBRAU

Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal
Oficina: Práticas turísticas em áreas úmidas
20 de agosto de 2014 – Cuiabá – MT

Nome	Instituição/ Empreendimento	Local	Tel	E-mail	Assinatura
NUNO FERREIRA DA SILVA	ICMBio –	Pocone/MT	(65) 9984-4951	nuno.silva@	

Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas

Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal

Oficina: Práticas turísticas em áreas úmidas

20 de agosto de 2014 – Cuiabá – MT

Nome	Instituição/ Empreendimento	Local	Tel	E-mail	Assinatura
Carmem Penetti	Depto de Geografia IECA-UFMT	Cuiabá	(65) 3614-6275	carmemmpenetti@gmail.com	

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

UFMT

INAU INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ÁREAS ÚMIDAS

Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal
Oficina: Práticas turísticas em áreas úmidas
20 de agosto de 2014 – Cuiabá – MT

Nome	Instituição/ Empreendimento	Local	Tel	E-mail	Assinatura
Geraldo J. Brito	SEDTUR	Cuiabá - MT	3613 9325		
Natália Rossetto	SEDTUR	Cuiabá - MT			

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CNPq

RECIBO DE ENVIO DE FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS

Número do protocolo	2924363867639208
Solicitante	Wolfgang Johannes Junk
CPF/CGC	05433770249
Formulário	Formulário de Propostas Web (1.0.0)
Edital / Chamada	CHAMADA PÚBLICA MCTI/CNPQ/CAPES/FAPS Nº 16/2014 - PROGRAMA INCT

O sistema de recepção de formulários eletrônicos do CNPq registra que em 11/09/2014, às 17:39:50 horas, o formulário identificado acima foi recebido e reconhecido no CNPq, recebendo o número de protocolo 2924363867639208

Acompanhe o andamento de sua solicitação no site do CNPq (http://www.cnpq.br) em 'PLATAFORMA CARLOS CHAGAS'.

PxOGbULmZnDekClAynch

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Cuiabá, 12 de novembro de 2014.

Ref. Convite para Participação na Oficina Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal

Prezado(a) Senhor(a),

O Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) convida para participar da Oficina "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal" que será realizada no dia 05 de Dezembro de 2014, no SEBRAE, localizado na Avenida Mato Grosso, nº 1661, sala 06 - Centro, Campo Grande – MS, cujo objetivo será discutir o Estado da Arte do Turismo no Pantanal, no que se refere à capacidade de suporte e possibilidades de desenvolvimento da atividade na região pantaneira. Visa ainda atender as atividades firmadas entre CPP e MCTI para desenvolvimento do Projeto: Ciência e Sociedade no Pantanal: Integrando Conhecimentos para a Sustentabilidade do Turismo no Pantanal, através do Termo de Parceria nº 13.0002.00/2012.

Programação Preliminar:

05 /12 /2014 – Sexta-feira

08h:00 - Abertura da Oficina
08h:30 - Apresentação do Componente 5 e Metodologia dos Trabalhos
10h:00 - Palestra "Capacidade de Suporte e Turismo em Áreas Úmidas"
Palestrante: Prof. Dr. Heros Lobo (UFSC, campus Sorocaba)
12h:00 às 14h:00 - Intervalo para almoço livre
14h:00 às 18h:00 - Atividades em grupo "Estado da Arte do Turismo no Pantanal"

Na expectativa de contar com a presença e importantes contribuições subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Silvana Lucato Moretti
Coordenadora - Componente 5

UFMT UEMS MCTI CNPq

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA

Oficina: "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal"

Período: 04 e 05 de dezembro de 2014
Local: SEBRAE
Campo Grande/MS

01. NOME: MARCIO AUGUSTO OSHIRO
ASSINATURA: MARCIO AUGUSTO OSHIRO
INSTITUIÇÃO: UEMS 2º ANO
E-MAIL: MARCIOAUGUSTOEVENTOS@GMAIL.COM
FONE FIXO: (67) 33019668 CELULAR: 67 91149977

02. NOME: Lairdsei Chaves Ramos
ASSINATURA: Lairdsei Chaves Ramos
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: lairdsi_ramos@hotmail.com
FONE FIXO: 3355-0909 CELULAR: 92599479

03. NOME: Cristiane Acosta Guerrero
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: ACOSTACRISTIANE@YAHOO.COM.BR
FONE FIXO: CELULAR: 9913-1805

04. NOME: Carlos Eduardo Amante
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: Carlosamante@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 9213-4654

05. NOME: Jessica Luca Pereira de Araújo
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: jessicapereira@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 92557201

UFMT UEMS MCTI CNPq

02

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

06. NOME: Daniela Xavier Botelho
ASSINATURA: Daniela Xavier Botelho
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: danielabotelho54@gmail.com
FONE FIXO: — CELULAR: (67) 9217-3352

07. NOME: Maisa Fernandes
ASSINATURA: Maisa Fernandes
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: maisasilvafer@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 8141-4771

08. NOME: Emanuelle Batista de Moura
ASSINATURA: Emanuelle Moura
INSTITUIÇÃO: UFMS
E-MAIL: emanuelle.BDM@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: (67) 9615-7626

09. NOME: Rogerio Mendes Guilherme
ASSINATURA: Rogerio Guilherme
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: ROGERIO-GUILHERME@HOTMAIL.COM.BR
FONE FIXO: 67 3222 3993 CELULAR: 67 99139 6489

10. NOME: Fabio Orlando Eichenberg
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: EICHENBERG@UEMS.BR
FONE FIXO: CELULAR: 67 9605-4170

11. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

UFMT UEMS MCTI CNPq

01

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

12. NOME: Anderson Ortega Gonçalves
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: AOG_23@hotmail.com
FONE FIXO: 67 3363-9179 CELULAR: 67- 9150-6699

13. NOME: Dandara Cardoso Medeiros
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: dandara.dcm@gmail.com
FONE FIXO: 67 3326-2054 CELULAR: 67 8117-2153

14. NOME: SOYCE SAVI
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS-CG
E-MAIL: [illegible]@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 67 9219 3539

15. NOME: Filipe Lemes Periago
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS | UNIDERP
E-MAIL: filipelperiago@gmail.com / flemes@uniderp.edu.br
FONE FIXO: (67) 3041-9247 CELULAR: (67) 9262-9747

16. NOME: Dunnia Jacqueline de Pinho Sanabria
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - CG
E-MAIL: jacquelinesanab@hotmail.com.br
FONE FIXO: 67-3363 7173 CELULAR: 9171-7387

17. NOME: Karla Martins Pavelecky
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Fundação de Turismo de MS
E-MAIL: ecoaventura@fundtur.ms.gov.br
FONE FIXO: 67 3318-7075 CELULAR: 9202 7714

UFMT UEMS MCTI CNPq

03

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

18. NOME: Emanuelle Batista de Moura
ASSINATURA: Emanuelle Mour
INSTITUIÇÃO: UFMS
E-MAIL: EMANUELLE.BDM@GMAIL.COM
FONE FIXO: 3386-3185 CELULAR: (67) 9615-7686

19. NOME: Alene Oliveira Fernandes
ASSINATURA: Alene Fernandes
INSTITUIÇÃO: Estudante UCDB - Bolsista Segunda Remuneração
E-MAIL: alene.fernandes@hotmail.com
FONE FIXO: 3326-4131 CELULAR: 9243-0685

20. NOME: Paloma Thomé
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Hotel Base Morro Portugal
E-MAIL: basemorroportugal@gmail.com
FONE FIXO: 67 33268807 CELULAR: 99822708

21. NOME: Samara Miyaki
ASSINATURA: Samara Miyaki
INSTITUIÇÃO: Senar/MS
E-MAIL: samara@senarms.org.br
FONE FIXO: 3220-6970 CELULAR: 36295706

22. NOME: Roseli Pereira Faiões
ASSINATURA: Roseli Pereira Faiões
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: roseli.faioes@hotmail.com
FONE FIXO: 3362-8154 CELULAR: 9221-3109

23. NOME: Selma Regina de Oliveira
ASSINATURA: SROliveira
INSTITUIÇÃO: UEMS - unidade Campo Grande
E-MAIL: selmaroliveira@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: (67) 9445-8680

UFMT UEMS MCTI CNPq

04

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

24. NOME: Eliana Rodrigues de Moraes dos Santos
ASSINATURA: Eliana Rodrigues de Moraes dos Santos
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: eliana.moraes@hotmail.com
FONE FIXO: 3327.4422. CELULAR: 92253554

25. NOME: Tânia Regina Comerlato
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: tania.comerlato@yahoo.com.br
E-MAIL: Vª FUNDTUR-1995
FONE FIXO: 3318-7656 CELULAR: 67-9985-2771

26. NOME: Carlos Alberto Leite Nunes
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: CARLOS.NUNES2000@HOTMAIL.COM
FONE FIXO: 3306-5671 CELULAR: 9225-8635

27. NOME: Fabrizia Valle da Costa
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: SENAC
E-MAIL: fabrizia.costa@ms.senac.br
FONE FIXO: 3312 6235 CELULAR: 99637077

28. NOME: Walkiria Capusso
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: FECOMERCIO MS
E-MAIL: walk_carvalho@hotmail.com
FONE FIXO: (67) 3311-4459 CELULAR: (67) 9975-2693

29. NOME: Rogério Prado Guilherme
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: ROGERIO-GUILHERME@HOTMAIL.COM.BR
FONE FIXO: 67 3202 8993 CELULAR: 67 9139 6484

UFMT UEMS MCTI CNPq

05

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

30. NOME: Rodrigo Heitor Miranda
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS (Docente)
E-MAIL: RMIRANDAAA@UEMS.BR
FONE FIXO: (67) 3401-6043 CELULAR: (67) 9138-1545

31. NOME: NAYARA SETTA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS (DOCENTE)
E-MAIL: NAYARATURISMO@UEMS.BR
FONE FIXO: 3401-9612 CELULAR: 9981-9274

32. NOME: Tamandra Fortosa Faria
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS (DISCENTE)
E-MAIL: tamandrafortosa@hotmail.com.br
FONE FIXO: — CELULAR: (67) 92893022

33. NOME: Claudia Moreira Borges
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: VerdeAzul
E-MAIL: claudia@verdeazul.com.br
FONE FIXO: 67 3305-2333 CELULAR: 67 9255-1111

34. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

35. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

UFMT UEMS MCTI CNPq

06

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

LISTA DE PRESENÇA

Oficina: "Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal"

Período: 04 e 05 de dezembro de 2014
Local: SEBRAE
Campo Grande/MS

01. NOME: André Luiz Ribeiro Lacerda
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMT
E-MAIL: riberolacerda66@gmail.com
FONE FIXO: 65-36631003 CELULAR: 65-99750343

02. NOME: Eliangi de Oliveira Dias
ASSINATURA: Eliangi de O. Dias
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: naiteuna@outlook.com
FONE FIXO: CELULAR: (67) 8178-2136

03. NOME: Fábio Orlando Echeverrigaray
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: echeverrigaray@uems.br
FONE FIXO: CELULAR: 81057440

04. NOME: Fânia Lopes de Ramires Campos
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Instituto de Meio Ambiente de MS - IMASUL | GPF
E-MAIL: fanialopes@hotmail.com | gpf@imasul.ms.gov.br
FONE FIXO: 3318-5634 CELULAR: 9975-9738

05. NOME: Yara Santana Domingos
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL: yarasantana-7@hotmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 9199-7501

UFMT UEMS MCTI CNPq

07

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

06. NOME: Vanessa Santana Menezes
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: vanessamenezes@hotmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9172-3167

07. NOME: Jéssica Edyla Ramos dos Santos
ASSINATURA: Jéssica Edyla R. dos Santos
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: jessica.ns15@hotmail.com
FONE FIXO: 33546200 CELULAR: 9286-9003

08. NOME: Nadja Beatriz Sousa
ASSINATURA: Nadja Beatriz Sousa
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: nadjabeatriz23@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9214-6902

09. NOME: Marilise Mauricia Lima
ASSINATURA: Marilise Mauricia
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: lirelimaa@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9321-4245

10. NOME: Karine Souza Pereira
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: karinesp36@gmail.com
FONE FIXO: 3325 6893 CELULAR: 9292 9072

11. NOME: Aldinéia Santos de Lima
ASSINATURA: _____
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: aldineia.pr@hotmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 8122-6217

UFMT UEMS MCTI CNPq

08

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

12. NOME: GEANCARLO DE LIMA MERIGHI
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL
E-MAIL: geanturi@gmail.com
FONE FIXO: 67 - 3318 7600 CELULAR: 67 9604 6588

13. NOME: Dinair Resende Marques
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Fundação de Turismo de MS - FUNDTUR
E-MAIL: dinairezende@hotmail.com / dmarques@fundtur.ms.gov.br
FONE FIXO: 67.3318 7630 CELULAR: 67-9968-4059

14. NOME: Edna Joana Quatte Slaver
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Fundação de Turismo de MS. FUNDTUR
E-MAIL: ednaslaver@hotmail.com
FONE FIXO: 67-3318-7659 CELULAR: 8176-7684

15. NOME: Cristiane Ferraz
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Fundação de Turismo de MS
E-MAIL: cferraz@fundtur.ms.gov.br
FONE FIXO: 3317-7619 CELULAR:

16. NOME: Marta Regina da Silva Melo
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - Campo Grande
E-MAIL: marta.reg@gmail.com
FONE FIXO: 67 3458 2299 CELULAR: 67 9159 8540

17. NOME: Amanda Maciel Assis
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - Campo Grande
E-MAIL: amanda5952@gmail.com
FONE FIXO: 67 33855559 CELULAR: 67 9132 1070

UFMT UEMS MCTI CNPq

09

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

18. NOME: Maiara Taila Laurenço da Silva
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - PIBIC/MP
E-MAIL: maiarataila@yahoo.com.br
FONE FIXO: _____ CELULAR: (67) 9332 8295

19. NOME: Fabio de Oliveira Roque
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UFMS - Lab. de Ecologia
E-MAIL: roque.eco@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 81289918

20. NOME: Daniela Ventorato Gia
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: Biologica
E-MAIL: biologicajardim@hotmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9914 3999

21. NOME: ALINE RIVAROLA MOURA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: FUNDTUR
E-MAIL: ALINE_RIVAROLA@hotmail.com
FONE FIXO: 3346-4153 CELULAR: 9221-9789
3318-7658

22. NOME: ALINE OLIVEIRA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS - FUNDTUR
E-MAIL: aoliveira@fundtur.ms.gov.br
FONE FIXO: 3318-7660/7661 CELULAR: 9227 6270

23. NOME: Erica Dias Pereira de Araujo
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: ericalpereira@uol.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9[illegible]7203

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

24. NOME: Danilo Xavier Botelho
ASSINATURA: Danilo Xavier Botelho
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: danilobotelho5@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: (67) 9217-3352

25. NOME: Cristiane Acosta Guerrero
ASSINATURA: Cristiane A Guerrero
INSTITUIÇÃO: UEMS. Turismo
E-MAIL: acostacristiane@yahoo.com.br
FONE FIXO: _____ CELULAR: 9913-1805

26. NOME: Maísa da Silva Fernandes
ASSINATURA: Maísa Fernandes
INSTITUIÇÃO: UEMS Turismo
E-MAIL: maisasilvafer@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: 8141-4771

27. NOME: Virginia Portela Bosco
ASSINATURA: Virginia
INSTITUIÇÃO: UEMS - CG. Turismo
E-MAIL: virginiapb@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: (67) 9258-0466

28. NOME: Robison dos Santos Oliveira
ASSINATURA: Robison
INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual de MS - Curso de Turismo
E-MAIL: robison@uems.br
FONE FIXO: _____ CELULAR: 92414516

29. NOME: Felipe Zapael de França Santos
ASSINATURA: Felipe Zapael
INSTITUIÇÃO: UEMS - Turismo
E-MAIL: Lipeturismo2014@gmail.com
FONE FIXO: _____ CELULAR: (67) 81518818

UFMT UEMS MCTI CNPq

11

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

30. NOME: JANE APARECIDA DA SILVA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS - TURISMO
E-MAIL: janetribeiro@terra.com.br
FONE FIXO: CELULAR: (67) 9985-7977

31. NOME: Laindsei Chaves Ramos
ASSINATURA: Laindsei C Ramos
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: laindsei.ramos@hotmail.com
FONE FIXO: 33550905 CELULAR: 92599191

32. NOME: ALEX DA COSTA TEIXEIRA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: GEOPARK BODOQUENA-PANTANAL
E-MAIL: alex.geopark@gmail.com
FONE FIXO: CELULAR: 9696-0909

33. NOME: JOÃO [illegible] GOMES E SILVA
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: jagsbarreto@hotmail.com // reservetacadauricio@hotmail.com
FONE FIXO: 67-30291686 CELULAR: 67-99584084

34. NOME: Vanessa Sperck
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO: ECOA - Ecologia e Ação
E-MAIL: vanessa@zigvivos.org.br
FONE FIXO: 67 3324 3230 CELULAR: 67 9934 8667

35. NOME: Isabel Pereira Martins
ASSINATURA: Isabel Pereira Martins
INSTITUIÇÃO: UEMS Unidade C. Grande MS
E-MAIL: isa.martins@hotmail.com
FONE FIXO: 32040831 CELULAR: 92257853

UFMT UEMS MCTI CNPq

12

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

36. NOME: LUCIANA LUMI KAZAMA
ASSINATURA: Luciana Lumi Kazama
INSTITUIÇÃO: UEMS
E-MAIL: LUKAZAMA.MS@GMAIL.COM
FONE FIXO: 3342 7596 CELULAR: 8405-8841

37. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

38. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

39. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

40. NOME:
ASSINATURA:
INSTITUIÇÃO:
E-MAIL:
FONE FIXO: CELULAR:

UFMT UEMS MCTI CNPq

13

<u>Indicador 2:</u> Número de projetos, programas, prestação de serviços e ações formalizadas – NPPA

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 006/2014 – UNEMAT

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT E O CENTRO DE PESQUSAS DO PANTANAL - CPP

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**, sediada na Av. Tancredo Neves nº 1095, Bairro Cavalhada, em Cáceres – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.367.778/0001 – 30, doravante denominada simplesmente UNEMAT, neste ato representado por seu Magnífico Reitor, Prof. M. Sc. **Adriano Aparecido Silva**, brasileiro, divorciado, funcionário público estadual, portador da Cédula de Identidade sob o nº 540403 SSP/MT, e CPF nº 395.566.971-87, residente e domiciliado na cidade de Cáceres, e o **CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL – CPP**, Associação Civil sem fins lucrativos, sediada na Rua Nove, nº 305, Bairro: Boa Esperança, CEP: 78.068-410, Cuiabá – MT, neste ato representado por sua Diretora Executiva, **Sra. Roseneide Soares de Souza**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade sob o nº 0894832-1 SSP/MT, e CPF nº 616.295.291-68, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá/MT, resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, conforme as Instruções Normativas Conjuntas SEPLAN/SEFAZ/AGE - MT (IN nº 01/2009 e 02/2009), a lei nº 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira – OBJETIVO

O presente instrumento tem como objetivo a parceria e cooperação técnica entre as partes, no sentido de desenvolver pesquisas que tenham por objetivo o desenvolvimento da ciência e tecnologia sobre o desenvolvimento sustentável da planície pantaneira e de outras áreas alagáveis do planeta, por meio da cooperação técnica-científica.

Cláusula Seganda – DA FORMA DE EXECUÇÃO

Para consecução dos objetivos ora estabelecidos o CPP poderá contactar os professores e pesquisadores vinculados a UNEMAT, com o intuito de comprometê-los nas pesquisas que pretendam desenvolver ou já desenvolvam no formato de rede de pesquisa com outras instituições similares, suportando o custeio dessas atividade quando for de seu interesse ou possibilidade.

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES

As Instituições signatárias do presente Acordo de Cooperação comprometem-se a desenvolver as ações abaixo descritas:

a) Tornar disponível ao parceiro dados de seu quadro funcional, especialmente professores e pesquisadores;
b) Indicar em suas ações decorrentes deste Termo a parceria e apoio;

Diretoria Adm. de Contratos e Convênios - DACC
Visto
Port. UNEMAT

c) Promover tudo o que discriminado para si no "Projeto de Pesquisa", de forma proba e pontual, respeitando a lei e a boa imagem das instituições envolvidas;
d) Respeitar a legislação vigente no que tange às publicações e atividades discriminadas no Projeto de Pesquisa de forma proba e pontual.
Parágrafo Único: Deverão ser observadas as normas e obrigações estabelecidas entre o CPP e o Parceiro Público, órgão financiador.

Cláusula Quarta – DOS RECURSOS FINANCEIROS
Não há recursos financeiros estipulados neste Termo, a não ser os valores que expressamente forem definidos no cronograma de desembolso do Termo de Concessão de recursos/ Termo de Outorga, de acordo com o Projeto de Pesquisa apresentado pelos pesquisadores por via de seu coordenador e aprovado pelo CPP.

Cláusula Quinta – DAS MODIFICAÇÕES
Os signatários, de comum acordo e tendo em vista a conveniência e interesse pertinentes, poderão modificar os termos do presente Acordo de Cooperação, desde que mantido o seu objeto e respeitada a legislação em vigor.

Cláusula Sexta – DA DENÚNCIA E RESCISÃO
O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado a qualquer momento, desde que a parte interessada, justificadamente, notifique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Sub-Clausula Primeira: No caso de denúncia, havendo pendências ou trabalhos em execução, os signatários definirão, através de um Termo de Encerramento do Acordo de Cooperação, as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências.

Sub-Clausula Segunda: A rescisão decorrerá do descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, operando os seus efeitos de pleno direito, independente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

Cláusula Sétima – DAS ALTERAÇÕES
As condições estabelecidas no presente Acordo poderão ser alteradas, em todo ou em parte, através da firmatura de instrumento denominado "Termo Aditivo", com as devidas justificativas, mediante proposta a ser apresentada no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes de seu término e desde que aceitas pelos Partícipes.

Sub-Cláusula Única: É vedado o aditamento do presente Acordo com o intuito de alterar o seu objeto. Sendo, também, vedado que os "Termos de Ajuste Vinculados", de alguma forma impliquem da alteração do objeto deste Acordo.

Cláusula Oitava – DA VIGÊNCIA
O presente protocolo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos;

Sub-Cláusula Única: Havendo interesse das Instituições Signatárias, poderá o presente Acordo ser prorrogado por período além do estipulado nesta Cláusula, devendo constar em termo próprio.

Diretoria Adm. de Contratos Convênios - DACC
Visto
FLS/UNEMAT

Cláusula Nona – DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos e as dúvidas que se originarem em virtude do presente Acordo, serão dirimidos pelos signatários mediante termo específico, se necessário, ou conforme disposto na legislação aplicável.

Cláusula Décima – OUTROS PARTÍCIPES
Mediante concordância expressa das Instituições executoras de atividade específica, outros órgãos ou instituições poderão participar das ações específicas a serem desenvolvidos no âmbito deste protocolo.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, firma o presente Acordo de Cooperação em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo subscritas.

Cáceres/MT, 11 de março de 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROF. MSc. ADRIANO APARECIDO SILVA
REITOR

CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL
ROSENEIDE SOARES DE SOUZA

TESTEMUNHAS:

Nome: Camila Ferrer Antunes Maciel
CPF: 006.134.701-92 Ass.:

Nome:
CPF: Ass.:

Diretoria Adm. de Contratos e Convênios - DACC
Visto
PGF/UNEMAT

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CNPq

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

BRASIL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 704792/2009, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq, e ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL - CPP, NA FORMA ABAIXO.

REGISTRO SICONV nº 704792/2009
REGISTRO CNPq nº 610033/2009-3

DOS PARTÍCIPES

CONCEDENTE
Nome: **CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ**
Natureza Jurídica: Fundação Pública Federal criada pela Lei n. º 1.310, de 15 de janeiro de 1951
CNPJ n.º 33.654.831/0001-36
Endereço: SHIS Q. 01, Conjunto B, Edf. Santos Dumont - Lago Sul
Cidade: Brasília UF: DF CEP: 71.605-170
Representante Legal: Glaucius Oliva
C.P.F./ M.F.: 045.686.168-83
Nacionalidade: Brasileiro Estado Civil: Casado
Cargo: Presidente
Residência: SHN Quadra 02 Bloco H - APTº 1515 - Asa Norte - Brasília, DF - CEP: 70702-905
Ato de Nomeação: Portaria nº 341 da Casa Civil, de 24 de janeiro publicada no DOU de 25 de janeiro de 2011.
doravante denominado **CONCEDENTE**

CONVENENTE

Nome: Associação Civil sem Fins Lucrativos Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP
Natureza Jurídica: OSCIP
CNPJ n.º: 05.220.369/0001-23
Endereço: Rua Nove n. 305 – Bairro Boa Esperança
Cidade: Cuiabá UF: MT CEP: 78068-410
Representante legal: ROSENEIDE SOARES DE SOUZA
C.P.F./ M.F.: 616.295.281-68
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Solteira
Cargo: Secretária Executiva Ato de Designação: Ata de Posse
Identidade n.º: 0894832-1 Data expedição: 03.05.2005 Órgão expedidor: SSP-MT
Endereço Residencial: RUA B, N. 17 QUADRA 14 Bairro Residencial Itamaraty
Cidade: Cuiabá UF:MT CEP: 78058-863
doravante denominada **CONVENENTE**

INTERVENIENTE
Nome: Fundação Universidade Federal do Mato Grosso
Natureza Jurídica: Instituição Pública Federal
CNPJ n.º: 33004540/0001-00
Endereço: Avenida Fernando Corrêa da Costa Sn
Cidade: Cuiabá UF: MT CEP: 78060-900
Representante legal: Maria Lúcia Cavalli Neder
C.P.F./ M.F.: 604355938-20
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Casada
Cargo: Reitora Ato de Designação: Decreto de Nomeação
Identidade n.º: 11827815 Data expedição: 11.04.1996 Órgão expedidor: SJMT
Endereço Residencial: Rua A nº 1.103 Residencial Geórgia – Jardim Eldorado
Cidade: Cuiabá UF: MT CEP: 78.050-000
doravante denominada **INSTITUIÇÃO SEDE**

Na melhor forma de direito, os **PARTÍCIPES** acima resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao CONVÊNIO celebrado em **18/12/2009**, que será em tudo regido pelos preceitos e princípios de direito público e obedecerá, em especial, às normas do Decreto nº 93.872, de 23.12.86, do Decreto nº 6.170, de 25/07/07, regulamentado pela Portaria Interministerial dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência nº 127, de 29/05/2008, e suas alterações posteriores, da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e, no que couber, dos disposições da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, devendo ser executado com estrita observância das condições constantes das cláusulas e condições que aceitam e mutuamente se outorgam nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTRAPARTIDA

Importa o presente CONVÊNIO o valor global de **R$ 7.599.674,80 (sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)** sendo **R$ 6.387.674,80 (seis milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)** referentes ao convênio original e **R$ 1.212.000,00 (hum milhão, duzentos e doze mil reais)** referentes ao aporte deste aditivo. O **CONCEDENTE** disponibilizará a importância de **R$ 7.523.798,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e três mil, setecentos e noventa e oito reais)**, sendo **R$ 6.323.798,00 (seis milhões, trezentos e vinte e três mil, setecentos e noventa e oito reais)** referentes ao convênio original e **R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais)** referentes ao aporte deste aditivo referente a itens de custeio, de acordo com a sua disponibilidade orçamentária e financeira, em conformidade com o cronograma de desembolso que integra o PLANO DE TRABALHO. A **CONVENENTE** disponibilizará, a título de contrapartida (co-participação), a importância de **R$ 75.876,80 (setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)** na forma de bens e serviços, economicamente mensuráveis, conforme detalhado no plano de trabalho e no cronograma de desembolso, sendo **R$ 63.876,80 (sessenta e três mil, oitocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)** referentes ao convênio original e **R$ 12.000,00 (doze mil reais)** referentes ao aporte deste aditivo.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - o Cronograma de Desembolso das partes liberadas pelo CONCEDENTE e CONVENENTE, será adequado no SICONV conforme abaixo indicado:

Recursos do Concedente: R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais) em 1 parcela a ser liberada em 2014.
Recursos do Convenente: a Contrapartida não financeira no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) terá sua medição comprovada mediante o envio de cópia dos boletins no momento da Prestação de Contas Financeira.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Os recursos referentes às bolsas de longa duração, não estão computados no valor a ser repassado à CONVENENTE, pois serão pagos pelo CONCEDENTE diretamente aos bolsistas indicados pelo EXECUTOR.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

CLÁUSULA TERCEIRA
DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do CONVÊNIO que ora se adita.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam as PARTES o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas que, igualmente, subscrevem.

BRASÍLIA-DF, 28 de Março de 2014

Pelo CONCEDENTE:

GLAUCIUS OLIVA
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Pela CONVENENTE:

Diretor Executivo

Pela INTERVENIENTE:

Reitor

Pelo COORDENADOR/EXECUTOR

Coordenador do Projeto

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome: Accacio Andre Francisco de Oliveira Junior
CPF: 244.756.581-91

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

The Nature Conservancy

Proteger a natureza é preservar a vida

Cooperação nº	AFCS 00304/2011/0002
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	
Nome do Centro de Custo:	AFCS PYPR SHAPIRO
Nº do Centro de Custo:	172-512-4002
Fonte de Financiamento:	Público ☐ Privado ☒

Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação nº00304/2011 entre o **Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil** e **Centro de Pesquisas do Pantanal**

Este é o Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação nº00304/2011, datado de 13 de setembro de 2011 (a "Cooperação") entre o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil ("TNC") e Centro de Pesquisas do Pantanal (o "Parceiro").

Previamente ao presente Segundo Termo Aditivo, as Partes já haviam assinado um Primeiro Termo Aditivo, em 28 de fevereiro de 2012.

CONSIDERANDO

Que a TNC e o Parceiro confirmam que o propósito da Cooperação permanece o mesmo;

Que a TNC e o Parceiro constataram a necessidade de alterar a vigência da Cooperação;

Que a TNC e o Parceiro constataram a necessidade de alterar as datas de entrega de relatórios;

Que a TNC e o Parceiro reconhecem que a TNC desembolsou ao Parceiro o montante equivalente a R$250.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais), mediante a assinatura da Cooperação e a entrega dos quatro primeiro relatórios da parceria.

Desta forma, em conformidade com a Cláusula 24 – "Efeito vinculativo/Alterações" da Cooperação, este Segundo Termo Aditivo tem como objetivo formalizar a intenção das Partes de alterar as cláusulas da Cooperação como segue:

i. A Cláusula **2. PRAZO** será substituída pelo seguinte texto:

"**2. PRAZO.**

A presente Cooperação entrará em vigor a partir de sua assinatura por ambas as Partes, assim permanecendo até 31 de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento"). Qualquer prorrogação do prazo além da Data de Vencimento deverá ser feita por escrito e estar assinada pelas Partes.

As atividades previstas na presente Cooperação deverão ser desenvolvidas entre a última data de assinatura desta cooperação e 31 de julho de 2014. Atividades desenvolvidas fora deste prazo não serão cobertas pela presente Cooperação."

ii. A Cláusula **3.RELATÓRIOS** será substituída pelo seguinte texto:

"**3. RELATÓRIOS.**

O Parceiro entregará à TNC os seguintes relatórios, seguindo modelos fornecidos pela TNC:

i. Relatórios de atividades, que devem conter:

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

The Nature Conservancy

Proteger a natureza é preservar a vida

Cooperação nº	AFCS 00304/2011/0002
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	
Nome do Centro de Custo:	AFCS PYPR SHAPIRO
Nº do Centro de Custo:	172-512-4002
Fonte de Financiamento:	Público ☐ Privado ☒

Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação nº00304/2011 entre o **Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil** e **Centro de Pesquisas do Pantanal**

Este é o Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação nº00304/2011, datado de 13 de setembro de 2011 (a "Cooperação") entre o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil ("TNC") e Centro de Pesquisas do Pantanal (o "Parceiro").

Previamente ao presente Segundo Termo Aditivo, as Partes já haviam assinado um Primeiro Termo Aditivo, em 28 de fevereiro de 2012.

CONSIDERANDO

Que a TNC e o Parceiro confirmam que o propósito da Cooperação permanece o mesmo;

Que a TNC e o Parceiro constataram a necessidade de alterar a vigência da Cooperação;

Que a TNC e o Parceiro constataram a necessidade de alterar as datas de entrega de relatórios;

Que a TNC e o Parceiro reconhecem que a TNC desembolsou ao Parceiro o montante equivalente a R$250.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais), mediante a assinatura da Cooperação e a entrega dos quatro primeiro relatórios da parceria.

Desta forma, em conformidade com a Cláusula 24 – "Efeito vinculativo/Alterações" da Cooperação, este Segundo Termo Aditivo tem como objetivo formalizar a intenção das Partes de alterar as cláusulas da Cooperação como segue:

I A Cláusula **2. PRAZO** será substituída pelo seguinte texto:

"**2. PRAZO.**

A presente Cooperação entrará em vigor a partir de sua assinatura por ambas as Partes, assim permanecendo até 31 de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento"). Qualquer prorrogação do prazo além da Data de Vencimento deverá ser feita por escrito e estar assinada pelas Partes.

As atividades previstas na presente Cooperação deverão ser desenvolvidas entre a última data de assinatura desta cooperação e 31 de julho de 2014. Atividades desenvolvidas fora deste prazo não serão cobertas pela presente Cooperação."

II A Cláusula **3.RELATÓRIOS** será substituída pelo seguinte texto:

"**3. RELATÓRIOS.**

O Parceiro entregará à TNC os seguintes relatórios, segundo modelos fornecidos pela TNC:

I Relatórios de atividades, que deverão conter:

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

TERMO DE CONVÊNIO Nº 12/2013 QUE CELEBRAM O **CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL** E **ONF INTERNATIONAL** e ONFB VISANDO A EXECUÇÃO DO PROJETO PLATAFORMA EXPERIMENTAL PARA A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DA AMAZÔNIA LEGAL (PETRA) NO ESTADO DE MATO GROSSO, BRASIL.

Pelo presente instrumento, em que são partes:

O **CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL (CPP)**, com sede na Rua Dois, nº 497 – Sala 02 Bairro Boa Esperança, CEP 78.068-360, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no dia 23/07/2020, com matrícula nº CNPJ 05.220.369/0001-23 de natureza jurídica associação privada (código 399-9), representada pela Senhora Rosenaide SOARES DE SOUZA na qualidade de Diretora Executiva do CPP, devidamente habilitada para os presentes fins presentes conforme decisão da assembléia geral da associação do dia 29/07/2011

a **ONF INTERNATIONAL**, doravante denominada ONFI, pessoa jurídica de direito privado, sediada na França, 45bis avenue de la Belle Gabrielle, 94736 Nogent sur Marne, inscrita no SIRET nº 8 412 350 514, representada neste ato pelo seu Diretor Executivo, Martin Perrier, passaporte nº 09 PI 56728, residente e domiciliado na 130 Bd Richard Lenoir, 75011 Paris, França,

e a **ONF Brasil**, doravante denominada ONFB, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº02.976.059/0001-45, com sede na Fazenda São Nicolau, Estrada Ariel, Km 01, Zona Rural, município de Cotriguaçu/MT, neste ato representada pela sua Diretora, Cleide Regina de Arruda, portadora do RG nº 325.312 SSP/MT e do CPF nº 318.390.101-34, domiciliada em Cuiabá-MT

celebram o presente Convênio mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente Convênio tem por objeto, a integração entre as partes, em regime de colaboração, para a preparação da execução do Projeto Plataforma Experimental para a gestão dos Territórios Rurais da Amazônia Legal - PETRA, no âmbito da CONVENTION DE FINANCEMENT Nº CBR1044.01 L com financiamento da AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO – AFD, doravante chamado Projeto PETRA.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Gestão do Convênio

Para supervisionar e coordenar a execução do projeto objeto deste Convênio, as partes designam cada uma, um técnico integrante dos respectivos quadros permanentes de pessoal, conforme abaixo identificados:

a) pelo CPP:

Nome: Rose Soares de Souza

Estado civil: Solteira

Profissão: Administrativo

Endereço de trabalho: Rua Nove, nº 487 Bairro Boa Esperança, sala 02 CEP 78.068-300, Cuiaba, MT

Tel/Fax : (55) (65) 3664 1121, (55) (65) 3664 3675

E-mail: rose.eduscares@gmail.com

b) pela ONFI :

Nome: Thomas Dufour

Estado civil: Solteiro Profissão: Engenheiro Florestal

Endereço de trabalho: ONFI 45bis avenue de la Belle Gabrielle, 94730 Nogent sur Marnes, França

Tel/Fax: (33) 1 43 94 72 40, (33) 1 43 94 72 63

Email : thomas.dufour@onfinternational.com

c) pela ONFB:

Nome: Cleide Regina de Arruda

Estado civil: Solteira Profissão: Engenheira Florestal

Endereço de trabalho: ONF Brasil, Centro Empresarial Cuiabá sala 807, Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº2000, Bosque da Saúde, Cuiabá, Brasil

Tel/Fax : (65) 3644 7787 / (65) 3644-8877

Email : cleide@onfbrasil.com.br

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações

I – Obrigações Gerais

Além das demais obrigações assumidas neste Convênio, as partes comprometem-se em:

a) prover toda a infra-estrutura necessaria e adequada ao desenvolvimento regular dos trabalhos, objeto deste Convênio, previstos no Projeto PETRA, principalmente espaço físico, equipamentos, máquinas e implementos, insumos e demais recursos técnicos e administrativos.

b) responsabilizar-se integralmente por suas respectivas obrigações tributárias aplicáveis, sejam federais, estaduais ou municipais e contratações de pessoal.

II – Obrigações Específicas:

A – Das obrigações do CPP:

a) Solicitar a AFD que faça o pagamento na modalidade direta dos recursos em Euros num montante total de 181 022 € (cem setenta e um mil vinte e dois Euros) distribuídos entre ONF International (125 870 €) e ONF Brasil (35 152€), como parte do orçamento previsto no orçamento do Projeto PETRA, e constante em anexo desse Convênio (Anexo 1, Tabelas 1, 2 e 3), no prazo estabelecido assim que forem liberadas pela AFD. Encontra-se no anexo 1 a tabela detalhada do orçamento para essa fase de preparação do lançamento do projeto (de janeiro 2013 a dezembro 2013). Esse pagamento será efetuado nas contas das:

ONF INTERNATIONAL

Banco: BNP Paribas Bercy
Codigo Banco : 30004
Codigo agência : 01692
Número de conta : 00010030862
Clé RIB : 61

ONF BRASIL
Banco: BRADESCO
Codigo Banco : 237
Codigo agência : 1582-2
Número da conta : 4422-9

(i) A transferência de recursos pela AFD à ONFI e ONFB, a pedido da CPP, será realizado em parcelas para 2013, ao firmar o Convênio principal (CONVENTION DE FINANCEMENT N° CSR1044 01 LI

(ii) A transferência de recursos realizada à ONFI corresponde à realização das tarefas siguintes :

coordenação pela ONFI do lançamento e execução do projeto FFEM (elaboração dos procedimentos de funcionamento do projeto, planejamento das atividades, execução do orçamento do ano 1 (2013) para os componentes 1 e 5 do projeto, e do relatório da reunião do COPIL);

apoio da ONFI à comunicação sobre o projeto PETRA

(iii) A transferência de recursos realizada à ONFI corresponde à realização das tarefas siguintes :

- realização de reformas da Fazenda São Nicolau necessárias para cumprir com as normas de segurança para acolher o publico (da pesquisa e das capactações)
- disponibilização das infraestruturas e dos meios da Fazenda São Nicolau às pessoas realizando atividades dentro do programa de trabalho do projeto PETRA
- apoio logistico aos trabalhos de pesquisa e cursos de capacitação realizados pelo PETRA na Fazenda São Nicolau (fornecer o alojamento, transporte, mão-de-obra e equipamento tal como previsto nos programas de atividades e nos limites do orçamento previsto por atividade)
- fornecimento de assistência técnica ao PETRA nos componentes previstos

b) Analisar e validar a prestação de contas apresentado pela ONFI;

c) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução deste convênio;

d) Resolver os casos omissos e as situações não previstas.

B – Das obrigações da ONFI

a) Gerenciar os recursos recebidos, aplicando-os na execução direta do apoio ao lançamento e execução do Projeto PETRA, observando o Plano de Trabalho correspondente, e as modalidades de validação tecnicas previstas, bem como critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos;

b) Prestar contas da aplicação dos recursos recebidos

(i) A prestação de contas da ONFI, da parcela de recursos recebida da AFD é condição para novas transferências de recursos;

(ii) A ONFI fornecerá uma fatura global correspondente às prestações acordadas, desde que aceita pela AFD.

c) Arcar com os custos de fornecimento dos serviços detalhados na contrapartida do Projeto constando na Tabela 3, anexo 1, do presente Convênio;

d) Fornecer ao CPP os documentos, informações e relatórios conforme solicitados a fim de cumprir suas obrigações em conformidade com este Convênio.

e) Responsabilizar-se pelo integral pagamento das obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação de serviços de terceiros, e obrigações fiscais decorrentes da execução do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – Da Declaração da ONFI

a) A negociação, o estabelecimento e a execução do convênio não envolverem, e não envolverão pagamento de despesas comerciais extraordinárias, e no caso de pagamento das mesmas, a ONFI se compromete a devolver o montante equivalente ao CPP, que por sua vez o devolverá para a AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento). No caso de um co-financiamento, a devolução será proporcional à parcela financiada pela AFD.

b) Que não propõe e não proporá diretamente ou indiretamente benefícios de qualquer natureza (ofertas, comprometimentos de doação, doações, etc.) constituindo-se ou podendo constituir-se como prática de corrupção no sentido do Convênio OCDE de 17 de dezembro de 1997 relativo à luta contra a corrupção de servidores públicos estrangeiros.

CLÁUSULA QUINTA – Da Exclusão de Obrigações e Responsabilidades

O CPP não se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela ONFI com terceiros bem como por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, bem como decorrentes da execução do presente Convênio cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à ONFI.

CLÁUSULA SEXTA - Da Propriedade Intelectual

Quaisquer invento, aperfeiçoamento ou inovação, obtenção de processo ou produto, privilegiável ou não, oriundo da execução das pesquisas referidas neste Convênio, inclusive direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, pertencerão ao CPP, ONFI e ONFB, na proporção das respectivas participações intelectuais, devendo sua utilização, licenciamento ou cessão ser previamente regulada em Convênio específico.

Parágrafo Único: As partes obrigam-se, por si e por seus sucessores, a qualquer título, a observar o disposto nesta Cláusula, mesmo após o término da vigência deste Convênio.

CLÁUSULA SETIMA – Da Vigência

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 4 (quatro) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – Dos Aditamentos

Sempre que se fizer necessário ao bom andamento dos trabalhos, as partes poderão alterar, de comum acordo, as condições aqui pactuadas, mediante Termo Aditivo, com exceção à alteração do objeto do Convênio.

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

Por descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições, poderá o CPP rescindir o presente Convênio, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a parte infratora pelos prejuízos ocasionados, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, devidamente caracterizadas e comprovadas.

Parágrafo Único: No caso de rescisão, as pendências ou trabalhos que estiverem em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de termo de encerramento do Convênio, onde serão definidas e atribuídas as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção desses trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

Fica eleito o foro do Tribunal de Arbitragem e Conciliação de Cuiaba (MT), com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer divergências oriundas deste Convênio que não possam ser dirimidas entre as partes no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui fixadas, firmam o presente Convênio em 4 (quatro) vias, de igual teor perante as testemunhas a seguir, que declaram conhecer seu inteiro teor.

Cuiaba (MT), 22 de abril de 2014

Roseneide SOARES DE SOUZA
Diretora Executiva
Centro de Pesquisas do Pantanal

Martin Perrier
Diretor Executivo
ONF International

Cleide Regina de Arruda
Diretora
ONF Brasil

TESTEMUNHAS:

1 _____
Nome
CPF

2 _____
Nome
CPF

6

Anexo 1 : Prestações da ONFI/ONFB e pagamento (modalidade de pagamento direto)

Tabela 1: Orçamento anual 2013 inicial planejado para as responsabilidades técnicas da CPP/ONFI/ONFB na preparação e execução do PETRA em 2013

	SC1.1	Sistemas de produção sustentável e certificação ecológica florestal	230 000	600 000	90 000	27 000	13 500
	SC1.2	Revitalização dos setores e criação de corredores de ligação	80 000	100 000	0	0	0
	SC1.3	Criar e negociar um conjunto de instrumentos de pagamento por carbono e pagamentos por serviços ambientais	165 000	200 000	50 000	17 000	13 500
	SC1.4	Call e recuperação de APP e RL	100 000	400 000	60 000	0	3 500
	SC2.1	Diagnóstico socioeconômico e ecológico dos agentes econômicos de Corixinha e das regiões produtivas	80 000	150 000	80 000	12 000	15 000
	SC2.2	Implementação do programa de estudos	100 000	420 000	84 000	14 000	34 700
	SC2.3	Implementação de planos de desenvolvimento das pessoas permanentes	90 000	230 000	46 000	18 000	17 000
	SC2.4	Consolidação das infraestruturas de Fazenda para recepção de pesquisadores e turistas	150 000	250 000	75 000	0	0
	SC3.1	Redução do desmatamento e ingresso da fiscalização	150 000	300 000	15 000	6 250	3 750
	SC3.2	Promoção e formação em sistemas de manejo florestal, agroflorestal e pecuário sustentável (sistema agrossilvipastoril), carbono	100 000	200 000	10 000	11 000	000
	SC3.3	Programa de Educação ambiental	30 000	100 000	5 000	1 000	400
	SC4.1	Elaboração de estudo de referência e monitoramento dos serviços (PSEE+ e ecossistêmicos (ambiental)	150 000	350 000	40 000	5 000	27 000
	SC4.2	Consolidação das estratégias, ferramentas e plataformas de gestão da informação e dos conhecimentos	200 000	1 000 000	40 000	20 000	7 000
	SC4.3	Monitoring / avaliação	34 000	40 000	8 000	5 000	400
	SC5.1	Restabelecimento da Fazenda São Marcos (PBR)	80 000	300 000	36 000	3 250	23 000
	SC5.2	Criação da fundação PETRA e consolidação das parcerias	100 000	220 000	20 000	6 000	18 000

Tabela 2a e 2b. Execução real das responsabilidades técnicas da CNFI e da CNFB na preparação e execução do PETRA em 2013.

Tabela 2a: *Para CNF Internacional (preços em Euros)*

Hospedagem	DIAS	Coordenação CNFI Experto CNFI - Extensão coleta de dados	0 EUROS	750	9 000
Hospedagem	DIAS	Contiguaçu e relacionamento instituições Comitê local	1 EUROS	150	2 100
Passagens Aéreas	UNIDADE	Voo Paris-Cuiaba	2 EUROS	1 300	2 600
Passagens Terrestres	UNIDADE	Perdizes	14 EUROS	100	2 400
Hospedagem	DIAS	Experto CNFI SIG Apoio coleta de dados SIG para CAR PA Jauaéra	3 EUROS	750	2 250
Hospedagem	MESES	VIE CNFI: coleta de dados, capitalização sobre as boas práticas	2 EUROS	4 000	8 000
Hospedagem	DIAS	Coordenação CNFI	21 EUROS	750	15 750
Hospedagem	DIAS	Experto CNFI : Organização evento OCTICOFEL 2013	19 EUROS	750	14 021
Hospedagem	DIAS	Experto CNFI : Animação pilote de monitoramento parcelas permanentes	7 EUROS	750	5 871
Passagens Aéreas	MESES	VIE CNFI: Compilação dos conhecimentos existentes sobre a situação socio-economica e ecologica de Contiguaçu/Juruena	3 EUROS	2 250	6 500
Passagens Aéreas	UNIDADE	Voo Paris-Cuiaba	2 EUROS	1 200	3 400
Passagens Terrestres	UNIDADE	Perdizes	20 EUROS	100	2 000
Hospedagem	DIAS	Coordenação CNFI	5 EUROS	750	3 750
Hospedagem	DIAS	Experto CNFI: Apoio relacionamento Universidades/setores de capacitação	4 EUROS	750	3 000
Hospedagem	DIAS	Coordenação CNFI	10 EUROS	750	7 845
Hospedagem	DIAS	Experto CNFI : Animação institucional estratégia de gestão da informação e dos conhecimentos	10 EUROS	750	7 100
Hospedagem	DIAS	Experto CNFI: Informatica Geomatica Especificações técnicas da Base de dados virtual PETRA (SIG)	10 EUROS	750	7 850
Hospedagem	DIAS	Coordenação CNFI	14 EUROS	750	10 440
Documentos	UNIDADE	Gestão Indução documentária	1 EUROS	2 160	2 160
Hospedagem	DIAS	Experto CNFI : Realização do Business Plan da Fazenda V1	14 EUROS	750	10 500
NESSA TABELA OS PREÇOS INDICADOS SAO EM EUROS					

Tabela 2b: Para ONF Brasil (preços em reais e resultado em reais e euros)

Hidrologia	RESEB	Assistente Técnico ONFB medições pessoais permanentes PETRA	2 REAIS	3600	13000
	UNIDADE	Gastos bancários	1 REAIS	838	83%

NESSA TABELA OS PREÇOS INDICADOS SÃO EM REAIS

Tabela 3 : Contrapartidas oferecidas pela ONFI

Prestação	Unidade	Preço Unitário (Euros)	Valor rubrica (Euros)
Colocação à disposição um engenheiro florestal (janeiro a dezembro 2013)	3 meses	10.000 €	30 000 €
Total			30.000 €

Tabela 4 : orçamento projeto PETRA (2012-2016)

	FFEM	Co-financiamentos
SC1.1 Sistemas de produção sustentável e certificação socio-ambiental		
SC1.2 Rentabilidade das áreas e circuits de comercialização		
SC1.3 Desenvolvimento "bolsa à moda", sequestro carbono e pagamento por serviços ambientais		
SC1.4 Cadastro ambiental rural (CAR) e recuperação das áreas de proteção permanentes e de reserva legal (APP/RL)		
SC2 - Diagnostics do estado sócio-econômico e ecológico das lógicas produtivas dos atores econômicos do município de Corrigueo		
SC2.2 Implementação do programa de pesquisa		
SC2.3 Implementação de protocolos de seguimento de práticas sustentáveis		
SC2.4 Infra-estruturas de recepção de pesquisadores e de tratamentos consolidados		
SC3.1 Reforço das infra-estruturas e engenharia do treinamento		
SC3.2 Promoção do treinamento em gestão florestal, agrícola e criação sustentável (sistemas de agro-silvo-pastoral) do carbono e do desenvolvimento territorial		
SC3.3 Programa de educação para o meio ambiente		
SC4.1 Elaboração do estado de referência e seguimento dos cenários		
SC4.2 Estratégias, instrumentos e plataformas de gestão da informação e dos conhecimentos consolidados		
SC4.3 Monitoring/avaliação		
SC5.1 Remobilização crescente da Fazenda São Nicolau (FSN)		
SC5.2 Criação da Fundação PETRA e consolidação dos parceiros		
Avaliação externa de meio-percurso		
Avaliação externa final		
Despesas de gestão do CPP		
TOTAL	[illegible]	[illegible]

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 006/2012/SEMA/MT

TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E O CENTRO DE PESQUISA DO PANTANTAL - CPP.

O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMEDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE- SEMA/MT, inscrita no CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 com sede na Rua "C" esquina com a Rua "F", Palácio Paiaguás, Centro Politico e Administrativo - CPA, nesta Capital doravante denominada **COOPERANTE**, neste ato representada pelo Secretário **JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 85437 SSP/MT e do CPF nº 178.881.281-72, residente e domiciliado nesta Capital, nomeado pelo Ato Governamental nº 10.991 de 21 de dezembro de 2012, e o **CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL – CPP**, Associação Civil Sem Fins lucrativos, com sede na Av. Fernando Corrêa da Costa, Campus da UFMT, bloco CCBS III, sala 210-213, inscrita no CNPJ sob o n. 05.220.369/0001-23, Cuiabá – MT, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, **ROSINEIDE SOARES DE SOUZA**, portadors do RG. N.0894832-1-SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n. 61629529168, no uso de suas atribuições, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOFERAÇÃO nº 006/2012/SEMA/MT**, sujeitando-se aos termos da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 001/2009, de 23 de abril de 2009 e suas alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto prorrogar o prazo de vigência do Termo de Cooperação nº 006/2012/SEMA/MT, que entre si celebram a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/MT e o Centro de Pesquisa do Pantanal - CPP, justificado pelo fato de não ter havido tempo hábil para a Cooperada definir conceitos e orientar na elaboração do mapa de paisagens do Pantanal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo entra em vigor a partir de 19/06/2014 e terá vigência por 02 (dois) anos.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás
Centro Político Administrativo – CPA
CEP 78050-970 - Cuiabá – MT
Fone: (065) 3613-7200
www.sema.mt.gov.br

Mato Grosso

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

O presente instrumento ratifica todas as demais Cláusulas e condições do Termo de Cooperação nº 006/2012/SEMA/MT que entre si celebram a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP, celebrado em junho de 2012, que não colidam com o presente.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A SEMA/MT fará a publicação do extrato deste Termo Aditivo, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Cuiabá-MT, com prejuízo de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo Aditivo de Prazo, desde que não forem solucionadas consensualmente.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo de Prazo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas o subscrevem, para todos os efeitos legais.

Cuiabá, 10 de junho de 2014.

JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
Secretário de Estado do Meio Ambiente

ROSINEIDE SOARES DE SOUZA
Diretora Executiva do Centro de Pesquisa do Pantanal - CPP

Rosineide Soares de Souza
Centro de Pesquisa do Pantanal
Diretora Executiva

TESTEMUNHAS:

1. _____
RG: 1255315 SSP
CPF 607.412.401-91

Lilian Almeida Lisboa
Chefe de Gabinete
SEMA / MT

2. _____
RG:
CPF

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Rua C, Palácio Paiaguás
Centro Político Administrativo – CPA
CEP 78050-970 – Cuiabá – MT
Fone: (065) 3613-7200
www.sema.mt.gov.br

2

Mato Grosso

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Embrapa

Aditivo-01
10200.09/0136-0-01

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO GERAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa E O CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL, CELEBRADO EM 28/08/2009 (Reg. SAIC/AJU nº 10200.09/0136-0).

A **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, instituída por força do disposto na Lei nº 5.851, de 07.12.1972, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.766, de 25.06.2012, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.348.003/0001-10, sediada em Brasília/DF, no Parque Estação Biológica – PqEB, s/nº, Avenida W/3 Norte (final), Edifício sede, CEP 70770-901, doravante designada simplesmente **EMBRAPA**, neste ato representada por sua Diretora-Executiva de Administração e Finanças, **Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni**, brasileira, solteira, engenheira agrônoma, portadora da Carteira de Identidade n.º M-123013441 SSP/PR e do CPF n.º 705.536.107-91 e do CPF n.º 277.340.486-68, e, de outro lado e, de outro lado, o **CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL**, Associação Civil para fins não econômicos, regida nos termos da Lei nº 9.790/1999, conforme processo do Ministério da Justiça nº 08015.013441/2002-94, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.220.369/0001-23, sediada na Rua Dois, nº 497, Bairro Boa Esperança, CEP nº 78068-360, Cuiabá-MT, doravante designada simplesmente **Cooperante**, neste ato representada por sua Diretora-Executiva Roseneide Soares de Souza, portadora da Cédula de Identidade nº 0894832-1, SSP/MT, e do CPF nº 616.295.291-68, resolveram celebrar o presente **Termo Aditivo nº 01,** ao Contrato de Cooperação Geral, que será regido, no que couber, pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, pela Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29 de maio de 2008, e suas alterações, bem como pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar o período de vigência do Contrato de Cooperação Geral ora aditado, prorrogando seu término de 28/08/2014 para 28/08/2019.

EMBRAPA - AJU - APROVAÇÃO

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Parque Estação Biológica - PqEB Av. W3 Norte (final)
End. Sede Caixa Postal 040315 - CEP 70770-901 - Brasília - DF
Tel. (61) 3448-4433 - Fax (61) 3347-1041
www.embrapa.br

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Embrapa

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Publicação

O extrato do presente Termo será levado à publicação pela **EMBRAPA**, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ser publicado no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

Considerando as adequações ora estabelecidas, as partes ratificam expressamente todos os demais termos do Contrato de Cooperação Geral ora aditado.

Estando assim ajustadas, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

Brasília/DF, 05 de Agosto de 2014

Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni
Diretora-Executiva de Administração e Finanças da Embrapa

Roseneide Soares de Souza
Diretora-executiva do Centro de Pesquisa do Pantanal

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: JOSIANE P SILVA
CPF: 871 703 351-20

2. _____
Nome: Antônio Clarés de Oliveira Barroso
Supervisor de Contratos e Processos
Substituto do Diretor - Presidente - Embrapa
Mat. 131.146 - OAB/DF 6514
CPF: 095.107.171-68

EMBRAPA - AJU - APROVAÇÃO

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Parque Estação Biológica - PqEB Av. W3 Norte (Final)
Ed. Sede Caixa Postal 8605 - CEP 70770-901 - Brasília - DF
Tel. (61) 3448-4433 - Fax: (61) 3347-1041
www.embrapa.br

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL

Pantanal +10

Embrapa

PORTARIA Nº 828 , DE 24 DE JUNHO DE 2013.

O Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa, no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto no artigo 21, incisos IV e VII, do Estatuto,

RESOLVE:

1. Delegar competência à Diretora-Executiva de Administração e Finanças, **Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni**, para firmar, pela Embrapa, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, nos casos reservados ao Presidente nos termos das normas internas da Empresa, ressalvados os casos de competência exclusiva a que se refere o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012; bem como assinar portarias, cartas de preposição, proferir despachos interlocutórios nos expedientes submetidos à apreciação da Presidência, Decisões, e firmar, em nome do Presidente, correspondência que por este lhe seja distribuída com esse objetivo, ressalvadas as Resoluções Normativas e os recursos hierárquicos.

2. A delegação de que trata esta Portaria não exclui a competência originária conferida ao Presidente pelo Estatuto da Embrapa, tem validade enquanto durarem os mandatos e pode ser revogada a qualquer tempo.

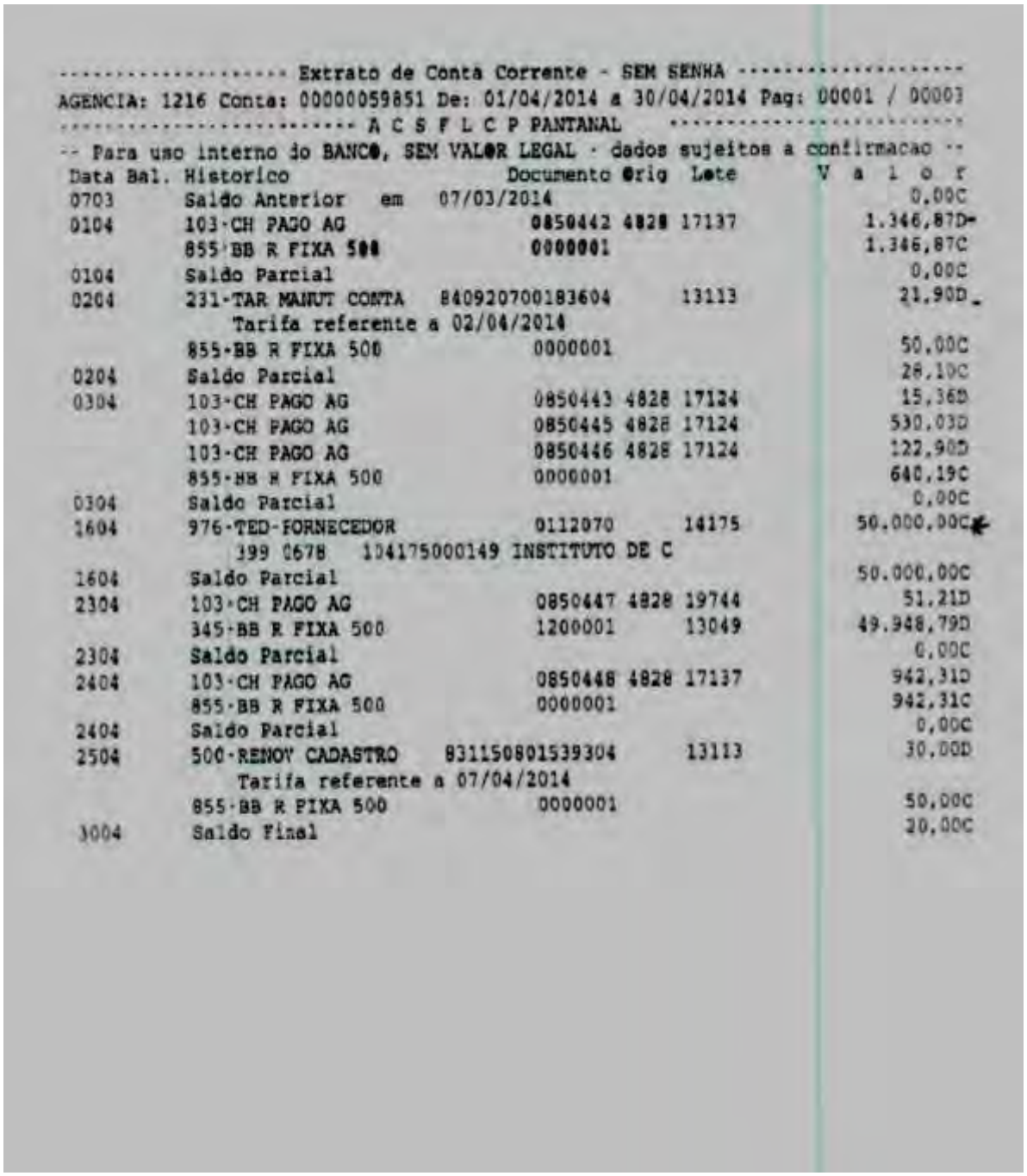
3. Ficam convalidados os atos praticados pela Diretora-Executiva de Administração e Finanças praticados sob a vigência da Portaria nº 386, de 28 de março de 2013.

Mauricio Antônio Lopes
Presidente

EMBRAPA - GPR
PUBLICADO
BCA nº 26, de
24 de 2013

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Parque Estação Biológica - PqEB Av. W3 Norte (final)
Ed. Sede Caixa Postal 8006 - CEP 70770-901 - Brasília - DF
Tel. (61) 3448-4433 - Fax: (61) 3347-1041
www.embrapa.br

<u>Indicador 4:</u> Alavancagem de recursos externos no exercício – ARE



```
------------------- Extrato de Conta Corrente - SEM SENHA -------------------
AGENCIA: 1216 Conta: 00000059851 De: 01/04/2014 a 30/04/2014 Pag: 00001 / 00003
------------------------- A C S F L C P PANTANAL -----------------------------
-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --
Data Bal. Historico                    Documento Orig  Lote        V a l o r
0703      Saldo Anterior   em  07/03/2014                          0,00C
0104      103-CH PAGO AG              0850442 4828 17137          1.346,87D
          855-BB R FIXA 500           0000001                     1.346,87C
0104      Saldo Parcial                                           0,00C
0204      231-TAR MANUT CONTA  840920700183604      13113        21,90D
              Tarifa referente a 02/04/2014
          855-BB R FIXA 500           0000001                     50,00C
0204      Saldo Parcial                                           28,10C
0304      103-CH PAGO AG              0850443 4828 17124          15,36D
          103-CH PAGO AG              0850445 4828 17124          530,03D
          103-CH PAGO AG              0850446 4828 17124          122,90D
          855-BB R FIXA 500           0000001                     640,19C
0304      Saldo Parcial                                           0,00C
1604      976-TED-FORNECEDOR          0112070       14175         50.000,00C
              399 0678   104175000149 INSTITUTO DE C
1604      Saldo Parcial                                           50.000,00C
2304      103-CH PAGO AG              0850447 4828 19744          51,21D
          345-BB R FIXA 500           1200001       13049         49.948,79D
2304      Saldo Parcial                                           0,00C
2404      103-CH PAGO AG              0850448 4828 17137          942,31D
          855-BB R FIXA 500           0000001                     942,31C
2404      Saldo Parcial                                           0,00C
2504      500-RENOV CADASTRO   831150801539304      13113        30,00D
              Tarifa referente a 07/04/2014
          855-BB R FIXA 500           0000001                     50,00C
3004      Saldo Final                                             20,00C
```

BANCO DO BRASIL — **Extrato de Conta Corrente**

Cliente

Nome
A C S F L C P PANTANAL

Agência	Conta
1216-5	59.851-8

Movimento

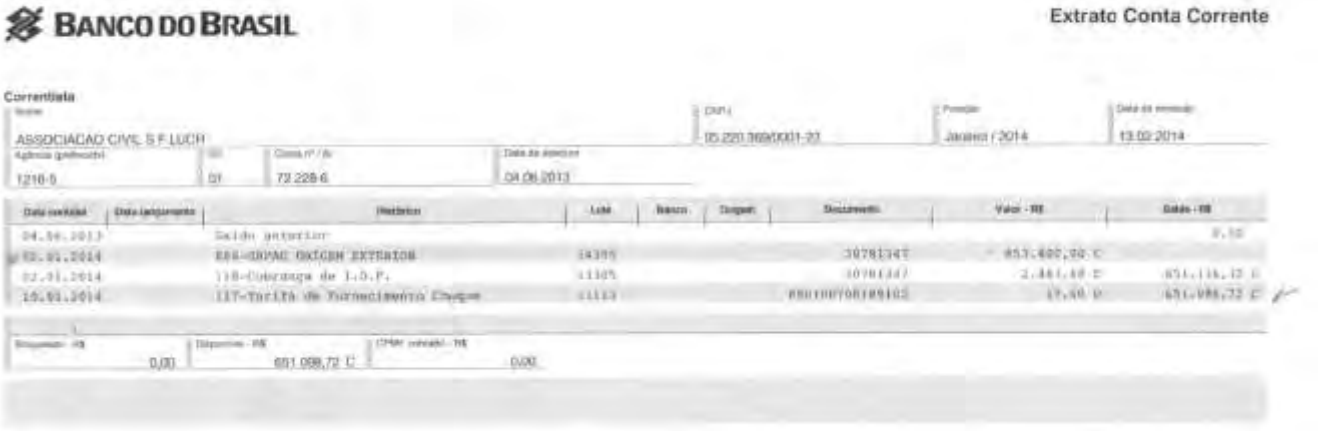
Data	Dep. origem	Histórico	Documento	Valor	Saldo
28/11/2014		Saldo Anterior			0,00 C
01/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.526	1.398,08 D	1.398,08 D
01/12/2014		BB R FIXA 500	1	1.398,08 C	0,00 C
02/12/2014		TAR MANUT CONTA	893.380.800.241.562	21,90 D	21,90 D
		Tarifa referente a 02/12/2014			
02/12/2014		BB R FIXA 500	1	50,00 C	28,10 C
04/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.527	540,92 D	512,82 D
04/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.528	184,36 D	697,18 D
04/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.529	530,03 D	1.227,21 D
04/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.530	15,36 D	1.242,57 D
04/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.531	550,00 D	1.792,57 D
04/12/2014		BB R FIXA 500	1	1.792,57 C	0,00 C
05/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.532	534,00 D	534,00 D
05/12/2014		BB R FIXA 500	1	534,00 C	0,00 C
18/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.533	6.475,54 D	6.475,54 D
18/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.534	2.229,39 D	8.704,93 D
18/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.535	855,99 D	9.560,92 D
18/12/2014	4828-3	CH PAGO AG	850.536	51,55 D	9.612,47 D
18/12/2014		BB R FIXA 500	1	9.612,47 C	0,00 C
22/12/2014		TED-FORNECEDOR	151.957	50.000,00 C	50.000,00 C
		399 0578 104175000148 INSTITUTO DE C			
22/12/2014		TARIF FORNEC CH	853.560.700.023.050	18,40 D	49.981,60 C
		Tarifa referente a 19/12/2014			
31/12/2014		S A L D O			49.981,60 C

- A TARIFA DESTE EXTRATO NÃO FORA COBRADA

Impresso em 09.01.2015 às 17:08:17

Central de Atendimento BB - 4004 0001 ou 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC - 0800 729 0722
Ouvidoria BB - 0800 729 5678
Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 729 0088

Mod. 0.00.817-2 - Nov/2013 - SISBB 1.2.0.2 - bb.com.br - Central de Atendimento 0800 729 0001 (Capitais) e 0800 729 0001 (Demais localidades)



BANCO DO BRASIL

Extrato Conta Corrente

Correntista

Nome	CNPJ	Período	Data da emissão
ASSOCIACAO CIVIL S F LUCR	05.220.369/0001-22	Janeiro / 2014	13/02/2014

Agência (prefixo/DV)	DV	Conta nº / dv	Data da abertura
1216-5	01	72.228-6	04/06/2013

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Original	Documento	Valor - R$	Saldo - R$
04.06.2013		Saldo anterior						0,00
02.01.2014		886-CRPAC OXIGEN EXTRATOR	14395			30781347	651.400,00 C	
02.01.2014		116-Cobrança de I.O.F.	11305			30781347	2.441,60 C	651.116,12 C
10.01.2014		137-Tarifa de Fornecimento Cheque	11113			000000708189102	17,60 D	651.098,72 C

Bloqueado - R$	Disponível - R$	Limite contratado - R$
0,00	651.098,72 C	0,00

BANCO DO BRASIL

Extrato de Conta Corrente

Cliente

Nome

ASSOCIACAO CIVIL S F LUCR

Agência	Conta
1216-5	60.609-1

Movimento

Data	Dep. origem	Histórico	Documento	Valor	Saldo
26/09/2014		Saldo Anterior			6.888,23 C
02/10/2014	4828-3	CH PAGO AG	852.456	824,00 D	6.064,23 C
02/10/2014	4828-3	CH PAGO AG	852.457	842,00 D	5.222,23 C
02/10/2014	4828-3	CH PAGO AG	852.458	824,00 D	4.398,23 C
02/10/2014	1981-X	CHEQ COMPENSADO	852.440	2.982,78 D	1.415,45 C
06/10/2014		OB 12 STN 33654831000136 CONSELHO NAC DE DESENV	5.393.099.000.000	605.074,41 C	606.489,86 C
06/10/2014		OB 12 STN 33654831000136 CONSELHO NAC DE DESENV	5.393.216.000.000	1.356.824,59 C	1.963.314,45 C
06/10/2014	4828-3	CH PAGO AG	852.459	1.277,50 D	1.962.036,95 C
06/10/2014	4829-3	CH PAGO AG	852.460	132,22 D	1.961.904,73 C
06/10/2014	4828-3	CH PAGO AG	852.461	35,00 D	1.961.869,73 C
06/10/2014	4828-3	CH PAGO AG	852.462	280,00 D	1.961.589,73 C
07/10/2014		APLIC BB CDB DI	2.010.022.273.940	1.961.000,00 D	589,73 C
12/10/2014	1981-X	CHEQ COMPENSADO	852.483	1.421,78 D	832,05 D
13/10/2014		RESG BB CDB DI	98	1.000,00 C	167,95 C
14/10/2014		RESG BB CDB DI	500.581.314.810	184,06 C	352,01 C
24/10/2014	4828-3	CH PAGO AG	852.484	412,00 D	59,99 D
24/10/2014		RESG BB CDB DI	98	500,00 C	440,01 C
27/10/2014		RESG BB CDB DI	500.581.314.810	93,91 C	533,92 C
31/10/2014	4828-3	CH PAGO AG	852.485	1.683,00 D	1.149,08 D
31/10/2014		RESG BB CDB DI	98	1.500,00 C	350,92 C
31/10/2014		S A L D O			350,92 C

- A TARIFA DESTE EXTRATO NAO SERA COBRADA

Impresso em: 06.11.2014 às 16:31:27

Central de Atendimento BB - 4004 0001 ou 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC - 0800 729 0722
Ouvidoria BB - 0800 729 5678
Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 729 0088

AGENCIA: 1216 Conta: 00000070658 De: 01/11/2014 a 30/11/2014 Pag: 00001 / 00003

CONVENIO775692-2012

Data Bal.	Historico	Documento Orig	Lote	Valor
				0,00C
2810	Saldo Anterior em	28/10/2014		5.325,34D
0311	132-ORDEM BANCARIA	6100175000000	13056	560,00D
	132-ORDEM BANCARIA	6100215000000	13056	560,00D
	132-ORDEM BANCARIA	6100260000000	13056	1.440,00D
	132-ORDEM BANCARIA	6100294000000	13056	7.158,59D
	132-ORDEM BANCARIA	6100336000000	13056	15.043,93C
	825-RESGATE POUPANC	0000148		0,00C
0311	Saldo Parcial			3.600,00D
0411	132-ORDEM BANCARIA	6140441000000	13056	3.600,00C
	825-RESGATE POUPANC	0000148		0,00C
0411	Saldo Parcial			1.104,00D
0611	132-ORDEM BANCARIA	6217460000000	13056	374,00D
	132-ORDEM BANCARIA	6217530000000	13056	4.180,95D
	132-ORDEM BANCARIA	6220299000000	13056	5.658,95C
0611	825-RESGATE POUPANC	0000148		0,00C
0611	Saldo Parcial			82,80D
1311	132-ORDEM BANCARIA	6380822000000	13056	82,80C
	825-RESGATE POUPANC	0000148		0,00C
1311	Saldo Parcial			840,00D
1411	132-ORDEM BANCARIA	6449993000000	13056	840,00C
	825-RESGATE POUPANC	0000148		0,00C
1411	Saldo Parcial			611.696,00C
1711	632-OB 12 TRANS.VOL	6359675000000	14056	
	03132745000l-00	COORDENACAO-GERAL DE R		611.696,00D
	365-BB CP ADM SUPR	0000070		0,00C
1711	Saldo Parcial			844,00D
2511	132-ORDEM BANCARIA	6672709000000	13056	718,00D
	132-ORDEM BANCARIA	6672915000000	13056	313,15D
2511	132-ORDEM BANCARIA	6673028000000	13056	1.875,15C
	855-BB CP ADM SUPR	0000070		0,00C
2511	Saldo Parcial			3.281,84D
2811	132-ORDEM BANCARIA	6791113000000	13056	3.344,35D
	132-ORDEM BANCARIA	6791140000000	13056	150,00D
	132-ORDEM BANCARIA	6791187000000	13056	6.776,19C
	855-BB CP ADM SUPR	0000070		0,00C
3011	Saldo Final			

Anexo IX – Memória de Cálculo dos Indicadores

Memória Componente 1

Componente 1: Lei do Pantanal				
IDRS	MD	MM	MO	NPE
	4	0	0	10

IDRS	1,2
NEFIPS	8
NAR	7

IDRS
a) Palestra "Marco Cientifico para Política de Gestão e Proteção do Pantanal: premissas do conhecimento de Áreas Úmidas e Convenção Ramsar", proferida no dia 31 de março de 2014, na sede da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, pela Profa. Dra. Cátia Nunes da Cunha/UFMT;
b) Artigo "Democracia sob Ameaça", publicado no site Olhar Direto, no dia 3 de abril de 2014, de autoria do Prof. Dr. Paulo Teixeira de Sousa Jr/UFMT;
c) Palestra "Delimitação e Classificação de Áreas Úmidas Brasileiras, ministrada no dia 20 de agosto de 2014, no II CONBRAU, pelo Prof. Dr. Wolfgang Junk/UFMT.
d) Palestra "Classificação de Macrohabitats do Pantanal e sua Aplicação na Gestão Ambiental", proferida no dia 21 de Agosto de 2014, durante o II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas, em Cuiabá-MT, pela Profa. Dra. Cátia Nunes da Cunha/UFMT

NEFIPS
a) 1ª Reunião Técnica: Marco Teórico Referencial para Proposta de Regionalização do Pantanal Mato-grossense realizada no dia 11 de março de 2014;
b) Workshop sobre classificação de Habitats de Áreas Úmidas realizado no dia 28 de março de 2014;
c) Participação na Reunião com a Comissão de Meio Ambiente do Senado para Discussão e Apresentação de Proposta de Mato Grosso ao Projeto de Lei do Senado nº 750/11 realizada no dia 31 de março de 2014;
d) II Reunião Técnica para subsidiar os trabalhos para a Atividade de Regionalização do Pantanal, Componente 1 da "Lei do Pantanal – MCTI/CPP realizada dia 02 de julho de 2014;
e) Participação da coordenadora Cátia Nunes da Cunha na reunião técnica realizada pela IUCN sobre Capacitação da Metodologia Lista Vermelha de Ecossistemas nos dias 26 a 28 de agosto de 2014, em Brasília-DF, com objetivo foi aplicação/testes da metodologia para indicação de ecossistemas ameaçados com o foco no Pantanal;
f) Reunião de aperfeiçoamento da Lei 8.830/2008 (Mato Grosso) e da Regulamentação do Artigo 10 da Lei 12.651 (Código Florestal) realizada dia 06 de novembro de 2014;

g) Reunião com equipe Técnica da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN) para discussão sobre Definições de Áreas Úmidas realizada dia 24 de novembro de 2014;
h) Participação na Reunião organizada pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente, cujo objetivo foi a discussão da Lei do Pantanal nº 8.830/08 – Readequação da Lei ao Novo Código Florestal, com base nos documentos/pareceres dos órgãos envolvidos realizada no dia 27 de novembro de 2014.

NAR
1 - Poconeanos participam de audiência pública, publicada no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, dia 01 de abril de 2014;
2 - Sociedade se une para discutir lei de gestão do Pantanal, publicada no site do Blairo Maggi, no dia 31 de março de 2014;
3 - Capacitação de dois pesquisadores que estão atuando na análise dos dados que estão auxiliando na subdivisão do Pantanal e que participam de todas as atividades relacionadas aos debates sobre a Lei do Pantanal
4 - Entrevista à TV Record-MT, Jornal da Manhã, realizada dia 20 de agosto de 2014
5 - Nova ameaça ronda o Pantanal, publicada no Jornal "A Gazeta" dia 07/08 de Setembro de 2014
6 - Produção no Pantanal ganha novos caminhos, publicada no Jornal "A Gazeta" dia 17 de novembro de 2014
7 - Produção de documento contendo Sugestões e Justificativas técnicas para alteração do Projeto de Lei do Pantanal nº 8.830/2008.

Memória Componente 2

Componente 2: Uso e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Pantanal				
Jerry Magno Ferreira Penha				
IFRH	NED	NEM	NEO	NPA
	1	1	1	5
IFRH	1,2			

INTP	PD	PM	PO	NPE
	3	0	0	6
INTP	1,5			

NCRAP	0

IFRH
NED - Número de Doutorandos
Samuel Elias da Silva
NEM - Número de Mestrandos
Tatiane Arnhold
NEO - Número de estudantes de especialização e graduandos
Rodrigo Lucas de Moraes

INTP
PD - Publicação de Doutores
3
PM - Publicação de Mestres
0
PO - Publicação de Outros
0

PUBLICAÇÕES
1- **PENHA, J. M. F. ; Fernandes, Izaias Médice**; SÚAREZ, Yzel Rondon; SILVEIRA, ROBERTO MORAES LIMA ; FLORENTINO, Alexandro Cezar ; **MATEUS, LÚCIA**. Assessing the potential of a protected area for fish conservation in a neotropical wetland. Biodiversity and Conservation , v. 23, p. 3185-3198, 2014.

NCRAP
0

Memória Componente 3

Componente 3: Agregação de Valor a Produtos da Pesca e da Pecuária Pantaneira				
IFRH	NED	NEM	NEO	NPA
Marcos Vinícius Morais de Oliveira	2	8	9	24
Jorge Antonio Ferreira de Lara	5	7	6	
TOTAL	7	15	15	
IFRH	2,75			15 m.v. 9 J.l

INTP	PD	PM	PO	NPE
Marcos Vinícius Morais de Oliveira	24	7	0	36
Jorge Antonio Ferreira de Lara	15	5	0	
TOTAL	39	12	0	
INTP	3,92			20 M.V. 16 J.L.

IDRS	MD	MM	MO	NPE
Marcos Vinícius Morais de Oliveira	9	0		36
Jorge Antonio Ferreira de Lara	8	0		
TOTAL	17	0	0	
IDRS	1,42			20 M.V. 16 J.L.

NCPDP	3

Jorge Antonio Ferreira de Lara

IFRH
NED - Número de Doutorandos
Jovana Silva Garbelini
Elenice Goés Reis
Letícia Emiliani Fantini
César Sary
Aline Mayra Oliveira Zardin
NEM - Número de Mestrandos
Jonathan Carvalho Coimbra
Pedro Luiz de Castro
Arlene Ventura
Kelly de Gaíva Carmona
Marcelo Aparecido Martins
Daiana Alves Cardoso

Jovana Silva Garbelini (concluiu em 2014 e começou Doutorado)
NEO - Número de estudantes de especialização e graduandos
Tábata Cristina Silva
Mayara Lima Ribeiro Rodrigues
Damares Lile Alves Menezes
Marina Correa da Costa Abreu
Thamiris Caetano Silva Ribeiro
Pâmella Falsoni

INTP
PD - Publicação de Doutores
15
PM - Publicação de Mestres
7
PO - Publicação de Outros
0

IDRS
MD - Matéria de Doutores
a) Conferencia: O potencial tecnológico do pescado em benefício da saúde e alimentação - Dr. Jorge Antônio Ferreira de Lara, realizada durante o "I WORKFISH – Produção e Qualidade do Pescado na Região Centro Oeste", dias 05 a 07 de novembro de 2014 ;
b) Conferência: Enfermidades transmitidas por pescados - Dr. Edivaldo Sampaio de Almeida Filho, realizada durante o "I WORKFISH – Produção e Qualidade do Pescado na Região Centro Oeste", período de 05 a 07 de novembro de 2014;
c) Produção no Pantanal ganha novos caminhos, matéria publicada no Jornal "A Gazeta", dia 17 de novembro de 2014;
d) Entidades desenvolvem alimentos a partir do pescado pantaneiro, matéria publicada no site "G1", dia 18 de dezembro de 2014;
e) Caiu na panela, é peixe, matéria publicada no site "Correio de Corumbá", dia 18 de dezembro de 2014;
f) Embrapa desenvolve alimentos processados a partir do pescado pantaneiro, matéria publicada no site "diário online", publicada no dia 24 de dezembro de 2014;
g) Carne de peixes do Pantanal poderá ser utilizada para fazer quibes e patês, matéria publicada no site "Coxim Agora", dia 27 de dezembro de 2014;
h) Carne de peixes do Pantanal poderá ser utilizada para fazer quibes e patês, matéria publicada no site "Correio do Estado", dia 27 de dezembro de 2014;
MM - Matéria de Mestres

MO - Matéria de Outros

NCPDP
Quibe
Patê

Filé de Surubin

Marcus Vinícius Moraes de Oliveira

IFRH
NED - Número de Doutorandos
Luciane Elisete Salla
Franscine Kelli Quinhones Bonatti
NEM - Número de Mestrandos
Roberta Torres Lopes
Allyson Martins Wanderley
Willian Briazolli
André Luiz Leão Filho
Nikolas Caceres de Oliveira
Mariane da Silva Chiodi
Christopher Junior Tavares Cardoso
Marcio Gregório Rojas dos Santos
NEO - Número de estudantes de especialização e graduandos
Pedro Gustavo Loesia Lima
Willian Aparecido Leite da Silva
Henrique Kischel
Fernanda Camargo de Freitas
Pietro Holtz Giannone
Ana Paula de Jesus Godoy

INTP
PD - Publicação de Doutores
24
PM - Publicação de Mestres
7
PO - Publicação de Outros
0

PUBLICAÇÕES
1. CARBONERA, FABIANA ; BONAFE, ELTON GUNTENDORFER ; MARTIN, CLAYTON ANTUNES ; MONTANHER, PAULA FERNANDES ; **Ribeiro, Ricardo Pereira** ; FIGUEIREDO, LUANA CAROLINE ; ALMEIDA, VITOR CINQUE ; VISENTAINER, JESUÍ VERGÍLIO . Effect of dietary replacement of sunflower oil with perilla oil on the absolute fatty acid composition in Nile tilapia (GIFT).FoodChemistry, v. 148, p. 230-234, 2014.
2. MERLINI, LUIZ SÉRGIO ; VARGAS, Lauro ; VARGAS, Lauro ; **RIBEIRO, R. P.** ; PIAU, RANULFO ; MERLINI, NATALIE BERTELIS . Effects of a homeopathic complex on the performance and cortisol levels in Nile tilapia (Oreochromisniloticus).Homeopathy (Edinburgh. Print), v. 103, p. 139-142, 2014.
3. LOPERA-BARRERO, NELSON MAURICIO ; ALVAREZ, CAMILO ANDRES REYES ; Rodriguez-Rodriguez, Maria Del Pilar ; Povh, Jayme Aparecido ; Vargas, Lauro ; STREIT Jr, D. P. ; STREIT JÚNIOR, DANILO PEDRO ; SIROL, RODOLFO NARDES ; **RIBEIRO, R. P.** . Diversidade genética e paternidade de progênies de Bryconorbignyanus obtidas por diferentes sistemas reprodutivos. Semina. Ciências Agrárias (Online), v. 35, p. 541-554, 2014.
4. Reis Neto, R. V. ; OLIVEIRA, C. A. L. ; **RIBEIRO, R. P.** ; Freitas, R T F ; Allaman, I. B. ; OLIVEIRA, Sheila de . Genetic parameters and trends of morphometric traits of GIFT tilapia under selection for weight gain. ScientiaAgricola (USP. Impresso), v. 71, p. 259-265, 2014.
5. ANDRETTO, A. P. ; FUZINATO, M. M. ; BONAFE, ELTON GUNTENDORFER ; Graciela LuccaBraccini ; MORI, R. H. ; **RIBEIRO, R. P.** ; OLIVEIRA, C. A. L. ; VISENTAINER, J. V. ; VARGAS, Lauro . Effect of an homeopathic complex on fatty acidis in muscle and performance of the Nile tilpapia (Oreochromisniloticus). Homeopathy (Edinburgh. Print), v. 103, p. 178-185, 2014.
6. CONTI, A. C. M. ; OLIVEIRA, C. A. L. ; MARTINS, Elias Nunes ; **RIBEIRO, R. P.** ; Bignardi, A. B. ; Porto, E. P. ; Oliveira, S. N. . Genetic parameters for weight gain and body measurements for Nile tilapias by random regression modeling.Semina. Ciências Agrárias (Impresso), v. 35, p. 2843-2858, 2014.
7. DA SILVA MACIEL, ELAYNA CRISTINA ; DE ALMEIDA FILHO, **EDIVALDO SAMPAIO** ; BERTOLONI, WILLIAM ; SAMPAIO DE ABREU, JANESSA . Evaluation of the Effects of Different Stunning Methods on the Stress Responses and Meat Quality of the Amazon hybrid surubim, Pseudoplatystomafasciatum female Leiariusmarmoratus male.Journalofthe World AquacultureSociety, v. 45, p. 35-44, 2014.
8. FUCHS, RENATA HERNANDEZ BARROS ; **Ribeiro, Ricardo Pereira**; MATSUSHITA, MAKOTO ; TANAMATI, AILEY APARECIDA COELHO ; BONA, EVANDRO ; DE SOUZA, ALOISIO HENRIQUE PEREIRA . Enhancement of the nutritional status of Nile tilapia (Oreochromisniloticus) croquettes by adding flaxseed flour.Lebensmittel-Wissenschaft + Technologie / Food Science + Technology.
9. FOGAÇA, FABÍOLA HELENA DOS SANTOS ; SANT ANA, LÉA SILVIA ; **LARA, JORGE ANTONIO FERREIRA** ; MAI, ANA CECILIA GIACOMETTI ; Carneiro, Dalton José . Restructured products from tilapia industry by products: The effects of tapioca starch and washing cycles. Journal of FoodandBioproductsProcessing.
10. **GOES, E. S. R.; LARA, J. A. F.**, GOES, M. D.; **RIBEIRO, R. P**. ESTRESSE PRÉ-ABATE E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DA CARNE EM PEIXES. In:V Simpósio de Gestão do Agronegócio, 2014, Maringá-PR. V Simpósio de Gestão do Agronegócio. Maringá-SP: Depto. De Zootecnia, UEM, 2014.

11. **GOES, E. S. R.; LARA, J. A. F**., **ZUANAZZI, J. S. G.**; **RIBEIRO, R. P.** ANÁLISE SENSORIAL DE FILÉS DE TILÁPIAS SUBMETIDAS AO ESTRESSE PELO TRANSPORTE. In:V Simpósio de Gestão do Agronegócio, 2014, Maringá-PR. V Simpósio de Gestão do Agronegócio. Maringá-SP: Depto. De Zootecnia, UEM, 2014.

12. **GOES, E. S. R.; LARA, J. A. F.**; GASPARINO, E.;GOES, M. D.; ZUANAZZI, J. S. G.; **RIBEIRO, R. P.**QUALIDADE DE FILÉS DE TILÁPIA DO NILO SUBMETIDAS AO ESTRESSE PELO TRANSPORTE EM DIFERENTES DENSIDADES E TEMPOS. In: VI Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática. Foz do Iguaçu-PR. VI Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática. Foz do Iguaçu-PR: Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática, 2014.

13. Rezende, M.P.G.; **Luz, D.F.**; Ramires, G.G.; Oliveira, N.M.; Barbosa Filho, J.A.; Oliveira, **M.V.M.** Caracterização zoométrica de novilhas remanescentes da raça Pantaneira. Ciência Rural, v.44, n.4, p.706-709, 2014.

14. Rufino Junior, J.; **Oliveira, M.V.M**.; Carvalho, D.M.G.; Teodoro, A.L.; **Vargas Junior, F.M.**; Góes, R.H.T.B.; Costa, L.G. Potencial produtivo de novilhas da raça "Pantaneira" alimentadas com fenos de baixa qualidade. Semina: Ciências Agrárias, v.35, n.4, suplemento 1, p.2605-2616, 2014.

15. Mirela B. Souza, Níkolas C. de Oliveira, Willian A. L. da Silva, Jair S. de Oliveira Júnior, **Fabiana A. Melo Sterza.** Pantaneira breed present different follicular dynamics patterns. 51ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Aracajú. De 29 de julho à 01 de agosto de 2014

16. Wilian A.L da Silva, Henrique Kischel, ChristopherJ.T. Cardoso, Andre L.L Fialho, Mirela B. Souza, Jonathan V. dos Santos, Jair S. de Oliveira Junior, **Fabiana A. Melo Sterza.** Embryo viability of Girolando donor submitted to superovulation protocols and inseminated with sexed or conventional sêmen. 51ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Aracajú. De 29 de julho à 01 de agosto de 2014.

17. Henrique Kischel, Elielton D.S Arruda, Wilian A.L da Silva, Johnatan V. dos Santos, **Fabiana A. M.** Efeito das condições ambientais sobre a produção de embriões bovinos no cerrado pantanal. 51ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia. Aracajú. De 29 de julho à 01 de agosto de 2014

18. Mariane Gabriela Cesar Ribeiro, Willian Aparecido Leite da Silva, Henrique Kischel, André Luiz Leão Fialho, Jair Sábio de Oliveira Júnior, **Fabiana de Andrade Melo Sterza**. Caracterização do período pré e pós-parto de vacas da raça Pantaneira. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014

19. Henrique Kischel, Willian Aparecido Leite da Silva, Christopher Junior Tavares Cardoso, Jhonatan Vinicius dos Santos, Elielton Dias da Silva Arruda, Mirela Brochado Souza, André Luiz Leão Fialho, **Fabiana de Andrade Melo Sterza**. Efeito das condições ambientais sobrea produção de embriões bovinos daraça "Pantaneira" no cerrado pantanal. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014

20. Wilian Aparecido Leite da Silva; Henrique Kischel, Christopher Junior Tavares Cardoso, Elielton Dias Arruda, **Fabiana de Andrade Melo Sterza**. Comportamento reprodutivo de animais da raça pantaneira submetidos à monta natural. ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. 8º ENEPE / UFGD – 5º EPEX / UEMS, 20 a 24 de outubro, Dourados/MS, 2014.

21- **Willian Biazolli**, **Marcus Vinicius Morais de Oliveira, Dirce Ferreira Luz**. Curva de lactação de vacas primíparas da raça Pantaneira mantidas em regime de pastoreio. 37º Congreso de la Asoc. Argentina de Producción Animal – RAPA, Vol. X, Supl. 1, 2014.

22- **Willian Biazolli, Marcus Vinicius Morais de Oliveira.** Curva de lactação de vacas primíparas da raça Pantaneira mantidas em regime de pastoreio. 37º Congreso de la Asoc. Argentina de Producción Animal – RAPA, Vol. X, Supl. 1, 2014.

23- **Willian Biazolli, Marcus Vinicius Morais de Oliveira, Dirce Ferreira Luz**. Produção de leite de vacas primíparas da raça Pantaneira em pastejo com diferentes níveis de concentrado. 37º Congreso de la Asoc. Argentina de Producción Animal – RAPA, Vol. X, Supl. 1, 2014.

24- Mariane da S. Chiodi, Níkolas C. de Oliveira, Igor T. P. Shiwa, Pedro G. L. Lima, Frederico O. Lisita, **Roberta T. Lopes, Alysson M. Wanderley, Marcus V. M. de Oliveira.** Serum levels of glucose and urea blood in suckling calves of the Pantaneira breed fed with Moringa oleifera. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

25- Pedro Gustavo Loesia Lima, Igor Toshio Paniagua Shiwa, Mariane da Silva Chiodi, Kheyciane Viana da Silva, Níkolas Cáceres de Oliveira, Fernanda Camargo de Freitas, **Marcus Vinicius Morais Oliveira.** Ingestion and physiological behavior of calves of the Pantaneira and Girolando breeds, under grazing with or without supplementation concentrate. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

26- Mariane da S. Chiodi, Níkolas C. de Oliveira, Igor T. P. Shiwa, Pedro G. L. Lima, Frederico O. Lisita, **Roberta T. Lopes, Alysson M. Wanderley**, **Marcus V. M. de Oliveira.** Performance of suckling calves of the Pantaneira breed supplemented with Moringa oleifera. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

27- Pedro Gustavo Loesia Lima, Igor Toshio Paniagua Shiwa, Mariane da Silva Chiodi, Kheyciane Viana da Silva, Níkolas Cáceres de Oliveira, Fernanda Camargo de Freitas, Brenda Martins, **Marcus Vinicius Morais Oliveira.** Performance of calves Pantaneira and Girolando breeds, kept in grazing with or without supplementation concentrate. 51º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2014.

28- Pedro Gustavo Loesia Lima; Mariane da Silva Chiodi; Kheyciane Viana da Silva; Ianca Tainara Castro Miranda; **Marcus Vinicius Morais de Oliveira**. Aditivo melhorador das funções orgânicas sobre o desempenho de bezerras Pantaneira e Girolando suplementadas com concentrado, no período seco. ENEPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. 8º ENEPE / UFGD – 5º EPEX / UEMS, 20 a 24 de outubro, Dourados/MS, 2014.

29- Tânia M. B. Santos, Mariane G. C. Ribeiro, Cristiane A. N. Xavier, **Marcus V. M. Oliveira**, Nanci Cappi. Monitoramento da biodigestão anaeróbia de dejetos de novilhas da raça Pantaneira alimentadas com fenos de diferentes espécies forrageiras. XLIII Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola – CONBEA, 27 a 31 de julho, Campo Grande/MS, 2014.

30. Ana Paula de Jesus Godoy, Níkolas Cáceres de Oliveira, Mariane da Silva Chiodi, Mirela Brochado Souza, Márcio Gregório Rojas dos Santos, **Marcus Vinicius Morais de Oliveira.** Etologia ingestiva e parâmetros fisiológicos de vacas lactantes das raças Pantaneira e Girolando mantidas em pastagem de capim-mombaça com livre a acesso sombra. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014.

31. Kheyciane Viana da Silva, Pedro Gustavo Loesia Lima, Raquel Soares Juliano, **Marcus Vinicius Morais de Oliveira, Dirce Ferreira Luz**. Análises de lactofermentação do leite de vacas da raça Pantaneira. IV Encontro Científico da Zootecnia - UEMS. Aquidauana/MS de 22 à 24 de maio de 2014. Ganhador do Prêmio: Melhor Trabalho de Pesquisa.

32. Rezende, M.P.G.; **Luz, D.F.;** Ramires, G.G.; **Oliveira, M.V.M**. Índices zootécnicos de novilhas da raça Pantaneira. Revista Veterinária e Zootecnia.

IDRS
MD - Matéria de Doutores
a) Caracterização do período pré e pós-parto de vacas da Raça Pantaneira, trabalho oral apresentado no congresso "IV Encontro Cientifico da Zootecnia, realizado em Aquidauana/MS no período de 22 a 24 de maio de 2014;
b) Efeito das condições ambientais sobre a produção de embriões bovinos da raça Pantaneira no cerrado do Pantanal, trabalho oral apresentado no congresso IV Encontro Cientifico da Zootecnia, realizado em Aquidauana/MS no período de 22 a 24 de maio de 2014
c) Boletim Informativo da FUNDECT MAR/ABR 2014 – ANO 3 – N07;
d) MT e MS conservam rebanho de Raças bovinas locais Bovino Pantaneiro, matéria publicada no site da "SBA";
e) Pelagens e Chifres do Bovino Pantaneiro. Artigo publicado na revista ABCBP – Associação Brasileira dos Criadores de Bovino Pantaneiro, p.37, 2014;
f) Bovino Pantaneiro reúne resistência e produtividade, matéria publicada no site da Embrapa, dia 24 de setembro de 2014;
g) Raça trazida por portugueses é destaque em MT e MS, matéria para o programa "Record Rural", exibida dia 01 de outubro de 2014;
h) Boi Pantaneiro vai ganhar registro, matéria publicada no Jornal "Correio do Estado", dia 13 de outubro de 2014;
i) Em extinção, boi pantaneiro é pesquisado pela UEMS, matéria publicada no site da UEMS, dia 06 de novembro de 2014;
MM - Matéria de Mestres

MO - Matéria de Outros

NCPDP	0

Memória Componente 4

Componente 4: Rede Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas: Resposta a Diferentes Cenários de Mudanças Climáticas (CLIMBAP)		
Pierre Girard		
INAC	NAC	NLC
	117	3
INAC	39	

IE	E	NLC
	8	3
IE	2,67	

INP	NP	NLC
	0	3
INP	0	

INAC
a) Oficina Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Orgânicos de Grandes Geradores, realizado nos 30 setembro e 1 de outubro de 2014, no Espaço Vitoria, Cuiabá-MT. Nesta oficina foram capacitados 23 pessoas;
b) Seminário de Resíduos Orgânicos para a Cidade de Cuiabá, realizado no dia 08 de outubro de 2014, SEBRAE, Cuiabá-MT, ao final do seminário foram capacitados 94 pessoas.

IE
a) Palestras e Oficinas realizadas com professores da UFMT, Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) na comunidade de Joselandia durante o período de 21 a 22 de fevereiro de 2014;
b) Reunião com representantes da comunidade de Joselandia e pesquisadores integrantes do ClimBAP e INCT Áreas Úmidas-INAU, realizada nos dias 23 e 24 de março de 2014 e
c) Oficina de Planejamento em Educação Ambiental, realizada nos dias 22 e 23 de maio de 2014 no Espaço Vitoria, Cuiabá-MT;
d) Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, da etnia Terena, realizada no Município de Dois Irmãos do Butiti, em mato Grosso do Sul, no dia 13 de junho de 2014;
e) Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo, da etnia Terena, realizada no Município de Dois Irmãos do Butiti, em mato Grosso do Sul, no dia 18 de julho de 2014;

f) Reunião com professores da Escola Municipal Indígena Alexina Rosa Figueiredo da etnia Terena, realizada no Município de Dois Irmãos do Butiti, em mato Grosso do Sul, no dia 15 de agosto de 2014;
g) Oficina Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Orgânicos de Grandes Geradores, realizado nos 30 setembro e 1 de outubro de 2014, no Espaço Vitoria, Cuiabá-MT
h) Seminário de Gestão de Resíduos Orgânicos, realizado no dia 8 de outubro de 2014, SEBRAE, Cuiabá-MT

INP
0

Memória Componente 5

Componente 5: Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal				
IDARS	MD	MM	MO	NPE
	3	0	4	4
IDARS	3,25			

NEFIPS	3

INTP	M3	M2	M1	NPE
	0	0	0	4
INTP	0			

IDARS
MD - Matéria de Doutores
a) Palestra sobre Capacidade do Turismo no Pantanal, proferida pelo Prof. Dr. Heros Augusto Santos Logo, da Universidade Federal, realizada no dia 21 de agosto de 2014 em Cuiabá-MT, durante a realização da Oficina Praticas Turísticas em Áreas Úmidas;
b) Palestra sobre Capacidade de Suporte do Turismo em Áreas Úmidas, proferida pelo Prof. Dr. Heros Augusto Santos Logo, da Universidade Federal, realizada no dia 05 de dezembro de 2014 em Campo Grande-MS, durante a realização da Oficina Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal;
c) Pesquisadores promovem oficina em campo grande sobre Turismo no Pantanal, matéria publicada no site www.portal.uems.br;
MM - Matéria de Mestres

MO - Matéria de Outros
d)Turismo no Pantanal preocupa cientistas, matéria publicada no jornal A Gazeta 2B (7 de junho de 2014),
e) Turismo: uma riqueza inexplorada, matéria publicada no site www.midianeus.com.br;
f) Turismo: uma riqueza inexplorada, matéria publicada no site www.hipernoticias.com.br;
g)Turistas cevam onças, matéria publicada no jornal A Gazeta 1B (28 de dezembro de 2014).
NEFIPS
a) Reunião Técnica com a participação dos pesquisadores de MS e de MT, Trade Turístico de MT e represente do CPP, no dia 6 de junho de 2014, na sede do INPP, em Cuiabá-MT;

b) Oficina Práticas turísticas em áreas úmidas, realizada na sede do INPP, no dia 20 de agosto de 2014, em Cuiabá-MT;
c) Oficina Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal, realizada na sede do SEBRAE, dia 05 de dezembro de 2014

PD - Publicação de Doutores
0
PM - Publicação de Mestres
0
PO - Publicação de Outros
0

Memória Componente 6

Componente 6: Caracterização Ocupacional de Pescadores e Pecuaristas do Município de Poconé na Microrregião do Alto Pantanal				
André Luis Ribeiro Lacerda				
IFRH	NED	NEM	NEO	NPA
	0	0	6	4
IFRH	1,5			

INTP	PD	PM	PO	NPE
	1	0	0	4
INTP	0,75			

NCSA	17

IFRH
NED - Número de Doutorandos

NEM - Número de Mestrandos

NEO - Número de estudantes de especialização e graduandos
Marina Ferraz
Tayane de Souza Pinto Cordeiro
Johannes Santos Veiga da Cruz
Luiz Carlos da Silva Filho
Mateus Vargas da S. da Silva
Henrique César da Costa

INTP
PD - Publicação de Doutores
1
PM - Publicação de Mestres
0
PO - Publicação de Outros
0

PUBLICAÇÕES

1. **Ribeiro Lacerda, A.L.** "Ciclo das águas no pantanal e sua relação com paradoxos de ação coletiva entre pecuaristas de Poconé-MT", Clima e Sustentabilidade, organizado por João Vicente R.B da Costa Lima, Maceió, Ufal, 2014.

NCSA

13